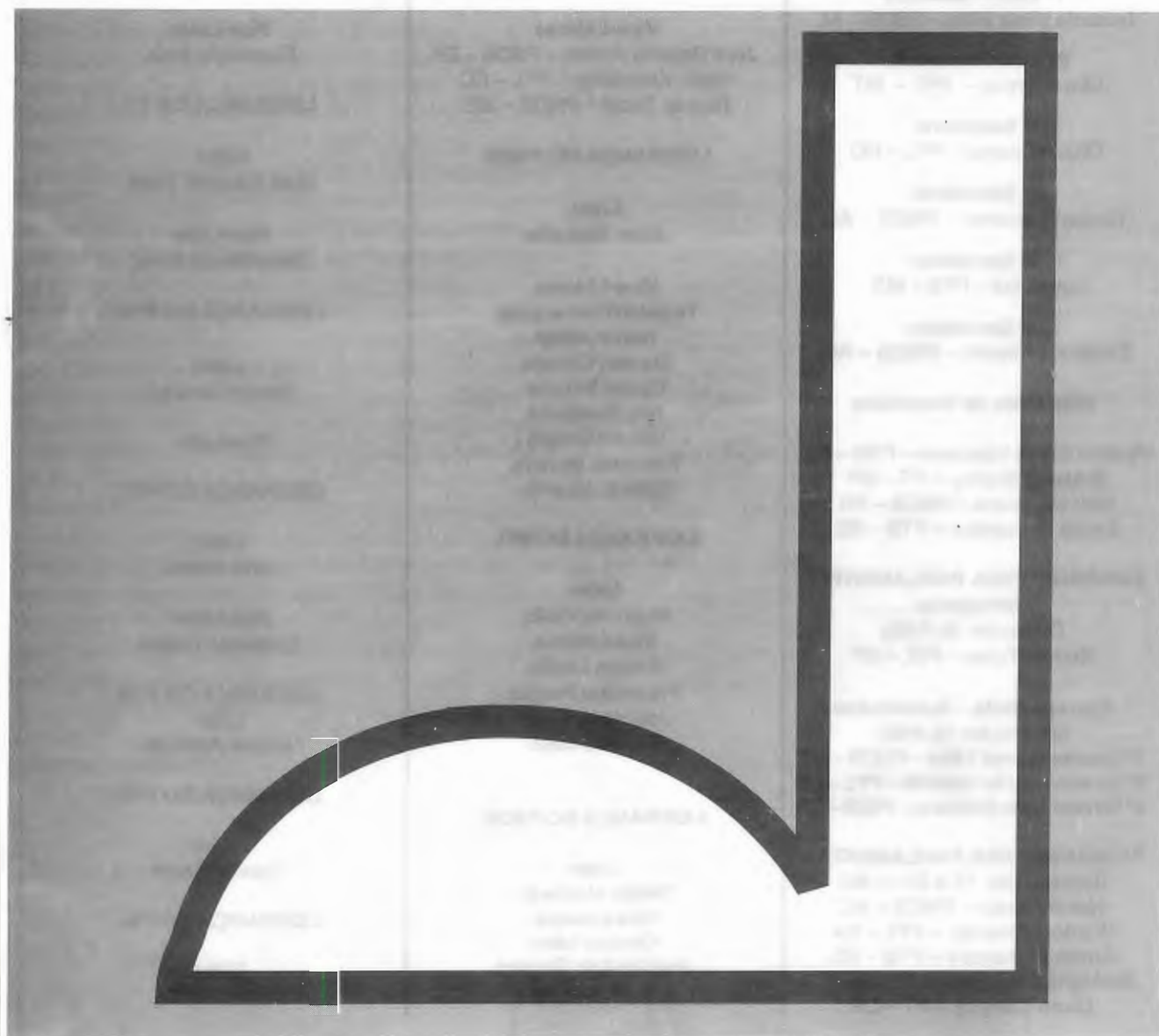




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

O LI - Nº 131

SEXTA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Erandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Hollanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	--	--

<p>EXPEDIENTE</p> <p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>		<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	--	---	--

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1- DECRETO LEGISLATIVO

Nº 70, de 1996, que aprova a renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na UNAVEM – III	12386
---	-------

SENADO FEDERAL

2- RESOLUÇÕES

Nº 54, de 1996, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00, equivalentes a R\$19.528.560,00, em 31 de março de 1996, com o aval da União, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.....	12386
--	-------

Nº 55, de 1996, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru – São Paulo, a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S.A., no valor de R\$10.000.000,00, destinada a execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento.....	12387
--	-------

3 – ATA DA 15ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 18 DE JULHO DE 1996

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Requerimentos

Nº 698, de 1996, de autoria do Senador Artur da Távola, solicitando ao Secretário de Comunicação Social da Presidência da República as informações que menciona.....	12388
--	-------

Nº 699, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 687, de 1996, lido em sessão anterior. Deferido.	12389
--	-------

3.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR GERSON CAMATA – Apelo no sentido da extinção da urgência do item 3 da Ordem do Dia da presente sessão, Projeto de Resolução nº 74, de 1996, que beneficia o Estado de São Paulo. Guerra fiscal declarada pelo Governo de São Paulo contra os demais estados, pondo em risco a federação brasileira. Sugerindo que as pendências fiscais estaduais sejam resolvidas na reforma tributária.....	12389
---	-------

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Ratificando a solicitação do Senador Gerson Ca-	
---	--

mata no tocante à extinção da urgência do Projeto de Resolução nº 74, de 1996. Considerações sobre as medidas fiscais adotadas por São Paulo que, ao seu ver, trazem prejuízos aos outros Estados.....	12393
--	-------

3.2.3 – Requerimento

Nº 700, de 1996, de autoria do Senador José Samey, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 418, de 1996, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996. Aprovado.	12396
--	-------

3.3- ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996 (nº 1.287/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre o órgão regulador e dá outras providências. Aprovado com emendas, após pareceres de plenário, tendo usado da palavra os Srs. Ney Suassuna, Esperidião Amin, José Eduardo Dutra, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Hugo Napoleão, Lauro Campos, Humberto Lucena, Josaphat Marinho, Bernardo Cabral, Jefferson Pêres, Lúcio Alcântara, José Ignácio Ferreira, Eduardo Suplicy, Jader Barbalho, Sérgio Machado, Valmir Campelo e Pedro Simon, tendo encaminhado declarações de voto os Srs. José Ignácio Ferreira, Lúcio Alcântara e Francelino Pereira. À Comissão Diretora para redação final.	12397
--	-------

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996. Aprovada. À sanção.....	12427
--	-------

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1996 (nº 200/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Extinção da urgência , nos termos do Requerimento nº 708, de 1996, após usar da palavra o Sr. Lúcio Alcântara, voltando a	
---	--

matéria à sua tramitação normal, devendo também ser submetida à audiência da Comissão de Educação, por determinação da Presidência.

12429

Projeto de Resolução nº 74, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 405, de 1996, vencido o Senador Esperidião Amin), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP, cujos recursos serão destinados ao reembolso da sexta parcela e liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à oitava parcelas de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele Estado. **Extinção da urgência**, nos termos do Requerimento nº 709, de 1996, voltando a matéria à sua tramitação normal.

12430

Projeto de Resolução nº 75, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 406, de 1996), que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil direitos especiais de saque), equivalentes a R\$19.528.560,00, em 31 de março de 1996, com o aval da União, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final.

12430

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1996. **Aprovada**. À promulgação.

12430

Projeto de Resolução nº 76, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 407, de 1996), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru – SP a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S.A., no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinada a execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Ademir Andrade, Esperidião Amin, José Eduardo Dutra, Eptacio Cafeteira, Pedro Simon e Jader Barbalho, ficando a votação adiada por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

12431

3.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ODACIR SOARES – Recebimento de duas mensagens encaminhadas a S.Exa. pela Câmara Municipal de Cacoal – RO, congratulando-se por sua atuação em prol dos interesses de Rondônia e do Brasil.

12435

SENADOR VALMIR CAMPELO – Parabenizando a Casa pela aprovação, na Comissão de

Assuntos Econômicos, dos Projetos de Lei do Senado nºs 31 e 32, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, sobre o regime tributário das microempresas e o estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte.

12435

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Transcurso, amanhã, do 44º aniversário do Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

12436

3.3.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – ATA DA 16ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE JULHO DE 1996

4.1 – ABERTURA

4.2 – EXPEDIENTE

4.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 138/96, de 18 do corrente, comunicando a rejeição do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1993 (nº 2.801/92, naquela Casa), de iniciativa da CPI que investiga o extermínio de crianças e adolescentes, que altera dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, respectivamente.

12438

4.2.2 – Proposta de Emenda à Constituição recebida da Câmara dos Deputados

Nº 33, de 1996 (nº 33/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

12439

4.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1996 (nº 259/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994.

12482

Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1996 (nº 242/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 4 de março de 1994, em Windhoek, República da Namíbia.

12494

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1996 (nº 245/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, em 4 de julho de 1995.

12499

4.2.4 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe

sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte, e dá outras providências.

12527

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996, de autoria do Senador José Samey, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição.

12580

4.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativos nºs 68, 69 e 70, de 1996, lidos anteriormente, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

12653

4.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1996, de autoria do Senador Iris Rezende, que estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, com fundamento no § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.

12653

4.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Comunicando ao Plenário a apresentação de requerimento perante a Comissão de Assuntos Econômicos, subscrito pela Sra. Marina Silva e pelos Srs. José Eduardo Dutra, Lauro Campos e por S.Exa., solicitando a convocação dos Srs. Gustavo Loyola, Presidente do Banco Central do Brasil, e do Sr. Sérgio Cutolo, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos à respeito das negociações atualmente em curso entre os dois órgãos, com vistas ao saneamento da situação patrimonial deficitária do Banco Bamerindus S.A.

12654

SENADOR *PEDRO SIMON* – Referências ao pronunciamento de seu antecessor na tribuna. Congratulando-se com a decisão do Presidente norte-americano Bill Clinton de adiar por seis meses a vigência da Lei Helms-Burton, de sanções contra Cuba. Saudando o Sr. Nelson Mandela pelo lúcido discurso feito no Parlamento britânico. Sugerindo ao Congresso Nacional convite oficial ao Sr. Nelson Mandela para visita ao nosso País.

12655

SENADOR *ROMEU TUMA* – Transcurso do 51º aniversário do retorno da Força Expedicionária Brasileira – FEB.

12659

SENADOR *ERNANDES AMORIM* – Regozijando-se com o funcionamento da TV SENADO. Denunciando irregularidades no Estado de Rondônia. Absurdo de proibição imposta aos taxistas de rodarem com passageiros nas estradas

daquele Estado. Descaso do Presidente da República para com seus ministros, em particular os do PMDB, por não lhes destinar recursos para a execução dos diversos programas elaborados.

12661

SENADOR *WALDECK ORNELAS* – Defendendo incentivos à indústria de papel e celulose nas Regiões Norte e Nordeste.

12663

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Posse no próximo domingo, às 18 horas, na Catedral de Fortaleza – CE, do novo Arcebispo da cidade, Dom Cláudio Hummes. Reivindicações, potencialidades e problemas da região do Cariri cearense.

12664

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Reportando-se à vida do padre Francisco Luppino, em homenagem aos seus 50 anos de ordenação.

12666

4.2.8 – Ofícios

Nº 639/96, de 4 de julho do corrente, da Liderança do Bloco PPB/PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.510, de 28 de junho de 1996.

12666

Nº 862/96, de 17 de julho do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar na Câmara dos Deputados, de indicação e permuta de membros na Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.483-14, de 10 de julho de 1996.

12667

Nºs 137 e 138/96, de 17 de julho do corrente, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação dos Projetos de Lei do Senado nºs 31 e 32, de 1996, em reuniões realizadas em 17 de julho de 1996, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

12667

4.2.9 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 31 e 32, de 1996, sejam apreciados pelo Plenário.

12667

4.2.10 – Requerimento

Nº 710, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro do Planejamento as informações que menciona.

12667

4.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1996 (nº 288/96, na Câmara dos Deputados), que aprova pedido de renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBFAVEM na UNAVEM-III. **Aprovado**, após parecer de plenário favorável. À Comissão Diretora para redação final.

12668

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1996. **Aprovada**. À promulgação.

12668

Projeto de Resolução nº 76, de 1996, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru – SP a

contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S.A., no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinada a execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infraestrutura e saneamento. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final..... 12669

Redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 1996. **Aprovada.** À promulgação..... 12669

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1996 (nº 2.942/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Discussão adiada** para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Requerimento nº 711, de 1996. 12670

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros senhores, que altera o § 7º do art. 14 da Constituição Federal. **Discussão encerrada, em primeiro turno.** 12670

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1996 (nº 41/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. **Discussão adiada** para o dia 23 de julho de 1996, nos termos do Requerimento nº 712, de 1996..... 12671

4.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CARLOS WILSON – Razões do seu desligamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 12671

SENADOR GERALDO MELO – Resposta às declarações do diplomata José Augusto Lindgren Alves, em exposição que realizou na 48ª Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, publicadas no **Jornal do Brasil**, edição do último dia 13, em matéria intitulada **Diplomata critica Congresso.** 12679

SENADORA MARINA SILVA – Desaparecimento de várias pessoas, inclusive crianças, parentes dos acusados do assassinato do vereador Itamar Pascoal, ocorrido no último dia 17. Comunicando à Casa o envio de ofício ao Procurador da Justiça, solicitando a visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana ao Acre, para a elaboração de um plano estadual de direitos humanos. . 12682

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Análise dos programas sociais de bolsa-escola, orçamento participativo, médico de família e renda mínima, que vêm sendo implementados em vários municípios brasileiros. 12683

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Notícia publicada no jornal **O Globo**, de hoje, sobre a compra pela Caixa Econômica Federal da Carteira Imobiliária do Banco Bamerindus 12717

4.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ODACIR SOARES – Gravidade do possível conflito entre caminhoneiros, que bloqueiam à rodovia BR-364, protestando contra a paralisação das obras, devido à inadimplência governamental no que diz respeito à liberação de recursos necessários à continuidade das obras de recuperação, e sem-terras que saíram de Cáceres em direção à Cuiabá..... 12720

SENADOR CASILDO MALDANER – Apelo às autoridades para que seja estimulada a industrialização de medicamentos feitos a partir dos princípios ativos encontrados na flora brasileira e para que seja adotada uma política vigorosa de valorização do setor de pesquisas no Brasil..... 12720

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Realização em Vitória – ES, do 13º Congresso Eucarístico Nacional, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e executado, de forma brilhante, pelo clero capixaba, liderado pelo Arcebispo Metropolitano de Vitória, Dom Silvestre Scandian. 12722

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Solicitando apoio da Casa para projeto de lei de sua autoria, estabelecendo que as reservas cambiais brasileiras, mediante autorização do Conselho Monetário Nacional, poderão ser aplicadas em projetos de infra-estrutura econômica..... 12723

SENADOR TOTÓ CAVALCANTE – Transcrição nos Anais do Senado do Trabalho do professor Rui Rodrigues, sob título **O ESTADO DO TOCANTINS – Desafios e Resultados.** 12724

SENADOR BENI VERAS – Parabenizando os 44 anos de existência do Banco do Nordeste.. 12764

SENADOR JOEL DE HOLANDA – Seminário Formas Alternativas para Solução de Litígios, patrocinado pelo Instituto Liberal, Instituto Frei Caneca e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, realizado nos dias 3 e 4 do mês passado. 12764

4.4 – ENCERRAMENTO

5 – RETIFICAÇÃO

Ata da 14ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 17 de julho de 1996, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 12767

6 – ATAS DE COMISSÕES

1ª e 2ª Reuniões da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, realizadas em 19 e 27 de junho de 1996, respectivamente..... 12773

6ª, 7ª e 8ª Reuniões (extraordinárias) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizadas em 28 de maio, 19 e 26 de junho de 1996..... 12774

**7 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
CONGRESSISTAS**
Portarias nºs 68 e 69, de 1996 12800
8 – MESA DIRETORA
**9 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL**
10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**12 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PAR-
TIDOS**
**13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
**14 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES**
**15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON-
JUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)**

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1996

Aprova a renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na UNAVEM – III.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a renovação, por um ano, do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na missão de Verificação das

Nações Unidas em Angola – UNAVEM – III, a contar do encerramento do atual turno de serviço.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do teor da autorização concedida, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 1996. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 54, DE 1996

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00, equivalentes a R\$19.528.560,00, em 31 de março de 1996, com o aval da União, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar, operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil direitos especiais de saque), equivalentes a R\$19.528.560,00 (dezenove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais), em 31 de março de 1996.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, a conceder aval à operação de crédito de que trata o artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito externo terá as seguintes características:

a) *valor pretendido*: SDR 13.500.000,00 equivalentes a R\$19.528.560,00, em 31 de março de 1996;

b) *juros*: a taxa de juros de referência deve ser determinada anualmente pelo credor, devendo servir de base na computação dos juros sobre o empréstimo para o período, começando a 1º de janeiro e terminando a 31 de dezembro de cada ano. A taxa de juros em 1996 é de 7,07% a.a. (sete vírgula zero sete por cento ao ano);

c) *garantidor*: República Federativa do Brasil;

d) *destinação dos recursos*: implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião;

e) *condições de pagamento*:

– *do principal*: em trinta prestações semestrais iguais, vencendo a primeira em 1º de setembro de 1999 e a última em 1º de março de 2014;

– *dos juros*: semestralmente, em 1º de março e 1º de setembro de cada ano.

Art. 4º O prazo para o exercício desta autorização é de quinhentos e quarenta dias, contado da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 1996. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 1996

Autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru – São Paulo, a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S. A., no valor de R\$10.000.000,00, destinada a execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Bauru autorizada, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S. A., no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinada a execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento.

Art. 2º A operação de crédito a que se refere o artigo anterior tem as seguintes características:

a) valor pretendido: R\$10.000.000,00;

b) encargos: 2,3082% a.m. (dois vírgula três zero oito dois por cento ao mês);

c) destinação dos recursos: execução de viadutos de ligações, sistema viário, obras de infra-estrutura e saneamento;

d) condições de pagamento: em dez prestações mensais, após carência de oito meses;

– dos juros: mensalmente, sem carências;

e) garantia: vinculação de parcelas de Fundo de Participação dos Municípios – FPM e cotas-parte do ICMS.

Art. 3º O prazo para o exercício desta autorização é de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de julho de 1996. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 15ª Sessão Deliberativa Extraordinária em 18 de julho de 1996

2ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: José Sarney, Renan Calheiros, Antonio Carlos Valadares
Ney Suassuna, Romeu Tuma e Jefferson Péres*

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade - Antônio Carlos Magalhães - Antonio Carlos Valadares - Artur da Távola - Bello Parga - Beni Veras - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Carlos Wilson - Casildo Maldaner - Coutinho Jorge - Darcy Ribeiro - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Elcio Álvares - Emília Fernandes - Eptácio Cafeteira - Ernandes Amorim - Esperidião Amin - Fernando Bezerra - Francelino Pereira - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gilvam Borges - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Íris Rezende - Jader Barbalho - Jefferson Peres - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Agripino - José Alves - José Bianco - José Eduardo Dutra - José Fogaça - José Ignácio Ferreira - José Roberto Arruda - José Sarney - José Serra - Júlio Campos - Lauro Campos - Levy Dias - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúcio Coelho - Marina Silva - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Onofre Quinan - Osmar Dias - Pedro Simon - Ramez Tebet - Regina Assumpção - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romero Jucá - Romeu Tuma - Ronaldo Cunha Lima - Sebastião Rocha - Sérgio Machado - Teotônio Vilela Filho - Totó Cavalcante - Valmir Campelo - Vilson Kleinübing - Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 698, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmº Sr. Secretário de Comunicação Social da Presidência da República as seguintes informações:

1. relação das empresas de publicidade vencedoras das concorrências relativas às peças encomendadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a partir de janeiro do corrente, discriminando tipo de concorrência, sua finalidade e valor;

2. discriminação dos contratos pagos diretamente com recursos daquela Secretaria e dos pagos por empresas estatais, especificando o objetivo, o valor, a empresa vencedora e a estatal patrocinante;

3. esclarecimento sobre o âmbito de competência daquela Secretaria com relação à propaganda das empresas estatais;

4. relação dos produtos radiofônicos, jornalísticos e televisuais referentes ao Plano Real, com as respectivas agências contratadas para produzi-los, o montante de cada contrato realizado e o órgão público financiador;

5. discriminação das peças já aprovadas até o final de 1996 e seu respectivo valor, e o nome das empresas vencedoras.

Justificação

Sem dados concretos, informados pela própria Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, pouco poderá fazer o Congressista, em sua função fiscalizadora, inclusive para defendê-la de eventuais insinuações.

Tanto a Constituição quanto o Regimento Interno do Senado referem-se, em seus textos, a Ministros de Estado, como objetos das referidas indagações. No entanto, tal autoridade tem status de Ministro. Além disso, é ela fonte insubstituível das informações que se desejam, uma vez que aprovou ao Presidente da República, na estruturação de seu governo, concentrar tais controles. Isso fez com que as decisões quanto a investimentos em propaganda e publicidade do governo extrapolassem a alçada dos

Ministros de Estado, para tomarem-se em decisões oriundas ou controladas de perto pelo Palácio, através da referida Secretaria.

Eis a razão pela qual solicito a aprovação do presente requerimento de Informações ao Secretário da Comunicação Social da Presidência da República, na forma do art. 216 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. — Senador **Artur da Távola**.

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 699, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, a, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 687, de 1996.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. — **Marina Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - O requerimento que acaba de ser lido é deferido pela Presidência.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

S. Exª dispõe de 5 minutos para proferir o seu discurso.

O SR. GERSON CAMATA - Por 5 minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Em se tratando de uma sessão extraordinária, V. Exª dispõe, na Hora do Expediente, de 5 minutos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta sessão, convocada para a votação do projeto da telefonia privada, da privatização da banda B, talvez seja uma das sessões mais importantes que o Senado Federal realiza no período de convocação extraordinária.

Além da importância do projeto que vamos votar, que é o Item 1 da pauta, preocupa-me, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Item 3 da pauta, que

é um projeto de resolução que permite ao Estado de São Paulo a emissão de letras mobiliárias para se repor de precatórios que pagou antes de 1988, com base em um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Ora, é um caso em que se dá ao Estado de São Paulo uma excepcionalidade, se comparamos aos demais Estados brasileiros. Como se deu ao Estado de São Paulo, no caso do Banespa, naquela votação do Senado em que R\$14 bilhões foram concedidos para sanear o seu banco, um tratamento excepcional que nunca nenhum Estado brasileiro teve.

Se repararmos, durante toda a história da Sudene, São Paulo criticava o Nordeste brasileiro dizendo que ele era um saco sem fundo, que os recursos brasileiros iam todos para o Nordeste. Mas, de uma tacada só, São Paulo levou da União R\$14 bilhões, mais do que a Sudene, em 40 anos, recebeu para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

E enquanto São Paulo pede a boa vontade dos Senadores, enquanto São Paulo pede a boa vontade do Brasil, enquanto a parte mais rica do Brasil suplica à parte mais pobre do Brasil que lhe dê a mão e apóie, não é essa a atitude que São Paulo tem tido com as demais unidades da Federação.

Estamos propondo - e faço esse apelo aos Srs. Líderes - retirarmos a urgência desse projeto de resolução para que nós, Senadores, possamos conversar com o Governador Mário Covas e com as lideranças paulistas, porque a legislação recém-editada por São Paulo destrói a Federação brasileira.

São Paulo se proclama acima de todos os poderes da República. São Paulo glosa todo tipo de crédito e incentivo fiscal concedido por qualquer Estado brasileiro, à sua boa vontade.

Os Senadores de Minas que tomem cuidado, porque os caminhões e os automóveis fabricados pela Mercedes Benz que receberam incentivos fiscais, ao atravessarem a fronteira de São Paulo, serão impedidos de lá entrarem. São Paulo fecha o mercado de consumo, a não ser com o pagamento da diferença do incentivo que foi dado no Estado de origem. Tomem cuidado os Senadores do Paraná, os Senadores de Goiás, os Senadores do Rio de Janeiro, que acaba de instalar a fábrica de caminhões Volkswagen. São Paulo se proclama o rei da República. São Paulo começa a legislar para o Brasil inteiro.

Conhecemos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a figura do Governador Mário Covas. Nós o vimos aqui defendendo a Federação, democraticamente auscultando os seus liderados, liderando na Constituinte. Parece-me estranho que seja esse

mesmo homem democrata que esteja editando essas duas leis que acabam com a Federação brasileira.

Quando propomos o adiamento da votação, isso não significa que queremos votar contra São Paulo. Acho que devemos votar a favor de São Paulo, a favor desse projeto de resolução.

O Sr. Ramez Tebet - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA - Já concluo, Senador Ramez Tebet e concedo o aparte a V. Ex^a.

O que nós pretendemos? Estamos às vésperas da reforma tributária. Há o parecer do Deputado Mussa Demes, na Câmara, a respeito. Em setembro, a reforma tributária estará aqui. Trata-se de um ato da União inteira e do Congresso Nacional em favor do Brasil. É a reforma tributária que vai disciplinar as relações entre os Estados. Não é só o Estado de São Paulo que tem o direito de impor essa legislação.

Nós queremos pedir ao democrata Governador Mário Covas - sei que ele enfrenta dificuldades e nós o estamos ajudando continuamente aqui no Senado - que suspenda essa legislação violenta, essa legislação dura contra os demais Estados brasileiros, até que a reforma tributária, decidida democraticamente no Congresso, discipline o assunto.

O Sr. José Ignácio Ferreira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA - Senador José Ignácio, o Senador Ramez Tebet solicitou um aparte antes de V. Ex^a e vou ouvi-lo agora, com muito prazer.

O Sr. Ramez Tebet - Senador Gerson Camata, quero aplaudir a iniciativa de V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA - E eu quero agradecer V. Ex^a por isso.

O Sr. Ramez Tebet - E vou mais longe. Acho que o assunto está ficando muito grave para nós - Estados pequenos, Estados que não têm a sua economia diversificada - ficarmos calados diante dele. Em primeiro lugar, nós estamos vendo os pequenos Estados, como Mato Grosso do Sul e outros, sufocados, mendigando de porta em porta perante as autoridades do Governo Federal, em busca de recursos para sanar as suas finanças, para pagar os seus humildes funcionários. Nada está sendo feito em favor desses Estados. Recentemente, o Conselho Monetário Nacional deu um refresco para os pequenos Estados. Ao mesmo tempo, dá doses cavalares de ajuda aos Estados de grande importância, de grande porte, de economia diversificada - reconheço -,

como é o Estado de São Paulo. Não é possível esse tratamento tão desigual continuar; não é possível a Federação brasileira ficar alijada. E quando vejo que V. Ex^a ocupa a tribuna, representante que é do Estado do Espírito Santo, para verberar a guerra que São Paulo está fazendo, não somente contra os Estados que estão se industrializando, mas também contra aqueles que querem ter perspectiva de gerar empregos, aqueles que representam a fronteira agrícola deste País, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e outros, sinceramente não posso ficar calado. E hoje, que está em pauta mais um socorro ao Estado de São Paulo - se bem percebo, V. Ex^a está aí a dizer isso -, eu queria, se fosse possível, até mesmo retirar de pauta o requerimento de urgência. Perdoe-me o Presidente desta sessão do Senado, Senador Romeu Tuma, grande representante do Estado de São Paulo, mas entendo que se nós, no Senado da República, não reagirmos, não sei o que vai acontecer com Mato Grosso do Sul, com Mato Grosso, com Goiás e com outros Estados, que estão impedidos de progredir, de avançar. Urge que se respeite a Federação brasileira. Sou Vice-Líder do Governo, mas, nesta hora, dispo-me dessa qualidade para fazer um apelo às autoridades econômicas, ao próprio Presidente da República e também ao espírito democrático de Mário Covas, que honrou o Senado da República. Um homem digno e honrado que está à testa, mas que não pode decretar essa guerra em detrimento das outras Unidades da Federação brasileira. Quero abraçar efusivamente V. Ex^a, dar-lhe o meu apoio, porque não estou apoiando o seu discurso, mas sim a Federação brasileira. Chegou a hora de reagirmos nesse sentido. O Senado da República tem essa responsabilidade, porque representamos os Estados brasileiros. Senador Gerson Camata, está na hora de todos os companheiros do Senado seguirem o grito de V. Ex^a. Eu o acompanho. Apelo aos companheiros do Senado para que façam o mesmo, a fim de que possamos realmente defender a Federação brasileira, cuja incumbência primordial é do Senado da República. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA - Senador Ramez Tebet, o aparte de V. Ex^a praticamente resume tudo aquilo que eu queria dizer.

V. Ex^a resalta um dado muito importante: não se trata da defesa do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, do Paraná, nem do seu Mato Grosso, mas da Federação.

O Governador de São Paulo pratica esses atos de uma maneira muito violenta e quase que na cala-

da da noite, quando estamos aqui nos preparando para votar a reforma tributária, a relação fiscal entre os Estados. Essa decisão tem que ter a unanimidade do Congresso Nacional, e não ser uma imposição do Estado de São Paulo.

O Senador José Ignácio, que compreende muito bem as dificuldades pelas quais passam os Estados menores, chamou-me a atenção e vai falar sobre isso. Até a imprensa de São Paulo, consciente, começa a verberar em relação à ação do Governo paulista contra nós.

O Estado de S.Paulo, em um artigo do José Casado, diz:

A elite do mais rico integrante da Federação declarou guerra fiscal em plena discussão da reforma tributária no Governo Federal e no Congresso. É óbvio que, de Manaus a Porto Alegre, haverá uma reação. As consequências políticas são imprevisíveis.

O Sr. Lúdio Coelho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA - Ouço V. Ex^a com muito prazer. prazer.

O Sr. Lúdio Coelho - Nobre Senador Gerson Camata, estou de pleno acordo com V. Ex^a. Há pouco tempo, aprovamos a compra de aeroportos, de estradas de ferro e outros para equilibrar as contas das estatais do Estado de São Paulo. Creio que está na hora de o Senado avaliar melhor o atendimento dos pleitos daquele Estado. O Senador Ramez Tebet fez referência aos Estados menores. O meu está passando por inúmeras dificuldades, oriundas de governos anteriores e quase insuperáveis. Penso que está na hora de o Governo examinar mais cuidadosamente as dificuldades dos Estados, provenientes do ajustamento econômico. Aqueles que têm a sua economia apoiada em produtos primários estão passando por dificuldades muito sérias, principalmente a nossa agricultura e a nossa pecuária, e as receitas públicas caíram muito, assim como as particulares. Apoio V. Ex^a e creio que está na hora de o Senado segurar um pouco, no que diz respeito à liberação de recursos, para que São Paulo ordene melhor seus gastos e a Nação não compactue com um endividamento ainda maior. Estou de acordo com a proposta de V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA - Muito obrigado, Senador Lúdio Coelho.

A experiência de V. Ex^a vem no mesmo caudal no qual se integraram tantos Senadores. Pretendemos exatamente defender a Federação, e o grande

fórum a que V. Ex^a se refere para pensarmos sobre o problema fiscal do País é a reforma tributária.

Na Comissão de Economia da Câmara, já está aprovado o Relatório Mussa Demes. Ele virá para o Senado entre setembro e outubro e ainda este ano será feita a reforma tributária. Esse é o fórum.

Não posso acreditar que apenas um Estado possa impor a sua lei, a sua vontade, ao talante do que quer sobre todos nós, brasileiros, e sobre as demais Unidades da Federação. Até um jornal do próprio Estado de São Paulo diz que a elite econômica está declarando guerra fiscal aos demais Estados brasileiros.

O Sr. Valmir Campelo - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERSON CAMATA - Com prazer, ouço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A Presidência alerta aos Srs. Senadores que, como a Ordem do Dia será realizada na sessão extraordinária, cada orador tem direito de usar da palavra por 5 minutos. Solicito que os apartes sejam breves.

O Sr. Valmir Campelo - Serei bem objetivo. Nobre Senador Gerson Camata, a sua tese me convence de que V. Ex^a está com a razão. Creio que a sugestão de V. Ex^a em pedir a retirada da urgência para que o assunto seja discutido com o Governo de São Paulo tem cabimento e lógica. Portanto, quero ser o primeiro Líder a retirar a urgência desse pedido.

O SR. GERSON CAMATA - Senador Valmir Campelo, muito obrigado. V. Ex^a pratica um ato em favor de Brasília e da Federação brasileira.

Agradeço a sua posição firme, que não difere de tantas outras que tem tomado, na liderança de seu Partido no Senado.

O Sr. Francelino Pereira - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Gerson Camata?

O SR. GERSON CAMATA - Pois não, ouço V. Ex^a.

O Sr. Francelino Pereira - Senador Gerson Camata, estamos sendo surpreendidos com o noticiário de hoje, onde observamos textos de articulistas da imprensa brasileira, inclusive de São Paulo. É preciso preservar a Federação, e essa manifestação, esse ato do Governo paulista, liderado pelo Governador Covas, efetivamente joga por terra todo o sistema federativo e agrava o sistema fiscal em detrimento de todos os Estados brasileiros e em benefício apenas do Estado de São Paulo. Esta Casa tem sido muito generosa com São Paulo, extremamente generosa, através de atos que efetivamente

aprovamos na absoluta certeza de que os recursos financeiros jamais retornariam aos cofres da União, tinham apenas o intuito de preservar a situação daquele Estado. Esse não é o expediente que o Governador Covas deveria praticar. É preciso preservar a Federação. Inclusive o meu Estado, Minas Gerais, será inevitavelmente prejudicado por essa decisão de S. Ex^a. Dessa maneira, quero felicitar a sua iniciativa e a do Senador José Ignácio, que nos despertaram a atenção para esse problema, e manifestar a nossa inteira solidariedade contra a decisão do Governo paulista.

O SR. GERSON CAMATA - Senador Francellino Pereira, o apoio de Minas, nesta luta pela Federação, historicamente é importantíssimo.

Minas sempre foi um Estado que liderou o Brasil nesse aspecto, sempre foi o Estado mais brasileiro que temos. A mineirice é uma brasilidade um pouco fechada naquelas montanhas.

Historicamente, Minas tem tido essa posição.

Encerrando o meu pronunciamento, quero dizer a V. Ex^a que não estamos aqui entendendo que devemos votar contra o projeto de São Paulo. Não! Apenas estamos querendo adiá-lo.

Conheço o Governador Mário Covas, sou admirador do seu espírito democrático e creio que, através do diálogo, S. Ex^a, nesse espaço de tempo, será capaz de verificar que houve uma exorbitância por parte de São Paulo.

Aquele Estado declarou guerra às demais Unidades da Federação, e o fórum para se examinar a questão não é a Assembléia Legislativa, mas o Congresso Nacional, onde se debate a reforma reforma fiscal.

Feito isso, como já o fizemos tantas vezes, apoiaremos a pretensão de São Paulo, daremos ao Governador Mário Covas a sustentação que necessita. Mas queremos que S. Ex^a permita aos demais Estados o mesmo desenvolvimento de São Paulo - que é como a Europa dentro do Brasil.

Se aquele Estado atingiu esse desenvolvimento, foi por causa do grande mercado consumidor que o Brasil lhe deu, protegendo-o durante tantos e tantos anos.

Pois bem, queremos esse diálogo, queremos estabelecer os princípios federativos. Consideramos que o fórum para a matéria seja a reforma fiscal no Congresso Nacional, e não a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

O Sr. Jefferson Péres - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, o Senador Jefferson Péres me solicita um aparte, V. Ex^a o permite?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - O tempo já se esgotou, mas solicito que V. Ex^a seja breve.

O SR. GERSON CAMATA - Obrigado, Sr. Presidente, e encerrarei em seguida ao aparte.

Ouçõ o aparte do nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres - Nobre Senador Gerson Camata, V. Ex^a tem inteira razão quando critica a guerra fiscal aberta por São Paulo. V. Ex^a pode contar com a minha integral solidariedade.

O SR. GERSON CAMATA - Nobre Senador, agradeço mais uma vez a V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Péres - Mas, nobre Senador Gerson Camata, creio que estamos de acordo em relação ao fato de que não devemos, por isso, declarar guerra a São Paulo.

O SR. GERSON CAMATA - Claro, não é isso que pretendo.

O Sr. Jefferson Péres - O Governador Mário Covas tem um grande espírito público. É um homem aberto ao diálogo. Não devemos, Senador Gerson Camata, rejeitar esse Projeto...

O SR. GERSON CAMATA - E nem pretendo.

O Sr. Jefferson Péres - ... em represália ao Estado de São Paulo.

O SR. GERSON CAMATA - Não, nobre Senador. Absolutamente. Pelo contrário.

O Sr. Jefferson Péres - Permita-me também discordar um pouco de V. Ex^a. Não devemos adiar essa votação para antes conversarmos com o Governador Mário Covas. Pareceria quase que uma imposição: "ou V. Ex^a faz isto ou não aprovamos". Seria muito mais elegante, nobre Senador Gerson Camata, aprovarmos essa proposição e iniciarmos a negociação com o Governador Mário Covas. Se for preciso brigar com São Paulo, brigaremos, mas não em torno de um projeto que pode ser bom - devemos observar isso - para o povo de São Paulo. É apenas isso, nobre Senador.

O SR. GERSON CAMATA - Nobre Senador Jefferson Péres, encerrando - agora encerro mesmo, Sr. Presidente, e agradeço a condescendência de V. Ex^a -, digo que a minha primeira manifestação nesta tribuna foi dizer que votarei favoravelmente à proposta. Disse ainda que o Senado Federal deve ajudar o Governador Mário Covas no grande esforço que está fazendo pela recuperação do seu Estado. E não só S. Ex^a: todos os demais Governadores merecem o nosso apoio, tão necessário nessa hora difícil por que passam. Acredito que devemos apenas postergar a votação para que possamos ter então um diálogo franco com o Governador Mário Covas,

mediante o qual mostraríamos a S. Exª que a reforma tributária, prevista para ser analisada por esta Casa daqui a três meses, vai solucionar todos esses problemas.

São Paulo não se deveria antecipar. Trata-se de um ato, digamos, de hostilidade para com os demais Estados brasileiros e até para com o Congresso Nacional, que vai decidir sobre esse assunto. É esse o apelo que faço. Como eu disse, reconheço que o Governador Mário Covas é um democrata, tem grande espírito público. Não sou amigo de S. Exª; sou admirador, fã de carteirinha do Governador. Penso que ocorreu excesso de zelo, por parte de alguma área técnica do Governo de São Paulo, capaz de induzir o democrata, o grande batalhador das causas da democracia, Mário Covas, a um ato que talvez não praticasse se antes tivesse tido a oportunidade de conversar com seus ex-colegas Senadores que aqui estão. É esse o espírito.

Voto favoravelmente à proposta, mas gostaria que sua votação fosse adiada. Penso que todos aqui têm este pensamento: queremos amplo e total diálogo com o Governador, em favor não do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Rio Grande, do Paraná, do Pará ou de Mato Grosso, mas de toda a Federação brasileira. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gerson Camata, o Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - A Presidência comunica que determinou a distribuição do Parecer nº 415, de 1996, do Código de Trânsito. Será colocado nas bancadas dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Sr. José Ignácio Ferreira, por cinco minutos, por permuta com o Senador Valmir Campelo.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vejam V. Exªs, sobretudo veja V. Exª, Senador Romeu Tuma, que preside esses trabalhos, como é desconfortável a nossa situação.

Pessoalmente sou, como disse o eminente Senador Gerson Camata, mais do que um amigo do Senador Mário Covas; sou um admirador, sou alguém que lhe rende homenagens íntimas, permanentes e explícitas.

O Governador Mário Covas está realizando um Governo marcado pelas dificuldades, enormes dificuldades. Trata-se de uma tarefa muito maior do

que a enfrentada por qualquer governador do passado, em São Paulo. As dificuldades passaram de um para outro Governador daquele Estado e caíram todas no colo do Governador Mário Covas. Quer dizer, os problemas apareceram agora, que o vento encostou a folha na parede. Não há mais para onde ir, o Governador Mário Covas é obrigado a enfrentar dramaticamente todas essas questões. Isso é reconhecido por nós, que temos permanentemente enaltecido o trabalho que S. Exª desenvolve em São Paulo. Convivi nesta Casa, durante longos anos, com o Governador Mário Covas. Reconheço o seu valor de democrata, de homem digno, reconheço o fato de ser S. Exª um referencial de todas as virtudes cívicas e éticas. Por essa razão, considero extremamente desconfortável essa situação de estar aqui, nesta tribuna, posicionando-me da maneira como agora o faço.

Acontece que nos reunimos com a Federação das Indústrias do meu Estado - peço a atenção do Presidente da CNI, Senador Fernando Bezerra -, que nos expôs a situação por que passa, para que instássemos ao Governador Mário Covas no sentido de pôr cobro a essa situação. A essa gestão da Federação das Indústrias do Espírito Santo somam-se gestões de outras Federações em outros Estados. Na verdade, não se pode perguntar qual é o Estado que não é prejudicado por essa lei. Todos os Estados da Federação o são. O Jornalista José Casado, em artigo publicado no **O Estado de S. Paulo**, no dia 17 de Julho de 1996, diz: "É óbvio que de Manaus a Porto Alegre haverá reação, e as consequências políticas são imprevisíveis".

Na verdade, Sr. Presidente, estamos perguntando o porquê dessa situação. Não a debitamos ao Governador Mário Covas, porque trata-se de lei votada em Assembléia. Havia uma outra normatização que a ela se soma. Portanto, não é fato novo. Mas a verdade é que a situação existe e sobre ela temos que nos debruçar. Existe uma espada de Dâmoqueles permanentemente sobre a cabeça de cada Estado.

O Sr. Romeu Tuma - Senador José Ignácio Ferreira, permite V. Exª um aparte quando possível?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Esclareço, Sr. Presidente, que o nosso posicionamento não é personalizado, não é dirigido contra o Governador Mário Covas. Se o fosse, eu não estaria aqui. Aqui estou na condição de representante. Há uma relação estreita entre o meu comportamento e a vontade daqueles que represento. Não me posso omitir em uma hora dessas, Sr. Presidente.

Vim para o Senado Federal muito mais para pensar nos desníveis regionais do que nos desníveis sociais, até porque acredito que os desníveis regionais são a geratriz dos desníveis sociais. Não posso entender esse comportamento não do Governador Mário Covas, do democrata Mário Covas, do homem digno Mário Covas, do lutador ingente que enfrenta uma batalha tão terrível como talvez não se tenha paralelo na História Republicana brasileira, em qualquer outro Estado.

Temos uma luta contra esses deslizamentos, nessa hora dramática em que o Brasil se pergunta: Por que essa Federação ainda persiste? Tantos foram os obstáculos que a ela se antepuseram. Como este País se manteve íntegro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Como este País pôde manter-se íntegro na América Latina? Como manteve sua integridade, sendo um País em que se fala a Língua Portuguesa, enquanto os outros, em que se fala a língua hispânica, se desagregaram? O único País que manteve a sua integridade e onde se fala a Língua Portuguesa é o Brasil. Nosso País enfrentou uma inflação de quase 100%, e não se desagregou; manteve a sua integridade. No entanto, observa-se que persistentemente as gestões são feitas no sentido de desintegrar este País. A chamada guerra fiscal nada mais é do que a tentativa dos Estados de colocarem o nariz acima da superfície para respirar um pouquinho.

Portanto, às vésperas da chegada ao Senado, após a aprovação pela Câmara, do Código Tributário, preocupa-nos uma lei como essa. Retiramos, por absolutamente incabível, qualquer enfoque sobre a figura íclita, respeitada do eminente Governador. Mas a nossa posição é a de representantes. Estamos sendo instados pela nossa Federação das Indústrias, pelas forças econômicas de um Estado que, dentro da Região mais rica do Brasil, a Região Sudeste, é menos aquinhoado pelas benesses do Governo Federal e pelas circunstâncias. Todas essas renúncias fiscais, tudo isso que acabou beneficiando São Paulo e outros Estados que comandam esta Federação nem sempre alcançou o Espírito Santo, que, apesar disso, no ano passado, cresceu 7,99% do seu próprio PIB, enquanto a União Federal cresceu apenas 4,2%. Portanto, às suas próprias custas, o Espírito Santo cresceu o dobro da União Federal em 1995: 7,99% contra 4,2% da União Federal.

De maneira que desejo deixar bem claro que a nossa posição é de absoluto respeito à figura do Governador e também de não pretender votar contra

esse projeto. Apenas desejamos retardar um pouco a sua votação, para termos a oportunidade de colocar essa situação mais claramente - situação que não é de um Estado só, mas de todos os demais Estados da Federação, à exceção de São Paulo - perante o Governo de São Paulo, para que repense a realidade que está criada, a qual prejudica todos os outros Estados.

O Sr. Romeu Tuma - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Fernando Bezerra - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Primeiro, concederei o aparte ao Senador Romeu Tuma, que desde o começo da nossa fala estava-o solicitando; em seguida, concederei a V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Romeu Tuma - Senador José Ignácio Ferreira, agradeço a V. Ex^a por conceder-me o aparte. Estava presidindo a Mesa, mas vim ao plenário para ter a oportunidade de compreender as aflições e os pontos de vista dos Srs. Senadores, representantes dos Estados brasileiros. V. Ex^a é testemunha, como os outros membros deste Congresso que militaram com Mário Covas, de que S. Ex^a é um patriota, um democrata e um federalista. Sempre defendeu e defende a Federação. Ouço falar em guerra fiscal desde que estava em Brasília dirigindo a Polícia Federal. Depois, fui Assessor especial do Governador Fleury e S. Ex^a entrava no Supremo Tribunal com algumas concessões de alguns Estados e dizia que São Paulo não poderia, por muito tempo, suportar a guerra fiscal, porque vinha perdendo não novos investimentos, mas parcela das indústrias que tinham já tradição em São Paulo e levavam parte das suas produções para outros Estados, em razão dos incentivos fiscais. Penso que este é o momento decisivo para se discutirem as concessões, quando uma reforma tributária não consegue resolver a zorra em que se encontra o sistema tributário brasileiro. Os Senadores Beni Veras, Antonio Carlos Magalhães e tantos outros têm feito projetos ao Governo Federal de estímulos e incentivos a serem concedidos aos Estados do Nordeste, para que se desenvolvam e para que se tenha um equilíbrio econômico, para o bem da sociedade brasileira. V. Ex^a coloca bem a questão, defendendo a pessoa de Mário Covas. Faço um apelo ao Senador Valmir Campelo e aos outros Líderes para que atendam à postura do Senador Jefferson Péres e não retirem a urgência. Tenho certeza absoluta de que o Governador Mário Covas será o primeiro a abrir as portas para discutir

o assunto. Que essa reforma tributária tenha a urgência necessária, porque há mais de um ano e meio nela se fala; se a mesma não consegue caminhar nem na Câmara Federal, quanto tempo demorará para chegar aqui? Realmente, em São Paulo estava crescendo, assustadoramente, a onda de desemprego. Provavelmente, o Governador Mário Covas, com a Assembléia, tomou uma posição a respeito, talvez para abrir uma discussão mais clara, mais correta, sobre o equilíbrio fiscal. São Paulo tem interesse em que os outros Estados se desenvolvessem. São Paulo vem pedindo socorro, de modo angustiante, a esta Casa, porque sua situação é difícil. Pediria a V. Exª que não retirasse a urgência, que permanecesse a votação e que procurássemos, imediatamente, convocar o Governador Mário Covas para uma reunião, pois S. Exª estará aberto a isso. V. Exª é amigo dele; o Senador Elcio Alvares poderá liderar essa conversa. Talvez pudéssemos convocar também uma reunião com os Governadores para que se estanque esse desespero de cada Estado tentar resolver internamente os seus problemas e para apressarmos o Governo Federal no sentido de dar urgência à reforma tributária. Agradeço a V. Exª pela oportunidade do aparte.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Agradeço a V. Exª pelo aparte, nobre Senador Romeu Tuma. V. Exª, pela mesma razão com que outros se posicionam aqui pelo adiamento da urgência, posiciona-se contra, posiciona-se para que seja votado hoje. V. Exª é um representante do seu Estado. É exatamente a representatividade que nos traz à tribuna para nos manifestarmos nesse sentido. Reconhecemos e compreendemos a posição de V. Exª e, pelas razões que a inspiram, estamos mantendo a nossa postura.

O Sr. Fernando Bezerra - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Vou conceder o aparte a V. Exª, eminente Senador Fernando Bezerra, com autorização do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O tempo de V. Exª já está exaurido; por isso, pedimos que o aparte seja breve.

O Sr. Fernando Bezerra - Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador José Ignácio, serei muito breve. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz aqui e externar também a minha preocupação com esse projeto que vem na direção do crescimento dos desníveis regionais. Essa é uma preocupação que todos nós, brasileiros, devemos ter. Lamento profun-

damente a posição do Estado de São Paulo. Reconheço todas as qualidades e todas as virtudes, como V. Exª também reconhece, do grande líder, Governador Mário Covas. Queria apenas, no tempo escasso que tenho, hipotecar minha solidariedade ao posicionamento de V. Exª.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Muito obrigado a V. Exª, pois seu apoio é também extremamente valioso, como Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

O Sr. João Rocha - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, permite-me V. Exª conceder mais um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Presidência solicita a V. Exª que seja breve, porque o seu tempo já se exauriu.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Tem V. Exª o aparte, eminente Senador João Rocha.

O Sr. João Rocha - Nobre Senador José Ignácio Ferreira, acompanhamos atentamente as colocações feitas por V. Exª com a preocupação que também temos de saber se podemos entender o Brasil como unidades federadas ou se devemos começar a pensar em unidades independentes. Nobre Senador, ouvindo o pronunciamento de V. Exª, tivemos a oportunidade de coletar, no gabinete, informações reais sobre o total de receitas do ano de 1995, receitas totais de ICMS e transferências da União para as regiões do País. Veja V. Exª como é grande a disparidade. Vamos, primeiro, ater-nos ao item ICMS. No ano de 1995, a arrecadação total no País do ICMS foi exatamente de R\$47 bilhões. Desse total, R\$29 bilhões ficaram com a região Sudeste e R\$7,6 bilhões com a região Sul. Em resumo, nobre Senador, dos R\$47 bilhões de uma das fontes mais importantes de receita do País, exatamente 76,74% ficaram concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Vejamos as transferências constitucionais feitas pelo Governo, no mesmo exercício. Num total de R\$17 bilhões, quase um terço da arrecadação total de ICMS, as regiões Sul e Sudeste também tiveram uma expressiva participação, ficando com R\$6 bilhões. Nesta Casa, começamos a discutir que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficam com o maior bolo da arrecadação. É totalmente infundada a informação, porque os dados verdadeiros estão aqui. Concluindo, o total da arrecadação de ICMS mais as transferências constitucionais para os Estados totalizaram exatamente R\$64 bilhões. Desse total do bolo das principais receitas e transferências, as regiões Sul e

Sudeste continuaram mantendo uma expressiva participação de quase 67%. A colocação que quero fazer, neste momento, como sempre tem frisado a Bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é no sentido de que precisamos integrar o País. Para isso, precisamos de uma divisão melhor do bolo da arrecadação tributária e das transferências constitucionais, porque na hora do endividamento a Região Sul e Sudeste também assume uma liderança absoluta, pelos dados concretos e verdadeiros. Vejamos o caso da dívida interna e externa das capitais, ao valor de maio de 1996. Do total de 10 bilhões - São Paulo deve 60% desse total e o Rio de Janeiro 27% -, 87% das dívidas das capitais estão em dois Estados: Rio de Janeiro e São Paulo. Vou um pouco mais longe, vou fazer uma análise crítica agora do Orçamento de 1996. Das dotações orçamentárias para 1996, as transferências realizadas até hoje dos recursos alocados a Região Norte ficou com 8%, o Sul e Sudeste com 60% - mais uma vez mantendo o mesmo pique. Com relação às dívidas de títulos estaduais e municipais, de um total, em maio de 1996, de R\$44 bilhões, o Banco Central já tinha assumido com três Estados das Regiões Sul e Sudeste exatamente R\$30 bilhões desse dívida. Onde queremos chegar? Como sempre citei, não temos nada contra o Sul, contra o Sudeste. Sou contra essa forma perversa, má, mal dirigida, mal orientada da distribuição do bolo da receita nacional. V. Ex^a tem razão quando discute esse assunto, afinal queremos um Brasil de todos nós, que tenha condições de distribuir bem nossa riqueza. Entretanto, estamos vendo com números frios, com dados que essa receita continua sendo mal distribuída, mal orientada. Estão sempre concentrando recursos nas regiões mais ricas. Não tenho nada contra essas regiões, mas sim contra a forma de comportamento usado na distribuição dos recursos, forma essa até aprovada por esta Casa e pelo Executivo.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Muito obrigado. V. Ex^a é sempre um estudioso dessas questões de desníveis regionais e com números revela aqui a situação calamitosa, gravíssima e de desnivelamento entre as regiões pobre e ricas do País.

Quero concluir afirmando que ninguém está contra o Estado de São Paulo. Eu, pessoalmente, vou votar essa proposição na ocasião oportuna. O que estamos pedindo e o que foi acordado por todos os Líderes do Senado, à unanimidade, é a retirada da urgência do projeto de lei que autoriza o Governo

do Estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado.

O que vamos fazer? Vamos votar contra São Paulo? Não, tanto que não votamos contra quando se propuseram, aqui, os benefícios em favor da solução do caso Banespa. Votamos felizes, porque sabíamos que não poderíamos deixar prejudicado tão gravemente o maior Estado da Federação. Mas agora, não; desejamos esse adiamento.

Quanto à questão dos líderes paulistas, que se posicionaram a favor dessa lei, entendemos bem. São as suas convicções em termos de estrutura federativa. Quer dizer, a visão deles é de que isso não prejudica, não danifica o interesse federativo, e a nossa visão é de que isso gravemente afeta o interesse da Federação, já combatida, que queremos ver restaurada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Ignácio Ferreira, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

Durante o discurso do Sr. José Ignácio Ferreira, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O art. 188 do Regimento Interno preceitua:

"Em sessão extraordinária, só haverá oradores, antes da Ordem do Dia, caso não haja número para as deliberações."

O Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 700, DE 1996

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 281 c/c o art. 372, do Regimento Interno, a dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 418, de 1996, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. - **José Sarney**.

O Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Esta Presidência informa que o avulso da matéria está sobre a bancada dos Srs. Senadores.

Aprovado o requerimento, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 23, para discussão em primeiro turno.

Esgotado o período destinado ao Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 688, de 1996)

Discussão, em turno único, do projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996 (nº 1.287/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre o órgão regulador e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 416 e 417, de 1996, das Comissões

- de **Constituição, Justiça e Cidadania** e de **Assuntos Econômicos**, conjunto, favorável, com emendas de nº 1 e 2 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, que apresenta; Vencido, em parte, o Senador Josaphat Marinho e vencidos os Senadores Lauro Campos, Eduardo Suplicy e Ademir Andrade. Com votos em separado dos Senadores José Eduardo Dutra e Antonio Carlos Valadares na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

e

- de **Serviços de Infra-Estrutura**, favorável, nos termos do Parecer nº 416/96-CCJ/CAE, com voto vencido em separado do Sr. Senador Hugo Napoleão e vencidos os Srs. Senadores Ademir Andrade e José Eduardo Dutra.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Senador Renan Calheiros.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 3-PLEN

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996
(Nº 1.287/96, da Casa de origem)

Suprima-se o art. 4º.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 4-PLEN

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996
(Nº 1.287/96, da Casa de origem)

Suprima-se o art. 5º.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 5-PLEN

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996
(Nº 1.287/96, da Casa de origem)

Suprima-se o art. 13.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

EMENDA Nº 6 – PLEN AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 1996
(Nº 1.287/96, da Casa de origem)

Dê-se ao artigo 13 a seguinte redação:

Art. 13. Fica autorizada a criação da Comissão Nacional de Comunicações – CNC, órgão regulador a que se refere o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal, com independência decisória e autonomia orçamentária e financeira, cuja competência, estrutura e atribuições serão estabelecidas em legislação específica, devendo o Presidente da República encaminhar o respectivo projeto de lei ao Congresso Nacional.

Parágrafo único. O Ministério das Comunicações, até que seja instalada a Comissão Nacional de Comunicações – CNC, exercerá as funções de órgão regulador, mantidas as competências de regulamentação, outorga e fiscalização dos serviços de telecomunicações a ele atribuídas pela legislação em vigor.

Justificação

O projeto aprovado na Câmara, no parágrafo único de seu art. 13, a pretexto de sanar inconstitucionalidade de natureza material, por desrespeito aos preceitos da Emenda Constitucional nº 8, de

1995, cria, formalmente, no **caput**, o órgão regulador, denominado de "Comissão Nacional de Comunicações", conferindo-lhe independência decisória e autonomia orçamentária e financeira. Determina, ainda, que definições quanto a suas atribuições, competência e estrutura deverão ser objeto de projeto de lei específica, encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional no prazo de seis meses, a contar da vigência desta lei, após o que a iniciativa legislativa será exercida, cumulativamente, com o Congresso Nacional.

A fórmula adotada pelo projeto da Câmara, de "criar" o órgão regulador, é inusitada. Cria, mas delega a outro dispositivo legal a atribuição de estabelecer aquelas características essenciais que conferem materialidade ao órgão, além de ser omissa em relação à sua vinculação institucional, ponto da maior relevância para a determinação de suas relações de dependência política e de sua capacidade de mediação dos interesses do Poder Público, do setor privado e da sociedade, o usuário final.

Além disso, o dispositivo agride a Carta Magna em dois pontos:

a) não poderia ter tomado a iniciativa de criar a Comissão Nacional de Comunicações

s, pois, ao fazê-lo, inclui no projeto de lei disposição que conflita com a que determina a Constituição quanto à capacidade legislativa privativa do Presidente da República de propor ao Congresso Nacional os projetos de lei que disponham sobre a criação de órgãos da administração pública (CF, art. 61, parágrafo 1º, inciso II, alínea "e").

b) desrespeita a Carta Constitucional ao determinar que, expirado o prazo conferido ao Poder Executivo para encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei regulamentando o "órgão regulador", a competência passaria a ser exercida cumulativamente pelo Congresso Nacional, numa usurpação da competência do Presidente da República.

O art. 21 da Carta Magna é expressão do princípio da separação dos poderes, definido pelo legislador constituinte de 1988, como cláusula pétrea, ou princípio inamovível da Constituição. O Congresso Nacional não pode criar-lhe exceções, nem mesmo pela via da emenda constitucional, no exercício de seu poder constituinte derivado. A lei ordinária, com muito mais razão, deveria render-se ante tal disposição.

O Art. 13 é, portanto, na forma em que se encontra, inconstitucional.

A simples supressão do dispositivo, entretanto, levantaria, segundo argumentação apresentada por

alguns Senadores, a possibilidade de arquição de inconstitucionalidade de lei, pois que esta, sem dispor sobre o órgão regulador, não atenderia às disposições do art. 21, XI, da Constituição. Assim, optamos por manter o dispositivo com nova redação que sane os vícios acima apontados.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. – Senador **Antonio Carlos Valadares**

EMENDA Nº 7-PLEN

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 1996 (Nº 1.287/96, da Casa de origem)

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 32, de 1996, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. 15. É permitido ao Poder Público autorizar a exploração do serviço comunitário de telecomunicações a entidades civis sem fins lucrativos de caráter comunitário, abrangendo emissoras de radiodifusão sonora em frequência modulada (rádio FM) com potência de até 50 watts e emissoras de radiodifusão de sons e imagens (televisão) com potência de até 150 watts.

§ 1º – As estações do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas nacional e regional;

III – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV – não discriminação religiosa, político-partidária e racial nas relações comunitárias.

§ 2º – São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações civis sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sediadas na área da comunidade a qual pretendem prestar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e que mantenham domicílio e residência na área objeto da outorga.

§ 3º Não poderão habilitar-se à exploração do Serviço Comunitário de Telecomunicações empresas ou entidades controladas pela União, Estados ou Municípios, ou de que sejam parte, permissionárias ou concessionárias de serviço de rádio ou televisão, na ocorrência de superposição de áreas de serviço ou pessoa a elas vinculadas, com participação

superior a 10% (dez por cento) das cotas do capital votante.

§ 4º A autorização para exploração do serviço é outorgada pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovada por igual período, desde que mantido o atendimento do interesse da comunidade.

§ 5º Ficam dispensados de certificação os equipamentos utilizados nas estações, desde que a sua potência nominal não supere os limites previstos no **caput** deste artigo, atendidos os requisitos mínimos de qualidade do sinal, estabelecidos pelo Poder Executivo na regulamentação desta lei.

Justificação

Temos como de imperiosa necessidade para o país, a regulamentação do Serviço Comunitário de Telecomunicações, abrangendo o rádio (FM) e a televisão, visto que, principalmente no que toca às emissoras de radiodifusão, muitas delas exploram a atividade há muitos anos de forma clandestina sem o diploma legal que lhes garanta o seu funcionamento normal.

Num país de dimensões continentais como é o Brasil, justifica-se plenamente a exploração do Serviço Comunitário de Telecomunicações, pois o mesmo irá propiciar às populações locais o acesso à informação, notadamente a cultural, a artística e a educacional, e assim poderemos acelerar o nosso processo de democratização, inclusive os relativos ao sistema de comunicação, como aliás recomenda a Constituição Federal.

Prevê a nossa Constituição no art. 5º, inciso IX:

"É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença."

E no art. 215, determina:

"O Estado garantirá o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Então, o objetivo da presente proposição visa a assegurar a quantos desejam utilizar-se desse direito previsto na Constituição um diploma legal através do qual possam exercer esse mesmo direito sem quaisquer constrangimentos ou atos de coação.

Sala das Comissões, 18 de julho de 1996. —
Senador **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para justificar as Emendas de nºs 3, 4 e 5 de sua autoria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, antes gostaria de apresentar uma questão de ordem, na forma do art. 403 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, vou até a tribuna, pois aqui não estou conseguindo falar nem raciocinar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço a atenção do Plenário, há um orador na tribuna que pede para ser ouvido pelos seus eminentes colegas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a questão de ordem tem como base a discussão havida na última reunião da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça, quando este projeto foi apreciado por três Comissões: a própria CCJ, a Comissão de Infra-Estrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos.

Nessa reunião ficou mais do que evidenciado que o Projeto de iniciativa do Presidente da República - o Projeto de Lei da Câmara nº 32 -, que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre órgão regulador e dá outras providências, apresenta três inconstitucionalidades flagrantes. Os Senadores Jefferson Péres, Esperidião Amin, Josaphat Marinho e Bernardo Cabral manifestaram-se de forma clara pela necessidade de extinção pura e simples dos artigos considerados inconstitucionais, a fim de que, futuramente, o Tribunal Federal não venha a receber ações de inconstitucionalidade.

O Senador Josaphat Marinho, por exemplo, disse o seguinte: "Integrante da Bancada do PFL, não posso, entretanto, aceitar a tese de aprovação irrestrita do projeto. Aprovarei o projeto com as ressalvas de algumas das emendas. É que, antes da ótica do Governo, devo obediência à ótica da Constituição. Nem é possível aceitarmos a razão da conveniência, não só alterar o projeto que haja de retornar à Câmara dos Deputados. Ou o regime é bicameral ou não. E se não o é vamos alterar a Constituição e torná-lo unicameral, mas não é possível continuar este regime aqui de todo o projeto importante de lei ordinária ou de emenda à Constituição não poder ser alterado no Senado para não retornar à Câmara dos Deputados. Nós estamos praticando

uma hipocrisia em face da Constituição. E, no instante em que o Senado e Câmara dos Deputados encontram-se muito mal perante a opinião pública, precisamos reagir para dar testemunho do nosso respeito ao mecanismo do regime e ao interesse público."

Pronunciamentos semelhantes foram feitos pelos demais Senadores já referidos no início do nosso discurso.

Mas, Sr. Presidente, agora vamos diretamente à questão de ordem, que se refere à impugnação de três artigos do Projeto de Lei: os arts. 4º, 5º e 13. O art. 4º autoriza o Poder Executivo a transformar em concessões de Serviço Móvel Celular as permissões do Serviço de Radiocomunicação Móvel Terrestre Público-Restrito.

Sr. Presidente, de acordo com a Constituição Federal, somente através do processo licitatório é que essa permissão pode ser transformada em concessão. Diz o art. 175 da Constituição Federal:

"Art. 175. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

O art. 5º do projeto diz:

Art. 5º. Fica a Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, autorizada, com o fim de dar cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo anterior, a constituir, diretamente ou através de suas sociedades controladas, empresas subsidiárias..."

Sr. Presidente, o art. 5º do referido projeto de lei também fere outro dispositivo constitucional: o art. 37, inciso XX. O inciso XIX do art. 37 diz:

XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

O inciso XX assinala:

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

Outra inconstitucionalidade praticada refere-se ao art. 13º do projeto, que fere, frontalmente, a Constituição Federal, no seu art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", que determina a capacidade legislativa privativa do Presidente da República de propor ao Congresso Nacional os projetos de lei que dispo-

nam sobre a criação de órgão da administração pública.

A Câmara dos Deputados arvorou-se em Presidente da República, tomando o lugar de FHC, e criou um órgão chamado Órgão Regulador das Comunicações.

Sr. Presidente, esses artigos são inconstitucionais e, portanto, não poderiam estar sendo discutidos neste instante, quando um projeto da mais alta importância para o País tem que sair daqui limpo, não sofrer nenhuma impugnação na Justiça, como certamente vai sofrer, desmoralizando cada vez mais o Senado, a fim de que esta Casa seja apenas um órgão carimbador, um cartório do Executivo. Nesse sentido é que se permitem mostrengos como esses. Não pode ser votado na Câmara dos Deputados. Daí por que não se admite emenda, a ponto de a própria liderança do PMDB - Senador Jader Barbalho - reconhecer a inconstitucionalidade de alguns dispositivos do projeto a que se referiu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Da mesma forma, o Presidente do PPB, Senador Esperidião Amim, preocupou-se com a possibilidade de recursos perante o Supremo Tribunal Federal, retardando mais ainda o processo de modernização das telecomunicações no Brasil.

Assim sendo, Sr. Presidente, por serem inconstitucionais esses artigos a que me referi - o 4º, o 5º e o 13º - e para que não se diga que a oposição desta Casa quer retardar a modernização das telecomunicações no Brasil, eu pediria que V. Exª - diante do quase impasse existente, porque alguns Senadores do governo, diante dessas inconstitucionalidades, envergonhados, constrangidos se retiraram do plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recusando-se a participar dessa irregularidade, dessa violência contra a Constituição Federal - determinasse que esse projeto fosse novamente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de que fosse apreciada a inconstitucionalidade desses três artigos.

É a nossa questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Infelizmente, ou felizmente, Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, o Regimento não dá à Presidência a faculdade de ser o órgão revisor das decisões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é, na Casa, o organismo técnico encarregado de dar parecer sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade dos projetos em tramitação.

O parecer foi dado, a matéria está no plenário desta Casa, e a Presidência não tem como senão cumprir com a pauta dos nossos trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, sendo assim, recorro do Plenário na forma do art. 408. Se V. Ex^a quiser, de acordo com esse mesmo artigo, poderá enviar o referido projeto de lei para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com base nesse recurso que estou formulando neste instante.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa atende o recurso de V. Ex^a, que é regimental, e pede aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

O SR. NEY SUASSUNA - Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, para encaminhar a votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta foi uma discussão exaustiva na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Muitos foram os juristas, juristas do porte do Senador Josaphat Marinho, do Senador Bernardo Cabral, do Senador Jefferson Péres que tomaram posição contrária ao parecer, de minha autoria, exarado pela comissão.

Em questões de Direito, muitas são as vertentes apresentadas. Os bons juristas, como Pontes de Miranda, muitas vezes, tinham até dois pareceres: um a favor e outro contra; tantos são os argumentos possíveis na interpretação do Direito.

Quando exarmos o nosso parecer, principalmente em relação a esse ponto focal, isto é, o de poder-se ou não criar concessões sem o ato legislativo, abraçamos uma das vertentes e dissemos na ocasião que aqui estávamos discutindo a prestação de serviços públicos, que são próprios do Estado, embora possam ser delegados a particulares - via concessão, permissão ou autorização - sempre que for interesse da Administração, para a melhoria da qualidade dos serviços e para permitir que o Estado concentre-se em suas atribuições essenciais.

Não é outro o entendimento da melhor doutrina: José Afonso da Silva, em seu "Curso de Direito Constitucional Positivo", Ed. Malheiros, 12ª edição, de 1996, que assim leciona:

As empresas e entidades que explorem atividade econômica terão de ser criadas por lei específica assim como dependem de autorização legislativa, em cada caso, a criação de suas subsidiárias (art. 37, XIX e XX), e sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias, e não

poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

Recordemo-nos, no entanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o grifo é nosso, quando se trata dessas exigências constantes no texto distribuído aos Srs. Senadores. As palavras são do doutrinador José Afonso da Silva em seu "Curso de Direito Constitucional Positivo".

Recordemos que essas exigências não se aplicam às empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades estatais e paraestatais que explorem serviços públicos. Fomos na ocasião, portanto, contra a emenda e somos pela sua rejeição.

Não bastasse isso, não é outra a concepção sobre a matéria de outro importante administrativista brasileiro, o Professor Celso Antonio Bandeira de Mello, no seu Curso de Direito Administrativo, Ed. Malheiros, 5ª edição, página 350:

a) Substrato material da noção de serviço público.

Quanto ao primeiro elemento, seu substrato material cumpre observar que a atividade estatal denominada serviço público é a prestação consistente no oferecimento aos administradores em geral de utilidades de **commodities** materiais como água, luz, gás, telefone, (no caso estamos falando de telefone, e ele cita textualmente esse item), transporte coletivo etc, que o Estado assume como próprias por serem reputadas imprescindíveis, necessárias ou apenas correspondentes a conveniências básicas da sociedade.

Em dado tempo histórico, aliás, é que isso que se presta sob regime de direito público direta ou através de alguém qualificado para tanto.

Esta oferta é feita aos administradores em geral.

Dá falar-se, com razão, no princípio da generalidade, serviço público, pois o serviço diz respeito às necessidades ou comodidades básicas das sociedades.

Ditas atividades, portanto, salvo algumas exceções adiante referidas, educação e saúde, estão excluídas da esfera de comércio privado. Por conseguinte, as atividades em questão não pertencem à esfera de livre iniciativa, sendo estranhas, portanto, ao campo da exploração de atividade econômica. Este último setor, conforme será melhor esclarecido, a breve trecho, é seara reservada a particulares, ou

seja, à iniciativa privada. Na esfera econômica, a atuação empresarial de Estado é que é exceção e que terá de realizar-se basicamente na conformidade do regime de direito privado.

As razões elencadas por Helly Lopes Meirelles e Celso Antonio Bandeira de Mello, dentre outros doutrinadores do Direito Administrativo brasileiro, é que levaram o constitucionalista José Afonso da Silva (em seu Curso de Direito Constitucional Positivo) a afirmar que os dispositivos constitucionais "as empresas e entidades que explorem atividade econômica terão de ser criadas por lei específica, assim como depende de autorização legislativa em cada caso a criação de suas subsidiárias e sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias, não poderão gozar de privilégios fiscais e não extensivos ao setor privado. Recordemos, no entanto, que essas exigências não se aplicam às empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades estatais que explorem serviço público.

Portanto, Srs. Senadores, dentre as vertentes de Direito - com todo o respeito por esses constitucionalistas e por esses juristas que aqui citamos, como o Senador Josaphat Marinho, o Senador Bernardo Cabral, o Senador Jefferson Péres - existem vertentes diferenciadas: nós abraçamos umas; eles, outras. A nossa foi vitoriosa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por isso, pedimos aos Srs. Senadores, encaminhando o voto, que votem contrariamente à reivindicação do Senador Antonio Carlos Valadares, porque além do alto motivo de ser bom para o País, de ser urgente, das comunicações serem importantes, estamos convictos da seriedade da assertiva que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Vamos proceder à votação do recurso apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares com o apoio do Líder do PSB.

A votação será simbólica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, posso requerer que a votação seja nominal?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - V. Ex^a pode requerer. Formalize o requerimento à Mesa, que o aguardará. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 701, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requeiro votação nominal para o Recurso contra decisão da Presidência em questão de ordem sobre a inconstitucionalidade dos artigos 4º, 5º e 13 do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. — **Antonio Carlos Valadares.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer à Casa que a questão de ordem se refere à inconstitucionalidade dos arts. 4º, 5º e 13.

Quem votar "sim", atenderá à nossa questão de ordem, afirmando, no voto, que esses três artigos são inconstitucionais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço aos Srs. Senadores que não registraram o seu comparecimento que o façam agora.

A decisão da Mesa foi não acolher a questão de ordem por não ter competência para reformar uma decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Srs. Senadores que aprovarem a decisão da Mesa, votarão "sim".

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares e àqueles que ainda não digitaram as suas presenças, que o façam.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, então, é ao contrário?

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, estamos votando o requerimento?

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para um esclarecimento. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, votando "sim", estaremos mantendo a decisão da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A do Presidente, que decidiu nesse sentido, não acolhendo a questão de ordem.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, para orientação da Bancada, o PFL vota "sim".

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "sim".

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, o PSD recomenda o voto "sim".

O SR. VALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto "sim".

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, o PT recomenda o voto "não".

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento, se V. Exª me der a honra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cheguei já depois de formulada a questão de ordem.

Pediram que V. Exª declarasse a inconstitucionalidade?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Exatamente, que a Presidência declarasse a inconstitucionalidade.

A Presidência disse que não tem competência regimental para fazê-lo. O órgão próprio para examinar a constitucionalidade das matérias em tramitação nesta Casa é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - V. Exª negou o retorno à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não foi pedido o reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Foi pedido, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Mas a primeira questão a ser decidida é a questão de ordem levantada sobre isso. Em seguida, V. Exª poderá requerer o reexame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - O primeiro requerimento que fizemos, Sr. Presidente, foi no sentido de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reexaminasse a matéria e V. Exª disse que ela não poderia fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Antonio Carlos Valadares, lembro-me bem, e a Casa foi testemunha, de que V. Exª pediu a palavra para uma questão de ordem, invocou o artigo em nome do qual pedia a questão de ordem, levantou a questão de ordem e a Mesa a decidiu.

Agora, V. Exª pode pedir, porque é um outro assunto, o reexame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Eu acho que seria mais interessante e mais prudente fazer isso logo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Mas eu fiz esse pedido da tribuna.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Eu sou testemunha de que V. Exª pediu.

O SR. PEDRO SIMON - Mas, Sr. Presidente, é evidente que V. Exª está absolutamente correto quando diz que V. Exª não tem atribuição para mudar uma decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - V. Exª me desculpe, mas eu pedi o reexame. Agora, se V. Exª não atendesse a nossa questão de ordem, V. Exª teria dois caminhos: ou enviar o nosso recurso para o Plenário ou para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. V. Exª preferiu enviar para o Plenário. Mas a questão de ordem que fiz antes do recurso foi no sentido de que esses três artigos fossem reexaminados pela Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Antonio Carlos Valadares, a Casa é testemunha que V. Exª recorreu da decisão da Presidência para o Plenário da Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Exato! Recorri!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Se V. Exª desejar o reexame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a decisão não é do Presidente, é do Plenário da Casa. V. Exª tem que requerer, o seu requerimento será lido e submetido ao Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Vou fazer novamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sim. Depois V. Exª desiste do recurso e faz o levantamento da questão de ordem.

Esse é que o procedimento correto para que os trabalhos da Casa sejam ordenados.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, como eu ainda não havia chegado à conclusão, quero agradecer a V. Exª a informação. E estou certo de que o nobre Senador Antonio Carlos Valadares vai retirar o recurso e formular a segunda questão de ordem. Porque também reconheço, apesar de ter sido vencido na Comissão, que V. Exª não tem autoridade para modificar a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, estou formulando o pedido de reexame e, em consequência, retiro o recurso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Retirado o recurso, passa-se ao exame da matéria.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 702, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, alínea b, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do projeto de Lei da Câmara nº 32/96, para reexame das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

Sala das Comissões, 18 de julho de 1996. — **Antonio Carlos Valadares.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Vou submeter a votos o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, mas eu não pedi que fosse reexaminado pela Comissão de Assuntos Econômicos. A Comissão de Assuntos Econômicos não pode deliberar sobre matéria jurídica ou constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, como foi uma reunião conjunta das comissões, a Mesa está apenas colaborando com V. Ex^a.

A Presidência esclarece à Casa que, como a matéria está em regime de urgência, o reexame será feito no plenário, pelo Relator da matéria.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência consulta os Relatores da matéria nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, os Senadores Ney Suassuna e Osmar Dias, se o parecer sobre a emenda de plenário será conjunto e quem deve ser o seu Relator: se o Senador Ney Suassuna ou se o Senador Osmar Dias.

O SR. NEY SUASSUNA - Será conjunto, Sr. Presidente, e o Senador Osmar Dias está me delegando essa missão.

O SR. OSMAR DIAS - É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, para proferir o

parecer sobre as emendas de plenário, que será conjunto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, as emendas são: emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que pede a supressão do art. 4º; emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que pede a supressão do art. 5º; emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que pede a supressão do art. 13; emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicita que se dê ao art. 13 a seguinte redação:

Art. 13. Fica autorizada a criação da Comissão Nacional de Comunicações, órgão regulador, a que se refere o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal, com independência decisória e autonomia orçamentária e financeira, cuja competência, estrutura e atribuições serão estabelecidas em legislação específica, devendo o Presidente da República encaminhar o respectivo projeto de lei ao Congresso Nacional.

Parágrafo único. O Ministério das Comunicações, até que seja instalada a Comissão Nacional de Comunicações, exercerá as funções de órgão regulador, mantidas as competências de regulamentação, outorga e fiscalização dos serviços de telecomunicações a eles atribuídas pela legislação em vigor.

Também emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicita que se acrescente ao Projeto de Lei nº 32, de 1996, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. 15. É permitido ao Poder Público autorizar a exploração do serviço comunitário de telecomunicações, a entidades civis sem fins lucrativos de caráter comunitário, abrangendo emissoras de radiodifusão sonora, em frequência modulada Rádio FM, com potência de até 50watts, e emissoras de radiodifusão de sons e imagens, televisão, com potências de até 150watts.

§ 1º - As estações de serviço de radiodifusão comunitária atenderão em sua programação aos seguintes princípios:

1 - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

2 - promoção de atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas nacional e regional;

3 - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

4 - não-discriminação religiosa, política, partidária e racial nas relações comunitárias.

§ 2º - São competentes para explorar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações civis sem fins lucrativos, integralmente instituídas, sediadas na área da comunidade a qual pretendem prestar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e que mantenham domicílio e residência na área objeto da outorga.

§ 3º - Não poderão habilitar-se à exploração do serviço comunitário de telecomunicações empresas ou entidades controladas pela União, Estados ou Municípios ou que seja parte permissionária ou concessionária de serviço de rádio ou televisão na ocorrência de superposição de áreas de serviço ou pessoas a elas vinculadas, com a participação superior a 10% das quotas do capital votante.

§ 4º - A autorização para exploração do serviço é outorgada pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovada, por igual período, desde que mantido o atendimento do interesse da comunidade.

§ 5º - Ficam dispensados de certificação os equipamentos utilizados nas estações, desde que sua potência nominal não supere os limites previstos no **caput** deste artigo, atendidos os requisitos mínimos de qualidade do sinal estabelecidos pelo Poder Executivo na regulamentação desta lei.

A última Emenda, de nº 6, também do Senador Antonio Carlos Valadares, solicita que se dê ao art. 13 a seguinte redação:

Art. 13 - Fica autorizada a criação da Comissão Nacional de Comunicações, órgão regulador a que se refere o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal, com independência decisória e autonomia orçamentária e financeira, cuja competência, estrutura e atribuição serão estabelecidas em legislação específica, devendo o Presidente da República encaminhar o respectivo projeto de lei ao Congresso Nacional.

O Ministério das Comunicações, até que seja instalada a Comissão Nacional de Comunicações, exercerá as funções de órgão regulador, mantidas as competências de regulamentação, outorga e fiscalização dos serviços de telecomunicações a ele atribuídas pela legislação em vigor.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse assunto foi exaustivamente debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e levou a Comissão a dividir-se: de um lado, os juristas da nossa Casa, do nível dos Senadores Josaphat Marinho, Bemardo Cabral, Jefferson Péres; de outro, aqueles que assistiam, como o nosso Senador Ronaldo Cunha Lima. Foi um debate profundo.

Como acabei de dizer da tribuna, são várias as vertentes do Direito. Abraçamos a dos doutrinadores José Afonso da Silva e Celso Antonio Bandeira, que dizem que esses itens, por serem do Estado, não têm por que necessitar de um ato legislativo. Conheço e respeito a posição dos nossos juristas, mas, em Direito, é assim. São várias as vertentes. Esposamos uma com convicção, embora, repito, respeitemos a posição dos demais.

Esse é um assunto de suma importância para o nosso País, seja em relação aos arts. 4º, 5º ou até mesmo o 13, que consideramos como um mal menor em vista do interesse maior do País, como uma articulação institucional entre Poderes. Até mesmo por causa dos seus senões, o projeto pode ser visto como uma fonte de integração.

Por essa razão, abraçamos essa posição e fomos vencedores. Recusamos todas essas emendas porque elas batem, de novo, na mesma tecla. Pedimos aos Srs. Senadores que votem pela agilização, na certeza de que não estamos cometendo nenhum mal; pelo contrário, estamos com uma vertente poderosa de doutrinadores.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizemos não às emendas de plenário e solicitamos que cada Sr. Senador opte pelo progresso deste País votando pela aprovação do projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O parecer é contrário às emendas.

Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing, em substituição à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para proferir parecer sobre as emendas de Plenário.

O SR. VILSON KLEINÜBING (PFL-SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelas razões já expostas

pelo Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como Relator da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, não acato as emendas que foram apresentadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O parecer é contrário.

Vamos passar à discussão do projeto e das emendas.

Na forma do Regimento, teremos três oradores para discutir favoravelmente à matéria e três oradores para discutir contrariamente à matéria.

O Regimento determina que a Mesa faça intercalar os oradores entre os favoráveis e os contrários à matéria.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin, favorável à matéria.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fico muito feliz por ser o primeiro orador designado para falar a respeito desse projeto. Inscrevi-me para falar favoravelmente, ou seja, pela sua aprovação, inclusive por ter sido adequada e corretamente citado pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

É verdade que, no curso de todas as questões pertinentes a reformas, principalmente as reformas econômicas, e não apenas nessa questão específica da telefonia celular, da banda B, pessoalmente e do ponto de vista do meu Partido, tenho procurado fazer ver a ingente necessidade de se produzir o primeiro fato concreto, de se poder colher o primeiro fruto de algo que pessoal e partidariamente considero uma necessidade para nosso País.

É verdade que, durante a tramitação desse projeto, até por conhecer os antecedentes que já foram debatidos nesta Casa e fora dela, como, por exemplo, o Decreto 177, de 1991, o fundamental, o que desejo aqui recolher é que esses antecedentes justificam o temor de ressalvas constitucionais ao texto que estamos aprovando. Sim, mas, em relação a esses temores, uma vez decidida a matéria pelo Congresso - e a nós, Senado, cabe dar a última palavra do Congresso a respeito desse projeto -, em toda essa questão avulta muito mais a realidade econômica e o reflexo, em matéria de geração de emprego e de investimento, que as reformas podem propiciar.

Das cinco emendas de natureza econômica que o Governo logrou aprovar nesta Casa e na Câ-

mara dos Deputados durante o ano passado e este ano, sem dúvida alguma, a mais controvertida tinha que ser a referente às telecomunicações. Por duas razões: primeiro porque esse é o setor econômico mais dinâmico do mundo; é o setor que mais cresce do ponto de vista financeiro; é o setor mais dinâmico do ponto de vista tecnológico. É nesse setor que estão borbulhando as inovações tecnológicas.

Eu gostaria de resumir o quadro que temos diante de nós com uma fotografia do nosso plenário. Se fosse congelada a imagem dos Senadores aqui presentes, veríamos aos ouvidos - não vou mencionar os nomes - de pelo menos três Senadores e sobre a bancada, diante dos Senadores tantos modelos de telefone celular, tantos, tão diferentes e comprados tão proximamente no tempo uns dos outros que qualquer leigo perceberia que esse setor está em efervescência comercial, porque, à sua retaguarda, há uma efervescência tecnológica.

Não vou mencionar até por ética, mas observem diante de si próprios. Observe o seu modelo de telefone celular, Senador Beni Veras; olhe para o do seu vizinho, veja aquele outro, que já reduziu de tamanho, que já está mais para caixa de fósforos do que para maço de cigarro - ambos inutilizáveis no nosso plenário, se for respeitada a lei, ainda sem sanções; precisamos sanções com ç para não ter que empregar nenhum Sansão com s para providenciar seu cumprimento. Bastaria essa fotografia para ficar caracterizado que o risco de se aprovar esse texto, permitindo que se colha o primeiro fruto em matéria de reforma constitucional, de reforma econômica para o povo, que está esperando pelo crescimento econômico para que lhe chegue o emprego, bastaria essa perspectiva para que esse risco fosse colocado, em qualquer análise de custo/benefício, como inferior ao benefício que estaremos viabilizando ao dizer sim a esse projeto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, falo aqui também na condição de quem dedicou alguns anos da sua vida a esse setor. Durante quinze anos, fui vinculado à Telecomunicações de Santa Catarina, Telesc. Tive a oportunidade de servir não apenas ao meu Estado, mas por seis meses trabalhei no Piauí - vislumbro aqui a figura do meu querido amigo Lucídio Portella, que, juntamente com o Senador Hugo Napoleão e Senador Freitas Neto, representa o Estado do Piauí. Como eu dizia, nesse Estado, em 1974 - há 22 anos -, tive oportunidade de trabalhar, por seis meses, ajudando a organizar a Telepisa - Telecomunicações do Piauí. Houve até uma peculiaridade: lá também enfrentei enchente, com a cidade

de Parnaíba inundada, e trouxe uma medalha que me levou, pelo menos por algum tempo, à procura de socorro médico: uma hepatite.

Esse setor tão dinâmico precisa de uma oportunidade para apresentar o fruto que desejamos, que é crescimento, dinheiro bom. O nosso País foi invadido por dinheiro de motel; dos US\$62 bilhões que compõem a nossa reserva cambial, mais de 50% é dinheiro de motel, capital especulativo, volátil, que já fez mal a outros países da nossa circunscrição cultural, como, por exemplo, o México.

É preciso que tenhamos mais dinheiro de casamento, e casamento é abrir uma fábrica, um negócio, é gerar emprego, é cumprir as leis trabalhistas, é submeter-se às leis de mercado, publicadas ou não; é competir, é ter criatividade. Esse é o capital que queremos.

É preciso dizer "sim" correndo riscos; é preciso dizer "sim" para que o primeiro fruto seja colhido exatamente na árvore mais dinâmica, que é a das telecomunicações.

Já fiz ressalvas sobre os meus temores concernentes ao questionamento a respeito da constitucionalidade de algum dispositivo. Convenhamos, do ponto de vista prático, se for intentada a ação direta de inconstitucionalidade sobre determinado artigo e esse vier a ser declarado inconstitucional, a lei não será declarada inconstitucional. Não haverá prejuízo do ponto de vista prático para o objetivo colimado, que é propiciar o primeiro empreendimento, o primeiro investimento e a primeira safra de empregos decorrentes da reforma constitucional.

Essas são razões objetivas, que, do ponto de vista social, avultam. Todos nós falamos de desemprego, todos nós queremos investimentos, todos nós precisamos que o País cresça. Como pode alguém que deseja que o País cresça, que se gere emprego, por mais respeitável que seja a cautela, negar o seu voto? Existe uma possibilidade real, a partir da sanção dessa lei, inquinada ou não, eivada de vícios que não a comprometem como um todo, posto que formais. Por que e como negar o voto? Estamos diante da possibilidade concreta de permitir que o Executivo, já que isso não é papel do Legislativo, possa encetar o primeiro edital de concorrência e dizer para nós mesmos, que acreditávamos na Revisão e acreditamos na reforma da Constituição, que estamos começando a percorrer, com pés no chão, no mundo real, no mundo da verdade insofismável, o caminho do crescimento viabilizado por uma reforma constitucional.

Por isso, Sr. Presidente, não apenas voto "sim". Peço, aos meus companheiros de Partido, ao líder Epitácio Cafeteira, aos seis votos de que o PPB - Partido Progressista Brasileiro - dispõe aqui, no Senado, e àqueles que possam fazer análise de custo e de benefício serenamente, que dêem o seu voto a favor deste projeto. Só o voto "sim" vai nos dar condições de cobrar do Governo e aprimorar, no curso dos acontecimentos, este e os próximos textos legais que vamos abordar, uma vez que todos aqui conhecem a minha posição a respeito do órgão regulador; ele é essencial para que haja essa mudança: menos dinheiro especulativo e mais dinheiro gerador de emprego, de investimento em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Esperidião Amin, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, que falará contra. S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já está se tornando até enfadonho o fato da reclamação de parlamentares da Oposição, ou mesmo da base governista, sobre a postura que o Senado tem tomado em relação a propostas de interesse do Executivo.

Esses projetos, até por determinação constitucional, são submetidos, primeiro, à Câmara dos Deputados. Lá, estabelece-se todo o debate; são realizadas audiências públicas, estabelece-se contraditório, são ouvidas as diversas posições sobre o assunto e vota-se a matéria. Ao chegar a matéria a esta Casa, acena-se constantemente com o argumento de que ela já foi exaustivamente debatida na Câmara, para justificar que não podemos estabelecer nenhuma modificação.

Esta matéria veio ao Senado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando se ouviu apenas um lado da moeda; ouviu-se apenas o pronunciamento do Ministro Sérgio Motta, apesar de ter sido aprovado requerimento nessa Comissão no sentido de que também deveriam ser ouvidos representantes que defendiam outras posições.

Não vou aqui me pronunciar sobre a questão da constitucionalidade, até porque esse não é o meu ramo e sei que o Direito não é uma ciência exata. O que desejo registrar é que o Senado está desprezando, inclusive, um trabalho feito por uma Comis-

são Especial aprovada pelo Plenário desta Casa, destinada a estudar as leis que iriam regular as modificações da proposta de emenda à Constituição. Essa Comissão foi criada a partir de requerimento do Senador Lúcio Alcântara, do PSDB; infelizmente, só teve dois meses para trabalhar, porque a Liderança do PSDB levou mais de quatro meses para indicar os seus membros para essa Comissão. O Senado não está levando em consideração nem mesmo o parecer do Relator, Senador Bernardo Cabral, que analisou essas emendas.

A minha posição contrária a esse projeto leva em consideração exatamente a questão de custo/benefício, que foi aqui tão frisada pelo Senador Esperidião Amin. Aqueles que se dispuserem a ler o parecer do Senador Bernardo Cabral, da Comissão Especial do Senado, que estava estudando a regulamentação das propostas de emenda constitucional, vão atentar para um alerta que S. Ex^a faz sobre a questão de aprovarmos uma Lei Mínima de Telecomunicações, que é o que estamos aprovando aqui hoje. O setor de telecomunicações é dinâmico como um todo e não apenas na telefonia celular.

Na discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fiz questão de ler diversas passagens de depoimentos prestados pelo Ministro Sérgio Motta, tanto na Comissão de Constituição e Justiça, em junho do ano passado, quanto na Comissão de Infra-estrutura, em setembro do ano passado. Exatamente em virtude da questão custo/benefício, dos interesses estratégicos do Brasil, é que não podemos votar favoravelmente a essa Lei Mínima.

O Ministro Sérgio Motta, em 19 de setembro do ano passado, afirmou:

"O novo modelo [a partir da modificação constitucional] tem diversos passos [palavras do Ministro Sérgio Motta, não são palavras da liderança do PT, nem da Oposição]: primeiro, é a Lei Geral de Telecomunicações, que substituirá, para os serviços públicos de telecomunicações, excluindo radiodifusão, todo o Código de Telecomunicações brasileiro antigo, todas as leis e decretos que versavam sobre telecomunicações. Essa lei tem que ser extremamente criteriosa.

Essa lei deverá ser objeto de um profundo debate no Congresso Nacional. Aprovada a lei, teremos condições de começar a fazer sua regulamentação. Terá que ser implantado um órgão regulador, que deve ter

certa independência de gestão financeira e profissional. Esse órgão fará o trabalho de concessão e fiscalização. O Ministério, provavelmente, ficará com as grandes políticas de telecomunicações e terá um certo controle sobre ele; mas o órgão terá que ser amplo com participação da sociedade. O processo de sua instalação é lento.

Além disso, iremos discutir o modelo tarifário novo para o País. (...)

Esse conjunto de iniciativas da Lei Geral de Telecomunicações será encaminhado em outubro [o Ministro Sérgio Motta disse isso em setembro de 95] para ser debatido no Congresso Nacional. A aprovação dessa lei dará a regra geral para todo o jogo."

Lerei, agora, o que considero ainda mais importante do pronunciamento do Ministro Sérgio Motta, com o qual concordamos plenamente:

"Volto a repetir que os países que não adotaram regras claras arrebataram-se, porque hoje não têm como se ordenar. Mal comparando, não podemos deixar que ocorram com os serviços públicos de telecomunicações o que aconteceu com a radiodifusão: a legislação foi sendo montada um pouco de acordo com a necessidade do mercado, quando as coisas foram surgindo."

O que estamos aprovando aqui hoje? Uma Lei Mínima que está sendo montada de acordo com as necessidades do mercado que o Ministro Sérgio Motta, em 12 de setembro, afirmava que não podia acontecer com o Brasil, sob o risco deste País se arrebentar, como aconteceu com outros países. Essa é a verdadeira relação custo/benefício, essa é a verdadeira questão que está sendo discutida hoje.

Infelizmente, parece que a parte moderna e socialdemocrata do Governo mais uma vez se rende à sua fração neoliberal. Mesmo discordando de uma Lei Mínima, procuramos apresentar emendas a essa lei. Queremos lembrar inclusive a questão do capital estrangeiro - e aí quero fazer um parêntese para combater a opinião que legitimamente é apresentada pelo PFL. O PFL diz que essa lei não pode estabelecer discriminação entre capital estrangeiro e capital nacional, porque a Constituição retirou essa discriminação.

Ora, todos nós estamos lembrados de quando essa matéria foi discutida nesta Casa. A defesa daqueles que eram a favor dessa retirada dizia que precisávamos desconstitucionalizar essa discriminação, mas dizíamos que, na lei ordinária, a defender

os direitos do Brasil, assim como é feito em diversos outros países do mundo, poderia se estabelecer essa comparação entre capital nacional e capital estrangeiro.

Queremos registrar também que a proposta original do Executivo estabelecia 49% e que, mais uma vez, o PSDB se rendeu à pressão dos membros do PFL, que, temos que reconhecer, são do ramo, conseguiram convencer o Governo a simplesmente estabelecer essa limitação por apenas três anos, quando sabemos - e já que gostamos de copiar tudo dos países desenvolvidos - que nos Estados Unidos o limite é de 20% e no Japão, de 33%. Foi por isso que apresentamos uma emenda restringindo essa participação a 33%.

Outro assunto que consideramos de extrema importância, e que não está contemplado no projeto do Governo, não é uma emenda do PT, não é uma emenda da Oposição, é uma emenda do Senador José Ignácio Ferreira, para a qual vamos, inclusive, pedir destaque nesta votação: é a Emenda nº 16, que diz o seguinte:

"As empresas prestadoras de serviços objeto desta lei deverão destinar 2% de suas receitas mensais como contribuição ao Fundo de Desenvolvimento Tecnológico de Telecomunicações, a ser instituído nos termos da lei mencionada no art. 21, XI, da Constituição Federal."

Como corretamente dizia o Senador José Ignácio Ferreira, se não incluirmos o artigo nessa lei agora, essas concessões que foram concedidas com base nessa lei, as concessionárias que assinaram os seus contratos não ficarão obrigadas a destinar esses 2%, mesmo que a Lei Geral de Telecomunicações estabeleça isso.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com base na análise de custo/benefício, porque não queremos que o Brasil se arremente como aconteceu com outros países, de acordo com as palavras do Ministro Sérgio Motta, é que votamos contrariamente a essa Lei Mínima de Telecomunicações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Concedo a palavra ao Senador José Serra, que falará favoravelmente, por 10 minutos.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB-SP. Para discutir a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar a importância da votação no dia de hoje. De fato, abre-se uma nova frente no processo de privatização em nosso País, com a votação deste projeto.

Na verdade, este projeto abre a área de privatização em três setores das telecomunicações, não apenas no que se refere ao telefone celular, no caso, a banda B do telefone celular, mas também no que se refere a satélites e à comunicação de dados.

Em primeiro lugar, gostaria de sublinhar a importância da rapidez desse processo, uma vez que há países, como a Índia e a China, que se preparam para essa abertura do setor. É muito importante que o Brasil o faça rapidamente, até para que, neste momento, possa atrair capitais e investimentos em uma proporção maior e em melhores condições.

De fato, vamos abrir de sete a dez áreas do chamado telefone celular B. O número exato dessas áreas será definido posteriormente, mas não serão menos de sete e, provavelmente, não mais do que dez. Como as condições de concorrência nesse setor já se encontram, neste momento, bastante aquecidas, há 19 ou 20 grupos-consórcios entrando na disputa. Portanto, temos uma relação de dois ou três interessados em cada área que será aberta.

Quero dizer também que é intenção do Governo que, posteriormente, se abra também, para a concorrência, à iniciativa privada, a telefonia celular da linha A, neste momento entregue às subsidiárias estaduais da Telebrás. Começa-se com a banda B e vai se concluir o processo com a banda A futuramente.

Ressalto também um dispositivo, aqui já referido, quanto à participação de capitais segundo a sua origem. O projeto estabelece uma limitação de 49% nas ações, no capital votante, para o capital estrangeiro, para não-residentes, para não-brasileiros. No entanto, a participação do capital estrangeiro poderá chegar até 84% do capital total das empresas, uma vez que não há limitação para participação nas ações preferenciais. Portanto, abre-se, de fato, uma participação para o capital estrangeiro e limita-se a 49% no que se refere ao capital votante.

Mais ainda: na verdade, o que o projeto faz nessa área é abrir a possibilidade de que o Poder Executivo, o Presidente da República utilize esse dispositivo. Ele poderá, inclusive, não utilizá-lo, se entender que é do interesse nacional não fazê-lo. No entanto, essa faculdade será vigente por um período de três anos, findos os quais, esse dispositivo perderá a vigência.

Creio que seria interessante, neste momento, também entender o porquê da privatização que começa na área de telecomunicações.

Desde logo, esse processo está inscrito num processo mais amplo de privatização em nosso

País. E esse setor, sem dúvida, é um setor muito importante. Em primeiro lugar, para que possam ser atraídos novos capitais, para que possa ser canalizada a poupança privada nacional e estrangeira para uma área até agora controlada de maneira monopolista pelo setor público. Isso faz parte de um processo de privatização mais amplo.

Mas, em segundo lugar, e é relevante que tenhamos isso presente, a privatização nas telecomunicações tem uma urgência maior do que em outras áreas, até do que em áreas como a da eletricidade. Por quê? Porque esse é um setor que está vivendo uma revolução tecnológica que tenderá a quebrar, no futuro, as barreiras à entrada nesse setor, pela concorrência, pela multiplicidade das possibilidades de comunicações que se têm desenvolvido no mundo de hoje.

Atrasar a privatização na área de telecomunicações poderia ser um equívoco para o Brasil, como foi a lei de informática; poderia trazer um prejuízo para o desenvolvimento brasileiro na proporção ou maior do que o da lei de reserva de mercado da informática. Sabemos que esta lei, feita com a melhor das intenções, no sentido de desenvolver a indústria da informática dentro do Brasil, acabou sendo um entrave, exatamente porque ela procurou copiar, e de maneira mais radical, o processo de substituição de importações anterior, que significava proteção do mercado e incentivo para investimentos, para expandir a capacidade própria do País, enquanto o mercado estava protegido.

E qual foi o equívoco no caso da informática? O equívoco foi não considerar que, mais do que produtos, na verdade, a informática representava um processo. E o Brasil procurou substituir importações em todo o espectro da indústria de informática, o que era inviável e o que praticamente nenhum país fez.

Em segundo lugar, discriminaram-se os investimentos segundo a origem do capital, coisa que nunca tinha sido feita no desenvolvimento brasileiro. A proteção, no passado, vinha associada ao ingresso de investimentos estrangeiros, pois a proteção, no caso da informática, proibiu o ingresso de investimentos no País.

No caso das telecomunicações, se nós não abrirmos o setor para a área privada, não teremos, no futuro, capacidade para concorrer, para sobreviver, para modernizar e expandir esse setor. A administração pública não tem a flexibilidade que tem o capital privado, nem a capacidade e a mobilidade que têm os investimentos privados. Já participei, in-

clusive estando no Governo, de discussões no Congresso a esse respeito. As empresas públicas estão limitadas na concorrência para compras, nas contratações, na política de pessoal, na abertura de novas áreas, na abertura de subsidiárias, etc.

Se nós eliminássemos todas essas barreiras, na verdade, não haveria sentido em ter empresas públicas, porque elas, por definição, são empresas submetidas a controles, inclusive de natureza constitucional. Por exemplo, qualquer financiamento que obtenham aumenta imediatamente o déficit público, pelas convenções já estabelecidas quanto a essa variável, que é uma variável crítica dentro do processo de estabilização e, ao mesmo tempo, de negociação e de relação financeira com todas as agências oficiais de crédito no mundo inteiro.

A privatização aqui é um imperativo, não apenas no sentido de que é na área elétrica, ou que foi na petroquímica, ou que foi na área do aço, ela é um imperativo inclusive para que o País não perca o bonde do desenvolvimento tecnológico, como perdeu no caso da informática.

De fato, com a telefonia celular estamos começando agora esse processo. É orientação do Governo e é orientação do Ministro Sérgio Motta que essa abertura para o capital privado seja feita preservando o processo de concorrência.

Há países que sofreram em virtude da privatização que não tomaram essas cautelas, como o México e a Argentina. A falta de concorrência dos setores privatizados nas telecomunicações desses países acaba trazendo de volta parte dos males que o monopólio estatal no passado representava.

Portanto, é uma orientação muito firme do Governo a preservação das condições de concorrência que, no caso da telefonia celular, já nasce assim, porque teremos a banda A e banda B. E, nas futuras concorrências que serão abertas para a banda A, não será permitido que participem os vencedores da concorrência na banda B. Assim, já teremos a concorrência instalada dentro desse setor e, desde o começo, com empresas privadas e empresas públicas participando; o que só pode trazer melhoras do ponto de vista dos consumidores, da qualidade do serviço, das tarifas e, além disso, mais investimentos.

Esse será o critério que orientará a privatização na área de telecomunicações e em todos os outros setores, inclusive na telefonia convencional, privatização esta que está sendo planejada de maneira adequada pelo Ministério das Comunicações.

Não vejo, portanto, motivos para apreensões aqui expostas, como as do Senador do Partido dos

Trabalhadores, que me antecedeu, José Eduardo Dutra, no que se refere às condições de operação de competitividade do setor. Creio que, neste processo, essas condições estão absolutamente preservadas.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho aqui, com muito convicção, com muita satisfação, encaminhar a favor deste projeto, na forma do Substitutivo que veio da Câmara e transita agora no Senado. Estaremos dando uma contribuição para o desenvolvimento futuro do País, abrindo o setor de telecomunicações para o investimento privado, preservadas as condições de concorrência para, de um lado, garantir a qualidade que os consumidores necessitam, e, do outro, os preços competitivos e os investimentos que se fazem necessários.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ SERRA - Pois não, Senador.

O Sr. Josaphat Marinho - Acompanhei o seu discurso, nobre Senador, com ele não concordo inteiramente, inclusive porque acho que alguns dispositivos estão eivados de inconstitucionalidade. Quero, porém, louvar a cautela constante do projeto, no art. 11, parágrafo único, quanto à ressalva de poder o Governo estabelecer limites na composição do capital das empresas concessionárias. É uma prudência que merece louvor. Divergindo em parte do projeto, quero, entretanto, assinalar essa particularidade em apoio da exposição que V. Ex^a acaba de fazer.

O SR. JOSÉ SERRA - Nobre Senador Josaphat Marinho, como ressaltai ao longo da minha exposição, na verdade, esse dispositivo garante o controle brasileiro da banda B da telefonia celular, a descrição do Executivo, do Presidente da República, que poderá aplicá-lo e irá aplicá-lo, embora abra consideravelmente para o capital estrangeiro, inclusive porque existe a possibilidade de ter 100% de ações preferenciais, o que, na média do capital, poderá garantir uma participação de 84%. Outros países, como a França, a Espanha e os Estados Unidos, têm critérios dessa natureza; portanto, não pareceu que seria nenhuma heresia estabelecer esse tipo de condições.

Em todo caso, é por um período de três anos, e há uma faculdade por parte do Executivo para a aplicação desse dispositivo que permite flexibilidade no caso de haver problema nessa área.

O Sr. Josaphat Marinho - Permita-me V. Ex^a, eu quero é louvar o dispositivo e até admitir que a limitação pudesse ser por maior prazo.

O SR. JOSÉ SERRA - Sei que V. Ex^a está apoiando o dispositivo e estou aproveitando a inter-

venção de V. Ex^a, que muito me honra, para reiterar as questões que havia colocado a esse respeito, porque tenho a certeza de que, a partir da intervenção de V. Ex^a, aumentou a atenção para as minhas palavras e estou aproveitando para repeti-las.

Portanto, repito aqui o que dizia. Encaminho, com muito agrado, satisfação e convicção, o voto favorável a esse projeto, que abre uma nova etapa dentro do processo de reorganização do Estado brasileiro e da atuação do setor público em nosso País. E também permitirá que o Brasil se mantenha atualizado, possa acompanhar a revolução dentro do setor que hoje é o que mais sofre transformações no processo de desenvolvimento mundial.

É uma condição, portanto, não apenas para enxugar o Estado brasileiro, para atrair capitais, como também para acompanhar a revolução tecnológica. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que falará contra a matéria.

V. Ex^a dispõe de até 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, logicamente, não me deterei sobre pormenores desse projeto, sobretudo no que diz respeito às inconstitucionalidades a que me referi na questão de ordem.

Em primeiro lugar, como introdução à minha palavra, eu gostaria de dizer que sou, como cidadão, como Senador da República, favorável à modernização do mercado de telecomunicações no Brasil. Precisamos superar essa faixa de um País subdesenvolvido que se equipara ao Azerbaijão em matéria de possibilidades de comunicação via telefones, porque, em cada cem brasileiros, somente 9,4 dispõem de uma linha telefônica.

Portanto, está muito claro que qualquer cidadão que tenha compromisso com o Brasil tem que lutar para que essa situação humilhante seja superada e que o Brasil, não dispondo, como não dispõe, de R\$75 bilhões para recompor o Sistema de Telecomunicações no Brasil, até o ano 2.003, terá que abrir esse mercado para a iniciativa privada.

Somos favoráveis a que a iniciativa privada participe desses empreendimentos, não há dúvida. Porém, Sr. Presidente, estranhamos que, diante de um Código Nacional de Telecomunicações, que foi editado em 1962 - estamos no ano de 1996 - e que não teve nenhuma alteração substancial, o Governo resolva atropelar a lei maior, que seria o Código, e

mandar para aqui um projeto de lei resumido, omisso em tantas questões importantes com que se debate um país em desenvolvimento como o Brasil.

Mas entendo, Sr. Presidente, porque o que está em jogo não é uma simples telefonia: o que está em jogo são lucros enormes disputados por companhias estrangeiras, que estão à espera de que essa abertura seja feita o mais breve possível, para que possam participar do maior mercado da América Latina, que é o Brasil, um mercado que até o ano 2003, segundo reportagem publicada na revista **Exame**, terá uma clientela de mais de 10 milhões de brasileiros que desejam uma comunicação via telefone celular.

Quem está disputando esse mercado, Sr. Presidente? Logicamente as grandes companhias internacionais, como a AT&T americana, que fez um consórcio com a Globo e o Bradesco; a NEC japonesa, a Motorola, todos só estão aguardando que essa lei seja aprovada para disputar, com unhas e dentes, a sua inclusão no mercado brasileiro, a sua intromissão no mercado brasileiro.

Claro que estão agindo dentro das regras do jogo da economia capitalista, não as condeno por isso. O que condeno, Sr. Presidente, é que, se aparecerem ações na Justiça, seremos chamados por elas daquilo que o Presidente da República já nos considera: verdadeiros caipiras.

Ora, se aprovarmos essa lei, que regulamenta um setor de tecnologia tão avançada como a de celulares, que está eivada de inconstitucionalidades e de irregularidades, o que esses homens vão dizer? "Ah! FHC tinha razão. Esses Senadores não passam de meros caipiras." E olhem que eu acho que aqui não existe nenhum caipira: aqui só tem raposa e artista, com o devido respeito.

Sr. Presidente, o conformismo com essa situação é muito grande aqui, no âmbito do Senado. Eu, como Senador que chegou há pouco tempo, poderia até estar decepcionado com as decisões que são tomadas de acordo com o jogo político; eu compreendo, mas o povo que votou em nós fica se perguntando.

Ora, o nobre Senador Hugo Napoleão, Líder do PFL, merecedor dos encômios de todos nós, dos elogios e aplausos de todos nós, pela postura estudiosa, firme e determinada na Comissão de Serviços de Infra-estrutura, apresentou um parecer que é um verdadeiro libelo contra o projeto do Governo. E, na reunião da Comissão, tive a ocasião de me somar à pretensão de S. Ex^a, que era de suprimir diversos artigos da proposição do Governo. Por exemplo: S. Ex^a propôs a supressão do art. 4º, por inconstitucionalidade;

propôs a supressão dos arts. 5º e 6º, por inconstitucionalidade; S. Ex^a não conseguiu a aprovação de suas emendas - o que é lamentável, porque S. Ex^a, do alto da experiência de Ministro das Comunicações que foi, poderia ter dado essa contribuição para a melhoria do projeto do Governo. No entanto, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e as demais Comissões votaram contra as suas proposições.

Mas o Relator, Senador Ney Suassuna, fez uma concessão admirável ao Líder do PFL: aceitou uma emenda de redação - não aceitou as outras, que tratavam de inconstitucionalidade - que é um primor, a meu ver, de observância das regras elementares do Português. O Senador Hugo Napoleão conseguiu aprová-la. Ela substituiu a palavra que estava no projeto - vejam que palavra difícil, não sei se vou conseguir pronunciar -, "interconectibilidade", por "interconectividade".

Parabéns ao Senador Hugo Napoleão, que conseguiu aprovar uma emenda de sua autoria no âmbito das três Comissões que se reuniram para discutir esse projeto polêmico. Com todo o respeito que tenho pelo Senador Hugo Napoleão, as três Comissões concordaram que ele, talvez, como Senador, não seja tão bom no entendimento da nossa Constituição, talvez não seja um constitucionalista, mas foi aprovado como professor de Português.

Será que é esse o nosso destino aqui, Sr. Presidente? Será que fomos eleitos para esta Casa só com a incumbência de fazermos emenda de redação, demonstrando o nosso entendimento da língua pátria?

Para a escolha dos 81 Senadores deveria haver uma regra na Constituição: só pode ser eleito Senador da República quem for professor de Português. Aí, tudo certo! Haveria o sistema bicameral, a Câmara dos Deputados agiria em todos os segmentos da discussão dos projetos: sobre a constitucionalidade, inconstitucionalidade, juridicidade, legalidade, ilegalidade. A Câmara dos Deputados faria o papel realmente do Legislativo, e o Senado Federal, dentro dessa hipótese, seria o órgão destinado a fazer emendas de redação, ou seja, seria um colegiado composto apenas de professores de Português. Sr. Presidente, é ridícula essa hipótese, mas isso está acontecendo aqui no Senado Federal.

Eu estava dizendo, Sr. Presidente, que a rapidez com que essa matéria tem que ser aprovada se fundamenta na pressão, quem sabe, que o Governo está recebendo do pessoal que quer vir para dentro do Brasil. São bilhões que estão em jogo, são inte-

resses econômicos que não podem ser falados aqui tão abertamente. Mas estou falando, porque sei que é isso que está acontecendo nos bastidores.

Qual deveria ser a prioridade? Um código de telecomunicações que regularia tudo, não só parte celular. Mas como um código demora seis meses, pode demorar até um ano, o que fez o Ministro das Comunicações? Remendou, aliás, apresentou um projeto de lei ao Congresso Nacional que diz muito mal da sua assessoria, porque é um projeto defeituoso, omisso, e que vai dar ao pessoal de fora a oportunidade de zombar do Congresso Nacional.

Eu não me considero - como o próprio Presidente da República já nos acusou - um caipira. Eu posso, no máximo, me considerar um tabaréu, porque esse é o termo aplicado no Nordeste. Tabaréu é o homem que vive na zona rural, ignorante, que sabe ler pouco, que não tem essa capacidade que tem o Senador Hugo Napoleão, de trocar a palavra interconectibilidade por interconectividade. Tabaréu não faz isso. Nem caipira.

De modo que o Presidente da República tem toda razão quando afirma que o brasileiro não passa de um caipira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão. S. Ex^a é favorável ao projeto.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Valadares trouxe, na acepção nordestina, um verdadeiro mote ao discurso que agora vou fazer.

Faz-me recordar tudo o que sustentei no curso do processo de aprovação, ou eventual rejeição, quem sabe, do presente projeto de lei. Só tenho a lamentar, eu que fui tão agraciado com as palavras de S. Ex^a, que ele, que nos deu a honra de ser um pefelista de escol, tenha deixado as nossas fileiras, com o que nos sentimos profundamente em estado de redução dos nossos quadros.

Mas tem S. Ex^a toda razão no que diz, e eu, efetivamente, quando o processo foi distribuído por V. Ex^a, Sr. Presidente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentei quatro emendas, a primeira delas, evidentemente, reagindo à questão dos 51% do capital em mãos de brasileiros, consoante o art. 11, parágrafo único, do projeto.

E por quê? Porque eu entendia, à época, que havíamos revogado dispositivo constitucional que estabelecia a diferença entre capital estrangeiro e capital nacional, empresa estrangeira e empresa nacional. E mais, como se tudo isso não fosse suficiente, havíamos também dado à empresa estrangeira de navegação de cabotagem os mesmos direitos da empresa brasileira de navegação de cabotagem, sem falar na própria emenda das telecomunicações, na do gás canalizado e na do petróleo.

Então, a mim me parecia uma incoerência. Argumentavam os membros do Ministério das Comunicações que devíamos nos ater aos acordos do GATT, e também entender que a reciprocidade era necessária. Por exemplo, o governo dos Estados Unidos da América exigia 30% de capital máximo para os estrangeiros; o Japão, apenas, 20%. E por que nós íamos dar 50% ou mais? Respondia eu mesmo: porque as constituições japonesa e americana certamente não dão a mesma franquia que a Constituição Brasileira concede às empresas estrangeiras pela Constituição. Parecia-me uma incoerência.

Fiz tudo isso não como ex-Ministro das Comunicações, mas porque a Comissão Executiva Nacional do meu Partido, o Partido da Frente Liberal, decidiu, no dia 7 de fevereiro, que deveríamos defender uma maior abertura possível para esse setor; que deveríamos dar, para usar a palavra moderna, maior flexibilidade e usar a flexibilização - nesse caso, estou usando o português do Senador Antonio Carlos Valadares, que elogiou a minha emenda, mas que ainda não foi adotada. A emenda em que propus, no art. 12, parágrafo único, a substituição da expressão "interconectibilidade" por "interconectividade". No avulso que está sobre as bancadas de V. Ex^{as}, Srs. Senadores, ainda consta a expressão que foi objeto de mudança. Ainda não foi alterada a expressão aceita pelo Senador Ney Suassuna na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Essa foi a segunda emenda.

A terceira foi com relação à questão do art. 5º, que autoriza a Telebrás a criar empresas subsidiárias.

Essa matéria já foi discutida, inclusive pelo próprio Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por quê? Porque o art. 37, incisos XIX e XX da Constituição Federal, estabelece que, para a criação de empresas dessa natureza, há a necessidade de lei especial, que só pode ocorrer com autorização legislativa.

Foi exatamente por acreditar que a matéria era inconstitucional que apresentei essa emenda.

A outra emenda foi aquela que transforma as permissões em concessões. Por quê? Porque as permissões foram revogadas, foram canceladas na lei de concessões. Uma vez canceladas, não há o que transformar e não há o que conceder graciosamente a empresas, sem licitação.

Mas, evidentemente, a Comissão, por sua maioria, entendeu de modo diverso. E eu, que fui Relator perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, apresentei e aceitei, finalmente, as seguintes emendas: uma do eminente Senador Freitas Neto, que visava à inclusão do telefone fixo. Os celulares, a que se referiu o nobre Senador Esperidião Amin, com tanta propriedade, podem ser de duas espécies: móveis e fixos. Os fixos custam infinitamente menos do que um serviço de telefonia convencional de fio, que servem para atender às comunidades rurais, para atender, às vezes, às cidades de pequeno e médio porte. Enquanto um sistema de fio custaria, digamos, R\$1 milhão, esse custará, ao todo, R\$1 mil - se tanto.

Hoje, através da lei que vamos aprovar, somente as teles, somente o setor público terá direito à utilização do telefone celular fixo.

De todos aqueles que me procuraram para discutir o projeto, obtive a confirmação de que a minha idéia era correta. Como considerei a emenda do Senador Freitas Neto mais ampla do que uma outra que apresentei no mesmo sentido, resolvi adotá-la e acatá-la, assim como resolvi transformar a expressão "serviço móvel celular" em "serviço de telefonia celular". Por que preferi a expressão "serviço de telefonia celular"? Porque ela já iria prevenir, preparar o sistema para receber o fixo, a fim de que as empresas privadas também o recebessem.

Outra proposta que apresentei foi referente ao art. 11, parágrafo único, que diz respeito à finalidade da aplicação dos recursos. Os recursos vão para o Ministério das Comunicações, recursos esses originários das concessões, originários dos serviços de transmissão de rádio. Muitos questionam o fato, pois entendem que esses recursos deveriam ir para o Erário, deveriam ir para o Tesouro Nacional. Mas não pretendi desfigurar o projeto e não apresentei emendas. Apenas sugeri que, nesse caso, os recursos fossem destinados à área social. Aliás, outra não foi a intenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao criar o sistema de privatização, ao apresentar as emendas constitucionais, senão realmente incentivar o social: a educação, a saúde pública, a segurança pública e assim por diante.

Essas eram as minhas objeções.

Mas por que estou defendendo o sistema privado? Porque o sistema público brasileiro - e fui Ministro das Comunicações na época do monopólio - é muito bom, o sistema Telebrás, a Embratel são exemplos - aí está a Embratel, lançando os satélites

brasileiros de segunda geração -, porém, não conseguiram dar resposta à população. No Brasil, apenas 7,2% dos habitantes têm telefone - segundo o Senador Osmar Dias, esse índice é de 9,4%. Estamos devendo à sociedade.

Também deveríamos estar aplicando 1,5% do PIB em telefonia e não o fazemos. No ano de 1995, aplicamos US\$3,5 bilhões, quando deveríamos ter aplicado US\$7 bilhões.

Por isso, sou favorável ao presente projeto de lei. A sociedade está a merecer e a exigir, sobretudo na área social, na área rural, a atenção do Estado nesse setor.

Fui voto vencido. Tenho que reconhecer que as comissões entenderam de outra forma, por grande maioria, e, assim, deliberaram. Tenho que me curvar a essa decisão democraticamente. Naturalmente, devo defender o projeto como sendo bom, de valor para o Brasil pelo que ele significa.

Deixei marcada a posição do meu Partido, que era o que eu queria, para que amanhã não digam que nós, do PFL, não nos manifestamos se o serviço não for a contento.

Sr. Presidente, não quero que aconteça com o Ministério das Comunicações o que aconteceu quando eu era Ministro. Quando fui proceder aos editais de licitação da telefonia celular da banda B, fui impedido por uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) junto ao Supremo Tribunal Federal. Aquela Corte questionava o Decreto nº 177, que trata de serviços públicos restritos, e, como nada pude fazer, fiquei manietado.

Só espero que não ocorram outras ADINs, porque, então, vamos travar a execução da lei.

Finalizando, quero dizer, em sã consciência e na mais pura honestidade, que apresentei essas emendas e as defendi no momento em que as comissões deliberaram, por grande maioria, em sentido contrário. Entendi de submeter-me às suas decisões e, portanto, recomendar ao meu Partido a aprovação da lei, que é boa, como consta do meu parecer, e que vai atender às exigências e necessidades de um Brasil moderno.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos, para discutir. S. Ex^a falará contrariamente ao projeto.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de um dos capítulos do **Maravilhoso Mundo Novo** onde Aldous Huxley previu a pequenez de nossa grandiosidade, a miséria de nossa modernização, o aviltamento que a tecnologia e os meios de comunicação fariam sobre o projeto de construção do homem.

A dominação dos meios de comunicação obviamente partem do centro para a periferia. Não visa esse movimento fazer com que nós, periféricos, pobres, doentes, caipiras, possamos usar telefones celulares, satélites, que transmitem para as casas modestas ou para os 11 milhões de brasileiros sem casa e sem teto as informações que lhes enriqueceriam a pobre vida. Nada disso. O objetivo de todo esse processo é bem diferente; ele parte e só pode ser compreendido na globalidade e na totalidade do mundo quando descobrimos a sua origem no centro do capitalismo e em seus problemas.

Não há nada mais problemático do que produzir mercadorias, artigos de consumo, máquinas, principalmente para uma sociedade em que a massa dos consumidores foi alijada do poder de compra. Não há nada mais difícil do que produzir meios de consumo e instrumentos de vida. Por isso, o capitalismo, com a sua inteligência fantástica, que Herbert Marcuse afirma não ser inteligência individual, mas do sistema, que supera as inteligências individuais, que descobre aquilo que nossas cabeças individuais não conseguem entender, revela caminhos que por nós e por nossos olhos jamais poderiam ser descobertos.

A produção de máquinas e de meios de consumo, de tecidos, de sapatos, de roupas, de alimentos mostrou-se tão problemática, que causou as crises de 1810 e de 1815, os problemas até 1836, e assim por diante, dezenas de crises que revelam de maneira dramática as contradições de nossa sociedade. E como seria resolvido o problema de um mundo onde não se podiam exportar máquinas porque, se as exportasse, a Inglaterra criaria uma concorrência internacional que tornaria inviável a sua produção de tecidos e de produtos finais?

Não podendo exportar máquinas, fechou-se a Inglaterra em um protecionismo inicial, contra o qual a França, a Alemanha, a Holanda ergueram os seus protecionismos nacionais, impedindo e dificultando a entrada dos produtos ingleses. A Inglaterra proibiu a exportação de máquinas até 1843 para não criar concorrência internacional, mas a produção de máquinas por meio de máquinas saturou a ilha e obrigou a Inglaterra a exportá-las em grande escala para se livrar do excesso de produção que criara em seu território. Bem, a solução para a Inglaterra foi criar meios de comunicação, meios de transporte.

Se é difícil produzir e vender, encontrar consumidores para as mercadorias, o sistema descobriu uma máquina que produziu apenas movimento, ou

seja, passou a fabricar meios de transporte, e não mercadorias concorrenciais, causadoras das crises a que me referi. Esses meios de transporte tomaram conta do mundo. Hum milhão cento e quarenta mil quilômetros foram construídos só de ferrovias até 1918. Depois, foram destruídas, sucateadas, e em seu lugar surgiu um meio de transporte que não mais transportava mercadorias, mas indivíduos. Era o automóvel. O indivíduo passava a ser, ele próprio, transportado. Na realidade, o transporte de mercadorias era altamente problemático, pois exigia alta produção das mesmas.

Portanto, não é de agora que começa esse movimento para o fortalecimento dos investimentos nos setores de transporte, que se desgravitam da produção e que passam a transportar não apenas o homem, mas o som, as imagens, os sinais, sem praticamente tocar o mundo real, o seu desenvolvimento e as suas contradições. É por isso que esse setor se desenvolveu em escala interplanetária. O transporte interplanetário é um dos aspectos modernos dessa necessidade negativa do sistema.

Agora, vemos novamente o que aconteceu nos anos 50, quando o excesso de produção de carros nos Estados Unidos encontrou, como solução, o transplante das indústrias automobilísticas, a que os desenvolvimentistas chamavam de processo de substituição de importações, e que, na realidade, era um processo comandado e determinado pelas necessidades dos Estados Unidos, cuja produção de carros e duráveis entrou em crise em 1946, em 1948 e em 1957, quando lá se observou queda de 50% na produção de carros. Eles, então, vieram para cá não porque Juscelino Kubitschek os trouxe magicamente; vieram para a Argentina, para o México e para a Coreia do Sul pela necessidade de transplante da produção de carros, que havia provocado a crise de 1929 nos Estados Unidos; vieram, portanto, para essa economia de caipiras, uma economia pobre entre os duráveis e os meios de transportes altamente caros e dispendiosos.

Se estivesse no Japão, onde a renda **per capita** é de US\$35 mil, eu apoiaria de bom grado essa lei; mas no Brasil, onde a renda **per capita** é de aproximadamente US\$4.500,00, como poderemos impor, mais uma vez, o sacrifício da concentração de renda, o sacrifício do arrocho salarial, o sacrifício do aumento da dívida externa que resultou naquela primeira fase de crescimento dos anos 50, de crescimento transplantado, importado, que colocou os artigos de luxo sobre a miséria e a pobreza de nossa sociedade.

Portanto, para concluir, gostaria de dizer que estamos apenas na banda A ou na banda B, como disse um orador que me antecedeu, de uma segunda fase do processo de substituição de importações.

Gostaria de chamar a atenção de V. Ex^{as} no sentido de que estudos já foram feitos por esses setores e mostram que apenas 4% da população brasileira, no ano 2000, poderá usar esses novos e fantásticos meios de comunicação. Apenas 8 milhões de brasileiros, no ano 2000, terão acesso a esses meios de comunicação, a essa telefonia celular e a esses instrumentos que agora nos invadem. Estamos legislando para 4% da população do ano 2000. E o resto do Brasil? E os caipiras? Precisavam ter um Senado e uma Câmara para eles, porque legislar-se para 4% da população é ignorar o Brasil real.

O Sr. José Ignácio Ferreira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS - Meu tempo, infelizmente, encontra-se esgotado; se a Presidência tiver a gentileza de permitir o aparte, concedo-o a V. Ex^a.

O Sr. José Ignácio Ferreira - Senador Lauro Campos, dirijo-me a V. Ex^a porque irei votar com o projeto - inclusive, estou apresentando agora uma declaração de voto à Mesa - e V. Ex^a afirmou que os beneficiários únicos desse projeto serão 8 milhões de brasileiros. Não. Veja V. Ex^a que esse projeto é o primeiro passo concreto, em matéria infraconstitucional, que se está tomando nessa área de telecomunicações. Ele dará um impulso notável às comunicações no País e, evidentemente, diante da relação que existe entre telecomunicação e desenvolvimento, é uma infra-estrutura das mais importantes; há uma relação muito grande entre ela e o desenvolvimento do País. V. Ex^a compreenda que não são apenas 8 milhões de brasileiros os beneficiários. E não se trata apenas de matéria de telefonia celular; isso envolve satélites e toda a forma de comunicação, de transmissão. O País vai ser todo conectado por fibra ótica. V. Ex^a haverá de compreender, porque todo o País se beneficia desse impulso de modernização que se está promovendo e que tem, como primeiro passo, esse projeto.

O SR. LAURO CAMPOS - Agradeço o aparte de V. Ex^a.

A indústria automobilística no Brasil contempla, depois de quarenta anos de inaugurada, apenas 10% da população. A nossa frota é de 15 milhões de automóveis e, portanto, apenas 10% foram contemplados, nesse processo selvagem e concentrador de renda e de privilégios.

Não há dúvida alguma de que a indústria automobilística fornece 10% dos empregos na Alemanha, nos Estados Unidos, e talvez mais do que isso no Brasil. Tem efeitos secundários importantes, mas

o conteúdo negativo aí está: para fazermos essas indústrias, temos que sucatear a saúde, desprezar a educação, além de algumas outras consequências sociais perversas.

Para terminar a minha fala, gostaria apenas de mostrar que existe um outro caminho, menos radical do que esse que mostro agora. Esse caminho é aquele que foi, por exemplo, adotado de acordo com Lester Thurow, no seu livro **Cabeça a Cabeça - A batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos**, à página 173, do qual lerei somente um parágrafo:

"Enquanto as companhias japonesas não estão preparadas para competir, as companhias estrangeiras são mantidas à distância. A televisão via satélite é uma dessas indústrias, no momento. Para dar tempo à indústria doméstica de se organizar, o Ministério do Correio e das Telecomunicações proibiu os cidadãos japoneses de possuírem antenas necessárias para receber os sinais de emissoras estrangeiras."

Nem comprar antena os japoneses podiam! Esse é que é o liberalismo japonês. Até que o Japão desenvolveu uma tecnologia própria e reduziu as antenas a 60 centímetros, mudando também a frequência adequada a essa tecnologia.

Isso, sim, é entender o futuro. E não fazer o que estamos fazendo, ao nos encantarmos com espelinhos que encantaram os índios, novidades e modernidades que seriam muito boas no ano 2100, quando tivéssemos 34 mil dólares, como têm os japoneses, de renda **per capita**, dinheiro para jogar fora com telefones celulares e outras bugigangas encantadoras e fetichistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não havendo mais oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, à época da votação dessa matéria, por sugestão do nobre Senador Jader Barbalho, Líder da nossa Bancada, a Representação do PMDB teve uma reunião com Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Nessa reunião, foram levantadas algumas considerações, apresentadas pela Bancada do PMDB, que tiveram resposta por parte do Presidente

da República. Essas manifestações de Sua Excelência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, motivaram a votação que vai haver agora, por parte do PMDB.

Pediria ao nobre Líder, Senador Jader Barbalho, que desse as explicações à Casa da afirmativa e, por que não dizer, do compromisso assumido com o Presidente da República. Para mim, é muito importante, pesou muito na minha manifestação o compromisso assumido por Sua Excelência perante a nossa Bancada.

Portanto, faço um apelo ao Líder da minha Bancada para que venha a público dizer dos compromissos que o Presidente da República assumiu conosco naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sem dúvida alguma, o Senador Jader Barbalho levará em consideração a solicitação de V.Exª e, no momento oportuno de encaminhar a votação, usará da palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 703, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 4º do PLC Nº 32/96.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. - **Antônio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço que seja feita votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço a V. Exª que tenha o apoio de três Senadores para procedermos à verificação de **quorum**. (Pausa)

O Senador José Eduardo Dutra, o Senador Lauro Campos e a Senadora Marina Silva estão apoiando a verificação.

O pedido está apoiado regimentalmente. Vamos proceder à verificação de **quorum**.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares, a fim de que se proceda à verificação de **quorum**.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª pediu a votação nominal; para fazê-lo, V. Exª teria que

requerer por escrito, para que o Plenário deliberasse.

Em votação.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "não".

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não".

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto "não".

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, gostaria apenas de esclarecer o meu voto. Baseado no pronunciamento que o Líder Jader Barbalho vai fazer, que foi a posição assumida pelo Presidente, votarei contra essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Pergunto ao Senador Antonio Carlos Valadares se V. Exª mantém o pedido de votação nominal ou se podemos fazer a votação simbólica. (Pausa.)

O Senador Antonio Carlos Valadares aceita a votação simbólica.

O requerimento foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 704, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea **b**, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado do art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 32/96.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. - **Antônio Carlos Valadares**.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nobre Senador, Relator Ney Suassuna, fundamentou a sua tese de constitucionalidade desse artigo no Professor José Afonso da Silva. Gostaria de perguntar ao nobre Relator se o Professor José Afonso da Silva, pela argumentação feita, também poderia achar que o art. 13, por exemplo, fosse constitucional. Mas essa questão poderia ficar para o momento em que formos discutir o art. 13, o que entendo ser melhor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Pergunto ao Senador Ney Suassuna se quer ser porta-voz do Professor José Afonso da Silva, grande constitucionalista.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) - Sr. Presidente, hoje já citei não só o doutrinador José Afonso da Silva, mas também os constitucionalistas e doutrinadores na área de Administração, Hely Lopes Meirelles e Celso Antônio Bandeira. Portanto, entendo que esse já é um assunto por demais debatido.

Em relação aos arts. 4º e 5º, não há dúvidas. Quanto ao art. 13, não o estamos debatendo agora.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o requerimento de destaque.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 705, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 13 do Projeto de Lei da Câmara nº 32/96.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. — **Antônio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 706, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requeiro votação nominal para Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. — **José Eduardo Dutra**.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pela ordem.) - Antes da votação desse requerimento, apresentei um requerimento de destaque da Emenda nº 16.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O requerimento de destaque de V. Exª será lido oportunamente, na hora exata.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Está certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Solicito aos Srs. Senadores que ocupem seu lugares para que possamos proceder à votação nominal. Aqueles que ainda não digitaram as suas presenças devem fazê-lo, uma vez que vamos liberar o painel.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, na condição de Líder do Governo, gostaria de avisar aos colegas que se encontram em seus gabinetes que vamos votar o mérito agora, em votação nominal. Precisamos, portanto, da presença dos Srs. Senadores em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Faço um apelo, portanto, aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para que compareçam ao plenário, já que vamos ter votação nominal.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Pela ordem.) - Sr. Presidente, exatamente no sentido da solicitação do Senador Elcio Alvares, gostaria de pedir a V. Exª que faça soar as campanhas.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo, rapidamente, ao encaminhar a votação, dizer a V. Exª e aos Srs. Senadores que vou votar esse projeto de lei com restrições, não só tendo em vista o que consta do art. 13, mas, sobretudo, do art. 14, que diz textualmente:

"Fica a União autorizada a cobrar pelo direito de exploração dos serviços de telecomunicações e pelo uso de radiofrequência.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da cobrança de que trata este artigo

serão destinados ao Ministério das Comunicações para aplicação no desenvolvimento dos serviços e das competências atribuídas a órgão regulador."

Parece-me, Sr. Presidente, salvo melhor juízo, que as normas constitucionais e legais estipulam que o Orçamento é uno e indivisível. Trata-se, no caso, da criação de uma taxa. Portanto, a meu ver, os recursos teriam que ser recolhidos ao Tesouro Nacional, custeando, dessa forma, todas as despesas constantes do Orçamento, e não serem recolhidos, como quer o projeto, ao Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Esclareço à Casa que a matéria não exige **quorum** qualificado, apenas a maioria absoluta da presença dos Srs. Senadores na Casa.

Podemos proceder à votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero declarar que como votei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vou fazê-lo no plenário. Aprovo o projeto, ressaltando a aprovação de emendas, particularmente quanto aos arts. 4º, 5º e 14, que considero inconstitucionais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Vamos proceder à votação do projeto.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declarei o meu voto favorável ao projeto fazendo ressalvas às Emendas 4ª, 5ª e 14. Quero manter-me coerente e peço a V. Ex^a que determine constar da Ata essa minha posição.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, na mesma linha, aprovo o projeto com a ressalva quanto aos arts. 4º, 5º e 13

por serem, manifesta e inquestionavelmente, inconstitucionais, em que pese a douta opinião do grande jurista José Afonso da Silva.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, voto favoravelmente ao projeto. Estou encaminhando à Mesa declaração de voto, mantendo coerência com o voto que proferi na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A declaração de voto de V. Ex^a será publicada nos Anais do Senado Federal.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, também no mesmo sentido, voto favoravelmente ao projeto. Encaminho à Mesa, nos termos do art. 316, do Regimento Interno, uma declaração de voto, fazendo as ressalvas apenas de caráter técnico ao projeto, que é da maior importância para o País.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os Anais da Casa registrarão a declaração de voto de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, com base nos argumentos proferidos pelo Ministro Sérgio Motta, na Comissão de Infra-Estrutura, de que o país que regula o setor de telecomunicações aos poucos pode se arrebentar, encaminho o voto "não" pela Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome da Liderança do PSB, do Senador Ademir Andrade, o nosso Partido vota contra só por causa da inconstitucionalidade. Não fosse isso, votaríamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Mas algum dos Srs. Senadores deseja usar da palavra?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanho a posição do Líder do PT, Senador José Eduardo Dutra, mas gostaria de ressaltar um aspecto relativo ao art. 14, onde se diz:

"Art. 14 Fica a União autorizada a cobrar pelo direito de exploração do serviço de telecomunicações e pelo uso de radiofrequências."

Ele seu parágrafo único diz:

"Os recursos provenientes da cobrança de que trata este artigo serão destinados ao Ministério das Comunicações, para aplicação no desenvolvimento dos serviços e das competências atribuídas ao órgão regulador."

Na cidade de Ribeirão Preto há uma companhia telefônica muito bem-sucedida, que é de controle do governo municipal. O que aconteceu com essa companhia telefônica foi de repercussão nacional: o Prefeito Antônio Palocci, do Partido dos Trabalhadores, resolveu abrir o capital à iniciativa privada até um certo montante, permanecendo a empresa sob o controle da prefeitura municipal, ou seja, do poder público municipal. Só que, em Ribeirão Preto, isso foi feito com um acréscimo em relação a esse artigo, ou seja, o resultado positivo daquela empresa passou a ter uma destinação. Qual foi essa destinação? Em Ribeirão Preto, 2% do resultado positivo da companhia telefônica, com participação da iniciativa privada e com controle da Prefeitura, é destinado a financiar o Programa de Garantia de Renda Mínima, suplementando aquilo que vem do orçamento da Prefeitura, de tal maneira a prover um complemento de renda às famílias carentes para que todas as suas crianças em idade escolar estejam efetivamente frequentando a escola.

O Prefeito Antônio Palocci disse-me que adotou essa medida depois de ouvir a exposição que fiz na Câmara Municipal de Ribeirão Preto sobre o fundo permanente do Alasca. Ainda ontem, em conversa com o Senador Bernardo Cabral, contei-lhe que no Alasca constituiu-se um fundo permanente, reinvestido em benefício de toda a população, que, a cada ano, distribui dividendos a cada habitante.

Era o que gostaria de assinalar, porque o importante é termos mecanismos para poder fazer a população brasileira usufruir, de alguma forma, das riquezas e dos resultados positivos da criação de riqueza em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Bancada do PMDB no Senado reuniu-se para discutir essa matéria e chegou à conclusão que votaria favoravelmente ao mérito do projeto.

A nossa recomendação à Bancada é no sentido da aprovação do projeto, em que pese reconhecermos algumas imperfeições, que - é necessário que se registre - são originárias de emendas da Câmara dos Deputados.

Inclusive as questões relativas a possíveis inconstitucionalidades nesse projeto derivam de emendas da Câmara, tanto a que diz respeito ao art. 5º, como a que se refere ao art. 13. Mas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado houve por bem, por maioria, considerar o projeto constitucional.

Por isso não existe, neste momento, Sr. Presidente, outro caminho ao PMDB que não seja o de, mais uma vez, colaborar com o Governo. Reconhecemos que esse projeto passou longo tempo na Câmara dos Deputados, o que fez com que restasse ao Senado, de certa forma, pouco tempo. Na verdade, o Senado vai ficando como a Casa revisora, quase canceladora, pelas dificuldades que tem, pela preguiça que se cria. Depois de ampla discussão na Câmara, firma-se a convicção, inclusive no seio da imprensa, de que cabe a nós, Senadores, não atrapalhar, não criar dificuldades para que o País caminhe para a modernização.

Faço este registro, chamado que fui à colação pelo Senador Pedro Simon, que queria que o Líder do Partido fizesse o registro. No entanto, S. Ex^a poderia muito bem tê-lo feito, com conhecimento de causa, pois não só participou da reunião do PMDB,

como também honrou a Liderança fazendo parte de uma comissão - juntamente com os Senadores Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Ronaldo Cunha Lima e José Fogaça - que foi recebida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Estivemos com o Presidente da República, Sr. Presidente, porque, a partir do último encontro que tivemos com Sua Excelência, por decisão da Bancada, quando aqui tramitou o projeto relativo à quebra do monopólio do petróleo - cujo relator era o Senador Ronaldo Cunha Lima, que manifestava algumas preocupações -, nasceu um novo tratamento nas relações do Executivo com o Legislativo, particularmente com o Senado Federal. Naquela ocasião, o Presidente da República garantiu que, na lei complementar a ser enviada, alguns pontos seriam respeitados em acolhimento ao Relator, Senador Ronaldo Cunha Lima. E, de fato, o foram; à exceção de um ponto, que, neste último encontro, o Senador Ronaldo Cunha Lima fez questão de ressaltar ao Presidente: Sua Excelência havia assumido o compromisso de enviar um projeto de lei complementar e o projeto veio como lei ordinária. No entanto, nesse último encontro, o Presidente da República disse que não criava nenhuma dificuldade a que o projeto pudesse ser transformado em lei complementar, até porque era pensamento do Governo que, na questão relativa ao petróleo, seria da maior conveniência que o tratamento fosse de lei complementar. O Senador Ronaldo Cunha Lima ficou de apresentar emenda nesse sentido para que tramitasse como lei complementar.

Em relação à conversa com o Presidente, já relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa - quando atendi provocação, no bom sentido, do nobre Senador Lúcio Alcântara -, quero apenas repetir que o Presidente da República garantiu a nós que, dentro do prazo e até em tempo menor que o prazo estabelecido pelo Projeto, até o mês de setembro, estaria no Congresso Nacional o Projeto de Lei sobre o órgão regulador dessa matéria.

É isso que me cabe informar ao Senado, aceitando a convocação feita pelo ilustre Senador pelo Rio Grande do Sul e que muito honra a minha Bancada, Senador Pedro Simon.

O PMDB recomenda votação favorável ao Projeto.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão para encaminhar a votação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL - PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, já tive a oportunidade de apresentar as minhas objeções ao projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e na discussão da matéria da tribuna desta Casa.

Então, tendo em vista os argumentos que expendi no sentido da aprovação - e este foi, inclusive, o meu parecer na CI -, quero dizer que o PFL recomenda a aprovação do presente projeto, por ser consentâneo com os interesses de modernização do País.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Machado para encaminhar a votação.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB - CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um projeto extremamente importante para o País, é a abertura de novos investimentos, é o grande salto que o Brasil vai dar. Em função disso, o PSDB recomenda o voto "sim".

O SR. VALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB - DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, tivemos condições de debater amplamente esse projeto naquela Comissão, que o considerou apto a ser votado dentro da constitucionalidade. Da mesma forma, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não considerou nenhuma inconstitucionalidade no projeto. Assim sendo, não vemos nenhum motivo para não encaminharmos favoravelmente o projeto, razão por que o PTB recomenda à sua Bancada votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Votação do projeto, ressalvados o destaque e as emendas.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares. S. Ex^{as} já podem votar.

(Procede-se à votação.)

VOTARAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães — Artur da Tavola — Beni Veras — Bernardo Cabral — Carlos Bezerra — Carlos Wilson — Casildo Maldaner — Coutinho Jorge — Edison Lobão — Elcio Alvares — Emilia Fernandes — Epitácio Cafeteira — Esperidião Amin — Fernando

Bezerra – Francelino Pereira – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Fogaça – José Ignácio – José Roberto Arruda – José Serra – Levy Dias – Lucídio Portella – Lucio Alcantara – Ludio Coelho – Mauro Miranda – Nabor Junior – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Simon – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sergio Machado – Teotônio Vilela – Toto Cavalcante – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

VOTARAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Valadares – Ademir Andrade – Eduardo Suplicy – José Eduardo Dutra – Lauro Campos – Marina Silva – Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ SARNEY (Presidente) - Solicito aos Srs. Senadores que verifiquem no painel se seus respectivos votos já foram registrados.

Votaram SIM 54 Srs. Senadores; e Não, 7.

Não houve abstenção.

Total: 61 votos

A matéria foi aprovada.

O Sr. Senador Francelino Pereira encaminhou à Mesa declaração de voto que será publicada na forma do art. 316 do Regimento Interno.

É a seguinte a declaração de voto encaminhada:

Senhor Presidente,

Como relator do projeto do qual resultou a Emenda Constitucional nº 6, considero-me no dever de justificar meu voto ao projeto de lei de iniciativa do Sr. Presidente da República, ora em votação, dispondo sobre serviços de telecomunicações e sua organização, e criando o órgão regulador.

Entendo que a razão mais forte que levou Executivo e Congresso a flexibilizarem o monopólio das telecomunicações, foi a premente necessidade de oferecer à sociedade brasileira os meios de comunicação de que ela necessita, no volume e na qualidade que lhe permitam ingressar no próximo milênio, na vanguarda da tecnologia desse serviço, cada vez mais essencial às relações humanas dentro de uma sociedade globalizada.

Somos, por razões de consciência, intransigentes defensores da economia de mercado, e da prevalência da iniciativa privada sobre o poder público na oferta de bens e serviços, restringindo-se o Estado ao seu papel tradicional de supridor das demandas sociais.

O fato do parágrafo único do art. 11 do projeto ora em votação, estabelecer que nos três anos seguintes à sua transformação em lei, o Poder Executivo poderá adotar, nos casos em que o interesse social assim o exija, limites na composição do capital das empresas concessionárias dos serviços de exploração da telefonia celular e de satélites, assegurando que, pelo menos 51% do capital votante pertença a brasileiros, não significa uma abdicação desses princípios.

Em nosso entendimento não houve violação de princípio constitucional, pois a emenda nº 6, ao revogar o art. 171 da Constituição, eliminando privilégios à empresa brasileira de capital nacional, desconstitucionalizou a matéria, transferindo sua regulação à lei ordinária.

A proposta de limitação temporária do controle de empreendimentos na área de telefonia celular pelo capital estrangeiro, está, a nosso ver, ancorada no disposto do art. 172 da Constituição, quando menciona que,

Art. 172. A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

Além do mais, as restrições ao acesso livre do capital alienígena aos serviços de telecomunicações são praticadas pelas economias mais abertas, como a norte-americana, a japonesa e a européia. As razões não são apenas de segurança nacional, mas sobretudo de desenvolvimento tecnológico e de mercado, estando também associadas à oferta de emprego e à utilização de reciprocidades.

Em um mundo em marcha acelerada para a globalização, o controle acionário de um empreendimento, sobretudo de tecnologia de ponta, não é imprescindível às empresas transnacionais. O essencial é o acesso aos consumidores.

E o Brasil é, potencialmente, o mais promissor mercado para os serviços de telecomunicações neste fim de século e primeiros anos do próximo milênio.

Esse gigantesco mercado de 156 milhões de habitantes, formado por 31,5 milhões de famílias urbanas; 9,2 milhões de famílias rurais; 4,4 milhões de micro, pequenas e médias empresas; 17 mil órgãos governamentais e 1,3 milhão de outras entidades, está ávido para ter acesso aos meios de comunicação.

Como mencionamos em nosso parecer à emenda constitucional das telecomunicações, ape-

sar de todo o esforço de investimento, ainda somos um país carente desses serviços.

O país ocupa o 42º lugar no mundo em densidade de telefone por 100 habitantes e o 10º na América Latina.

Apenas 20% das residências e 50% dos estabelecimentos comerciais brasileiros possuem telefones.

Chocante é a dura realidade vivida pelo homem do campo: 98% das propriedades rurais não têm acesso à telefonia.

Por efeito da perversa distribuição de renda, 80% dos telefones estão em poder das classes A e B.

As famílias de baixa renda, que constituem 60% do universo das famílias brasileiras, detêm apenas 3% dos telefones.

Os desníveis regionais fazem com que a densidade telefônica no Sudeste seja de 12 linhas para cada 100 habitantes e apenas 3,9 linhas para cada 100 habitantes no Nordeste.

Estamos convencidos de que o ingresso do capital privado, nacional e estrangeiro, financiando grandes projetos, mudará face dessa dura realidade.

O Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal, o Paste, é audacioso, mas realista, ao fixar metas de investimentos de US\$38,7 bilhões até 1999 e US\$77,4 bilhões até o ano 2003.

Essa enorme massa de recursos, vindos sobretudo de investimentos privados, permitirá que, até 1999, a rede de telefonia fixa seja duplicada, atingindo 24,7 milhões de acessos telefônicos fixos.

Com isso, a densidade telefônica subirá dos atuais 8,5 aparelhos por 100 habitantes, para 15,1 em 1999 e 24,2 telefones por 100 habitantes em 2003, o que é muito, mas ainda insuficiente, se considerarmos as relações bem maiores existentes em outros países, inclusive na América Latina.

Os telefones públicos, hoje limitados a 387 mil aparelhos, serão 800 mil até 1999, um milhão e 650 mil em 2003.

Continuará no mesmo ritmo o desenvolvimento meteórico da telefonia celular entre nós: 11 mil aparelhos em 1990, 68 mil em 1992, 796 mil em 1994 e um milhão e 900 mil no ano passado. As estimativas indicam que em 1999 estarão operando 9,6 milhões de telefones celulares e 17,2 milhões em 2003.

A TV por assinatura, outro serviço que disparou na preferência popular, deverá atender a 7 milhões de usuários em 1999 e 16,5 milhões de assinantes no ano 2003.

Um mercado potencial dessa magnitude, sustentado por uma economia em marcha para solidificar a estabilização e retomar o crescimento sem inflação, é mais do que suficiente para atrair investidores de todo o mundo, sem exigências quanto ao controle de capital.

Não foi por acaso que, em recente périplo pelos Estados Unidos, Japão e principais capitais européias, em busca de investimentos para os grandes projetos de telecomunicações, o Ministro das Comunicações, Sérgio Mota, não ouviu de potenciais investidores uma só queixa em relação às restrições temporárias impostas ao controle acionário de empreendimentos nessa área.

É sempre oportuno lembrar que, qualquer que seja a modalidade de outorga, o Estado, como poder concedente, conserva a prerrogativa da exploração do serviço.

Nem se justifica o medo de um desmantelamento do patrimônio público, nem o temor de que por trás da flexibilização do monopólio das telecomunicações haja uma conspiração contra o capital privado, nacional ou estrangeiro.

O que realmente importa é a existência de um órgão regulador forte, que exerça com absoluta independência seu poder de decisão, e seja autônomo orçamentária e financeiramente, para não submeter-se a pressões de quem quer que seja.

Estruturar esse órgão, dar-lhe competência e definir suas atribuições, dentro de um espírito de independência e pluralidade, é tarefa da maior responsabilidade para nós, Parlamentares.

Tenho, Sr. Presidente, restrições ao disposto no art. 5º do projeto, que autoriza a Telebrás a constituir empresas subsidiárias ou associadas para assumir a exploração do Serviço Móvel Celular.

Considero esse dispositivo de constitucionalidade duvidosa. Todavia, deixo de apresentar emenda corretiva, tendo em vista a premência da aprovação dessa importante matéria e sua imediata transformação em lei, com a sanção presidencial.

A introdução de uma emenda levaria a novo exame do projeto pela Câmara dos Deputados, retardando ainda mais sua aprovação.

Aproveito a oportunidade para sugerir um entendimento entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, a nível das lideranças partidárias, de modo a que os Senadores possam acompanhar de perto a tramitação das matérias naquela Casa, e sobre elas formar um juízo que lhes permita acelerar sua tramitação no Senado.

Entendo que todo o esforço deve ser feito para garantir a aprovação das reformas, as quais abrirão caminho à desejada consolidação do Plano de Esta-

bilização Econômica, para que o País volte a crescer, de forma sustentada e sem inflação.

Essas são as razões, Sr. Presidente, pelas quais dou meu voto favorável ao projeto.

Muito obrigado.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. –

Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Srs. Senadores José Ignácio Ferreira e Lúcio Alcântara encaminharam à Mesa declaração de voto que será publicada na forma do art. 316 do Regimento Interno.

É a seguinte a redação de voto encaminhada:

Com base no art. 316 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhamos à Mesa, para publicação, declaração de voto.

Votamos favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara, nº 32, de 1996, de incentivo do Presidente da República.

Entendemos ser necessária essa aprovação, por sua importância para o desenvolvimento das telecomunicações e reforma do desenvolvimento do povo.

Ressalvamos posição assumida, perante a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, quanto à inconstitucionalidade dos arts. 4º, 5º e 13º, que foi vencida pela maioria dos membros daquela Comissão.

Plenário do Senado Federal, 18 de julho de 1996. – **José Ignácio Ferreira – Lúcio Alcântara.**

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, há algo errado no painel. O meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Perdoem-me, mas peço aos Srs. Senadores que procedamos com absoluta ordem aos nossos trabalhos.

Os Senadores que quiserem retificar os seus votos, que foram registrados erroneamente, que o façam declinando o seu nome para que a Taquigrafia possa registrá-los.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, o meu voto está errado. Votei "sim".

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Sr. Presidente, não consta o meu voto. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 707, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da emenda nº 16, apresentada pelo Senador José Ignácio Ferreira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996.

Justificação

Entendemos que esta emenda, com muita pertinência, procura assegurar a ampliação dos serviços de telecomunicações, através de um apoio efetivo ao conhecimento, através da pesquisa, bem como, à capacitação de seus quadros, considerando que esta se constitui uma das áreas mais diretamente envolvidas no atual desenvolvimento científico e tecnológico, e nosso país ainda é portador de grandes dificuldades financeiras para realizar este tipo de empreendimentos.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Peço a palavra para justificar o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para justificar. Sem revisão do orador.) - Apenas para registrar que esse pedido de destaque não é de emenda de minha autoria ou de um parlamentar de oposição. Trata-se de uma emenda, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, que consideramos importantíssima, que estabelece a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços destinarem 2% para o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico.

Estamos preocupados com o desenvolvimento da tecnologia nacional; por isso, consideramos essa emenda fundamental. Daí o pedido de destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador José Eduardo Dutra, lamentavelmente, a Presidência não pode submeter o pedido de destaque de V. Exª ao Plenário, uma vez que o art. 124 diz o seguinte:

"Art. 124. Terá o seguinte tratamento a emenda apresentada na forma do art. 122"-isto é, emenda apresentada na comissão:

1 - no caso do inciso I, será considerada inexistente quando não adotada pela comissão;"

A emenda foi apresentada na Comissão com votação contrária; considerada, portanto, inexistente.

Teria V. Exª que utilizar o procedimento usado pelo Senador Antonio Carlos Valadares quando rea-

presentou no Plenário as emendas que tinha apresentado na Comissão.

Infelizmente, esse é o Regimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa emenda do Senador José Ignácio Ferreira não era uma emenda de plenário?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não é uma emenda de plenário, é uma emenda de comissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Bom, já que o autor não apresentou emenda, paciência!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado a V. Ex^a pela compreensão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Seria fundamental que ela fosse inserida no projeto. Presto as minhas homenagens ao Senador José Ignácio Ferreira, embora saiba o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado.

Em votação as emendas de parecer favorável, de nºs 1 e 2 das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1-CCJ/CAE

Dê-se aos arts. 1º e 2º a seguinte redação:

Art. 1º A organização dos serviços de telecomunicações, a exploração de Serviço Móvel Celular, de Serviço Limitado e de Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite, bem como a utilização da rede pública de telecomunicações para a prestação de Serviço de Valor Adicionado, regulam-se por esta lei, relativamente aos serviços que menciona, respeitado o que disciplina a legislação em vigor, com especial a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.074, de 7 de julho de 1995, e, no que for compatível, pela legislação de telecomunicações, em vigor.

Art. 2º Sujeitam-se à disciplina desta lei os serviços de telecomunicações elencados no art. 1º, observadas as seguintes definições.

EMENDA Nº 2-CCJ/CAE-REDAÇÃO

Ao parágrafo único do art. 12.

Onde se lê: "interconectibilidade";

Leia-se: "interconectividade".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Passamos agora à votação das emendas de parecer contrário. As emendas de nºs 3, 4 e 5 estão prejudicadas em virtude de apreciação anterior do Plenário.

Votação, em globo, das emendas de nºs 6 e 7, de parecer contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, qual é o teor da Emenda nº 6?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Emenda nº 6:

"Dê-se ao art. 13 a seguinte redação: fica autorizada a criação da Comissão Nacional de Comunicações, órgão regulador a que se refere o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal, com independência decisória, autonomia orçamentária e financeira, cuja competência, estrutura e atribuição serão estabelecidas em legislação específica, devendo o Presidente da República encaminhar o respectivo projeto de lei ao Congresso Nacional.

Parágrafo único - O Ministério das Comunicações, até que seja instalada a Comissão Nacional de Comunicações, exercerá as funções de órgão regulador, mantidas as competências de regulamentação, outorga e fiscalização dos serviços de telecomunicação a ele atribuídas pela legislação em vigor."

A Emenda de nº 7, diz:

"Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 32 o seguinte artigo, renumerando-se os demais: É permitido ao Poder Público autorizar exploração do serviço comunitário de telecomunicações a entidades civis, sem fins lucrativos, de caráter comunitário, abrangendo emissoras de radiodifusão sonora, em frequência modulada, rádio FM com potência de até 50watts, e emissoras de radiodifusão de sons e imagens, televisão, com potência de até 150 watts."

Essas são as emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Posso dar uma ligeira explicação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Para uma explicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a primeira emenda visa a salvaguardar, quem sabe, o trabalho da Câmara dos Deputados, que criou um órgão regulador, o Conselho Nacional de Comunicação, contra a Constituição. Então, tentando salvar o que veio da Câmara e demonstrar à Bancada do Governo que não temos nenhuma má vontade com referência ao andamento do processo de modernização das telecomunicações no Brasil, estamos apresentando uma emenda autorizativa. Ou seja, ao invés de criarmos, de pronto, um órgão, já que não temos autorização constitucional para isso, estamos propondo que o Governo seja autorizado.

Quer dizer, seria uma forma de consertar o que veio errado da Câmara dos Deputados. Quem sabe, essa melhoria na redação poderia até ser interpretada, Sr. Presidente, como uma emenda de redação e não uma nova emenda ao projeto de lei.

Seria, então, benéfico ao Governo que essa emenda fosse aprovada, porque resolve a situação da inconstitucionalidade do art. 13.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo o respeito ao nobre Senador, penso que aqui vale o pronunciamento feito pelo nosso Líder, Senador Jader Barbalho. Há o compromisso do Presidente da República de que essa matéria chegará aqui até setembro.

Tem razão S. Ex.^a quando diz que o artigo que veio da Câmara é inconstitucional; deverá ser vetado ou até poderá cair no Supremo Tribunal Federal. Mas temos a palavra do Presidente da República, que diz que essa matéria poderá vir dentro ou antes de seis meses, como disse o Senador Jader Barbalho.

Por melhor que se tenha aqui, é preciso acreditarmos - e temos como acreditar - na palavra do Presidente. Como disse o nosso Líder, em termos da Petrobrás, quando aconteceu um episódio absolutamente semelhante, foi tomada a mesma atitude e o Presidente cumpriu a sua palavra.

Então, acho que vale mais acreditar na palavra do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Votação, em globo, das emendas com parecer contrário. Quero esclarecer, mais uma vez, que o Plenário vota a matéria. O parecer contrário é meramente instrutivo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a Emenda nº 7, porque na discussão que fizemos não me referi a ela. É a emenda que trata das rádios, das emissoras comunitárias. Não me demorarei mais de dois minutos, porque sei que estão todos apressados para ir almoçar, inclusive eu.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Como autor do requerimento, tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB - SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, as emissoras comunitárias estão funcionando no Brasil em situação irregular. Elas são rádios piratas. Ora, já que estamos resolvendo a situação de 8 milhões de brasileiros que até o ano 2003 poderão ter celular, vamos resolver a situação de 100 ou 120 milhões de brasileiros que precisam de uma emissora para tratar dos seus problemas, sem o monopólio. Uma rádio comunitária de 50 watts e uma televisão de 150 watts vão proporcionar, em todo o Brasil, a democratização das oportunidades no setor de comunicação.

O Governo Federal tem interesse nas rádios comunitárias, pois o Ministro Sérgio Motta já declarou isso, tanto que há um projeto tramitando na Câmara dos Deputados que trata dessa matéria. Não sei por que não entrou na pauta da convocação extraordinária; foi a única matéria pela qual o Governo Federal não se interessou, o que é estranho. Mas, já que interpreto a vontade do Ministro das Comunicações, pelo menos nesse setor, porque S. Ex.^a fez declarações públicas sobre isso, quero dizer que a inclusão desse artigo no projeto de lei do Governo atende ao interesse do próprio Ministro Sérgio Motta, que declarou várias e várias vezes ser favorável, inclusive na nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, às emissoras comunitárias.

Sr. Presidente, peço aos Srs. Senadores que se atenham a esse assunto com a maior prioridade, porque há pessoas sendo presas, rádios sendo fechadas - rádios dos pequenos; as dos grandes permanecem abertas sem nenhuma dificuldade. As rádios dos pequenos não estão sendo objeto de regulamentação, e temos a oportunidade da regulamentação na garupa desse projeto que está tendo tanta celeridade nesta Casa. É a reforma agrária do ar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A fim de co laborar com o trabalho dos Srs. Senadores, esclareço ao Senador Antonio Carlos Valadares que S. Ex.^a poderá usar da faculdade de apresentar um projeto de lei nesse sentido, que tramitará na Casa.

Em votação as emendas de parecer contrário.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB - MT) - O meu voto é contrário à primeira, mas favorável à segunda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Ata registrará a posição de V. Ex^a.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 420, DE 1996 DA
COMISSÃO DIRETORA**

**Redação Final do Projeto de Lei da
Câmara nº 32, de 1996 (nº 1.287, de 1996,
na Casa de Origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996 (nº 1.287, de 1996, na Casa de Origem), que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 18 de julho de 1996. – **José Sarney – Odacir Soares – Ney Suassuna – Emílio Fernandes – Antônio Carlos Valadares.**

ANEXO AO PARECER Nº 420, DE 1996

Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A organização dos serviços de telecomunicações, a exploração de Serviço Móvel Celular, de Serviço Limitado e de Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite, bem como a utilização da rede pública de telecomunicações para a prestação de Serviço de Valor Adicionado, regulam-se por esta lei, relativamente aos serviços que menciona, respeitado o que disciplina a legislação em vigor, em especial a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas Leis nºs 8.987, de 13 de feve-

reiro de 1995, e 9.074, de 7 de julho de 1995, e, no que for compatível, pela legislação de telecomunicações, em vigor.

Art. 2º Sujeitam-se à disciplina desta lei os serviços de telecomunicações elencados no art. 1º, observadas as seguintes definições:

§ 1º Serviço Móvel Celular é o serviço de telecomunicações móvel terrestre, aberto à correspondência pública, que utiliza sistema de radiocomunicações com técnica celular, conforme definido na regulamentação, interconectado à rede pública de telecomunicações, e acessado por meio de terminais portáteis, transportáveis ou veiculares, de uso individual.

§ 2º Serviço Limitado é o serviço de telecomunicações destinado ao uso próprio do executante ou à prestação a terceiros, desde que sejam estes uma mesma pessoa, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, caracterizado pela realização de atividade específica.

§ 3º Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélites é o serviço de telecomunicações que, mediante o uso de satélites, realiza a recepção e emissão de sinais de telecomunicações, utilizando radiofrequências predeterminadas.

Art. 3º O Serviço Móvel Celular será explorado mediante concessão, outorgada, por licitação, pelo prazo de quinze anos, renovável por iguais períodos, observado o disposto no art. 11 desta lei.

Parágrafo único. As entidades exploradoras de serviços públicos de telecomunicações são obrigadas a tomar disponíveis suas redes para interconexão com as de Serviço Móvel Celular em condições adequadas, equânimes e não discriminatórias.

Art. 4º O Poder Executivo transformará em concessões de Serviço Móvel Celular as permissões do Serviço de Radiocomunicação Móvel Terrestre Público-Restrito outorgadas anteriormente à vigência desta lei, em condições similares as dos demais contratos de concessão de Serviço Móvel Celular, respeitados os respectivos prazos remanescentes.

Parágrafo único. As entidades que, de acordo com o disposto neste artigo, se tomem concessionárias do Serviço Móvel Celular deverão constituir, isoladamente ou em associação, no prazo de até vinte e quatro meses, a contar da vigência desta lei, empresas que as sucederão na exploração do Serviço.

Art. 5º É a Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, autorizada, com o fim de dar cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo anterior, a constituir, diretamente ou através de suas sociedades controladas, empresas subsidiárias ou associadas para assumir a exploração do Serviço Móvel Celular.

Art. 6º O Poder Executivo, quando oportuno e conveniente ao interesse público, determinará alie-

nação das participações societárias da Telebrás, ou de suas controladas, nas empresas constituídas na forma do artigo anterior.

Art. 7º O Serviço Limitado destinado ao uso do próprio executante será explorado mediante autorização, por prazo indeterminado, sendo inexigível a licitação para sua outorga e, quando destinado a prestação e terceiros, será explorado mediante permissão a empresa constituída segundo as leis brasileiras e com sede e administração no País, pelo prazo de dez anos, renovável por iguais períodos.

Art. 8º O Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélites, quando envolver satélites que ocupem posições orbitais notificadas pelo Brasil, será explorado, mediante concessão, pelo prazo de até quinze anos, renovável por iguais períodos, observado o disposto no art. 11 desta lei.

§ 1º A concessão assegurará o direito à ocupação, por satélites do concessionário, de posições orbitais notificadas pelo Brasil e à consignação das radio-freqüências associadas, devendo as estações de controle dos satélites localizar-se em território brasileiro.

§ 2º As entidades que, na data de vigência desta Lei, estejam explorando o Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite, mediante o uso de satélites que ocupem posições orbitais notificadas pelo Brasil, têm assegurado o direito à concessão desta exploração.

§ 3º As outorgas para a exploração do serviço estabelecerão que o início efetivo de sua prestação se dará somente após 31 de dezembro de 1997, exceto para as aplicações em que sejam exigidas características técnicas não disponíveis em satélites para os quais, na data de vigência desta Lei, já tenham sido alocadas posições orbitais notificadas pelo Brasil.

§ 4º O Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite somente poderá ser prestado a entidade que detenha outorga para exploração de serviço de telecomunicações, devendo ser assegurado tratamento equânime e não discriminatório a todos os interessados.

Art. 9º A exploração de serviços e telecomunicações por meio de satélites, em qualquer de suas modalidades, dependerá de outorga específica, nos termos da regulamentação, independentemente de o acesso se realizar a partir do território nacional ou do exterior.

§ 1º Será dada preferência à utilização de satélites que ocupem posições orbitais notificadas pelo Brasil, admitida a utilização de satélites que ocupem posições orbitais notificadas por outros países.

§ 2º A utilização de satélites que ocupem posição orbitais notificadas por outros países está condicionada à prévia coordenação com a administração brasileira das posições orbitais e freqüências associadas, e a que sua contratação se faça com empresa constituída segundo as leis brasileiras e com sede e administração no País, na condição de representante legal no Brasil.

Art. 10. É assegurada a qualquer interessado na prestação de Serviço de Valor Adicionado a utilização da rede pública de telecomunicações.

Parágrafo único. Serviço de Valor adicionado é a atividade caracterizada pelo acréscimo de recursos e um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, criando novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação e recuperação de informações, não caracterizando exploração de serviço de telecomunicações.

Art. 11. As concessões para exploração de Serviço Móvel Celular e de Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite somente poderão ser outorgadas a empresas constituídas segundo as leis brasileiras com sede e administração no País.

Parágrafo único. Nos três anos seguintes à publicação desta lei, o Poder Executivo poderá adotar, nos casos em que o interesse nacional assim o exigir, limites na composição do capital das empresas concessionários de que trata este artigo, assegurando que, pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante pertença, direta ou indiretamente, a brasileiros.

Art. 12. Os processos de outorga para exploração dos serviços de que trata esta lei deverão conter requisitos que propiciem a diversidade de controle societário das entidades exploradoras, em estímulo à competição.

Parágrafo único. Na exploração de serviços de telecomunicações em base comercial, deverá ser asseguradas a interconectividade e a interoperabilidade das várias redes, a justa competição entre os respectivos prestadores dos serviços e o uso equitativo do competente plano de numeração.

Art. 13. É criada a Comissão Nacional de Comunidade – CNC, órgão regulador a que se refere o art. 21, XI, da Constituição Federal, com independência decisória, e autonomia orçamentária e financeira, cuja competência, estrutura e atribuições serão estabelecidas em legislação específica, devendo o Presidente da República encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional, no prazo de seis meses, a contar da vigência desta lei, após o que a iniciativa legislativa será exercida cumulativamente com o Congresso Nacional.

Parágrafo único. O Ministério das Comunicações, até que seja instalada a Comissão Nacional de

Comunicações – CNC, exercerá as funções de órgão regulador, mantidas as competências de regulamentação, outorga e fiscalização dos serviços de telecomunicações a ele atribuídos pela legislação em vigor.

Art. 14. É a União autorizada a cobrar pelo direito de exploração dos serviços de telecomunicações e pelo uso de radiofrequências.

Parágrafo único. Os recursos provenientes de cobrança de que trata este artigo serão destinados ao Ministério das Comunicações para aplicação no desenvolvimento dos serviços e das competências atribuídas ao órgão regulador.

Art. 15. É mantido o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, regido na forma estabelecida pela Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1996, que o instituiu.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção presidencial.

Estão sobre a mesa os autógrafos, que serão encaminhados ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - **Item 2**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 689, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1996 (nº 200/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 389, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, com emendas nºs 1 a 5-CCJ, que apresenta.

(Dependendo de parecer sobre as emendas oferecidas perante a Mesa)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 708, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1996.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. – **Jader Barbalho – Hugo Napoleão – Elcio Alvares – Valmir Campelo.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Creio que se trata de um assunto consensual.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, sou o Relator da matéria no Plenário e gostaria de oferecer alguns esclarecimentos. V. Exª me assegure o direito regimental ou não?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Se V. Exª deseja falar, sim, deixarei para examinar a matéria em momento oportuno, já que estamos discutindo outra matéria. Pensei que fosse um assunto consensual.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - E é, Sr. Presidente, mas quero dar alguns esclarecimentos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - V. Exª está com a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fui relator desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Entreguei o relatório no prazo previsto. A matéria foi votada nessa Comissão. Mediante requerimento de Lideranças, veio ao Plenário para ser examinada em regime de urgência. Estamos em condições de discutir, de debater e, se for o caso, de deliberar sobre ela, pois ela tem sido exaustivamente estudada.

Nada tenho a opor ao requerimento das lideranças, até porque, democraticamente, é muito bom que mais pessoas sejam ouvidas, uma vez que perderam os prazos para que o fizessem. Apenas digo que há um relatório pronto, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e há todas as condições para se discutir a matéria e votá-la em plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam a extinção do regime de urgência queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência, de ofício, determina também a audiência da Comissão de Educação para a matéria, em face de solicitação do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - **Item 3:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 691, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, De 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 405, de 1996, vencido o Senador Esperidião Amin), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, cujos recursos serão destinados ao reembolso da sexta parcela e liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à oitava parcelas de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele Estado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 709, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 352, parágrafo único, alínea a, a retirada da urgência do Projeto de Resolução nº 74, de 1996, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo emitir Letras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. - **Gerson Camata - José Ignácio Ferreira - Jader Barbalho - Valmir Campelo - Francelino Pereira - Elcio Alvares.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLCY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para uma declaração de voto, uma vez que a matéria já foi votada.

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT - SP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de manifestar-me contrariamente à retirada da urgência do Item 3, referente ao Es-

tado de São Paulo. Não vejo razão para a retirada da urgência, quando para as demais matérias de natureza semelhante está-se utilizando a urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A matéria volta à tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - **Item 4:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 692, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, De 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 406, de 1996), que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil direitos especiais de saque), equivalentes a R\$ 19.528.560,00, em 31 de março de 1996, com o aval da União, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 42, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1996.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1996, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil direitos especiais de saque), equivalentes a R\$ 19.528.560,00 (dezenove milhões, quinhentos e

vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais), em 31 de março de 1996, com o aval da União, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.

Sala de Reuniões da Comissão, 18 de julho de 1996. – **José Sarney**, Presidente, **Odacyr Soares**, Relator – **Ney Suassuna** – **Antonio Carlos Valadares** – **Ernandes Amorim** – **Emília Fernandes**.

ANEXO AO PARECER Nº 421, DE 1996

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1996

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00, equivalentes a R\$19.528.560,00, em 31 de março de 1996, com o aval da União, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar, operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil direitos especiais de saque), equivalentes a R\$19.528.560,00 (dezenove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais), em 31 de março de 1996.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, a conceder aval à operação de crédito de que trata o artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito externo terá as seguintes características:

a) valor pretendido: SDR 13.500.000,00 equivalentes a R\$19.528.560,00, em 31 de março de 1996;

b) juros: a taxa de juros de referência deve ser determinada anualmente pelo credor, devendo servir de base na computação dos juros obre o empréstimo para o período, começando a 1º de janeiro e ter-

minando a 31 de dezembro de cada ano. A taxa de juros em 1996 é de 7,07%a.a (sete vírgula zero sete por cento ao ano);

c) garantidor: República Federativa do Brasil;

d) destinação dos recursos: implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião;

e) condições de pagamento:

– *do principal:* em trinta prestações semestrais iguais, vencendo a primeira em 1º de setembro de 1999 e a última em 1º de março de 2014;

– *dos juros:* semestralmente, em 1º de março e 1º de setembro de cada ano.

Art. 4º O prazo para o exercício desta autorização é de quinhentos e quarenta dias, contado da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - **Item 5:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 76, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 693, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 407, de 1996), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru - SP a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S. A., no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinada a execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infraestrutura e saneamento.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para discutir o projeto, ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, quero apenas fazer um registro, porque fui indicado Relator, de improviso, dessa matéria na Comissão.

Quero dizer que dei o parecer favorável e vou votar favoravelmente, mas faço questão de ressaltar a minha condenação à forma como é conduzida a política econômica neste País.

Trata-se de um empréstimo de R\$10 milhões à Prefeitura de Bauru, feito pelo Chase Manhattan Bank, um banco dos Estados Unidos, e que tem um prazo de carência de apenas oito meses e cobra uma taxa de juro mensal de 2,3%, que tem que ser paga diretamente ao banco.

Para um país como os Estados Unidos, que têm uma inflação de 4% ao ano, fazer um empréstimo à prefeitura de um país vizinho à taxa de 2,3% ao mês é um absurdo, é um contra-senso, significa a transferência de riqueza da nossa Nação para uma nação como os Estados Unidos.

Entretanto, o Prefeito de Bauru, o ex-parlamentar Tidei de Lima, ponderou que qualquer empréstimo, em qualquer banco brasileiro, incluindo um banco oficial como o Banco do Brasil, sairia a uma taxa três vezes maior do que a taxa cobrada pelo Chase Manhattan Bank.

Então, quero deixar aqui o o registro do que representa um absurdo da nossa política econômica. Em uma inflação como a dos Estados Unidos, de menos de 1% ao mês, o banco cobra 2,3% ao mês. Em uma inflação como a do Brasil, que já dura quase dois anos - e vamos bater palmas para o Governo -, de 1,5% e, quando muito, chega a 2%, o banco cobra 8% de juros ao mês.

Considero isso um prejuízo para a Nação. Se eu fosse prefeito ou governador, não faria tal tipo de empréstimo. Mas, infelizmente, a ponderação do nosso prefeito é no sentido de que tomar dinheiro emprestado internamente é mais caro do que externamente, o que significa uma transferência permanente de riquezas, como vemos acontecer neste País.

No entanto, sou forçado a me dobrar às argumentações do nosso Prefeito de Bauru, companheiro Tidei de Lima. Quero registrar, porém, que essa atitude é um verdadeiro absurdo. Empréstimos como esse são prejudiciais aos interesses nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, para discutir a matéria e, em seguida, ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao

discutir essa matéria, desejo, em primeiro lugar, dizer que não me manifestei hoje sobre a extinção da urgência das Letras do Tesouro de São Paulo - matéria já vencida - por já ter firmado posição no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Mas, nesse caso, quero anunciar que vou abster-me da votação. Gostaria que o meu voto fosse assim registrado.

Não concordo com tudo o que disse o Senador Ademir Andrade, mas creio que estamos diante de um fato novo, ou seja, estamos tendo recursos externos, autorizados através de uma lei municipal, do dia 18 de junho de 1996, e a ser contratado naquilo que se chama período eleitoral. Basta que se tome consciência de que os municípios não podem receber nem convênio, nem recursos de convênio de 30 de junho em diante. A Lei Eleitoral só excepciona os casos de calamidade pública.

Ajudei a redigir o art. 82 da referida lei, até para permitir que se abra uma exceção, exatamente por causa de calamidade pública. Se, nesse caso, o município não puder ser socorrido, não será calamidade pública.

Creio que se trata de um empreendimento, de uma obra e deve ser inadiável. Mas nós criamos cerceamento ao período eleitoral. No entanto, não vou impedir que a obra se concretize.

Sou amigo pessoal do Prefeito Tidei de Lima, assumimos juntos a Câmara dos Deputados em 1979. Mas não posso, aqui, votar favoravelmente por essas circunstâncias - não por essas razões, mas por essas circunstâncias.

Eu gostaria que fosse registrada a minha abstenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os Anais registrarão a abstenção do Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador José Eduardo Dutra. Em seguida, ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar essa decisão do Senado com o Plenário nessa situação. Não vou pedir verificação, mas quero registrar o meu voto contrário. Não vou abster-me.

Eu estava comparando as condições de dois empréstimos que estamos votando. Em relação ao da Bahia, os juros levam em consideração a taxa de referência de juros anual e cita que a taxa de 1996 foi de 7,07% ao ano. O prazo de carência é de 3 anos. Em relação ao de Bauru - não tenho nada contra o prefeito, nem o conheço -, os juros são de

2,30% ao mês, com prazo de carência de 8 meses. Isso, às vésperas de uma eleição; ou seja, concretamente, o problema recairá sobre o próximo prefeito.

Quero que seja registrado o meu voto contrário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPB - MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero secundar as palavras do Presidente do meu Partido, nobre Senador Esperidião Amin, e dizer que, na realidade, é triste o episódio da tarde de hoje.

Embora a sessão tenha-se iniciado na parte da manhã, estamos na parte da tarde, sem **quorum**, votando esse empréstimo.

Nós, que conhecemos Tidei de Lima e fomos seus colegas na Câmara, sabemos que S. Ex^a não merecia concluir o seu mandato com uma votação como a que estamos vendo hoje: 6 Senadores, em plenário, e 3 na Mesa. São 9 Senadores votando a autorização de um empréstimo, a juros absurdos, a menos de 90 dias da eleição, e com uma carência de 8 meses para o pagamento; ou seja, S. Ex^a não pagará nenhuma prestação. Só depois de 8 meses de contraído o empréstimo é que o novo prefeito começará a pagá-lo em 10 prestações.

Na realidade, isso é algo que me deixa constrangido e, por esse motivo, deixo consignado o meu voto contrário.

Esse é um registro puramente simbólico, porque todos sabemos que não está havendo votação, que a Casa se desinteressou da mesma e que os Senadores saíram para aguardar a sessão do turno vespertino.

Portanto, não estamos contribuindo para a construção da boa imagem do Poder que exercemos e exercitamos, que é o Poder Legislativo, no Senado Federal, perante a sociedade, quando a imprensa levar a notícia do **quorum** desta votação.

Não discuto a situação da obra ou da sua necessidade, mas a proximidade das eleições. Quando atropelamos a Lei Eleitoral atropelamos tudo.

Aliás, neste País, vota-se uma CPMF porque conhecemos o ministro; vota-se um empréstimo porque conhecemos o prefeito. Não interessa se está eticamente correto; não interessa se a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira criará problemas para o bolso do contribuinte. Mas o Ministro é o Sr. Adib Jatene, que é um homem sério. E o empréstimo? Este sairá às vésperas da eleição, o prefeito não vai pagá-lo e deixará juros altos para o

seu sucessor. Mas nós conhecemos o Prefeito, que é o Sr. Tidei de Lima, um homem sério!

No meu entendimento, não é assim que devemos exercitar o nosso mandato.

Por esse motivo, quero registrar o meu voto contra, numa votação simbólica que vai acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon, para discutir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, creio que a votação dessa matéria deve chamar o Senado à responsabilidade, no que tange aos empréstimos da União, dos Estados e Municípios. Hoje, talvez seja essa uma das maiores responsabilidades do Senado Federal.

No entanto, essas matérias são pseudamente discutidas, pseudamente analisadas e votadas dessa ou daquela forma.

Participo da Comissão de Assuntos Econômicos, e nós, Senadores, tínhamos a responsabilidade e a obrigação de adotar critérios em relação à mesma e segui-los.

V. Ex^a e eu pertencemos a esta Casa no passado e era assim. No passado, havia critérios dos quais absolutamente a Casa não fugia. À certa altura, o Banco Central perdeu um pouco a credibilidade e resolvemos alterar os índices apresentados pelo Banco Central. E as votações são feitas dessa maneira. Penso que causa espécie ao cidadão, ainda mais agora que ele está acompanhando pela televisão - graças ao trabalho de V. Ex^a - os trabalhos desta Casa. Como o cidadão vai julgar o fato de a Bahia receber empréstimo com 3 anos de prazo, a um juro praticamente três vezes menor do que o do outro que está recebendo agora? Certamente, ele perguntará o que estará acontecendo, o que estará havendo. Por que acontece de uma maneira para uns e de outra maneira para outros? Na verdade, na verdade, nem nós temos condições de dar essa explicação.

Parece-me, Sr. Presidente, que está na hora de o Senado tomar algumas medidas. Repare V. Ex^a: o nobre Líder do PMDB, Jader Barbalho, teve uma atitude positiva. No entanto, o que deveríamos ter feito hoje, com relação à Lei das Telecomunicações, era emendá-la e devolvê-la à Câmara dos Deputados. Esse teria sido o caminho normal, pois se há um artigo inconstitucional, que não pode ser aprovado, por que o fizemos? Porque recebemos um apelo. Repare, Sr. Presidente, não é um negócio a ser realizado amanhã ou na semana que vem. O

apelo surgiu porque haverá investimentos nessa área da telefonia na Índia, na China, e queremos chegar primeiro. E o fato de querermos chegar primeiro impediu que levássemos mais uma semana para aperfeiçoar o projeto e enviá-lo à Câmara dos Deputados. Então o que fizemos? Baseamo-nos na palavra do Presidente. Isso fica bem para o Presidente, mas não fica bem para o Senado, que pretende votar um projeto absolutamente inconstitucional.

Isso está acontecendo pela segunda vez - a primeira foi em relação à Petrobrás. O nobre Líder do meu Partido já disse - e o fez muito bem - que, na verdade, estamos deixando de ser Casa revisora para sermos Casa homologatória, aquela que carimba e diz que está tudo bem. Daqui a pouco precisaremos de uma espécie de carimbo que vai dizer que está tudo bem em relação a essa ou aquela matéria. Ou seja, o Senado não está cumprindo a tarefa que se lhe atribui. E mais ainda: seremos um cartório que ainda não estará cumprindo sua finalidade, porque, como cartório, deveria carimbar e dizer que não está certo. Trata-se de um cartório que está carimbando o que não está certo.

Não somos Casa revisora, porque não estamos analisando, alterando, modificando, aperfeiçoando; estamos sendo cartório, mas não um bom cartório. O bom cartório, o respeitável, olha se está em dia e depois carimba; não estando, não pode carimbar. Repito: o Senado está carimbando o que não está certo.

Penso, Sr. Presidente, que em relação ao tempo, ao debate, à valorização da matéria, o Senado merece um pouco mais de respeito por parte da Câmara dos Deputados. Refiro-me também ao Governo Federal. É ele quem nos coloca a faca no peito, dizendo: "votem, porque é urgente, absolutamente necessário". Até acredito que seja, mas, no caso de hoje, poderíamos ter feito a emenda e devolvido a proposta para a Câmara.

Estou tranquilo no que tange à matéria, porque não tenho nenhum problema em relação à palavra do Presidente. Não estou nem discutindo a matéria que foi votada; estou apenas questionando o Senado na sua imagem. A repetição desse tipo de atitude faz com que passemos à opinião pública uma imagem que não merecemos.

Lembro-me de que já alteramos matéria importantíssima - foi uma das raras vezes em que o fizemos: a Lei Eleitoral. E a nossa mudança acarretava o fato de parar tudo o que se referia às eleições municipais daquela época. Mesmo assim, o Senado vo-

tou, alterou a matéria, que então voltou para a Câmara. Só que as pessoas que não confiavam no patriotismo da Câmara se enganaram. Votamos numa quinta-feira, mandamos para a Câmara numa sexta-feira. Nesse mesmo dia tinha **quorum**; a Câmara votou e mandou para a sanção presidencial. Portanto, essa tese de não se confiar na Câmara não pode existir. Acho que é melhor cumprirmos a nossa parte.

Abstenho-me de votar esse projeto, Sr. Presidente. E o faço porque não lhe conheço o conteúdo, porque dele não tenho conhecimento. Diante das dúvidas levantadas aqui, o mínimo que posso fazer é me abster.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho.

Lembro apenas a V. Ex^a que faltam apenas 6 minutos para o término desta sessão, uma vez que temos de iniciar a sessão ordinária do Senado às 14h30min.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - É o suficiente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, apenas registro que o PMDB votará favoravelmente, em primeiro lugar, porque o Banco Central do Brasil, órgão responsável pelo exame da proposta, manifestou-se favoravelmente. Há um expediente do Presidente do Banco Central nesse sentido dirigido ao Senado.

O único reparo apresentado, Sr. Presidente, é que a prefeitura não tinha o Plano Plurianual aprovado de acordo com lei federal. E o Prefeito de Bauru juntou ao pedido essa justificativa. E mais: alerta que o Estado de São Paulo não tem o Plano Plurianual aprovado.

Portanto, o reparo no parecer técnico do Banco Central é apenas em relação a isso. O Banco Central examinou todas as condições de endividamento da Prefeitura de Bauru e deu parecer favorável. Veio para esta Casa. Quem chama a atenção do Senado é o Senador Ademir Andrade. Sei que S. Ex^a não chamou a atenção do Senado no sentido de fazer restrição à prefeitura; apenas aproveitou a oportunidade, como integrante da Oposição nesta Casa, para chamar a atenção sobre a política de juros. Por quê? Porque S. Ex^a foi o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, que, por sua vez, votou por unanimidade.

Basta a mim, como Líder do PMDB, a manifestação do órgão técnico do Governo, que tem a responsabilidade de examinar a questão; basta a mim que a Comissão de Assuntos Econômicos tenha vo-

tado por unanimidade para eu dar o meu voto favorável.

Não vejo, Sr. Presidente, diante de tantos fatos recentes, como negar meu voto a um projeto da Prefeitura de Bauru, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal, que o considerou relevante. Com tranquilidade, voto favoravelmente à concessão do financiamento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não havendo mais oradores, encerro a discussão.

Deixo de submeter a voto o projeto, uma vez que são relevantes os motivos aqui levantados. Além disso, é evidente a falta de número na Casa neste momento, para o prosseguimento da sessão.

Incluiremos o projeto na pauta da próxima sessão, que se iniciará às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os Srs. Senadores Odacir Soares, Valmir Campelo e Antonio Carlos Valadares enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ODACIR SOARES (PFL - RO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obter o reconhecimento público ou colher os aplausos pelos serviços prestados à comunidade não constituem, quero crer, os objetivos maiores daqueles que exercem verdadeira liderança política.

Quando, porém, uma e outra coisa ocorrem, colocando o homem público no foco de eventuais e espontâneas manifestações de reconhecimento pelo seu desempenho e por seu estilo de atuar em favor da região que representa, acredito que, em tais circunstâncias, não haja político que não se renda à emoção de ver-se gratificado pelo aplauso daqueles aos quais consagra os melhores esforços de sua faina política.

Pois são emoções desse gênero que quero, hoje, compartilhar neste Plenário, ao registrar o recebimento de duas mensagens a mim encaminhadas pela Câmara Municipal de Cacoal.

Para os que não sabem, Cacoal é uma das mais prósperas e bem traçadas cidades plantadas ao longo da BR 364, a 477 Km de Porto Velho.

Cacoal destaca-se, também, como o município mais industrializado do interior rondoniense, e como pujante centro de produção agrícola, detentora que é do título de capital estadual do café. Sua população, de cerca de 73 mil habitantes, liderada por políticos hábeis e dinâmicos, participa, orgulhosa, do surto de progresso que sacode sua linda cidade.

De lá, portanto, vieram-me as mensagens já mencionadas, ambas subscritas pelo Presidente da Câmara Municipal, vereador Josafá Pianha Marreiro. A primeira comunicou-me, as congratulações requeridas pelo vereador Athos Arimathéia Arcanjo (PDT), por minha atuação em prol dos interesses de Rondônia. Nela faz-se menção às minhas idas constantes àquele município, percebidas como clara manifestação de meu interesse pelo desenvolvimento do Estado.

Já a segunda mensagem comunica-me, a requerimento do Vereador Ademar Margoto, os votos de congratulações por meu desempenho em defesa dos interesses de Rondônia e do Brasil, seja no Parlamento Nacional, seja em outras instâncias internas e externas.

Ao registrar, Sr. Presidente, essas gratificantes comunicações, quero tomar públicos os meus agradecimentos à Câmara Municipal de Cacoal, muito especialmente, aos autores da honrosa iniciativa, os vereadores Athos Arimathéia Arcanjo e Ademar Margoto.

Quero, por outro lado, repassar-lhes a interpretação que faço do papel do parlamentar, como sendo o do prestador permanente de serviços à comunidade que este representa.

Entendo, também, que a liderança daí decorrente não procede de carisma algum extraordinário, mas da capacidade de captar os anseios da comunidade e de, em nome desta, interpretá-los, debatê-los e defendê-los em qualquer instância onde eles estejam em jogo.

E isso, Sr. Presidente, modéstia à parte, venho fazendo, e continuarei fazendo, enquanto o povo de Rondônia honrar-me com seu prestigioso mandato.

É o que penso, Sr. Presidente

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB - DF) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a história recente comprova que os países que apresentaram as melhores performances econômicas, nos últimos 50 anos, foram exatamente aqueles que desenvolveram políticas específicas para promover a expansão das pequenas e microempresas.

A evidência dos fatos ensina que o estímulo às pequenas e microempresas, além do fator gerador de mão-de-obra e de desenvolvimento, reduz a informalidade e acaba, por vias indiretas, gerando mais divisas fiscais para o Estado.

Em países como a Alemanha e o Japão é notável a participação das pequenas empresas na melhoria da distribuição de renda, na promoção crescente dos municípios, na redução da inflação, no au-

mento das oportunidades de acesso ao mercado e na introdução de uma ética nas relações econômicas que tem como resultado a disseminação da competitividade, da produtividade e, por fim, da tão decantada justiça social.

Além disso, as pequenas e microempresas constituem o instrumento mais eficaz de combate aos oligopólios e aos cartéis.

As pequenas e microempresas representam hoje, no Brasil, um universo de nada menos que 4 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. São responsáveis por 48% do total da produção nacional; 42% dos salários pagos; 68% da oferta de mão de obra e cerca de 30% do Produto Interno Bruto.

Não obstante, o setor está longe de receber tratamento à altura da importância que tem.

A mentalidade fiscalista do Estado brasileiro tem sufocado o potencial criador desse importante setor da economia nacional.

Ao tratar uniformemente os desiguais, equiparando grandes e pequenos, o Estado brasileiro comete uma imperdoável heresia para com as pequenas e microempresas.

Tais critérios, além de injustos, inibe a expansão do setor e dificulta a retomada do desenvolvimento da economia nacional.

Impor a uma empresa familiar, de fundo de quintal, as mesmas regras e exigências que vigoram para as empresas de grande porte é condenar um segmento vital da economia à marginalidade. Não é justo e, sobretudo, não é inteligente.

Felizmente, uma proposta da maior relevância, de autoria do nobre Senador José Sarney, insigne Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, acaba de ser aprovada, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Na verdade, foram aprovados ontem dois projetos de lei que se completam, ambos de autoria do ilustre Presidente desta Casa: os projetos de nºs 31 e 32, de 1996.

O primeiro dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte. A intenção do legislador é corrigir todas aquelas distorções que relatei no curso deste meu pronunciamento.

O segundo, constitui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, propriamente dito. Nele está previsto tudo aquilo que os pequenos empresários reivindicaram: tratamento jurídico, simplificado e favorecido.

Cumprida a tramitação nesta Casa, a matéria vai agora à Câmara dos Deputados, onde se espera que tenha tramitação rápida.

O que é preciso ter em mente é que os projetos aprovados na Comissão de Assuntos Econômi-

cos não são favores. Os milhões de brasileiros dependentes das atividades econômicas das pequenas e microempresas merecem ser tratados com respeito pelos poderes públicos, porque representam a verdadeira base social da nossa economia.

Nesse sentido, valorizar a empresa de pequeno porte significa fortalecer a própria democracia, porque estaremos incentivando o desenvolvimento e criando condições para a necessária distribuição de rendas neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB - SE) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Banco do Nordeste do Brasil comemora amanhã, 19 de julho, seu quadragésimo-quarto aniversário. É uma data importante para toda a região nordestina, uma vez que o BNB é, sem dúvida alguma, um dos organismos oficiais mais presentes na vida econômica de nossos Estados.

A economia mundial atravessa agora um período de profundas alterações que podem ser traduzidas por uma palavra mágica: globalização. As empresas estendem seus braços por todo o mundo na busca incessante de maior eficiência e produtividade. Produtos melhores a um custo mais baixo é a utopia de nossos dias. Dentro desse panorama, os sistemas bancários também alteram rapidamente suas práticas centenárias.

É possível até que as mais incisivas e bruscas alterações da economia nacional estejam ocorrendo hoje no sistema bancário. A verdade é que, com o avanço impressionante da automação dos serviços financeiros e com o fim da inflação, os bancos do nosso País tiveram que se adaptar rapidamente a um novo ambiente.

Coerente com o momento que vivemos, o Banco do Nordeste adotou mudanças estratégicas a fim de se manter competitivo dentro de um mercado onde a disputa por espaço é cada vez mais agressiva. Com essas iniciativas arrojadas, temos absoluta certeza de que o BNB vai continuar desempenhando com eficácia e dinamismo seu papel de instrumento propulsor do desenvolvimento do Nordeste, ao mesmo tempo em que manterá o seu lugar de destaque dentro do panorama bancário nacional.

Entre as várias ações que vêm sendo desencadeadas pela alta direção do banco, merece citação o esforço feito para destruir a falsa imagem que se formou dos bancos oficiais, como sendo excessivamente burocráticos e tecnicistas ao extremo. Na verdade, bancos oficiais devem se cercar de cuidados especiais nas suas operações para evitar insinuações maldosas. O certo é que o Banco do Nordeste redesenhou toda a sua política de concessão de crédito. Em outras palavras, flexibilizou e agilizou todas as áreas voltadas para o desenvolvimento.

Outro ponto positivo a ser destacado na gestão atual foi a definição clara do público-alvo. Quem é o cliente preferencial do BNB? O cliente prioritário é justamente aquele agente econômico que pratica atividades voltadas para o mercado consumidor e que vai gerar riqueza e empregos com os recursos que lhe forem concedidos pelo banco.

Dentro dessa nova filosofia, cuja ênfase está na modernidade dos procedimentos administrativos e estratégicos, o Banco do Nordeste do Brasil criou a figura do agente de desenvolvimento, que vem a ser o responsável pelo trabalho de capacitação técnica, difusão de tecnologia e organização do mercado-alvo, em todas as praças do Nordeste.

Sintonizado com o atual estágio de desenvolvimento econômico, no qual os agentes financeiros deixam de ser meras entidades intermediadoras de recursos para se transformarem em prestadores de uma série infindável de serviços financeiros, o BNB passou a ser um auxiliar das empresas no que se refere à gestão de investimentos produtivos. Para isso, o Banco do Nordeste do Brasil criou a Gerência de Negócios Corporativos, que vai atuar no mercado de capitais internacionais e também no mercado interno.

O Banco do Nordeste do Brasil, no transcurso do seu quadragésimo quarto aniversário, vive um surto de crescimento e de otimismo.

Há um número que não poderia deixar de ser mencionado aqui: este ano, o Banco do Nordeste vai injetar na economia regional recursos da ordem de dois bilhões e meio de dólares, oriundos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e de outras fontes.

Para termos uma noção mais exata da grandiosidade dessa cifra, basta lembrarmos que, ao longo de seus primeiros quarenta e três anos de funcionamento, o BNB investiu quatro bilhões e meio de reais, sendo que a partir de 1990 o FNE passou a ser a fonte única dos recursos. Por outro lado, o volume de recursos a ser aplicado no corrente ano é três vezes maior do que o investido ao longo do ano passado.

Grande parte desse esforço se deve à atual administração, comandada pelo cearense Byron Queiroz, cuja meta principal é transformar o BNB apesar de suas especificidades como banco de desenvolvimento regional numa entidade capaz de disputar de igual para igual com os demais agentes financeiros.

É altamente louvável a perfeita afinação existente entre a administração do BNB e a bancada de representantes nordestinos no Congresso Nacional, porque ela reforça o papel de propulsor do desenvol-

vimento regional que é, em última instância, a razão de ser do Banco do Nordeste do Brasil.

Na era da informática, o BNB mantém um trabalho consistente de modernização, que permitiu, por exemplo, a aquisição de mil e quatrocentos computadores no ano passado, enquanto no corrente ano será incorporado mais um grande número de equipamentos eletrônicos.

Não é por acaso que o Presidente Fernando Henrique Cardoso cujos esforços para a modernização do País são reconhecidos nacional e internacionalmente tem dito que o Banco do Nordeste do Brasil é uma experiência altamente exitosa no que concerne a gerar empregos e renda a baixo custo.

Saudando o BNB pelo que ele tem feito pelo Nordeste e pelo que ainda vai fazer, quero mandar minha saudação aos seus dirigentes e funcionários, incentivando-os na dura luta para modernizar aquele banco e transformá-lo num organismo eficiente, moderno e competente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência designa a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se hoje, às 14h30min., a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do art. 172, II, d, combinado com o parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1996 (nº 288/96, na Câmara dos Deputados), que aprova pedido de renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – Cobravem na Unavem-III.

(Dependendo de parecer da Comissão de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**)

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 76, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 693, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução Nº 76, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 407, de 1996), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru – SP a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S.A., no valor de

R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinada a execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento.

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1996 (nº 2.942/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 243 e 413, de 1996, da Comissão - de Assuntos Sociais: 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento (sobre a emenda apresentada perante a Mesa): favorável.

- 4 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1996

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros senhores Senadores, que altera o § 7º do art. 14 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 342, de 1996, da Comissão - de **Constituição, Justiça e Cidadania**, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, Pedro Simon, José Ignácio Ferreira, Jefferson Peres e Bernardo Cabral.

- 5 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1996

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1996 (nº 41/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 404, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14h28min.)

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de julho de 1996

2ª Sessão Legislativa
Extraordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Júlio Campos, Levy Dias,
Ernandes Amorim, Valmir Campelo, Jefferson Péres,
Carlos Wilson e Totó Cavalcante.*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARE- CERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade - Antônio Carlos Magalhães - Antônio Carlos Valladares - Artur da Távola - Bello Parga - Beni Veras - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Carlos Wilson - Casildo Maldaner - Coutinho Jorge - Darcy Ribeiro - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Elcio Álvares - Emília Fernandes - Epitácio Cafeteira - Ernandes Amorim - Esperidião Amin - Fernando Bezerra - Francelino Pereira - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gilvam Borges - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Íris Rezende - Jader Barbalho - Jefferson Peres - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Agripino - José Alves - José Bianco - José Eduardo Dutra - José Fogaça - José Ignácio Ferreira - José Roberto Arruda - José Sarney - José Serra - Júlio Campos - Lauro Campos - Levy Dias - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúdio Coelho - Marina Silva - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Onofre Quinan - Osmar Dias - Pedro Simon - Ramez Tebet - Regina Assumpção - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romero Jucá - Romeu Tuma - Ronaldo Cunha Lima - Sebastião Rocha - Sérgio Machado - Teotônio Vilela Filho - Totó Cavalcante - Valmir Campelo - Wilson Kleinübing - Waldeck Omelas

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 138/96, de 18 do corrente, comunicando a rejeição do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1993 (nº 2.801/92, naquela Casa), de iniciativa da CPI que investiga o extermínio de crianças e adolescentes, que altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, respectivamente.

(Projeto enviado à sanção em 18-7-96)

Proposta de Emenda à Constituição recebida da Câmara dos Deputados:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 1996
(Nº 33/95, na Câmara dos Deputados)
(De iniciativa do Presidente da República)

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.7º.....

.....
XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei;

....."

"Art.37.....

.....
§ 7º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou do art. 42 com remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos mencionados no inciso XVI deste artigo, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."

"Art. 40. Aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,

incluídas suas autarquias e fundações, bem como aos membros dos respectivos Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, é assegurado regime próprio de previdência, de caráter contributivo, que observará o disposto neste artigo.

§ 1º É assegurada aposentadoria no regime de previdência de que trata este artigo:

I - por invalidez permanente, em termos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, em termos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido um tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e:

a) aos trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e aos trinta anos de contribuição, se mulher, em termos integrais;

b) aos trinta anos de contribuição, se homem, e aos vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, em termos proporcionais;

c) aos trinta anos de contribuição relativos ao efetivo exercício das funções de magistério, se professor, e aos vinte e cinco anos de contribuição, se professora, em termos integrais;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta anos, se mulher, em termos proporcionais;

IV - o valor dos proventos de aposentadoria, nas hipóteses previstas nos incisos II e III,

terá por referência a remuneração do último cargo ou função, se ocupados por, pelo menos, cinco anos consecutivos, ou não atendida esta condição, a média das últimas sessenta remunerações, devidamente atualizadas, percebidas no serviço público.

§ 2º Os proventos de aposentadoria não poderão exceder a remuneração do servidor quando em atividade, observado ainda o disposto no art. 37, XI, e serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos ativos.

§ 3º Serão estendidos aos inativos os benefícios e vantagens concedidos aos servidores em atividade, inclusive os decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, com o objetivo de cumprir o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo, ressalvadas as decorrentes dos cargos mencionados no art. 37, inciso XVI, bem como a acumulação de aposentadoria deste regime com aposentadoria do regime de que trata o art. 201, salvo, neste último caso, se decorrente de filiação obrigatória.

§ 5º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para efeito da concessão de aposentadoria ou pensão aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de trabalho exercido exclusivamente sob condições especiais

que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos de lei complementar.

§ 6º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e do respectivo ente estatal, na forma da lei.

§ 7º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 8º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será computado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 9º É permitida apenas a contagem pura e simples de tempo de serviço para qualquer efeito legal.

§ 10. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos públicos ou empregos, bem como de atividades sujeitas a contribuição previdenciária obrigatória."

"Art.42.....
.....

§ 9º Lei complementar específica disporá sobre regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir as suas peculiaridades profissionais.

§ 10 Aplica-se aos servidores a que se refere este artigo, e a seus pensionistas, o disposto no art. 40, §§ 2º, 3º, 6º e 7º.

....."

"Art. 73.....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

....."

"Art. 114.....

§ 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais, previstas no art. 195, I, "a", e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir."

"Art. 129.....

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, inciso II."

"Art. 195

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e demais segurados da previdência social;

.....

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou

bases de cálculo diferenciadas, em razão da natureza da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10 A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos."

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º Lei complementar especificará os segurados e definirá as prestações e os prazos de carência para os benefícios do regime geral de previdência social, que atenderá a:

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, reclusão e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - ajuda à manutenção dos dependentes do segurado de baixa renda;
- V - pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

§ 2º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria e pensão aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições

que prejudiquem a saúde ou a integridade física, conforme dispuser a lei complementar prevista no § 1º deste artigo.

§ 3º É assegurado reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 4º Nenhum benefício que substitua o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 5º É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime geral de previdência social de que trata este artigo, bem como a acumulação de aposentadoria dos regimes de que tratam os arts. 40 e 42 com aposentadoria deste regime, salvo, neste último caso, se decorrente de filiação obrigatória.

.....
§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei complementar prevista no § 1º deste artigo, obedecidas, especialmente, as seguintes condições:

- I - aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta anos de idade, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges;
- II - após trinta e cinco anos de contribuição, ao homem, e após trinta anos de contribuição, à mulher;

III - após trinta anos de contribuição, ao homem, e após vinte e cinco anos de contribuição, à mulher, em termos proporcionais;

IV - após trinta anos de contribuição, ao professor, e após vinte e cinco anos de contribuição, à professora, relativos ao efetivo exercício das funções de magistério.

§ 8º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, segundo critérios estabelecidos na lei complementar prevista no § 1º deste artigo.

§ 9º Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários."

"Art. 202. Para a complementação das prestações do regime geral de previdência social, será facultada a adesão do segurado a regime de previdência complementar, público ou privado, conforme critérios fixados em lei complementar.

Parágrafo único. É vedada a concessão de subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada."

Art. 2º A lei complementar prevista no artigo 201, § 1º, observará, dentre outras condições, as seguintes:

I - a elevação do prazo de carência e do número de salários de contribuição a serem considerados no cálculo do benefício será gradativa;

II - serão reconhecidos como tempo de contribuição os seguintes períodos:

a) tempo de serviço com comprovação de vínculo empregatício, admitindo-se os meios de prova aceitos na legislação vigente;

b) tempo de serviço militar obrigatório;

c) tempo em gozo de benefícios de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente, salário-maternidade e seguro-desemprego, desde que, no caso dos dois últimos, seja efetuado o recolhimento das respectivas contribuições, nos termos da lei;

d) tempo de exercício de atividade rural, obedecidos os requisitos que a lei referida neste artigo estabelecer;

III - será considerado como trabalhador rural em regime de economia familiar, para efeito do disposto no art. 201, § 7º, I, o produtor rural que possua até dois empregados, ainda que em caráter permanente.

Art. 3º Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o artigo 195, são exigíveis as contribuições estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.

Art. 4º Fica assegurado o direito à aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da promulgação desta Emenda, aos que estejam em gozo do benefício ou que nessa data tenham cumprido os requisitos para obtê-lo.

Art. 5º As entidades de previdência privada, patrocinadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista deverão rever, no prazo de dois anos a contar da data da promulgação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Art. 6º A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica aos servidores inativos, civis e militares, que até a promulgação desta Emenda, tenham reingressado no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 7º A gestão quadripartite da seguridade social contará com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo, em órgãos colegiados, na forma da lei.

Art. 8º O limite máximo do salário-de-benefício do regime de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado em valor correspondente a dez salários mínimos em vigor na data da promulgação desta Emenda, devendo, a partir daí, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, conforme critérios definidos em lei.

Art. 9º O tempo de serviço público considerado pela legislação vigente, para efeito de aposentadoria, será computado como tempo de contribuição, até que a lei discipline a matéria, observado o disposto no art. 40, § 9º.

Art. 10. Até a publicação da lei complementar a que se refere o art. 42, § 9º, ficam assegurados aos servidores militares os benefícios previdenciários estabelecidos em lei.

Art. 11. Durante dois anos contados da data da promulgação desta Emenda e até que a matéria seja disciplinada pela lei complementar prevista no art. 201, é assegurada aposentadoria, no regime geral de previdência social, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente, mês a mês.

Art. 12. Revoga-se o inciso VI do art. 93, da Constituição Federal.

PROPOSTA ORIGINAL**Modifica o Sistema de Previdência Social,
estabelece normas de Transição e dá outras
providências**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,
nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição promulgam a seguinte Emenda
Constitucional:

Art.1º. São alterados o inciso XII do art. 7º. e o inciso XII do art. 24, e é
acrescentada a alínea "f" no inciso II do § 1º. do art. 61 da Constituição, passando
os referidos dispositivos a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º.....

.....

XII - salário-família pago em razão do dependente do
trabalhador de baixa renda;

....."

"Art.24.....

.....

XII - proteção e defesa da saúde;

....."

"Art.61.....

.....

§1º.....

.....

II.....

.....

f) custeio da seguridade social.

Art. 2º. Ao art. 37 são acrescentados os §§ 7º. e 8º.; é alterado o art. 40; é modificada a redação dos §§ 9º. e 10 do art. 42; é alterado o § 3º. do art. 73; é suprimido o inciso VI do art. 93 e alterado o § 4º. do art. 129 da Constituição, com as renumerações necessárias, ficando os dispositivos abaixo com a seguinte redação:

"Art.37....."

§ 7º. É vedada a percepção simultânea de rendimentos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos mencionados no inciso XVI deste artigo.

§ 8º. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou manter regime de previdência pelo exercício de mandato eletivo, bem como contribuir direta ou indiretamente, a qualquer título, para o seu custeio."

"Art. 40. Ao servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime próprio de previdência, na forma de lei complementar prevista no art. 201, que observará os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social, e definirá regras de cálculo do valor do benefício.

§ 1º. O custeio dos benefícios do regime previdenciário referido neste artigo será feito mediante contribuições dos servidores públicos ativos e inativos, bem como dos pensionistas e do respectivo ente estatal, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 2º. A lei estabelecerá regra de reajustamento dos benefícios para preservar o seu valor real.

§ 3º. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo, bem como sua acumulação com a aposentadoria de que trata o art. 201, ressalvados os cargos mencionados no art. 37, inciso XVI.

§ 4º. A lei complementar referida no *caput* poderá, ainda, estabelecer requisitos relativos a tempo mínimo de exercício no

serviço público e no cargo ocupado pelo servidor, para fins de aposentadoria.

§ 5º. O disposto neste artigo aplica-se aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União."

.....
"Art.42.....
.....

§ 9º. Aos integrantes das Forças Armadas e seus pensionistas é assegurado regime previdenciário próprio, custeado mediante contribuições dos ativos e inativos, dos pensionistas e da União, obedecidos critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, na forma de lei complementar prevista no art. 201, que deverá refletir as peculiaridades da atividade militar, inclusive nas situações de guerra e definirá, ainda, limites de idade e regras de cálculo do valor do benefício.

§ 10. Aos integrantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares aplica-se, quanto à previdência, o disposto no art. 40, devendo a lei complementar prevista no art. 201 refletir, também, as peculiaridades da profissão policial militar e de bombeiro militar.

.....
"Art.73.....
.....

§ 3º. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

.....
"Art.129.....
.....

§ 4º. Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II."

Art. 3º. Ao art. 114 é acrescentado um parágrafo, ficando o dispositivo com a seguinte redação:

.....
"Art.114.....
.....

§ 3º. Nenhum pagamento decorrente de acordo ou de execução de sentença será efetuado sem o prévio recolhimento das contribuições sociais incidentes."

Art. 4º.
redação:

O § 1º do art. 145 e o art. 149 passam a vigorar com a seguinte

"Art. 145.

§ 1º. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sendo facultado à fiscalização tributária e previdenciária, nos termos da lei, a requisição e acesso a informações sobre o patrimônio, os rendimentos e as operações financeiras e bancárias dos contribuintes, ficando responsável civil, criminal e administrativamente pela garantia de sigilo dos dados que obtiver e atendido o disposto no art. 5º, XII.

"Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, observado o disposto no art. 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 5º., relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de assistência à saúde."

Art. 5º. É suprimido o inciso II do § 2º. do art. 153; são modificados os arts. 195 e 196, passando os dispositivos abaixo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, dentre outras, das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social;

.....
§ 1º. As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da natureza da atividade econômica.

§ 2º. (igual ao atual § 3º.).

§ 3º. Lei complementar poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.

§ 4º. (igual ao atual § 5º.).

§ 5º. As contribuições sociais destinadas à seguridade social serão exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".

§ 6º. A lei federal definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos."

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido, nos termos da lei, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Art. 6º. São modificados os arts. 201 e 202 e o inciso V do art. 203, passando os dispositivos a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º. Lei complementar especificará os segurados e definirá as prestações, prazos de carência e valor máximo para os benefícios do regime geral de previdência social, que atenderá a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

§ 2º. A lei de que trata este artigo permitirá a aposentadoria, com idade inferior ao limite mínimo estabelecido, ao segurado que, comprovadamente, houver satisfeito o número de contribuições nela fixado para este fim.

§ 3º. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria e pensão aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de trabalho exercido sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos da lei complementar de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao do salário mínimo.

§ 6º. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime geral de previdência social, bem como a acumulação de aposentadoria do regime geral com proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, nos termos do § 7º do art. 37."

"Art. 202. Para a complementação das prestações do regime geral de previdência social, será facultada a adesão do segurado a regime de previdência complementar, organizado conforme critérios fixados em lei complementar.

§ 1º. A participação, a qualquer título, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista no custeio dos respectivos planos de previdência complementar não poderá exceder a participação dos segurados.

§ 2º. É vedado subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos."

"Art. 203.....

.....

V - a garantia de auxílio mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, desde que comprovem não possuir meios de prover à própria subsistência ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei."

Art. 7º. A lei complementar prevista no art. 201, § 1º., disporá ainda sobre as regras de transição para o regime geral de previdência social, aplicáveis aos segurados de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, inclusive quando amparados por legislação específica, obedecidas, em especial, as seguintes diretrizes:

I - o tempo de contribuição adicional a ser exigido pelo novo regime, para fins de aposentadoria prevista no § 2º. do art. 201, será reduzido segundo a proporção direta existente entre o tempo de serviço ou contribuição já cumprido e o requerido pelas normas vigentes até a promulgação da lei complementar referida neste artigo, para fins de aposentadoria com valor equivalente ao total do salário-de-benefício ou com proventos integrais, conforme o caso;

II - a elevação do prazo de carência e do número de salários de contribuição a serem considerados no cálculo do benefício será gradativa.

Parágrafo único. A lei complementar mencionada no *caput* disporá também sobre as regras de transição para os novos regimes de previdência a que se referem os arts. 40 e 42, obedecidas, especialmente, as diretrizes previstas neste artigo.

Art. 8º. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195, com a redação dada por esta Emenda, são mantidas as formas de custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários, sendo exigíveis as contribuições estabelecidas em lei, em especial, pelos seguintes diplomas legais, preservados os efeitos produzidos sob sua vigência:

I - Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970;

II - Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970;

III - Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

IV - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

V - Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991;

VI - Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992;

VII - Lei nº 8.641, de 31 de março de 1993;

VIII - Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993;

IX - Lei nº 8.861, de 25 de março de 1994;

X - Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;

XI - Medida Provisória nº 904, de 16 de fevereiro de 1995.

Art. 9º. Até que a sua matéria seja disciplinada pela lei complementar prevista no art. 201 da Constituição, com as alterações feitas por esta Emenda, vigorarão as seguintes disposições:

I - o servidor público civil, os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União serão aposentados:

a) por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

b) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

c) voluntariamente:

1. aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

2. aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

II - aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União aplica-se o disposto nas alíneas b e c do inciso anterior após, pelo menos, cinco anos de exercício efetivo no cargo;

III - o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade;

IV - o benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição;

V - ficam assegurados os benefícios previdenciários dos integrantes das Forças Armadas estabelecidos em lei, em especial, pelos seguintes diplomas legais:

- a) Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960;
- b) Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;
- c) Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991;

VI - os benefícios previdenciários dos integrantes das polícias militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal e de seus corpos de bombeiros militares ficam assegurados, como estabelecidos, na legislação que lhes é própria;

VII - as aposentadorias e pensões, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão reajustadas para preservar-lhes o valor real, conforme critérios definidos em lei, sendo vedada a extensão aos inativos e pensionistas de quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou de que resultou a pensão, não se podendo invocar direito adquirido, neste caso;

VIII - é assegurada aposentadoria, no regime geral de previdência social, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, obedecidas as seguintes condições:

a) aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em três anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;

b) após trinta e cinco anos de trabalho ao homem, e, após trinta, à mulher;

IX - para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana;

X - é permitida apenas a contagem pura e simples de tempo de serviço para qualquer efeito legal;

XI - o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios, nos termos da lei.

Art. 10. Ficam extintas a aposentadoria proporcional por tempo de serviço, bem como a aposentadoria especial de professor.

Art. 11. Os benefícios mantidos pela previdência social, a qualquer título, ainda que à conta do Tesouro Nacional, obedecerão à mesma regra de reajustamento de que trata o art. 201, § 4º, com a redação dada por esta Emenda, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido.

Art. 12. Fica assegurado o direito à aposentadoria e pensão nas condições previstas na legislação vigente à data da promulgação desta Emenda, somente para aqueles que estejam em gozo do benefício ou que nessa data tenham cumprido os requisitos para obtê-lo, aplicando-se-lhes, ainda, o disposto no inciso VII do art. 9º. desta Emenda.

Art. 13. A extinção dos regimes de previdência relativos ao exercício de mandato eletivo não prejudica os direitos à aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da promulgação desta Emenda, daqueles que estejam em gozo do benefício ou que nessa data tenham implementado os requisitos para obtê-lo.

Parágrafo único. Lei complementar disciplinará a responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos respectivos institutos referente à manutenção dos benefícios mencionados neste artigo, devendo, igualmente, dispor sobre a situação dos que, tendo contribuído, não fizeram jus a qualquer benefício.

Art. 14. Os valores das aposentadorias e pensões já concedidas e das que venham a ser concedidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios antes da promulgação da lei complementar prevista no art. 201, com a redação dada por esta Emenda, submetem-se ao estabelecido no art. 37, XI, da Constituição, vedada a invocação de direito adquirido.

Art. 15. As entidades de previdência privada, patrocinadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista deverão rever, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da promulgação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los financeiramente a seus ativos integralizados até a data da entrada em vigor desta Emenda, não se admitindo, nestes casos, invocação de direito adquirido ou de ato jurídico perfeito.

Art. 16. O disposto no art. 37, § 7º., em relação aos cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, somente entrará em vigor dois anos após a promulgação desta Emenda.

Art. 17. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

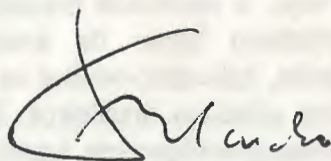
Brasília,

Mensagem nº 306, de 1995

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 60, inciso II, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Previdência e Assistência Social, da Justiça, da Fazenda, do Planejamento e Orçamento e da Administração Federal e Reforma do Estado, proposta de emenda constitucional que "Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências".

Brasília, 17 de março de 1995.



E.M. nº 12 /MPAS (conjunta).

Em 10 de março de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de emenda constitucional, que altera o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

2. Conceitualmente, a previdência social caracteriza-se por ser uma política destinada a garantir, mediante contribuição, uma renda substitutiva daquela oriunda do trabalho, quando verificada a incapacidade laborativa, total ou parcial, em caráter definitivo ou temporário, do segurado.

3. Atualmente, o plano de previdência cobre os riscos de doença, invalidez e morte, mesmo quando resultantes de acidente do trabalho, desemprego involuntário, velhice e reclusão, assegura pensão por morte para o cônjuge sobrevivente e para os dependentes, proteção à maternidade e ajuda na manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda, em consonância com a experiência internacional. Por determinação constitucional e de acordo com a tradição brasileira, existe ainda um benefício *sui generis* de aposentadoria por tempo de serviço, devido após trinta anos de trabalho para os homens, e após vinte e cinco, para as mulheres, ou ainda em tempo inferior, para o trabalho exercido sob condições especiais, com risco para a saúde ou a integridade física.

4. Vale assinalar que a atual conformação da previdência social é fruto de uma evolução histórica caracterizada por dois aspectos básicos. De um lado, continuam existindo diversos regimes especiais com regras de concessão e reajuste de benefícios diferenciadas das regras do Regime Geral de Previdência Social- RGPS e de outro, vem ocorrendo uma incorporação paulatina de ações assistenciais, o que resulta em diluição gradativa do vínculo contributivo do segurado, princípio essencial de qualquer sistema de seguro social.

5. O desafio posto, hoje, à sociedade brasileira é decorrente dos dois aspectos supracitados. Trata-se, em primeiro lugar, de avançar no sentido da uniformização dos regimes especiais de previdência, aplicando-se-lhes os mesmos requisitos e critérios fixados para a esmagadora maioria dos cidadãos brasileiros. Em segundo lugar, é necessário resgatar o caráter contributivo da política previdenciária, transferindo para a área de assistência social, os benefícios que lhe são próprios.

6. Ambas linhas de ação atendem à necessidade de reformar a Previdência social brasileira, no sentido de torná-la socialmente mais justa e garantir sua viabilidade financeira em diversos horizontes temporais, respondendo ao clamor popular por um sistema mais efetivo na consecução dos seus objetivos.

7. É preciso ter claro, no entanto, que os problemas da previdência social decorrem da conjunção de fatores de naturezas diversas. Existem fatores conjunturais decorrentes da instabilidade macroeconômica, cujos efeitos adversos nos níveis de emprego e renda e sobre o grau de formalização das relações de trabalho comprometem o fluxo regular de contribuições ao sistema. Esta situação começa a ser revertida, agora, com os resultados obtidos pelo plano Real, no que concerne à estabilização monetária e à retomada de um processo sustentado de crescimento mas eles só começarão a afetar favoravelmente o comportamento dos indicadores de mercado de trabalho, no médio e longo prazos. Reconhece-se ainda a existência de problemas gerenciais graves que se manifestam nos índices de evasão e sonegação, na concessão e manutenção de benefícios fraudulentos e nos altos custos administrativos de previdência social. Muito se avançou no sentido da modernização e da profissionalização da gestão previdenciária mas, permanecem ainda desafios de grande magnitude nessa área que serão decisivamente enfrentados pelo atual governo. Ressalte-se mesmo que os problemas de ordem conjuntural e gerencial sejam totalmente resolvidos, continuarão a existir problemas estruturais que, se não forem enfrentados de imediato, irão resultar na falência do sistema. Estes problemas se manifestam, sobretudo, na redução progressiva da relação entre contribuintes e beneficiários, devido às mudanças em curso no perfil demográfico da população e nas relações de trabalho e na presença de distorções distributivas no sistema.

8. Não obstante as dificuldades assinaladas, a Previdência Social tem pago pontualmente a 15,2 milhões de beneficiários montantes mensais da ordem de R\$ 2 bilhões, estando prevista para o ano de 1995 uma despesa com benefícios equivalente a R\$ 29,5 bilhões, cerca de 6% do PIB. E é para permanecer honrando seus compromissos, que a Previdência Social implementará estratégias objetivando a obtenção de resultados a curto, médio e longo prazos que propiciem:

- a) o aperfeiçoamento da gestão previdenciária, através da informatização, da modernização dos instrumentos e processos de trabalho e da capacitação de recursos humanos, combatendo as fraudes e a sonegação, reduzindo desperdícios e aumentando, de modo geral, a eficiência e a eficácia do sistema;
- b) o aperfeiçoamento da legislação previdenciária, tornando-a mais clara, mais objetiva e, conseqüentemente, menos vulnerável às contestações judiciais;
- c) o desenho de um novo modelo previdenciário, financeira e atuarialmente viável e justo do ponto de vista social.

9. A proposta de emenda constitucional ora submetida a Vossa Excelência enquadra-se nesta terceira linha de atuação e objetiva, sobretudo, devolver ao sistema de previdência social os princípios da boa técnica e boa doutrina previdenciária, remetendo para a legislação complementar o estabelecimento de regras que dependam de análise de viabilidade atuarial, suprimindo diferenças de gênero, categoria profissional e entre segurados urbanos e rurais, estimulando a contribuição, e estabelecendo regras de transição que garantam tanto a sobrevivência do sistema durante o período de mudanças, como os direitos adquiridos dos segurados.

10. Cumpre detalhar as razões de diversas naturezas que justificam a presente reforma. Entretanto, preliminarmente, cumpre tranquilizar a população brasileira que a reforma respeitará integralmente os direitos adquiridos daqueles que estejam em gozo dos benefícios previdenciários e daqueles que tenham cumprido os requisitos legais para obtê-los.

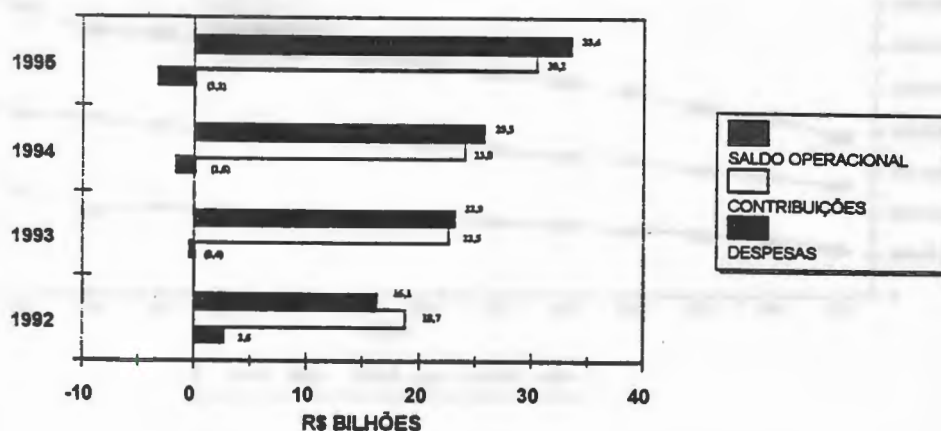
11. Os atuais aposentados e pensionistas, portanto, não serão afetados pelas alterações propostas. Ao contrário, com a melhoria das condições financeiras do sistema previdenciário, em função do aumento da arrecadação e da adoção de regras mais justas para a concessão de benefícios, deverão obter vantagens adicionais.

12. Do mesmo modo, os trabalhadores que tenham cumprido todos os requisitos legais para a obtenção de sua aposentadoria ou de qualquer outro benefício, terão também os seus direitos respeitados, podendo valer-se da legislação vigente.

13. Além disso, serão reconhecidas as expectativas de direito dos atuais segurados da Previdência Social segundo regras baseadas no critério de proporcionalidade, considerando-se a parcela do período aquisitivo já cumprida.

14. Para um bom diagnóstico das dificuldades do sistema, não se pode ignorar que, nos dois últimos anos, o saldo operacional da Previdência Social, ou seja, a diferença entre o valor arrecadado com as contribuições sobre a folha de pagamentos e as despesas com benefícios, pessoal e custeio tem sido negativo. A persistência deste *deficit* levou progressivamente à redução e à interrupção do repasse de parcela destes recursos para a Saúde. Projeta-se, para 1.995, inclusive um *deficit* da ordem de R\$ 3,2 bilhões, conforme os dados do GRÁFICO 1, cuja tendência é de crescimento nos anos vindouros, segundo recentes estudos atuariais.

GRÁFICO 1: SALDO, RECEITAS E DESPESAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



15. Aliás, o crescimento das despesas gerais da previdência é fortemente determinado pelo incremento acelerado das despesas com benefícios. Entre 1960 e 1.990, a população brasileira cresceu 109%, enquanto o número de beneficiários da Previdência Social, no mesmo período, se multiplicou mais de doze vezes, aumentando em 1140%, como pode ser observado no GRÁFICO 2. O número de beneficiários representa atualmente cerca de 9,4% da população brasileira sendo que somente o número de benefícios rurais cresceu 50%, entre os anos de 1.991 e 1.993 (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 2: BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E POPULAÇÃO

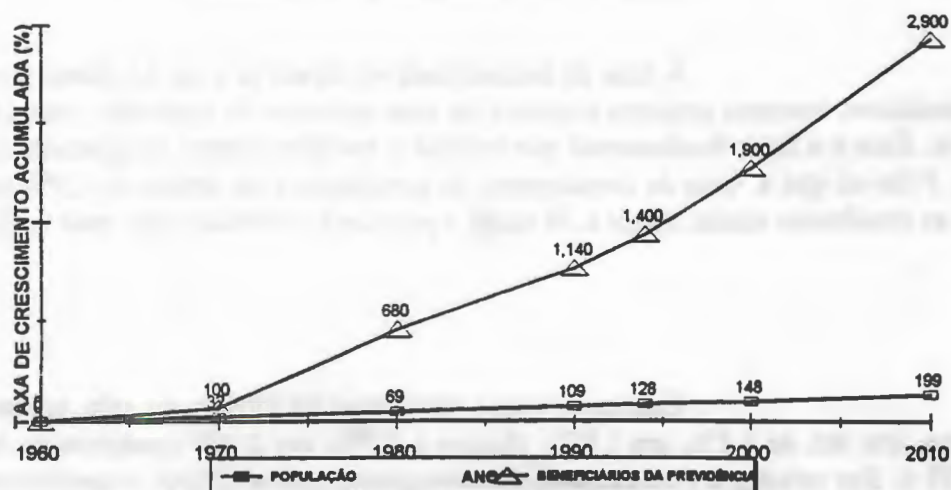
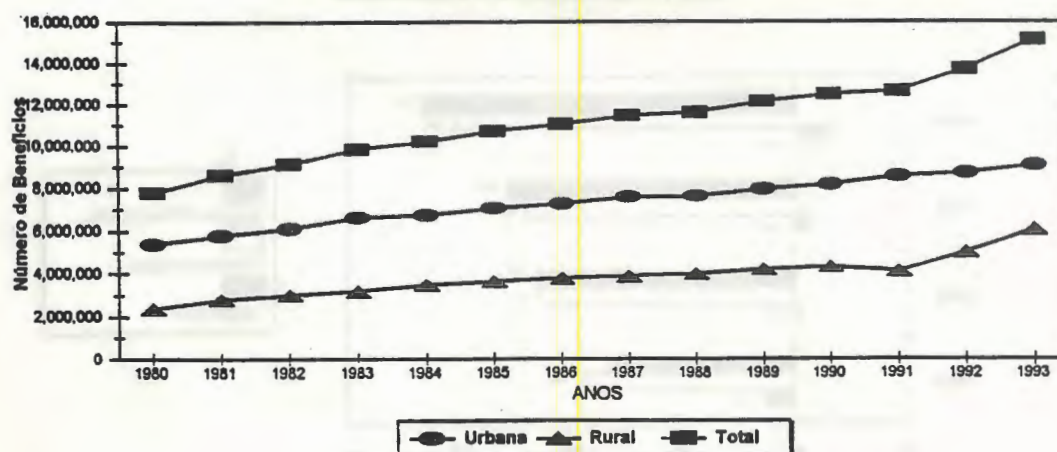


GRÁFICO 3: QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO POR CLIENTELA

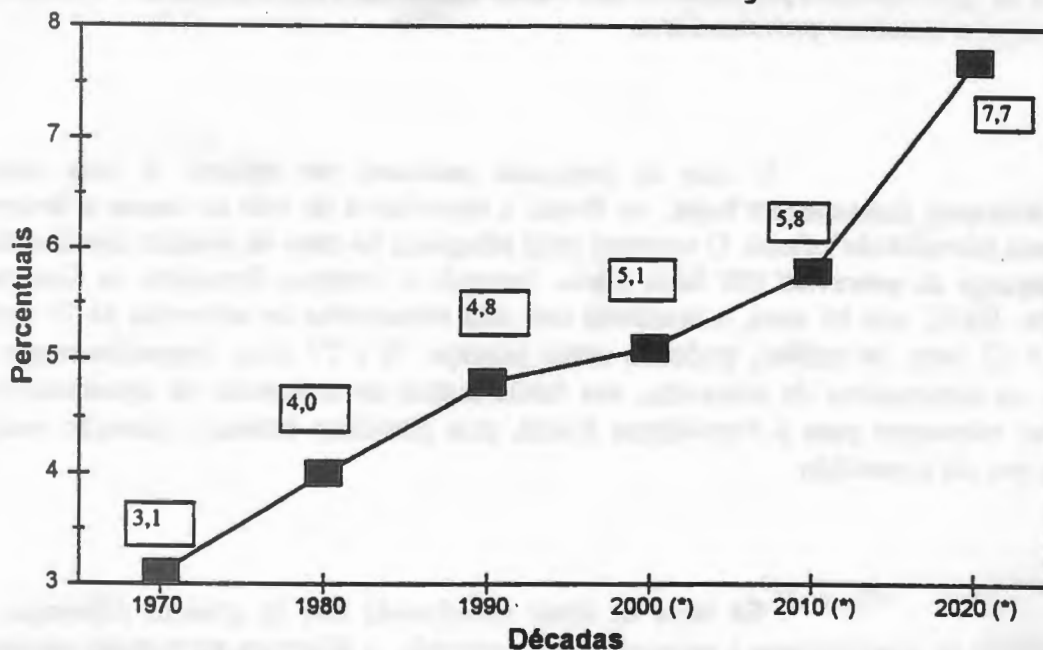
16. Como resultado, a relação beneficiários/contribuintes que, na década de 50, era de 1 para 8 é hoje de cerca de 1 para 2. Caso não haja uma reversão desta tendência nos próximos 25 anos, a relação será de 1 para 1.

17. Os dados obtidos através dos Censos Demográficos de 1.980 e 1.991 apontam para uma mudança significativa no perfil demográfico da população brasileira, com sensíveis impactos nas políticas de educação, saúde e previdência social.

18. A taxa de fecundidade no Brasil já é de 2,6 filhos por mulher em idade reprodutiva, bastante próxima inclusive da taxa universal de reposição, que é de 2,2 filhos por mulher. Este é o fator fundamental que explica o envelhecimento progressivo da população brasileira. Frise-se que a taxa de crescimento da população é da ordem de 1,9% ao ano e que, mantidas as tendências atuais, daqui a 30 anos, a população brasileira não mais crescerá.

19. Estima-se que o percentual de idosos, ou seja, pessoas com mais de 65 anos, que era de 3,1%, em 1.970, chegue a 7,7%, em 2.020 conforme se depreende do GRÁFICO 4. Em relação à População Economicamente Ativa (PEA), o percentual de idosos, na década de 90, é de 8%, e deve chegar a 11%, em 2.020.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE IDOSOS NA POPULAÇÃO



Fonte: TD 345 - IPEA / 94

(*) Projeção

20. Somente as tendências demográficas assinaladas seriam suficientes para justificar a imediata reforma do sistema previdenciário. No entanto, a situação é agravada ainda mais pelas distorções do mercado de trabalho e pela crescente liberalidade da legislação previdenciária vigente.

21. Os números relativos ao mercado de trabalho são preocupantes. Enquanto as despesas com benefícios crescem a uma taxa de 7% ao ano, em ritmo ascendente, a população economicamente ativa apresenta um crescimento de 2,7% ao ano, em ritmo descendente. Com as transformações ocorridas no processo produtivo, caracterizado pela automação e pela terceirização progressivas, as baixas taxas de crescimento do mercado formal de trabalho deixam de ser uma mera decorrência da conjuntura macroeconômica e passam a ser uma tendência estrutural, prejudicando a médio e longo prazos o custeio da previdência social, que depende fortemente da folha de salários.

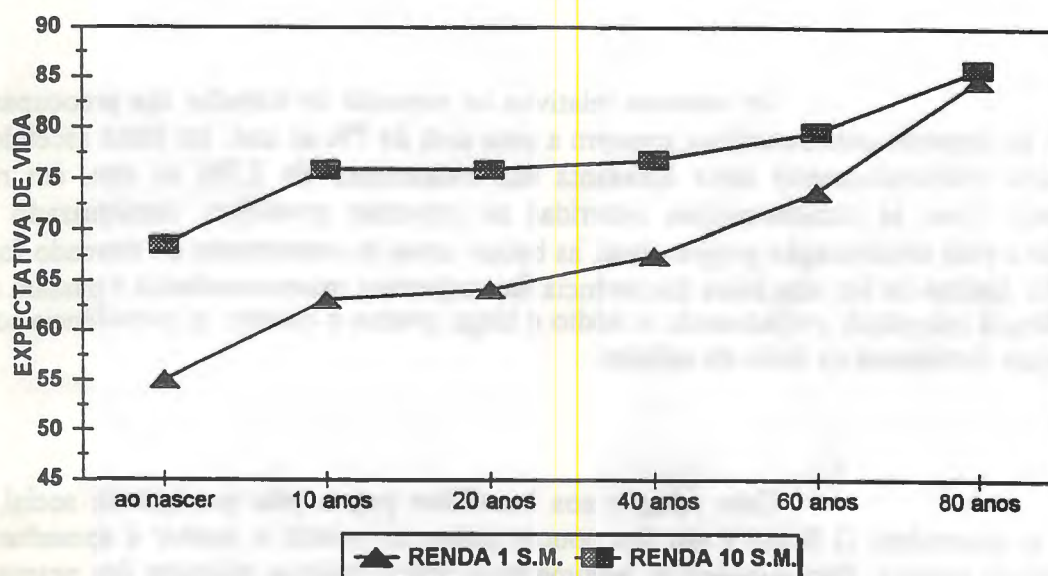
22. Com relação aos benefícios pagos pela previdência social, são notáveis as distorções. O Brasil é um dos poucos países do mundo a manter a aposentadoria por tempo de serviço. Para justificá-la, argumenta-se que a maioria absoluta das pessoas no

País começa a trabalhar muito cedo, entre os 10 e 14 anos. Argumenta-se ainda que a expectativa de vida ao nascer dos brasileiros praticamente coincide com a idade mínima para a concessão da aposentadoria por idade, o que condenaria a maioria da população a morrer sem jamais receber o benefício previdenciário.

23. O que as pesquisas mostram, no entanto, é uma realidade bastante diferente. Em primeiro lugar, no Brasil, a expectativa de vida ao nascer é fortemente afetada pela mortalidade infantil. O conceito mais adequado no caso da política previdenciária é o de esperança de sobrevida por faixa etária. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, aos 55 anos, o brasileiro tem uma expectativa de sobrevida de 21 anos, se homem, e 22 anos, se mulher, podendo assim alcançar 76 e 77 anos, respectivamente. São, portanto, as expectativas de sobrevida, nas faixas etárias de concessão da aposentadoria, as estatísticas relevantes para a Previdência Social, pois permitem estimar a duração média do benefício por ela concedido.

24. Na faixa de idade mencionada não há grandes diferenças entre ricos e pobres no que concerne à expectativa de sobrevida. A diferença entre essas expectativas para populações de baixa renda, em torno de um salário mínimo, e populações de renda mais alta, dez salários mínimos, diminui nas faixas etárias mais elevadas, conforme se depreende do GRÁFICO 5.

**GRÁFICO 5: EXPECTATIVA DE VIDA,
RENDA E IDADE**



25. Em segundo lugar, as pesquisas demonstram que as pessoas aposentadas por tempo de serviço provêm de empregos estáveis, ou então, mudam pouco de emprego. Outro resultado interessante é o de que a distribuição dos aposentados por tempo de serviço, por faixa de renda, é inversa da encontrada para as pessoas aposentadas por idade. Assim, a aposentadoria por tempo de serviço tornou-se um expediente capaz de garantir aposentadorias precoces para os segmentos de mais alta renda, tornando-se para os seus beneficiários que, geralmente não abandonam o mercado de trabalho, uma simples complementação de renda. Para os segmentos mais pobres, com maiores dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, é muito difícil o acesso a este benefício.

26. Comparando-se a idade média no momento de concessão do benefício entre os que se aposentam por idade e os que se aposentam por tempo de serviço, vemos que as desigualdades são de grande magnitude. As aposentadorias por idade, urbanas e rurais, que envolvem uma clientela de baixo poder aquisitivo, são concedidas, em média, para pessoas na faixa dos 62 anos. As aposentadorias por tempo de serviço, cujos beneficiários são pessoas de maior poder aquisitivo, são concedidas, em média, a pessoas na faixa dos 53 anos. As pessoas de baixo poder aquisitivo que excepcionalmente conseguem se aposentar por tempo de serviço, geralmente o fazem em idades mais altas.

27. O fato da idade média na concessão do benefício ser baixa eleva a expectativa de duração do benefício previdenciário no Brasil, para homens e mulheres, que é mais alta do que aquela verificada nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que congrega os países mais ricos do mundo. Enquanto um homem dos países da OCDE percebe o seu benefício, em média, por 15,2 anos, um brasileiro continua percebendo o seu benefício por 17,5 anos. Enquanto uma mulher dos países da OCDE percebe o seu benefício, em média, por 18,6 anos, uma brasileira tem a duração média do seu benefício correspondente a 20 anos.

28. Conforme já mencionado, além do Regime Geral de Previdência Social, onde se enquadra a grande massa de trabalhadores, existem, por força de dispositivos constitucionais, algumas categorias profissionais, enquadradas em regimes previdenciários específicos. Estes regimes possuem regras de contribuição e de pagamento de benefícios privilegiadas, que são inconsistentes do ponto de vista financeiro e atuarial.

29. Considerando-se o exposto, são essas, Excelentíssimo Senhor Presidente, as razões que fundamentam a presente proposta de emenda constitucional que ora submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

30. É mister salientar que a emenda ora proposta tem por objetivo retirar do texto constitucional todos os temas que, por sua natureza, não lhe são afetos. Assim,

remete-se para a legislação complementar todas as regras de concessão e de reajuste dos planos de benefícios do RGPS e dos regimes específicos, ressalvando-se somente que as mesmas sejam consistentes do ponto de vista financeiro e atuarial.

31. Com o intuito de assegurar a aplicação de critérios uniformes para os diferentes regimes previdenciários, propõe-se que a competência legislativa sobre previdência social seja privativa da União, competindo às demais esferas de governo a operacionalização do sistema para os seus respectivos servidores.

32. Em relação ao regime próprio de previdência dos servidores públicos, à parte a desconstitucionalização de diversos itens, busca-se fundamentalmente desestimular aposentadorias precoces bem como vedar o acúmulo de aposentadorias e destas com outros rendimentos pagos pelo setor público.

33. O princípio da isonomia foi aplicado ao regime dos servidores públicos e policiais militares em geral, resguardando-se as particularidades desta profissão, e também ao regime dos integrantes das Forças de Mar, Terra e Ar, salvo no que se refere ao limite de idade para a aposentadoria e à sistemática de cálculo do benefício que devem atender às especificidades necessárias das Forças Armadas, e quanto aos magistrados e membros do Ministério Público os critérios para a aposentadoria foram igualados aos dos demais servidores públicos.

34. No que concerne à definição das fontes de financiamento da seguridade social, busca-se conferir ao texto constitucional, Excelentíssimo Senhor Presidente, uma redação ao mesmo tempo mais precisa e abrangente, remetendo-se o seu pleno detalhamento para a legislação complementar. Deste modo, ela poderá adquirir a flexibilidade necessária para se adequar às peculiaridades do processo produtivo, possibilitando uma distribuição mais justa dos encargos sociais sobre os fatores de produção. Mediante a exigência de contrapartida para a transferência de recursos, busca-se ademais ampliar a participação dos Estados, Municípios e Distrito Federal no financiamento das ações descentralizadas de saúde e de assistência social. Houve também a preocupação de garantir, durante o período de transição para a nova legislação de financiamento da Seguridade Social, a necessária preservação das atuais fontes de custeio.

35. É sugerida também a supressão do texto constitucional da isenção de contribuição para a seguridade social das entidades beneficentes de assistência social, dispositivo que, além de ser matéria típica de norma infraconstitucional, tem servido como mecanismo para acobertar a evasão de receitas.

36. Os critérios de concessão das aposentadorias por tempo de serviço são alterados e passam a combinar limite de idade com tempo de contribuição, de

modo a atender aos indispensáveis requisitos atuariais sem prejudicar aqueles que comprovadamente comecem a trabalhar quando muito jovens.

37. Mantendo-se um teto de contribuição e de valor de benefício para a previdência social, busca-se garantir a adesão facultativa do segurado a regime de previdência complementar, organizado segundo critérios fixados em lei. Reconhece-se assim a importância dos fundos complementares de previdência enquanto instrumentos fundamentais, não apenas para assegurar níveis adicionais de proteção, mas também para a geração de poupança de longo prazo e, conseqüentemente, para o financiamento de projetos de desenvolvimento.

38. Como os benefícios previdenciários e assistenciais são direcionados a clientela diferenciada, sendo que os previdenciários pressupõem vínculo contributivo e os assistenciais independem de contribuição, propõe-se que o piso destes dois tipos de benefícios seja desvinculado. O pagamento do salário-família bem como do auxílio-reclusão, benefícios tipicamente assistenciais, dirigidos hoje indiscriminadamente a todos os segurados, passará a obedecer a critérios de seletividade baseados na efetiva necessidade.

39. Quanto à transição para o novo RGPS, as propostas incluídas nas disposições transitórias objetivam o reconhecimento dos direitos adquiridos e das expectativas de direito, observados critérios que levem em conta o tempo de serviço já cumprido. Os beneficiários urbanos e rurais, homens e mulheres passam a receber tratamento isonômico. São unificados também os critérios de concessão de todos os benefícios mantidos pela Previdência Social, ainda que à conta do Tesouro Nacional, buscando-se a racionalização dos procedimentos operacionais.

40. Quanto aos regimes próprios de previdência dos servidores públicos, foram incluídos, nas disposições transitórias, mecanismos destinados a corrigir antigas disfunções corporativas. Dentre estes, citam-se o estabelecimento de novos parâmetros para a contagem do tempo de serviço e de limites máximos de valor para as aposentadorias e pensões pagas por todas as esferas de Governo aos seus respectivos servidores públicos civis e militares, bem como a desvinculação dos critérios de reajuste de ativos e inativos.

41. Até que sejam promulgadas as leis complementares relativas aos regimes próprios de previdência dos servidores públicos, foram estabelecidos, nas disposições constitucionais transitórias, critérios para a concessão das aposentadorias dos servidores civis, dos policiais militares, dos integrantes das Forças Armadas, dos magistrados e membros do Ministério Público e Ministros do Tribunal de Contas da União.

42. De uma forma geral, foram suprimidas todas as matérias infra-constitucionais e aperfeiçoada a redação do texto constitucional tornando-o mais abrangente e mais preciso.

43. As reformas ora preconizadas, Excelentíssimo Senhor Presidente, não resultam de voluntarismos mas são impostas pela precariedade do atual modelo previdenciário. Reformas análogas estão sendo constantemente implementadas no mundo todo, em um processo contínuo de ajuste às novas perspectivas demográficas, às mudanças do processo produtivo e à demanda crescente por justiça social.


44. O modelo previdenciário vigente é socialmente injusto pois privilegia os segmentos mais organizados e com maior poder de pressão, em detrimento dos segmentos menos favorecidos que, por sua precária inserção no mercado de trabalho, encontram maiores obstáculos para ter acesso aos benefícios. Além de injusto, ele é inviável, no curto, médio e longo prazos, do ponto de vista financeiro e atuarial. O desenho de suas regras não obedece à boa técnica, sem a qual, qualquer sistema previdenciário, quer funcione em regime de repartição, quer em regime de capitalização, corre o risco de entrar em colapso.

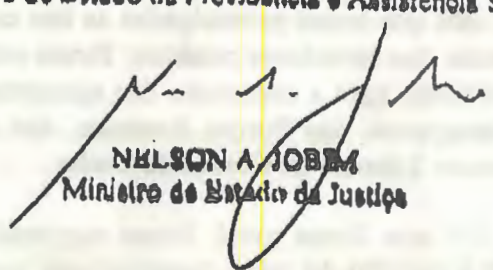
45. Até agora, as inconsistências do modelo vigente têm sido resolvidas através do achatamento progressivo dos valores reais dos benefícios dos que estão enquadrados no regime geral e também pelo incremento das alíquotas de contribuição, enquanto se criam mecanismos privilegiados para alguns regimes especiais. Na medida em que as despesas correm todas à conta dos recursos arrecadados pelo Estado, os privilégios de alguns implicam necessariamente no sacrifício de outros.

46. Viabilizar financeiramente a previdência social, tornando-a ao mesmo tempo mais justa, significa assim garantir o pagamento dos benefícios previdenciários às próximas gerações, legando aos nossos filhos e netos um patrimônio construído com o esforço solidário de todos os brasileiros.


47. ~~Basas, Excelentíssimo Senhor Presidente, são as razões que nos~~
levaram a apresentar esta proposta e que ora submetemos à superior apreciação de Vossa
Excelência.

Respeitosamente,


REINHOLD STEPHANES
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social


NELSON A. JOBIM
Ministro de Estado da Justiça


PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda


JOSÉ SERRA
Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento


LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA
Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado


PAULO RENATO SOUZA
Ministro de Estado da Educação e do Desporto

LEGISLAÇÃO CITADA,

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Capítulo II
DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XII — salário-família para os seus dependentes:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

Capítulo VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 40. O servidor será apensado:

I — por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III — voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

Seção III

Dos Servidores Públicos Militares

Art. 42. São servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas e servidores militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal os integrantes de suas polícias militares e de seus corpos de bombeiros militares.

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça e

somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

Subseção III

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I — fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II — disponham sobre:

Capítulo III DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

VI — a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.

§ 3º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e observada, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II e VI.

Título VI

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

Capítulo I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção I

Dos Princípios Gerais

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I — impostos;

II — taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III — contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente

para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

Seção III

Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I — importação de produtos estrangeiros;
- II — exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III — renda e proventos de qualquer natureza;
- IV — produtos industrializados;
- V — operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI — propriedade territorial rural;
- VII — grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

- I — será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;
- II — não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I — dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

II — dos trabalhadores;

III — sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Seção II

Da Saúde

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redu-

ção do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Seção III

Da Previdência Social

Art. 201. Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

I — cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão;

II — ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda;

III — proteção à maternidade, especialmente à gestante;

IV — proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

V — pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5º e no art. 202.

§ 1º Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários.

§ 2º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefício serão corrigidos monetariamente.

§ 4º Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

§ 5º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º A previdência social manterá seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais.

§ 8º É vedado subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.

Art. 202. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês,

e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I — aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;

II — após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;

III — após trinta anos, ao professor, e, após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério.

§ 1º É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.

§ 2º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

Seção IV

Da Assistência Social

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I — a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II — o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III — a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV — a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V — a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

LEI Nº 3.765 -- DE 4 DE MAIO DE 1960

Dispõe sobre as Pensões Militares

**LEI COMPLEMENTAR Nº 7 — DE 7
DE SETEMBRO DE 1970**

Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências

**LEI COMPLEMENTAR Nº 8 — DE 3 DE
DEZEMBRO DE 1970**

Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dá outras providências.

LEI Nº 8.861, DE 25 DE MARÇO DE 1994

Dá nova redação aos arts. 387 e 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), altera os arts. 12 e 25 da Lei nº 8.212⁽¹⁾, de 24 de julho de 1991, e os arts. 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213⁽²⁾, de 24 de julho de 1991, todos pertinentes à licença-maternidade.

LEI Nº 8.870, DE 15 DE ABRIL DE 1994

Altera dispositivos das Leis nºs 8.212⁽¹⁾ e 8.213⁽²⁾, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.

LEI Nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988

Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.

LEI Nº 8.237, DE 30 DE SETEMBRO DE 1991

Dispõe sobre a remuneração dos Servidores Militares Federais das Forças Armadas e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, de 30 de dezembro de 1991.

Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.

LEI Nº 8.540, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1992

Dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a seguridade social e determina outras providências, alterando dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 e 8.315, de 23 de dezembro de 1991.

LEI Nº 8.641, DE 31 DE MARÇO DE 1993

Estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol, parcelamento dos débitos, e dá outras providências.

LEI Nº 8.647, DE 13 DE ABRIL DE 1993

Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, à Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 1996
(Nº 259/96, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto da Convenção de Segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto da Convenção de Segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

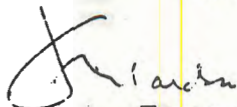
Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 1.343, DE 1995
(Do Poder Executivo)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção de Segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994.

Brasília, 29 de novembro de 1995.



Fernando Henrique Cardoso

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 655, de 27 de novembro de 1995,
do Sr. MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Convenção de Segurança Nuclear foi adotada, em 17/06/94, por uma Conferência Diplomática realizada na sede da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena. O Brasil assinou o referido diploma, para cuja elaboração contribuiu ativamente, no dia 20 de setembro de 1994, data em que foi aberto à assinatura.

2. O objetivo principal da Convenção é contribuir para o alcance de um alto nível de segurança nuclear, no mundo todo, mediante a melhoria das medidas de segurança internas e, quando apropriado, mediante cooperação internacional específica.

3. A Convenção de Segurança Nuclear versa sobre princípios fundamentais, e não sobre padrões de segurança pormenorizados. Estes últimos já são objeto de diretrizes internacionais, que são atualizados periodicamente.

4. A Convenção aplica-se a usinas nucleares civis, localizadas em terra, sob jurisdição da Parte Contratante. Nesse âmbito incluem-se as instalações de armazenamento, manipulação e tratamento de materiais radioativos, situadas no mesmo local e relacionadas com a operação da usina nuclear.

5. A Convenção de Segurança Nuclear constitui-se em uma Convenção-Incentivo, ou seja, em um diploma que busca estimular as Partes Contratantes a melhorarem a segurança de seus reatores por meio do diálogo e da troca de informações.

6. O mecanismo mais efetivo da Convenção são as Reuniões das Partes Contratantes cuja finalidade é discutir os relatórios por elas apresentados. Desses encontros deverão advir sugestões técnicas destinadas à solução de problemas concretos.

7. De fundamental importância será a discussão no âmbito da Reunião Preparatória das Partes Contratantes, a realizar-se no prazo máximo de seis meses após a entrada em vigor da Convenção. Nessa oportunidade serão discutidas as suas Regras Financeiras e de Procedimento, que terão efeito direto sobre a aplicação do diploma

em causa. Seria de grande importância para o Brasil tomar parte na formulação dessas regras.

8. Considerando que é fundamental a manutenção de um alto grau de confiabilidade na operação de usinas nucleares, e que a Convenção de Segurança Nuclear tem condições de contribuir, efetivamente, para a melhoria da segurança das usinas nucleares, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional propondo a aprovação do diploma em apreço.

Respeitosamente,


LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

CONVENÇÃO DE SEGURANÇA NUCLEAR

PREÂMBULO

AS PARTES CONTRATANTES

- (i) Conscientes da importância para a comunidade internacional de assegurar que o uso da energia nuclear seja seguro, bem regulamentado e ambientalmente adequado;
- (ii) Reafirmando a necessidade de continuar promovendo um elevado nível de segurança nuclear em todo o mundo;
- (iii) Reafirmando que a responsabilidade pela segurança nuclear permanece com o Estado que tem jurisdição sobre uma instalação nuclear;
- (iv) Desejando promover uma efetiva cultura de segurança nuclear;
- (v) Conscientes de que acidentes em instalações nucleares têm o potencial de provocar impactos transfronteiriços;
- (vi) Tendo presente a Convenção sobre Proteção Física de Materiais Nucleares (1979), a Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear (1986), e a Convenção sobre Assistência em Caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica (1986);
- (vii) Afirmando a importância da cooperação internacional para o aumento da segurança nuclear, através da utilização de mecanismos bilaterais e multilaterais existentes e do estabelecimento desta Convenção-incentivo;
- (viii) Reconhecendo que esta Convenção impõe o compromisso da aplicação de princípios fundamentais de segurança para instalações nucleares, em lugar de padrões detalhados de segurança, e que há diretrizes de segurança formuladas internacionalmente, que são atualizadas periodicamente e podem, dessa forma, fornecer orientação sobre meios contemporâneos para se alcançar um alto nível de segurança;
- (ix) Afirmando a necessidade de iniciar prontamente a elaboração de uma convenção internacional sobre o gerenciamento seguro de rejeitos radioativos tão logo o processo em

andamento de elaboração dos princípios fundamentais de gerenciamento de rejeitos radioativos tenha resultado em um amplo acordo a nível internacional;

(x) Reconhecendo a utilidade de trabalho técnico adicional relacionado com a segurança de outras partes do ciclo de combustível nuclear, e que este trabalho pode, no devido tempo, facilitar o desenvolvimento de instrumentos internacionais presentes ou futuros;

ACORDARAM O SEGUINTE:

CAPÍTULO 1. OBJETIVOS, DEFINIÇÕES E CAMPO DE APLICAÇÃO

ARTIGO 1. OBJETIVOS

Os objetivos desta Convenção são:

(i) alcançar e manter um alto nível de segurança nuclear mundial através do fortalecimento de medidas nacionais e da cooperação internacional, incluindo, onde for apropriado, cooperação técnica relacionada com segurança;

(ii) estabelecer e manter defesas efetivas em instalações nucleares contra danos radiológicos potenciais, de forma a proteger indivíduos, sociedade e meio ambiente dos efeitos nocivos da radiação ionizante originária dessas instalações;

(iii) prevenir acidentes com consequências radiológicas e mitigar tais consequências caso ocorram.

ARTIGO 2. DEFINIÇÕES

Para os fins desta Convenção:

(i) "instalação nuclear" significa, para cada Parte Contratante, qualquer usina nuclear civil, localizada em terra, sob sua jurisdição, incluindo instalações de armazenamento, manipulação e tratamento de materiais radioativos que estejam no mesmo local e que sejam relacionados com a operação da usina nuclear. Tal usina deixa de ser uma instalação nuclear quando todos os elementos combustíveis nucleares tenham sido removidos definitivamente do núcleo do reator e tenham sido armazenados de maneira segura, de acordo com procedimentos aprovados, e um programa de descomissionamento tenha sido aprovado pelo órgão regulatório.

(ii) "órgão regulatório" significa, para cada Parte Contratante, qualquer órgão ou órgãos com autoridade legal conferida por aquela Parte Contratante para outorgar licenças e regulamentar a escolha do local, o projeto, a construção, o comissionamento, a operação ou o descomissionamento de instalações nucleares.

(iii) "licença" significa qualquer autorização outorgada pelo órgão regulatório ao requerente que tenha a responsabilidade pela escolha do local, projeto, construção, comissionamento, operação ou descomissionamento de uma instalação nuclear.

ARTIGO 3. CAMPO DE APLICAÇÃO

Esta Convenção aplicar-se-á à segurança de instalações nucleares.

CAPÍTULO 2. OBRIGAÇÕES

(a) *Inspecções Gerais*

ARTIGO 4. MEDIDAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Cada Parte Contratante tomará, de acordo com suas leis nacionais, as medidas legislativas, regulamentares e administrativas e outras medidas necessárias à implementação de suas obrigações sob esta Convenção.

ARTIGO 5. RELATÓRIO

Cada Parte Contratante submeterá para revisão, antes de cada reunião referida no Artigo 20, um relatório sobre as medidas que tomou para implementar cada uma das obrigações desta Convenção.

ARTIGO 6. INSTALAÇÕES NUCLEARES EXISTENTES

Cada Parte Contratante tomara as medidas apropriadas para garantir que a segurança das instalações nucleares existentes no momento em que a Convenção entrar em vigor para aquela Parte Contratante seja submetida à revisão tão logo quanto possível. Quando necessário, no contexto desta Convenção, a Parte Contratante assegurará que todas as melhorias razoavelmente praticáveis serão implementadas com urgência, para elevar o nível de segurança da instalação nuclear. Se tal melhoria não puder ser realizada, planos devem ser implementados para a parada de operação da instalação nuclear tão breve quanto possível. A oportunidade da parada de operação deve levar em conta todo o contexto energético e as alternativas possíveis, assim como o impacto social, ambiental e econômico.

*(b) Legislação e Normatização***ARTIGO 7. ESTRUTURA LEGISLATIVA E REGULATÓRIA**

1. Cada Parte Contratante estabelecerá e manterá uma estrutura legislativa e regulatória para governar a segurança das instalações nucleares:

2. A estrutura legislativa e regulatória disporá sobre:

(i) o estabelecimento de requisitos e regulamentações nacionais de segurança;

(ii) um sistema de licenciamento para as instalações nucleares e a proibição de operação da instalação nuclear sem uma licença;

(iii) um sistema de inspeção regulatória e avaliação de instalações nucleares para apurar o cumprimento de regulamentos aplicáveis e dos termos de licenças;

iv) o cumprimento dos regulamentos aplicáveis e dos termos de licenças, incluindo suspensão, modificação ou revogação.

ARTIGO 8. ÓRGÃO REGULATÓRIO

1. Cada Parte Contratante estabelecerá ou designará um órgão regulatório, encarregado da implementação do arcabouço legislativo e regulatório referido no Artigo 7, e dotado de autoridade adequada, competência e recursos financeiros e humanos para desincumbir-se das responsabilidades a ele atribuídas.

2. Cada Parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar uma efetiva separação entre as funções do órgão regulatório e aquelas de qualquer outro órgão ou organização relacionado com a promoção ou utilização da energia nuclear.

ARTIGO 9. RESPONSABILIDADE DO LICENCIADO.

Cada Parte Contratante assegurará que a responsabilidade primordial pela segurança de instalações nucleares recaia sobre o detentor da respectiva licença e tomará as medidas apropriadas para que cada detentor de licença cumpra as suas responsabilidades;

(c) Considerações Gerais de Segurança.

ARTIGO 10. PRIORIDADE PARA A SEGURANÇA.

Cada Parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que todas as organizações envolvidas em atividades diretamente relacionadas com instalações nucleares estabeleçam políticas que atribuam a devida prioridade à segurança nuclear.

ARTIGO 11. RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

1. Cada Parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que recursos financeiros adequados estejam disponíveis para apoiar a segurança de cada instalação nuclear ao longo de sua vida.

2. Cada Parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que número suficiente de pessoal qualificado com educação, treinamento e re-treinamento apropriados esteja disponível para todas as atividades relacionadas com segurança em, ou para, cada instalação, ao longo de sua vida.

ARTIGO 12. FATORES HUMANOS

Cada Parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que as capacidades e as limitações do desempenho humano sejam tomados em conta ao longo da vida de uma instalação nuclear.

ARTIGO 13. GARANTIA DE QUALIDADE

Cada parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que programas de garantia de qualidade sejam estabelecidos e implementados, com vistas a estabelecer a confiança em que os requisitos específicos para todas as atividades importantes para a segurança nuclear sejam satisfeitas ao longo da vida da instalação nuclear.

ARTIGO 14. AVALIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA SEGURANÇA

Cada parte Contratante deverá tomar as medidas apropriadas para assegurar que:

(i) avaliações de segurança abrangentes e sistemáticas sejam levadas a cabo antes da construção e comissionamento de uma instalação nuclear e ao longo de sua vida. Tais avaliações devem ser bem documentadas, subsequentemente atualizadas à luz da experiência de sua operação e de novas informações relevantes para a segurança, e revistas sob a autoridade do órgão regulatório;

(ii) verificação por análise, supervisão, testes e inspeções sejam levadas a efeito, para assegurar que o estado físico e a operação da instalação permaneçam de acordo com seu projeto, requisitos nacionais de segurança aplicáveis, e limites e condições operacionais.

ARTIGO 15. PROTEÇÃO RADIOLÓGICA

Cada parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que, em todos os estágios operacionais, a exposição dos trabalhadores e do público às radiações causadas por uma instalação nuclear seja mantida tão reduzida quanto razoavelmente exequível, e que nenhuma pessoa seja exposta a doses de radiação que excedam os limites prescritas nas legislações nacionais.

ARTIGO 16. PREPARAÇÃO DE EMERGÊNCIA

1. Cada parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que existam planos de emergência locais das instalações nucleares e planos de emergência externos às instalações nucleares, que sejam rotineiramente testados e compreendam as atividades a serem realizadas no evento de uma emergência.

Para qualquer nova instalação nuclear, tais planos serão preparados e testados antes da entrada em operação acima de um nível de baixa potência acordado pelo órgão regulatório.

2. Cada parte Contratante, na medida em que possa ser afetada por emergência radiológica, tomará as medidas apropriadas para assegurar que sua própria população e as autoridades competentes dos Estados vizinhos de uma instalação nuclear, sejam providos de informações apropriadas para planejamento e resposta diante de emergências.

3. As Partes Contratantes que não tenham instalação nuclear em seu território, na medida em que possam ser afetadas no caso de emergência radiológica em instalação nuclear em sua vizinhança, tomarão as medidas apropriadas para preparação e teste de planos de emergência para seu território, que compreendam as atividades a serem realizadas no caso de tal emergência.

*(d) Segurança de Instalações***ARTIGO 17. DA ESCOLHA DO LOCAL.**

Cada parte Contratante tomará as medidas adequadas para assegurar que os procedimentos apropriados sejam estabelecidos e implementados:

(i) para avaliar todos os fatores relevantes referentes à localização capazes de afetar a segurança de uma instalação nuclear pelo tempo de existência projetado;

(ii) para avaliar o impacto provável na segurança de uma instalação nuclear proposta, nos indivíduos, sociedade e meio ambiente;

(iii) para reavaliar, à medida do necessário, todos os fatores referidos nos subitens (i) e (ii) de modo a assegurar a contínua aceitabilidade, do ponto de vista da segurança, da instalação nuclear;

(iv) para consultar as Partes Contratantes nas vizinhanças de uma instalação nuclear proposta, na medida em que possam ser afetadas por aquela instalação e, a pedido, fornecer a informação necessária para tais Partes Contratantes, de modo a habilitá-las a fazer suas próprias avaliações e tirar suas conclusões sobre o provável impacto, em seu próprio território, em matéria de segurança, da instalação nuclear.

ARTIGO 18. PROJETO E CONSTRUÇÃO

Cada Parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que:

(i) o projeto e a construção de uma instalação nuclear sejam dotados de vários níveis e métodos de proteção confiáveis (defesa em profundidade) contra a liberação de materiais radioativos, com vistas a prevenir a ocorrência de acidentes e a mitigar suas consequências radiológicas, caso ocorram;

(ii) as tecnologias incorporadas ao projeto e construção de uma instalação nuclear sejam comprovadas por experiência ou qualificadas por meio de testes ou análises;

(iii) o projeto de uma instalação nuclear permita uma operação confiável, estável e facilmente gerenciável, com consideração específica de fatores humanos e da interação homem-máquina.

ARTIGO 19. OPERAÇÃO

Cada parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar que:

(i) a autorização inicial para operar uma instalação nuclear seja baseada em uma análise de segurança apropriada e num programa de comissionamento que demonstre que a instalação, tal como construída, é compatível com os requisitos de segurança e de projeto.

(ii) limites operacionais e condições derivadas da análise de segurança, testes e experiência operacional sejam definidos e revistos sempre que necessário para identificar limites seguros para a operação;

(iii) operação, manutenção, inspeção e teste de uma instalação nuclear sejam conduzidos de acordo com procedimentos aprovados;

(iv) procedimentos sejam estabelecidos para responder a ocorrências operacionais antecipadas e a acidentes;

(v) apoio técnico e de engenharia necessários em todos os campos relacionados com segurança estejam disponíveis durante o período de vida da instalação;

(vi) incidentes significativos para a segurança sejam relatados, em tempo hábil, pelo detentor da competente licença ao órgão regulatório;

(vii) programas de coleta e análise da experiência operacional sejam estabelecidos, os resultados obtidos e as conclusões a que se chegue resultem em ações efetivas e que os mecanismos existentes sejam utilizados para compartilhar experiências importantes com os organismos internacionais e outras organizações operadoras e órgãos regulatórios;

(viii) a geração de rejeitos radioativos resultantes da operação de instalações nucleares seja mantida no mínimo praticável para o processo em apreço, tanto em atividade quanto em volume, e qualquer tratamento necessário e armazenamento de combustível usado e rejeitos, diretamente relacionados com a operação e no mesmo local da instalação nuclear, leve em consideração o acondicionamento e a disposição final.

CAPÍTULO 3. REUNIÕES DAS PARTES CONTRATANTES

ARTIGO 20. REUNIÕES DE REVISÃO

1. As Partes Contratantes realizarão reuniões (doravante denominadas "reuniões de revisão") com o fim de rever os relatórios submetidos de acordo com o Artigo 5, em conformidade com os procedimentos adotados sob o Artigo 22.

2. Sujeito às provisões do Artigo 24, subgrupos compostos por representantes das Partes Contratantes podem ser estabelecidos e funcionar durante as reuniões de revisão conforme seja considerado necessário para o propósito de revisar matérias específicas contidas nos relatórios.

3. Cada Parte Contratante terá adequada oportunidade para discutir os relatórios submetidos por outras Partes Contratantes e buscar esclarecimentos sobre tais relatórios.

ARTIGO 21. CALENDÁRIO

1. Uma reunião preparatória das Partes Contratantes deverá ser realizada no prazo de até seis meses após a data de entrada em vigor desta Convenção.

2. Nesta reunião preparatória, as Partes Contratantes determinarão as datas para a primeira reunião de revisão. Esta reunião será realizada, tão logo quanto possível, mas no máximo até trinta meses após a data de entrada em vigor da Convenção.

3. Em cada reunião de revisão, as Partes Contratantes determinarão a data para a próxima reunião. O intervalo entre as reuniões de revisão não excederá três anos.

ARTIGO 22. ARRANJOS PROCEDIMENTAIS

1. Na reunião preparatória, a ter lugar em conformidade com o Artigo 21, as Partes Contratantes prepararão e adotarão, por consenso, Regras de Procedimento e Regras Financeiras. As Partes Contratantes estabelecerão em particular e de acordo com as Regras de Procedimento:

(i) diretrizes sobre a forma e a estrutura dos relatórios a serem submetidos segundo o Artigo 5;

(ii) a data de submissão de tais relatórios;

(iii) o processo de revisão de tais relatórios.

2. Nas reuniões de revisão as Partes Contratantes podem, caso necessário, rever os arranjos estabelecidos consoante os sub-parágrafos (i) a (iii) acima, e adotar revisões por consenso, a menos que estabelecido diferentemente pelas Regras de Procedimento. Elas também poderão emendar as Regras de Procedimento e as Regras Financeiras, por consenso.

ARTIGO 23. REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

Uma reunião extraordinária das Partes Contratantes será realizada:

(i) se assim convier a maioria das Partes Contratantes presente e votante numa reunião, sendo as abstenções consideradas como voto efetivado;

(ii) mediante solicitação escrita de uma Parte Contratante, dentro de seis meses da comunicação do pedido às Partes Contratantes e da recepção da notificação pelo secretariado referida no Artigo 28, de que a solicitação foi apoiada pela maioria das Partes Contratantes.

ARTIGO 24. PRESENÇA

1. Cada Parte Contratante comparecerá às reuniões e será representada por um delegado e por tantos substitutos, especialistas e assessores quantos considerar necessários.

2. As Partes Contratantes poderão convidar, por consenso, qualquer organização intergovernamental, que tenha competência nas matérias regidas por esta Convenção, para participar, como observadora, de qualquer reunião ou de sessões específicas a respeito. Os observadores serão solicitados a aceitar, por escrito, e antecipadamente, as disposições do Artigo 27.

ARTIGO 25. RELATÓRIOS RESUMIDOS

As Partes Contratantes adotarão, por consenso, e tornarão disponíveis ao público um documento que se referirá aos assuntos discutidos e às conclusões a que se tenha chegado durante uma reunião.

ARTIGO 26. IDIOMAS

1. Os idiomas das reuniões das Partes Contratantes serão árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol, a menos que as Regras de Procedimento disponham diferentemente.

2. Os relatórios, submetidos segundo o Artigo 5, serão preparados no idioma nacional da Parte Contratante que os submeter ou em um único idioma designado, a ser acordado nas Regras de Procedimento. Caso o relatório seja submetido em idioma nacional diverso do idioma designado, uma tradução do relatório para o idioma designado será fornecida pela Parte Contratante.

3. Não obstante as provisões do parágrafo 2, se compensado, o secretariado assumirá a tradução, para o idioma designado, de relatórios submetidos em qualquer outro dos idiomas da reunião.

ARTIGO 27. CONFIDENCIALIDADE.

1. Os dispositivos desta Convenção não afetarão os direitos e obrigações das Partes Contratantes, sob seu sistema jurídico, de proteger a informação contra a sua publicidade. Para os objetivos do presente Artigo, "informação" inclui, inter alia, (i) dados pessoais; (ii) informação protegida por direitos de propriedade intelectual ou confidencialidade industrial ou comercial; e (iii) informação relacionada com a segurança nacional ou com a proteção física de materiais nucleares ou instalações nucleares.

2. Quando, no contexto desta Convenção, uma Parte Contratante fornecer informação por ela identificada como protegida, tal como descrito no parágrafo 1, tal informação será usada somente para as finalidades para as quais foi fornecida e sua confidencialidade será respeitada.

3. O conteúdo dos debates durante o exame dos relatórios pelas Partes Contratantes a cada reunião será confidencial.

ARTIGO 28. SECRETARIADO

A Agência Internacional de Energia Atômica, (doravante referida como a "Agência") proverá o secretariado para as reuniões das Partes Contratantes.

2. O secretariado:

(i) convocará, preparará e fornecerá os serviços das reuniões das Partes Contratantes;

(ii) transmitirá às Partes Contratantes informações recebidas, ou preparadas, de acordo com as disposições desta Convenção.

Os custos em que a Agência incorrer no exercício das funções a que se referem os sub-parágrafos (i) e (ii) acima serão assumidos pela Agência como parte de seu orçamento regular.

3. As Partes Contratantes podem, por consenso, solicitar que a Agência preste outros serviços em apoio às reuniões das Partes Contratantes. A

Agência poderá prestar tais serviços se eles puderem ser realizados no âmbito de seu programa e orçamento regular. Caso isto não seja possível, a Agência poderá prestar tais serviços se for concedido financiamento voluntário proveniente de outra fonte.

CAPÍTULO 4. CLÁUSULAS FINAIS E OUTRAS DISPOSIÇÕES

ARTIGO 29. SOLUÇÃO DE DESACORDOS.

Em caso de desacordo entre duas ou mais Partes Contratantes quanto à interpretação ou aplicação desta Convenção, as Partes Contratantes manterão consultas no âmbito da reunião das Partes Contratantes com vistas a resolver o desacordo.

ARTIGO 30. ASSINATURA, RATIFICAÇÃO, ACEITAÇÃO, APROVAÇÃO, ACESSÃO

1. Esta Convenção estará aberta à assinatura, por todos os Estados, na sede da Agência, em Viena, de 20 de setembro de 1994 até sua entrada em vigor.

2. Esta Convenção está sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação pelos Estados signatários.

3. Após sua entrada em vigor, esta Convenção estará aberta para acesso de todos os Estados.

4. (i) Esta Convenção estará aberta à assinatura ou acesso pelas organizações regionais de integração ou de outra natureza, desde que uma tal organização seja constituída por Estados soberanos e tenha competência com relação a negociação, conclusão e aplicação de acordos internacionais em matérias tratadas por esta Convenção.

(ii) Em matérias de sua competência, tais organizações, em seu próprio nome, exercerão os direitos e assumirão as responsabilidades que esta Convenção atribui a Estados Partes.

(iii) Ao se tornar parte desta Convenção, uma tal organização transmitirá ao Depositário, referido no Artigo 34, uma declaração indicando que Estados são seus membros, que artigos da Convenção a ela são aplicáveis, e qual a extensão de sua competência no campo abrangido por tais artigos.

(iv) Tal organização não terá voto além daqueles de seus Estados Membros.

5. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou acesso serão depositados junto ao Depositário.

ARTIGO 31. ENTRADA EM VIGOR

1. Esta Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data do depósito junto ao Depositário do vigésimo segundo instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, incluindo os instrumentos de dezessete Estados que dispõem, cada um, de pelo menos uma instalação nuclear, que tenha atingido criticalidade em um núcleo de reator.

2. Para cada Estado ou organização regional de integração ou de outra natureza que ratifique, aceite, aprove ou aceda a esta Convenção após a data do depósito do último instrumento requerido para satisfazer as condições descritas no parágrafo 1, esta Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data do depósito, junto ao Depositário, do instrumento apropriado, por tal Estado ou organização.

ARTIGO 32. EMENDAS À CONVENÇÃO

1. Qualquer Parte Contratante poderá propor emendas a esta Convenção. As propostas de emendas serão consideradas em uma reunião de revisão ou em uma reunião extraordinária.

2. O texto de qualquer proposta de emenda e as razões que a motivaram deverão ser fornecidas ao Depositário, que comunicará a proposta às Partes Contratantes, de imediato, e pelo menos noventa dias antes da reunião à qual será submetida para consideração. Quaisquer comentários recebidos sobre a proposta em causa serão circulados pelo Depositário às Partes Contratantes.

3. As Partes Contratantes decidirão, após a consideração da proposta de emenda se esta será adotada por consenso, ou, na falta do consenso, se será submetida a uma Conferência Diplomática. A decisão de submeter uma proposta de emenda a uma Conferência Diplomática demandará o voto de maioria de dois terços das Partes Contratantes presentes e votantes na reunião, desde que pelo menos metade das Partes Contratantes esteja presente no momento da votação. As abstenções serão consideradas como voto efetivado.

4. A Conferência Diplomática para considerar e adotar as emendas a esta Convenção deverá ser convocada pelo Depositário e realizada no período máximo de um ano após a tomada da decisão apropriada, de acordo com o parágrafo 3 deste Artigo. A Conferência Diplomática envidará todos os esforços para assegurar que as emendas sejam adotadas por consenso. Caso este não seja possível, as emendas serão adotadas por maioria de dois terços de todas as Partes Contratantes.

5. Emendas a esta Convenção adotadas segundo os parágrafos 3 e 4 acima estarão sujeitas à ratificação, aceitação, aprovação, ou confirmação pelas Partes Contratantes, e entrarão em vigor para aquelas Partes Contratantes que as tenham ratificado, aceito, aprovado ou confirmado, no nonagésimo dia após a recepção pelo Depositário dos instrumentos pertinentes por pelo menos três quartos das Partes Contratantes. Para a Parte Contratante que subsequentemente ratifique, aceite, aprove ou confirme as emendas em apreço, tais emendas entrarão em vigor no nonagésimo dia depois de aquela Parte Contratante ter depositado o seu instrumento pertinente.

ARTIGO 33. DENÚNCIA

1. Qualquer Parte Contratante pode denunciar esta Convenção por meio de notificação escrita ao Depositário.

2. A denúncia produzirá efeitos um ano depois do recebimento da notificação pelo Depositário, ou em data posterior de acordo com o especificado na notificação.

ARTIGO 34. DEPOSITÁRIO

1. O Diretor Geral da Agência será o Depositário desta Convenção.

2. O Depositário comunicará às Partes Contratantes:
(i) a assinatura desta Convenção e o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou aceção, de acordo com o Artigo 30;
(ii) a data em que a Convenção entrar em vigor, de acordo com o Artigo 31;
(iii) as notificações de denúncia da Convenção e suas datas, feitas em conformidade com o Artigo 33;
(iv) as propostas de emendas a esta Convenção submetidas por Partes Contratantes, as emendas adotadas pela relevante Conferência Diplomática ou pela reunião das Partes Contratantes, e a data de entrada em vigor das citadas emendas, de acordo com o Artigo 32.

ARTIGO 35. TEXTOS AUTÊNTICOS

O original desta Convenção, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, será depositado junto ao Depositário, que remeterá cópias autenticadas do mesmo às Partes Contratantes.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1996 (Nº 242/96, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 4 de março de 1994, em Windhoek, República da Namíbia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 4 de março de 1994, em Windhoek, República da Namíbia.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

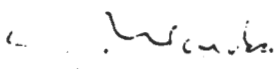
MENSAGEM Nº 1.103, DE 1995

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação entre o

Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 4 de março de 1994, em Windhoek, República da Namíbia.

Brasília, 24 de outubro de 1995.


FERNANDO HENRIQUE CARDOSA

Exposição de Motivos nº 582/DAF-II/DAI-MRE- PEXT Bras NAM, 18 de Outubro de 1995, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional que encaminha, para aprovação, o texto do Acordo de Cooperação Naval, assinado em Windhoek, República da Namíbia, em 4 de março de 1994, pelo Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia.

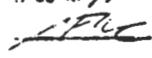
2. A cooperação naval com a Namíbia tem por objetivo primordial apoiar a constituição da Ala Naval do Ministério da Defesa daquele país. O Brasil foi solicitado a prestar tal auxílio devido tanto à competência técnica demonstrada por sua Marinha quanto pelo alto nível do diálogo político bilateral, iniciado com a SWAPO ("Southwest Africa People's Organization") antes da independência da Namíbia em 1990.

3. Do ponto de vista brasileiro, tal Acordo possibilitará um reforço da presença da Namíbia no Atlântico Sul, permitindo-lhe desenvolver uma política naval sem a interferência de países terceiros.

4. A parte operativa do Acordo limitou-se primeira fase da cooperação, a qual deverá ater-se à formação de recursos humanos. As demais fases estão indicadas no Apêndice e deverão ter sua implementação regulada por protocolos adicionais.

Respeitosamente,


LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

2 GOV. FEDERAL
MIN. DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Brasília, 11 de outubro de 1995


**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

I — resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ENTRE

O GOVERNO DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA

E

O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA

DO BRASIL

O Governo da República da Namíbia (por intermédio do Ministério da Defesa) e o Governo da República Federativa do Brasil (por intermédio do Ministério da Marinha), doravante denominados "Partes",

DESEJOSOS de fortalecer os laços de amizade existentes entre seus dois países;

CONSCIENTES da necessidade de promover todas as formas de cooperação "sul-sul";

RECONHECENDO que seus interesses comuns no Atlântico Sul provêm uma sólida base de cooperação entre ambos;

RECONHECENDO também que o estabelecimento de um relacionamento cooperativo no campo naval promoverá tais interesses; e

CONVENCIDOS que tal cooperação lhes permitirá melhor utilizar, em prol do desenvolvimento social e econômico de seus povos, os recursos dos mares e do leito marinho e alcançar os benefícios tecnológicos advindos daí.

ACORDAM O SEGUINTE:

ARTIGO I

As Partes cooperarão entre si, com o objetivo de criar e fortificar a Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia.

ARTIGO II

As Partes estabelecerão uma estrutura de cooperação para monitorar a implementação dos programas específicos acordados e para discutir e planejar etapas futuras da cooperação, conforme esta vá se desenvolvendo e progredindo.

ARTIGO III

A estrutura de cooperação deverá ser flexível e refletirá as necessidades operacionais dos programas em andamento e os requisitos de planejamento. As alterações em tal estrutura deverão ser implementadas através da troca de correspondência entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Marinha.

ARTIGO IV

A formação e treinamento de oficiais e praças no Brasil deverá constituir-se na etapa inicial da cooperação. A seleção do pessoal que constituirá o primeiro grupo deverá estar concluída em seis meses após a assinatura do presente Acordo.

ARTIGO V

O Ministro da Marinha deverá, por solicitação do Ministro da Defesa, designar um oficial para auxiliar na seleção dos candidatos aos cursos de oficiais e de treinamento de praças no Brasil, tanto para o primeiro grupo como para os grupos subsequentes.

ARTIGO VI

O Ministério da Marinha deverá, por solicitação do Ministro da Defesa, auxiliar no fornecimento dos bens e serviços listados no Apêndice, o qual constituirá parte integral deste Acordo.

ARTIGO VII

De modo a facilitar e acelerar o desenvolvimento da cooperação, as Partes encorajarão visitas de representantes autorizados às instalações militares e industriais.

ARTIGO VIII

As Partes assegurarão, nos termos das legislações e práticas legais vigentes em cada país, a proteção aos direitos de propriedade industrial e ao sigilo das informações classificadas que vierem a ser intercambiadas.

ARTIGO IX

As responsabilidades financeiras para a etapa de formação e treinamento do pessoal serão partilhadas da seguinte forma:

(a) O Ministério da Marinha arcará com os custos totais referentes à formação dos oficiais namibianos e ao treinamento das praças no Brasil.

(b) O Ministério da Defesa proverá as passagens aéreas Rio-Windhoek-Rio aos oficiais e praças namibianos, bem como lhes fornecerá o dinheiro para despesas pessoais durante sua estada no Brasil.

ARTIGO X

O Ministério da Marinha arcará com as despesas referentes à remuneração do oficial ou oficiais de ligação e praças que permanecerão em Windhoek a fim de auxiliar e assessorar o Ministério da Defesa nas etapas inicial e subsequentes de cooperação. A determinação da necessidade de tal oficial ou oficiais e praças e as tarefas que lhe serão

atribuídas serão objeto de troca de correspondência entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Marinha. O Ministério da Defesa fornecerá ao oficial ou oficiais de ligação e praças um escritório apropriado e acomodações, bem como os meios de transporte necessários ao cumprimento de suas tarefas.

ARTIGO XI

A partilha das despesas relativas às etapas de cooperação subseqüentes serão definidas em Acordos suplementares mencionados no Artigo XII deste Acordo.

ARTIGO XII

Para as etapas de cooperação subseqüentes, as Partes redigirão Acordos suplementares que deverão conter, caso necessário, uma completa descrição do programa ou programas a serem implementados, uma definição das responsabilidades atribuídas a cada Parte, inclusive as financeiras, e um cronograma para a execução das atividades acordadas.

ARTIGO XIII

Este Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes. As modificações entrarão em vigor após troca de correspondência entre as Partes que especifique a data em que deverão ocorrer.

ARTIGO XIV

Este Acordo permanecerá em vigor por um período de cinco (5) anos, após o qual será renovado automaticamente por períodos adicionais de dois (2) anos cada, a menos que denunciado por escrito por qualquer das Partes através de comunicado emitido seis (6) meses antes do término de um desses períodos.

ARTIGO XV

Cada uma das Partes se reserva o direito de denunciar, total ou parcialmente, de forma temporária ou permanente, os termos deste Acordo.

ARTIGO XVI

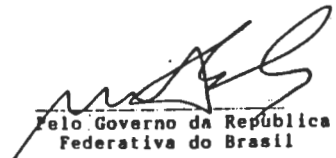
A denúncia deste Acordo deverá ser feita por escrito através dos canais diplomáticos e entrará em vigor seis (6) meses após o recebimento da respectiva notificação.

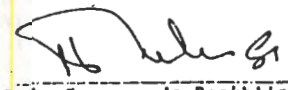
ARTIGO XVII

A denúncia não implicará em suspensão das obrigações mencionadas no Artigo VIII deste Acordo nem afetará os programas em execução, a menos que as Partes decidam o contrário.

EM TESTEMUNHO DO QUAL, os abaixo assinados, estando autorizados por seus respectivos governos, assinam o presente Acordo.

Feito em WINDHOEK, aos 4 dias de Março de 1994, em dois exemplares originais, sendo os textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.


Pelo Governo da República
Federativa do Brasil
Mário Augusto Santos
Embaixador


Pelo Governo da República
da Namíbia
Peter Mueshihange
Ministro da Defesa da
Namíbia

APENDICE

Lista dos bens e serviços que o Ministério da Marinha está pronto a fornecer ao Ministério da Defesa, dentro do escopo deste Acordo de Cooperação Naval entre a República da Namíbia e a República Federativa do Brasil.

1. Execução de um levantamento hidrográfico completo ou atualização dos levantamentos existentes do litoral namibiano, aproveitamento econômico de seu litoral.

2. Implantação de um sistema de auxílios à navegação para prover segurança a essa atividade.

3. Delimitação dos limites do mar territorial e das águas jurisdicionais da República da Namíbia e assistência ao Governo da Namíbia durante as negociações para o estabelecimento das fronteiras laterais marítimas de seu mar territorial e águas jurisdicionais.

4. Determinação das rotas mais seguras para a navegação costeira.

5. Organização, dentro da Ala Naval do Ministério da Defesa, de um Serviço de Patrulha Marítimo, com o propósito de proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em seu mar territorial e águas jurisdicionais, especialmente no que se refere à preservação dos recursos vivos e dos recursos minerais da plataforma continental. Tal serviço deverá, também, garantir a manutenção da lei e da ordem naquelas águas.

6. Provvimento de navios apropriados às necessidades da Ala Naval do Ministério da Defesa.

7. Planejamento e desenvolvimento da infraestrutura adequada para sediar e apoiar logisticamente tais navios.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1996
(Nº 245/96, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, em 4 de julho de 1995.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, em 4 de julho de 1995.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

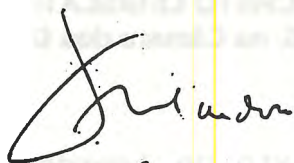
Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 884, DE 1995

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, em 4 de julho de 1995.

Brasília, 21 de agosto de 1995.



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

EM nº 454 /DTCS/DAM-II/DAI-MRE - ETRA BRAS VENE

Brasília, 15 de agosto de 1995.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 454, DE 15 DE AGOSTO DE 1995, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES;

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Brasil e Venezuela celebraram em Caracas, no dia 4 de julho de 1995, o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga. O ajuste foi assinado por mim durante a visita oficial que realizou Vossa Excelência àquela capital.

2. A assinatura do mencionado ato internacional insere-se no contexto de iniciativa para promover uma maior aproximação política entre os dois países e terá ampla repercussão econômico-comercial. Elaborado de maneira a regulamentar todos os aspectos do trânsito de passageiros e carga com aquele país, inclusive no que se refere às questões alfandegárias, de seguro, administrativas e imigratórias, o Acordo permitirá o progressivo aumento do intercâmbio comercial entre Brasil - em especial, a região Norte - e Venezuela.

3. Nessas condições, elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, a qual encaminha o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional entre os Governos do Brasil e Venezuela.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ACORDO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS
E CARGA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA VENEZUELA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Venezuela,
(doravante denominados "Partes Contratantes")

Atendendo à conveniência de contar com um instrumento legal que regularize o transporte rodoviário de passageiros e carga entre os dois países e fixe os princípios fundamentais de reciprocidade capazes de integrar e complementar seus legítimos interesses nesse setor de atividades;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Os termos deste Acordo aplicar-se-ão ao transporte rodoviário internacional de passageiros e carga entre as Partes Contratantes tanto em transporte direto como em trânsito a terceiros países.

ARTIGO 2

Para efeitos do presente Acordo entende-se por:

1) Transporte por rodovia:

o transporte comercial efetuado por veículos que empreguem rodovias como infra-estrutura viária;

2) Transporte rodoviário internacional:

o transporte por rodovia que, em seu percurso, cruze pelo menos um ponto na fronteira entre os dois países;

3) Transporte comercial:

o serviço público de transporte de passageiros e carga realizado por um transportador autorizado, por conta de terceiros e mediante retribuição;

4) Transporte de passageiros:

o serviço realizado para o traslado de pessoas, de forma regular, de acordo com os itinerários, horários e frequências aprovados desde o local de origem ao local de destino e entre cidades de dois ou mais países;

5) Carga:

toda mercadoria que possa ser objeto de transporte comercial.

6) Veículo automotor de transporte de passageiros:

artefato, com os elementos que constituem o equipamento normal para transporte, destinado a transportar passageiros por rodovia, mediante tração própria;

7) Veículo automotor de transporte de carga:

artefato, com os elementos que constituem o equipamento normal para transporte, destinado a transportar cargas por rodovia, mediante tração própria ou suscetível de ser rebocada;

8) Tripulação:

pessoal empregado por transportador e credenciado por este, que acompanha o veículo em sua operação;

9) Empresa transportadora:

pessoa jurídica, legalmente constituída, inclusive cooperativa, autorizada, nos termos do presente Acordo, a realizar o transporte rodoviário internacional;

10) Transportador individual credenciado:

pessoa física que realiza transporte sob a responsabilidade de uma empresa transportadora habilitada

autorizada operar no transporte internacional, nos termos do presente Acordo;

11) Transporte de carga própria:

transporte realizado por empresas cuja atividade comercial principal não seja o transporte de carga remunerado, efetuado com veículos de sua propriedade, e que se aplique exclusivamente à carga que utilizam para seu consumo ou para distribuição dos seus produtos.

ARTIGO 3

Ficam autorizadas a entrada e a saída de veículos das Partes Contratantes que transportem passageiros ou carga através dos pontos habilitados na fronteira, com base na reciprocidade, de conformidade com as leis e regulamentos existentes em cada país e nas condições estabelecidas neste Acordo e seus anexos.

ARTIGO 4

Os transportadores autorizados de uma das Partes Contratantes não poderão realizar transporte doméstico no território da outra, sob pena de cassação da autorização do transporte internacional.

ARTIGO 5

As disposições do presente Acordo não representarão, em nenhum caso, restrição às facilidades sobre transporte fronteiriço que se concedam atualmente ou se poderão conceder mutuamente as Partes Contratantes.

ARTIGO 6

As autorizações a que se refere o Artigo 3 só serão outorgadas a veículos que transitarem sob a responsabilidade de empresas transportadoras habilitadas, que tenham obtido autorizações, obedecida a legislação dos país a cuja jurisdição pertençam, bem como as normas de garantia de entrada, retorno, trânsito e transporte de cada uma das Partes Contratantes.

ARTIGO 7

Salvo as disposições especiais deste Acordo e seus anexos, os transportadores autorizados, o pessoal empregado, os veículos, os equipamentos e os serviços que prestem, estão sujeitos a todas as normas e regulamentos vigentes no território de cada país, reconhecendo cada uma das Partes Contratantes o direito da outra de impedir a prestação de serviço em seu território, quando não sejam cumpridas as condições e os requisitos estabelecidos em sua legislação.

ARTIGO 8

Cada Parte Contratante aplicará em seu território aos transportadores, veículos e tripulações da outra Parte as mesmas disposições legais e regulamentares que aplicam aos do seu próprio país para o transporte objeto deste Acordo.

ARTIGO 9

Os veículos deverão efetuar a passagem de fronteira unicamente através dos pontos habilitados pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 10

As Partes Contratantes determinarão os pontos habilitados de passagem da fronteira, rotas, itinerários e terminais a serem utilizados dentro de seus territórios, os quais deverão ser aqueles que ofereçam as melhores condições de operação, proporcionando os menores custos de transporte, sempre de conformidade com os princípios estabelecidos neste Acordo.

ARTIGO 11

1. As cargas transportadas serão submetidas, nos pontos de fronteira habilitados, ao despacho aduaneiro correspondente, de conformidade com a legislação vigente de cada Parte.
2. As Partes Contratantes concederão facilidades, nas alfândegas de fronteira, aos veículos e aos contêineres que estejam fechados com seus lacres intactos. Se for necessário, a alfândega poderá colocar seu próprio lacre.

ARTIGO 12

1. Os veículos e seus equipamentos devem sair do país em que ingressaram dentro dos prazos que tenham sido acordados, mantidas as mesmas características verificadas no momento da entrada.
2. Em caso de acidente devidamente comprovado, as autoridades aduaneiras permitirão a saída do país dos veículos que tenham sofrido

danos irreparáveis, após determinação nesse sentido e autorização por parte das autoridades competentes especializadas em trânsito, sempre que:

- a) o proprietário se submeta ao pagamento dos direitos e gravames de importação exigíveis; ou
- b) tenham sido abandonados pela tripulação e que o transportador ou o interessado tenha cumprido com todas as obrigações legalmente contraídas no país em que ocorreu o acidente.

ARTIGO 13

A tripulação dos veículos deverá estar, amparada por documentação que lhe permita o exercício de suas funções e que lhe será fornecida pelas autoridades competentes do país a que pertencer, os quais serão reconhecidos por ambas as Partes.

ARTIGO 14

Cada Parte Contratante manterá a outra informada sobre as dimensões, pesos máximos e demais normas técnicas exigidas em seu território para a circulação interna de veículos.

ARTIGO 15

Os transportadores estarão obrigados a segurar os riscos de transporte, em relação a terceiros e à tripulação. Cada Parte Contratante adotará medidas legislativas internas que permitam a emissão de certificados de apólices de seguro com validade internacional. Os seguros com que devem contar as empresas de uma das Partes poderão ser contratados no país em que se interne temporariamente o veículo, ou no país de origem do mesmo, obedecendo ao princípio da reciprocidade. Neste último caso, deverá responsabilizar-se pelo seguro uma entidade ou organismo do país onde se interne.

ARTIGO 16

As Partes Contratantes poderão permitir a circulação de veículos cujas características, ou as de suas cargas, sejam especiais ou diferentes das estabelecidas nas respectivas legislações, com prévia tramitação das correspondentes autorizações especiais junto às autoridades competentes.

ARTIGO 17

As disposições específicas ou operativas que regulam diferentes aspectos compreendidos no presente Acordo serão objeto de normas contidas em anexos, que se referem aos aspectos organizacionais

e operacionais, de seguros, migratórios e aduaneiros que formam parte deste Acordo, por cujo cumprimento serão responsáveis os organismos competentes de cada país.

ARTIGO 18

As Partes Contratantes poderão concluir instrumentos complementares a este Acordo sobre os diferentes aspectos nele considerados, especialmente no que se refere a critérios de reciprocidade nas autorizações e nos demais aspectos técnicos e operacionais. Os mencionados instrumentos não poderão, em nenhum caso, contrariar ou anular os dispositivos deste Acordo.

ARTIGO 19

1. As Partes Contratantes designam como Organismos Nacionais Competentes responsáveis pelo cumprimento deste Acordo:

- a) no Brasil: o Ministério dos Transportes, por intermédio do Departamento de Transportes Rodoviários da Secretaria de Produção;
- b) na Venezuela: o Ministério de Transporte e Comunicações, por intermédio da Direção do Serviço Autônomo de Transporte Terrestre.

2. As Partes Contratantes constituirão, por via diplomática, uma Comissão destinada a avaliar periodicamente a execução deste Acordo e a sugerir as emendas que se considere necessário incorporar aos anexos. A Comissão se reunirá uma vez ao ano, por convocação de qualquer uma das Partes, mediante notificação prévia formulada com 60 (sessenta) dias de antecedência, ou extraordinariamente, quando for necessário.

ARTIGO 20

Cada uma das Partes Contratantes, notificará a outra da conclusão dos requisitos legais internos necessários à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da última notificação.

ARTIGO 21

As controvérsias que possam surgir entre as Partes Contratantes, em virtude da interpretação e da execução deste Acordo, serão resolvidas mediante negociações diretas efetuadas por via diplomática.

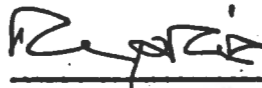
ARTIGO 22

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, por via diplomática, em cujo caso cessará em seus efeitos 6 (seis) meses após a data da respectiva notificação.

ARTIGO 23

O presente Acordo poderá ser modificado por entendimentos das Partes Contratantes. As modificações, uma vez notificadas por via diplomática, entrarão em vigor na forma indicada no Artigo 20.

Feito em Caracas, em 04 de julho de 1995, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA VENEZUELA
Miguel A. Burelli Rivas
Ministro das Relações
Exteriores

ANEXO I

Aspectos Organizacionais e Operacionais

CAPÍTULO I

Outorga de Permissões

ARTIGO 1

Os organismos de aplicação do Acordo outorgarão permissão original às empresas transportadoras de sua jurisdição e permissão complementar às empresas transportadoras sob jurisdição da outra Parte Contratante.

ARTIGO 2

As permissões originais serão outorgadas, atendidos os seguintes requisitos básicos:

- a) a empresa transportadora deverá ser constituída de acordo com a legislação do país de sua jurisdição;
- b) mais da metade da propriedade e o controle efetivo da empresa transportadora devem estar em mãos de nacionais do país de origem da mesma.

ARTIGO 3

A permissão outorgada por uma das Partes Contratantes a uma empresa transportadora de sua jurisdição será considerada pela outra Parte Contratante como credencial de que a empresa transportadora reúne as qualidades de idoneidade e capacidade técnica, operacional e financeira, exigíveis aos prestadores de serviços públicos.

ARTIGO 4

Para habilitação complementar, a empresa transportadora deverá apresentar à outra Parte Contratante, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da expedição da permissão originária:

- a) certificado de permissão original expedido pela autoridade competente do respectivo organismo de aplicação, nos termos dos formulários I e II;
- b) instrumento público de procuração, nomeando e constituindo representante legal da empresa transportadora, com plenos poderes para representá-la em todos os atos administrativos e judiciais em que deva intervir na jurisdição do outro país, a ser lavrado de acordo com os termos indicados pelos respectivos organismos de aplicação;
- c) apólice de seguro de responsabilidade civil dos veículos.

ARTIGO 5

Desde que a empresa transportadora preencha os requisitos do Artigo 4, terá sua autorização que lhe garante que poderá operar o transporte rodoviário internacional, comprometendo-se ambas as Partes Contratantes a evitar quaisquer medidas restritivas de caráter econômico que possam dificultar o livre acesso das empresas transportadoras habilitadas naquele transporte.

ARTIGO 6

Quaisquer alterações havidas na constituição e representação da empresa transportadora habilitada, bem como na relação e identificação da frota habilitada, serão processadas no organismo do país de origem e comunicadas à outra Parte Contratante através de fax ou telex.

ARTIGO 7

A outorga e o cancelamento das permissões original e complementar obedecerão às condições e termos de validade estabelecidos mutuamente, atendidos os princípios de uniformização e simplificação de critérios.

C A P Í T U L O I I

Taxas, Direitos e Chapas Identificadoras

ARTIGO 8

1. Cada Parte Contratante dispensará as empresas transportadoras habilitadas da outra Parte do pagamento de direitos e taxas referentes à circulação e ao licenciamento dos seus veículos.
2. Nada neste Artigo será considerado como isenção de taxas cobradas por serviços públicos específicos efetivamente prestados.
3. Os veículos das empresas mencionadas neste Artigo serão providos de chapas identificadoras pelo país de origem, as quais serão reconhecidas como válidas pela outra Parte Contratante.

C A P Í T U L O I I I
Veículos e Instalações Fixas

ARTIGO 9

Os veículos e instalações fixas (oficinas mecânicas e armazéns de depósito) habilitados por uma das Partes Contratantes serão reconhecidos como aptos para a prestação de serviço pela outra Parte Contratante sempre que, em relação aos veículos, as dimensões, os pesos máximos e demais requisitos técnicos se ajustem aos preceitos que vigorem na outra Parte Contratante ressalvado o disposto no Artigo 16 do Acordo.

C A P Í T U L O I V
Inspeção Mecânica

ARTIGO 10

Cada Parte Contratante reconhece à outra o direito de exercer inspeção mecânica dos veículos habilitados, bem como de impedir a prestação de serviço de todo veículo que não ofereça as condições de segurança exigidas pelos respectivos regulamentos de trânsito e de transporte rodoviário.

C A P Í T U L O V
Controles

ARTIGO 11

Cada uma das Partes Contratantes realizará o controle integral das operações de todas as empresas transportadoras habilitadas, em seu próprio território, informando a outra dos resultados relativos às empresas transportadoras de sua jurisdição.

ARTIGO 12

As empresas transportadoras habilitadas, qualquer que seja sua jurisdição de origem, estarão obrigadas a apresentar a cada um dos organismos de aplicação previstos no Artigo 19 do Acordo as informações contábeis e estatísticas, conforme normas e instruções uniformes a serem estabelecidas por mútuo acordo.

ARTIGO 13

As Partes Contratantes acordam em estabelecer documentos padronizados de transporte rodoviário internacional (documentos de idoneidade originário e complementar e documento para a descrição de veículos).

ARTIGO 14

1. Os documentos e formulários de caráter operacional previstos neste Anexo serão redigidos nos idiomas português e espanhol, e sua validade independe de visto consular.

2. Para esse fim, os "fac-símiles" das assinaturas e os modelos de sinetes ou carimbos das autoridades e organismos competentes serão reciprocamente fornecidos mediante troca de informações específicas.

C A P Í T U L O VI
Infrações e Sanções

ARTIGO 15

As infrações aos dispositivos legais e regulamentares cometidas pelas empresas transportadoras habilitadas serão apuradas e punidas de acordo com a legislação da Parte Contratante em cujo território tenham ocorrido, independentemente da jurisdição da empresa transportadora responsável.

ESPAÇO RESERVADO PARA O ESCUDO DE ARMAS DO PAÍS E NOME DO ORGANISMO

FORMULÁRIO I

1. Documento de Idoneidade No

2. O Diretor do Departamento de Transportes Rodoviários da Secretaria de Produção do Ministério dos Transportes certifica que, em consonância com o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, a empresa abaixo designada está sob jurisdição deste país e faz constar que autoriza o transporte internacional por rodovia, nos termos que se seguem:

3. Nome e domicílio legal da empresa:

Domicílio

4. Porcentagem de propriedade e controle efetivo da empresa em mãos de nacionais deste país:

5. Natureza do transporte:

6. Modalidade de tráfego a efetuar: bilateral com tráfego por fronteira comum.

Documento de Idoneidade No

7. Quantidade de veículos com que operará:

Caminhões,

Caminhões-tratores,

Semi-reboques e

Reboques,

Correspondentes a toneladas de capacidade nominal de carga.

8. Origem e destino do transporte:

9. Itinerário e horário no país:

10. Vigência:
11. Anexos: documentos de descrição de veículos.
12. Outorgados em em de ' de

DOCUMENTOS DE DESCRIÇÃO DE VEÍCULOS

FORMULÁRIO II

. EMPRESA

Origem/Destino

Documento de Idoneidade (certificado) No

Tipo Ano Marca Modelo Chassis no Eixos CMT CCU Tara Placa

A N E X O II

Aspectos de Seguros

ARTIGO 1

A obrigação de contratação de seguro para as empresas que realizarem transportes internacionais, prevista neste Acordo, faz-se extensiva aos proprietários ou motoristas dos veículos destinados ao transporte de carga própria, porém limitando-a à responsabilidade civil por lesões, morte ou danos a terceiros não transportados.

ARTIGO 2

As autoridades de controle de divisas de cada Parte Contratante autorizarão as transferências dos prêmios dos seguros e dos pagamentos em razão de indenizações por sinistros e despesas, em cumprimento ao estabelecido neste Acordo.

ARTIGO 3

As Partes Contratantes se obrigam a intercambiar informações referentes às normas vigentes ou às que venham a ser ditadas no futuro sobre a responsabilidade civil e os seguros aos quais se refere este Acordo, bem como às disposições impositivas ou de outro caráter que gravem os prêmios cobrados por conta dos seguradores que assumam a responsabilidade pelos riscos no exterior, como também aqueles gravames com respeito aos quais as mencionadas operações estarão isentas. Com esta finalidade, as normas de aplicação tenderão a favorecer o desenvolvimento da atividade de seguros de transporte internacional e evitar a dupla tributação.

ARTIGO 4

Para a apresentação à autoridade de controle, os seguradores que assumam a cobertura fornecerão a seus representantes no outro país formulários de certificados de cobertura, com os seguintes dados: nome e endereço do segurador, numeração correspondente, nome e endereço da empresa de transportes, individualização e características do veículo,

período de cobertura, riscos cobertos, importâncias seguradas, lugar e data de emissão, nome e endereço do representante e assinatura do mesmo.

ARTIGO 5

1. Os valores mínimos de cobertura estabelecidos por este Acordo são os seguintes:

a) para danos a terceiros, não transportados:

a.1) morte e danos pessoais: US\$ 20,000.00 por pessoa;

a.2) danos materiais: US\$ 15,000.00 por bem;

Limite por sinistro ou catástrofe: US\$ 120,000.00

b) para danos a passageiros:

b.1) morte e/ou danos pessoais: US\$ 20,000.00 por pessoa;

b.2) danos materiais: US\$ 500.00 por passageiro;

Limite por sinistro ou catástrofe: US\$ 200,000.00, para morte e/ou danos pessoais e US\$ 10,000.00 para danos materiais.

2. Poderão ser livremente acordados entre segurados e seguradoras valores de coberturas superiores aos mínimos constantes neste Acordo.

ARTIGO 6

Serão válidos os seguros de responsabilidade civil cobertos pelas empresas seguradoras do país de origem, desde que tenham acordos com empresas seguradoras do outro país, para a liquidação e pagamento dos sinistros, em conformidade com as leis de cada país.

ARTIGO 7

1. Com a finalidade de instrumentar os Artigos que antecederem serão promovidos acordos entre entidades seguradoras ou resseguradoras, com a devida supervisão das autoridades de seguros, de transporte e controle de divisas de cada país.

2. As autoridades de seguro de cada Parte Contratante acordam estabelecer cláusulas uniformes para a apólice do seguro previsto neste Acordo.

A N E X O III
Aspectos Migratórios das Empresas
Transportadoras e da Tripulação

ARTIGO 1

Cada Parte Contratante permitirá a entrada e a saída, de seu Território, da tripulação dos veículos em operação, habilitados para o transporte terrestre internacional de passageiros ou de carga, exigindo para tal fim tão-somente a apresentação da Carteira ou Cartão de tripulante terrestre emitido pela autoridade de migração de seu país.

ARTIGO 2

As autoridades de migração das Partes Contratantes autorizarão o ingresso e estada da tripulação terrestre em seu território pelo prazo de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 3

No caso de força maior devidamente comprovada, ou de impossibilidade de conclusão de determinada operação de transportes, as Partes Contratantes poderão conceder à tripulação terrestre uma prorrogação de estada de até mais 30 (trinta) dias.

ARTIGO 4

As empresas transportadoras ou seus representantes legais serão responsáveis por todos os gastos advindos da retirada, do país, de sua tripulação terrestre, no caso de descumprimento das normas legais pertinentes do país correspondente.

ARTIGO 5

As empresas transportadoras autorizadas, em conformidade com o presente Acordo, e sua tripulação terrestre estarão sujeitos às disposições legais sobre imigração em vigor no território das Partes Contratantes.

A N E X O IV
Assuntos Aduaneiros

C A P Í T U L O I
Definições

ARTIGO 1

Para os fins do presente Anexo, entende-se por:

1) Admissão Temporária:

regime aduaneiro especial que permite receber em um território aduaneiro, com suspensão do pagamento dos gravames de importação, certas mercadorias ingressadas com um fim determinado e destinadas a serem reexportadas, sem haver sofrido modificações, dentro de um prazo estabelecido, salvo a depreciação normal como consequência do uso que se faça delas;

2) Trânsito Aduaneiro Internacional (TAI):

regime aduaneiro especial sob o qual as mercadorias sujeitas a controle aduaneiro são transportadas de um recinto aduaneiro a outro em uma mesma operação, no curso da qual se cruzam uma ou várias fronteiras;

3) Operação de Trânsito Aduaneiro Internacional:

o transporte de mercadorias desde a jurisdição de uma alfândega de partida até a jurisdição de uma alfândega de destino localizada em outro país, sob o regime estabelecido no presente Anexo;

4) Alfândega de Partida:

a alfândega de uma Parte Contratante sob cuja jurisdição começa uma operação TAI;

5) Alfândega de Passagem de Fronteira:

a alfândega de uma Parte Contratante pela qual ingressa ou sai do país uma unidade de transporte no curso de uma operação TAI;

6) Alfândega de Destino:

a alfândega de uma Parte Contratante sob cuja jurisdição se conclui uma operação TAI;

7) Carregamento Excepcional:

um ou vários objetos pesados ou volumosos que, por razão de seu peso, suas dimensões ou sua natureza, não possam ser transportados em unidades de transporte fechadas, sob reserva de que possam ser facilmente identificados. Neste conceito também se compreendem os veículos novos que se transportam por seus próprios meios;

8) Contêiner:

elemento de transporte (baú portátil, tanque móvel ou análogo com seus acessórios, inclusive os equipamentos de

refrigeração, lonas, etc.) que correspondam às seguintes condições:

- a) constitua um compartimento fechado, total ou parcialmente, destinado a conter mercadorias;
- b) tenha caráter permanente, portanto, seja suficientemente resistente para suportar seu uso repetido;
- c) haja sido especialmente idealizado para facilitar o transporte de mercadorias, por um ou mais meios de transporte, sem manipulação intermediária de carga;
- d) esteja construído de maneira tal que permita sua movimentação fácil, segura e, em particular, no momento de ser transbordado de um meio de transporte a outro;
- e) haja sido concebido de tal maneira que resulte fácil carregamento e esvaziamento;
- f) seu interior seja facilmente acessível à inspeção aduaneira sem a existência de pontos onde possam ocultar-se mercadorias;
- g) seja dotado de pontos que permitam receber lacres, cintas ou outros elementos de segurança aduaneiros, de forma a garantir sua inviolabilidade durante seu transporte ou armazenamento;
- h) sejam identificado por meio de marcas e números gravados de forma indelével, pintados de maneira que sejam facilmente visíveis;
- i) tenham um volume interior de um metro cúbico pelo menos.

9) Controle Aduaneiro:

conjunto de procedimentos a serem adotados com vistas a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos aduaneiros;

10) Declaração de Trânsito Aduaneiro Internacional (DTA) :

o documento mediante o qual o declarante solicita à alfândega de partida uma operação de TAI;

11) Declarante:

a pessoa que, de acordo com a legislação vigente em cada Parte Contratante, solicita o início de uma operação

aduaneira internacional, nos termos deste Anexo, apresentando uma declaração DTA perante a alfândega de partida e responda frente às autoridades competentes pela exatidão de sua declaração;

12) Depósito Afiançado (DFA):

local privativo alfandegado destinado à guarda de materiais de manutenção e reparo de veículos sob responsabilidade dos transportadores, com suspensão de gravames aduaneiros, sendo autorizada sua instalação pela Parte Contratante em seu território, mediante prévio cumprimento das disposições legais vigentes;

13) Garantia:

obrigação que se contrai, a favor da alfândega, com o objetivo de assegurar o pagamento dos gravames ou cumprimento de outras obrigações contraídas frente a ela;

14) Gravames de Importação ou Exportação:

direitos aduaneiros e qualquer outro encargo de efeito equivalente, seja de caráter fiscal, monetário, cambial ou de outra natureza, que incidam sobre as importações e exportações. Não se incluem neste conceito as taxas e encargos análogos quando correspondam ao custo dos serviços prestados;

15) Recinto Aduaneiro:

local habilitado pela alfândega destinado à realização de operações aduaneiras;

16) Transbordo:

transferência de mercadorias para outra unidade de transporte efetuada sob controle aduaneiro de uma mesma alfândega;

17) Transportador:

a pessoa autorizada a realizar o transporte internacional terrestre nos termos do presente Acordo e que assume a responsabilidade perante as autoridades competentes pela correta execução da operação TAI;

18) Unidades de Transporte:

a) os contêineres;

b) os veículos rodoviários, inclusive os reboques e semi-reboques.

C A P Í T U L O I I

Campo de Aplicação

ARTIGO 2

1. O presente Anexo é aplicável ao transporte de mercadorias em unidades de transporte, entre os territórios das Partes Contratantes, com a condição de que a operação de transporte inclua o cruzamento de uma fronteira entre a alfândega de partida e a alfândega de destino.
2. As Partes Contratantes permitirão, em seus territórios, as operações de transporte internacional de passageiros e de mercadorias por rodovia, sob o regime de Trânsito Aduaneiro Internacional e Admissão Temporária de veículos, equipamentos de transporte, sobressalentes e acessórios necessários para a operação de transporte internacional, conforme as normas existentes em cada uma das Partes Contratantes e os princípios estabelecidos neste Acordo.
3. As disposições do presente Anexo são aplicáveis também ao transporte de mercadorias provenientes ou destinadas a terceiros países que não sejam Partes Contratantes.
4. As disposições do parágrafo 1 do presente Artigo são aplicáveis inclusive se a operação de trânsito inclui trajetos por via aquática sem que se faça transbordo das mercadorias.
5. No presente Anexo, salvo disposições em contrário, a expressão "unidades de transportes" inclui igualmente os carregamentos excepcionais.
6. Para adoção dos regimes aduaneiros aplicar-se-á a legislação interna de cada Parte Contratante, respeitado o princípio da reciprocidade, podendo ser adotados pelas administrações aduaneiras procedimentos uniformes de controle bilateral.

C A P Í T U L O I I I

Suspensão de Gravames à Importação ou à Exportação

ARTIGO 3

As mercadorias transportadas em Trânsito Aduaneiro Internacional (TAI), ao amparo do presente Anexo, gozarão da suspensão dos gravames de importação ou de exportação eventualmente exigíveis enquanto dure a operação TAI, sem prejuízo do pagamento de taxas pelos serviços efetivamente prestados.

C A P Í T U L O I V

Condições Aplicáveis às Empresas
e às Unidades de TransporteARTIGO 4

O despacho de Trânsito Aduaneiro Internacional (TAI) deverá ser instruído com cópia de permissão originária ou complementar,

expedida pela autoridade competente em matéria de transporte das Partes Contratantes.

ARTIGO 5

Para realizar operações de transporte internacional por rodovia, as empresas transportadoras e seus veículos deverão estar registrados perante a autoridade aduaneira das Partes Contratantes no país a que pertence o veículo transportador.

ARTIGO 6

1. Nos termos do presente Anexo, as unidades de transporte passíveis de serem lacradas e utilizadas no transporte de mercadorias devem conter as seguintes características:

- a) possuir dispositivo onde possa ser aplicado lacre aduaneiro de forma simples e eficaz;
- b) inexistência de local que permita ocultação de mercadoria;
- c) espaço útil facilmente acessível para as inspeções aduaneiras;
- d) identificação mediante marcas e números gravados de forma indelével.

2. As Partes Contratantes, conforme as disposições do Artigo 30 do presente Anexo, estabelecerão, caso necessário, recomendações que estipulem as condições das unidades de transporte, para que a atuação das diferentes alfândegas que intervenham em uma operação TAI seja uniforme.

ARTIGO 7

Os veículos e seus equipamentos devem sair do país no qual ingressaram dentro dos prazos que bilateralmente se acordem, conservando as mesmas características e condições que possuíam ao ingressar, que serão controladas pelas autoridades aduaneiras.

ARTIGO 8

As alfândegas pelas quais se admitem temporariamente os veículos sob amparo do presente Acordo e seus Anexos procederão à verificação de seus equipamentos para sua correta identificação no momento do ingresso, saída ou reingresso, ocasião em que se observará o desgaste natural provocado pelo uso.

ARTIGO 9

1. As autoridades aduaneiras poderão autorizar a instalação de depósitos privativos alfandegados, a fim de armazenar peça de reposição

e acessórios indispensáveis à manutenção das unidades de transporte e equipamentos das empresas estrangeiras habilitadas.

2. As peças de reposição e acessórios serão admitidos nos referidos depósitos com suspensão dos gravames de importação e exportação.

3. As peças de reposição e acessórios que tenham sido substituídos serão reexportados ao país de procedência, entregues à administração aduaneira ou destruídos, devendo assumir o transportador qualquer custo que do fato se origine.

CAPÍTULO V

Lacres Aduaneiros

ARTIGO 10

1. Nos termos do presente Anexo, os lacres aduaneiros utilizados em uma operação de trânsito aduaneiro internacional devem obedecer às condições mínimas prescritas no Apêndice I do presente Anexo.

2. As Partes Contratantes deverão aceitar os lacres aduaneiros que correspondem às condições mínimas prescritas no parágrafo 1 do presente Artigo, na medida em que tenham sido apostos pelas autoridades aduaneiras de outro país. No entanto, cada Parte Contratante terá o direito de aplicar seus próprios lacres quando os utilizados não sejam considerados suficientes ou não ofereçam a segurança requerida.

3. Quando os lacres aduaneiros colocados no território de uma Parte Contratante forem aceitos pela outra, gozarão, no território desta, da mesma proteção jurídica que os lacres nacionais.

CAPÍTULO VI

Declaração das Mercadorias e Responsabilidade

ARTIGO 11

Para se aplicar o regime de trânsito aduaneiro internacional estabelecido no presente Anexo, dever-se-á apresentar, para cada unidade de transporte, perante as Autoridades da Alfândega de partida, uma Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA), conforme o modelo bilíngüe português-espanhol que for aprovado pela Comissão do Artigo 19 do Acordo, nos termos do Artigo 30 do presente Anexo, devidamente preenchida e em número de exemplares suficientes para cumprir com todos os controles durante a operação TAI.

ARTIGO 12

1. As mercadorias objeto deste Acordo que ingressem ou saiam dos territórios das Partes Contratantes só poderão ser transportadas por

veículos e equipamentos de transportes que, a juízo das autoridades aduaneiras, cumpram os requisitos de transporte internacional e garantia de segurança fiscal.

2. O transportador é responsável perante as autoridades aduaneiras pelo cumprimento das obrigações decorrentes da aplicação do regime de Trânsito Aduaneiro Internacional e, em particular, fica obrigado a assegurar que as mercadorias cheguem intactas à alfândega de destino, de acordo com as condições estabelecidas no presente Anexo.

3. O declarante é o único responsável pelas infrações aduaneiras decorrentes da inexactidão de suas declarações.

CAPÍTULO VII

Garantias sobre as Mercadorias e Veículos

ARTIGO 13

1. Os veículos das empresas autorizadas habilitadas a realizar transporte internacional de conformidade com o presente Acordo são, de pleno direito, a única garantia para responder pelos gravames e sanções pecuniárias eventualmente aplicáveis que possam atingir tanto as mercadorias transportadas como os veículos que se admitam temporariamente nos territórios dos países.

2. As empresas transportadoras podem substituir a garantia indicada neste Artigo por outra, bancária ou de seguros, para atendimento das autoridades aduaneiras conforme a legislação da Parte Contratante em que se faça a exigência.

CAPÍTULO VIII

Formalidades a Serem Observadas nas Alfândegas de Partida

ARTIGO 14

1. Na alfândega de partida, a unidade de transporte com a carga deverá ser apresentada junto com a declaração DTA.

2. As autoridades da alfândega de partida verificarão:

- a) o correto preenchimento da Declaração DTA;
- b) se a unidade de transporte oferece a segurança necessária conforme condições estipuladas no Artigo 6;
- c) se as mercadorias transportadas correspondem, em sua natureza e quantidade, às especificadas na declaração.

3. Uma vez realizadas as verificações, as autoridades da alfândega de partida colocarão seus lacres e referendarão a Declaração DTA.

4. Sempre que julgar conveniente, as autoridades da alfândega de partida procederão ao exame das mercadorias, preferentemente pelo sistema de amostragem.

5. A Declaração DTA será registrada e devolvida ao declarante que adotará as disposições necessárias para que, nas diferentes etapas da operação TAI, possa ser apresentada para fins do controle aduaneiro. As autoridades da alfândega de partida conservarão um exemplar da Declaração DTA.

6. No que concerne aos carregamentos excepcionais, será efetuado o seguinte procedimento:

- a) a autorização para realizar a operação TAI fica subordinada à possibilidade de identificar os carregamentos excepcionais. Desta forma, como meio de identificação, deverão ser utilizadas especialmente as marcas ou números de fabricação das mercadorias, ou a descrição que se faça das mesmas, bem como a colocação de marcas de identificação ou lacres aduaneiros, de forma tal que estes carregamentos não possam ser substituídos na sua totalidade ou em parte por outros e que nenhum dos seus componentes possa ser retirado sem que se torne evidente;
- b) se as autoridades aduaneiras exigirem a anexação de documentação adicional de identificação da carga, far-se-á menção da mesma na Declaração DTA.

C A P Í T U L O IX

Formalidades a Serem Observadas nas Alfândegas de Passagem de Fronteira

ARTIGO 15

1. Em cada alfândega de passagem de fronteira, na saída do território de um país, o transportador deverá apresentar a unidade de transporte com a carga às autoridades aduaneiras, com os lacres intactos, assim como a Declaração DTA referente às mercadorias. As autoridades verificarão se a unidade foi objeto de manipulações não autorizadas, se os lacres aduaneiros ou marcas de identificação estão intactos e referendarão a Declaração DTA.

2. As autoridades da alfândega de passagem de fronteira de saída poderão conservar um exemplar da Declaração DTA para registro da operação e enviarão outro exemplar assinado para a alfândega de partida ou de passagem de fronteira de entrada do país, na forma de torna-guia, para que esta possa concluir definitivamente a operação TAI no território deste país.

ARTIGO 16

1. Em cada alfândega de passagem de fronteira na entrada do território de um país, o transportador deverá apresentar a unidade de

transporte com a carga às autoridades aduaneiras com os lacres intactos, assim como a Declaração DTA referente às mercadorias.

2. As autoridades da alfândega de fronteira de entrada verificarão:

- a) o correto preenchimento da Declaração DTA;
- b) se a unidade de transporte oferece a segurança necessária e se os lacres aduaneiros estão intactos ou, em se tratando de um carregamento excepcional, deverá corresponder às prescrições do parágrafo 6 do Artigo 14 do presente Anexo.

3. Uma vez realizadas as comprovações de praxe, as autoridades da alfândega de fronteira referendarão a Declaração DTA e, se for o caso, aplicarão novos lacres, anotando na declaração DTA essa ocorrência.

4. As autoridades da alfândega do ponto de fronteira de entrada conservarão um exemplar da Declaração DTA para registro da operação.

ARTIGO 17

Quando, em uma alfândega de passagem da fronteira, ou durante o trajeto, as autoridades aduaneiras removerem um lacre aduaneiro para proceder à inspeção de uma unidade de transporte carregada, farão constar esta ocorrência na Declaração DTA que acompanha a unidade de transporte, bem como as observações decorrentes da inspeção e as características do novo lacre aduaneiro colocado.

C A P Í T U L O X Formalidades a Serem Observadas na Alfândega de Destino

ARTIGO 18

1. O transportador deverá apresentar às autoridades da alfândega de destino a unidade de transporte com a carga, os lacres intactos, assim como a Declaração DTA referente às mercadorias.

2. Na conclusão da operação de TAI, as autoridades da alfândega de destino procederão ao exame dos documentos, e à verificação da unidade de transporte com a carga, dos lacres e demais elementos de segurança e da integridade da carga.

3. Constatando o cumprimento das obrigações do transportador, as autoridades da alfândega de destino atestarão a chegada da mercadoria. Uma via da Declaração DTA assim processada será entregue ao interessado.

4. A alfândega de destino conservará um exemplar da Declaração DTA e exigirá a apresentação de uma via adicional dessa Declaração para ser encaminhada à alfândega do ponto de fronteira de

entrada no país, na forma de torna-guia, para a conclusão definitiva da operação TAI.

C A P Í T U L O X I

Infrações Aduaneiras, Reclamações e Acidentes

ARTIGO 19

1. Se a Alfândega de um país suspeitar que uma infração aduaneira será cometida, adotará as medidas legais cabíveis previstas em seus próprios regulamentos. Em caso de retenção do veículo, a empresa autorizada poderá apresentar uma garantia que satisfaça às autoridades competentes, a fim de obter a liberação do veículo enquanto prosseguem os trâmites administrativos ou judiciais.

2. Sem prejuízo das ações administrativas e judiciais que venham a ser tomadas quando do cometimento das infrações aduaneiras de que trata este artigo, as alfândegas se reservam o direito de requerer ao Organismo Nacional Competente do seu país a suspensão da permissão originária ou complementar que haja concedido à empresa envolvida. Se uma empresa autorizada incorrer em infrações reiteradas, o Organismo Nacional Competente, a pedido de autoridade aduaneira, cancelará a permissão originária ou complementar, conforme o caso.

ARTIGO 20

Quando as autoridades aduaneiras de um país certificarem o fiel cumprimento da parte da operação TAI que tenha sido realizada em seu território, não poderão mais reclamar o pagamento dos gravames citados no Artigo 3 do presente Anexo, a menos que o certificado tenha sido obtido de maneira irregular ou fraudulenta, ou que tenha havido violação das disposições do presente Anexo.

ARTIGO 21

1. Se os lacres aduaneiros forem rompidos, destruídos, ou ocorrerem avarias durante uma operação TAI, o transportador comunicará imediatamente a ocorrência à alfândega mais próxima. As autoridades desta alfândega lavrarão um termo de comprovação do acidente e tomarão as providências necessárias para que a operação TAI possa prosseguir. Uma cópia do termo de comprovação deverá ser juntada à Declaração DTA.

2. Na impossibilidade da imediata comunicação à autoridade aduaneira, o transportador deverá dirigir-se à autoridade competente mais próxima, que lavrará um registro do acidente e o anexará à Declaração DTA. Este registro deverá ser apresentado juntamente com a unidade de transporte com a carga e a Declaração DTA na alfândega mais próxima, que tomará as medidas necessárias para que a operação TAI possa prosseguir.

3. Em caso de perigo iminente que torne necessária a descarga imediata de parte ou da totalidade da carga, o transportador poderá adotar, por iniciativa própria, as medidas consideradas oportunas.

C A P Í T U L O X I I
Assistência Administrativa Mútua

ARTIGO 22

As autoridades aduaneiras de uma Parte Contratante que tenham iniciado investigações em caso de infração ou suspeita de infração às disposições do presente Anexo, solicitarão por escrito, às autoridades aduaneiras da outra Parte Contratante:

a) informações referentes a declarações de trânsito aduaneiro internacional que tenham sido apresentadas ou aceitas em seu território e que se presumam falsas;

b) informações que permitam comprovar a autenticidade de lacres que possam ter sido apostos em seu território.

ARTIGO 23

Quando as autoridades aduaneiras de uma Parte Contratante constatarem imprecisões em uma Declaração DTA ou qualquer outra irregularidade na operação de TAI nos termos do presente Anexo, as referidas autoridades informarão de ofício às autoridades aduaneiras da outra Parte.

C A P Í T U L O X I I I
Disposições Gerais

ARTIGO 24

As Partes Contratantes poderão, em relação ao trecho da operação TAI que se desenvolva em seu território:

a) fixar um prazo para que se complete a operação em seu território;

b) exigir que as unidades de transporte sigam itinerários determinados.

ARTIGO 25

1. As alfândegas habilitadas para exercer as funções relativas ao controle na fronteira, do transporte internacional por rodovia para passageiros e carga, assim como das mercadorias transportadas sob o regime de Trânsito Aduaneiro Internacional, objeto deste Acordo, são: pela República Federativa do Brasil, a Inspetoria da Vila Pacaráima e, pela República da Venezuela, a Alfândega de Santa Elena de Uairén.

2. As Partes Contratante deverão:

- a) reduzir ao mínimo o tempo necessário para o cumprimento das formalidades nos postos aduaneiros fronteiriços e estabelecer um procedimento expedito para as mercadorias sujeitas à operação TAI;
- b) dar prioridade ao despacho das mercadorias perecíveis, animais vivos e outras mercadorias que requeiram imperativamente um transporte rápido, tais como as remessas urgentes ou de socorro por ocasião de catástrofes;
- c) facilitar, nos postos aduaneiros fronteiriços, a pedido do interessado, o cumprimento das formalidades aduaneiras fora dos dias e horários normalmente previstos.

3. As Partes Contratantes deverão harmonizar os horários de atendimento e as atribuições de todos os órgãos que atuam nos pontos de passagem de fronteira correspondentes.

ARTIGO 26

1. A atuação dos funcionários aduaneiros não acarretará outro pagamento pelo cumprimento das formalidades aduaneiras mencionadas no presente Anexo, salvo o disposto no parágrafo seguinte.

2. As Partes Contratantes permitirão, a pedido de qualquer pessoa interessada, o funcionamento dos postos aduaneiros fronteiriços em dias, horas e locais fora daqueles estabelecidos normalmente. Em tal caso, o custo dos gastos realizados pelo atendimento excepcional poderá ser cobrado, inclusive a remuneração extraordinária dos funcionários.

ARTIGO 27

Para a passagem das unidades de transporte sem carga pelos postos aduaneiros fronteiriços, deverá ser apresentado um Manifesto Internacional de Carga (MIC).

ARTIGO 28

As disposições do presente Acordo não eximem do cumprimento das normas sanitárias e outras exigíveis em quaisquer das Partes Contratantes.

C A P Í T U L O XIV

Transporte Internacional de Passageiros

ARTIGO 29.

Para facilitar o Transporte Internacional de passageiros por rodovia, as Partes Contratantes harmonizarão a documentação e os procedimentos aduaneiros.

C A P Í T U L O . XV

Disposições Finais

ARTIGO 30

1. A pedido de uma das Partes Contratantes, convocar-se-ão reuniões da Comissão estabelecida pelo Artigo 19 do Acordo, com a participação de técnicos aduaneiros das mesmas, com o objetivo de examinar as disposições do presente Anexo e propor a aplicação de medidas que assegurem a uniformidade dos procedimentos adotados por cada alfândega.

2. Da mesma forma, a citada Comissão incentivará a utilização de transmissão eletrônica de dados visando ao intercâmbio de informações entre as alfândegas das Partes Contratantes e com outros usuários, a fim de lograr um melhor aproveitamento dos avanços tecnológicos nessa matéria, facilitar a aplicação dos procedimentos aduaneiros e estreitar a cooperação entre as alfândegas dos dois países.

APÊNDICE DO ANEXO IV

CONDIÇÕES MÍNIMAS A QUE DEVEM ATENDER OS DISPOSITIVOS
DE SEGURANÇA ADUANEIRA (LACRES E CINTAS)

Os dispositivos de segurança aduaneira deverão cumprir as seguintes condições mínimas:

1. Requisitos Gerais dos Dispositivos de Segurança Aduaneira devem ser:

- a) fortes e duráveis;
- b) de fácil aplicação;
- c) de fácil exame e identificação
- d) difíceis de serem retirados, rompidos ou de serem efetuadas manipulações irregulares que não deixem marcas;
- e) não reutilizáveis;
- f) de difícil cópia ou imitação.

2. Especificações Materiais do Lacre

- a) o tamanho e a forma do lacre deverão ser tais que as marcas de identificação sejam facilmente legíveis;

- b) a dimensão de cada lacre corresponderá à da cinta utilizada e deverá estar colocado de maneira que esta se ajuste firmemente quando o lacre esteja fechado;
- c) o material utilizado deverá ser suficientemente forte para prevenir rupturas acidentais, deteriorização rápida (devido a condições climáticas, agentes químicos etc.) ou manipulações irregulares que não deixem marcas; e
- d) o material utilizado será escolhido em função do tipo de lacração adotada.

3. Especificações das Cintas

As cintas deverão ser fortes e duráveis, resistentes ao tempo e à corrosão.

4. Marcas de Identificação

O lacre ou cinta, conforme for o caso, deve conter marcas que:

- a) indiquem que se tratam de dispositivos de segurança aduaneira, pela aplicação uniforme da palavra "aduana";
- b) identifiquem o país, de preferência por meio dos sinais que se utilizam para indicar o país de matrícula dos veículos autorizados ao tráfego internacional;
- c) permitam a identificação da alfândega que aplicou o dispositivo.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PARECERES:

PARECER Nº 422, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que "Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte, e dá outras providências".

RELATOR: Senador BELLO PARGA**I – RELATÓRIO**

O eminente Senador José Sarney traz à cognição e apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei em ementa que, submetido neste momento ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa, pretende disciplinar efetivamente o mandamento inserto no art. 179 do Estatuto Político, conferindo às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico favorecido, mediante redução e desoneração de suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

2. Consoante a proposição, as microempresas ficarão isentas dos seguintes tributos e contribuições da competência da União:

- I – imposto sobre renda;
- II – imposto sobre operações financeiras;
- III – contribuição ao Programa de Integração Social – PIS;
- IV – contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS;
- V – contribuição social sobre o lucro líquido; e
- VI – taxas vinculadas exclusivamente ao exercício do poder de polícia, com exceção das taxas rodoviárias, das taxas de controle metrológico e das prestações devidas aos órgãos de fiscalização profissional.

3. As empresas de pequeno porte, no que se refere ao imposto sobre renda e à contribuição sobre o lucro líquido, somente serão gravadas na hipótese de suas receitas brutas excederem o limite estabelecido para isenção das microempresas e a partir do mês em que isso ocorrer, dentro de cada ano-calendário. Nesse caso, o imposto e a contribuição terão o cálculo de sua base efetuado sobre a parcela da receita bruta que exceder o citado limite, tão-somente.

4. As empresas de pequeno porte poderão, se assim o desejarem, optar pela tributação pelo lucro real, sendo que, nesse caso, terão a vantagem de poder deduzir em dobro os gastos com pesquisa e desenvolvimento e computar pela metade o prazo de depreciação de máquinas e equipamentos.

5. Também com relação ao PIS e à COFINS as empresas de pequeno porte somente serão oneradas a partir do mês em que seu faturamento exceder o limite das microempresas e tais contribuições recairão apenas sobre a parcela excedente.

6. A proposta favorece ainda as importações de máquinas, equipamentos e bens destinados à pesquisa e desenvolvimento por empresas de pequeno porte e microempresas, instituindo redução ou eliminação do imposto sobre importação, nos limites fixados pelo Poder Executivo. Adianta, o projeto, que, até a publicação do regulamento próprio, nessas hipóteses, a redução na alíquota do imposto será de cinquenta por cento.

7. Determina, outrossim, que o Poder Executivo reduzirá a até zero a alíquota do imposto sobre produtos industrializados – IPI incidente sobre “produtos típicos de microempresa ou de empresas de pequeno porte”, assegurando a manutenção do crédito fiscal relativo aos insumos empregados na manufatura de semelhantes produtos.

8. Arremata, estatuinto que as contribuições previdenciárias e trabalhistas do empregado e do empregador das empresas beneficiadas pela lei serão calculadas pelo percentual mínimo.

9. Ao projeto não se apresentaram emendas.

II – VOTO DO RELATOR

10. Direito Tributário é matéria compreendida na competência legislativa da União, de acordo com o disposto no art. 24, inciso I, da Constituição. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre o mesmo tema, nos termos do art. 48, inciso I, do Diploma Supremo, e a iniciativa de leis ordinárias está a cargo de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, consoante dispõe o seu art. 61, *caput*. Com isso, temos que a iniciativa é legítima quanto à sua titularidade.

11. A esta Comissão incumbe examinar a matéria, nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

12. O exame da constitucionalidade do projeto não acusa, em passagem alguma de seu texto, labéu que possa obstar sua tramitação. Tampouco o Código Tributário Nacional ou as demais leis de normas gerais pertinentes à matéria mostrar-se-iam ofendidas ante a iniciativa ora contemplada, não fôra o dispositivo – de impossível satisfação – já costumeiramente constante das leis de diretrizes orçamentárias, segundo o qual a concessão de qualquer benefício fiscal só é admitida se acompanhada da indicação da estimativa de renúncia de receita que acarreta e das despesas, em idêntico valor, que serão anuladas.

13. À vista da impossibilidade de atendimento da exigência in casu, uma vez que não há, até o momento, disponibilidade de dados relativos à arrecadação de todos os tributos e contribuições a que se refere esta proposição por faixas de contribuintes, a solução é contornar a determinação – também como de costume – marcando o início da vigência da lei para o primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação, de modo a permitir que os órgãos responsáveis pela elaboração da proposta orçamentária anual façam a previsão das receitas dos tributos e contribuições já afetados pelos benefícios instituídos. É óbvio que tal procedimento retardará ainda mais a instituição dos benefícios constitucionais, mas terá valido a pena esperar tão desejados incentivos. Com esse intuito, oferecemos a Emenda de Relator nº 9, alterando a cláusula de vigência do projeto.

14. Não é recente a constatação de que as empresas de pequena expressão patrimonial devem merecer atenção especial do Estado para que, dentro de uma economia tipicamente capitalista, onde a tônica da competição está sempre presente, não venham a sucumbir diante das inúmeras adversidades enfrentadas e, por conseguinte, deixar de gerar os muitos benefícios que lhe são inerentes, mormente a absorção de mão-de-obra não qualificada.

15. Por isso, não há como sonegar mérito a esta iniciativa que não faz mais do que renovar, ampliando-as, as conquistas relacionadas até então na Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que dirigia-se tão-somente às microempresas. Com o passar dos anos, os benefícios introduzidos pela referida lei deixaram de ter o alcance desejado, uma vez que dela só se beneficiavam empresas com faturamento inferior ao limite estabelecido originariamente e que já se encontrava por demais defasado, dado o período de elevada inflação por que passou o País.

16. Com a promulgação da atual Constituição, juntamente com as microempresas, passaram a fazer jus a tratamento diferenciado em diversos campos, as chamadas “empresas de pequeno porte”. Contudo, até o presente,

esse direito das pequenas empresas tem sido apenas uma ficção constitucional. Já se vão oito anos de vigência da nova Constituição e nenhum benefício foi efetivado. E, não foi por inação do Congresso Nacional que, com a aprovação da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, pretendeu regulamentar o art. 179 do Diploma Maior, o qual previu o favorecido tratamento aos “pequenos”.

17. Mas de nada adiantou a aprovação da nova lei. Entre vetos e interpretações restritivas por parte da Receita, anularam-se por completo os seus efeitos. A bem da verdade, o texto sancionado da Lei nº 8.864, definiu o que é empresa de pequeno porte e redefiniu o que é microempresa. Esta última que, de acordo com a lei anterior (Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991) possuía limite de receita bruta anual de 96.000 UFIR, passou ao limite de 250.000 UFIR.

18. Essa nova definição de microempresa decorrente do novo limite de receita bruta não foi, porém, reconhecida pelo Ministério da Fazenda para efeito de fruição dos benefícios fiscais concedidos às microempresas pela vigente Lei nº 7.256, em interpretação que contrariou o entendimento de boa parte da doutrina, que adota, para esse tipo de situação, o ensinamento do art. 110 do Código Tributário Nacional, cujo texto é claro: “A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias”. (grifamos)

19. A essa confusão há que impor termo e, quiçá, o quanto antes, porquanto o fomento às pequenas e microempresas assume importância fundamental neste momento, em que um plano econômico voltado precipuamente para a estabilização monetária gera, como grave efeito colateral, incremento no nível de desemprego.

20. Cremos que essa situação terá fim com a aprovação e entrada em vigor desta iniciativa, que não tramita solitária. Está acompanhada de projeto do mesmo autor que tenciona instituir o estatuto das microempresas e das empresas de pequeno porte, substituindo as já citadas Leis nºs 7.256 e 8.864. O projeto que ora relatamos, aliás, deve sua existência – como proposição autônoma – exclusivamente, à determinação do § 6º do art. 150 da Constituição, que exige lei específica para a outorga de qualquer favor fiscal.

21. A leve redução na arrecadação de tributos e contribuições a se verificar com a aprovação da nova regulamentação das pequenas e microempresas será inteiramente obumbrada pela revitalização do setor, com a

constituição de muitíssimas novas sociedades e firmas individuais que, por certo, servirão para o reaquecimento da economia e, o que é mais importante, constituirão fator de alívio nos altos índices de desemprego, o grande fantasma do Plano Real.

22. É importante esclarecer que a isenção do imposto de renda prevista no projeto cinge-se às pessoas jurídicas e às firmas individuais, não alcançando as pessoas de seus sócios ou titulares, que continuam tributados na condição de pessoa física, sofrendo incidência mensal do imposto sobre os rendimentos da microempresa, que são considerados, nos moldes do que dispõe a Lei nº 8.383, de 1991, automaticamente distribuídos aos sócios ou titulares em, no mínimo, 6% do valor total das receitas.

23. Um aspecto, contudo, releva ser suprimido do projeto: a alusão, contida no art. 10, a “produtos típicos de microempresa ou empresas de pequeno porte”. Esse conceito, de impossível precisão, não existe, ainda, no ordenamento jurídico tributário e não convém que seja adotado, mormente relacionando-o com benefícios fiscais, em face do princípio da literalidade na interpretação da legislação tributária referente a estes últimos. Com esse desiderato, apresentamos a Emenda de Relator nº 6.

24. Finalmente, com o escopo de conferir maior clareza ao texto do projeto e a ele incorporar expressões jurídico-tributárias consagradas são oferecidas, além das já citadas, outras sete emendas deste Relator.

25. Diante do exposto, com as alterações introduzidas pelas Emendas nºs 1 a 9, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa adequação à técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1996 e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

EMENDA DE RELATOR Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º. A empresa de pequeno porte sujeitar-se-á ao imposto sobre a renda segundo o regime do lucro presumido, a partir do mês em que a soma de suas receitas brutas mensais, no ano-calendário, exceder o limite estabelecido para isenção da microempresa.

Parágrafo único. Na apuração da base de cálculo do imposto, computar-se-á somente a parcela da receita bruta que exceder o limite previsto neste artigo.”

EMENDA DE RELATOR Nº 2 – CAE

Dê-se ao art. 5º do projeto a seguinte redação:

“Art. 5º. A empresa de pequeno porte poderá optar pelo regime de tributação do imposto sobre renda pelo lucro real, caso em que poderá deduzir em dobro os gastos com pesquisa e desenvolvimento e computar pela metade o prazo de depreciação de máquinas e equipamentos.”

EMENDA DE RELATOR Nº 3 – CAE

Dê-se ao art. 6º do projeto a seguinte redação:

“Art. 6º. Para fins de apuração do lucro real, na hipótese do artigo anterior, considerar-se-ão apenas:

I – a parte da receita bruta que exceder o limite de isenção da microempresa; e

II – as despesas dedutíveis nos termos da legislação do imposto sobre a renda, calculadas em proporção idêntica à existente entre a receita bruta excedente ao limite referido no inciso anterior e a receita bruta total.”

EMENDA DE RELATOR Nº 4 – CAE

Dê-se ao art. 7º do projeto a seguinte redação:

“Art. 7º. O cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido devida pelas empresas de pequeno porte obedecerá às regras do art. 4º.”

EMENDA DE RELATOR Nº 5 – CAE

Dê-se ao art. 9º do projeto a seguinte redação, suprimindo-se o seu parágrafo único:

"Art. 9º. O imposto sobre a importação de máquinas, equipamentos e bens destinados a pesquisa e desenvolvimento adquiridos pelas empresas de que trata esta lei será reduzido, na forma como dispuser o regulamento."

Parágrafo único. A alienação do bem adquirido com o benefício deste artigo, antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoa que não satisfaça às condições nele estabelecidas, obriga ao recolhimento, pelo alienante, do valor atualizado do tributo total ou parcialmente dispensado."

EMENDA DE RELATOR Nº 6 – CAE

Dê-se ao art. 10 do projeto a seguinte redação:

"Art. 10. A alíquota do imposto sobre produtos industrializados incidente na saída de produtos de microempresas e de empresas de pequeno porte, por elas industrializados, será reduzida, conforme disposto em regulamento, sem prejuízo do aproveitamento integral do crédito relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem utilizados no processo de industrialização."

EMENDA DE RELATOR Nº 7 – CAE

Dê-se ao art. 12 do projeto a seguinte redação, passando o atual para art. 13:

"Art. 12. Enquanto não definidas as reduções de que tratam os arts. 9º e 10, serão elas de 50% (cinquenta por cento)."

EMENDA DE RELATOR Nº 8 – CAE

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 14, renumerando-se o atual e os subseqüentes:

“Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.”

EMENDA DE RELATOR Nº 9 – CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 13 do projeto que, em razão das emendas anteriores, passa a ser o art. 15:

"Art. 15. Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação."

Sala da Comissão, 17 de julho de 1996.

GILBERTO MIRANDA: Presidente
BELLO PARGA: Relator

EDUARDO SUPLICY
JONAS PINHEIRO
VALMIR CAMPELO
FERNANDO BEZERRA
BENI VERAS
JOSÉ BIANCO
LAURO CAMPOS
ELCIO ALVARES
GERALDO MELO
JOSÉ FOGAÇA
ADEMIR ANDRADE

GERSON CAMATA
OSMAR DIAS
JADER BARBALHO
LÚDIO COELHO
WALDECK ORNELAS
JEFFERSON PERES
NEY SUASSUNA
FREITAS NETO
MARLUCE PINTO
ROMERO JUCÁ
MAURO MIRANDA
CARLOS BEZERRA
JOEL DE HOLANDA (SEM VOTO)

**TEXTO FINAL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 1996**

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei regula, nos termos do art. 179 da Constituição, o tratamento jurídico diferenciado, devido às microempresas e às empresas de pequeno porte, relativo às suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e contribuições previdenciárias.

Art. 2º Para os fins desta lei, as empresas de que trata o artigo anterior, quando excederem os respectivos limites de receita bruta anual, passarão a sujeitar-se, a partir do mês em que ocorreu o excesso, em cada ano-calendário, ao regime tributário, previdenciário e trabalhista da empresa de pequeno porte ou, se for o caso, ao regime comum.

Da Microempresa

Art. 3º A microempresa fica isenta dos seguintes tributos:

I - Imposto de renda;

II - Imposto sobre operações financeiras (Constituição, art. 153, V);

III - contribuição ao Programa de Integração Social - PIS;

IV - contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS;

V - Contribuição social sobre o lucro;

VI - taxas vinculadas exclusivamente ao exercício do poder de polícia.

Parágrafo 1º A isenção prevista no inciso III não prejudicará o direito dos empregados ainda não inscritos no Programa.

Parágrafo 2º A isenção de taxas federais (inciso VI) não abrange as taxas rodoviárias e de controles metrológicos, nem as contribuições devidas aos órgãos de fiscalização profissional.

Da Empresa de Pequeno Porte

Art. 4º A empresa de pequeno porte sujeitar-se-á ao imposto, sobre a renda segundo regime do lucro presumido, a partir do mês em que a soma de suas receitas brutas mensais, no ano calendário, exceder o limite estabelecido para isenção da microempresa.

Parágrafo único. Na apuração da base de cálculo do imposto computar-se-á somente a parcela da receita bruta que exceder o limite previsto neste artigo.

Art. 5º A empresa de pequeno porte poderá optar pelo regime de tributação ao imposto sobre renda pelo lucro real, caso em que poderá deduzir em dobro os gastos com pesquisa e desenvolvimento em computar pela metade o prazo de depreciação de máquinas e equipamentos.

Art. 6º Para fins de apuração do lucro real, na hipótese do artigo anterior, considerar-se-ão apenas:

I - a parte da receita bruta que exceder o limite de isenção da microempresa; e

II - as despesas dedutíveis nos termos da legislação do imposto sobre a renda, calculadas em proporção idêntica à existente entre a receita bruta excedente ao limite referido no inciso anterior e a receita bruta total.

Art. 7º O cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido devida pelas empresas de pequeno porte obedecerá às regras do art. 4º.

Art. 8º A contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social - CONFINS somente serão devidas em relação aos fatos geradores ocorridos a partir do mês em que for excedido o limite de que trata o art. 4º.

Art. 9º O imposto sobre a importação de máquinas, equipamentos e bens destinados a pesquisa e desenvolvimento adquiridos pelas empresas de que trata esta lei reduzido, na forma como dispuser o regulamento.

Parágrafo único. A alienação do bem adquirido com o benefício deste artigo, antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoa que não satisfaça às condições nele estabelecidas, obriga ao recolhimento, pelo alienante, do valor do tributo total ou parcialmente dispensado.

Art. 10 A alíquota do imposto sobre produtos industrializados incidente na saída de produtos de microempresas e de empresas de pequeno porte, por elas industrializados, será reduzida, conforme disposto em regulamento, sem prejuízo do aproveitamento integral do crédito relativo às matérias primas, produtos intermediários e material de embalagem utilizados no processo de industrialização.

Art. 11 O disposto no artigo precedente não acarretará qualquer restituição ou ressarcimento de tributos, cujo pagamento tenha sido devido nos termos da legislação vigente até a data da entrada em vigor do ato de redução da alíquota.

Disposições Finais

Art. 12 Enquanto não defendidas as reduções de que tratam os arts. 9º e 10º, serão elas de 50% (cinquenta por cento).

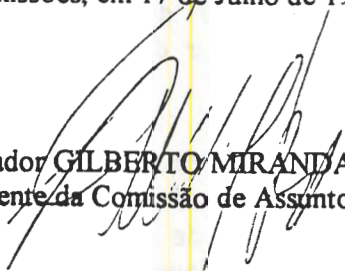
Art. 13 As contribuições previdenciárias e trabalhistas do emprego e do empregador serão calculadas pelo percentual mínimo.

Art. 14 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de Julho de 1996.


Senador GILBERTO MIRANDA BATISTA.
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

**DOCUMENTOS CITADOS NO PARECER E ANEXADOS
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250,
PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

LEI N. 7.256 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1984

Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Do Tratamento Favorecido à Microempresa**

Art. 1º A microempresa é assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, de acordo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O tratamento estabelecido nesta Lei não exclui outros benefícios que tenham sido ou vierem a ser concedidos às microempresas.

Art. 2º Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, tomando-se por referência o valor desses títulos no mês de janeiro do ano-base.

§ 1º Para efeito da apuração da receita bruta anual, será sempre considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano-base.

§ 2º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 3º A transformação da empresa, firma individual ou sociedade mercantil, em microempresa, e vice-versa, não a implicará em denúncia ou outra restrição de contratos, como de locação, de prestação de serviços, entre outros.

Art. 3º Não se inclui no regime desta Lei a empresa:

I — constituída sob a forma de sociedade por ações;

II — em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

III — que participe de capital de outra pessoa jurídica ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência desta Lei;

IV — cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% (cinco por cento), do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no artigo anterior;

V — que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-Leis ns. 288 ⁽¹⁾, de 28 de fevereiro de 1967, e 356 ⁽²⁾, de 15 de agosto de 1968;

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação.

VI — que preste serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, despachante e outros serviços que se lhes possam assemelhar.

Parágrafo único. O disposto nos itens III e IV deste artigo não se aplica à participação de microempresas em Centrais de Compras, Bolsas de Subcontratação, Consórcio de Exportação e outras associações assemelhadas.

CAPÍTULO II**Da Dispensa de Obrigações Burocráticas**

Art. 4º Não se aplicam às microempresas as exigências e obrigações de natureza administrativa decorrentes da legislação federal, ressalvadas as estabelecidas nesta Lei e as demais obrigações inerentes ao exercício do poder de polícia, inclusive as referentes à metrologia legal.

CAPÍTULO III**Do Registro Especial**

Art. 5º O registro da microempresa no órgão competente observará procedimento especial, na forma deste Capítulo.

Art. 6º Tratando-se de empresa já constituída, o registro será realizado mediante simples comunicação, da qual constarão:

I — o nome e a identificação da empresa individual ou da pessoa jurídica e de seus sócios;

II — a indicação do registro anterior da empresa individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

III — a declaração do titular ou de todos os sócios de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no artigo 2º e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º desta Lei.

Art. 7º Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócio, conforme o caso, declarar que a receita bruta anual não excederá o limite fixado no artigo 2º e que esta não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único. O registro de firma individual ou sociedade mercantil será feito na forma regulada pela Lei n. 6.939 (3), de 9 de setembro de 1981.

Art. 8º Feito o registro, independentemente de alteração dos atos constitutivos, a microempresa adotarà, em seguida à sua denominação ou firma, a expressão «Microempresa», ou abreviadamente, «ME».

Parágrafo único. É privativo das microempresas o uso das expressões de que trata este artigo.

Art. 9º A empresa que deixar de preencher os requisitos fixados nesta Lei para o seu enquadramento como microempresa, deverá comunicar o fato ao órgão competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva ocorrência.

Parágrafo único. A perda da condição de microempresa, em decorrência do excesso de receita bruta, só ocorrerá se o fato se verificar durante 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) anos alternados, ficando, entretanto, suspensa de imediato a isenção fiscal prevista no artigo 11 desta Lei.

Art. 10. Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo poderão ser feitos pela via postal.

CAPÍTULO IV**Do Regime Fiscal**

Art. 11. A microempresa fica isenta dos seguintes tributos:

I — Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;

II — Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários;

(3) Leg. Fed., 1981, págs. 402.

III — Imposto sobre Serviços de Transporte e Comunicações;

IV — Imposto sobre a Extração, a Circulação, a Distribuição ou Consumo de Minerais do País;

V — (vetado);

VI — contribuições ao Programa de Integração Social — PIS, sem prejuízo dos direitos dos empregados ainda não inscritos, e ao Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL;

VII — taxas federais vinculadas exclusivamente ao exercício do poder de polícia, com exceção das taxas rodoviária única e de controles metrológicos e das contribuições devidas aos órgãos de fiscalização profissional;

VIII — taxas e emolumentos remuneratórios do registro referido nos artigos 6º e 7º desta Lei.

§ 1º A isenção a que se refere este artigo não dispensa a microempresa do recolhimento da parcela relativa aos tributos, a que se obriga por Lei, devidos por terceiros.

§ 2º As taxas e emolumentos remuneratórios dos atos subsequentes ao registro da microempresa não poderão exceder ao valor nominal de 2 (duas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.

§ 3º (Vetado).

Art. 12. As microempresas que deixarem de preencher as condições para seu enquadramento no regime desta Lei ficarão sujeitas ao pagamento dos tributos incidentes sobre o valor da receita que exceder o limite fixado no artigo 2º desta Lei, bem como sobre os fatos geradores que vierem a ocorrer após o fato ou situação que tiver motivado o desenquadramento.

Art. 13. A isenção referida no artigo 11 abrange a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, salvo as expressamente previstas nos artigos 14, 15 e 16 desta Lei.

Art. 14. O cadastramento fiscal da microempresa será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos cadastrais competentes.

Art. 15. A microempresa está dispensada de escrituração (vetado), ficando obrigada a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier.

Art. 16. Os documentos fiscais emitidos pelas microempresas obedecerão a modelo simplificado, aprovado em regulamento, que servirá para todos os fins previstos na legislação tributária.

CAPÍTULO V

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 17. Ficam assegurados aos titulares e sócios das microempresas, bem como a seus empregados, todos os direitos previstos na legislação previdenciária e trabalhista, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 18. O Poder Executivo deverá estabelecer procedimentos simplificados, que facilitem o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária pelas microempresas, assim como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que, mesmo previstas na legislação em vigor, sejam incompatíveis com o tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 19. As microempresas e seus empregados recolherão as contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social de acordo com o previsto na legislação específica, observado o seguinte:

I — a contribuição do empregado será calculada pelo percentual mínimo;

II — a contribuição da microempresa para o custeio das prestações por acidente do trabalho será igualmente calculada pelo percentual mínimo;

III — o recolhimento das contribuições devidas pelas microempresas poderá ser efetuado englobadamente, de acordo com instruções do Ministro da Previdência e Assistência Social.

Art. 20. As microempresas ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se referem os §§ 2º e 3º, do artigo 139, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 21. O disposto no artigo 18 desta Lei não dispensa a microempresa do cumprimento das seguintes obrigações:

I — efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II — apresentar a Relação Anual de Informações Sociais — RAIS;

III — manter arquivados os documentos comprobatórios dos direitos e obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente folhas de pagamentos, recibos de salários e remunerações, bem como comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições a que se refere o artigo 19 desta Lei.

Art. 22. As microempresas estão sujeitas ao depósito para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, na forma da lei.

CAPÍTULO VI

Do Apoio Creditício

Art. 23. As microempresas serão asseguradas condições especialmente favorecidas nas operações que realizarem com instituições financeiras públicas e privadas, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de financiamento e fomento às empresas de pequeno porte.

Art. 24. As operações a que se refere o artigo anterior, de valor até 5.000 (cinco mil) ORTN, terão taxas diferenciadas beneficiando a microempresa, enquanto as garantias exigidas ficarão restritas à fiança e ao aval.

§ 1º As operações a que se refere este artigo não sofrerão condicionamentos na concessão ou liberação de recursos, nem exigências de saldos médios, aprovação de projetos, planos de aplicação, nem comprovação do cumprimento de obrigações, inclusive fiscais, perante quaisquer órgãos ou entidades da administração pública.

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

§ 4º Ficam ressalvadas do disposto no § 1º deste artigo as atividades de apoio técnico-gerencial, relativas às áreas gerencial, tecnológica, mercadológica e financeira, desde que executadas com o consentimento do microempresário, em todas as suas etapas.

§ 5º Compete ao Conselho Monetário Nacional disciplinar a aplicação do disposto neste artigo, podendo aumentar os limites fixados em seu «caput» (vetado), bem como estabelecer as sanções aplicáveis nos casos de descumprimento.

§ 6º (Vetado)

CAPÍTULO VII

Das Penalidades

Art. 25. A pessoa jurídica e a firma individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I — cancelamento de ofício do seu registro como microempresa;

II — pagamento de todos os tributos e contribuições devidos, como se isenção alguma houvesse existido, acrescidos de juros moratórios e correção monetária, contados desde a data em que tais tributos ou contribuições deveriam ter sido pagos até a data do seu efetivo pagamento;

III — multa punitiva equivalente a:

a) 200% (duzentos por cento) do valor atualizado do tributo devido, em caso de dolo, fraude ou simulação e, especialmente, nos casos de falsidade das declarações ou informações prestadas, por si ou seus sócios, às autoridades competentes;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do tributo devido, nos demais casos.

IV — pagamento em dobro dos encargos dos empréstimos obtidos com base nesta Lei.

Parágrafo único. Os recursos que se originarem do pagamento referido no item IV deste artigo (vetado), constituirão o Fundo de Assistência a Microempresas, a ser regulamentado e gerido pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 26. O titular ou sócio da microempresa responderá solidária e ilimitadamente pelas consequências da aplicação do artigo anterior, ficando, assim, impedido de constituir nova microempresa ou participar de outra já existente, com os favores desta Lei.

Art. 27. A falsidade das declarações prestadas para obtenção dos benefícios desta Lei caracteriza o crime do artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do seu enquadramento em outras figuras penais cabíveis.

CAPÍTULO VIII

Da Remissão de Crédito Tributário

Art. 28. (Vetado).

Art. 29. As firmas individuais e sociedades comerciais e civis, identificáveis como microempresa, segundo estabelece este Estatuto, que a partir de 1º de janeiro de 1981 não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer a sua baixa no Registro competente dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da vigência desta Lei, independente de prova de justificação de tributo e contribuição com a Fazenda Pública Federal.

Parágrafo único. Os benefícios de que tratam (vetado) e o «caput» deste artigo são concedidos sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 25 desta Lei.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

João Figueiredo — Presidente da República.

Ernane Galvêas.

Murilo Badaró.

Antônio Delfim Netto.

RESOLUÇÃO N. 77 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 14.307.923.098, o montante de sua dívida consolidada interna.

LEI N. 8.383 – DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991**Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Da Unidade de Referência – UFIR**

Art. 1º Fica instituída a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em cruzeiros na legislação tributária federal, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza.

§ 1º O disposto neste Capítulo aplica-se a tributos e contribuições sociais, inclusive previdenciárias, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

§ 2º É vedada a utilização da UFIR em negócio jurídico como referencial de correção monetária do preço de bens ou serviços e de salários, aluguéis ou “royalties”.

Art. 2º A expressão monetária da UFIR mensal será fixa em cada mês-calandário e da UFIR diária ficará sujeita a variação em cada dia e a do primeiro dia do mês será igual à da UFIR do mesmo mês.

§ 1º O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, por intermédio do Departamento da Receita Federal, divulgará a expressão monetária da UFIR mensal:

a) até o dia 1º de janeiro de 1992, para esse mês, mediante a aplicação, sobre Cr\$ 126,8621, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado desde fevereiro até novembro de 1991, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA de dezembro de 1991, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

b) até o primeiro dia de cada mês, a partir de 1º de fevereiro de 1992, com base no IPCA.

§ 2º O IPCA, a que se refere o parágrafo anterior, será constituído por série especial cuja apuração compreenderá o período entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês de referência.

§ 3º Interrompida a apuração ou divulgação da série especial do IPCA, a expressão monetária da UFIR será estabelecida com base nos indicadores disponíveis, observada precedência em relação aqueles apurados por instituições oficiais de pesquisa.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, o Departamento da Receita Federal divulgará a metodologia adotada para a determinação da expressão monetária da UFIR.

§ 5º O Departamento da Receita Federal divulgará, com antecedência, a expressão monetária da UFIR diária, com base na projeção da taxa de inflação medida pelo índice de que trata o § 2º deste artigo.

(1) Leg. Fed., 1991, pág. 343; (2) 1991, pág. 566.

§ 6º A expressão monetária do Fator de Atualização Patrimonial – FAP, instituído em decorrência da Lei n. 8.200⁽¹⁾, de 28 de junho de 1991, será igual, no mês de dezembro de 1991, à expressão monetária da UFIR apurada conforme a alínea “a” do § 1º deste artigo.

§ 7º A expressão monetária do coeficiente utilizado na apuração do ganho de capital, de que trata a Lei n. 8.218⁽²⁾, de 29 de agosto de 1991, corresponderá a partir de janeiro de 1992, à expressão monetária da UFIR mensal.

Art. 3º Os valores expressos em cruzeiros na legislação tributária ficam convertidos em quantidade de UFIR, utilizando-se como divisores:

I – o valor de Cr\$ 215,6656, se relativos a multas e penalidades de qualquer natureza;

II – o valor de Cr\$ 126,8621, nos demais casos.

CAPÍTULO II

Do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Art. 4º A renda e os proventos de qualquer natureza, inclusive os rendimentos e ganhos de capital, percebidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, serão tributados pelo Imposto sobre a Renda na forma da legislação vigente, com as modificações introduzidas por esta Lei.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro do ano-calendário de 1992, o Imposto sobre a Renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os artigos 7º, 8º e 12 da Lei n. 7.713⁽³⁾, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva:

Base de Cálculo (em UFIR)	Parcela a Deduzir da Base de Cálculo (em UFIR)	Alíquota
Até 1.000		isento
Acima de 1.000 até 1.950	1.000	15%
Acima de 1.950	1.380	25%

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês.

Art. 6º O imposto sobre os rendimentos de que trata o artigo 8º da Lei n. 7.713, de 1988:

I – será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que os rendimentos forem recebidos;

II – deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente ao da percepção dos rendimentos.

Parágrafo único. A quantidade da UFIR de que trata o inciso I será reconvertida em cruzeiros pelo valor da UFIR no mês do pagamento do imposto.

Art. 7º Sem prejuízo dos pagamentos obrigatórios estabelecidos na legislação, fica facultado ao contribuinte efetuar, no curso do ano, com complementação do imposto que for devido sobre os rendimentos recebidos.

Art. 8º O imposto retido na fonte ou pago pelo contribuinte, salvo disposição em contrário, será deduzido do apurado na forma do inciso I do artigo 15 desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito da redução, o imposto retido ou pago será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta:

a) no mês em que os rendimentos forem pagos ao beneficiário, no caso de imposto retido na fonte;

b) no mês do pagamento do imposto, nos demais casos.

Art. 9º As receitas e despesas a que se refere o artigo 6º da Lei n. 8.134⁽⁴⁾, de 27 de dezembro de 1990, serão convertidas em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que forem recebidas ou pagas, respectivamente.

Art. 10. Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do Imposto sobre a Renda poderão ser deduzidas:

I – a soma dos valores referidos nos incisos do artigo 6º da Lei n. 8.134, de 1990;

II – as importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento de acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

III – a quantia equivalente a quarenta UFIR por dependente;

IV – as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V – o valor de mil UFIR, correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade.

Art. 11. Na declaração de ajuste anual (artigo 12) poderão ser deduzidos:

I – os pagamentos feitos, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas provenientes de exames laboratoriais e serviços radiológicos;

II – as contribuições e doações efetuadas a entidades de que trata o artigo 1º da Lei n. 3.830⁽⁵⁾, de 25 de novembro de 1960, observadas as condições estabelecidas no artigo 2º da mesma lei;

III – as doações de que trata o artigo 260 da Lei n. 8.069⁽⁶⁾, de 13 de julho de 1990;

IV – a soma dos valores referidos no artigo 10 desta Lei;

V – as despesas feitas com instrução do contribuinte e seus dependentes até o limite anual individual de seiscentos e cinquenta UFIR.

§ 1º O disposto no inciso I:

a) aplica-se, também, aos pagamentos feitos a empresas brasileiras ou autorizadas a funcionar no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização e cuidados médicos e dentários, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas de natureza médica, odontológica e hospitalar;

(5) Leg. Fed., 1960, pág. 1.124; (6) 1990, págs. 849 e 1.102.

b) restringe-se aos pagamentos feitos pelo contribuinte, relativos ao seu próprio tratamento e ao de seus dependentes;

c) é condicionado a que os pagamentos sejam especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro de Pessoas Jurídicas de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento.

§ 2º Não se incluem entre as deduções de que trata o inciso I deste artigo as despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie.

§ 3º A soma das deduções previstas nos incisos II e III está limitada a dez por cento da base de cálculo do imposto, na declaração de ajuste anual.

§ 4º As deduções de que trata este artigo serão convertidas em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês do pagamento ou no mês em que tiverem sido consideradas na base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto.

Art. 12. As pessoas físicas deverão apresentar anualmente declaração de ajuste, na qual se determinará o saldo do imposto a pagar ou valor a ser restituído.

§ 1º Os ganhos a que se referem o artigo 26 desta Lei e o inciso I do artigo 18 da Lei n. 8.134, de 1990, serão apurados e tributados em separado, não integrarão a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na declaração de ajuste anual e o imposto pago não poderá ser deduzido na declaração.

§ 2º A declaração de ajuste anual, em modelo aprovado pelo Departamento da Receita Federal, deverá ser apresentada até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente ao da percepção dos rendimentos ou ganhos de capital.

§ 3º Ficam dispensadas da apresentação de declaração:

a) as pessoas físicas cujos rendimentos do trabalho assalariado, no ano-calendário, inclusive Gratificação de Natal ou Gratificação Natalina, conforme o caso, acrescidos dos demais rendimentos recebidos, exceto os não tributados ou tributados exclusivamente na fonte, sejam iguais ou inferiores a treze mil UFIR;

b) os aposentados, inativos e pensionistas da Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou dos respectivos Tesouros, cujos proventos e pensões no ano-calendário, acrescidos dos demais rendimentos recebidos, exceto os não tributados ou tributados exclusivamente na fonte, sejam iguais ou inferiores a treze mil UFIR;

c) outras pessoas físicas declaradas em ato do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, cuja qualificação fiscal assegure a preservação dos controles fiscais pela administração tributária.

Art. 13. Para efeito de cálculo do imposto a pagar ou do valor a ser restituído, os rendimentos serão convertidos em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que forem recebidos pelo beneficiário.

Parágrafo único. A base de cálculo do imposto, na declaração de ajuste anual, será a diferença entre as somas, em quantidade de UFIR:

a) de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não tributáveis e os tributados exclusivamente na fonte; e

b) das deduções de que trata o artigo 11 desta Lei.

Art. 14. O resultado da atividade rural será apurado segundo o disposto na Lei n. 8.023⁽⁷⁾, de 12 de abril de 1990, e, quando positivo, integrará a base de cálculo do imposto definida no artigo anterior.

§ 1º O resultado da atividade rural e a base de cálculo do imposto serão expressos em quantidade de UFIR.

§ 2º As receitas, despesas e demais valores, que integram o resultado e a base de cálculo, serão convertidos em UFIR pelo valor desta no mês do efetivo pagamento ou recebimento.

Art. 15. O saldo do imposto a pagar ou o valor a ser restituído na declaração de ajuste anual (artigo 12) será determinado com observância das seguintes normas:

I – será calculado o imposto progressivo de acordo com a tabela (artigo 16);

II – será deduzido o imposto pago ou retido na fonte, correspondente a rendimentos incluídos na base de cálculo;

III – o montante assim determinado, expresso em quantidade de UFIR, constituirá, se positivo, o saldo do imposto a pagar e, se negativo, o valor a ser restituído.

Art. 16. Para fins do ajuste de que trata o artigo anterior, o Imposto sobre a Renda progressivo será calculado de acordo com a seguinte tabela:

Base de Cálculo (em UFIR)	Parcela a Deduzir da Base de Cálculo (em UFIR)	Alíquota
Até 12.000		isento
Acima de 12.000 até 23.400	12.000	15%
Acima de 23.400	16.560	25%

Art. 17. O saldo do imposto (artigo 15, III) poderá ser pago em até seis quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

I – nenhuma quota será inferior a cinquenta UFIR e o imposto de valor inferior a cem UFIR será pago de uma só vez;

II – a primeira quota ou quota única deverá ser paga no mês de abril do ano subsequente ao da percepção dos rendimentos;

III – as quotas vencerão no último dia útil de cada mês;

IV – é facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas.

Parágrafo único. A quantidade de UFIR será reconvertida em cruzeiros pelo valor da UFIR no mês do pagamento do imposto ou da respectiva quota.

Art. 18. Para cálculo do imposto, os valores da tabela progressiva anual (artigo 16) serão divididos proporcionalmente ao número de meses do período abrangido pela tributação, em relação ao ano-calendário, nos casos de declaração apresentada:

I – em nome do espólio, no exercício em que for homologada a partilha ou feita a adjudicação dos bens;

II – pelo contribuinte, residente ou domiciliado no Brasil, que se retirar em caráter definitivo do Território Nacional.

Art. 19. As pessoas físicas ou jurídicas que efetuarem pagamentos com retenção do Imposto sobre a Renda na fonte deverão fornecer à pessoa física beneficiária, até o dia 28 de fevereiro, documento comprobatório, em duas vias, com indicação da natureza e do montante do pagamento, das deduções e do Imposto sobre a Renda retido no ano anterior.

§ 1º Tratando-se de rendimentos pagos por pessoas jurídicas, quando não tenha havido retenção do Imposto sobre a Renda na fonte, o comprovante deverá ser fornecido no mesmo prazo ao contribuinte que o tenha solicitado até o dia 15 de janeiro do ano subsequente.

§ 2º No documento de que trata este artigo, o imposto retido na fonte, as deduções e os rendimentos, deverão ser informados por sus valores em cruzeiros e em quantidade de UFIR, convertidos segundo o disposto na alínea "a" do parágrafo único do artigo 8º, no § 4º do artigo 11 e no artigo 13 desta Lei.

§ 3º As pessoas físicas ou jurídicas que deixarem de fornecer aos beneficiários, dentro do prazo, ou fornecerem com inexatidão, o documento a que se refere este artigo ficarão sujeitas ao pagamento de multa de trinta e cinco UFIR por documento.

§ 4º À fonte pagadora que prestar informação falsa sobre rendimentos pagos, deduções, ou imposto retido na fonte, será aplicada a multa de cento e cinquenta por cento sobre o valor que for indevidamente utilizável como redução do Imposto sobre a Renda devido, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais.

§ 5º Na mesma penalidade incorrerá aquele que se beneficiar da informação sabendo ou devendo saber da falsidade.

CAPÍTULO III

Da Tributação das Operações Financeiras

Art. 20. O rendimento produzido por aplicação financeira de renda fixa iniciada a partir de 1º de janeiro de 1992, auferido por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeita-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte às alíquotas seguintes:

I – operação iniciada e encerrada no mesmo dia ("day trade"): quarenta por cento;

II – demais operações: trinta por cento.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, na forma da legislação em vigor.

§ 2º Fica dispensada a retenção do Imposto sobre a Renda na fonte em relação à operação iniciada e encerrada no mesmo dia quando o alienante for instituição financeira, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários ou sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários.

§ 3º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor da alienação, líquido do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF (artigo 18 da Lei n. 8.088⁽⁸⁾, de 31 de outubro de 1990) e o valor da aplicação financeira de renda fixa, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data inicial da operação até a da alienação.

§ 4º Serão adicionados ao valor de alienação, para fins de composição da base de cálculo do imposto, os rendimentos periódicos produzidos pelo título ou aplicação, bem como qualquer remuneração adicional aos rendimentos prefixados, pagos ou creditados ao alienante e não submetidos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, atualizados com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data do crédito ou pagamento até a da alienação.

§ 5º Para fins da incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, a alienação compreende qualquer forma de transmissão da propriedade, bem como a liquidação, resgate ou repactuação do título ou aplicação.

§ 6º Fica incluída na Tabela "D" a que se refere o artigo 4º, inciso II, da Lei n. 7.940⁽⁹⁾, de 20 de dezembro de 1989, sujeita à alíquota de até 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento), a operação de registro de emissão de outros valores mobiliários.

Art. 21. Nas aplicações em fundos de renda fixa, resgatadas a partir de 1º de janeiro de 1992, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na fonte será constituída pela diferença positiva entre o valor do resgate, líquido de IOF, e o custo de aquisição da quota, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data da conversão da aplicação em quotas até a reconversão das quotas em cruzeiros.

§ 1º Na determinação do custo de aquisição da quota, quando atribuída a remuneração ao valor resgatado, observar-se-á a precedência segundo a ordem sequencial direta das aplicações realizadas pelo beneficiário.

§ 2º Os rendimentos auferidos pelos fundos de renda fixa e as alienações de títulos ou aplicações por eles realizadas ficam excluídos, respectivamente, da incidência do Imposto sobre a Renda na fonte e do IOF.

§ 3º O Imposto sobre a Renda na fonte, calculado à alíquota de trinta por cento, e o IOF serão retidos pelo administrador do fundo de renda fixa na data do resgate.

§ 4º Excluem-se do disposto neste artigo as aplicações em Fundo de Aplicação Financeira – FAF, que continuam sujeitas à tributação pelo Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de cinco por cento sobre o rendimento bruto apropriado diariamente ao quotista.

§ 5º Na determinação da base de cálculo do imposto em relação ao resgate de quota existente em 31 de dezembro de 1991, adotar-se-á, a título de custo de aquisição, o valor da quota na mesma data.

Art. 22. São isentos do Imposto sobre a Renda na fonte:

I – os rendimentos creditados ao quotista pelo Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Aplicação, correspondente aos créditos apropriados por FAF;

II – os rendimentos auferidos por FAF, tributados quando da apropriação ao quotista.

Art. 23. A operação de mútuo e a operação de compra vinculada à revenda, no mercado secundário, tendo por objeto ouro, ativo financeiro, iniciadas a partir de 1º de janeiro de 1992, ficam equiparadas à operação de renda fixa para fins de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte.

§ 1º Constitui fato gerador do imposto a liquidação da operação de mútuo ou a revenda de ouro, ativo financeiro.

§ 2º A base de cálculo do imposto nas operações de mútuo será constituída:

a) pelo valor do rendimento em moeda corrente, atualizado entre a data do recebimento e a data de liquidação do contrato; ou

b) quando o rendimento for fixado em quantidade de ouro, pelo valor da conversão do ouro em moeda corrente, estabelecido com base nos preços médios das

operações realizadas no mercado à vista da bolsa em que ocorrer o maior volume de ouro transacionado na data de liquidação do contrato.

§ 3º A base de cálculo nas operações de revenda e de compra de ouro, quando vinculadas, será constituída pela diferença positiva entre o valor de revenda e o de compra do ouro, atualizada com base na variação acumulada da UFIR diária, entre a data de início e de encerramento da operação.

§ 4º O valor da operação de que trata a alínea "a" do § 2º será atualizado com base na UFIR diária.

§ 5º O Imposto sobre a Renda na fonte será calculado aplicando-se alíquotas previstas no artigo 20, de acordo com o prazo de operação.

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas com vistas a definir as características da operação de compra vinculada à revenda, bem como a equiparar às operações de que trata este artigo outras que, pelas suas características, produzam os mesmos efeitos das operações indicadas.

§ 7º O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer prazo mínimo para as operações de que trata este artigo.

Art. 24. Fica dispensada a retenção do Imposto sobre a Renda na fonte de que tratam os artigos 20, 21 e 23, sobre rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, quando o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições em relação à operação:

I – tenha por objeto a aquisição de título ou realização de aplicação exclusivamente sob a forma nominativa, intransferível por endosso;

II – o pagamento ou resgate seja efetuado por cheque cruzado nominativo, não endossável, para depósito em conta do beneficiário ou mediante crédito em conta corrente por ele mantida junto à entidade, dentre as nomeadas no artigo 20, § 2º;

III – seja apresentada, no ato da cessão ou liquidação, a nota de negociação relativa à aquisição do título ou à realização da aplicação;

IV – seja comprovado à fonte pagadora, por escrito, pelo beneficiário, o enquadramento no disposto no "caput" deste artigo ou a condição de entidade imune.

Parágrafo único. A dispensa de que trata este artigo não se aplica em relação aos rendimentos auferidos nas operações:

a) iniciadas e encerradas no mesmo dia, exceto no caso previsto no artigo 20, § 2º;

b) de mútuo, realizadas entre pessoas jurídicas não ligadas, exceto se, pelo menos uma das partes, for quaisquer das pessoas jurídicas mencionadas no artigo 20, § 2º;

c) de que trata o § 4º do artigo 21.

Art. 25. O rendimento auferido no resgate, a partir de 1º de janeiro de 1992, de quota de fundo mútuo de ações, clube de investimento e outros fundos da espécie, inclusive Plano de Poupança e Investimentos – PAIT, de que trata o Decreto-Lei n. 2.292⁽¹⁰⁾, de 21 de novembro de 1986, constituídos segundo a legislação aplicável, quando o beneficiário for pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, sujeita-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

§ 1º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo médio de aquisição da quota, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária da data da conversão em quotas até a de reconversão das quotas em cruzeiros.

§ 2º Os ganhos líquidos a que se refere o artigo seguinte e os rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, auferidos por fundo mútuo de ações, clube de investimentos e outros fundos da espécie, não estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte.

§ 3º O imposto será retido pelo administrador do fundo ou clube de investimento na data do resgate.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a permitir a compensação de perdas ocorridas em aplicações de que trata este artigo.

Art. 26. Ficam sujeitas ao pagamento do Imposto sobre a Renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, a pessoa física e a pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, que auferirem ganhos líquidos nas operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, encerradas a partir de 1º de janeiro de 1992.

§ 1º Os custos de aquisição, os preços de exercício e os prêmios serão considerados pelos valores médios pagos, atualizados com base na variação acumulada da UFIR diária da data da aquisição até a data da alienação do ativo.

§ 2º O Poder Executivo poderá baixar normas para apuração e demonstração dos ganhos líquidos, bem como autorizar a compensação de perdas em um mesmo ou entre dois ou mais mercados ou modalidades operacionais, previstos neste artigo, ressalvado o disposto no artigo 28 desta Lei.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos ganhos líquidos decorrentes da alienação de ouro, ativo financeiro, fora da bolsa, com a interveniência de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

§ 4º O imposto de que trata este artigo será apurado mensalmente.

Art. 27. As deduções de despesas, bem como a compensação de perdas na forma prevista no § 2º do artigo precedente, são admitidas exclusivamente para as operações realizadas nos mercados organizados, geridos ou sob responsabilidade de instituição credenciada pelo Poder Executivo e com objetivos semelhantes ao das bolsas de valores, de mercadorias ou de futuros.

Art. 28. Os prejuízos decorrentes de operações financeiras de compra e subsequente venda ou de venda e subsequente compra, realizadas no mesmo dia ("day-trade"), tendo por objeto ativo, título, valor mobiliário ou direito de natureza e características semelhantes, somente podem ser compensados com ganhos auferidos em operações da mesma espécie ou em operações de cobertura ("hedge") à qual estejam vinculadas nos termos admitidos pelo Poder Executivo.

§ 1º O ganho líquido mensal corresponde às operações "day-trade", quando auferido por beneficiário dentre os referidos no artigo 26, integra a base de cálculo do Imposto sobre a Renda de que trata o mesmo artigo.

§ 2º Os prejuízos decorrentes de operações realizadas fora de mercados organizados, geridos ou sob responsabilidade de instituição credenciada pelo Poder Público, não podem ser deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda e a apuração do ganho líquido de que trata o artigo 26, bem como não podem ser compensados com ganhos auferidos em operações de espécie, realizadas em qualquer mercado.

Art. 29. Os beneficiários residentes ou domiciliados no exterior sujeitam-se, a partir de 1º de janeiro de 1992, às mesmas normas de tributação pelo Imposto sobre a Renda, previstas para os beneficiários residentes ou domiciliados no País, em relação:

- I – aos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras de renda fixa;
- II – aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;
- III – aos rendimentos obtidos em aplicações em fundos de investimento e clubes de ações.

Parágrafo único. Sujeitam-se à tributação pelo Imposto sobre a Renda, nos termos dos artigos 31 a 33, os rendimentos e ganhos de capital decorrentes de aplicações financeiras, auferidos por fundos, sociedades de investimentos e carteira de valores mobiliários de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo residentes, domiciliados ou com sede no exterior.

Art. 30. O investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de valores mobiliários somente poderá ser realizado no País por intermédio de representante legal, previamente designado dentre as instituições autorizadas pelo Poder Executivo a prestar tal serviço, e que será responsável, nos termos do artigo 128 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172⁽¹¹⁾, de 25 de outubro de 1966), pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações que realizar por conta e ordem do representado.

§ 1º O representante legal não será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte sobre aplicações financeiras quando, nos termos da legislação pertinente, tal responsabilidade for atribuída a terceiro.

§ 2º O Poder Executivo poderá excluir determinadas categorias de investidores da obrigatoriedade neste artigo.

Art. 31. Sujeitam-se à tributação pelo Imposto sobre a Renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelo quotista, quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, por fundos em condomínio a que refere o artigo 50 da Lei n. 4.728⁽¹²⁾, de 14 de julho de 1965, constituídos na forma prescrita pelo Conselho Monetário Nacional e mantidos com recursos provenientes de conversão de débitos externos brasileiros, e de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo, residentes, domiciliados, ou com sede no exterior.

Parágrafo único. Os rendimentos e ganhos de capital, auferidos por fundo em condomínio de que trata este artigo, ficam excluídos da retenção do Imposto sobre a Renda na fonte e do Imposto sobre a Renda sobre o ganho líquido no ensal

Art. 32. Ficam sujeitos ao Imposto sobre a Renda na fonte, à alíquota de quinze por cento, os rendimentos distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento:

- I – pelas entidades mencionadas nos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei n. 2.285⁽¹³⁾, de 23 de julho de 1986;

II – pelas sociedades de investimento a que se refere o artigo 49 da Lei n. 4.728, de 1965;

III – pelas carteiras de valores mobiliários, inclusive vinculadas à emissão, no exterior, de certificados representativos de ações, mantidas por investidores estrangeiros.

§ 1º Os rendimentos e os ganhos de capital auferidos pelas entidades de que trata este artigo, ficam excluídos, respectivamente, do Imposto sobre a Renda na fonte e sobre o ganho líquido mensal.

§ 2º Os ganhos de capital a que se refere o parágrafo precedente ficam excluídos da incidência do Imposto sobre a Renda quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento, pelos fundos, sociedades ou carteiras referidas no “caput” deste artigo.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, consideram-se:

a) rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, dividendos, bonificações em dinheiro e participações nos lucros;

b) ganhos de capital: a diferença entre o valor de aquisição e o de cessão, resgate ou liquidação, auferida nas negociações com títulos e valores mobiliários de renda variável.

§ 4º O valor dos dividendos atribuídos a ações integrantes da carteira será, a partir da data da transferência do patrimônio líquido para o passivo exigível da empresa emitente, registrado à conta de rendimentos.

§ 5º O disposto neste artigo alcança, exclusivamente, as entidades que atenderem às normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, não se aplicando, entretanto, aos fundos em condomínio de que trata o artigo 31 desta Lei.

Art. 33. O Imposto sobre a Renda na fonte sobre rendimentos e ganhos de capital excluídos da base de cálculo nos termos dos artigos 31 e 32 será devido, quando for o caso, no ato da distribuição ao acionista ou quotista no exterior, a qual será caracterizada pela liquidação, remessa ou resgate, sob qualquer forma, de valores auferidos pela sociedade, fundo ou carteira.

§ 1º A base de cálculo do imposto será constituída pelo valor, em moeda nacional, da distribuição realizada, excluídos os ganhos de capital de que trata o artigo 32, quando distribuídos pelas entidades mencionadas naquele artigo.

§ 2º A exclusão de que trata o parágrafo anterior, em termos proporcionais não poderá exceder a relação resultante do confronto do valor do ganho de capital com as somas dos valores dos rendimentos e do ganho de capital, passíveis de distribuição.

§ 3º Nas hipóteses de redução de capital das sociedades de investimento de que trata o artigo 49 da Lei n. 4.728, de 1965, de resgate de quotas de fundos ou operação equivalente às precedentes, considerar-se-á distribuída a parte do valor dos resultados positivos acumulados na data daquele ato, correspondente à diferença entre o valor da operação e parcela desta, proporcional à relação entre o valor do capital atualizado monetariamente com base na variação da UFIR e o valor do patrimônio líquido, no mês imediatamente anterior ao da distribuição.

§ 4º Considera-se ganho de capital, para fins de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte o valor obtido multiplicando-se a importância correspondente aos resultados positivos distribuídos, apurada na forma do parágrafo anterior, pela proporção entre os ganhos de capital, líquidos, e a soma dos ganhos de capital e rendimentos, líquidos, constantes no balanço no mês imediatamente anterior ao da distribuição.

§ 5º O ganho de capital ou rendimentos líquidos serão constituídos pelos valores das correspondentes receitas, diminuídos das despesas necessárias à sua obtenção.

§ 6º Com vistas à apuração da diferença a que se refere o § 3º deste artigo, o contravalor em moeda nacional do capital registrado no Banco Central do Brasil será determinado tomando-se por base a taxa de câmbio, para venda, vigente no último dia do mês imediatamente anterior ao da distribuição.

Art. 34. As disposições dos artigos 31 a 33 desta Lei abrangem as operações compreendidas no período entre 15 de junho de 1989, inclusive, e 1º de janeiro de 1992, exceto em relação ao imposto de que trata o artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.986⁽¹⁴⁾, de 28 de dezembro de 1982, vedada a restituição ou compensação de imposto pago no mesmo período.

Art. 35. Na cessão, liquidação ou resgate, será apresentada a nota de aquisição do título ou o documento relativo à aplicação, que identifique as partes envolvidas na operação.

§ 1º Quando não apresentado o documento de que trata este artigo, considerar-se-á como preço de aquisição o valor da emissão ou o da primeira colocação do título, prevalecendo o menor.

§ 2º Não comprovado o valor a que se refere o § 1º, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na fonte será arbitrada em cinquenta por cento do valor bruto da alienação.

§ 3º Fica dispensada a exigência prevista neste artigo relativamente a título ou aplicação revestidos, exclusivamente, da forma escritural.

Art. 36. O Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre aplicações financeiras ou pago sobre ganhos líquidos mensais de que trata o artigo 26 será considerado:

I – se o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real: antecipação do devido na declaração;

II – se o beneficiário for pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta: tributação definitiva, vedada a compensação na declaração de ajuste anual.

Art. 37. A alíquota do Imposto sobre a Renda na fonte sobre rendimentos produzidos por títulos ou aplicações integrantes do patrimônio do fundo de renda fixa de que trata o artigo 21 desta Lei será de vinte e cinco por cento e na base de cálculo será considerado como valor de alienação aquele pelo qual o título ou aplicação constar da carteira no dia 31 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto será efetuado pelo administrador do fundo, sem correção monetária, até o dia seguinte ao da alienação do título ou resgate da aplicação.

CAPÍTULO IV

Do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

Art. 38. A partir do mês de janeiro de 1992, o Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas será devido mensalmente, à medida em que os lucros forem auferidos.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, as pessoas jurídicas deverão apurar, mensalmente, a base de cálculo do imposto e o imposto devido.

§ 2º A base de cálculo do imposto será convertida em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 3º O imposto devido será calculado mediante a aplicação da alíquota sobre a base de cálculo expressa em UFIR.

§ 4º Do imposto apurado na forma do parágrafo anterior a pessoa jurídica poderá diminuir:

a) os incentivos fiscais de dedução do imposto devido, podendo o valor excedente ser compensado nos meses subsequentes, observados os limites e prazos fixados na legislação específica;

b) os incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração apurado mensalmente;

c) o Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre receitas computadas na base de cálculo do imposto.

§ 5º Os valores de que tratam as alíneas do parágrafo anterior serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponderem.

§ 6º O saldo do imposto devido em cada mês será pago até o último dia útil do mês subsequente.

§ 7º O prejuízo apurado na demonstração do lucro real em um mês poderá ser compensado com o lucro real dos meses subsequentes.

§ 8º Para efeito de compensação, o prejuízo será corrigido monetariamente com base na variação acumulada da UFIR diária.

§ 9º Os resultados apurados em cada mês serão corrigidos monetariamente (Lei n. 8.200, de 1991).

Art. 39. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão optar pelo pagamento, até o último dia útil do mês subsequente, do imposto devido mensalmente, calculado por estimativa, observado o seguinte:

I – nos meses de janeiro a abril, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um duodécimo do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete anual levantado em 31 de dezembro do ano anterior ou, na inexistência deste, a um sexto do imposto e adicional apurados no balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho do ano anterior;

II – nos meses de maio a agosto, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um duodécimo do imposto e adicional apurados no balanço anual de 31 de dezembro do ano anterior;

III – nos meses de setembro a dezembro, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho do ano em curso.

§ 1º A opção será efetuada na data do pagamento do imposto correspondente ao mês de janeiro e só poderá ser alterada em relação ao imposto referente aos meses do ano subsequente.

§ 2º A pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto mensal estimado, enquanto balanços ou balancetes mensais demonstrarem que

o valor acumulado já pago excede o valor do imposto calculado com base no lucro real do período em curso.

§ 3º O imposto apurado nos balanços ou balancetes será convertido em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que se referir.

§ 4º O Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos computados na determinação do lucro real poderá ser deduzido do imposto estimado de cada mês.

§ 5º A diferença entre o imposto devido, apurado na declaração de ajuste anual (artigo 43), e a importância paga nos termos deste artigo será:

a) paga em quota única, até a data fixada para a entrega da declaração de ajuste anual, se positiva;

b) compensada, corrigida monetariamente, com o imposto mensal a ser pago nos meses subsequentes ao fixado para a entrega da declaração de ajuste anual, se negativa, assegurada a alternativa de requerer a restituição do montante pago indevidamente.

Art. 40. Poderá optar pela tributação com base no lucro presumido a pessoa jurídica cuja receita bruta total (operacional somada à não operacional) tenha sido igual ou inferior a trezentas mil UFIR no mês da opção ou a três milhões e seiscentas mil UFIR no ano anterior, ressalvado o disposto no § 1º.

§ 1º Não poderá optar pela tributação com base no lucro presumido a pessoa jurídica cujo lucro, no ano anterior, tenha sido submetido ao adicional de que trata o artigo 25 da Lei n. 7.450⁽¹⁵⁾, de 23 de dezembro de 1985.

§ 2º A opção pela tributação com base no lucro presumido será efetuada no mês de janeiro ou no mês de início das atividades da pessoa jurídica e só poderá ser alterada a partir de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Os eventuais excessos de receita bruta verificados em meses subsequentes àquele em que houver sido exercida a opção não implicará modificação do regime de tributação dentro do mesmo ano.

§ 4º O limite da receita bruta será calculado tomando-se por base as receitas mensais, divididas pelos valores da UFIR nos meses correspondentes.

§ 5º Verificada, durante o ano-calendário, receita bruta superior a três milhões e seiscentas mil UFIR, a pessoa jurídica passará, no ano subsequente, a ser tributada com base no lucro real.

§ 6º O limite de que trata o parágrafo anterior será proporcional ao número de meses de funcionamento da pessoa jurídica durante o ano em que iniciar suas atividades.

§ 7º O lucro presumido será determinado mediante a aplicação dos seguintes percentuais:

a) trinta por cento da receita bruta da prestação de serviços; e

b) três inteiros e cinco décimos por cento da receita bruta das demais atividades.

§ 8º O lucro presumido, apurado na forma do parágrafo anterior, será convertido em quantidade de UFIR pelo valor diário desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 9º O imposto será calculado sobre o valor mensal do lucro presumido expresso em quantidade de UFIR.

§ 10. O imposto e a contribuição social (Lei n. 7.689⁽¹⁶⁾, de 15 de dezembro de 1988), apurados em cada mês, serão pagos até o último dia útil do mês subsequente.

§ 11. Os rendimentos considerados automaticamente distribuídos aos sócios ou titular das pessoas jurídicas, tributadas na forma deste artigo, serão equivalentes a seis por cento, no mínimo, da receita mensal total, expressa em quantidade de UFIR, diária, pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 12. No caso de sociedade, a parcela de rendimentos considerada automaticamente distribuída, correspondente a cada sócio, será fixada a critério da pessoa jurídica.

§ 13. O imposto incidente sobre o rendimento de que trata o § 11 deste artigo deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente.

Art. 41. A tributação com base no lucro arbitrado somente será admitida em caso de lançamento de ofício, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

§ 1º O lucro arbitrado e a contribuição social serão apurados mensalmente.

§ 2º O lucro arbitrado, diminuído do Imposto sobre a Renda da pessoa jurídica e da contribuição social, será considerado distribuído aos sócios ou ao titular da empresa e tributado exclusivamente na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

§ 3º A contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro arbitrado será devida mensalmente.

Art. 42. O limite da receita bruta anual previsto para a isenção das microempresas (Lei n. 7.256⁽¹⁷⁾, de 27 de novembro de 1984), passa a ser de noventa e seis mil UFIR.

§ 1º O limite da receita bruta será calculado tomando-se por base as receitas mensais, divididas pelos valores da UFIR vigentes nos meses correspondentes.

§ 2º Os rendimentos da microempresa serão considerados automaticamente distribuídos ao sócio ou titular no valor equivalente a seis por cento, no mínimo, da receita total mensal, expressa em quantidade de UFIR diária, pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 3º Os rendimentos efetivamente pagos aos sócios ou ao titular da microempresa sujeitam-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, calculado com base na tabela de que trata o artigo 5º.

§ 4º O imposto de que trata o parágrafo anterior, convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que o rendimento tiver sido pago, poderá ser compensado com o devido na declaração de ajuste anual do beneficiário.

Art. 43. As pessoas jurídicas deverão apresentar, em cada ano, declaração de ajuste anual consolidando os resultados mensais auferidos nos meses de janeiro a dezembro do ano anterior, nos seguintes prazos:

I – até o último dia útil do mês de março, as tributadas com base no lucro presumido;

II – até o último dia útil do mês de abril, as tributadas com base no lucro real;

III – até o último dia útil do mês de junho, as demais.

(17) Leg. Fed., 1984, pág. 609.

Parágrafo único. Os resultados mensais serão apurados, ainda que a pessoa jurídica tenha optado pela forma de pagamento do imposto e adicional referida no artigo 39.

Art. 44. Aplicam-se à contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e ao imposto incidente na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35) as mesmas normas de pagamento estabelecidas para o Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Tratando-se da base de cálculo da contribuição social (Lei n. 7.689, de 1988) e quando ela resultar negativa em um mês, esse valor, corrigido monetariamente, poderá ser deduzido da base de cálculo de mês subsequente, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real.

Art. 45. O valor em cruzeiros do imposto ou contribuição será determinado mediante a multiplicação da sua quantidade em UFIR pelo valor da UFIR diária na data do pagamento.

Art. 46. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão depreciar, em vinte e quatro quotas mensais, o custo de aquisição ou construção de máquinas e equipamentos, novos, adquiridos entre 1º de janeiro de 1992 e 31 de dezembro de 1993, utilizados em processo industrial da adquirente.

§ 1º A parcela da depreciação acelerada que exceder à depreciação normal constituirá exclusão do lucro líquido e será escriturada no livro de apuração do lucro real.

§ 2º O total da depreciação acumulada, incluída a normal e a parcela excedente, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem, corrigido monetariamente.

§ 3º A partir do mês em que for atingido o limite de que trata o parágrafo anterior, a depreciação normal, corrigida monetariamente, registrada na escrituração comercial, deverá ser adicionada ao lucro líquido para determinar o lucro real.

§ 4º Para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, a conta de depreciação excedente à normal, registrada no livro de apuração do lucro real, será corrigida monetariamente.

§ 5º As disposições contidas neste artigo aplicam-se às máquinas e equipamentos objeto de contratos de arrendamento mercantil.

Art. 47. Desde que autorizada pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir como despesa operacional o custo de construções e benfeitorias realizadas, com a aprovação do órgão governamental competente, em bens públicos de uso comum ou vinculados a serviços públicos ou de utilidade pública.

Art. 48. A partir de 1º de janeiro de 1992, a correção monetária das demonstrações financeiras será efetuada com base na UFIR diária.

Art. 49. A partir do mês de janeiro de 1992, o adicional de que trata o artigo 25 da Lei n. 7.450, de 23 de dezembro de 1985, incidirá à alíquota de dez por cento sobre a parcela do lucro real ou arbitrado, apurado mensalmente, que exceder a vinte e cinco mil UFIR.

Parágrafo único. A alíquota será de quinze por cento para os bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidora de títulos e valores mobiliários e empresa de arrendamento mercantil.

Art. 50. As despesas referidas na alínea "b" do parágrafo único do artigo 52 e no item 2 da alínea "e" do parágrafo único do artigo 71, da Lei n. 4.506⁽¹⁸⁾, de 30 de novembro de 1964, decorrentes de contratos que, posteriormente a 31 de dezembro de 1991, venham a ser assinados, averbados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI e registrados no Banco Central do Brasil, passam a ser dedutíveis para fins de apuração do lucro real, observados os limites e condições estabelecidos pela legislação em vigor.

Parágrafo único. A vedação contida no artigo 14 da Lei n. 4.131⁽¹⁹⁾, de 3 de setembro de 1962, não se aplica às despesas dedutíveis na forma deste artigo.

Art. 51. Os balanços ou balancetes referidos nesta Lei deverão ser levantados com observância das leis comerciais e fiscais e transcritos no Diário ou no Livro de Apuração do Lucro Real.

CAPÍTULO V

Da Atualização e do Pagamento de Impostos e Contribuições

Art. 52. Em relação aos fatos geradores que vierem a ocorrer a partir de 1º de janeiro de 1992, os pagamentos dos tributos e contribuições relacionados a seguir deverão ser efetuados nos seguintes prazos:

I – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI:

a) até o décimo dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos produtos classificados nos Códigos 2402.20.9900 e 2402.90.0399 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI;

b) até o último dia útil da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI;

c) até o último dia útil da segunda quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos demais produtos.

II – Imposto sobre a Renda retido na fonte – IRF:

a) até o último dia útil do mês do subsequente ao de ocorrência do fato gerador ou na data da remessa, quando esta for efetuada antes, no caso de lucro de filiais, sucursais, agências ou representações, no País, de pessoas jurídicas com sede no exterior;

b) na data da ocorrência do fato gerador, nos casos dos demais rendimentos atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior;

c) até o último dia útil do mês subsequente ao de distribuição automática dos lucros, no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, das microempresas e das de que trata o artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.397⁽²⁰⁾, de 21 de dezembro de 1987;

d) até o décimo dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos.

III – IOF:

a) até o último dia útil da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso de aquisição de ouro, ativo financeiro, bem assim nos de que tratam os incisos II a IV do artigo 1º da Lei n. 8.033⁽²¹⁾, de 12 de abril de 1990;

(18) Leg. Fed., 1962, pág. 245; (20) 1987, pág. 927; (21) 1990, pág. 576.

b) até o décimo dia da quinzena subsequente à de cobrança ou registro contábil do imposto, nos demais casos;

IV – contribuições para o FINSOCIAL, o PIS/PASEP e sobre o Açúcar e o Alcool, até o dia 20 do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores;

V – contribuições previdenciárias, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de competência.

§ 1º O imposto incidente sobre ganhos de capital na alienação de bens ou direitos (Lei n. 8.134, de 1990, artigo 18) deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente àquele em que os ganhos houverem sido percebidos.

§ 2º O imposto, apurado mensalmente, sobre os ganhos líquidos de que trata o artigo 26, será pago até o último dia útil do mês de março do ano subsequente àquele em que os ganhos foram apurados, facultado ao contribuinte antecipar o pagamento.

Art. 53. Os tributos e contribuições relacionados a seguir serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta:

I – IPI, no primeiro dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores;

II – IRF, no primeiro dia útil subsequente ao de ocorrência do fato gerador;

III – IOF:

a) no primeiro dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, na hipótese de aquisição de ouro, ativo financeiro;

b) no primeiro dia subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos.

IV – contribuições para o FINSOCIAL, PIS/PASEP e sobre o Açúcar e o Alcool, no primeiro dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores;

V – Imposto sobre a Renda sobre os ganhos de que tratam os parágrafos do artigo precedente, no mês em que os ganhos foram auferidos;

VI – contribuições previdenciárias, no primeiro dia do mês subsequente ao de competência;

VII – demais tributos, contribuições e receitas da União, arrecadados pelo Departamento da Receita Federal, não referidos nesta Lei, nas datas dos respectivos vencimentos.

§ 1º O imposto de que tratam os parágrafos do artigo anterior será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês do recebimento ou ganho.

§ 2º O valor em cruzeiros do imposto ou contribuição a pagar será determinado mediante a multiplicação da quantidade de UFIR pelo valor desta na data do pagamento.

CAPÍTULO VI

Da Atualização de Débitos Fiscais

Art. 54. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional e os decorrentes de contribuições arrecadadas pela União, constituídos ou não, vencidos até 31 de dezembro de 1991 e não pagos até 2 de janeiro de 1992, serão atualizados monetariamente com base na legislação aplicável e convertidos, nessa data, em quantidade de UFIR diária.

§ 1º Os juros de mora calculados até 2 de janeiro de 1992 serão, também, convertidos em quantidade de UFIR, na mesma data.

§ 2º Sobre a parcela correspondente ao tributo ou contribuição, convertida em quantidade de UFIR, incidirão juros moratórios à razão de um por cento, por mês-calendário ou fração, a partir de fevereiro de 1992, inclusive, além da multa de mora ou de ofício.

§ 3º O valor a ser recolhido será obtido multiplicando-se a correspondente quantidade de UFIR pelo valor diário desta na data do pagamento.

Art. 55. Os débitos que forem objeto de parcelamento serão consolidados na data da concessão e expressos em quantidade de UFIR diária.

§ 1º O valor do débito consolidado, expresso em quantidade de UFIR, será dividido pelo número de parcelas mensais concedidas.

§ 2º O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros na forma da legislação pertinente.

§ 3º Para efeito de pagamento, o valor em cruzeiros de cada parcela mensal será determinado mediante a multiplicação de seu valor, expresso em quantidade de UFIR, pelo valor desta no dia do pagamento.

Art. 56. No caso de parcelamento concedido administrativamente até o dia 31 de dezembro de 1991, o saldo devedor, a partir de 1º de janeiro de 1992, será expresso em quantidade de UFIR diária mediante a divisão do débito, atualizado monetariamente, pelo valor da UFIR diária no dia 1º de janeiro de 1992.

Parágrafo único. O valor em cruzeiros do débito ou da parcela será determinado mediante a multiplicação da respectiva quantidade de UFIR pelo valor diário desta na data do pagamento.

Art. 57. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, bem como os decorrentes de contribuições arrecadadas pela União, poderão, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, ser inscritos como Dívida Ativa da União, pelo valor expresso em quantidade de UFIR.

§ 1º Os débitos de que trata este artigo, que forem objeto de parcelamento, serão consolidados na data de sua concessão e expressos em quantidade de UFIR.

§ 2º O encargo referido no artigo 1º do Decreto-Lei n. 1.025⁽²²⁾, de 21 de outubro de 1969, modificado pelo artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.569⁽²³⁾, de 8 de agosto de 1977, e artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.645⁽²⁴⁾, de 11 de dezembro de 1978, será calculado sobre o montante do débito, inclusive multas, atualizado monetariamente e acrescido de juros e multa de mora.

Art. 58. No caso de lançamento de ofício, a base de cálculo, o imposto, as contribuições arrecadadas pela União e os acréscimos legais serão expressos em UFIR diária ou mensal, conforme a legislação de regência do tributo ou contribuição.

Parágrafo único. Os juros e a multa de lançamento de ofício serão calculados com base no imposto ou contribuição expresso em quantidade de UFIR.

CAPÍTULO VII

Das Multas e dos Juros de Mora

Art. 59. Os tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal, que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos à multa de mora de vinte por cento e a juros de mora de um por cento ao mês-ca-

(22) Leg. Fed., 1969, pág. 1.717; (23) 1977, pág. 568; (24) 1978, pág. 1.315.

lendário ou fração, calculados sobre o valor do tributo ou contribuição corrigido monetariamente.

§ 1º A multa de mora será reduzida a dez por cento, quando o débito for pago até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento.

§ 2º A multa incidirá a partir do primeiro dia após o vencimento do débito; os juros, a partir do primeiro dia do mês subsequente.

Art. 60. Será concedida redução de quarenta por cento da multa de lançamento de ofício ao contribuinte que, notificado, requerer o parcelamento do débito no prazo legal de impugnação.

§ 1º Havendo impugnação tempestiva, a redução será de vinte por cento, se o parcelamento for requerido dentro de trinta dias da ciência da decisão da primeira instância.

§ 2º A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeito.

Art. 61. As contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS ficarão sujeitas à multa variável, de caráter não-relevável, nos seguintes percentuais, incidentes sobre os valores atualizados monetariamente até a data do pagamento:

I – dez por cento sobre os valores das contribuições em atraso que, até a data do pagamento, não tenham sido incluídas em notificação de débito;

II – vinte por cento sobre os valores pagos dentro de quinze dias contados da data do recebimento da correspondente notificação de débito;

III – trinta por cento sobre todos os valores pagos mediante parcelamento, desde que referido no prazo do inciso anterior;

IV – sessenta por cento sobre os valores pagos em quaisquer outros casos, inclusive por falta de cumprimento de acordo para o parcelamento.

Parágrafo único. É facultada a realização de depósito, à disposição da Seguridade Social, sujeito aos mesmos percentuais dos incisos I e II, conforme o caso, para apresentação de defesa.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 62. O § 2º do artigo 11 e os artigos 13 e 14 da Lei n. 8.218, de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 1º

§ 2º O Departamento da Receita Federal expedirá os atos necessários para estabelecer a forma e o prazo em que os arquivos e sistemas deverão ser apresentados.

Art. 13. A não-apresentação dos arquivos ou sistemas até o trigésimo dia após o vencimento do prazo estabelecido implicará o arbitramento do lucro da pessoa jurídica, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo anterior.

Art. 14. A tributação com base no lucro real somente será admitida para as pessoas jurídicas que mantiverem, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, livro ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário (Livro Razão), mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

Parágrafo único. A não-manutenção do livro de que trata este artigo, nas condições determinadas, implicará o arbitramento do lucro da pessoa jurídica."

Art. 63. O tratamento tributário previsto no artigo 6º do Decreto-Lei n. 2.397, de 21 de dezembro de 1987, aplica-se, também, às operações de cobertura de riscos realizadas em outros mercados de futuros, no exterior, além de bolsas, desde que admitidas pelo Conselho Monetário Nacional e desde que sejam observadas as normas e condições por ele estabelecidas.

Art. 64. Responderão como co-autores de crime de falsidade o gerente e o administrador de instituição financeira ou assemelhadas que concorrerem para que seja aberta conta ou movimentados recursos sob nome:

I - falso;

II - de pessoa física ou de pessoa jurídica inexistente;

III - de pessoa jurídica liquidada de fato ou sem representação regular.

Parágrafo único. É facultado às instituições financeiras e às assemelhadas solicitar ao Departamento da Receita Federal a confirmação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 65. Terá o tratamento de permuta a entrega, pelo licitante vencedor, de títulos da dívida pública federal ou de outros créditos contra a União, como contrapartida à aquisição das ações ou quotas leiloadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

§ 1º Na hipótese de adquirente pessoa física, deverá ser considerado como custo de aquisição das ações ou quotas da empresa privatizável o custo de aquisição dos direitos contra a União, corrigido monetariamente até a data da permuta.

§ 2º Na hipótese de pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, o custo de aquisição será apurado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o custo de aquisição das ações ou quotas leiloadas será igual ao valor contábil dos títulos ou créditos entregues pelo adquirente na data da operação.

§ 4º Quando se configurar, na aquisição, investimento relevante em coligada ou controlada, avaliável pelo valor do patrimônio líquido, a adquirente deverá registrar o valor da equivalência no patrimônio adquirido, em conta própria de investimentos, e o valor do ágio ou deságio na aquisição em subconta do mesmo investimento, que deverá ser computado na determinação do lucro real do mês de realização do investimento, a qualquer título.

Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subseqüentes.

§ 1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie.

§ 2º É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.

§ 3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do imposto ou contribuição corrigido monetariamente com base na variação da UFIR.

§ 4º O Departamento da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 67. A competência de que trata o artigo 1º da Lei n. 8.022⁽²⁵⁾, de 12 de abril de 1990, relativa à apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa oriunda das receitas arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como a representação judicial nas respectivas execuções fiscais, cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 68. O Anexo I do Decreto-Lei n. 2.225⁽²⁶⁾, de 10 de janeiro de 1985, passa a vigorar na forma do Anexo I a esta Lei.

Parágrafo único. Fica igualmente aprovado o Anexo II a esta Lei, que altera a composição prevista no Decreto-Lei n. 2.192⁽²⁷⁾, de 26 de dezembro de 1984.

Art. 69. O produto da arrecadação de multas, inclusive as que fazem parte do valor pago por execução da Dívida Ativa e de sua respectiva correção monetária, incidentes sobre tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal e próprios da União, bem como daquelas aplicadas à rede arrecadadora de receitas federais, constituirá receita do Fundo instituído pelo Decreto-Lei n. 1.437⁽²⁸⁾, de 17 de dezembro de 1975, sem prejuízo do disposto na legislação pertinente, excluídas as transferências constitucionais para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 70. Ficam isentas dos tributos incidentes sobre a importação as mercadorias destinadas a consumo no recinto de congressos, feiras e exposições internacionais, e eventos assemelhados, a título de promoção ou degustação, de montagem ou conservação de estandes, ou de demonstração de equipamentos em exposição.

§ 1º A isenção não se aplica a mercadorias destinadas à montagem de estandes, susceptíveis de serem aproveitadas após o evento.

§ 2º É condição para gozo da isenção que nenhum pagamento, a qualquer título, seja efetuado ao exterior, em relação às mercadorias mencionadas no “caput” deste artigo.

§ 3º A importação das mercadorias objeto da isenção fica dispensada da Guia de Importação, mas sujeita-se a limites de quantidade e valor, além de outros requisitos, estabelecidos pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 71. As pessoas jurídicas de que trata o artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.397, de 21 de dezembro de 1987, que preencham os requisitos dos incisos I e II do artigo 40, poderão optar pela tributação com base no lucro presumido.

Parágrafo único. Em caso de opção, a pessoa jurídica pagará o imposto correspondente ao ano-calendário de 1992, obedecendo ao disposto no artigo 40, sem prejuízo do pagamento do imposto devido por seus sócios no exercício de 1992, ano-base de 1991.

Art. 72. Ficam isentas do IOF as operações de financiamento para a aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), quando adquiridos por:

I – motoristas profissionais que, na data da publicação desta Lei, exerçam comprovadamente em veículo de sua propriedade a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do poder concedente e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

II – motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III – cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV – pessoas portadoras de deficiência física, atestada pelo Departamento de Trânsito do Estado onde residirem em caráter permanente, cujo laudo de perícia médica especifique:

a) o tipo de defeito físico e a total incapacidade do requerente para dirigir automóveis convencionais;

b) a habilitação do requerente para dirigir veículo com adaptações especiais, descritas no referido laudo.

V – trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas, destinado à aquisição de maquinário, equipamentos e ferramentas que possibilitem a aquisição de bens e a prestação de serviços à comunidade.

§ 1º O benefício previsto neste artigo:

a) poderá ser utilizado uma única vez;

b) será reconhecido pelo Departamento da Receita Federal mediante prévia verificação de que o adquirente possui os requisitos.

§ 2º Na hipótese do inciso V, o reconhecimento ficará adstrito aos tomadores residentes na área de atuação do Projeto, os quais serão indicados pelos Governos Estaduais, mediante convênio celebrado com a Caixa Econômica Federal.

§ 3º A alienação do veículo antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam as condições e os requisitos, acarretará o pagamento, pelo alienante, da importância correspondente à diferença da alíquota aplicável à operação e a de que trata este artigo, calculada sobre o valor do financiamento, sem prejuízo da incidência dos demais encargos previstos na legislação tributária.

Art. 73. O artigo 2º da Lei n. 8.033, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 2º

VII – não incidirá relativamente a ações nas seguintes hipóteses:

a) transmissão “causa mortis” e adiantamento da legítima;

b) sucessão decorrente de fusão, cisão ou incorporação;

c) transferência das ações para sociedade controlada.

.....
§ 4º Nas hipóteses do inciso VII, o imposto incidirá na ulterior transmissão das ações pelos herdeiros, legatários, donatários, sucessores e cessionários."

Art. 74. Integrarão a remuneração dos beneficiários:

I – a contraprestação de arrendamento mercantil ou o aluguel ou, quando for o caso, os respectivos encargos de depreciação, atualizados monetariamente até a data do balanço:

a) de veículo utilizado no transporte de administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros em relação à pessoa jurídica;

b) de imóvel cedido para uso de qualquer pessoa dentre as referidas na alínea precedente;

II – as despesas com benefícios e vantagens concedidos pela empresa a administradores, diretores, gerentes e seus assessores, pagos diretamente ou através da contratação de terceiros, tais como:

a) a aquisição de alimentos ou quaisquer outros bens para utilização pelo beneficiário fora do estabelecimento da empresa;

b) os pagamentos relativos a clubes e assemelhados;

c) o salário e respectivos encargos sociais de empregados postos à disposição ou cedidos, pela empresa, a administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros;

d) a conservação, o custeio e a manutenção dos bens referidos no item I.

§ 1º A empresa identificará os beneficiários das despesas e adicionará aos respectivos salários os valores a elas correspondentes.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo implicará a tributação dos respectivos valores, exclusivamente na fonte, à alíquota de trinta e três por cento.

Art. 75. Sobre os lucros apurados a partir de 1º de janeiro de 1993 não incidirá o Imposto sobre a Renda na fonte sobre o lucro líquido, de que trata o artigo 35 da Lei n. 7.713, de 1988, permanecendo em vigor a não-incidência do imposto sobre o que for distribuído a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 76. Não mais será exigido o imposto suplementar de renda de que trata o artigo 43 da Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.073⁽²⁹⁾, de 20 de junho de 1983, relativamente aos triênios encerrados posteriormente a 31 de dezembro de 1991.

Art. 77. A partir de 1º de janeiro de 1993, a alíquota do Imposto sobre a Renda incidente na fonte sobre lucros e dividendos de que trata o artigo 97 do Decreto-Lei n. 5.844⁽³⁰⁾, de 23 de setembro de 1943, com as modificações posteriormente introduzidas, passará a ser de quinze por cento.

Art. 78. Relativamente ao exercício financeiro de 1992, ano-base de 1991, o saldo do imposto a pagar ou o valor a ser restituído, apurado pelas pessoas físicas de acordo com a Lei n. 8.134, de 1990, será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês de janeiro de 1992.

§ 1º O saldo do imposto devido será pago nos prazos e condições fixados na legislação vigente.

§ 2º Os valores em cruzeiros do imposto ou de quota deste, bem assim o do saldo a ser restituído serão determinados mediante a multiplicação de seu valor, expresso em quantidade de UFIR, pelo valor desta no mês de pagamento.

Art. 79. O valor do Imposto sobre a Renda incidente sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e do imposto sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), relativos ao exercício financeiro de 1992, período-base de 1991, será convertido em quantidade de UFIR diária, segundo o valor desta no dia 1º de janeiro de 1992.

Parágrafo único. Os impostos e a contribuição social, bem como cada duodécimo ou quota destes, serão reconvertidos em cruzeiros mediante a multiplicação da quantidade de UFIR diária pelo valor dela na data do pagamento.

Art. 80. Fica autorizada a compensação do valor pago ou recolhido a título de encargo à Taxa Referencial Diária – TRD acumulada entre a data da ocorrência do fato gerador e a do vencimento dos tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, pagos ou recolhidos a partir de 4 de fevereiro de 1991.

Art. 81. A compensação dos valores de que trata o artigo precedente, pagos pelas pessoas jurídicas, dar-se-á na forma a seguir:

I – os valores referentes à TRD pagos em relação a parcelas do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, Imposto sobre a Renda na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), bem como correspondentes a recolhimento do Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos de qualquer espécie poderão ser compensados com impostos da mesma espécie ou entre si, dentre os referidos neste inciso, inclusive com os valores a recolher a título de parcela estimada do Imposto sobre a Renda;

II – os valores referentes à TRD pagos em relação às parcelas da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988), do FINSOCIAL e do PIS/PASEP, somente poderão ser compensados com as parcelas a pagar de contribuições da mesma espécie;

III – os valores referentes à TRD recolhidos em relação a parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e os pagos em relação às parcelas dos demais tributos ou contribuições somente poderão ser compensados com parcelas de tributos e contribuições da mesma espécie.

Art. 82. Fica a pessoa física autorizada a compensar os valores referentes à TRD, pagos sobre as parcelas de Imposto sobre a Renda por ela devidas, relacionadas a seguir:

I – quotas do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas;

II – parcelas devidas a título de “carnê-leão”;

III – Imposto sobre a Renda sobre ganho de capital na alienação de bens móveis ou imóveis;

IV – Imposto sobre a Renda sobre ganhos líquidos apurados no mercado de renda variável.

Art. 83. Na impossibilidade da compensação total ou parcial dos valores referentes à TRD, o saldo não compensado terá o tratamento de crédito de Imposto sobre a Renda, que poderá ser compensado com o imposto na declaração de ajuste anual da pessoa jurídica ou física, a ser apresentada a partir do exercício financeiro de 1992.

Art. 84. Alternativamente ao procedimento autorizado no artigo anterior, o contribuinte poderá pleitear a restituição do valor referente à TRD mediante processo regular apresentado na repartição do Departamento da Receita Federal do seu domicílio fiscal, observando as exigências de comprovação do valor a ser restituído.

Art. 85. Ficam convalidados os procedimentos de compensação de valores referentes à TRD pagos ou recolhidos e efetuados antes da vigência desta Lei, desde que tenham sido observadas as normas e condições da mesma.

Art. 86. As pessoas jurídicas de que trata o artigo 3º do Decreto-Lei n. 2.354⁽³¹⁾, de 24 de agosto de 1987, deverão pagar o Imposto sobre a Renda relativo ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e o relativo aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, da seguinte forma:

I – o do período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991:

a) nos meses de janeiro a março, em duodécimos mensais, na forma do referido decreto-lei;

b) nos meses de abril a junho, em quotas mensais, iguais e sucessivas vencendo-se cada uma no último dia útil dos mesmos meses.

II – o dos meses do ano-calendário de 1992, em nove parcelas mensais e sucessivas, vencíveis, cada uma, no último dia útil a partir do mês de julho, observado o seguinte:

a) em julho de 1992, o referente aos meses de janeiro e fevereiro;

b) em agosto de 1992, o referente aos meses de março e abril;

c) em setembro de 1992, o referente aos meses de maio e junho;

d) em outubro de 1992, o referente ao mês de julho;

e) em novembro de 1992, o referente ao mês de agosto;

f) em dezembro de 1992, o referente ao mês de setembro;

g) em janeiro de 1993, o referente ao mês de outubro;

h) em fevereiro de 1993, o referente ao mês de novembro; e,

i) em março de 1993, o referente ao mês de dezembro.

III – o dos meses do ano-calendário de 1993, em dez parcelas mensais e sucessivas, vencíveis, cada uma, no último dia útil a partir do mês de abril, observado o seguinte:

a) em abril de 1993, o referente aos meses de janeiro e fevereiro;

b) em maio de 1993, o referente aos meses de março e abril;

c) a partir de junho de 1993 até janeiro de 1994, o imposto referente aos respectivos meses imediatamente anteriores.

§ 1º Ressalvado o disposto no § 2º, as pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses do ano-calendário de 1992, calculado por estimativa, da seguinte forma:

a) nos meses de julho, agosto e setembro de 1992, no último dia útil de cada um, dois duodécimos do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991;

b) nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, no último dia útil de cada um, um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1992.

§ 2º No ano-calendário de 1992, não poderá optar pelo pagamento do imposto calculado por estimativa a pessoa jurídica que, no exercício de 1992, período-base de 1991, apresentou prejuízo fiscal.

§ 3º As pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses do ano-calendário de 1993, calculado por estimativa, da seguinte forma:

a) nos meses de abril e maio de 1993, no último dia útil de cada um, dois duodécimos do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1992;

b) nos meses de junho a setembro de 1993, no último dia útil de cada um, um duodécimo do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1992;

c) nos meses de outubro de 1993 a janeiro e 1994, no último dia útil de cada um, um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1993.

§ 4º As pessoas jurídicas que exercerem a opção prevista nos parágrafos anteriores deverão observar o disposto nos §§ 4º e 5º do artigo 39.

§ 5º As disposições deste artigo aplicam-se também ao pagamento da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e do Imposto sobre a Renda incidente na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), correspondente ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e ao ano-calendário de 1992.

§ 6º O Imposto sobre a Renda e a contribuição social serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponderem.

§ 7º É facultado à pessoa jurídica pagar antecipadamente o imposto, duodécimo ou quota.

§ 8º A partir do mês de fevereiro de 1994, as pessoas jurídicas de que trata este artigo iniciarão o pagamento do imposto referente aos meses do ano em curso.

Art. 87. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, não submetidas ao disposto no artigo anterior, deverão pagar o Imposto sobre a Renda relativo ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e o relativo aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, da seguinte forma:

I – o do período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991, em seis quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos meses de abril a setembro de 1992;

II – o dos meses do ano-calendário de 1992, em seis quotas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil, a partir do mês de outubro de 1992, observado o seguinte:

- a) em outubro de 1992, o imposto referente aos meses de janeiro e fevereiro;
- b) em novembro de 1992, o imposto referente aos meses de março e abril;
- c) em dezembro de 1992, o imposto referente aos meses de maio e junho;
- d) em janeiro de 1993, o imposto referente aos meses de julho e agosto;
- e) em fevereiro de 1993, o imposto referente aos meses de setembro e outubro;
- f) em março de 1993, o imposto referente aos meses de novembro e dezembro.

III – o dos meses do ano-calendário de 1993, em dez quotas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil, a partir do mês de abril de 1993, observado o seguinte:

- a) em abril de 1993, o imposto referente aos meses de janeiro e fevereiro;
- b) em maio de 1993, o imposto referente aos meses de março e abril;
- c) a partir de junho de 1993 até janeiro de 1994, o imposto referente aos respectivos meses imediatamente anteriores.

§ 1º As pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, calculado por estimativa, da seguinte forma:

I – o relativo ao ano-calendário de 1992, nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, no último dia útil de cada um, dois sextos do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1992;

II – o relativo ao ano-calendário de 1993, na forma do § 3º do artigo 85.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se também ao pagamento da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988), correspondente ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e ao anos-calendário de 1992 e 1993, estendendo-se o mesmo regime ao imposto sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), enquanto este vigorar.

§ 3º O Imposto sobre a Renda e a contribuição social serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 4º É facultado à pessoa jurídica pagar antecipadamente o imposto, duodécimo ou quota.

§ 5º A partir do mês de fevereiro de 1994, as pessoas jurídicas de que trata este artigo iniciarão o pagamento do imposto referente aos meses do ano em curso.

Art. 88. O disposto no artigo 39 aplica-se, no que couber, ao pagamento do imposto calculado por estimativa previsto nos artigos 85 e 86.

Art. 89. As empresas que optarem pela tributação com base no lucro presumido deverão pagar o Imposto sobre a Renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988):

I – relativos ao período-base de 1991, nos prazos fixados na legislação em vigor, sem as modificações introduzidas por esta Lei;

II – a partir do ano-calendário de 1992, segundo o disposto no artigo 40.

Art. 90. A pessoa jurídica que, no ano-calendário de 1991, tiver auferido receita bruta total igual ou inferior a um bilhão de cruzeiros poderá optar pela tributação com base no lucro presumido no ano-calendário de 1992.

Art. 91. As parcelas de antecipação do Imposto sobre a Renda e da contribuição social sobre o lucro, relativas ao exercício financeiro de 1992, pagas no ano de 1991, serão corrigidas monetariamente com base na variação acumulada do INPC desde o mês do pagamento até dezembro de 1991.

Parágrafo único. A contrapartida do registro da correção monetária referida neste artigo será escriturada como variação monetária ativa, na data do balanço.

Art. 92. Fica reduzida para zero a alíquota do Imposto sobre a Renda na fonte sobre valores remetidos a beneficiários residentes ou domiciliados no exte-

rior, destinados ao pagamento de comissões e despesas, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, incorridas nas operações de colocação, no exterior de ações de companhias abertas domiciliadas no Brasil.

Art. 93. O artigo 1º e o artigo 2º do Decreto-Lei n. 1.804⁽³²⁾, de 3 de setembro de 1980, passam a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 1º

§ 3º O regime de que trata este artigo somente se aplica a remessas de valor até quinhentos dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas.

Art. 2º

II – dispor sobre a isenção do Imposto sobre a Importação dos bens contidos em remessas de valor até cem dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas, quando destinados a pessoas físicas.

.....”

Art. 94. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento expedirá os atos necessários à execução do disposto nesta Lei, observados os princípios e as diretrizes nela estabelecidos, objetivando, especialmente, a simplificação e a desburocratização dos procedimentos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento fica autorizado, inclusive, a permitir a substituição da consolidação dos resultados mensais da pessoa jurídica pelo cálculo do imposto mediante levantamento direto de balanço trimestral, semestral ou anual.

Art. 95. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento poderá em 1992 e 1993, alongar o prazo de pagamento dos impostos e da contribuição social sobre o lucro, se a conjuntura econômica assim o exigir.

Art. 96. No exercício financeiro de 1992, ano-calendário de 1991, o contribuinte apresentará declaração de bens na qual os bens e direitos serão individualmente avaliados a valor de mercado no dia 31 de dezembro de 1991, e convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês de janeiro de 1992.

§ 1º A diferença entre o valor de mercado referido neste artigo e o constante de declarações de exercícios anteriores será considerada rendimento isento.

§ 2º A apresentação da declaração de bens como estes avaliados em valores de mercado não exime os declarantes de manter e apresentar elementos que permitam a identificação de seus custos de aquisição.

§ 3º A autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor informado, sempre que este não mereça fé, por notoriamente diferente do de mercado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória administrativa ou judicial.

§ 4º Todos e quaisquer bens e direitos adquiridos, a partir de 1º de janeiro de 1992, serão informados, nas declarações de bens de exercícios posteriores,

pelos respectivos valores em UFIR, convertidos com base no valor desta no mês de aquisição.

§ 5º Na apuração de ganhos de capital na alienação dos bens e direitos de que trata este artigo será considerado custo de aquisição o valor em UFIR:

a) constante da declaração relativa ao exercício financeiro de 1992, relativamente aos bens e direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1991;

b) determinado na forma do parágrafo anterior, relativamente aos bens e direitos adquiridos a partir de 1º de janeiro de 1992.

§ 6º A conversão, em quantidade de UFIR, das aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de renda variável, bem como em ouro ou certificados representativos de ouro, ativo financeiro, será realizada adotando-se o maior dentre os seguintes valores:

a) de aquisição, acrescido da correção monetária e da variação da Taxa Referencial Diária – TRD até 31 de dezembro de 1991, nos termos admitidos em lei;

b) de mercado, assim entendido o preço médio ponderado das negociações do ativo, ocorridos na última quinzena do mês de dezembro de 1991, em bolsas do País, desde que reflitam condições regulares de oferta e procura, ou o valor da quota resultante da avaliação da carteira do fundo mútuo de ações ou clube de investimento, exceto Plano de Poupança e Investimento – PAIT, em 31 de dezembro de 1991, mediante aplicação dos preços médios ponderados.

§ 7º Excluem-se do disposto neste artigo os direitos ou créditos relativos a operações financeiras de renda fixa, que serão informados pelos valores de aquisição ou aplicação, em cruzeiros.

§ 8º A isenção de que trata o § 1º não alcança:

a) os direitos ou créditos de que trata o parágrafo precedente;

b) os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1990, não relacionados na declaração de bens relativa ao exercício de 1991.

§ 9º Os bens adquiridos no ano-calendário de 1991 serão declarados em moeda corrente nacional, pelo valor de aquisição, e em UFIR, pelo valor de mercado em 31 de dezembro de 1991.

§ 10. O Poder Executivo fica autorizado a baixar as instruções necessárias à aplicação deste artigo, bem como a estabelecer critério alternativo para determinação do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, se não ocorrerem negociações nos termos do § 6º.

Art. 97. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1992.

Art. 98. Revogam-se o artigo 44 da Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962, os §§ 1º e 2º do artigo 11 da Lei n. 4.357⁽³³⁾, de 16 de julho de 1964, o artigo 2º da Lei n. 4.729⁽³⁴⁾, de 14 de julho de 1965, o artigo 5º do Decreto-Lei n. 1.060⁽³⁵⁾, de 21 de outubro de 1969, os artigos 13 e 14 da Lei n. 7.713, de 1988, os incisos III e IV e os §§ 1º e 2º do artigo 7º e o artigo 10 da Lei n. 8.023, de 1990, o inciso

III e parágrafo único do artigo 11 da Lei n. 8.134, de 27 de dezembro de 1990 e o artigo 14 da Lei n. 8.137⁽³⁶⁾, de 27 de dezembro de 1990.

Fernando Collor – Presidente da República.

Marcílio Marques Moreira.

ANEXO I À LEI N. 8.383, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Artigo 68:

Carreira Auditoria do Tesouro Nacional			
Denominação	Classe	Padrão	Quantidade
Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional (Nível Superior)	Especial	I a III	1.500
	1ª	I a IV	3.000
	2ª	I a IV	4.500
	3ª	I a IV	6.000
Técnico do Tesouro Nacional (Nível Médio)	Especial	I a III	1.800
	1ª	I a IV	3.600
	2ª	I a IV	5.400
	3ª	I a IV	7.200

Art. 68. Parágrafo único:

Carreira Procurador da Fazenda Nacional		
Denominação	Classe	Quantidade
Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional	—	40
Procurador da Fazenda Nacional	1ª Categoria	255
Procurador da Fazenda Nacional	2ª Categoria	305

DECRETO N. 373 – DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre o estabelecimento do horário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 19 da

Lei n. 8.112⁽¹⁾, de 13 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo artigo 22 da Lei n. 8.270⁽²⁾, de 17 de dezembro de 1991, decreta:

Art. 1º Serão estabelecidos pelos Ministros de Estado e pelos titulares dos órgãos integrantes da Presidência da República, ouvida a Secretaria da Administração Federal, o horário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional sob sua supervisão, bem como a jornada de trabalho dos respectivos servidores.

LEI N. 8.864 – DE 28 DE MARÇO DE 1994

Estabelece normas para as Microempresas – ME, e Empresas de Pequeno Porte – EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (artigo 179 da Constituição Federal)

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Jurídico Diferenciado

Art. 1º Fica assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico simplificado e favorecido nos campos administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário e creditício, na conformidade do disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – microempresa, a pessoa jurídica e a firma individual que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de duzentas e cinquenta mil Unidades Fiscais de Referência – UFIR, ou qualquer outro indicador de atualização monetária que venha a substituí-la;

II – empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma individual que, não enquadradas como microempresas, tiverem receita bruta anual igual ou inferior a setecentas mil Unidades Fiscais de Referência – UFIR, ou qualquer outro indicador de atualização monetária que venha a substituí-la.

§ 1º O limite da receita bruta de que trata este artigo, apurado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, será calculado considerando-se o somatório das receitas brutas mensais divididas pelos valores das Unidades Fiscais de Referência – UFIR vigentes nos respectivos meses.

§ 2º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano, desconsideradas as frações de mês.

§ 3º O enquadramento da firma individual ou da pessoa jurídica em microempresa ou em empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não im-

(1) Leg. Fed., 1990, pág. 1.301; 1991, pág. 230; (2) 1991, pág. 968.

plicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 4º (Vetado).

Art. 3º (Vetado).

CAPÍTULO III

Do Registro Especial e Enquadramento

Art. 4º A pessoa jurídica ou a firma individual que, antes da promulgação desta Lei, preencher os requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, comunicará esta situação ao órgão competente, para fim de registro especial, na forma prevista neste Capítulo.

Art. 5º Tratando-se de empresa já constituída, o registro será realizado mediante simples comunicação, da qual constarão:

I – o nome e demais dados de identificação da firma individual ou da pessoa jurídica e de seus sócios;

II – a indicação do registro de firma individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

III – a declaração do titular ou de todos os sócios de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, os limites fixados nos incisos I e II e no § 4º do artigo 2º desta Lei, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão do artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único. O registro especial da microempresa e empresa de pequeno porte será feito em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 6º Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão “microempresa” ou, abreviadamente, “ME”, e a empresa de pequeno porte, a expressão “empresa de pequeno porte”, ou “EPP”.

Parágrafo único. É privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

Art. 7º O órgão incumbido de registrar as microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme o disposto neste Capítulo, comunicará esses registros aos órgãos fiscalizadores da Administração federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. Feita a comunicação, os órgãos fiscalizadores procederão à imediata inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte em seus registros.

CAPÍTULO IV

Do Desenquadramento e Reenquadramento

Art. 8º O desenquadramento de microempresa e o de empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos os respectivos limites de receita bruta anual fixados no artigo 2º desta Lei.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Desenquadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta à condição de empresa excluída do regime desta Lei.

Art. 9º A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa e a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte comunicarão

esse fato ao órgão de registro especial (Capítulo III), no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único. Recebida a comunicação, o órgão competente providenciará para que dela tomem conhecimento os demais órgãos interessados nas órbitas federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO V

Do Regime Tributário e Fiscal

Art. 10. (Vetado).

Art. 11. A escrituração da microempresa e da empresa de pequeno porte será simplificada, nos termos a serem dispostos pelo Poder Executivo na regulamentação desta Lei.

Art. 12. A microempresa e a empresa de pequeno porte não estão isentas do recolhimento dos tributos devidos por terceiros e por elas retidos.

Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo não dispensa as empresas nele referidas da guarda dos documentos relativos às compras, vendas e serviços que realizarem.

Art. 13. Os documentos fiscais emitidos pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte obedecerão a modelos simplificados, aprovados em regulamento, que servirão para todos os fins previstos na legislação tributária.

Parágrafo único. Até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário seguinte será entregue a Declaração Anual Simplificada de Rendimentos e Informações, em modelo simplificado, aprovado pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 14. O cadastramento fiscal da microempresa e da empresa de pequeno porte será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos fiscais cadastrais competentes.

CAPÍTULO VI

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 15. Ficam assegurados aos titulares e sócios das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como a seus empregados, todos os direitos previstos na legislação previdenciária e trabalhista, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 16. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados que facilitem o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista, por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 17. As microempresas, as empresas de pequeno porte e seus respectivos empregados recolherão as contribuições destinadas ao custeio da previdência social de acordo com o previsto na legislação específica, observado o seguinte:

I — a contribuição da microempresa para o custeio das prestações por acidente de trabalho será calculada pelo percentual mínimo;

II — o Poder Executivo expedirá instruções relativas ao recolhimento englobado das contribuições previdenciárias das microempresas, empresas de pequeno porte e de seus empregados, estabelecendo prazo único para sua efetivação, observada a periodicidade mensal;

III — as instruções a que se refere o inciso anterior deverão, também, prever o recolhimento das contribuições por intermédio da rede bancária autorizada e a utilização de documentos de arrecadação simplificados.

Art. 18. A microempresa e a empresa de pequeno porte serão ressarcidas dos custos de perícia para avaliação de condições de insalubridade ou de periculosidade se o respectivo laudo concluir pela inexistência dessas condições.

Art. 19. Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista, previdenciária e tributária prestarão orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Art. 20. A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se refere o § 2º do artigo 139 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 21. O disposto nos artigos 16 e 20 desta Lei não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte do cumprimento das seguintes obrigações:

I — efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II — apresentar a Relação Anual de Informações Sociais — RAIS;

III — manter arquivados os documentos comprobatórios dos direitos e obrigações trabalhistas e previdenciários, especialmente folhas de pagamentos, recibos de salários e demais remunerações, comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições a que se refere o artigo 17 desta Lei; e

IV — controlar os períodos de férias de seus empregados.

Art. 22. As microempresas e as empresas de pequeno porte estão sujeitas ao depósito para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

CAPÍTULO VII

Do Apoio Creditício

Art. 23. À microempresa e à empresa de pequeno porte ficam asseguradas condições favorecidas relativamente a encargos financeiros, prazos e garantias, nas operações que realizarem com instituições financeiras, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de fomento, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a incentivar e fomentar os agentes financeiros públicos e privados e estabelecer linhas de crédito diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, bem como a constituir fundo para garantia de aval ou fiança, inclusive provendo os meios necessários.

Art. 24. Nas operações a que se refere o artigo anterior, de valor até vinte mil UFIR, as garantias exigidas ficam restritas aos próprios bens financiados, à fiança e ao aval.

Art. 25. Dos recursos de que trata a alínea "b" do artigo 11 da Lei n. 8.154⁽¹⁾, de 28 de dezembro de 1990, até cinco por cento ao ano devem ser destinados a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em operações cujo valor não ultrapasse o teto estabelecido no artigo anterior e desde que a microempresa e a empresa de pequeno porte não tenham condições de oferecer garantias reais ou fidejussórias, ou de contratar seguro de crédito no valor total do mútuo.

(1) Leg. Fed., 1990, pág. 1.468; (2) 1991, pág. 566.

Art. 26. As diretrizes e normas regulamentadoras da prestação de aval, a que se refere o artigo 25 desta Lei, ficam a cargo do Conselho Deliberativo de que trata o § 1º do artigo 10 da Lei n. 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

CAPÍTULO VIII

Das Penalidades

Art. 27. A firma individual ou sociedade que, sem observância dos requisitos desta Lei, tentar enquadrar-se ou manter-se enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estará sujeita às seguintes penalidades:

I – (vetado);

II – multa prevista no inciso II do artigo 4º da Lei n. 8.218⁽²⁾, de 29 de agosto de 1991, no caso de dolo, fraude ou simulação, e, especialmente, nos casos de falsidade de declarações ou informações prestadas, por seu titular ou sócio, às autoridades competentes;

III – aplicação automática de multa de cinquenta por cento sobre o valor monetariamente corrigido sobre os empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada;

IV – cancelamento, de ofício, de enquadramento como microempresa ou como empresa de pequeno porte.

Art. 28. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

Art. 29. As firmas individuais e as sociedades comerciais e civis enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuição para com a Fazenda Nacional.

Art. 30. As implicações orçamentárias e financeiras decorrentes desta Lei serão incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e consideradas no Orçamento da União do ano subsequente.

Art. 31. A política de tarifas públicas para a microempresa e a empresa de pequeno porte contemplará sempre os preços mínimos concedidos a quaisquer outras empresas, adotando-se o mesmo critério para a venda de bens e serviços por parte de empresas e entidades públicas.

Art. 32. (Vetado).

Art. 33. (Vetado).

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Itamar Franco – Presidente da República.

Maurício Corrêa.

PARECER Nº 423, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que "Institui o Estatuto da microempresas e da empresas de pequeno porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição".

RELATOR: Senador BELLO PARGA

I – RELATÓRIO

O ilustre Senador José Sarney submete a esta Casa o Projeto de Lei nº 32, de 1996, com vistas a instituir o novo Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, regulamentando o artigo 179 da Constituição Federal, que estabelece:

“Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.”

2. O projeto define microempresa e empresa de pequeno porte com base no critério da receita bruta anual da empresa individual ou da pessoa jurídica; estabelece um registro público especial para essas empresas; determina a isenção de tributos e contribuições previdenciárias a serem estabelecidos em lei específica, beneficiando-as; simplifica procedimentos relativos a obrigações previdenciárias e trabalhistas de sua responsabilidade e confere-lhes o direito a facilidades creditícias, através de faixas especiais de empréstimos, com condições favorecidas; estabelece, ainda, penalidades pelo enquadramento indevido como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3. Na justificação da proposição, o autor ressalta a importância das pequenas empresas para a economia e para o equilíbrio social do País,

destacando o fato de que elas hoje somam 4.000.000 (quatro milhões) de entidades, responsáveis por 60% (sessenta por cento) da oferta de emprego, apesar da *"falta de estímulo, de apoio, de incentivo e de atenção do Estado"*.

4. Alude o Senador à ineficácia da Lei nº 8.864, de 1994 – que consistiu na primeira tentativa de regulamentar o artigo 179 da Constituição Federal –, decorrente das alterações promovidas pelo Congresso Nacional, dos vetos presidenciais e regulamentações duvidosas da lei, que acabaram por descaracterizar o projeto original.

5. A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa, tendo este relator sido designado para emitir parecer.

É o relatório.

II – VOTO

6. O constituinte de 1988, reconhecendo a importância econômica e social das pequenas empresas para o País, determinou à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios dispensarem não só às microempresas, mas também às empresas de pequeno porte, tratamento jurídico diferenciado, de forma a incentivá-las através da simplificação, eliminação ou redução de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias (artigo 179 da Constituição Federal).

7. A Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, recepcionada pela Constituição Federal, conferia tratamento diferenciado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial apenas à microempresa, ficando a empresa de pequeno porte sem qualquer tratamento legal especial.

Em cumprimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nº 8.864, de 1994, na qual foi redefinido o conceito de microempresa – com alteração no limite de receita bruta anual para fins de enquadramento, tendo em vista a desatualização do valor previsto na lei anterior – e definido o conceito de empresa de pequeno porte.

8. Ocorre que essa lei resultou de diversas modificações no projeto original, promovidas durante sua tramitação no Congresso Nacional e mediante vetos presidenciais a alguns de seus dispositivos, o que a desfigurou consideravelmente, em prejuízo das microempresas e das empresas de pequeno porte, em especial dessas últimas, que não gozam de qualquer benefício fiscal, porquanto inexistente dispositivo nesse sentido no texto legal.

9. Em vista do exposto, torna-se imperioso promover a adequação da legislação acerca da matéria, conferindo a essas entidades – imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social do País – o incentivo necessário à sua constituição e manutenção, o que repercutirá, entre outros aspectos positivos, numa elevação no nível de emprego, de que o Brasil tanto carece no momento econômico que atravessamos.

10. É exatamente este o escopo do projeto em análise, o qual prevê uma série de medidas tendentes a promover uma aceleração no desenvolvimento desse segmento empresarial, proporcionando o surgimento de novos empreendimentos, com crescimento da demanda por mão-de-obra.

11. Os novos valores-limites estabelecidos para enquadramento da microempresa e da empresa de pequeno porte conferirão maior eficácia à lei, uma vez que os valores vigentes para obtenção dos benefícios legais são baixos, alcançando um número bastante reduzido de empresas.

12. O projeto tende a ser mais eficaz do que a lei vigente no que diz respeito ao apoio creditício, ao estabelecer que o regulamento da lei e resoluções do Conselho Monetário Nacional tornarão efetiva a obrigatoriedade de as instituições financeiras concederem linhas especiais de empréstimo para as micro e pequenas empresas, com condições favorecidas, pois a experiência tem mostrado que as normas meramente declaratórias do direito do pequeno empresário ao crédito privilegiado não têm o alcance pretendido. Em contrapartida, asseguram-se às instituições financeiras compensações proporcionais a essas operações de crédito, indutoras da assistência a esses segmentos empresariais.

13. Ainda com relação ao crédito, imprescindível para o financiamento aos pequenos empresários, merece nosso aplauso a previsão de destinação de parte dos recursos do sistema SEBRAE para a prestação de aval ou fiança complementar nessas operações, medida instituída através da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994.

14. Destacam-se, ainda, a simplificação das obrigações das microempresas e empresas de pequeno porte, em especial da escrituração, dos documentos fiscais por elas emitidos, do cadastramento fiscal e do recolhimento das contribuições sociais e dos encargos trabalhistas.

15. A despeito do progresso no sentido do favorecimento às microempresas e empresas de pequeno porte promovido pelo projeto, entendemos necessárias certas modificações no seu texto, algumas que tão-somente procuram melhor adequar a redação de determinados dispositivos e outras que consubstanciam alterações de mérito.

16. Inicialmente, propomos a substituição da expressão “empresa individual”, em todos os dispositivos em que foi empregada ao longo do projeto, por “firma mercantil individual”, tendo em vista a adequação da terminologia àquela adotada na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1984, que *“Dispõe sobre o Registro Público das Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”*.

17. Aumentamos o rol das empresas excluídas do regime instituído pela lei *in fieri*, com vistas a assegurar que o tratamento especial se restrinja aos empreendimentos que efetivamente dele necessitam.

18. O artigo 4º do projeto, em seu § 1º, dispõe que *“para a constituição da empresa bastará o preenchimento de documento único, conforme o anexo desta lei”*.

19. Ora, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ou é uma firma individual ou uma sociedade civil ou comercial que atende a determinados requisitos para o enquadramento. Assim, na realidade o documento anexo ao projeto poderia substituir a declaração de microempresa ou de empresa de pequeno porte, instruindo o pedido de registro ou arquivamento juntamente com os atos constitutivos da firma individual ou da sociedade, mas jamais substituiria esses atos para fins de constituição dessas empresas.

20. Mas, se a função do formulário é substituir a declaração de microempresa ou de empresa de pequeno porte, não vemos vantagem em adotá-lo em lugar da declaração. Melhor será a apresentação desta em ambos os casos, ou seja, na hipótese de a empresa estar em fase de constituição e no caso de já estar em pleno funcionamento, com seus atos constitutivos devidamente registrados ou arquivados, a exemplo do que estabelecia a Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

21. O inciso II do artigo 37 da já mencionada Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1984, exige, para instrução dos pedidos de arquivamento, a apresentação da certidão criminal comprobatória de que inexistente impedimento legal à participação de pessoa física em empresa mercantil, como titular ou administradora.
22. O projeto, ao prever a substituição dessa certidão por declaração, exige-a do titular ou sócios e não do administrador, o que burocratizaria o procedimento, ao invés de simplificá-lo, motivo pelo qual propomos a alteração do dispositivo.
23. Ainda com vistas à simplificação do processo de constituição das microempresas e empresas de pequeno porte, propomos a inclusão de dispositivo dispensando-as de visto de advogado em seus atos constitutivos.
24. As condições para o enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte nas esferas estadual e municipal podem diferir daquelas impostas no âmbito federal, o que faz com que o ônus de comunicar o arquivamento das declarações imposto pelo projeto aos órgãos de registro seja excessivo e, muitas vezes, ineficaz.
25. A utilização de convênios a serem celebrados com os órgãos de registro viabilizará a comunicação, que, no entanto, se restringirá aos órgãos fiscalizadores efetivamente interessados.
26. A proposição estabelece, ao tratar das facilidades creditícias, que as microempresas e as empresas de pequeno porte se beneficiarão com os encargos financeiros mínimos adotados pelas instituições mutuantes ou financiadoras.
27. Não nos parece razoável a estipulação, porquanto os encargos financeiros mínimos podem ter destinações determinadas por políticas de crédito específicas – governamentais ou da própria instituição – sem que se justifique sua extensão a esses segmentos empresariais.
28. Quanto ao Fundo de Aval do SEBRAE, propomos emenda estabelecendo o mínimo de um por cento a ser aplicado com a finalidade de lastrear a prestação de aval ou fiança em operações de crédito realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, e o teto de sessenta mil reais por operação.

29. Adequamos a redação do artigo 25, tendo em vista que o recolhimento dos tributos, o pagamento de juros moratórios e o desenquadramento não constituem penalidades, sendo conseqüências naturais do enquadramento indevido como microempresa e empresa de pequeno porte.
30. O projeto estabelece que *"qualquer tarifa especial relativa a prestação de serviços ou a venda de bens, por entidade da administração pública direta ou indireta, será estendida à microempresa e à empresa de pequeno porte"*.
31. A tarifa especial é normalmente estipulada para a remuneração de serviços prestados em condições excepcionais. A própria Lei de Concessões (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995) admite *"tarifas diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários"*.
32. Os motivos que justificam a tarifa especial podem, assim, não ter qualquer relação com as atividades desenvolvidas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, não havendo por que estender-lhes, incondicionalmente, o benefício.
33. Aliás, a obrigatoriedade imposta pelo projeto poderá repercutir negativamente, deixando o poder público e os concessionários de fixar tarifas especiais – em prejuízo daqueles que seriam seus beneficiários – em decorrência da extensão estabelecida na proposição, motivo pelo qual propomos a supressão do dispositivo concernente a essas tarifas.
34. O projeto estabelece que enquanto não forem regulamentadas as normas relativas às facilidades creditícias para as microempresas e empresas de pequeno porte nele previstas, vigorarão para as operações de crédito destinadas a essas empresas, inclusive em relação às obrigações das instituições financeiras, os mesmos termos e condições previstos para o crédito rural.
35. O crédito rural é específico, não tendo qualquer relação com o financiamento a esses segmentos empresariais, razão pela qual também propomos a supressão do artigo referente a essa matéria.
36. O artigo 31 do projeto determina que *"a microempresa e a empresa de pequeno porte, salvo disposição expressa, não serão afetadas por exigência ou obrigação de natureza administrativa, tributária, previdenciária, trabalhista ou creditícia que venha a ser instituída em lei."*

37. A lei tem aplicação geral, devendo seu texto fazer as ressalvas pertinentes. O projeto inverte esse princípio, no que respeita às microempresas e empresas de pequeno porte, que somente passarão a ser alcançadas pela legislação se houver disposição expressa nesse sentido.

38. Tal norma abriria um precedente inoportuno na legislação que, se adotado com frequência, imporá ao legislador a necessidade de mencionar um a um os segmentos aos quais a lei se aplica, além de se nos afigurar inconstitucional, tendo em vista o princípio da isonomia insculpido no artigo 5º do Diploma Maior, motivo pelo qual propomos a supressão do aludido dispositivo.

39. Sugerimos, ainda, outras modificações adequando a redação de alguns dispositivos e procedendo à correção da remissão contida no inciso III do artigo 18 do projeto, nos termos das emendas que apresentamos.

40. Finalmente, como o projeto regula toda a matéria contida nas Leis nºs 7.256, de 1984, e 8.864, de 1994, entendemos conveniente revogá-las expressamente, a fim de evitar eventuais celeumas jurídicas acerca da vigência de dispositivos das mencionadas leis.

41. A geração de empregos constitui uma prioridade no desenvolvimento econômico, que não pode caminhar dissociado do aspecto social. O projeto de autoria do eminente Senador José Sarney, Presidente desta Casa do Congresso Nacional, elaborado com a colaboração do SEBRAE, é instrumento de estímulo e apoio ao pequeno empresário, implicando a elevação do nível de emprego e da produção, motivo pelo qual somos favoráveis à sua aprovação, com as emendas que oferecemos.

EMENDA DE RELATOR Nº 1 – CAE

Substitua-se, nos incisos I e II do art. 2º e no art. 33, renumerado como 34 pela Emenda nº 4, a expressão “empresa individual” por “firma mercantil individual”, passando esses dispositivos a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

I - microempresa, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica, cuja receita bruta anual seja inferior ou igual a duzentos e quatro mil reais;

II - empresa de pequeno porte, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, não enquadrada como microempresa, tenha receita bruta anual igual ou inferior a quinhentos e setenta e seis mil reais."

"Art. 34. A firma mercantil individual ou pessoa jurídica enquadrável como microempresa ou empresa de pequeno porte que, no período de cinco ou mais anos, permanecer sem exercer atividade econômica de qualquer espécie poderá requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional."

EMENDA DE RELATOR Nº 2 – CAE

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º É excluída do regime desta lei a empresa:

I - constituída sob a forma de sociedade por ações;

II - cujo titular ou sócio participe com mais de cinco por cento do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no inciso I do artigo anterior, no caso de microempresa, ou do inciso II do mesmo artigo, no caso de empresa de pequeno porte;

III - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

IV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, e antes da vigência desta lei, no caso de empresa de pequeno porte;

V - que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental, a que se referem

os Decretos-Leis n.ºs. 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968;

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação;

VI - que preste serviços profissionais de corretor, despachante, ator, empresário e produtor de espetáculos públicos, cantor, músico, médico, dentista, enfermeiro, engenheiro, físico, químico, economista, contador, auditor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

Parágrafo único. O disposto nos incisos II e IV deste artigo não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e associações assemelhadas."

EMENDA DE RELATOR Nº 3 – CAE

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º O arquivamento das declarações de microempresa e de empresa de pequeno porte para efeito de registro público obedecerá, no geral, à legislação em vigor e, em especial, às disposições deste Capítulo."

EMENDA DE RELATOR Nº 4 – CAE

Inclua-se o seguinte art. 5º, renumerando-se o atual e os demais:

"Art. 5º Tratando-se de empresa em constituição, o titular ou os sócios deverão declarar que a receita bruta anual da empresa não excederá os limites fixados no art. 2º e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no art. 3º desta lei."

§ 1º As empresas de que trata este artigo estão dispensadas da apresentação da certidão criminal exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei nº 8.934, de 28 de novembro de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador de que inexistente impedimento legal à sua participação em empresa mercantil.

§ 2º Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994."

EMENDA DE RELATOR Nº 5 – CAE

Ao art. 5º, renumerado como 6º pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 6º Tratando-se de empresa já constituída, o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dependerá do encaminhamento ao órgão competente de comunicação contendo os elementos identificadores do arquivamento anterior e a declaração, de seu titular ou sócios, de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, os limites fixados no art. 2º, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão prevista no art. 3º desta lei."

EMENDA DE RELATOR Nº 6 – CAE

Substitua-se a expressão "sua denominação" por "seu nome empresarial" no *caput* do art. 6º, renumerado como 7º pela Emenda nº 4, o qual passa a ter a redação seguinte:

"Art. 7º Feito o registro, as empresas de que trata esta lei adotarão, conforme o caso, logo após seu nome empresarial, a expressão microempresa, ou ME, ou empresa de pequeno porte, ou EPP."

EMENDA DE RELATOR Nº 7 – CAE

Ao art. 8º, renumerado como 9º pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 9º A microempresa reenquadrada como empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte que tenha perdido esta condição em decorrência do excesso de receita bruta anual, bem como a empresa que for excluída do regime desta lei comunicarão a ocorrência ao órgão de registro até o último dia do mês subsequente à data em que o fato se verificou, para fins de cancelamento ou alteração do registro especial."

Parágrafo único. Recebida a comunicação, o órgão competente providenciará para que dela tomem conhecimento os demais órgãos interessados nas órbitas federal, estadual e municipal."

EMENDA DE RELATOR Nº 8 – CAE

Ao art. 10, renumerado como 11 pela Emenda nº 4, dê-se a redação abaixo:

"Art. 11. O órgão de registro comunicará aos órgãos fiscalizadores da administração Federal, Estadual e Municipal o arquivamento das declarações de microempresa e de empresa de pequeno porte."

§ 1º Os órgãos fiscalizadores da administração Estadual e Municipal estabelecerão convênio com os órgãos de registro para os fins previstos no caput deste artigo."

§ 2º Recebida a comunicação, os órgãos fiscalizadores procederão à imediata inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte em seus registros."

EMENDA DE RELATOR Nº 9 – CAE

Ao art. 16, renumerado como 17 pela Emenda nº 4, acrescente-se parágrafo único com a redação seguinte:

"Art. 17."

Parágrafo único. Os órgãos federais, estaduais e municipais interessados no cadastramento fiscal, de ofício, da microempresa e da

*empresa de pequeno porte, estabelecerão convênios com os órgãos de registro para os fins previstos no **caput** deste artigo."*

EMENDA DE RELATOR Nº 10 – CAE

Ao art. 18, renumerado como 19 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 19. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados que facilitem o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista, por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta lei.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se refere o § 2º do art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho.

*§ 2º O disposto no **caput** deste artigo não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte das seguintes obrigações:*

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente folhas de pagamento, recibos de salários e demais remunerações, comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições e encargos referidos no art. 17; e

IV - depósito para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS."

EMENDA DE RELATOR Nº 11 – CAE

Ao art. 20, renumerado como 21 pela Emenda nº 4, dê-se a redação abaixo:

"Art. 21. As microempresas e as empresas de pequeno porte gozarão de facilidades creditícias e contarão com linhas especiais de crédito, com condições favorecidas em relação a prazos de pagamento e juros."

EMENDA DE RELATOR Nº 12 – CAE

Ao parágrafo único do art. 22, renumerado como 23 pela Emenda nº 4, dê-se a redação seguinte:

"Art. 23."

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará outras medidas para incentivar os agentes financeiros públicos e privados a estabelecer limites de crédito diferenciados, provendo os meios necessários."

EMENDA DE RELATOR Nº 13 – CAE

Ao caput do art. 23, renumerado como 24 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 24. Dos recursos a que trata a alínea "b" do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, serão destinados, no mínimo, um por cento e no máximo cinco por cento, a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em operações de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte, até o limite de sessenta mil reais por operação."

§ 1º Os recursos serão aplicados nos Estados e no Distrito Federal, metade proporcionalmente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o restante proporcionalmente ao número de habitantes."

§ 2º O limite de que trata este artigo será corrigido monetariamente nas condições e na forma prevista no § 1º do art. 2º desta lei."

EMENDA DE RELATOR Nº 14 - CAE

Ao art. 24, renumerado como 25 pela Emenda nº 4, dê-se a redação seguinte:

" Art. 25. As diretrizes e normas regulamentadoras da prestação de aval, a que se refere o artigo anterior, ficam a cargo do Conselho Deliberativo de que trate o § 1º do art. 10 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990."

EMENDA DE RELATOR Nº 15 – CAE

Ao art. 25, renumerado como 26 pela Emenda nº 4, dê-se a redação seguinte:

“Art. 26. A firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, indevidamente, enquadrar-se ou permanecer enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I - pagamento de todos os tributos e contribuições devidos, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora e multa estabelecidos na legislação tributária, contados da data em que tais encargos deveriam ter sido pagos até a data de seu efetivo pagamento;

II - multa prevista no inciso II do art. 4º da Lei nº 8.218, de 1991, no caso de dolo, fraude ou simulação, e, especialmente, nos casos de falsidade de declarações ou informações prestadas por seu titular ou sócio às autoridades competentes;

III - multa de cinquenta por cento do valor monetariamente corrigido, conforme a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, dos empréstimos obtidos com base nos incentivos desta lei.

IV - desenquadramento, de ofício.

Parágrafo único. O titular ou sócio de microempresa ou de empresa de pequeno porte responde solidária e ilimitadamente pelos atos descritos neste artigo.”

Beltrame

EMENDA DE RELATOR Nº 16 – CAE

Suprima-se o art. 28, renumerado como 29 pela Emenda nº 4.

EMENDA DE RELATOR Nº 17 – CAE

Suprima-se o art. 30, renumerado como 31 pela Emenda nº 4.

EMENDA DE RELATOR Nº 18 – CAE

Suprima-se o art. 31, renumerado como 32 pela Emenda nº 4.

EMENDA DE RELATOR Nº 19 – CAE

Ao *caput* do art. 32, renumerado como 33 pela Emenda nº 4, dê-se a redação seguinte:

"Art. 33. A microempresa e a empresa de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que respeita aos processos relativos a concessão de patentes e de registro de marcas."

EMENDA DE RELATOR Nº 20 – CAE

Ao art. 34, renumerado como 35 pela Emenda nº 4, dê-se a seguinte redação:

"Art. 35. As implicações financeiras e orçamentárias decorrentes desta lei serão incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e consignadas no Orçamento da União no ano subsequente ao do início de sua vigência."

EMENDA DE RELATOR Nº 21 – CAE

Ao art. 38, renumerado como 39 pela Emenda nº 4, dê-se a redação seguinte :

"Art. 39. Revogam-se as Leis nºs 7.256, de 27 de novembro de 1984, e 8.864, de 28 de março de 1994, e demais disposições em contrário."

Sala da Comissão, em 17 DE JULHO DE 1996.

GILBERTO MIRANDA: Presidente
BELLO PARGA: Relator

EDUARDO SUPPLY
JONAS PINHEIRO
VALMIR CAMPELO
FERNANDO BEZERRA
BENI VERAS
JOSÉ BIANCO
LAURO CAMPOS
ELCIO ALVARES
GERALDO MELO
JOSÉ FOGAÇA

ADEMIR ANDRADE
GERSON CAMATA
OSMAR DIAS
JADER BARBALHO
LÚDIO COELHO
WALDECK ORNELAS
JEFFERSON PERES
NEY SUASSUNA
FREITAS NETO
MARLUCE PINTO
ROMERO JUCÁ
MAURO MIRANDA
CARLOS BEZERRA

TEXTO FINAL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1996.

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Jurídico Diferenciado

Art. 1º Fica assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário, creditício e de desenvolvimento empresarial, na conformidade do disposto nesta lei.

CAPÍTULO II

Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 179 da Constituição, considera-se:

- I - microempresa, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica, cuja receita bruta anual seja inferior ou igual a duzentos e quatro mil reais;
- II - empresa de pequeno porte, a firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, não enquadrada como microempresa, tenha receita bruta anual igual ou inferior a quinhentos e setenta e seis mil reais.

§ 1º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos sempre que a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou de outro indicador de atualização monetária que venha a substituí-la, ultrapassar dez por cento, a contar do dia 1º de maio de 1996, na mesma proporção desta variação e cumulativamente.

§ 2º A receita bruta anual é apurada de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

§ 3º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta é calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre a data da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano, desconsideradas as frações de mês.

Art. 3º É excluída do regime desta lei a empresa:

- I - constituída sob a forma de sociedade por ações;
- II - cujo titular ou sócio participe com mais de cinco por cento do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no inciso I do artigo anterior, no caso de microempresa, ou do inciso II do mesmo artigo, no caso de empresa de pequeno porte;
- III - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;
- IV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, e antes da vigência desta lei, no caso de empresa de pequeno porte;
- V - que realize operações relativas a:
 - a) importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-Leis nºs. 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968;
 - b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;
 - c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
 - d) câmbio, seguros e distribuição de títulos e valores mobiliários;
 - e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação;
- VI - que preste serviços profissionais de corretor, despachante, ator, empresário e produtor de espetáculos públicos, cantor, músico, médico, dentista, enfermeiro, engenheiro, físico, químico, economista, contador, auditor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

Parágrafo único. O disposto no inciso II e IV deste artigo não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas.

CAPÍTULO III

Do Registro Público Especial

Art. 4º O arquivamento das declarações de microempresas e de empresa de pequeno porte para efeito de registro público obedecerá, no geral, à legislação em vigor e, em especial, às disposições deste Capítulo.

Art. 5º Tratando-se de empresa em constituição, o titular ou os sócios deverão declarar que a receita bruta anual da empresa não excederá os limites fixados no art. 2º e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no art. 3º desta lei.

§ 1º As empresas de que trata este artigo estão dispensados de apresentação da certidão criminal exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei nº 8.934, de 28 de novembro de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador de que inexistem impedimento legal à sua participação em empresa mercantil.

§ 2º Não se aplica à microempresa e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 6º Tratando-se de empresa já constituída, o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dependerá do encaminhamento ao órgão competente de comunicação contendo os elementos identificadores do arquivamento anterior e a declaração, de seu titular ou sócios, de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, os limites no art. 2º, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão prevista no art. 3º desta lei.

Art. 7º Feito o registro, as empresas de que trata esta lei adotarão, conforme o caso, logo após seu nome empresarial, a expressão microempresa, ou ME, ou empresa de pequeno porte, ou EPP.

Parágrafo único. O uso das expressões referidas neste artigo é privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte.

Art. 8º A perda da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, só ocorrerá se o fato se verificar durante dois anos consecutivos ou três anos alternados.

Art. 9º A microempresa reenquadrada como empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte que tenha perdido esta condições em decorrência do excesso de receita bruta anual, bem como a empresa que for excluída do regime desta lei comunicarão a ocorrência ao órgão de registro até o último dia do mês subsequente à data em que o fato se verificou, para fins de cancelamento ou alteração do registro especial.

Parágrafo único. Recebida a comunicação, o órgão competente providenciará para que dela tomem conhecimento os demais órgãos interessados nas órbitas federal, estadual e municipal.

Art. 10 O enquadramento ou a reclassificação referidos nos arts. 6º, 8º e 9º não acarretarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos anteriormente firmados pela empresa.

Art. 11. O órgão de registro comunicará aos órgãos fiscalizadores da administração Federal, Estadual e Municipal o arquivamento das declarações de microempresa e de empresa de pequeno porte.

§ 1º Os órgãos fiscalizadores da administração Estadual e Municipal estabelecerão convênio com os órgãos de registro para os fins previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º Recebida a comunicação, os órgãos fiscalizadores procederão à imediata inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte em seus registros.

Art. 12. Os requerimentos e comunicações previsto neste Capítulo poderão ser feitos por via postal.

CAPÍTULO IV

Do Regime Tributário e da Simplificação das Obrigações Tributárias

Art. 13. As microempresas e as empresas de pequeno porte são isentas dos tributos e contribuições previstos em legislação específica.

Art. 14. A escrituração da microempresa e da empresa de pequeno porte será simplificada, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa as empresas nele referidas da guarda dos documentos relativos às compras, vendas e serviços que realizarem.

Art. 15. A microempresa e a empresa de pequeno porte não estão isentas do recolhimento dos tributos devidos por terceiros e por elas retidos.

Art. 16. Os documentos fiscais emitidos pelas microempresa e pelas empresas de pequeno porte obedecerão a modelos simplificados, aprovados em regulamento, que servirão para todos os fins previstos na legislação tributária.

Art. 17. O cadastramento fiscal da micro empresa e da empresa de pequeno porte será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos fiscais competentes.

Parágrafo único. Os órgãos federais, estaduais e municipais interessados no cadastramento fiscal, de ofício, da microempresa e da empresa de pequeno porte, estabelecerão convênios com os órgãos de registro para os fins previstos no **caput** deste artigo.

CAPÍTULO V

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 18. O recolhimento das contribuições sociais e dos encargos trabalhistas de responsabilidade das empresas de que trata esta lei será simplificado e efetuado de forma englobada, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único. A contribuição adicional da microempresa e da empresa de pequeno porte para custeio das prestações por acidente de trabalho será calculada pelo percentual mínimo.

Art. 19. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados que facilitem o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista, por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta lei.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se refere o § 2º do art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º O disposto no **caput** deste artigo não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte das seguintes obrigações:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente folhas de pagamento, recibos de salários e demais remunerações, comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições e encargos referidos no art. 17; e

IV - depósito para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 20. Nas reclamações trabalhistas, a microempresa e a empresa de pequeno porte serão ressarcidas, pelo reclamante, dos custos de perícia para avaliação de condições de insalubridade ou periculosidade quando o respectivo laudo concluir pela inexistência dessas condições.

CAPÍTULO VI

Do Apoio Creditício

Art. 21. As microempresas e as empresas de pequeno porte gozarão de facilidades creditícias e contarão com linhas especiais de crédito, com condições favorecidas em relação a prazos de pagamento e juros.

Art. 22. O regulamento desta lei e resoluções do Conselho Monetário Nacional tornarão efetiva a obrigatoriedade de as instituições financeiras realizarem as operações financeiras ativas de que trata o art. 21.

Art. 23. Às instituições financeiras públicas e privadas será concedida remuneração especial dos recolhimentos compulsórios, proporcionalmente às aplicações em operações de créditos destinadas a capital de giro e a investimentos das microempresas e empresas de pequeno porte, ou a redução proporcional desses recolhimentos e dos encaixes obrigatórios.

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará outras medidas para incentivar os agentes financeiros públicos e privados a estabelecer limites de créditos diferenciados, provendo os meios necessários.

Art. 24. Dos recursos de que trata a alínea "b" do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, serão destinados, no mínimo, um por cento e no máximo cinco por cento, a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em operações de crédito para microempresa e empresa de pequeno porte, até o limite de sessenta mil reais por operação.

Art. 25. As diretrizes e normas regulamentadoras da prestação de aval, a que se refere o artigo anterior, ficam a cargo do Conselho Deliberativo de que trata o § 1º do art. 10 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, acrescentado pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

CAPÍTULO VII

Das Penalidades

Art. 26. A firma mercantil individual ou a pessoa jurídica que, indevidamente, enquadrar-se ou permanecer enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

- I - pagamento de todos os tributos e contribuições devidos, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora e multa estabelecidos na legislação tributária, contados da data em que tais encargos deveriam ser pagos até a data de seu efetivo pagamento;
- II - multa prevista no inciso II do art. 4º da Lei nº 8.218, de 1991, no caso de dolo, fraude ou simulação, e, especialmente, nos casos de falsidade de declaração ou informações prestadas por seu titular ou sócio às autoridades competentes;
- III - multa de cinquenta por cento do valor monetariamente corrigido, conforme a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, dos empréstimos obtidos com base nos incentivos desta lei;
- IV - desenquadramento, de ofício.

Parágrafo único. O titular ou sócio de microempresa ou de empresa de pequeno porte responde solidária e limitadamente pelos atos descritos neste artigo.

Art. 27. A adulteração de documento ou a falsidade de declarações, com vistas ao gozo dos benefícios desta lei, configuram os crimes de falsificação de documento e de falsidade ideológica, previstos no Código Penal.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 28. A fiscalização da microempresa e da empresa de pequeno porte terá caráter orientador e, salvo em casos de dolo, fraude ou simulação, somente autuará estas empresas:

I - se, constatada irregularidade relativa a falta ou insuficiência de recolhimento de encargo, tributo ou contribuição e a descumprimento de condições de segurança ou a exigência sanitária, desatender a empresa a notificação para sanear a irregularidade; ou

II - no caso de reincidência.

Art. 29. Os órgãos públicos, no âmbito de sua competência, expedirão, até noventa dias após a regulamentação desta lei, os atos complementares necessários ao incentivo do desenvolvimento empresarial, à facilitação do acesso ao crédito e à simplificação dos procedimentos de registro e baixa e dos documentos fiscais, previdenciários e trabalhistas da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Art. 30. A microempresa e a empresa de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que respeita aos processos relativos à concessão de patentes e de registro de marcas.

Parágrafo único. No prazo de até noventa dias após a regulamentação desta lei, o Poder Executivo baixará instruções necessárias à execução do disposto neste artigo.

Art. 31. A firma mercantil individual ou pessoa jurídica enquadrável como microempresa ou empresa de pequeno porte que, no período de cinco ou mais anos, permanecer sem exercer atividade econômica de qualquer espécie poderá requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional.

Art. 32. As implicações financeiras e orçamentárias decorrentes desta lei serão incorporadas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e consignadas no Orçamento da União do ano subsequente ao início de sua vigência.

Art. 33. O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata esta lei não exclui outros benefícios que tenham sido ou que vierem a ser concedidos à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 35. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as Leis nºs 7.256, de 27 de novembro de 1984, e 8.864, de 28 de março de 1994, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de Julho de 1996.


Senador GILBERTO MIRANDA BATISTA.
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTOS CITADOS NO PARECER E ANEXADOS
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250,
PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

LEI N. 7.256 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1984

Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Favorecido à Microempresa

Art. 1º A microempresa é assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, de acordo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O tratamento estabelecido nesta Lei não exclui outros benefícios que tenham sido ou vierem a ser concedidos às microempresas.

Art. 2º Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, tomando-se por referência o valor desses títulos no mês de janeiro do ano-base.

§ 1º Para efeito da apuração da receita bruta anual, será sempre considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano-base.

§ 2º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 3º A transformação da empresa, firma individual ou sociedade mercantil, em microempresa, e vice-versa, não implicará em denúncia ou outra restrição de contratos, como de locação, de prestação de serviços, entre outros.

Art. 3º Não se inclui no regime desta Lei a empresa:

I — constituída sob a forma de sociedade por ações;

II — em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

III — que participe de capital de outra pessoa jurídica ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência desta Lei;

IV — cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% (cinco por cento), do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no artigo anterior;

V — que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-Leis ns. 288 (1), de 28 de fevereiro de 1967, e 356 (2), de 15 de agosto de 1968;

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação.

VI — que preste serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, despachante e outros serviços que se lhes possam assemelhar.

Parágrafo único. O disposto nos itens III e IV deste artigo não se aplica à participação de microempresas em Centrais de Compras, Bolsas de Subcontratação, Consórcio de Exportação e outras associações assemelhadas.

CAPÍTULO II

Da Dispensa de Obrigações Burocráticas

Art. 4º Não se aplicam às microempresas as exigências e obrigações de natureza administrativa decorrentes da legislação federal, ressalvadas as estabelecidas nesta Lei e as demais obrigações inerentes ao exercício do poder de polícia, inclusive as referentes a metrologia legal.

CAPÍTULO III

Do Registro Especial

Art. 5º O registro da microempresa no órgão competente observará procedimento especial, na forma deste Capítulo.

Art. 6º Tratando-se de empresa já constituída, o registro será realizado mediante simples comunicação, da qual constarão:

I — o nome e a identificação da empresa individual ou da pessoa jurídica e de seus sócios;

II — a indicação do registro anterior da empresa individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

III — a declaração do titular ou de todos os sócios de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no artigo 2º e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º desta Lei.

Art. 7º Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócio, conforme o caso, declarar que a receita bruta anual não excederá o limite fixado no artigo 2º e que esta não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único. O registro de firma individual ou sociedade mercantil será feito na forma regulada pela Lei n. 6.939 (3), de 9 de setembro de 1981.

(3) Leg. Fed., 1981, pág. 402.

Art. 8º Feito o registro, independentemente de alteração dos atos constitutivos, a microempresa adotar, em seguida à sua denominação ou firma, a expressão «Microempresa», ou abreviadamente, «ME».

Parágrafo único. É privativo das microempresas o uso das expressões de que trata este artigo.

Art. 9º A empresa que deixar de preencher os requisitos fixados nesta Lei para o seu enquadramento como microempresa deverá comunicar o fato ao órgão competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva ocorrência.

Parágrafo único. A perda da condição de microempresa, em decorrência do excesso de receita bruta, só ocorrerá se o fato se verificar durante 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) anos alternados, ficando, entretanto, suspensa de imediato a isenção fiscal prevista no artigo 11 desta Lei.

Art. 10. Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo poderão ser feitos pela via postal.

CAPÍTULO IV

Do Regime Fiscal

Art. 11. A microempresa fica isenta dos seguintes tributos:

I — Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;

II — Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários;

III — Imposto sobre Serviços de Transporte e Comunicações;

IV — Imposto sobre a Extração, a Circulação, a Distribuição ou Consumo de Minerais do País;

V — (vetado);

VI — contribuições ao Programa de Integração Social — PIS, sem prejuízo dos direitos dos empregados ainda não inscritos, e ao Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL;

VII — taxas federais vinculadas exclusivamente ao exercício do poder de polícia, com exceção das taxas rodoviária única e de controles metroológicos e das contribuições devidas aos órgãos de fiscalização profissional;

VIII — taxas e emolumentos remuneratórios do registro referido nos artigos 6º e 7º desta Lei.

§ 1º A isenção a que se refere este artigo não dispensa a microempresa do recolhimento da parcela relativa aos tributos, a que se obriga por Lei, devidos por terceiros.

§ 2º As taxas e emolumentos remuneratórios dos atos subsequentes ao registro da microempresa não poderão exceder ao valor nominal de 2 (duas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.

§ 3º (Vetado).

Art. 12. As microempresas que deixarem de preencher as condições para seu enquadramento no regime desta Lei ficarão sujeitas ao pagamento dos tributos incidentes sobre o valor da receita que exceder o limite fixado no artigo 2º desta Lei, bem como sobre os fatos geradores que vierem a ocorrer após o fato ou situação que tiver motivado o desenquadramento.

Art. 13. A isenção referida no artigo 11 abrange a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, salvo as expressamente previstas nos artigos 14, 15 e 16 desta Lei.

Art. 14. O cadastramento fiscal da microempresa será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos cadastrais competentes.

Art. 15. A microempresa está dispensada de escrituração (vetado), ficando obrigada a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier.

Art. 16. Os documentos fiscais emitidos pelas microempresas obedecerão a modelo simplificado, aprovado em regulamento, que servirá para todos os fins previstos na legislação tributária.

CAPÍTULO V

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 17. Ficam assegurados aos titulares e sócios das microempresas, bem como a seus empregados, todos os direitos previstos na legislação previdenciária e trabalhista, observado o disposto neste Capítulo

Art. 18. O Poder Executivo deverá estabelecer procedimentos simplificados, que facilitem o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária pelas microempresas, assim como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que, mesmo previstas na legislação em vigor, sejam incompatíveis com o tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 19. As microempresas e seus empregados recolherão as contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social de acordo com o previsto na legislação específica, observado o seguinte:

I — a contribuição do empregado será calculada pelo percentual mínimo;

II — a contribuição da microempresa para o custeio das prestações por acidente do trabalho será igualmente calculada pelo percentual mínimo;

III — recolhimento das contribuições devidas pelas microempresas poderá ser efetuado englobadamente, de acordo com instruções do Ministro da Previdência e Assistência Social.

Art. 20. As microempresas ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se referem os §§ 2º e 3º, do artigo 139, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 21. O disposto no artigo 18 desta Lei não dispensa a microempresa do cumprimento das seguintes obrigações:

I — efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II — apresentar a Relação Anual de Informações Sociais — RAIS;

III — manter arquivados os documentos comprobatórios dos direitos e obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente folhas de pagamentos, recibos de salários e remunerações, bem como comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições a que se refere o artigo 19 desta Lei.

Art. 22. As microempresas estão sujeitas ao depósito para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, na forma da lei.

CAPÍTULO VI

Do Apoio Creditício

Art. 23. As microempresas serão asseguradas condições especialmente favorecidas nas operações que realizarem com instituições financeiras públicas e privadas, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de financiamento e fomento às empresas de pequeno porte.

Art. 24. As operações a que se refere o artigo anterior, de valor até 5.000 (cinco mil) ORTN, terão taxas diferenciadas beneficiando a microempresa, enquanto as garantias exigidas ficarão restritas à fiança e ao aval.

§ 1º As operações a que se refere este artigo não sofrerão condicionamentos na concessão ou liberação de recursos, nem exigências de saldos médios, aprovação de projetos, planos de aplicação, nem comprovação do cumprimento de obrigações, inclusive fiscais, perante quaisquer órgãos ou entidades da administração pública.

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

§ 4º Ficam ressalvadas do disposto no § 1º deste artigo as atividades de apoio técnico-gerencial, relativas às áreas gerencial, tecnológica, mercadológica e financeira, desde que executadas com o consentimento do microempresário, em todas as suas etapas.

§ 5º Compete ao Conselho Monetário Nacional disciplinar a aplicação do disposto neste artigo, podendo aumentar os limites fixados em seu «caput» (vetado), bem como estabelecer as sanções aplicáveis nos casos de descumprimento.

§ 6º (Vetado).

CAPÍTULO VII

Das Penalidades

Art. 25. A pessoa jurídica e a firma individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I — cancelamento de ofício do seu registro como microempresa;

II — pagamento de todos os tributos e contribuições devidos, como se isenção alguma houvesse existido, acrescidos de juros moratórios e correção monetária, contados desde a data em que tais tributos ou contribuições deveriam ter sido pagos até a data do seu efetivo pagamento;

III — multa punitiva equivalente a:

a) 200% (duzentos por cento) do valor atualizado do tributo devido, em caso de dolo, fraude ou simulação e, especialmente, nos casos de falsidade das declarações ou informações prestadas, por si ou seus sócios, às autoridades competentes;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do tributo devido, nos demais casos.

IV — pagamento em dobro dos encargos dos empréstimos obtidos com base nesta Lei.

Parágrafo único. Os recursos que se originarem do pagamento referido no item IV deste artigo (vetado), constituirão o Fundo de Assistência a Microempresas, a ser regulamentado e gerido pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 26. O titular ou sócio da microempresa responderá solidária e ilimitadamente pelas consequências da aplicação do artigo anterior, ficando, assim, impedido de constituir nova microempresa ou participar de outra já existente, com os favores desta Lei.

Art. 27. A falsidade das declarações prestadas para obtenção dos benefícios desta Lei caracteriza o crime do artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do seu enquadramento em outras figuras penais cabíveis.

CAPÍTULO VIII

Da Remissão de Crédito Tributário

Art. 28. (Vetado).

Art. 29. As firmas individuais e sociedades comerciais e civis, identificáveis como microempresa, segundo estabelece este Estatuto, que a partir de 1º de janeiro de 1981 não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer a sua baixa no Registro competente dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da vigência desta Lei, independente de prova de justificação de tributo e contribuição com a Fazenda Pública Federal.

Parágrafo único. Os benefícios de que tratam (vetado) e o «caput» deste artigo são concedidos sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 25 desta Lei.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

João Figueiredo — Presidente da República.

Ernane Galvêas.

Murilo Badaró.

Antônio Delfim Netto.

RESOLUÇÃO N. 77 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 14.307.923.098, o montante de sua dívida consolidada interna.

LEI N. 8.864 — DE 28 DE MARÇO DE 1994

Estabelece normas para as Microempresas — ME, e Empresas de Pequeno Porte — EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (artigo 179 da Constituição Federal)

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Jurídico Diferenciado

Art. 1º Fica assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico simplificado e favorecido nos campos administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário e creditício, na conformidade do disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I — microempresa, a pessoa jurídica e a firma individual que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de duzentas e cinquenta mil Unidades Fiscais de Referência — UFIR, ou qualquer outro indicador de atualização monetária que venha a substituí-la;

II — empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma individual que, não enquadradas como microempresas, tiverem receita bruta anual igual ou inferior a setecentas mil Unidades Fiscais de Referência — UFIR, ou qualquer outro indicador de atualização monetária que venha a substituí-la.

§ 1º O limite da receita bruta de que trata este artigo, apurado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, será calculado considerando-se o somatório das receitas brutas mensais divididas pelos valores das Unidades Fiscais de Referência — UFIR vigentes nos respectivos meses.

§ 2º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano, desconsideradas as frações de mês.

§ 3º O enquadramento da firma individual ou da pessoa jurídica em microempresa ou em empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 4º (Vetado).

Art. 3º (Vetado).

CAPÍTULO III

Do Registro Especial e Enquadramento

Art. 4º A pessoa jurídica ou a firma individual que, antes da promulgação desta Lei, preencher os requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, comunicará esta situação ao órgão competente, para fim de registro especial, na forma prevista neste Capítulo.

Art. 5º Tratando-se de empresa já constituída, o registro será realizado mediante simples comunicação, da qual constarão:

I — o nome e demais dados de identificação da firma individual ou da pessoa jurídica e de seus sócios;

II — a indicação do registro de firma individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

III — a declaração do titular ou de todos os sócios de que o volume da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, os limites fixados nos incisos I e II e no § 4º do artigo 2º desta Lei, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão do artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único. O registro especial da microempresa e empresa de pequeno porte será feito em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 6º Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME", e a empresa de pequeno porte, a expressão "empresa de pequeno porte", ou "EPP".

Parágrafo único. É privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

Art. 7º O órgão incumbido de registrar as microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme o disposto neste Capítulo, comunicará esses registros aos órgãos fiscalizadores da Administração federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. Feita a comunicação, os órgãos fiscalizadores procederão à imediata inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte em seus registros.

CAPÍTULO IV

Do Desenquadramento e Reenquadramento

Art. 8º O desenquadramento de microempresa e o de empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos os respectivos limites de receita bruta anual fixados no artigo 2º desta Lei.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Desenhadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta à condição de empresa excluída do regime desta Lei.

Art. 9º A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa e a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte comunicarão esse fato ao órgão de registro especial (Capítulo III), no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único. Recebida a comunicação, o órgão competente providenciará para que dela tomem conhecimento os demais órgãos interessados nas órbitas federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO V

Do Regime Tributário e Fiscal

Art. 10. (Vetado).

Art. 11. A escrituração da microempresa e da empresa de pequeno porte será simplificada, nos termos a serem dispostos pelo Poder Executivo na regulamentação desta Lei.

Art. 12. A microempresa e a empresa de pequeno porte não estão isentas do recolhimento dos tributos devidos por terceiros e por elas retidos.

Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo não dispensa as empresas nele referidas da guarda dos documentos relativos às compras, vendas e serviços que realizarem.

Art. 13. Os documentos fiscais emitidos pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte obedecerão a modelos simplificados, aprovados em regulamento, que servirão para todos os fins previstos na legislação tributária.

Parágrafo único. Até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário seguinte será entregue a Declaração Anual Simplificada de Rendimentos e Informações, em modelo simplificado, aprovado pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 14. O cadastramento fiscal da microempresa e da empresa de pequeno porte será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos fiscais cadastrais competentes.

CAPÍTULO VI

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 15. Ficam assegurados aos titulares e sócios das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como a seus empregados, todos os direitos previstos na legislação previdenciária e trabalhista, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 16. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados que facilitem o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista, por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 17. As microempresas, as empresas de pequeno porte e seus respectivos empregados recolherão as contribuições destinadas ao custeio da previdência social de acordo com o previsto na legislação específica, observado o seguinte:

I – a contribuição da microempresa para o custeio das prestações por acidente de trabalho será calculada pelo percentual mínimo;

II – o Poder Executivo expedirá instruções relativas ao recolhimento englobado das contribuições previdenciárias das microempresas, empresas de pequeno porte e de seus empregados, estabelecendo prazo único para sua efetivação, observada a periodicidade mensal;

III – as instruções a que se refere o inciso anterior deverão, também, prever o recolhimento das contribuições por intermédio da rede bancária autorizada e a utilização de documentos de arrecadação simplificados.

Art. 18. A microempresa e a empresa de pequeno porte serão ressarcidas dos custos de perícia para avaliação de condições de insalubridade ou de periculosidade de se o respectivo laudo concluir pela inexistência dessas condições.

Art. 19. Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista, previdenciária e tributária prestarão orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Art. 20. A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se refere o § 2º do artigo 139 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 21. O disposto nos artigos 16 e 20 desta Lei não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte do cumprimento das seguintes obrigações:

I – efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II – apresentar a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;

III – manter arquivados os documentos comprobatórios dos direitos e obrigações trabalhistas e previdenciários, especialmente folhas de pagamentos, recibos de salários e demais remunerações, comprovantes de descontos efetuados e de recolhimento das contribuições a que se refere o artigo 17 desta Lei; e

IV – controlar os períodos de férias de seus empregados.

Art. 22. As microempresas e as empresas de pequeno porte estão sujeitas ao depósito para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

CAPÍTULO VII

Do Apoio Creditício

Art. 23. À microempresa e à empresa de pequeno porte ficam asseguradas condições favorecidas relativamente a encargos financeiros, prazos e garantias, nas operações que realizarem com instituições financeiras, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de fomento, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a incentivar e fomentar os agentes financeiros públicos e privados e estabelecer linhas de crédito diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, bem como a constituir fundo para garantia de aval ou fiança, inclusive provendo os meios necessários.

Art. 24. Nas operações a que se refere o artigo anterior, de valor até vinte mil UFIR, as garantias exigidas ficam restritas aos próprios bens financiados, à fiança e ao aval.

Art. 25. Dos recursos de que trata a alínea “b” do artigo 11 da Lei n. 8.154⁽¹⁾, de 28 de dezembro de 1990, até cinco por cento ao ano devem ser destinados a aplicações financeiras para lastrear a prestação de aval ou fiança complementar em ope-

(1) Leg. Fed., 1990, pág. 1.468; (2) 1991, pág. 566.

rações cujo valor não ultrapasse o teto estabelecido no artigo anterior e desde que a microempresa e a empresa de pequeno porte não tenham condições de oferecer garantias reais ou fidejussórias, ou de contratar seguro de crédito no valor total do mútuo.

Art. 26. As diretrizes e normas regulamentadoras da prestação de aval, a que se refere o artigo 25 desta Lei, ficam a cargo do Conselho Deliberativo de que trata o § 1º do artigo 10 da Lei n. 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

CAPÍTULO VIII

Das Penalidades

Art. 27. A firma individual ou sociedade que, sem observância dos requisitos desta Lei, tentar enquadrar-se ou manter-se enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estará sujeita às seguintes penalidades:

I – (vetado);

II – multa prevista no inciso II do artigo 4º da Lei n. 8.218⁽²⁾, de 29 de agosto de 1991, no caso de dolo, fraude ou simulação, e, especialmente, nos casos de falsidade de declarações ou informações prestadas, por seu titular ou sócio, às autoridades competentes;

III – aplicação automática de multa de cinquenta por cento sobre o valor monetariamente corrigido sobre os empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada;

IV – cancelamento, de ofício, de enquadramento como microempresa ou como empresa de pequeno porte.

Art. 28. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

Art. 29. As firmas individuais e as sociedades comerciais e civis enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuição para com a Fazenda Nacional.

Art. 30. As implicações orçamentárias e financeiras decorrentes desta Lei serão incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e consideradas no Orçamento da União do ano subsequente.

Art. 31. A política de tarifas públicas para a microempresa e a empresa de pequeno porte contemplará sempre os preços mínimos concedidos a quaisquer outras empresas, adotando-se o mesmo critério para a venda de bens e serviços por parte de empresas e entidades públicas.

Art. 32. (Vetado).

Art. 33. (Vetado).

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Itamar Franco – Presidente da República.

Maurício Corrêa.

RESOLUÇÃO N. 29 – DE 24 DE MARÇO DE 1994

Autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo do Estado do Maranhão com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no montante de CR\$ 18.642.420.000,00, em valores de 30 de novembro de 1993, equivalente a 78.224.320,4 Unidades Reais de Valor – URV ou US\$ 79.000.000.00, bem como autoriza o Estado a contratar o empréstimo, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do projeto de reabilitação e conservação de rodovias do Estado.

DECRETO DE 23 DE MARÇO DE 1994

Dispõe sobre aumento de capital social da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

LEI N. 8.383 – DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Da Unidade de Referência – UFIR**

Art. 1º Fica instituída a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em cruzeiros na legislação tributária federal, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza.

§ 1º O disposto neste Capítulo aplica-se a tributos e contribuições sociais, inclusive previdenciárias, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

§ 2º É vedada a utilização da UFIR em negócio jurídico como referencial de correção monetária do preço de bens ou serviços e de salários, aluguéis ou “royalties”.

Art. 2º A expressão monetária da UFIR mensal será fixa em cada mês-calendário; e da UFIR diária ficará sujeita a variação em cada dia e a do primeiro dia do mês será igual à da UFIR do mesmo mês.

§ 1º O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, por intermédio do Departamento da Receita Federal, divulgará a expressão monetária da UFIR mensal:

a) até o dia 1º de janeiro de 1992, para esse mês, mediante a aplicação, sobre Cr\$ 126,8621, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado desde fevereiro até novembro de 1991, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA de dezembro de 1991, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

b) até o primeiro dia de cada mês, a partir de 1º de fevereiro de 1992, com base no IPCA.

§ 2º O IPCA, a que se refere o parágrafo anterior, será constituído por série especial cuja apuração compreenderá o período entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês de referência.

§ 3º Interrompida a apuração ou divulgação da série especial do IPCA, a expressão monetária da UFIR será estabelecida com base nos indicadores disponíveis, observada precedência em relação àqueles apurados por instituições oficiais de pesquisa.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, o Departamento da Receita Federal divulgará a metodologia adotada para a determinação da expressão monetária da UFIR.

§ 5º O Departamento da Receita Federal divulgará, com antecedência, a expressão monetária da UFIR diária, com base na projeção da taxa de inflação medida pelo índice de que trata o § 2º deste artigo.

§ 6º A expressão monetária do Fator de Atualização Patrimonial – FAP, instituído em decorrência da Lei n. 8.200⁽¹⁾, de 28 de junho de 1991, será igual, no mês de dezembro de 1991, à expressão monetária da UFIR apurada conforme a alínea “a” do § 1º deste artigo.

§ 7º A expressão monetária do coeficiente utilizado na apuração do ganho de capital, de que trata a Lei n. 8.218⁽²⁾, de 29 de agosto de 1991, corresponderá a partir de janeiro de 1992, à expressão monetária da UFIR mensal.

Art. 3º Os valores expressos em cruzeiros na legislação tributária ficam convertidos em quantidade de UFIR, utilizando-se como divisores:

I – o valor de Cr\$ 215,6656, se relativos a multas e penalidades de qualquer natureza;

II – o valor de Cr\$ 126,8621, nos demais casos.

CAPÍTULO II

Do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Art. 4º A renda e os proventos de qualquer natureza, inclusive os rendimentos e ganhos de capital, percebidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, serão tributados pelo Imposto sobre a Renda na forma da legislação vigente, com as modificações introduzidas por esta Lei.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro do ano-calendário de 1992, o Imposto sobre a Renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os artigos 7º, 8º e 12 da Lei n. 7.713⁽³⁾, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva:

Base de Cálculo (em UFIR)	Parcela a Deduzir da Base de Cálculo (em UFIR)	Alíquota
Até 1.000		isento
Acima de 1.000 até 1.950	1.000	15%
Acima de 1.950	1.380	25%

(1) Leg. Fed., 1991, pág. 343; (2) 1991, pág. 566.

(3) Leg. Fed., 1988, pág. 1.107; (4) 1990, pág. 1.442.

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês.

Art. 6º. O imposto sobre os rendimentos de que trata o artigo 8º da Lei n. 7.713, de 1988:

I – será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que os rendimentos forem recebidos;

II – deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente ao da percepção dos rendimentos.

Parágrafo único. A quantidade da UFIR de que trata o inciso I será reconvertida em cruzeiros pelo valor da UFIR no mês do pagamento do imposto.

Art. 7º. Sem prejuízo dos pagamentos obrigatórios estabelecidos na legislação, fica facultado ao contribuinte efetuar, no curso do ano, complementação do imposto que for devido sobre os rendimentos recebidos.

Art. 8º. O imposto retido na fonte ou pago pelo contribuinte, salvo disposição em contrário, será deduzido do apurado na forma do inciso I do artigo 15 desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito da redução, o imposto retido ou pago será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta:

a) no mês em que os rendimentos forem pagos ao beneficiário, no caso de imposto retido na fonte;

b) no mês do pagamento do imposto, nos demais casos.

Art. 9º. As receitas e despesas a que se refere o artigo 6º da Lei n. 8.134⁽⁴⁾, de 27 de dezembro de 1990, serão convertidas em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que forem recebidas ou pagas, respectivamente.

Art. 10. Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do Imposto sobre a Renda poderão ser deduzidas:

I – a soma dos valores referidos nos incisos do artigo 6º da Lei n. 8.134, de 1990;

II – as importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento de acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

III – a quantia equivalente a quarenta UFIR por dependente;

IV – as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V – o valor de mil UFIR, correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade.

Art. 11. Na declaração de ajuste anual (artigo 12) poderão ser deduzidos:

I – os pagamentos feitos, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas provenientes de exames laboratoriais e serviços radiológicos;

II – as contribuições e doações efetuadas a entidades de que trata o artigo 1º da Lei n. 3.830⁽⁵⁾, de 25 de novembro de 1960, observadas as condições estabelecidas no artigo 2º da mesma lei;

(5) Leg. Fed., 1960, pág. 1.124; (6) 1990, págs. 849 e 1.102.

III – as doações de que trata o artigo 260 da Lei n. 8.069⁽⁶⁾, de 13 de julho de 1990;

IV – a soma dos valores referidos no artigo 10 desta Lei;

V – as despesas feitas com instrução do contribuinte e seus dependentes até o limite anual individual de seiscentos e cinquenta UFIR.

§ 1º O disposto no inciso I:

a) aplica-se, também, aos pagamentos feitos a empresas brasileiras ou autorizadas a funcionar no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização e cuidados médicos e dentários, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas de natureza médica, odontológica e hospitalar;

b) restringe-se aos pagamentos feitos pelo contribuinte, relativos ao seu próprio tratamento e ao de seus dependentes;

c) é condicionado a que os pagamentos sejam especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro de Pessoas Jurídicas de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento.

§ 2º Não se incluem entre as deduções de que trata o inciso I deste artigo as despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie.

§ 3º A soma das deduções previstas nos incisos II e III está limitada a dez por cento da base de cálculo do imposto, na declaração de ajuste anual.

§ 4º As deduções de que trata este artigo serão convertidas em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês do pagamento ou no mês em que tiverem sido consideradas na base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto.

Art. 12. As pessoas físicas deverão apresentar anualmente declaração de ajuste, na qual se determinará o saldo do imposto a pagar ou valor a ser restituído.

§ 1º Os ganhos a que se referem o artigo 26 desta Lei e o inciso I do artigo 18 da Lei n. 8.134, de 1990, serão apurados e tributados em separado, não integrarão a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na declaração de ajuste anual e o imposto pago não poderá ser deduzido na declaração.

§ 2º A declaração de ajuste anual, em modelo aprovado pelo Departamento da Receita Federal, deverá ser apresentada até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente ao da percepção dos rendimentos ou ganhos de capital.

§ 3º Ficam dispensadas da apresentação de declaração:

a) as pessoas físicas cujos rendimentos do trabalho assalariado, no ano-calendário, inclusive Gratificação de Natal ou Gratificação Natalina, conforme o caso, acrescidos dos demais rendimentos recebidos, exceto os não tributados ou tributados exclusivamente na fonte, sejam iguais ou inferiores a treze mil UFIR;

b) os aposentados, inativos e pensionistas da Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou dos respectivos Tesouros, cujos proventos e pensões no ano-calendário, acrescidos dos demais rendimentos recebidos, exceto os não tributados ou tributados exclusivamente na fonte, sejam iguais ou inferiores a treze mil UFIR;

c) outras pessoas físicas declaradas em ato do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, cuja qualificação fiscal assegure a preservação dos controles fiscais pela administração tributária.

Art. 13. Para efeito de cálculo do imposto a pagar ou do valor a ser restituído, os rendimentos serão convertidos em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que forem recebidos pelo beneficiário.

Parágrafo único. A base de cálculo do imposto, na declaração de ajuste anual, será a diferença entre as somas, em quantidade de UFIR:

- a) de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não tributáveis e os tributados exclusivamente na fonte; e
- b) das deduções de que trata o artigo 11 desta Lei.

Art. 14. O resultado da atividade rural será apurado segundo o disposto na Lei n. 8.023⁽⁷⁾, de 12 de abril de 1990, e, quando positivo, integrará a base de cálculo do imposto definida no artigo anterior.

§ 1º O resultado da atividade rural e a base de cálculo do imposto serão expressos em quantidade de UFIR.

§ 2º As receitas, despesas e demais valores, que integram o resultado e a base de cálculo, serão convertidos em UFIR pelo valor desta no mês do efetivo pagamento ou recebimento.

Art. 15. O saldo do imposto a pagar ou o valor a ser restituído na declaração de ajuste anual (artigo 12) será determinado com observância das seguintes normas:

- I – será calculado o imposto progressivo de acordo com a tabela (artigo 16);
- II – será deduzido o imposto pago ou retido na fonte, correspondente a rendimentos incluídos na base de cálculo;
- III – o montante assim determinado, expresso em quantidade de UFIR, constituirá, se positivo, o saldo do imposto a pagar e, se negativo, o valor a ser restituído.

Art. 16. Para fins do ajuste de que trata o artigo anterior, o Imposto sobre a Renda pr gressivo será calculado de acordo com a seguinte tabela:

Base de Cálculo (em UFIR)	Parcela a Deduzir da Base de Cálculo (em UFIR)	Alíquota
Até 20.000		isento
Acima de 20.000 até 23.400	12.000	15%
Acima de 23.400	16.560	25%

Art. 17. O saldo do imposto (artigo 15, III) poderá ser pago em até seis quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

- I – nenhuma quota será inferior a cinquenta UFIR e o imposto de valor inferior a cem UFIR será pago de uma só vez;
- II – a primeira quota ou quota única deverá ser paga no mês de abril do ano subsequente ao da percepção dos rendimentos;
- III – as quotas vencerão no último dia útil de cada mês;
- IV – é facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas.

Parágrafo único. A quantidade de UFIR será reconvertida em cruzeiros pelo valor da UFIR no mês do pagamento do imposto ou da respectiva quota.

Art. 18. Para cálculo do imposto, os valores da tabela progressiva anual (artigo 16) serão divididos proporcionalmente ao número de meses do período abran-

gido pela tributação, em relação ao ano-calendário, nos casos de declaração apresentada:

I – em nome do espólio, no exercício em que for homologada a partilha ou feita a adjudicação dos bens;

II – pelo contribuinte, residente ou domiciliado no Brasil, que se retirar em caráter definitivo do Território Nacional.

Art. 19. As pessoas físicas ou jurídicas que efetuarem pagamentos com retenção do Imposto sobre a Renda na fonte deverão fornecer à pessoa física beneficiária, até o dia 28 de fevereiro, documento comprobatório, em duas vias, com indicação da natureza e do montante do pagamento, das deduções e do Imposto sobre a Renda retido no ano anterior.

§ 1º Tratando-se de rendimentos pagos por pessoas jurídicas, quando não tenha havido retenção do Imposto sobre a Renda na fonte, o comprovante deverá ser fornecido no mesmo prazo ao contribuinte que o tenha solicitado até o dia 15 de janeiro do ano subsequente.

§ 2º No documento de que trata este artigo, o imposto retido na fonte, as deduções e os rendimentos, deverão ser informados por seus valores em cruzeiros e em quantidade de UFIR, convertidos segundo o disposto na alínea “a” do parágrafo único do artigo 8º, no § 4º do artigo 11 e no artigo 13 desta Lei.

§ 3º As pessoas físicas ou jurídicas que deixarem de fornecer aos beneficiários, dentro do prazo, ou fornecerem com inexatidão, o documento a que se refere este artigo ficarão sujeitas ao pagamento de multa de trinta e cinco UFIR por documento.

§ 4º À fonte pagadora que prestar informação falsa sobre rendimentos pagos, deduções, ou imposto retido na fonte, será aplicada a multa de cento e cinquenta por cento sobre o valor que for indevidamente utilizável como redução do Imposto sobre a Renda devido, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais.

§ 5º Na mesma penalidade incorrerá aquele que se beneficiar da informação sabendo ou devendo saber da falsidade.

CAPÍTULO III

Da Tributação das Operações Financeiras

Art. 20. O rendimento produzido por aplicação financeira de renda fixa iniciada a partir de 1º de janeiro de 1992, auferido por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeita-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte às alíquotas seguintes:

I – operação iniciada e encerrada no mesmo dia (“day trade”): quarerenta por cento;

II – demais operações: trinta por cento.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, na forma da legislação em vigor.

§ 2º Fica dispensada a retenção do Imposto sobre a Renda na fonte em relação à operação iniciada e encerrada no mesmo dia quando o alienante for instituição financeira, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários ou sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários.

§ 3º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor da alienação, líquido do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF (artigo 18 da Lei n. 8.088⁽⁸⁾, de 31 de outubro de 1990) e o valor da aplicação financeira de renda fixa, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data inicial da operação até a da alienação.

§ 4º Serão adicionados ao valor de alienação, para fins de composição da base de cálculo do imposto, os rendimentos periódicos produzidos pelo título ou aplicação, bem como qualquer remuneração adicional aos rendimentos prefixados, pagos ou creditados ao alienante e não submetidos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, atualizados com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data do crédito ou pagamento até a da alienação.

§ 5º Para fins da incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, a alienação compreende qualquer forma de transmissão da propriedade, bem como a liquidação, resgate ou repactuação do título ou aplicação.

§ 6º Fica incluída na Tabela “D” a que se refere o artigo 4º, inciso II, da Lei n. 7.940⁽⁹⁾, de 20 de dezembro de 1989, sujeita à alíquota de até 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento), a operação de registro de emissão de outros valores mobiliários.

Art. 21. Nas aplicações em fundos de renda fixa, resgatadas a partir de 1º de janeiro de 1992, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na fonte será constituída pela diferença positiva entre o valor do resgate, líquido de IOF, e o custo de aquisição da quota, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária, desde a data da conversão da aplicação em quotas até a reconversão das quotas em cruzeiros.

§ 1º Na determinação do custo de aquisição da quota, quando atribuída a remuneração ao valor resgatado, observar-se-á a precedência segundo a ordem sequencial direta das aplicações realizadas pelo beneficiário.

§ 2º Os rendimentos auferidos pelos fundos de renda fixa e as alienações de título ou aplicações por eles realizadas ficam excluídos, respectivamente, da incidência do Imposto sobre a Renda na fonte e do IOF.

§ 3º O Imposto sobre a Renda na fonte, calculado à alíquota de trinta por cento, e o IOF serão retidos pelo administrador do fundo de renda fixa na data do resgate.

§ 4º Excluem-se do disposto neste artigo as aplicações em Fundo de Aplicação Financeira – FAF, que continuam sujeitas à tributação pelo Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de cinco por cento sobre o rendimento bruto apropriado diariamente ao quotista.

§ 5º Na determinação da base de cálculo do imposto em relação ao resgate de quota existente em 31 de dezembro de 1991, adotar-se-á, a título de custo de aquisição, o valor da quota na mesma data.

Art. 22. São isentos do Imposto sobre a Renda na fonte:

I – os rendimentos creditados ao quotista pelo Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Aplicação, correspondente aos créditos apropriados por FAF;

II – os rendimentos auferidos por FAF, tributados quando da apropriação ao quotista.

Art. 23. A operação de mútuo e a operação de compra vinculada à revenda, no mercado secundário, tendo por objeto ouro, ativo financeiro, iniciadas a partir

de 1º de janeiro de 1992, ficam equiparadas à operação de renda fixa para fins de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte.

§ 1º Constitui fato gerador do imposto a liquidação da operação de mútuo ou a revenda de ouro, ativo financeiro.

§ 2º A base de cálculo do imposto nas operações de mútuo será constituída:

a) pelo valor do rendimento em moeda corrente, atualizado entre a data do recebimento e a data de liquidação do contrato; ou

b) quando o rendimento for fixado em quantidade de ouro, pelo valor da conversão do ouro em moeda corrente, estabelecido com base nos preços médios das operações realizadas no mercado à vista da bolsa em que ocorrer o maior volume de ouro transacionado na data de liquidação do contrato.

§ 3º A base de cálculo nas operações de revenda e de compra de ouro, quando vinculadas, será constituída pela diferença positiva entre o valor de revenda e o de compra do ouro, atualizada com base na variação acumulada da UFIR diária, entre a data de início e de encerramento da operação.

§ 4º O valor da operação de que trata a alínea "a" do § 2º será atualizado com base na UFIR diária.

§ 5º O Imposto sobre a Renda na fonte será calculado aplicando-se alíquotas previstas no artigo 20, de acordo com o prazo de operação.

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas com vistas a definir as características da operação de compra vinculada à revenda, bem como a equiparar às operações de que trata este artigo outras que, pelas suas características, produzam os mesmos efeitos das operações indicadas.

§ 7º O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer prazo mínimo para as operações de que trata este artigo.

Art. 24. Fica dispensada a retenção do Imposto sobre a Renda na fonte de que tratam os artigos 20, 21 e 23, sobre rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, quando o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições em relação à operação:

I – tenha por objeto a aquisição de título ou realização de aplicação exclusivamente sob a forma nominativa, intransferível por endosso;

II – o pagamento ou resgate seja efetuado por cheque cruzado nominativo, não endossável, para depósito em conta do beneficiário ou mediante crédito em conta corrente por ele mantida junto à entidade, dentre as nomeadas no artigo 20, § 2º;

III – seja apresentada, no ato da cessão ou liquidação, a nota de negociação relativa à aquisição do título ou à realização da aplicação;

IV – seja comprovado à fonte pagadora, por escrito, pelo beneficiário, o enquadramento no disposto no "caput" deste artigo ou a condição de entidade imune.

Parágrafo único. A dispensa de que trata este artigo não se aplica em relação aos rendimentos auferidos nas operações:

a) iniciadas e encerradas no mesmo dia, exceto no caso previsto no artigo 20, § 2º;

b) de mútuo, realizadas entre pessoas jurídicas não ligadas, exceto se, pelo menos uma das partes, for quaisquer das pessoas jurídicas mencionadas no artigo 20, § 2º;

c) de que trata o § 4º do artigo 21.

Art. 25. O rendimento auferido no resgate, a partir de 1º de janeiro de 1992, de quota de fundo mútuo de ações, clube de investimento e outros fundos da espécie, inclusive Plano de Poupança e Investimentos – PAIT, de que trata o Decreto-Lei n. 2.292⁽¹⁰⁾, de 21 de novembro de 1986, constituídos segundo a legislação aplicável, quando o beneficiário for pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, sujeita-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

§ 1º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo médio de aquisição da quota, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária da data da conversão em quotas até a de reconversão das quotas em cruzeiros.

§ 2º Os ganhos líquidos a que se refere o artigo seguinte e os rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, auferidos por fundo mútuo de ações, clube de investimentos e outros fundos da espécie, não estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte.

§ 3º O imposto será retido pelo administrador do fundo ou clube de investimento na data do resgate.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a permitir a compensação de perdas ocorridas em aplicações de que trata este artigo.

Art. 26. Ficam sujeitas ao pagamento do Imposto sobre a Renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, a pessoa física e a pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, que auferirem ganhos líquidos nas operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, encerradas a partir de 1º de janeiro de 1992.

§ 1º Os custos de aquisição, os preços de exercício e os prêmios serão considerados pelos valores médios pagos, atualizados com base na variação acumulada da UFIR diária da data da aquisição até a data da alienação do ativo.

§ 2º O Poder Executivo poderá baixar normas para apuração e demonstração dos ganhos líquidos, bem como autorizar a compensação de perdas em um mesmo ou entre dois ou mais mercados ou modalidades operacionais, previstos neste artigo, ressalvado o disposto no artigo 28 desta Lei.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos ganhos líquidos decorrentes da alienação de ouro, ativo financeiro, fora da bolsa, com a interveniência de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

§ 4º O imposto de que trata este artigo será apurado mensalmente.

Art. 27. As deduções de despesas, bem como a compensação de perdas na forma prevista no § 2º do artigo precedente, são admitidas exclusivamente para as operações realizadas nos mercados organizados, geridos ou sob responsabilidade de instituição credenciada pelo Poder Executivo e com objetivos semelhantes ao das bolsas de valores, de mercadorias ou de futuros.

Art. 28. Os prejuízos decorrentes de operações financeiras de compra e subsequente venda ou de venda e subsequente compra, realizadas no mesmo dia (“day-trade”), tendo por objeto ativo, título, valor mobiliário ou direito de natureza e características semelhantes, somente podem ser compensados com ganhos auferidos em operações da mesma espécie ou em operações de cobertura (“hedge”) à qual estejam vinculadas nos termos admitidos pelo Poder Executivo.

§ 1º O ganho líquido mensal corresponde às operações "day-trade", quando auferido por beneficiário dentre os referidos no artigo 26, integra a base de cálculo do Imposto sobre a Renda de que trata o mesmo artigo.

§ 2º Os prejuízos decorrentes de operações realizadas fora de mercados organizados, geridos ou sob responsabilidade de instituição credenciada pelo Poder Público, não podem ser deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda e a apuração do ganho líquido de que trata o artigo 26, bem como não podem ser compensados com ganhos auferidos em operações de espécie, realizadas em qualquer mercado.

Art. 29. Os beneficiários residentes ou domiciliados no exterior sujeitam-se, a partir de 1º de janeiro de 1992, às mesmas normas de tributação pelo Imposto sobre a Renda, previstas para os beneficiários residentes ou domiciliados no País, em relação:

I – aos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras de renda fixa;

II – aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

III – aos rendimentos obtidos em aplicações em fundos de investimento e clubes de ações.

Parágrafo único. Sujeitam-se à tributação pelo Imposto sobre a Renda, nos termos dos artigos 31 a 33, os rendimentos e ganhos de capital decorrentes de aplicações financeiras, auferidos por fundos, sociedades de investimentos e carteira de valores mobiliários de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo residentes, domiciliados ou com sede no exterior.

Art. 30. O investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de valores mobiliários somente poderá ser realizado no País por intermédio de representante legal, previamente designado dentre as instituições autorizadas pelo Poder Executivo a prestar tal serviço, e que será responsável, nos termos do artigo 128 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172⁽¹¹⁾, de 25 de outubro de 1966), pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações que realizar por conta e ordem do representado.

§ 1º O representante legal não será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte sobre aplicações financeiras quando, nos termos da legislação pertinente, tal responsabilidade for atribuída a terceiro.

§ 2º O Poder Executivo poderá excluir determinadas categorias de investidores da obrigatoriedade neste artigo.

Art. 31. Sujeitam-se à tributação pelo Imposto sobre a Renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelo quotista, quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, por fundos em condomínio a que refere o artigo 50 da Lei n. 4.728⁽¹²⁾, de 14 de julho de 1965, constituídos na forma prescrita pelo Conselho Monetário Nacional e mantidos com recursos provenientes de conversão de débitos externos brasileiros, e de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo, residentes, domiciliados, ou com sede no exterior.

Parágrafo único. Os rendimentos e ganhos de capital, auferidos por fundo em condomínio de que trata este artigo, ficam excluídos da retenção do Imposto sobre a Renda na fonte e do Imposto sobre a Renda sobre o ganho líquido mensal

Art. 32. Ficam sujeitos ao Imposto sobre a Renda na fonte, à alíquota de quinze por cento, os rendimentos distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento:

I – pelas entidades mencionadas nos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei n. 2.285⁽¹³⁾, de 23 de julho de 1986;

II – pelas sociedades de investimento a que se refere o artigo 49 da Lei n. 4.728, de 1965;

III – pelas carteiras de valores mobiliários, inclusive vinculadas à emissão, no exterior, de certificados representativos de ações, mantidas por investidores estrangeiros.

§ 1º Os rendimentos e os ganhos de capital auferidos pelas entidades de que trata este artigo, ficam excluídos, respectivamente, do Imposto sobre a Renda na fonte e sobre o ganho líquido mensal.

§ 2º Os ganhos de capital a que se refere o parágrafo precedente ficam excluídos da incidência do Imposto sobre a Renda quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento, pelos fundos, sociedades ou carteiras referidas no “caput” deste artigo.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, consideram-se:

a) rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, dividendos, bonificações em dinheiro e participações nos lucros;

b) ganhos de capital: a diferença entre o valor de aquisição e o de cessão, resgate ou liquidação, auferida nas negociações com títulos e valores mobiliários de renda variável.

§ 4º O valor dos dividendos atribuídos a ações integrantes da carteira será, a partir da data da transferência do patrimônio líquido para o passivo exigível da empresa emitente, registrado à conta de rendimentos.

§ 5º O disposto neste artigo alcança, exclusivamente, as entidades que atenderem às normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, não se aplicando, entretanto, aos fundos em condomínio de que trata o artigo 31 desta Lei.

Art. 33. O Imposto sobre a Renda na fonte sobre rendimentos e ganhos de capital excluídos da base de cálculo nos termos dos artigos 31 e 32 será devido, quando for o caso, no ato da distribuição ao acionista ou quotista no exterior, a qual será caracterizada pela liquidação, remessa ou resgate, sob qualquer forma, de valores auferidos pela sociedade, fundo ou carteira.

§ 1º A base de cálculo do imposto será constituída pelo valor, em moeda nacional, da distribuição realizada, excluídos os ganhos de capital de que trata o artigo 32, quando distribuídos pelas entidades mencionadas naquele artigo.

§ 2º A exclusão de que trata o parágrafo anterior, em termos proporcionais não poderá exceder a relação resultante do confronto do valor do ganho de capital com as somas dos valores dos rendimentos e do ganho de capital, passíveis de distribuição.

§ 3º Nas hipóteses de redução de capital das sociedades de investimento de que trata o artigo 49 da Lei n. 4.728, de 1965, de resgate de quotas de fundos

ou operação equivalente às precedentes, considerar-se-á distribuída a parte do valor dos resultados positivos acumulados na data daquele ato, correspondente à diferença entre o valor da operação e parcela desta, proporcional à relação entre o valor do capital atualizado monetariamente com base na variação da UFIR e o valor do patrimônio líquido, no mês imediatamente anterior ao da distribuição.

§ 4º Considera-se ganho de capital, para fins de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte o valor obtido multiplicando-se a importância correspondente aos resultados positivos distribuídos, apurada na forma do parágrafo anterior, pela proporção entre os ganhos de capital, líquidos, e a soma dos ganhos de capital e rendimentos, líquidos, constantes no balanço no mês imediatamente anterior ao da distribuição.

§ 5º O ganho de capital ou rendimentos líquidos serão constituídos pelos valores das correspondentes receitas, diminuídos das despesas necessárias à sua obtenção.

§ 6º Com vistas à apuração da diferença a que se refere o § 3º deste artigo, o contravalor em moeda nacional do capital registrado no Banco Central do Brasil será determinado tomando-se por base a taxa de câmbio, para venda, vigente no último dia do mês imediatamente anterior ao da distribuição.

Art. 34. As disposições dos artigos 31 a 33 desta Lei abrangem as operações compreendidas no período entre 15 de junho de 1989, inclusive, e 1º de janeiro de 1992, exceto em relação ao imposto de que trata o artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.986⁽¹⁴⁾, de 28 de dezembro de 1982, vedada a restituição ou compensação de imposto pago no mesmo período.

Art. 35. Na cessão, liquidação ou resgate, será apresentada a nota de aquisição do título ou o documento relativo à aplicação, que identifique as partes envolvidas na operação.

§ 1º Quando não apresentado o documento de que trata este artigo, considerar-se-á como preço de aquisição o valor da emissão ou o da primeira colocação do título, prevalecendo o menor.

§ 2º Não comprovado o valor a que se refere o § 1º, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na fonte será arbitrada em cinquenta por cento do valor bruto da alienação.

§ 3º Fica dispensada a exigência prevista neste artigo relativamente a título ou aplicação revestidos, exclusivamente, da forma escritural.

Art. 36. O Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre aplicações financeiras ou pago sobre ganhos líquidos mensais de que trata o artigo 26 será considerado:

I – se o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real: antecipação do devido na declaração;

II – se o beneficiário for pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta: tributação definitiva, vedada a compensação na declaração de ajuste anual.

Art. 37. A alíquota do Imposto sobre a Renda na fonte sobre rendimentos produzidos por títulos ou aplicações integrantes do patrimônio do fundo de renda fixa de que trata o artigo 21 desta Lei será de vinte e cinco por cento e na base de cálculo será considerado como valor de alienação aquele pelo qual o título ou aplicação constar da carteira no dia 31 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto será efetuado pelo administrador do fundo, sem correção monetária, até o dia seguinte ao da alienação do título ou resgate da aplicação.

CAPÍTULO IV

Do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

Art. 38. A partir do mês de janeiro de 1992, o Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas será devido mensalmente, à medida em que os lucros forem auferidos.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, as pessoas jurídicas deverão apurar, mensalmente, a base de cálculo do imposto e o imposto devido.

§ 2º A base de cálculo do imposto será convertida em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 3º O imposto devido será calculado mediante a aplicação da alíquota sobre a base de cálculo expressa em UFIR.

§ 4º Do imposto apurado na forma do parágrafo anterior a pessoa jurídica poderá diminuir:

a) os incentivos fiscais de dedução do imposto devido, podendo o valor excedente ser compensado nos meses subsequentes, observados os limites e prazos fixados na legislação específica;

b) os incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração apurado mensalmente;

c) o Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre receitas computadas na base de cálculo do imposto.

§ 5º Os valores de que tratam as alíneas do parágrafo anterior serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponderem.

§ 6º O saldo do imposto devido em cada mês será pago até o último dia útil do mês subsequente.

§ 7º O prejuízo apurado na demonstração do lucro real em um mês poderá ser compensado com o lucro real dos meses subsequentes.

§ 8º Para efeito de compensação, o prejuízo será corrigido monetariamente com base na variação acumulada da UFIR diária.

§ 9º Os resultados apurados em cada mês serão corrigidos monetariamente (Lei n. 8.200, de 1991).

Art. 39. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão optar pelo pagamento, até o último dia útil do mês subsequente, do imposto devido mensalmente, calculado por estimativa, observado o seguinte:

I – nos meses de janeiro a abril, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um duodécimo do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete anual levantado em 31 de dezembro do ano anterior ou, na inexistência deste, a um sexto do imposto e adicional apurados no balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho do ano anterior;

II – nos meses de maio a agosto, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um duodécimo do imposto e adicional apurados no balanço anual de 31 de dezembro do ano anterior;

III – nos meses de setembro a dezembro, o imposto estimado corresponderá, em cada mês, a um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho do ano em curso.

§ 1º A opção será efetuada na data do pagamento do imposto correspondente ao mês de janeiro e só poderá ser alterada em relação ao imposto referente aos meses do ano subsequente.

§ 2º A pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto mensal estimado, enquanto balanços ou balancetes mensais demonstrarem que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto calculado com base no lucro real do período em curso.

§ 3º O imposto apurado nos balanços ou balancetes será convertido em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que se referir.

§ 4º O imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos computados na determinação do lucro real poderá ser deduzido do imposto estimado de cada mês.

§ 5º A diferença entre o imposto devido, apurado na declaração de ajuste anual (artigo 43), e a importância paga nos termos deste artigo será:

a) paga em quota única, até a data fixada para a entrega da declaração de ajuste anual, se positiva;

b) compensada, corrigida monetariamente, com o imposto mensal a ser pago nos meses subsequentes ao fixado para a entrega da declaração de ajuste anual, se negativa, assegurada a alternativa de requerer a restituição do montante pago indevidamente.

Art. 40. Poderá optar pela tributação com base no lucro presumido a pessoa jurídica cuja receita bruta total (operacional somada à não operacional) tenha sido igual ou inferior a trezentas mil UFIR no mês da opção ou a três milhões e seiscentas mil UFIR no ano anterior, ressalvado o disposto no § 1º.

§ 1º Não poderá optar pela tributação com base no lucro presumido a pessoa jurídica cujo lucro, no ano anterior, tenha sido submetido ao adicional de que trata o artigo 25 da Lei n. 7.450⁽¹⁵⁾, de 23 de dezembro de 1985.

§ 2º A opção pela tributação com base no lucro presumido será efetuada no mês de janeiro ou no mês de início das atividades da pessoa jurídica e só poderá ser alterada a partir de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Os eventuais excessos de receita bruta verificados em meses subsequentes àquele em que houver sido exercida a opção não implicará modificação do regime de tributação dentro do mesmo ano.

§ 4º O limite da receita bruta será calculado tomando-se por base as receitas mensais, divididas pelos valores da UFIR nos meses correspondentes.

§ 5º Verificada, durante o ano-calendário, receita bruta superior a três milhões e seiscentas mil UFIR, a pessoa jurídica passará, no ano subsequente, a ser tributada com base no lucro real.

§ 6º O limite de que trata o parágrafo anterior será proporcional ao número de meses de funcionamento da pessoa jurídica durante o ano em que iniciar suas atividades.

§ 7º O lucro presumido será determinado mediante a aplicação dos seguintes percentuais:

a) trinta por cento da receita bruta da prestação de serviços; e

b) três inteiros e cinco décimos por cento da receita bruta das demais atividades.

§ 8º O lucro presumido, apurado na forma do parágrafo anterior, será convertido em quantidade de UFIR pelo valor diário desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 9º O imposto será calculado sobre o valor mensal do lucro presumido expresso em quantidade de UFIR.

§ 10. O imposto e a contribuição social (Lei n. 7.689⁽¹⁶⁾, de 15 de dezembro de 1988), apurados em cada mês, serão pagos até o último dia útil do mês subsequente.

§ 11. Os rendimentos considerados automaticamente distribuídos aos sócios ou titular das pessoas jurídicas, tributadas na forma deste artigo, serão equivalentes a seis por cento, no mínimo, da receita mensal total, expressa em quantidade de UFIR, diária, pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 12. No caso de sociedade, a parcela de rendimentos considerada automaticamente distribuída, correspondente a cada sócio, será fixada a critério da pessoa jurídica.

§ 13. O imposto incidente sobre o rendimento de que trata o § 11 deste artigo deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente.

Art. 41. A tributação com base no lucro arbitrado somente será admitida em caso de lançamento de ofício, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

§ 1º O lucro arbitrado e a contribuição social serão apurados mensalmente.

§ 2º O lucro arbitrado, diminuído do Imposto sobre a Renda da pessoa jurídica e da contribuição social, será considerado distribuído aos sócios ou ao titular da empresa e tributado exclusivamente na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

§ 3º A contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro arbitrado será devida mensalmente.

Art. 42. O limite da receita bruta anual previsto para a isenção das microempresas (Lei n. 7.256⁽¹⁷⁾, de 27 de novembro de 1984), passa a ser de noventa e seis mil UFIR.

§ 1º O limite da receita bruta será calculado tomando-se por base as receitas mensais, divididas pelos valores da UFIR vigentes nos meses correspondentes.

§ 2º Os rendimentos da microempresa serão considerados automaticamente distribuídos ao sócio ou titular no valor equivalente a seis por cento, no mínimo, da receita total mensal, expressa em quantidade de UFIR diária, pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 3º Os rendimentos efetivamente pagos aos sócios ou ao titular da microempresa sujeitam-se à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, calculado com base na tabela de que trata o artigo 5º.

§ 4º O imposto de que trata o parágrafo anterior, convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês em que o rendimento tiver sido pago, poderá ser compensado com o devido na declaração de ajuste anual do beneficiário.

Art. 43. As pessoas jurídicas deverão apresentar, em cada ano, declaração de ajuste anual consolidando os resultados mensais auferidos nos meses de janeiro a dezembro do ano anterior, nos seguintes prazos:

I – até o último dia útil do mês de março, as tributadas com base no lucro presumido;

II – até o último dia útil do mês de abril, as tributadas com base no lucro real;

(17) Leg. Fed., 1984, pág. 609.

III – até o último dia útil do mês de junho, as demais.

Parágrafo único. Os resultados mensais serão apurados, ainda que a pessoa jurídica tenha optado pela forma de pagamento do imposto e adicional referida no artigo 39.

Art. 44. Aplicam-se à contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e ao imposto incidente na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35) as mesmas normas de pagamento estabelecidas para o Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Tratando-se da base de cálculo da contribuição social (Lei n. 7.689, de 1988) e quando ela resultar negativa em um mês, esse valor, corrigido monetariamente, poderá ser deduzido da base de cálculo de mês subsequente, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real.

Art. 45. O valor em cruzeiros do imposto ou contribuição será determinado mediante a multiplicação da sua quantidade em UFIR pelo valor da UFIR diária na data do pagamento.

Art. 46. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão depreciar, em vinte e quatro quotas mensais, o custo de aquisição ou construção de máquinas e equipamentos, novos, adquiridos entre 1º de janeiro de 1992 e 31 de dezembro de 1993, utilizados em processo industrial da adquirente.

§ 1º A parcela da depreciação acelerada que exceder à depreciação normal constituirá exclusão do lucro líquido e será escriturada no livro de apuração do lucro real.

§ 2º O total da depreciação acumulada, incluída a normal e a parcela excedente, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem, corrigido monetariamente.

§ 3º A partir do mês em que for atingido o limite de que trata o parágrafo anterior, a depreciação normal, corrigida monetariamente, registrada na escrituração comercial, deverá ser adicionada ao lucro líquido para determinar o lucro real.

§ 4º Para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, a conta de depreciação excedente à normal, registrada no livro de apuração do lucro real, será corrigida monetariamente.

§ 5º As disposições contidas neste artigo aplicam-se às máquinas e equipamentos objeto de contratos de arrendamento mercantil.

Art. 47. Desde que autorizada pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir como despesa operacional o custo de construções e benfeitorias realizadas, com a aprovação do órgão governamental competente, em bens públicos de uso comum ou vinculados a serviços públicos ou de utilidade pública.

Art. 48. A partir de 1º de janeiro de 1992, a correção monetária das demonstrações financeiras será efetuada com base na UFIR diária.

Art. 49. A partir do mês de janeiro de 1992, o adicional de que trata o artigo 25 da Lei n. 7.450, de 23 de dezembro de 1985, incidirá à alíquota de dez por cento sobre a parcela do lucro real ou arbitrado, apurado mensalmente, que exceder a vinte e cinco mil UFIR.

Parágrafo único. A alíquota será de quinze por cento para os bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidora de títulos e valores mobiliários e empresa de arrendamento mercantil.

Art. 50. As despesas referidas na alínea "b" do parágrafo único do artigo 52 e no item 2 da alínea "e" do parágrafo único do artigo 71, da Lei n. 4.506⁽¹⁸⁾, de 30 de novembro de 1964, decorrentes de contratos que, posteriormente a 31 de dezembro de 1991, venham a ser assinados, averbados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI e registrados no Banco Central do Brasil, passam a ser dedutíveis para fins de apuração do lucro real, observados os limites e condições estabelecidos pela legislação em vigor.

Parágrafo único. A vedação contida no artigo 14 da Lei n. 4.131⁽¹⁹⁾, de 3 de setembro de 1962, não se aplica às despesas dedutíveis na forma deste artigo.

Art. 51. Os balanços ou balancetes referidos nesta Lei deverão ser levantados com observância das leis comerciais e fiscais e transcritos no Diário ou no Livro de Apuração do Lucro Real.

CAPÍTULO V

Da Atualização e do Pagamento de Impostos e Contribuições

Art. 52. Em relação aos fatos geradores que vierem a ocorrer a partir de 1º de janeiro de 1992, os pagamentos dos tributos e contribuições relacionados a seguir deverão ser efetuados nos seguintes prazos:

I – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI:

a) até o décimo dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos produtos classificados nos Códigos 2402.20.9900 e 2402.90.0399 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI;

b) até o último dia útil da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI;

c) até o último dia útil da segunda quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos demais produtos.

II – Imposto sobre a Renda retido na fonte – IRF:

a) até o último dia útil do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador ou na data da remessa, quando esta for efetuada antes, no caso de lucro de filiais, sucursais, agências ou representações, no País, de pessoas jurídicas com sede no exterior;

b) na data da ocorrência do fato gerador, nos casos dos demais rendimentos atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior;

c) até o último dia útil do mês subsequente ao de distribuição automática dos lucros, no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, das microempresas e das de que trata o artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.397⁽²⁰⁾, de 21 de dezembro de 1987;

d) até o décimo dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos.

III – IOF:

a) até o último dia útil da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, no caso de aquisição de ouro, ativo financeiro, bem assim nos de que tratam os incisos II a IV do artigo 1º da Lei n. 8.033⁽²¹⁾, de 12 de abril de 1990;

(19) Leg. Fed., 1962, pág. 245; (20) 1987, pág. 92; (21) 1990, pág. 576.

b) até o décimo dia da quinzena subsequente à de cobrança ou registro contábil do imposto, nos demais casos;

IV – contribuições para o FINSOCIAL, o PIS/PASEP e sobre o Açúcar e o Alcool, até o dia 20 do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores;

V – contribuições previdenciárias, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de competência.

§ 1º O imposto incidente sobre ganhos de capital na alienação de bens ou direitos (Lei n. 8.134, de 1990, artigo 18) deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente àquele em que os ganhos houverem sido percebidos.

§ 2º O imposto, apurado mensalmente, sobre os ganhos líquidos de que trata o artigo 26, será pago até o último dia útil do mês de março do ano subsequente àquele em que os ganhos foram apurados, facultado ao contribuinte antecipar o pagamento.

Art. 53. Os tributos e contribuições relacionados a seguir serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta:

I – IPI, no primeiro dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores;

II – IRF, no primeiro dia útil subsequente ao de ocorrência do fato gerador;

III – IOF:

a) no primeiro dia da quinzena subsequente à de ocorrência dos fatos geradores, na hipótese de aquisição de ouro, ativo financeiro;

b) no primeiro dia subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos.

IV – contribuições para o FINSOCIAL, PIS/PASEP e sobre o Açúcar e o Alcool, no primeiro dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores;

V – Imposto sobre a Renda sobre os ganhos de que tratam os parágrafos do artigo precedente, no mês em que os ganhos foram auferidos;

VI – contribuições previdenciárias, no primeiro dia do mês subsequente ao de competência;

VII – demais tributos, contribuições e receitas da União, arrecadados pelo Departamento da Receita Federal, não referidos nesta Lei, nas datas dos respectivos vencimentos.

§ 1º O imposto de que tratam os parágrafos do artigo anterior será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês do recebimento ou ganho.

§ 2º O valor em cruzeiros do imposto ou contribuição a pagar será determinado mediante a multiplicação da quantidade de UFIR pelo valor desta na data do pagamento.

CAPÍTULO VI

Da Atualização de Débitos Fiscais

Art. 54. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional e os decorrentes de contribuições arrecadadas pela União, constituídos ou não, vencidos até 31 de dezembro de 1991 e não pagos até 2 de janeiro de 1992, serão atualizados monetariamente com base na legislação aplicável e convertidos, nessa data, em quantidade de UFIR diária.

§ 1º Os juros de mora calculados até 2 de janeiro de 1992 serão, também, convertidos em quantidade de UFIR, na mesma data.

§ 2º Sobre a parcela correspondente ao tributo ou contribuição, convertida em quantidade de UFIR, incidirão juros moratórios à razão de um por cento, por mês-calendário ou fração, a partir de fevereiro de 1992, inclusive, além da multa de mora ou de ofício.

§ 3º O valor a ser recolhido será obtido multiplicando-se a correspondente quantidade de UFIR pelo valor diário desta na data do pagamento.

Art. 55. Os débitos que forem objeto de parcelamento serão consolidados na data da concessão e expressos em quantidade de UFIR diária.

§ 1º O valor do débito consolidado, expresso em quantidade de UFIR, será dividido pelo número de parcelas mensais concedidas.

§ 2º O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros na forma da legislação pertinente.

§ 3º Para efeito de pagamento, o valor em cruzeiros de cada parcela mensal será determinado mediante a multiplicação de seu valor, expresso em quantidade de UFIR, pelo valor desta no dia do pagamento.

Art. 56. No caso de parcelamento concedido administrativamente até o dia 31 de dezembro de 1991, o saldo devedor, a partir de 1º de janeiro de 1992, será expresso em quantidade de UFIR diária mediante a divisão do débito, atualizado monetariamente, pelo valor da UFIR diária no dia 1º de janeiro de 1992.

Parágrafo único. O valor em cruzeiros do débito ou da parcela será determinado mediante a multiplicação da respectiva quantidade de UFIR pelo valor diário desta na data do pagamento.

Art. 57. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, bem como os decorrentes de contribuições arrecadadas pela União, poderão, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, ser inscritos como Dívida Ativa da União, pelo valor expresso em quantidade de UFIR.

§ 1º Os débitos de que trata este artigo, que forem objeto de parcelamento, serão consolidados na data de sua concessão e expressos em quantidade de UFIR.

§ 2º O encargo referido no artigo 1º do Decreto-Lei n. 1.025⁽²²⁾, de 21 de outubro de 1969, modificado pelo artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.569⁽²³⁾, de 8 de agosto de 1977, e artigo 3º do Decreto-Lei n. 1.645⁽²⁴⁾, de 11 de dezembro de 1978, será calculado sobre o montante do débito, inclusive multas, atualizado monetariamente e acrescido de juros e multa de mora.

Art. 58. No caso de lançamento de ofício, a base de cálculo, o imposto, as contribuições arrecadadas pela União e os acréscimos legais serão expressos em UFIR diária ou mensal, conforme a legislação de regência do tributo ou contribuição.

Parágrafo único. Os juros e a multa de lançamento de ofício serão calculados com base no imposto ou contribuição expresso em quantidade de UFIR.

CAPÍTULO VII

Das Multas e dos Juros de Mora

Art. 59. Os tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal, que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos à multa de mora de vinte por cento e a juros de mora de um por cento ao mês-ca-

(22) Leg. Fed., 1969, pág. 1.717; (23) 1977, pág. 568; (24) 1978, pág. 1.315.

lendário ou fração, calculados sobre o valor do tributo ou contribuição corrigido monetariamente.

§ 1º A multa de mora será reduzida a dez por cento, quando o débito for pago até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento.

§ 2º A multa incidirá a partir do primeiro dia após o vencimento do débito; os juros, a partir do primeiro dia do mês subsequente.

Art. 60. Será concedida redução de quarenta por cento da multa de lançamento de ofício ao contribuinte que, notificado, requerer o parcelamento do débito no prazo legal de impugnação.

§ 1º Havendo impugnação tempestiva, a redução será de vinte por cento, se o parcelamento for requerido dentro de trinta dias da ciência da decisão da primeira instância.

§ 2º A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeito.

Art. 61. As contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS ficarão sujeitas à multa variável, de caráter não-relevável, nos seguintes percentuais, incidentes sobre os valores atualizados monetariamente até a data do pagamento:

I - dez por cento sobre os valores das contribuições em atraso que, até a data do pagamento, não tenham sido incluídas em notificação de débito;

II - vinte por cento sobre os valores pagos dentro de quinze dias contados da data do recebimento da correspondente notificação de débito;

III - trinta por cento sobre todos os valores pagos mediante parcelamento, desde que referido no prazo do inciso anterior;

IV - sessenta por cento sobre os valores pagos em quaisquer outros casos, inclusive por falta de cumprimento de acordo para o parcelamento.

Parágrafo único. É facultada a realização de depósito, à disposição da Seguridade Social, sujeito aos mesmos percentuais dos incisos I e II, conforme o caso, para apresentação de defesa.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 62. O § 2º do artigo 11 e os artigos 13 e 14 da Lei n. 8.218, de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 1º

§ 2º O Departamento da Receita Federal expedirá os atos necessários para estabelecer a forma e o prazo em que os arquivos e sistemas deverão ser apresentados.

Art. 13. A não-apresentação dos arquivos ou sistemas até o trigésimo dia após o vencimento do prazo estabelecido implicará o arbitramento do lucro da pessoa jurídica, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo anterior.

Art. 14. A tributação com base no lucro real somente será admitida para as pessoas jurídicas que mantiverem, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, livro ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário (Livro Razão), mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

Parágrafo único. A não-manutenção do livro de que trata este artigo, nas condições determinadas, implicará o arbitramento do lucro da pessoa jurídica."

Art. 63. O tratamento tributário previsto no artigo 6º do Decreto-Lei n. 2.397, de 21 de dezembro de 1987, aplica-se, também, às operações de cobertura de riscos realizadas em outros mercados de futuros, no exterior, além de bolsas, desde que admitidas pelo Conselho Monetário Nacional e desde que sejam observadas as normas e condições por ele estabelecidas.

Art. 64. Responderão como co-autores de crime de falsidade o gerente e o administrador de instituição financeira ou assemelhadas que concorrerem para que seja aberta conta ou movimentados recursos sob nome:

I - falso;

II - de pessoa física ou de pessoa jurídica inexistente;

III - de pessoa jurídica liquidada de fato ou sem representação regular.

Parágrafo único. É facultado às instituições financeiras e às assemelhadas solicitar ao Departamento da Receita Federal a confirmação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 65. Terá o tratamento de permuta a entrega, pelo licitante vencedor, de títulos da dívida pública federal ou de outros créditos contra a União, como contrapartida à aquisição das ações ou quotas leiloadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

§ 1º Na hipótese de adquirente pessoa física, deverá ser considerado como custo de aquisição das ações ou quotas da empresa privatizável o custo de aquisição dos direitos contra a União, corrigido monetariamente até a data da permuta.

§ 2º Na hipótese de pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, o custo de aquisição será apurado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o custo de aquisição das ações ou quotas leiloadas será igual ao valor contábil dos títulos ou créditos entregues pelo adquirente na data da operação.

§ 4º Quando se configurar, na aquisição, investimento relevante em coligada ou controlada, avaliável pelo valor do patrimônio líquido, a adquirente deverá registrar o valor da equivalência no patrimônio adquirido, em conta própria de investimentos, e o valor do ágio ou deságio na aquisição em subconta do mesmo investimento, que deverá ser computado na determinação do lucro real do mês de realização do investimento, a qualquer título.

Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subseqüentes.

§ 1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie.

§ 2º É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.

§ 3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do imposto ou contribuição corrigido monetariamente com base na variação da UFIR.

§ 4º O Departamento da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 67. A competência de que trata o artigo 1º da Lei n. 8.022⁽²⁵⁾, de 12 de abril de 1990, relativa à apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa oriunda das receitas arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como a representação judicial nas respectivas execuções fiscais, cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 68. O Anexo I do Decreto-Lei n. 2.225⁽²⁶⁾, de 10 de janeiro de 1985, passa a vigorar na forma do Anexo I a esta Lei.

Parágrafo único. Fica igualmente aprovado o Anexo II a esta Lei, que altera a composição prevista no Decreto-Lei n. 2.192⁽²⁷⁾, de 26 de dezembro de 1984.

Art. 69. O produto da arrecadação de multas, inclusive as que fazem parte do valor pago por execução da Dívida Ativa e de sua respectiva correção monetária, incidentes sobre tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal e próprios da União, bem como daquelas aplicadas à rede arrecadadora de receitas federais, constituirá receita do Fundo instituído pelo Decreto-Lei n. 1.437⁽²⁸⁾, de 17 de dezembro de 1975, sem prejuízo do disposto na legislação pertinente, excluídas as transferências constitucionais para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 70. Ficam isentas dos tributos incidentes sobre a importação as mercadorias destinadas a consumo no recinto de congressos, feiras e exposições internacionais, e eventos assemelhados, a título de promoção ou degustação, de montagem ou conservação de estandes, ou de demonstração de equipamentos em exposição.

§ 1º A isenção não se aplica a mercadorias destinadas à montagem de estandes, susceptíveis de serem aproveitadas após o evento.

§ 2º É condição para gozo da isenção que nenhum pagamento, a qualquer título, seja efetuado ao exterior, em relação às mercadorias mencionadas no “caput” deste artigo.

§ 3º A importação das mercadorias objeto da isenção fica dispensada da Guia de Importação, mas sujeita-se a limites de quantidade e valor, além de outros requisitos, estabelecidos pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 71. As pessoas jurídicas de que trata o artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.397, de 21 de dezembro de 1987, que preencham os requisitos dos incisos I e II do artigo 40, poderão optar pela tributação com base no lucro presumido.

Parágrafo único. Em caso de opção, a pessoa jurídica pagará o imposto correspondente ao ano-calendário de 1992, obedecendo ao disposto no artigo 40, sem prejuízo do pagamento do imposto devido por seus sócios no exercício de 1992, ano-base de 1991.

Art. 72. Ficam isentas do IOF as operações de financiamento para a aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE), quando adquiridos por:

I – motoristas profissionais que, na data da publicação desta Lei, exerçam comprovadamente em veículo de sua propriedade a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do poder concedente e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

II – motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III – cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV – pessoas portadoras de deficiência física, atestada pelo Departamento de Trânsito do Estado onde residirem em caráter permanente, cujo laudo de perícia médica especifique:

a) o tipo de defeito físico e a total incapacidade do requerente para dirigir automóveis convencionais;

b) a habilitação do requerente para dirigir veículo com adaptações especiais, descritas no referido laudo.

V – trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas, destinado à aquisição de maquinário, equipamentos e ferramentas que possibilitem a aquisição de bens e a prestação de serviços à comunidade.

§ 1º O benefício previsto neste artigo:

a) poderá ser utilizado uma única vez;

b) será reconhecido pelo Departamento da Receita Federal mediante prévia verificação de que o adquirente possui os requisitos.

§ 2º Na hipótese do inciso V, o reconhecimento ficará adstrito aos tomadores residentes na área de atuação do Projeto, os quais serão indicados pelos Governos Estaduais, mediante convênio celebrado com a Caixa Econômica Federal.

§ 3º A alienação do veículo antes de três anos contados da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam as condições e os requisitos, acarretará o pagamento, pelo alienante, da importância correspondente à diferença da alíquota aplicável à operação e a de que trata este artigo, calculada sobre o valor do financiamento, sem prejuízo da incidência dos demais encargos previstos na legislação tributária.

Art. 73. O artigo 2º da Lei n. 8.033, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 2º

VII – não incidirá relativamente a ações nas seguintes hipóteses:

a) transmissão “causa mortis” e adiantamento da legítima;

b) sucessão decorrente de fusão, cisão ou incorporação;

c) transferência das ações para sociedade controlada.

.....”

§ 4º Nas hipóteses do inciso VII, o imposto incidirá na ulterior transmissão das ações pelos herdeiros, legatários, donatários, sucessores e cessionários."

Art. 74. Integrarão a remuneração dos beneficiários:

I – a contraprestação de arrendamento mercantil ou o aluguel ou, quando for o caso, os respectivos encargos de depreciação, atualizados monetariamente até a data do balanço:

a) de veículo utilizado no transporte de administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros em relação à pessoa jurídica;

b) de imóvel cedido para uso de qualquer pessoa dentre as referidas na alínea precedente;

II – as despesas com benefícios e vantagens concedidos pela empresa a administradores, diretores, gerentes e seus assessores, pagos diretamente ou através da contratação de terceiros, tais como:

a) a aquisição de alimentos ou quaisquer outros bens para utilização pelo beneficiário fora do estabelecimento da empresa;

b) os pagamentos relativos a clubes e assemelhados;

c) o salário e respectivos encargos sociais de empregados postos à disposição ou cedidos, pela empresa, a administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros;

d) a conservação, o custeio e a manutenção dos bens referidos no item I.

§ 1º A empresa identificará os beneficiários das despesas e adicionará aos respectivos salários os valores a elas correspondentes.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo implicará a tributação dos respectivos valores, exclusivamente na fonte, à alíquota de trinta e três por cento.

Art. 75. Sobre os lucros apurados a partir de 1º de janeiro de 1993 não incidirá o Imposto sobre a Renda na fonte sobre o lucro líquido, de que trata o artigo 35 da Lei n. 7.713, de 1988, permanecendo em vigor a não-incidência do imposto sobre o que for distribuído a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 76. Não mais será exigido o imposto suplementar de renda de que trata o artigo 43 da Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n. 2.073⁽²⁹⁾, de 20 de junho de 1983, relativamente aos triênios encerrados posteriormente a 31 de dezembro de 1991.

Art. 77. A partir de 1º de janeiro de 1993, a alíquota do Imposto sobre a Renda incidente na fonte sobre lucros e dividendos de que trata o artigo 97 do Decreto-Lei n. 5.844⁽³⁰⁾, de 23 de setembro de 1943, com as modificações posteriormente introduzidas, passará a ser de quinze por cento.

Art. 78. Relativamente ao exercício financeiro de 1992, ano-base de 1991, o saldo do imposto a pagar ou o valor a ser restituído, apurado pelas pessoas físicas de acordo com a Lei n. 8.134, de 1990, será convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês de janeiro de 1992.

§ 1º O saldo do imposto devido será pago nos prazos e condições fixados na legislação vigente.

§ 2º Os valores em cruzeiros do imposto ou de quota deste, bem assim o do saldo a ser restituído serão determinados mediante a multiplicação de seu valor, expresso em quantidade de UFIR, pelo valor desta no mês de pagamento.

Art. 79. O valor do Imposto sobre a Renda incidente sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e do imposto sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), relativos ao exercício financeiro de 1992, período-base de 1991, será convertido em quantidade de UFIR diária, segundo o valor desta no dia 1º de janeiro de 1992.

Parágrafo único. Os impostos e a contribuição social, bem como cada duodécimo ou quota destes, serão reconvertidos em cruzeiros mediante a multiplicação da quantidade de UFIR diária pelo valor dela na data do pagamento.

Art. 80. Fica autorizada a compensação do valor pago ou recolhido a título de encargo à Taxa Referencial Diária – TRD acumulada entre a data da ocorrência do fato gerador e a do vencimento dos tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, pagos ou recolhidos a partir de 4 de fevereiro de 1991.

Art. 81. A compensação dos valores de que trata o artigo precedente, pagos pelas pessoas jurídicas, dar-se-á na forma a seguir:

I – os valores referentes à TRD pagos em relação a parcelas do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, Imposto sobre a Renda na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), bem como correspondentes a recolhimento do Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos de qualquer espécie poderão ser compensados com impostos da mesma espécie ou entre si, dentre os referidos neste inciso, inclusive com os valores a recolher a título de parcela estimada do Imposto sobre a Renda;

II – os valores referentes à TRD pagos em relação às parcelas da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988), do FINSOCIAL e do PIS/PASEP, somente poderão ser compensados com as parcelas a pagar de contribuições da mesma espécie;

III – os valores referentes à TRD recolhidos em relação a parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e os pagos em relação às parcelas dos demais tributos ou contribuições somente poderão ser compensados com parcelas de tributos e contribuições da mesma espécie.

Art. 82. Fica a pessoa física autorizada a compensar os valores referentes à TRD, pagos sobre as parcelas de Imposto sobre a Renda por ela devidas, relacionadas a seguir:

I – quotas do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas;

II – parcelas devidas a título de “carnê-leão”;

III – Imposto sobre a Renda sobre ganho de capital na alienação de bens móveis ou imóveis;

IV – Imposto sobre a Renda sobre ganhos líquidos apurados no mercado de renda variável.

Art. 83. Na impossibilidade da compensação total ou parcial dos valores referentes à TRD, o saldo não compensado terá o tratamento de crédito de Imposto sobre a Renda, que poderá ser compensado com o imposto na declaração de ajuste anual da pessoa jurídica ou física, a ser apresentada a partir do exercício financeiro de 1992.

Art. 84. Alternativamente ao procedimento autorizado no artigo anterior, o contribuinte poderá pleitear a restituição do valor referente à TRD mediante processo regular apresentado na repartição do Departamento da Receita Federal

do seu domicílio fiscal, observando as exigências de comprovação do valor a ser restituído.

Art. 85. Ficam convalidados os procedimentos de compensação de valores referentes à TRD pagos ou recolhidos e efetuados antes da vigência desta Lei, desde que tenham sido observadas as normas e condições da mesma.

Art. 86. As pessoas jurídicas de que trata o artigo 3º do Decreto-Lei n. 2.354⁽³¹⁾, de 24 de agosto de 1987, deverão pagar o Imposto sobre a Renda relativo ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e o relativo aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, da seguinte forma:

I – o do período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991:

a) nos meses de janeiro a março, em duodécimos mensais, na forma do referido decreto-lei;

b) nos meses de abril a junho, em quotas mensais, iguais e sucessivas vencendo-se cada uma no último dia útil dos mesmos meses.

II – o dos meses do ano-calendário de 1992, em nove parcelas mensais e sucessivas, vencíveis, cada uma, no último dia útil a partir do mês de julho, observado o seguinte:

a) em julho de 1992, o referente aos meses de janeiro e fevereiro;

b) em agosto de 1992, o referente aos meses de março e abril;

c) em setembro de 1992, o referente aos meses de maio e junho;

d) em outubro de 1992, o referente ao mês de julho;

e) em novembro de 1992, o referente ao mês de agosto;

f) em dezembro de 1992, o referente ao mês de setembro;

g) em janeiro de 1993, o referente ao mês de outubro;

h) em fevereiro de 1993, o referente ao mês de novembro; e,

i) em março de 1993, o referente ao mês de dezembro.

III – o dos meses do ano-calendário de 1993, em dez parcelas mensais e sucessivas, vencíveis, cada uma, no último dia útil a partir do mês de abril, observado o seguinte:

a) em abril de 1993, o referente aos meses de janeiro e fevereiro;

b) em maio de 1993, o referente aos meses de março e abril;

c) a partir de junho de 1993 até janeiro de 1994, o imposto referente aos respectivos meses imediatamente anteriores.

§ 1º Ressalvado o disposto no § 2º, as pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses do ano-calendário de 1992, calculado por estimativa, da seguinte forma:

a) nos meses de julho, agosto e setembro de 1992, no último dia útil de cada um, dois duodécimos do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991;

b) nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, no último dia útil de cada um, um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1992.

§ 2º No ano-calendário de 1992, não poderá optar pelo pagamento do imposto calculado por estimativa a pessoa jurídica que, no exercício de 1992, período-base de 1991, apresentou prejuízo fiscal.

§ 3º As pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses do ano-calendário de 1993, calculado por estimativa, da seguinte forma:

a) nos meses de abril e maio de 1993, no último dia útil de cada um, dois duodécimos do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1992;

b) nos meses de junho a setembro de 1993, no último dia útil de cada um, um duodécimo do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1992;

c) nos meses de outubro de 1993 a janeiro de 1994, no último dia útil de cada um, um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1993.

§ 4º As pessoas jurídicas que exercerem a opção prevista nos parágrafos anteriores deverão observar o disposto nos §§ 4º e 5º do artigo 39.

§ 5º As disposições deste artigo aplicam-se também ao pagamento da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988) e do Imposto sobre a Renda incidente na fonte sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), correspondente ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e ao ano-calendário de 1992.

§ 6º O Imposto sobre a Renda e a contribuição social serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponderem.

§ 7º É facultado à pessoa jurídica pagar antecipadamente o imposto, duodécimo ou quota.

§ 8º A partir do mês de fevereiro de 1994, as pessoas jurídicas de que trata este artigo iniciarão o pagamento do imposto referente aos meses do ano em curso.

Art. 87. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, não submetidas ao disposto no artigo anterior, deverão pagar o Imposto sobre a Renda relativo ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e o relativo aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, da seguinte forma:

I – o do período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991, em seis quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos meses de abril a setembro de 1992;

II – o dos meses do ano-calendário de 1992, em seis quotas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil, a partir do mês de outubro de 1992, observado o seguinte:

- a) em outubro de 1992, o imposto referente aos meses de janeiro e fevereiro;
- b) em novembro de 1992, o imposto referente aos meses de março e abril;
- c) em dezembro de 1992, o imposto referente aos meses de maio e junho;
- d) em janeiro de 1993, o imposto referente aos meses de julho e agosto;
- e) em fevereiro de 1993, o imposto referente aos meses de setembro e outubro;
- f) em março de 1993, o imposto referente aos meses de novembro e dezembro.

III – o dos meses do ano-calendário de 1993, em dez quotas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil, a partir do mês de abril de 1993, observado o seguinte:

- a) em abril de 1993, o imposto referente aos meses de janeiro e fevereiro;
- b) em maio de 1993, o imposto referente aos meses de março e abril;

c) a partir de junho de 1993 até janeiro de 1994, o imposto referente aos respectivos meses imediatamente anteriores.

§ 1º As pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão optar pelo pagamento do imposto correspondente aos meses dos anos-calendário de 1992 e 1993, calculado por estimativa, da seguinte forma:

I – o relativo ao ano-calendário de 1992, nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, no último dia útil de cada um, dois sextos do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete semestral levantado em 30 de junho de 1992;

II – o relativo ao ano-calendário de 1993, na forma do § 3º do artigo 85.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se também ao pagamento da contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988), correspondente ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1991 e ao anos-calendário de 1992 e 1993, estendendo-se o mesmo regime ao imposto sobre o lucro líquido (Lei n. 7.713, de 1988, artigo 35), enquanto este vigorar.

§ 3º O Imposto sobre a Renda e a contribuição social serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder.

§ 4º É facultado à pessoa jurídica pagar antecipadamente o imposto, duodécimo ou quota.

§ 5º A partir do mês de fevereiro de 1994, as pessoas jurídicas de que trata este artigo iniciarão o pagamento do imposto referente aos meses do ano em curso.

Art. 88. O disposto no artigo 39 aplica-se, no que couber, ao pagamento do imposto calculado por estimativa previsto nos artigos 85 e 86.

Art. 89. As empresas que optarem pela tributação com base no lucro presumido deverão pagar o Imposto sobre a Renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro (Lei n. 7.689, de 1988):

I – relativos ao período-base de 1991, nos prazos fixados na legislação em vigor, sem as modificações introduzidas por esta Lei;

II – a partir do ano-calendário de 1992, segundo o disposto no artigo 40.

Art. 90. A pessoa jurídica que, no ano-calendário de 1991, tiver auferido receita bruta total igual ou inferior a um bilhão de cruzeiros poderá optar pela tributação com base no lucro presumido no ano-calendário de 1992.

Art. 91. As parcelas de antecipação do Imposto sobre a Renda e da contribuição social sobre o lucro, relativas ao exercício financeiro de 1992, pagas no ano de 1991, serão corrigidas monetariamente com base na variação acumulada do INPC desde o mês do pagamento até dezembro de 1991.

Parágrafo único. A contrapartida do registro da correção monetária referida neste artigo será escriturada como variação monetária ativa, na data do balanço.

Art. 92. Fica reduzida para zero a alíquota do Imposto sobre a Renda na fonte sobre valores remetidos a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, destinados ao pagamento de comissões e despesas, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, incorridas nas operações de colocação, no exterior de ações de companhias abertas domiciliadas no Brasil.

Art. 93. O artigo 1º e o artigo 2º do Decreto-Lei n. 1.804⁽³²⁾, de 3 de setembro de 1980, passam a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 1º

§ 3º O regime de que trata este artigo somente se aplica a remessas de valor até quinhentos dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas.

.....
Art. 2º

II – dispor sobre a isenção do Imposto sobre a Importação dos bens contidos em remessas de valor até cem dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas, quando destinados a pessoas físicas.

.....”

Art. 94. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento expedirá os atos necessários à execução do disposto nesta Lei, observados os princípios e as diretrizes nela estabelecidos, objetivando, especialmente, a simplificação e a desburocratização dos procedimentos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento fica autorizado, inclusive, a permitir a substituição da consolidação dos resultados mensais da pessoa jurídica pelo cálculo do imposto mediante levantamento direto de balanço trimestral, semestral ou anual.

Art. 95. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento poderá em 1992 e 1993, alongar o prazo de pagamento dos impostos e da contribuição social sobre o lucro, se a conjuntura econômica assim o exigir.

Art. 96. No exercício financeiro de 1992, ano-calendário de 1991, o contribuinte apresentará declaração de bens na qual os bens e direitos serão individualmente avaliados a valor de mercado no dia 31 de dezembro de 1991, e convertido em quantidade de UFIR pelo valor desta no mês de janeiro de 1992.

§ 1º A diferença entre o valor de mercado referido neste artigo e o constante de declarações de exercícios anteriores será considerada rendimento isento.

§ 2º A apresentação da declaração de bens como estes avaliados em valores de mercado não exime os declarantes de manter e apresentar elementos que permitam a identificação de seus custos de aquisição.

§ 3º A autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor informado, sempre que este não mereça fé, por notoriamente diferente do de mercado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória administrativa ou judicial.

§ 4º Todos e quaisquer bens e direitos adquiridos, a partir de 1º de janeiro de 1992, serão informados, nas declarações de bens de exercícios posteriores, pelos respectivos valores em UFIR, convertidos com base no valor desta no mês de aquisição.

§ 5º Na apuração de ganhos de capital na alienação dos bens e direitos de que trata este artigo será considerado custo de aquisição o valor em UFIR:

a) constante da declaração relativa ao exercício financeiro de 1992, relativamente aos bens e direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1991;

b) determinado na forma do parágrafo anterior, relativamente aos bens e direitos adquiridos a partir de 1º de janeiro de 1992.

§ 6º A conversão, em quantidade de UFIR, das aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de renda variável, bem como em ouro ou certificados representativos de ouro, ativo financeiro, será realizada adotando-se o maior dentre os seguintes valores:

a) de aquisição, acrescido da correção monetária e da variação da Taxa Referencial Diária – TRD até 31 de dezembro de 1991, nos termos admitidos em lei;

b) de mercado, assim entendido o preço médio ponderado das negociações do ativo, ocorridos na última quinzena do mês de dezembro de 1991, em bolsas do País, desde que reflitam condições regulares de oferta e procura, ou o valor da quota resultante da avaliação da carteira do fundo mútuo de ações ou clube de investimento, exceto Plano de Poupança e Investimento – PAIT, em 31 de dezembro de 1991, mediante aplicação dos preços médios ponderados.

§ 7º Excluem-se do disposto neste artigo os direitos ou créditos relativos a operações financeiras de renda fixa, que serão informados pelos valores de aquisição ou aplicação, em cruzeiros.

§ 8º A isenção de que trata o § 1º não alcança:

a) os direitos ou créditos de que trata o parágrafo precedente;

b) os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1990, não relacionados na declaração de bens relativa ao exercício de 1991.

§ 9º Os bens adquiridos no ano-calendário de 1991 serão declarados em moeda corrente nacional, pelo valor de aquisição, e em UFIR, pelo valor de mercado em 31 de dezembro de 1991.

§ 10. O Poder Executivo fica autorizado a baixar as instruções necessárias à aplicação deste artigo, bem como a estabelecer critério alternativo para determinação do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, se não ocorrerem negociações nos termos do § 6º.

Art. 97. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1992.

Art. 98. Revogam-se o artigo 44 da Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962, os §§ 1º e 2º do artigo 11 da Lei n. 4.357⁽³³⁾, de 16 de julho de 1964, o artigo 2º da Lei n. 4.729⁽³⁴⁾, de 14 de julho de 1965, o artigo 5º do Decreto-Lei n. 1.060⁽³⁵⁾, de 21 de outubro de 1969, os artigos 13 e 14 da Lei n. 7.713, de 1988, os incisos III e IV e os §§ 1º e 2º do artigo 7º e o artigo 10 da Lei n. 8.023, de 1990, o inciso III e parágrafo único do artigo 11 da Lei n. 8.134, de 27 de dezembro de 1990 e o artigo 14 da Lei n. 8.137⁽³⁶⁾, de 27 de dezembro de 1990.

Fernando Collor – Presidente da República.

Marcílio Marques Moreira.

ANEXO I À LEI N. 8.383, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991**Artigo 68:**

Carreira Auditoria do Tesouro Nacional			
Denominação	Classe	Padrão	Quantidade
Auditor Fiscal do Tesouro Nacional (Nível Superior)	Especial	I a III	1.500
	1ª	I a IV	3.000
	2ª	I a IV	4.500
	3ª	I a IV	6.000
Técnico do Tesouro Nacional (Nível Médio)	Especial	I a III	1.800
	1ª	I a IV	3.600
	2ª	I a IV	5.400
	3ª	I a IV	7.200

Art. 68. Parágrafo único:

Carreira Procurador da Fazenda Nacional		
Denominação	Classe	Quantidade
Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional	-	40
Procurador da Fazenda Nacional	1ª Categoria	255
Procurador da Fazenda Nacional	2ª Categoria	305

LEI N. 8.987 – DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do artigo 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;

II – concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III – concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV – permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 3º As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Art. 4º A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

Art. 5º O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

CAPÍTULO II

Do Serviço Adequado

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I – motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e

II – por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

CAPÍTULO III

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Art. 7º Sem prejuízo do disposto na Lei n. 8.078⁽¹⁾, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

- I — receber serviço adequado;
- II — receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III — obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder concedente;
- IV — levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- V — comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;
- VI — contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

CAPÍTULO IV

Da Política Tarifária

Art. 8º (Vetado).

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º Ressalvados os impostos sobre a Renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

Art. 10. Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no artigo 17 desta Lei.

Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 12. (Vetado).

(1) Leg. Fed., 1990, pág. 1.032.

Art. 13. As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

CAPÍTULO V

Da Licitação

Art. 14. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

I — o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;

II — a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga de concessão;

III — a combinação dos critérios referidos nos incisos I e II deste artigo.

§ 1º A aplicação do critério previsto no inciso III só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômico-financeira.

§ 2º O poder concedente recusará propostas manifestamente inexeqüíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

§ 3º Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.

Art. 16. A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o artigo 5º desta Lei.

Art. 17. Considerar-se-á desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

Parágrafo único. Considerar-se-á, também, desclassificada a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa do poder concedente que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade.

Art. 18. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterà, especialmente:

I — o objeto, metas e prazo da concessão;

II — a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;

III — os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;

IV — prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;

V — os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;

VI – as possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;

VII – os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;

VIII – os critérios de reajuste e revisão da tarifa;

IX – os critérios indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

X – a indicação dos bens reversíveis;

XI – as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;

XII – a expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução do serviço ou da obra pública, ou para a instituição de servidão administrativa;

XIII – as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;

XIV – nos casos de concessão, a minuta do respectivo contrato, que conterá as cláusulas essenciais referidas no artigo 2º desta Lei, quando aplicáveis;

XV – nos casos de concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização; e

XVI – nos casos de permissão, os termos do contrato de adesão a ser firmado.

Art. 19. Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I – comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II – indicação da empresa responsável pelo consórcio;

III – apresentação dos documentos exigidos nos incisos V e XIII do artigo anterior, por parte de cada consorciada;

IV – impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro de consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

Art. 20. É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse do serviço a ser concedido determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.

Art. 21. Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à dis-

posição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital.

Art. 22. É assegurada a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.

CAPÍTULO VI

Do Contrato de Concessão

Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

- I – ao objeto, à área e ao prazo da concessão;
- II – ao modo, forma e condições de prestação do serviço;
- III – aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- IV – ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;
- V – aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;
- VI – aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;
- VII – à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;
- VIII – às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;
- IX – aos casos de extinção da concessão;
- X – aos bens reversíveis;
- XI – aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
- XII – às condições para prorrogação do contrato;
- XIII – à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;
- XIV – à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e
- XV – ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

Parágrafo único. Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente:

- I – estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão; e
- II – exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

Art. 24. (vetado).

Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§ 2º Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.

§ 3º A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

Art. 26. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

§ 1º A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

§ 2º O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

Parágrafo único. Para fins de obtenção da anuência de que trata o "caput" deste artigo o pretendente deverá:

I – atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II – comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 28. Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

Parágrafo único. Nos casos em que o organismo financiador for instituição financeira pública, deverão ser exigidas outras garantias da concessionária para viabilização do financiamento.

CAPÍTULO VII

Dos Encargos do Poder Concedente

Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

I – regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II – aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III – intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV – extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;

V – homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI – cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VII – zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

VIII — declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX — declarar de necessidade ou utilidade pública, para os fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

X — estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;

XI — incentivar a competitividade; e

XII — estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.

CAPÍTULO VIII

Dos Encargos da Concessionária

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I — prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II — manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

III — prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV — cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

V — permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI — promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

VII — zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VIII — captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

CAPÍTULO IX

Da Intervenção

Art. 32. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 33. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 2º O procedimento administrativo a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

Art. 34. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CAPÍTULO X

Da Extinção da Concessão

Art. 35. Extingue-se a concessão por:

I – advento do termo contratual;

II – encampação;

III – caducidade;

IV – rescisão;

V – anulação; e

VI – falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§ 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

§ 4º Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta Lei.

Art. 36. A reversão do advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do artigo 27, e as normas convencionadas entre as partes.

§ 1º A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I — o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II — a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III — a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV — a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V — a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI — a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII — a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§ 2º A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§ 4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

§ 5º A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma do artigo 36 desta Lei e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§ 6º Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Art. 39. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no “caput” deste artigo, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

CAPÍTULO XI**Das Permissões**

Art. 40. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

Parágrafo único. Aplica-se às permissões o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO XII**Disposições Finais e Transitórias**

Art. 41. O disposto nesta Lei não se aplica à concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Art. 42. As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no artigo 43 desta Lei.

§ 1º Vencido o prazo da concessão, o poder concedente procederá a sua licitação, nos termos desta Lei.

§ 2º As concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 43. Ficam extintas todas as concessões de serviços públicos outorgadas sem licitação na vigência da Constituição de 1988.

Parágrafo único. Ficam também extintas todas as concessões outorgadas sem licitação anteriormente à Constituição de 1988, cujas obras ou serviços não tenham sido iniciados ou que se encontrem paralisados quando da entrada em vigor desta Lei.

Art. 44. As concessionárias que tiverem obras que se encontrem atrasadas, na data da publicação desta Lei, apresentarão ao poder concedente, dentro de cento e oitenta dias, plano efetivo de conclusão das obras.

Parágrafo único. Caso a concessionária não apresente o plano a que se refere este artigo ou se este plano não oferecer condições efetivas para o término da obra, o poder concedente poderá declarar extinta a concessão, relativa a essa obra.

Art. 45. Nas hipóteses de que tratam os artigos 43 e 44 desta Lei, o poder concedente indenizará as obras e serviços realizados somente no caso e com os recursos da nova licitação.

Parágrafo único. A licitação de que trata o "caput" deste artigo deverá obrigatoriamente, levar em conta, para fins de avaliação, o estágio das obras paralisadas ou atrasadas, de modo a permitir a utilização do critério de julgamento estabelecido no inciso III do artigo 15 desta Lei.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrário.

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República.

Nelson Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – O expediente lido vai à publicação.

Nos termos do art. 376, letra c, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 68, 69, e 70 de 1996, lidos anteriormente, terão, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 1996

Estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, com fundamento no § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 1º Os critérios de rateio, para efeito de cálculo do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE –, passam a ser os fixados nos termos desta lei, com base na apuração do Censo de 1991, atualizada periodicamente pela Fundação IBGE.

Art. 2º Os índices individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no FPE, observado o disposto no art. 2º, I e II, da Lei Complementar nº 62, de dezembro de 1989, serão decorrentes dos seguintes critérios:

I – setenta por cento do resultado da aplicação dos percentuais relativos à população de cada unidade da Federação no total da população nacional;

II – vinte e cinco por cento do resultado da aplicação dos percentuais correspondentes ao índice inversamente proporcional à renda **per capita** de cada Estado ou do DF, tendo-se como cem por cento a renda **per capita** média do País;

III – cinco por cento do resultado dos percentuais relativos à área territorial de cada unidade da Federação, no total da superfície nacional.

§ 1º Para os efeitos desta lei, até o último dia útil de cada exercício, o Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S/A os índices individuais de cada Estado e do Distrito Federal, que prevalecerão para o exercício subsequente.

§ 2º A Fundação IBGE divulgará as atualizações eventualmente havidas na população, área geográfica e renda **per capita**, ao Tribunal de Contas da União, com a necessária antecedência para que

seja atendida, temporariamente, a obrigação prevista no parágrafo anterior.

Art 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Até a edição da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, as normas que regulamentavam a distribuição das receitas tributárias estavam contidas nos arts. 83 a 95 do Código Tributário Nacional. Quanto ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, os critérios para a sua formação eram os seguintes (art. 88 do CTN):

1) 5% (cinco por cento), proporcionalmente à superfície de cada Estado;

2) 95% (noventa e cinco por cento), proporcionalmente ao coeficiente individual de participação, resultante do produto do fator representativo da população (art. 89 do CTN), pelo fator representativo do inverso da renda **per capita** (art. 90) de cada Estado.

A referida lei complementar, em seu Anexo Único, fixou, porém, os coeficientes individuais de participação no FPE, a partir de um acordo provisório estabelecido a nível do CONFAZ (Conselho de Secretários da Fazenda dos Estados e DF), pelo que se pode deduzir, a partir de uma negociação política, dividindo as unidades da Federação em dois blocos (art. 2º). O primeiro, constituído pelos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, destinando-lhe 85% dos recursos. O segundo, formado pelos Estados das regiões Sul e Sudeste, atribuindo-lhe 15% do fundo.

Acontece que, apesar de justa esta divisão, verificou-se, posteriormente, que a repartição individual está encerrando contradições e desigualdades que merecem ser urgentemente reparadas, para o que se propõe a adoção de critérios técnicos e objetivos para a composição dos índices, o que, aliás, está previsto no próprio texto da referida lei complementar.

Ademais, essas contradições foram-se agravando, no decorrer do tempo, devido às modificações estruturais, conjunturais e residuais sócio-econômicas do País, o que as torna atualmente inadmissíveis.

Como comprovação desses argumentos, bastaria que se aplicassem ao FPE as atuais regras do CTN, para demonstrar, claramente, as alterações substanciais que sofreriam todos os índices.

Contudo, sabe-se que aquelas regras (as do CTN) atualmente já não mais seriam adequadas, pois ali estão contidas várias ponderações quanto

aos fatores de população, que terminam por igualar unidades da Federação de uma mesma região, com populações desiguais e demandas diferentes.

Têm-se como indiscutível que a pressão social por investimentos públicos guarda uma relação diretamente proporcional à população de cada unidade da Federação, cabendo tão-somente uma ponderação justa quanto à renda **per capita** dessa população, na razão inversa do seu valor quanto à renda nacional, dado o caráter redistributivo do Fundo. O fator área territorial deve ser, também, considerado, com uma ponderação não superior a 5% – como o que tem sido até então.

Após o exposto, proponho a presente lei ordinária e específica, adotando-se os seguintes critérios de rateio do FPE:

I – setenta por cento, pelo resultado da aplicação dos percentuais relativos à população de cada unidade da Federação, no total da população nacional;

II – vinte e cinco por cento, quanto ao resultado da aplicação dos percentuais correspondentes ao índice inversamente proporcional à renda **per capita** de cada Estado ou do DF, tendo-se como cem por cento a renda **per capita** média do País;

III – cinco por cento, em relação ao resultado dos percentuais relativos à área territorial de cada unidade da Federação, no total da superfície nacional.

Esta proposta, se adotadas as regras aqui fixadas, conquanto altere o quadro de distribuição em vigor, resultará maior justiça para o sistema de distribuição das receitas tributárias, tão vital que é para a manutenção e harmonização da federação brasileira.

Iris Rezende, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

.....
Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE serão distribuídos da seguinte forma:

.....
§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos – Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente, devendo ter sua tramitação iniciada a partir do dia 1º de agosto do corrente ano.

O SR. EDUARDO SUPLEY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Tem V. Exª a palavra, por 5 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLEY (PT-SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, os Senadores da Bancada do PT: o Líder, Senador José Eduardo Dutra, o Senador Lauro Campos, a Senadora Marina Silva e eu próprio -, estamos apresentando um requerimento que, dada a sua relevância, consideramos importante registrar da tribuna do Senado:

Nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 49, inciso X, da Constituição Federal, requeiro sejam convocados os Senhores GUSTAVO BOISSIÈRE LOYOLA, Presidente do Banco Central do Brasil, e SÉRGIO CUTOLO, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, a respeito das negociações atualmente em curso entre os dois órgãos públicos, com vistas ao saneamento da situação patrimonial deficitária do Banco Bamerindus S.A.

Justificação

De acordo com o noticiário da imprensa, o saneamento do "déficit" patrimonial do Banco Bamerindus S.A. teria envolvido, numa primeira etapa, a transferência da Bamerindus Seguros para a Bamerindus Participações de todas as ações do referido banco (29,35% do capital votante). Em seguida, a Bamerindus Participações teria transferido à Bamerindus Seguros todas as ações da Inpacel (0,55% do capital votante). Numa terceira fase, a Bamerindus Participações teria transferido ao Banco Bamerindus todas as ações da Bamerindus Seguros (66,14% do capital votante) e 60,18% do capital total, bem como títulos de responsabilidade da Superintendência Nacional da Marinha Mercante – SUNAMAM. Finalmente, autorizado pelo Banco Central do Brasil, o Banco Bamerindus teria transferido à Bamerindus

Participações créditos de difícil liquidação e créditos concedidos a empresas coligadas.

Conforme, ainda, o noticiário da imprensa, a próxima etapa do saneamento financeiro em causa consistiria na compra, pela Caixa Econômica Federal, da carteira imobiliária do Banco Bamerindus, avaliada em R\$2,3 bilhões. Essa operação, por seu turno, decorreria da necessidade de obtenção de recursos pelo Banco Bamerindus, para fazer face a compromissos relativos a empréstimos que lhe foram concedidos pela própria CEF, no mercado interbancário, e que somariam aproximadamente R\$1 bilhão.

A decisão política de usar a CEF para socorrer o Banco Bamerindus já teria sido tomada, sucedendo, no entanto, que, diante da impossibilidade de utilização de recursos do PROER sem a transferência do controle acionário da instituição, a equipe econômica do atual Governo estaria buscando outras alternativas para viabilizar a operação, tal como a utilização de recursos da própria CEF ou a captação de recursos no mercado.

Todavia, a reestruturação societária do grupo Bamerindus não soluciona os problemas de liquidez do Banco Bamerindus, servindo apenas para equilibrar o seu balanço, uma vez que a transferência de créditos de difícil liquidação para a **holding** do grupo evitaria a necessidade do registro de prejuízos e correspondente provisionamento, contomando-se, assim, as exigências da regulamentação bancária em vigor.

Ademais, o Banco Central, ao autorizar a referida reestruturação societária, incorreu em grave e flagrante violação ao disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31.12.64, que disciplina o Sistema Financeiro Nacional. Com efeito, mencionado dispositivo legal veda expressamente a concessão, pelas instituições financeiras, de empréstimos a empresas coligadas, sendo notório que o Banco Bamerindus praticou diversas operações da espécie (objeto de transferência à **holding** do grupo), como expressamente reconhecido na nota distribuída pela instituição ao mercado, e na qual encontra-se expressamente assinalado que tal transferência foi autorizada pelo Banco Central.

Outrossim, também importa destacar que o art. 17 da Lei nº 7.492 ("Lei do Colarinho Branco") tipifica a concessão de em-

préstimos pelas instituições financeiras a empresas coligadas como crime, punível com a pena de prisão dos administradores responsáveis pela ocorrência. Esse, aliás, foi o procedimento ilegal mencionado no ato do Banco Central, datado de 20 de julho de 1994, determinante da liquidação extrajudicial do Banco Garavello e firmado pelo então Presidente do BC e atual Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan. Por outro lado, os empréstimos a coligadas também constituem uma das principais acusações formuladas pelo BC contra os dirigentes do Banco Econômico.

Em face, pois, dos fatos relatados, impõe-se o comparecimento dos nomeados Presidentes do BC e da CEF perante a CAE, para os devidos esclarecimentos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por 20 minutos, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero crer que a exposição feita pelo nobre Senador Eduardo Suplicy deverá ter, tenho certeza, o devido esclarecimento na Comissão de Assuntos Econômicos e nesta Casa.

Na verdade, surgiram várias interrogações que devem ser esclarecidas. O Presidente da República afirmou que não teve nenhuma interferência nessa questão. A imprensa publica que houve uma reunião entre o Presidente da República e o Presidente do Banco, no Palácio do Planalto. Do que trataram, do que não trataram, não sei. A imprensa publica que a Caixa Econômica Federal não tem nenhum interesse nessa aquisição – a sua diretoria é absolutamente contrária -, mas é uma determinação que a Caixa tem que aceitar. Então, todas essas questões devem ter um amplo e completo esclarecimento por parte do Governo, principalmente em se tratando de um Senador que tem sua vida pública fiscalizada, para com quem tenho o maior respeito, ex-Ministro da República, um dos coordenadores da campanha presidencial do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por isso, trago aqui o meu endosso à manifestação feita pelo ilustre Senador Eduardo Suplicy na expectativa de que as respostas venham e que o

Governo aja com o devido cuidado e a devida compreensão em mais essa matéria tão delicada, envolvendo a questão bancária.

Sr. Presidente, estava desde anteontem me preparando para vir à tribuna fazer um apelo e também trazer felicitações. Havia uma movimentação muito grande dirigida ao Presidente Clinton com relação às aplicações da Lei antiCuba, uma lei ridícula, incompreensível. Não fica bem para uma nação como os Estados Unidos tomar uma decisão como aquela que a maioria do Congresso Republicano tomou de não só manter a proibição de negociações de Cuba com os americanos, mas também proibindo que qualquer empresa que tenha qualquer tipo de negociação com Cuba possa entrar e negociar com os Estados Unidos. A primeira empresa que teria sido atingida é exatamente uma empresa canadense.

Felizmente, o Presidente Bill Clinton adiou a aplicação desse item. Entendo até que ele adiou e não vetou por uma questão eleitoral, porque sabemos que a colônia cubana dos que fugiram de Cuba é forte nos Estados Unidos, principalmente nos Estados do Sul. Então, o Presidente Clinton teve a sensibilidade de adiar essa questão para fevereiro e quero crer que até lá isso esteja equacionado. Essa é uma medida cruel, injusta e incompreensível por parte da única potência militar existente no mundo contra uma ilha que – pelo amor de Deus – não oferece perigo de nenhuma natureza.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os meus amigos que voltaram há poucos dias de Cuba, inclusive o ilustre Senador do Paraná, são testemunhas de que está na hora do Fidel Castro encontrar uma saída interna. As pessoas que têm falado com ele dizem que já o encontram – e é normal – mais cansado e esgotado. S. Ex^a tinha que encontrar uma solução interna; uma solução de abertura democrática, onde, não tenho nenhuma dúvida, pudesse haver democracia interna. Assim, ele teria condições de manter o seu partido e a sua gente para encontrar um sucessor enquanto ainda vivo, sendo o grande chefe político, mas tendo à sua frente um presidente.

É assim que entendo. Mas sabemos que essa não é a causa, porque o mundo está cheio de ditaduras e nem por isso os americanos tomam ou deixam de tomar posição contrária. Se os Estados Unidos fossem um país amante da democracia para o mundo inteiro e cobrassem o exercício dessa democracia, seria muito bom. Entretanto sabemos, principalmente nós, da América Latina, do Brasil, do Chile, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai, do chamado Cone Sul, que manteve um longo período de

ditadura e arbítrio com a convivência ou quase apoio do Governo americano, que as coisas não são bem assim. Não é essa a argumentação de amantes da democracia.

Os Estados Unidos poderiam e deveriam atender o que hoje é uma aclamação unânime da América. A Organização dos Estados Americanos só teve um voto contra: o dos Estados Unidos, porque há uma unanimidade no sentido da reintegração de Cuba àquele organismo, para que se termine com isso, que é uma negatividade na democracia e no ambiente diferente que se respira, hoje, na América Latina.

Por isso, venho dizer que fiquei feliz com a decisão do Sr. Clinton de não acatar uma cruel resolução da maioria republicana no Parlamento americano de ir ao extremo dos extremos, que é não só o boicote americano a Cuba, mas o boicote de qualquer empresa, de qualquer país que tivesse qualquer tipo de relação com Cuba de entrar nos Estados Unidos e ter qualquer tipo de relação comercial com aquele país. Felizmente, isso não entrou em vigor naquele país.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) – Nobre Senador, eu gostaria de dar apoio às suas reflexões. É interessante observar que os países da Comunidade Européia também resolveram alertar o Presidente norte-americano no mesmo sentido de suas palavras; ou seja, de que era imprópria aquela punição às empresas que, de alguma forma, comercializavam com Cuba. Porque o que deseja aquela lei é que qualquer empresa que tenha, de alguma maneira, participação norte-americana e esteja em outro país fique impossibilitada de comerciar com Cuba. Os europeus consideraram essa uma atitude discriminatória inédita, que estava implicando em uma interferência inadmissível. Acredito que será muito mais adequado para o próprio propósito dos Estados Unidos ver a situação em Cuba avançar no sentido da democratização mais aprofundada de todas as suas instituições, se, efetivamente, viabilizar a interação mais completa de Cuba com todos os países: no plano cultural, no plano comercial, no plano dos investimentos e ainda mais que Cuba vem levando em conta as experiências dos países da área socialista, sejam aqueles que eram antes governados por partidos comunistas – e já não mais o são – como também as experiências da República Popular da China, da República da Coreia do Norte e da República do Vietnã, que passaram a receber investimentos estrangeiros em larga escala. Nós, que estivemos naquele país no início do ano, tivemos a oportunidade de testemunhar isso – o Senador Roberto Requiao, eu próprio, o Senador Antonio Carlos Vala-

dares, o Senador Esperidião Amin e outros Parlamentares que compuseram a delegação. Hoje, Cuba está tendo uma interação muito intensa com a Espanha e com o Canadá, país vizinho aos Estados Unidos e que se dá tão bem com os Estados Unidos. Inclusive, o número de canadenses, de espanhóis e de outros países europeus que visitam Cuba, hoje, é muito grande. Então, o que seria de se esperar até para o processo de democratização, de ampliação das liberdades políticas em Cuba, até se chegar ao ponto de, lá, ser admitida a Organização Pluripartidária, uma maior liberdade de imprensa, tudo isso adviria de um processo natural – acredito – e não com esse tipo de lei tão drástica e discriminatória. Creio que o Presidente Bill Clinton, ao suspender a aplicação da lei, tenha tomado uma providência para pensar melhor e convidar o próprio Congresso Nacional norte-americano a uma nova reflexão. É importante que nós, no Congresso brasileiro, venhamos a convidar os Congressistas norte-americanos a melhor refletir, porque não é nossa recomendação a aprovação e a insistência nessa lei que merece ser repensada pelo Congresso dos Estados Unidos da América.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço o aparte de V. Ex^a, principalmente porque trouxe um fato importante, a que eu não tinha feito referência e é significativo: foi a Comunidade Européia – tem razão V. Ex^a – que fez questão de que chegasse aos Estados Unidos a manifestação de que era um absurdo o que estavam fazendo. Então, não foi só a Organização dos Estados Americanos – OEA, mas a Comunidade Européia, como bem salientou V. Ex^a, que repetiu o apelo e o protesto feito pelos americanos.

V. Ex^a também lembra muito bem que seria interessante e positivo se o Congresso brasileiro, nesse meio tempo, de hoje até fevereiro – prazo definido pelo Presidente americano para reestudar a matéria –, como outros parlamentos vão fazer, fizesse chegar aos Estados Unidos, ao Congresso americano o nosso apelo no sentido de que esse não é o melhor caminho, se eles desejam realmente a confraternização entre Cuba e o resto da América.

O outro assunto que me traz à tribuna é um assunto emotivo. Assisti, pela televisão internacional, a visita de Nelson Mandela a Londres e ouvi o discurso que S. Ex^a fez no Parlamento britânico. Ao mesmo tempo em que a televisão inglesa focalizava o Sr. Mandela, na tranquilidade, na serenidade do seu pronunciamento, focalizava também a Sr^a Margaret Thatcher, apertando nervosamente as mãos, durante alguns trechos do discurso, elegante, diplomático, mas profundamente real sobre as injustiças que a África do Sul sofreu, inclusive no Governo da Sr^a Margaret Thatcher.

Penso, Sr. Presidente, que esse foi um dia extraordinário: um cidadão que é hoje, para mim, no mundo, uma das pessoas que mais admiro e respeito, como símbolo da dedicação de uma vida a uma causa, que passou anos numa prisão, sofreu o que sofreu, passou por problemas familiares depois de eleito presidente, e tem a linguagem que tem, a grandeza que tem.

Quando ele analisa o que a África do Sul sofreu, o que foi o **apartheid**, o que foram as brutais crueldades que o seu povo sofreu, sentimos no tom, na voz, no olhar de Mandela que não é mágoa, raiwa, ressentimento ou vingança que ele está expressando, mas sim o desejo e a vontade de que coisas desse tipo não mais se repitam no mundo. Ele faz a comparação entre o **apartheid**, quando o negro era considerado um ser diferente, e o mundo assistia, como assiste hoje milhões de pessoas morrerem de fome e as tremendas injustiças entre os que têm e os que não têm.

E chama a atenção para o fato de seu povo ter conseguido ser gente e hoje poder viver num país onde são irmãos brancos e pretos, e que o presidente eleito ontem esteve na prisão, mas hoje pode ser o chefe dos negros. Ele faz um apelo, uma cobrança ao mundo: que as grandes nações estendam as mãos para equacionar a questão da fome e da miséria – grandes injustiças que existem na humanidade.

Acredito, Sr. Presidente, que ninguém tem mais autoridade do que Nelson Mandela para fazer essa análise, para fazer esse pronunciamento, com a inteligência e a oportunidade do momento. Hoje o mundo inteiro respeita o Governo negro da África do Sul, reconhecendo a miséria e a fome por que passa não apenas a África mas países pelo mundo afora.

E, neste momento, vem a debate proposta feita por grandes nações de que seja criado uma espécie de tributo social, através do qual, em todas as negociações feitas no mundo, em todas as compras e vendas feitas no mundo, um percentual fosse entregue à FAO, como uma espécie de imposto social, que serviria para comprar alimentos e gêneros de primeira necessidade, a serem entregues aos países mais necessitados.

Eu me emociono. E não gostaria que fosse uma iniciativa pessoal, pela grandeza da questão, mas ficaria muito bem para o Brasil e para o Congresso brasileiro convidar o Presidente Nelson Mandela a visitar o nosso País. Nós, que devemos tanto à África, que tivemos tantos negros trabalhando como escravos, onde o percentual das injustiças com relação ao negro ainda é tão grande, convidá-ramos o Sr. Mandela para nos visitar e aqui ele po-

deria fazer a mesma proposta que fez ao mundo, tanto no Parlamento inglês, quanto em Paris, no dia 14 de julho, quando foi convidado a assistir o desfile da liberdade pela data nacional da França. Assim, nós, um país do Terceiro Mundo, que sofremos também tantos problemas sociais, ofereceríamos a Nelson Mandela a nossa tribuna, para que também aqui ele defendesse a sua tese.

Faço essa proposta à Presidência, esperando que o Presidente José Sarney e suas Lideranças considerem-na oportuna. A mim, sinceramente, emociona. Acho que devemos convidar o Presidente Mandela para vir ao Brasil e aí lhe prestaremos as homenagens que ele merece; ouvirmos o seu pronunciamento, e o Congresso brasileiro referendará e solidarizar-se-á com S. Ex^a, o que parece mais do que real. Nas transações mundiais existe uma espécie de tributo social, um percentual de tributo social para ser utilizado exatamente onde há mais miséria e mais fome. Penso que seria positivo, um ato concreto e respeitável deste Congresso.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a outro aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Pedro Simon, também é da maior importância esse outro registro que V. Ex^a faz. Nelson Mandela é hoje um dos maiores estadistas vivos. S. Ex^a esteve no Brasil por duas vezes, recentemente. Quando eu era Presidente da Câmara Municipal, em 1989 ou 1990, S. Ex^a ali foi homenageado e recebeu o título de cidadão paulistano. Recentemente, há pouco mais de um ano, a impressão que nos causou foi fantástica, de uma pessoa que tem principalmente a compreensão do sofrimento do seu povo por tudo aquilo que passou, trazendo uma mensagem que ilumina um caminho de esperança, de transformação fenomenal. Fica muito bem convidá-lo a vir aqui. Se há hoje algum país que nós, Parlamentares, deveríamos conhecer mais de perto, unir laços, seria a África do Sul como primeira prioridade. Seria bom ver as transformações ali ocorridas, até porque a África do Sul está numa posição não muito invejada, semelhante à nossa, na classificação do Banco Mundial. Nós estamos em primeiro lugar e a África do Sul em segundo ou em terceiro; somos os primeiros em desigualdade. Os dados são do início da década de 90. Quem sabe já esteja havendo uma boa transformação naquele país. No nosso, tem havido até uma direção modesta, espero que para melhor. Mas ambos deveriam estar olhando o que um e o outro fazem para

transformar tamanhas desigualdades. Temos uma renda **per capita** aproximadamente igual, estágio de industrialização e de crescimento com grande desigualdade, mas que, de alguma forma, guardam semelhanças. E, certamente, nós poderemos aprender muito com a experiência da África do Sul. É um dos países que estou procurando visitar proximamente, para que possa testemunhar o que lá está se passando. Não sei se V. Ex^a teve a oportunidade de ler, no Relatório do Banco Mundial, sobre o desenvolvimento do mundo: há um pequeno registro de algo interessante que a África do Sul está realizando. Para o pagamento do direito de aposentadoria de 400 mil pessoas, que as diversas cidades e vilas, mesmo no interior, têm direito a receber – trata-se de algo como o nosso Funrural –, na África do Sul se instituiu uma espécie de caixa automática, que é transportada por caminhões até as vilas, e, no dia do pagamento, as pessoas idosas, com direito a receber os proventos da aposentadoria, vão lá e o recebem, com o auxílio de um cartão magnético. Primeiro, a pessoa apresenta o cartão magnético e depois põe lá o seu dedo, de tal maneira que só depois que é conferida a impressão digital é efetuado o seu pagamento. Essa sistemática constitui – disse o Relatório do Banco Mundial – uma iniciativa inovadora, pois, além de conferir praticidade à forma de pagamento e de ser impessoal – não depende de favor algum –, também se consegue diminuir eventuais fraudes que às vezes são registradas, como as de pessoas já falecidas que continuam na folha de pagamento. Isso me chamou a atenção porque fico imaginando, por exemplo, o dia em que um dividendo for pago a todas as pessoas no País, iniciando-se pelo Programa de Garantia de Renda Mínima; pode-se pensar numa forma impessoal de se fazer isso, que não dependa do favor de quem quer que seja, como um direito à cidadania. Mas o que eu gostaria de dizer é que também sinto a mesma emoção que V. Ex^a nas ocasiões em que, nos mais diversos lugares, Nelson Mandela tem-se pronunciado, como eu próprio pude testemunhar no Encontro da Cúpula Social, em Copenhague, em março do ano passado.

O Sr. Romeu Tuma – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma – Senador Pedro Simon, estou aqui atento ao discurso de V. Ex^a. Eu só queria dizer que a sensibilidade de V. Ex^a, quando ocupa a tribuna, para tratar de assuntos internacionais, traz-nos uma tranquilidade ao demonstrar que o Senado não se fecha em torno de um muro para discu-

tir os temas nacionais. Mas esta Casa sai, através de sua palavra, em busca de fatos que podem e devem nos auxiliar a procurar o nosso caminho. Ouvi falar em Nelson Mandela e eu diria que os povos mais ligados à África sentem uma dose de emoção, pois o **apartheid** criou dois países e duas classes de pessoas dentro de um país só. A luta de Nelson Mandela, o seu sofrimento, todo o período que passou encarcerado, fizeram com que nascesse um ídolo mundial. Nelson Mandela para mim é um ídolo mundial, que representa praticamente a sociedade sofrida do mundo, os miseráveis, se assim posso falar. Então, excelente idéia a de V. Ex^a e a do Senador Eduardo Suplicy no sentido de que um grupo de Senadores possa ir à África e sentir de perto toda essa transformação, porque há muita semelhança com o Estado brasileiro e uma importância muito grande. Vi, pela televisão, esta semana – e V. Ex^a também deve ter visto -, como foi bonito assistir Nelson Mandela sentado ao lado da Rainha Elizabeth, num carro aberto, ovacionado pelo povo inglês. Quero cumprimentar V. Ex^a. Tenho a certeza de que, sempre que oportuno, V. Ex^a trará assuntos como este ao plenário do Senado Federal. Parabéns-o, nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado. Quero dizer que senti a mesma sensação, como V. Ex^a diz. Realmente, aquela carruagem com a Rainha e Nelson Mandela parecia até o povo inglês em um **mea culpa**, pedindo perdão... aqueles gritos me soaram como se fossem um pedido de perdão do povo inglês a tudo que, sob a batuta da Inglaterra, a África do Sul sofreu ao longo de tão grande período.

Sr. Presidente, com relação ao que disse também o nobre Senador Eduardo Suplicy, não há dúvida de que o debate, a discussão, a troca de informações com relação aos problemas sociais do Brasil e de outros países é, realmente, importante. O Senador Eduardo Suplicy é autor de um projeto, fruto da sua capacidade, da sua competência e de luta. O projeto do Senador tem dois méritos: primeiro, é um projeto em si. Mas apresentar um projeto em si por melhor que ele seja e deixá-lo por aí... não adianta. Mas o Senador Eduardo Suplicy tem lutado, barbaicamente, em todos os governos, de todas as maneiras, aproveitando todas as oportunidades para debater o seu projeto.

São projetos como o do Senador Eduardo Suplicy – houve, inclusive, no Governo José Sarney a distribuição de leite por tíquetes, que em uma boa parte do Rio Grande deu certo -, projetos que existem pelo mundo afora, que devem ser discutidos,

porque se há algo em que o Brasil é um fracasso total é nos projetos sociais.

Tenho dito várias vezes que o Brasil, em termos de tecnologia, é um País moderno; não é tão caipira como possa parecer para alguns, mas não é um País tão provinciano. Se olharmos Itaipu, a Ponte Rio-Niterói, se olharmos várias tecnologias e construções brasileiras, veremos que elas são das mais avançadas. Mas planos sociais, no Brasil, ao longo do tempo, têm todos fracassado. O BNH, a Caixa Econômica Federal, institutos de previdência, projetos os mais variados de assistência social geralmente terminam em fraude, escândalo, e não atingem a base, o povo, aquele que mais necessita.

Por isso, um debate com figuras como Mandela; dialogar, como dizem os nobres Senadores por São Paulo; buscar experiências, tudo isso só pode ser positivo e valorizado por nós.

Por esse motivo, Sr. Presidente, trago o meu abraço muito afetivo e o meu propósito de que o Senado Federal se integre nesse que deve ser um grande movimento mundial para que homens como Mandela tenham a credibilidade e o respeito que merecem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Nobre Senador Pedro Simon, a Mesa respeita a opinião de V. Ex^a e espera que V. Ex^a requeira por escrito, porque é de importância a presença de um grande líder mundial nesta Casa. Tenho certeza de que o requerimento de V. Ex^a será aprovado por este Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por 20 minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, comemoramos hoje o 51º aniversário da volta da Força Expedicionária Brasileira, a gloriosa FEB, um acontecimento que transcendeu o aspecto militar para marcar profundamente nossa História pátria.

Quero iniciar este breve pronunciamento reproduzindo palavras do livro *Trinta Anos Depois da Volta*, com o qual o ilustre General Otávio Costa nos legou o conhecimento de fatos produzidos pela presença da FEB nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial e que se transformaram, depois, no marco inicial de uma das maiores mudanças já verificadas em nossa vida política e institucional, desembocando no restabelecimento de franquias democráticas e, por consequência, num salto de desenvolvimento econômico e social.

Diz o livro:

"O saldo primeiro dessa presença foi o despertar da confiança do homem brasileiro em suas próprias potencialidades. Batendo-se, cara a cara, contra um dos melhores soldados da história da humanidade, o brasileiro descobriu que o verdadeiro valor está no fundo de cada um, na inteligência e no caráter, e não nas exterioridades da apresentação."

Diz mais, ao ressaltar que a FEB não foi uma simples expedição, não foi uma presença simbólica na guerra contra o nazismo:

"É preciso pensar no paradoxo de um país vivendo em regime ditatorial participar de uma guerra de caráter marcadamente ideológico, logo ao lado das democracias. Seriam inevitáveis as consequências."

Quais foram essas inevitáveis consequências? São muitas, mas entre as principais está o fato de que se reacendeu a consciência democrática do nosso povo e, paralelamente, com a construção de Volta Redonda, deu-se início à industrialização do País. Como escreveu aquele autor, "se tudo começou com Volta Redonda, tudo começou com a FEB".

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tais conquistas custaram muito sangue fraterno, pois perdemos no conflito 451 preciosas vidas, tivemos 1.577 feridos e 1.145 acidentados, além de 58 extraviados, dos quais 35 caíram prisioneiros do inimigo. Com a contribuição de todos os Estados brasileiros, a FEB compreendeu o envio à Itália de 25.334 homens, dos quais 15.069 entraram em combate com o apoio dos demais, que foram distribuídos pelos órgãos não divisionários e Depósito de Pessoal. Os despojos de nossos pracinhas mortos, trazidos do Cemitério de Pistóia, a 5 de outubro de 1960, encontram-se no Monumento Nacional à FEB, que, com seus 6.850 metros quadrados, domina o panorama do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

Nos 239 dias em que permaneceu na frente de combate, entre 6 de setembro de 1944 e 2 de maio de 1945, a FEB defrontou-se com 10 grandes unidades nazistas e 3 fascistas, capturando 20.573 prisioneiros de guerra, dos quais 892 oficiais e 2 generais. Depois disto tudo, de 8 de maio a 3 de junho de 1945, nossos heróis foram incumbidos da ocupação militar do território conquistado no teatro de operações italiano, principalmente na região que abrange as cidades de Alessandria e Piacenza. Em seguida, substituída pela Divisão Cremona, italiana, a FEB

concentrou-se em Francolise, preparando-se para o retorno ao Brasil.

O 1º escalão, sob o comando do vitorioso General Zenóbio da Costa, com 4.931 homens, a maioria do 6º Regimento de Infantaria, partiu de Nápoles no navio-transporte norte-americano "General Meigs" e chegou ao Rio de Janeiro a 18 de julho de 1945. Portanto, há 51 anos, Sr. Presidente. O 2º escalão, integrado à base do 1º RI por 6.187 expedicionários, partiu de Nápoles a 12 de agosto e chegou ao Rio 10 dias depois, no navio norte-americano "Mariposa". E, a 3 de outubro, desembarcavam no mesmo porto os últimos integrantes da FEB, trazidos pelo navio norte-americano "James Parker". Em todas essas datas, nossa Pátria viveu momentos de orgulho e afirmação, que se repetiram em seguida na acolhida que cada Estado deu aos seus filhos. Mas, foi sem dúvida o 18 de julho aquele em que nosso povo apresentou uma das maiores demonstrações de júbilo e carinho já vistas em solo pátrio, quando ocorreu em massa às ruas do Rio de Janeiro para acolher os irmãos-heróis que voltavam. Sob um grande arco do triunfo e um dilúvio de papel picado, em meio a ensurdecadora ovação popular e manifestações de afeto, passaram nossas tropas em desfile militar. E o simbolismo da homenagem centralizou-se em dois emblemas, que encimavam aquele arco do triunfo: de um lado, a "cobra fumando", símbolo da FEB; do outro, o "senta a pua", emblema da Força Aérea Brasileira, nossa heroína nos céus conflagrados.

Depois, felizmente, vieram as consequências daquele paradoxo e a Nação, redemocratizando-se, recuperou sua coerência ideológica. Além disto, dos antigos quadros da FEB saíram um Presidente da República – Humberto de Alencar Castello Branco; um Vice-Presidente – Adalberto Pereira dos Santos; um Presidente deste Senado – Paulo Torres; três Governadores: Cordeiro de Farias, Emílio Ribas e Luiz Mendes da Silva; nove Ministros de Estado; inúmeros Senadores, Deputados, magistrados, generais, presidentes de empresas públicas, jornalistas e professores. E até humildes trabalhadores, que, no anonimato dos cidadãos menos afortunados, souberam manter intacta, mesmo ante todas as dificuldades, a honra consolidada nos campos de batalha.

Quero, neste momento, render minha homenagem à Associação dos ex-Combatentes do Brasil e à Associação Nacional dos Veteranos da FEB, assim como ao Conselho Nacional das Associações Nacionais dos ex-Combatentes do Brasil, ao qual são elas filiadas, pois têm sabido, às vezes até com dificulda-

des materiais, manter acesa a chama de amor à liberdade, avivada naquele confronto bélico.

Importa ainda lembrar nesta data, Sr^{as} e Srs. Senadores, que alguns desses heróis – pracinhas brasileiros –, que outrora se lançaram às armas para ajudar a conter a monstruosidade opressora que ameaçava o mundo, enfrentam, hoje, num embate silencioso, muitas dificuldades. Após vivenciarem a dura realidade da guerra durante suas juventudes, esses homens, hoje debilitados pela idade e com a precária saúde que lhes restou, lutam contra uma realidade adversa que não pode ser vencida apenas com a coragem e o heroísmo de um soldado. Necessário se faz que o Estado devote uma atenção especial a esses heróis, remanescentes de lutas passadas, não permitindo que, a despeito da glória que lhes empresta a história, sucumbam a um cotidiano amargo, na condição de expedicionários. É fundamental que o Estado não decepcione esses homens, que marcaram profundamente os 51 anos do pós volta ao solo brasileiro, emprestando-lhes uma assistência mais efetiva, que nada mais representa que um ato de gratidão e reciprocidade.

Por tudo isso, nobres Pares, senti-me na obrigação de registrar a passagem desta data como modesta contribuição para que seja perpetuada a memória de uma das mais belas páginas de nossa história. Uma página escrita a sangue por quem ajudou o mundo a livrar-se da tirania.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Ernandes Amorim, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ERNANDES AMORIM (PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, o momento é até difícil, porque há poucos Senadores em plenário.

Mas quero dizer a todo o Brasil que quando um Senador chega hoje a esta tribuna, graças a Deus ele está falando para uma platéia de milhões de pessoas, por causa do trabalho do Presidente do Senado, Senador José Sarney, do Jornalista Fernando César Mesquita, da Mesa do Senado e de todos os Senadores.

Hoje, esta Casa leva a sua voz não através da **Voz do Brasil**, mas das televisões, que estão em quase todos os locais deste País, transmitindo os pronunciamentos e os trabalhos realizados aos eleitores.

Eu estava lendo o **Jornal do Senado** e chamou-me a atenção uma reportagem em que o Senador Odacir Soares – às vezes reclamam quando se fala na ausência de um Senador, mas a sua presença aqui é difícil – refere-se a mais recursos para o Estado de Rondônia.

No ano passado, ao apagar das luzes, o Senador Odacir Soares apresentou uma emenda ao Orçamento com um pedido de R\$17 milhões para a conclusão do prédio do Tribunal Regional do Trabalho, TRT, naquele Estado. Sou de Rondônia e conheço aquela obra. Sabemos que ela foi a campeã do superfaturamento, em nível nacional.

O Senador Odacir Soares lutou para conseguir recursos de R\$17 milhões. Com a minha interferência, conseguimos diminuí-los para R\$10 milhões. E, na realidade, apenas R\$2 milhões aproximadamente chegaram a Rondônia; o restante foi desviado no trajeto Brasília/Rondônia. Ou seja, o referido Estado pegou os recursos e não teve a dignidade de investir corretamente. Evidentemente está havendo um equívoco e esta Casa precisa de saber o que está ocorrendo.

Dias atrás, denunciei desta tribuna que o Governador pegou dinheiro do Planaflo, recursos federais do Banco Mundial, com participação do próprio Governo Federal, e o enviou a Rondônia. O Governo do Estado pegou aproximadamente R\$4,6 milhões e pagou uma empresa para fazer 36 quilômetros de asfalto. Mas a empresa fez 6 quilômetros e sumiu com os recursos. Segundo informações que recebi, esses recursos foram divididos com a administração do Estado de Rondônia e, hoje, o Estado está à deriva, prejudicado.

Fico de boca aberta quando vejo o Senador Odacir Soares defender a dignidade e a seriedade de uma administração que sabemos ser corrupta e estar necessitada de uma fiscalização do Tribunal de Contas da União. Já solicitamos uma fiscalização no Estado para sabermos para onde está sendo desviado o dinheiro público.

Como se não bastasse, ainda hoje recebi denúncias – e é bom que isso seja dito desta tribuna – de que os 3.500 taxistas do Estado de Rondônia, através de uma exigência do DR, do Departamento de Estradas do Estado, estão sendo impedidos de rodar nas estradas do Estado com passageiros. O

motorista de táxi só pode dirigir dentro do município. Ele pagou a matrícula para dirigir, para prestar serviço. Hoje, por exemplo, se sair daqui para Rondônia um taxi com 3 passageiros, ele será barrado pela Polícia Rodoviária Federal. O taxista, a mando do Governador do Estado, não pode transportar passageiros de um município para outro. Apenas pode fazê-lo as empresas de ônibus daquele Estado.

Não sei se há algum acordo particular do Governo do Estado com o DR, não sei quais são as falcaturas que existem. Mas a verdade é que estão tolhindo uma classe de profissionais de trabalhar no Estado de Rondônia.

Nunca ouvi e nem soube de um outro Estado que exercesse esse tipo de pressão.

Conversando com o representante da Polícia Rodoviária Federal, imaginei que ele estaria sendo obrigado a dar respaldo a esse departamento, porque poderiam haver interesses escusos.

Disse e fiz aquele diretor da Polícia Rodoviária Federal entender que a obrigação daquela Polícia era dar segurança aos rodoviários, era fiscalizar o transporte que não tem condições de transitar dentro das rodovias do Estado de Rondônia. Se houvesse algum problema de excesso de passageiros, por exemplo, o motorista, então, poderia ser questionado. Do contrário, qualquer outra atitude da Polícia Rodoviária Federal será no intuito de defender interesses escusos.

Espero que o diretor do DNER ou o Ministro dos Transportes verifique essas atitudes esdrúxulas da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero trazer um outro assunto ao Plenário, que é a questão do setor de Defesa Civil do Ministério, dirigido pelo Ministro Catão, indicado pelo PMDB. Estamos com sérios problemas em Rondônia, principalmente na cidade de Ji-Paraná, onde apresentamos um projeto para conseguir alguns recursos para sanar problemas de enchentes, onde 46 pontes foram quebradas, casas foram destruídas e onde se decretou estado de calamidade pública.

Esse processo está no Ministério e, com toda a legalidade, não tem recursos para atender Ji-Paraná, para atender o Estado de Rondônia. E o Ministro já distribuiu recursos para 16 convênios realizados com diferentes entidades ou setores no País, mas não procurou atender a esse pedido. Pergunto à Liderança do meu Partido – e ontem ressaltai, na reunião da Bancada, que o PMDB tem quatro Ministros no Governo Fernando Henrique Cardoso, que trabalham e dão sustentação ao Governo Federal, além

de ter 24 Senadores -: por que o PMDB não tem sido atendido, socorrido pelos órgãos do Governo Federal? Um Senador do PMDB que vai a um determinado ministério buscar uma assinatura de apoio volta sem ela, porque não se dá o mínimo respeito ao mandato de um Senador desta Casa.

Nós, do PMDB, aprovamos matérias de interesse do Governo Federal, matérias até inconstitucionais, como é o caso da privatização do setor de telecomunicações na área da telefonia celular. Além disso, o PMDB presta, às vezes além dos limites, um grande serviço a esta Nação. Não obstante, o Governo Federal, através dos seus ministros, pouca atenção tem dado ao trabalho dos Senadores. Não se pode admitir que um Ministro de Estado, nomeado pelo Senhor Presidente da República, não disponha de recursos, de apoio presidencial; não se pode admitir que não tenha como exercer suas funções de Ministro. Digo isso porque estive junto ao Ministro Catão, que me informou que não tem um centavo para aplicar em nada. Estive também com o Ministro Raul Jungmann ontem, que me prestou a mesma informação, ou seja, que não tem um centavo para a reforma agrária.

E repito: o Governo Federal, que se diz imbuído da responsabilidade de fazer assentamento dos sem-terra, que criou o Ministério da Reforma Agrária e que tem um Ministro do quilate do Ministro Jungmann; o Governo Federal, que edita medida provisória que prevê R\$800 milhões para reforma agrária, até hoje não fez chegar a esse Ministério nenhum recurso, nenhum centavo. Ou o Presidente Fernando Henrique quer governar este País, ou quer uma ditadura branca, em que só Sua Excelência manda – inclusive no Orçamento dessa Nação -, ou Sua Excelência não tem o mínimo respeito pelos seus Ministros. De que adianta ter Ministros que não têm o que fazer? De que adianta o PMDB indicar quatro Ministros para um Governo que não lhes deixa exercer a função?

Chamei a atenção do meu Líder ontem, Senador Jader Barbalho, para esse ponto de vista. Espero que isso seja levado em consideração; espero que se exija do Governo Federal um posicionamento, um respeito maior aos seus subordinados, aos seus Ministros; espero principalmente que se nos dê oportunidade de trabalharmos com a dignidade inerente ao mandato que recebemos, para que possamos reivindicar para os nossos Estados, para o nosso povo, condições de se viver e de se trabalhar neste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas, para uma comunicação inadiável. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL-BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srª e Srs Senadores, tem sido cada vez mais freqüente, na imprensa, a informação de que a indústria de papel e celulose vai ganhar um pacote de incentivo. Trata-se do segundo mais importante setor, logo depois do automotivo, em volume de investimentos em nosso País. Fala-se em alcançar a marca de 24 milhões de toneladas/ano de papel e celulose; fala-se também que seriam adotadas medidas pelo BNDES em termos de alongamento do prazo do financiamento de dez para doze anos, com juros mais baixos que a TJLP (próximos à **Libor**) indexação cambial e amortização progressiva com mais tempo de carência. Também os investimentos em reflorestamento deverão poder ser abatidos do Imposto de Renda, e a alíquota de IPI dos equipamentos de uso industrial deve ser zerada.

Desejo, Sr. Presidente, pedir a atenção desta Casa e sobretudo do Poder Executivo para que não se repita a história do setor automotivo. Temos assistido a manifestações freqüentes do Presidente da República no sentido de que investimentos do setor automotivo se desloquem para o Nordeste brasileiro. Foi assim na Alemanha, foi assim no Japão, foi assim recentemente ao receber o Presidente da Chrysler. Não basta apenas a manifestação de boa vontade e de boa intenção do Senhor Presidente da República. É preciso que o seu Ministério, principalmente o Ministério da Indústria e Comércio, adote medidas e ofereça ao Presidente sugestões no sentido de efetivamente operacionalizar e fazer com que se concretize esse seu desejo de ver a desconcentração da economia nacional; ou seja, desejo de que a expansão da economia se dê com melhor distribuição em todo o território nacional.

Ofereço, por conseguinte, antes que essas medidas sejam anunciadas, sugestão objetiva e concreta no sentido de que os novos empreendimentos na área de papel e celulose sejam beneficiados apenas quando se localizem nas regiões menos desenvolvidas, especialmente Norte e Nordeste. Esse, por sua vez, em sua zona litorânea e zona da mata – em particular no Maranhão -, tem grande vocação e possibilidade de implantação de projetos de indústrias de papel e celulose. Essa é uma vocação já manifesta – já existe planta industrial – da Bahia; no Maranhão há projetos bem definidos. Essa é uma

oportunidade que o País não pode desperdiçar. Deve-se criar política de incentivos perfeitamente compatível com os requisitos, com as condições da Organização Mundial do Comércio porque, para desenvolvimento regional, a OMC permite que sejam estabelecidos incentivos.

Aliás, não constituiria nenhum favor destinar esses novos projetos ao Norte e Nordeste, até porque, como se pretende elevar a área plantada de 1,5 milhão para 3 milhões de hectares, não me consta que no Sul e Sudeste existam áreas disponíveis nesse volume para absorver esses investimentos.

Por outro lado, Sr. Presidente, não faríamos restrição – não o estamos fazendo – para que possam ser ampliados os projetos existentes na região Centro-Sul do País.

Há um segundo aspecto segundo o qual somente devem ser beneficiados com incentivos florestais – fala-se num Fundo de Reflorestamento – projetos integrados de floresta e indústria. Essa medida evitaria que a indústria de incentivos que se viu em relação ao Fiset Reflorestamento, que serviu apenas para reduzir o impacto dos incentivos do 3418, do FINOR, que o Nordeste tinha no passado de modo significativo.

Veja, Sr. Presidente, que não se trata de clientelismo, não se trata de fisiologismo e muito menos de assistencialismo. O que desejamos é que o Nordeste tenha indústrias fortes capazes de gerar empregos estáveis e pagar bons salários aos nordestinos. A questão da reconcentração da nossa economia é muito grave.

Tive a oportunidade nesta semana de publicar um artigo, que foi trazido aqui à tribuna pelo Senador Ney Suassuna, onde falei do desequilíbrio institucionalizado; onde disse que, além do fato de as medidas de política econômica concentrarem espontaneamente a economia, temos na legislação, nos instrumentos formalizados pelo Governo, também uma tendência centralizadora.

Hoje, pela manhã, vimos que esta Casa retirou a urgência do lançamento de novas letras do Estado de São Paulo, em uma atitude de reação à política de incentivos fiscais que, ao ser implantada pelo Estado de São Paulo, transforma-o em uma locomotiva que vem na contramão, atropelando toda a Federação, para impedir que os outros Estados possam se desenvolver.

Dessa forma, quero deixar previamente esta contribuição, para que não se diga que não se oferece alternativa.

A alternativa existe e, no caso da celulose e do papel, pode haver um direcionamento positivo para

a economia nacional, em favor do Norte e do Nordeste brasileiros.

Durante o discurso do Sr. Waldeck Ornelas, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, que dispõe de 20 minutos.

Nos termos regimentais, a Presidência prorroga a Hora do Expediente por mais 10 minutos, para que S. Ex^a possa fazer o seu pronunciamento. Logo em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para não me alongar, prejudicando o início dos trabalhos da Ordem do Dia, apenas quero fazer dois registros.

O primeiro deles é sobre a posse do novo Arcebispo de Fortaleza, que ocorrerá no próximo dia 21. Como sabem, Dom Aloisio Lorscheider resignou ao arcebispado de Fortaleza, tendo sido transferido para Aparecida, em São Paulo. Há poucos dias, o Vaticano anunciou a nomeação do novo Arcebispo de Fortaleza, Dom Cláudio Hummes, que era Bispo de Santo André, em São Paulo. Franciscano, tem como lema "Vós sois todos irmãos". Pela sua biografia, podemos perceber que se trata não apenas de um sacerdote virtuoso, mas de um homem de profundo conhecimento teológico.

Domingo, às 18 horas, em celebração na Catedral de Fortaleza, tomará posse no Governo da Arquidiocese. Fortaleza e o Ceará inteiro preparam-se para recebê-lo de braços abertos, confiando que o novo pastor tudo haverá de fazer para engrandecer a Igreja Católica e também dar prosseguimento ao trabalho de Dom Aloisio Lorscheider, o qual, enquanto à frente da Arquidiocese de Fortaleza, esteve sempre atento à doutrina social da Igreja, cuidando dos mais humildes, dos mais pobres, dos sofredores, daqueles que precisam da palavra e do apoio da Igreja para vencer suas limitações, suas dificuldades.

Espera-se, portanto, cada um no seu estilo, cada um com sua forma de agir, de se conduzir, que Dom Cláudio Hummes seja um seguidor daquela linha pastoral que orientou os trabalhos de Dom Aloisio à frente da Arquidiocese de Fortaleza.

Portanto, em nome do povo do Ceará, quero dar as boas-vindas a Dom Cláudio e desejar que, nessa nova missão que o Papa João Paulo II lhe confiou, possa nos dar aquele conforto espiritual e aquele apoio que todo o rebanho católico do Ceará espera dele.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, vou pedir à Mesa, nos termos do Regimento, para dar como lido o pronunciamento sobre a região sul do Ceará, o Cariri cearense, uma região de grande potencialidades, uma das mais importantes de quantas regiões tem o Estado do Ceará, que se debate com dificuldades de toda ordem para afirmar a sua pujança econômica, esperando que ali possam se concretizar projetos que levem um destino melhor para os seus filhos.

O Governador Tasso Jereissati nunca deixou de estar atento aos problemas da região sul do Ceará, como, de resto, aos problemas de todo o Estado. Tanto no seu primeiro governo como agora, quando voltou a governar o Ceará, tem equacionado a solução de muitos problemas do Cariri cearense.

Recentemente, por meio de estímulos, incentivos fiscais e outras providências governamentais, conseguiu atrair para o Município de Crato uma grande indústria calçadista, a Grandene, que, se instalando ali, certamente irá contribuir para deflagrar um novo ciclo de industrialização daquela região.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Senadores, não quero mais me alongar e peço à Mesa que receba, dando como lido o pronunciamento sobre a região do Cariri.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LÚCIO ALCÂNTARA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

REVITALIZAÇÃO ECONÔMICA DO CARIRI

Senador Lúcio Alcântara – PSDB (CE)

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Estive recentemente na cidade do Crato, região sul do Estado do Ceará, conhecida como Região do Cariri. Lá, discuti com lideranças locais um projeto de lei que pretendo apresentar sobre sítios fossilíferos no Brasil. Ali encontra-se um dos maiores sítios paleontológicos do Brasil, na Chapada do Araripe, ora vítima da exploração predatória.

Por outro lado, senti que a população da região, uma das mais ricas em recursos naturais e tradições culturais do Ceará, passa por um período de baixa auto-estima, em virtude de uma certa estagnação econômica e perda do poder político que sempre lhe foi peculiar.

Poucos dias depois, para reafirmar a prioridade que o Cariri representa para a economia do Ceará, o Governador Tasso Jereissati anunciou que devido a acordos firmados, dentro de noventa dias, uma fábrica da Grandene começará a produzir tênis da marca Pconey, na cidade do Crato, gerando 1.200 mil empregos. E anunciou que está buscando, dentro de seu programa de interiorização industrial, novas oportunidades empresariais para aquela região.

É importante ressaltar que o processo de interiorização já reduziu a participação da cidade de Fortaleza no bolo da arrecadação tributária. Em 1992, a Capital do Estado respondia por 56% do ICMS arrecadado. Hoje, este percentual reduz-se para 49%.

É importante explicar que o Cariri compreende 33 municípios da porção centro-sul do Estado do Ceará, circundada ao sul pela Chapada do Araripe e pelos Estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, num território de 19.364km², com 950.000 habitantes.

A presença da Chapada do Araripe, com sua flora, fauna e mananciais de fontes de água perenes, faz com que a região do Cariri difira totalmente do semi-árido nordestino.

A partir do final do século dezenove, o Cariri dominou largas estepes do Nordeste brasileiro como grande celeiro produtor de alimentos, entreposto comercial para os sertões, constituindo-se numa das mais vigorosas praças comerciais de todo o Nordeste.

Até a década de 1970, esteve a economia fortemente atrelada à agro-indústria do algodão. Dizimada a cotonicultura pela praga do bicudo, bem como pelo incentivo à importação do algodão "in natura" do exterior, com o conseqüente desemprego do homem do campo e o fechamento das usinas de beneficiamento nas cidades, ressentiu-se até hoje a economia da região de uma atividade sucessora que lhe assegure sustentabilidade.

Hoje, o principal sustentáculo da Economia Primária é a cultura da cana-de-açúcar. Merece destaque a agro-indústria suco-alcooleira, com uma usina de açúcar no município de Barbalha e três destilarias de álcool situadas em Barbalha e Crato.

Outras culturas, ora cultivadas, são o arroz, a mandioca, o milho e o feijão, perfazendo uma produção total superior a 800 mil toneladas/ano. O rebanho total do criatório responde por 60 mil cabeças de gado. O setor industrial é representado por um vigoroso pólo calçadista, pela industrialização de laticínios, vestuários, móveis e minerais não-metálicos, notadamente cimento, cerâmicas, beneficiamento de pedras calcárias e graníticas.

Considerado como a Capital regional, no conceito do IBGE, Juazeiro do Norte caracteriza-se como um grande centro prestador de serviços para a vasta região do Nordeste brasileiro. É forte pólo comercial varejista e atacadista, concentrando modernas empresas, algumas com atuação nacional.

Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, são as três principais cidades, unificadas pelo efeito da conturbação, dispõe de extensa rede hospitalar e clínicas de prestação de serviços médicos. Centro médico por excelência, capacitado a efetuar transplantes renais, para lá afluem pacientes de todo interior nordestino.

A atividade turística é a mais importante fonte de renda para a região. Com uma rede hoteleira em expansão, o turismo ecológico busca refúgio no clima e na flora da Floresta Nacional do Araripe.

A figura legendária do Padre Cícero, precursor da igreja que fez a opção preferencial pelos pobres, pastor de almas e homens deserdados pelas intempéries da seca aos quais acolhia, ensinava a trabalhar, a amar o campo e preservar o meio-ambiente, desencadeou um dos maiores fenômenos turísticos de massa: as romarias a Juazeiro do Norte.

O seu declínio econômico, segundo estudiosos locais, iniciou-se com o retardamento por 5 anos da eletrificação de Paulo Afonso. A época para a CHESF era tecnicamente inviável – anti-econômica –, o transporte de energia na distância de Paulo Afonso a Fortaleza. O então Governador Virgílio Távola não aceitou apenas a eletrificação do Cariri. A energização de Fortaleza e do Cariri deveria ser conjunta.

No início da década de 1960 instalaram-se na região, indústrias com tecnologia de ponta por iniciativa da UCLA (University of Califórnia Campus of Los Angeles) em convênio com a UFC, no Programa Morris Assimov. A partir desse núcleo de indústrias inovadoras e pioneiras, outras indústrias locais começam a surgir. É a fase áurea do Cariri: sua renda per capita era praticamente igual a estadual, de 95,6%.

Com os incentivos fiscais da SUDENE e a criação pelos governos estaduais e Distritos Industriais, fortemente incentivados

em Fortaleza (Maracanaú), Recife (Cabo), Salvador (Aratu), Teresina, com terreno barateado, água, drenagem, energia elétrica, apoio técnico, as indústrias caririenses perdem a capacidade de competição, regredem e a sua maioria migra para os Distritos Industriais de Teresina, Recife e Fortaleza.

Por força de facilidade dos incentivos fiscais perto dos centros de decisão (as capitais estaduais), o Cariri passa a ser região exportadora de capital num processo exacerbado na última década, e nos últimos anos. Isso causou uma queda da renda per capita em termos relativos, decrescendo em 1993 para apenas 49% da renda per capita do Estado. Alguns municípios apresentam os piores indicadores sociais do Estado, em que pese ser o Cariri uma região fisiograficamente fértil.

Preocupados com estes problemas, os caririenses têm procurado se aglutinar em grupos de pressão, através do Pacto de Cooperação. Além disso, o Governo do Estado está incentivando, como de resto em todo o Ceará, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, criando os Conselhos Regionais para o estabelecimento de parcerias entre o Governo e a Sociedade.

Destas discussões têm resultado algumas idéias, ressaltando-se a solicitação da construção da Estrada Cariri – Lavras da Mangabeira – BR 116, reivindicação de mais de três décadas, a qual encurta substancialmente a distância do Cariri à Fortaleza, disponibilizando os equipamentos hoteleiros da Metrópole Regional (Juazeiro do Norte – Crato – Barbalha) como escala intermediária na jornada do Sul do País à Fortaleza e vice-versa. Hoje isto é feito por Petrolina-Juazeiro da Bahia e Salgueiro. O Cariri, no seu traçado da BR 116, oferece apenas o modesto hotel municipal em Brejo Santo.

A homologação do Aeroporto Regional do Cariri para pouso por instrumentos é outro sonho regional. Há reivindicação da ampliação ou criação de pátio auxiliar de estacionamento de aeronaves e colocação de uma esteira para entrega de bagagem, criação de salas estancos para embarque e desembarque de passageiros.

O Prodetur está incluindo o Cariri nas opções de Turismo Ecológico e Turismo Religioso, com extensão dos pacotes promocionais coordenados pela Secretaria de Turismo, que operam no exterior para Fortaleza e litoral. O Cariri possui um dos maiores sítios arqueológicos do Mundo e o maior turismo religioso de massa do Brasil.

Com relação à indústria, as lideranças propõem a viabilização de grandes projetos industriais para oferecer pelo menos 20.000 empregos. O Governador Tasso Jereissati já tem, conforme frisei, tomado medidas concretas neste sentido, porém a região ressentiu-se de infra-estrutura para o Distrito Industrial do Cariri, tais como avenidas de acesso, aruamento, drenagem, energia, telefonia e esgoto. Outra medida solicitada é a expansão do gás natural do Rio Grande do Norte até o Cariri.

No que diz respeito à agricultura, vocação natural da região propõe-se a implantação de um pólo de fruticultura irrigada – abacate, banana, laranja, limão, manga, acerola, mangaba, pitanga, cajú, abacaxi e tomate. Expansão da floricultura nos pés de serra. Infra-estrutura para exportação de flores.

Relacionado ao comércio, as lideranças desejam a automação dos serviços do escritório da Junta Comercial, ora instalado em situação precaríssima, operando via malote, com tempo de resposta absurdamente inaceitável.

Existe também a demanda de tarifa única de telefonia para a área metropolitana Juazeiro do Norte-Barbalha-Crato-Missão Velha-Cariri, à semelhança do que ora implanta a Teleceará para a área metropolitana de Fortaleza. Esta é uma antiga reivindicação do conglomerado Crajubar junto à Teleceará: ser tarifado como único núcleo urbano. Hoje em dia a ligação Juazeiro-Crato, por exemplo, é caríssima em horário comercial.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores,

Com a globalização da economia e a reestruturação econômica que se observa no mundo, o país, os estados e as regiões estão passando por um período de adaptação. Acredito que este seja o caso do Cariri, como creio firmemente que graças a capacidade de seu povo, um dos mais industriais, educados e criativos do Ceará, a região possa se tornar mais competitiva e avançar. Para isso, contará, sem dúvida, com o apoio de representantes políticos do Estado, onde me incluo, e com o apoio do Governador Tasso Jereissati, que reconhece que a contribuição do Cariri para a economia do Ceará é potencialmente muito maior da que hoje se apresenta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Ainda dentro da prorrogação da Hora do Expediente, concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco, o eminente Senador Lúcio Alcântara discorria sobre o novo Arcebispo de Fortaleza, Dom Cláudio Hummes. A vida traz essas coincidências.

Quero agora me reportar, numa homenagem que me parece de todo especial, à vida do Padre Francisco Luppino, que nasceu na Itália, numa pequena cidade chamada Catanzaro, a 20 de maio de 1921, tendo ingressado no Seminário de Ducenta no dia 1º de outubro de 1934.

Muito moço, chegava ele ao Amazonas. Terminávamos o Científico, no Ginásio Amazonense Pedro II, quando aquele Padre italiano começava a conviver, no bairro de Adrianópolis, com uma plêiade de rapazes jovens, todos querendo aprender um pouco de italiano, da vida.

O Padre Luppino havia estudado em Aversa, Milão e Tropea, tendo sido ordenado no dia 7 de julho de 1946, na Catedral de Aversa. Nos seus primeiros anos de Padre, formou muitos jovens seminaristas e estava chegando em Manaus exatamente para a Paróquia Nossa Senhora de Nazaré, no bairro de Adrianópolis.

Tudo isso seria pouco se ele, que ali havia chegado em dezembro de 1948, não se tivesse naturalizado brasileiro em 1967.

Lembro-me das nossas desobrigas eleitorais, no interior do Amazonas, na cidade de Maués e, depois, na cidade de Parintins, onde ele ficou de 1961 a 1965. Durante dez anos, aqui, em Brasília foi Procurador-Geral do chamado PIME e, apesar de ter realizado, em 1977, um período de estudos na Itália, resolveu retornar à Diocese de Parintins e, ali, assumiu a Matriz do Sagrado Coração de Jesus.

Para quem conhece a Itália, Roma, as grandes cidades da Itália e resolve fixar-se no interior do Amazonas, é preciso ser não apenas um homem da Igreja Católica, mas um missionário de Deus, porque o Padre Luppino, e dou esse meu testemunho, conseguiu, em Manaus, fundar o Colégio Ângelo Ramazzotti. Ali fez o Jardim de Infância e a Escola Nossa Senhora de Nazaré. Depois, aqui mesmo em Brasília, fundou a Sociedade João XXIII, a Paróquia de Nazaré e o Centro João XXIII e construiu a sede da chamada Procuradoria do PIME.

Tudo isso seria pouco, Sr. Presidente, se no interior do Amazonas, no interior perdido, não tivesse implantado dez jardins de infância, que atendem 2.000 crianças; se não tivesse ajudado na fundação do Sistema Alvorada de Comunicação; se não tivesse modernizado a Escola de Áudio-Comunicação (surdos-mudos) de Padre Paulo Manna; se não tivesse reformado o Colégio Nossa Senhora do Carmo e se não tivesse informatizado a sua própria paróquia.

E por que então este registro? Exatamente porque o Padre Francisco Luppino acaba de fazer as suas bodas de ouro, o seu cinquentenário em prol dos desassistidos, dos marginalizados, dos pobres, do que, hoje, se convencionou chamar os marginalizados da sociedade.

Quero, Sr. Presidente, na hora em que sei que Padre Luppino, na próxima semana, viajará para Roma, registrar desta tribuna não só o seu cinquentenário como sacerdote, mas os meus agradecimentos, como amazonense, por tudo aquilo que ele fez em favor do meu Estado.

Era o registro que tinha a fazer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a a deferência de ter permitido essa comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

O FÍCIO Nº 639/96

Brasília, 4 de julho de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados João Mendes e Pedro Corrêa para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.510, de 28 de junho de 1996, que "dispõe sobre a ratificação da recriação dos Fundos que menciona, e dá

outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, — Deputado **Odelmo Leão**, Líder do Bloco PPB/PL.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 862-L-BL. PARL/96

Brasília, 17 de julho de 1996.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados José Carlos Aleluia e Ayres da Cunha para integrar a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.483-14, de 10 de julho de 1996, que "Reduz o imposto de importação para os produtos que especifica e dá outras providências", na qualidade de titular e suplente, respectivamente.

Por oportuno, comunico, ainda, que os Deputados Paulo Lima e Cláudio Cajado permutam entre si as vagas de titular e suplente que lhes foram anteriormente destinadas.

Atenciosamente, — Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Será feita a indicação solicitada.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Jefferson Péres.

São lidos os seguintes:

OF/CAE/137/96

Brasília, 17 de julho de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou o PLS nº 031/96, de sua autoria, que "dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresa de pequeno porte, e dá outras providências", em reunião realizada em 17 de julho de 1996.

Atenciosamente, — Senador **Gilberto Miranda Batista**, Presidente.

OF/CAE/138/96

Brasília, 17 de julho de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou o PLS nº 032/96, de sua autoria, que "institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento diferenciado,

simplificado e favorecido previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição", em reunião realizada em 17 de julho de 1996.

Atenciosamente, Senador **Gilberto Miranda Batista**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 31 e 32, de 1996, sejam apreciados pelo Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 710, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 49, inciso X, e 50, da Constituição Federal, combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Planejamento as seguintes informações:

1. Há fundamento na informação relevada pelo jornalista Ricardo Boechat, em **O Globo**, de 17-7-1996, de que títulos da dívida agrária (TDAs) registrados pela Polícia Federal como roubados teriam sido utilizados para comprar ações nos processos de privatização da Light e da Detem Química?

2. Quais as providências adotadas pelo BNDES no sentido de obter o ressarcimento dos prejuízos sofridos em decorrência do fato?

Justificação

A coluna do jornalista Ricardo Boechat, de **O Globo**, edição de 17-7-96, informa que títulos da dívida agrária (TDAs), no montante de R\$ 6 milhões, pertencentes a clientes do Banco BFC (em liquidação extrajudicial), registrados na Polícia Federal como roubados e vendidos ao Banco Votorantim, foram utilizados, por diversos grupos, em leilões de privatizações da Light e da Detem Química, promovidos pelo BNDES.

Convém assinalar, a propósito, que os empregados da Light solicitaram financiamento junto ao BNDES que, de acordo com as regras das privatizações, deveria possibilitar a aquisição de 5,9% das ações da empresa, acima da cotação de mercado. Todavia, até a presente data não obtiveram resposta ao pleito. Assim sendo, os trabalhadores da Light estranham que "moedas podres", furtadas possam

ser aceitas nos processos de privatização das empresas citadas.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do art. 172, II, d, combinado com o parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1996 (nº 288/96, na Câmara dos Deputados), que aprova pedido de renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na UNAVEM-III.

(Dependendo de parecer da Comissão de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**)

Nos termos do art. 140, "a", do Regimento Interno, designo o nobre Senador Romeu Tuma para proferir parecer em substituição à Comissão de Educação e Relações Exteriores.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de conformidade com o disposto na Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional um pedido de renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – Cobravem – na missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – Unavem III.

A mensagem do Executivo explica que a atual autorização foi concedida para cumprimento de um turno de serviço de um ano (de setembro de 1995 a agosto de 1996), em virtude de convite do Secretário-Geral das Nações Unidas. Relata, ainda, de que modo o Governo brasileiro vem colaborando para o processo de pacificação política conduzido pelas Nações Unidas, em Angola, desde 1989, na tentativa de pôr fim a uma guerra civil que, em duas décadas, já ceifou a vida de, aproximadamente, um mi-

lhão de pessoas e produziu mais de cinco milhões de refugiados e deslocados internos.

O contingente da Unavem-III soma, atualmente, 7.071 voluntários, dos quais 1.106 são brasileiros, repartidos em diferentes unidades, que prestam serviços de alta relevância sob o ponto de vista militar e humanitário.

Considero louvável o desejo do Governo brasileiro de continuar mantendo contingentes de paz em região africana lusófona, com tantos vínculos históricos e culturais com a nossa Pátria. Tal atitude, além de sadia e positiva, pode nos render interessantes dividendos políticos e econômicos.

Para atingir o objetivo de vir a ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, nosso País necessita colaborar com a organização universal e mostrar-se parceiro diligente e empenhado nas relações internacionais e pacíficas.

Além disso, nossa presença em Angola reforça e dinamiza nossas potencialidades comerciais no continente africano, ainda tão inexploradas e, ao mesmo tempo, tão promissoras.

Pelas razões expostas, meu voto é totalmente favorável à renovação solicitada e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1996.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O parecer conclui favoravelmente.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 424, DE 1996 (Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1996 (nº 288, de 1996, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1996 (nº 288, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o pedido de renovação do prazo de permanência

do contingente militar brasileiro – Cobravem na Unavem – III.

Sala de Reuniões da Comissão, 18 de julho de 1996. – **José Sarney**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Ernandes Amorim**.

ANEXO AO PARECER Nº 424, DE 1996

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1996

Aprova a renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na UNAVEM – III.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedido a renovação, por um ano, do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – UNAVEM – III, a contar do encerramento do atual turno de serviço.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do teor da autorização concedida, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - **Item 2:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76/96, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com conclusão do seu Parecer nº 407/96, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru (São Paulo) a contratar operação de crédito, no valor de R\$10 milhões, destinados à execução de viadutos, ligações e sistemas rodo-

viários e obras de infra-estrutura e saneamento.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, quando teve sua discussão encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 425, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 1996.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 1996, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru – São Paulo, a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S.A., no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinada à execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento.

Sala de Reuniões da Comissão, 18 de julho de 1996. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Antônio Carlos Valadares**, Relator – **Ernandes Amorim** – **Emília Fernandes**.

ANEXO AO PARECER Nº 425, DE 1996

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1996

Autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru – São Paulo, a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S.A., no valor de R\$10.000.000,00, destinada à execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Bauru autorizada, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar operação de crédito junto ao

Chase Manhattan S.A., no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinada à execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infraestrutura e saneamento.

Art. 2º A operação de crédito a que se refere o artigo anterior tem as seguintes características:

a) *valor pretendido*: R\$10.000.000,00;

b) *encargos*: 2,3082% a.m. (dois vírgula três zero oito dois por cento ao mês);

c) *destinação dos recursos*: execução de viadutos de ligação, sistema viário, obras de infraestrutura e saneamento;

d) *condições de pagamento*:

– *do principal*: em dez prestações mensais, após carência de oito meses;

– *dos juros*: mensalmente, sem carências;

e) *garantia*: vinculação de parcelas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e cotas-parte do ICMS.

Art. 3º O prazo para o exercício desta autorização é de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final, o projeto vai à promulgação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para declaração de voto.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu voto contrário, com base nos argumentos que apresentei por ocasião da sessão extraordinária, quando esta matéria entrou em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1996 (nº 2.942/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 243 e 413, de 1996, da Comissão

- de **Assuntos Sociais**: 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento (sobre a emenda apresentada perante a Mesa): favorável.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 711, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, alínea a, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1996, que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

A fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Comissões, 18 de julho de 1996. – Senador **Teotônio Vilela Filho** – **Jader Barbalho** – **Hugo Napoleão** – **Élcio Álvares** – **Valmir Campelo** – **Sérgio Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia e vai à Comissão de Assuntos Econômicos para exame.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – **Item 4:**

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros senhores Senadores, que altera o § 7º do art. 14 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 342, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, Pedro Simon, José Ignácio Ferreira, Jefferson Péres e Bernardo Cabral.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, transcorre hoje o último dia de discussão e encerra-se o prazo para apresentação de emendas à

proposição, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Em discussão a proposta.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – **Item 5:**

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1996 (nº 41/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 404, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 712, DE 1996

Requeiro, nos termos do art. 279, c, combinado com o art. 372 do Regimento Interno, e ainda de acordo com o Parecer nº 296, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o adiamento de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1996 (nº 41/96, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal (Criação de municípios), a fim de que esta se realize no dia 23 próximo, terça-feira.

Sala das Sessões, 18 de julho de 1996. – **Belio Parga.**

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Em votação o requerimento. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere volta à Ordem do Dia na data estabelecida pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia, o nobre Senador Carlos Wilson. V. Exª dispõe de até cinquenta minutos para o seu pronunciamento, nos termos regimentais.

O SR. CARLOS WILSON (PSDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, diante de mais essa avalanche de denúncias sobre a liberação de recursos do Orçamento da União, o Congresso tem que tomar uma atitude

saneadora, por obrigação institucional, por dever cívico, sob pena de não se ver ainda mais desmoralizado perante a opinião pública.

Pesquisa recente constata a nossa afirmação. O jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 06/7/96, afirma que mais da metade dos entrevistados apontam os políticos como o segmento que mais prejudica o País, indicando uma espécie de rejeição à classe como um todo.

A questão do orçamento é, com certeza, um dos elementos que contribuem para essa imagem. Nos últimos quinze dias, a imprensa veiculou matérias sobre a manipulação dos recursos orçamentários, no episódio da assinatura de convênios com municípios, antes do prazo fatal determinado pela lei eleitoral.

Entretanto, quem se der ao trabalho de verificar as notícias de três meses, de seis meses, de um ano, de dois ou mesmo de três anos atrás, verá que todas as menções ao orçamento indicam malversação de recursos, clientelismo, manipulação na votação da lei orçamentária e outras irregularidades menos citadas.

Por isso afirmamos que passa da hora de o Congresso mudar sua atitude com relação à elaboração da lei orçamentária.

Façamos uma breve retrospectiva desse quadro, para vermos com mais clareza os principais problemas e as soluções necessárias.

Amorçado durante todo o período de regime militar, quando lhe cabia apenas subscrever a proposta enviada pelo Executivo, o Congresso se viu, após 1988, com "liberdade" para diminuir e modificar essa lei tão importante. E não apenas isso. O Legislativo recebeu o poder de aprovar o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, instrumentos de planejamento de curto e médio prazos que antecedem e condicionam o Orçamento anual.

Na Constituição está claro, portanto, para que serve o Orçamento: para traduzir os objetivos em metas físicas e em recursos financeiros; para sinalizar à sociedade com programas e projetos, que as políticas e prioridades já definidas com antecedência serão implementadas. Além disso, o poder de fiscalizar a execução orçamentária deveria ser total e irrestrito, cabendo ao Legislativo avaliar, passo a passo, o cumprimento do que foi aprovado e, se for o caso, tomar as medidas legais para punir o descumprimento de normas.

Entretanto, o Congresso tem-se utilizado mal de seu poder. À prerrogativa de realocar recursos, até mesmo modificando as prioridades expressas na

proposta orçamentária vinda do Executivo, tem-se preferido a luta para carimbar verbas para bases eleitorais específicas.

Em vez de definir prioridades e políticas públicas, os parlamentares têm preferido a romaria aos gabinetes ministeriais para verem transformada em dinheiro a emenda aprovada.

Isso representa, na verdade, um desvio do que deve ser a atitude do Parlamento e do parlamentar em relação ao orçamento.

Muitas foram as comissões de inquérito constituídas para apurar irregularidades na administração pública. Não conheço uma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tenha tido resultado conclusivo.

Em estudo recente, realizado por Marcos Otávio Bezerra, denominado Municípios, "empresas de intermediação" e verbas públicas fica patente que as manipulações nas verbas orçamentárias se dão, em grande parte, justamente pela falta de transparência e pelos processos burocráticos que cercam a liberação de verbas orçamentárias.

A CPI do orçamento de 1993/1994, com muita clareza...

O Sr. Jefferson Péres – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Carlos Wilson?

O SR. CARLOS WILSON – Com muito prazer, ouço o aparte do nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres – Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento somente por ser meu cor-religionário. Sei o quanto é penoso para alguém que pertence a um partido que está no Governo fazer críticas, porque somos mal-entendidos, embora sejamos, eu, V. Ex^a e tantos outros, fiéis, sim, aos programas e aos compromissos éticos do PSDB. Creio que há falta de transparência realmente e ignorância por todos nós dos critérios que os tecnoburocratas do Ministério do Planejamento adotaram para a liberação de verbas. E mais, Senador, denúncias não apenas de favorecimento, mas de intermediação com cobrança de comissões – que não sei se verdadeiras, mas, de qualquer maneira não podem ficar sem apuração – levaram-me adiante, apesar do ceticismo de V. Ex^a – a tentar, estou tentando, sim, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a questão. E o faço com o despreendimento de quem absolutamente é contra emendas individuais. Se dependesse de mim, só haveria emendas de bancadas coletivas, para evitar exatamente fatos como esses que V. Ex^a está comentando. Meus parabéns.

O SR. CARLOS WILSON – Agradeço com muita honra o aparte do Senador Jefferson Péres

que, indiscutivelmente, engrandece o meu pronunciamento. V. Ex^a tem razão; se necessário for, para servir o País, contrariar o Governo, contrariar o Presidente da República, esse tem que ser o nosso papel como Senadores da República. Nós iremos desempenhá-lo até o último minuto.

Nobre Senador Jefferson Péres, isso me lembra o período da ditadura, período mais duro deste País, de um parlamentar do Rio Grande do Norte, quando questionado por que não votava de acordo com a orientação do Governo Militar da época, mesmo pertencendo ao partido do Governo na época, no caso, a Arena, S. Ex^a dizia uma frase que me deixou profundamente impressionado. Falo do ex-Deputado Ojalma Marinho; S. Ex^a dizia que "ao rei tudo, até a vida, menos a honra". Isso tem que ser o balizamento da atuação parlamentar de quem quer, na verdade, servir aos interesses do povo brasileiro.

A CPI do Orçamento de 93/94, com muita clareza, denunciou a manipulação existente no Executivo e no Congresso. Mostrou as instituições e as pessoas junto às quais certos grupos agiam para assegurar verbas no Orçamento. Como conclusão, a CPI recomendou algumas ações saneadoras que, infelizmente, não foram cumpridas e continuam dando margem a manipulações.

No Orçamento deste ano, lutamos muito – e o Senador Jefferson Péres destacou com muita propriedade – para que não se apresentasse emendas individuais e para que fosse dada preferência em relação às emendas coletivas que, com certeza, têm mais força pois representam cada bancada.

O Sr. Geraldo Melo – Permite-me Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Geraldo Melo – Inicialmente, quero parabenizá-lo, porque V. Ex^a está trazendo ao debate, nesta Casa, um tema que, a meu ver, é o ponto fulcral de qualquer esforço sério, responsável que venha a ser feito neste País, para que se realize uma verdadeira reforma do Estado. O Orçamento é a peça sobre a qual deve ser edificado um Estado reformado. O Orçamento de hoje nasce ruim; antes de completar-se ele já é ruim. Em recente conversa com o Senador Beni Veras, ex-Ministro do Planejamento e, portanto, ex-Ministro do Orçamento Nacional, S. Ex^a me dizia que nenhum Ministro do Planejamento tem tempo ou possibilidade de saber o que efetivamente está integrando o Orçamento. A esta hora em que estamos aqui no Senado Federal debatendo esse assunto, está sendo preparado na sua parte inicial, na sua estrutura básica, pela buro-

cracia. Quando esse projeto estiver pronto, um quilo de papel será colocado sobre a mesa do Ministro do Planejamento, que vai ter um relato sobre o que é aquilo, mas não tem a possibilidade concreta de mergulhar sobre cada uma daquelas cifras que integram o documento. Mas esse é apenas um dos aspectos graves, porquanto a sua gravidade está em que o estadista, o homem que governa, o homem com as estruturas, o Parlamento, o Presidente da República, a quem a sociedade entregou a responsabilidade de balizar o seu caminho, nos anos vindouros, não têm a possibilidade de garantir que, efetivamente, as suas diretrizes estejam refletidas na estrutura do Orçamento. Mas um outro aspecto grave e que faz parte dessa, digamos, forma graciosa de se interpretar a lei, ao talante e à conveniência das circunstâncias, é a tese que se inventou no Brasil sobre a qual conversei, há poucos dias, com o eminente Senador Josaphat Marinho, de que o Orçamento, no Brasil, é uma lei autorizativa. Só conheço como lei autorizativa aquela que está vazada em termos tais que contenha expressamente uma autorização a alguém ou a alguma instituição para realizar algo. O Orçamento da União não é lei autorizativa coisíssima nenhuma. Ele é apenas uma lei, sem adjetivo algum. Ele é uma lei para ser cumprida, que estima a receita e fixa a despesa para um determinado período.

Compete ao Poder Executivo executar, mas a tradição da burocracia levou a que se passasse a considerar o Orçamento como uma simples autorização para o Executivo fazer aquilo, se achar conveniente. E é por isso que há vários Ministros; há uma galeria de Ministros de mão afiada e caneta aguçada para cortar, ou seja, mutilar, cancelar aquilo que a lei transcreveu e incluiu na sua estrutura. O corte, depois do Orçamento pronto, é uma ofensa à lei. E acho que a primeira e grande reforma, Senador Carlos Wilson, deveria ser feita antes de a proposta orçamentária ser encaminhada ao Congresso. Aí, sim, é que o Ministro deverá mostrar o seu talento, devendo fazer todos os cortes que quiser, enviando para o Congresso uma proposta de orçamento equilibrado, pois não creio que o Congresso queira assumir a responsabilidade de introduzir um déficit onde não existe. Agora, já vem um Orçamento deficitário, e depois é muito fácil se dizer que os parlamentares não trataram o assunto com a devida responsabilidade. Penso e, sinceramente, espero, faço votos, Senador, para que o seu discurso seja o início de um debate profundo sobre a questão do Orçamento da União.

Agora que não temos ainda o Orçamento de 1997 a apreciar, agora que não temos, em relação

ao futuro, nenhuma queixa a formular, agora é o momento de se apresentarem as propostas e o grande balizamento do que esta Casa entenda que deva ser o Orçamento da União. E acredito que se o discurso de V. Ex^a, como espero, conseguir sensibilizar o Congresso Nacional para esta questão, V. Ex^a terá prestado ao País um serviço que só ele justifica a sua presença no Parlamento brasileiro.

O SR. CARLOS WILSON - Agradeço, sensibilizado, o aparte do nobre Senador Geraldo Melo que sempre, de uma maneira muito competente e muito lúcida, faz as suas colocações, enriquecendo o meu pronunciamento. A minha intenção é, justamente, trazer ao debate para que esta questão do Orçamento possa ser discutida com seriedade e não seja essa caixa-preta que tanto tem desgastado o Poder Legislativo e o Poder Executivo e, conseqüentemente, a vida pública no Brasil.

O Sr. Romeu Tuma - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON - Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma - Nobre Senador, perdoe-me interromper V. Ex^a, até porque eu estou feliz em ter permanecido neste plenário para ouvir a exposição de V. Ex^a que faz parte da Comissão de Orçamento. O nobre Senador tem mostrado uma angústia profunda da sua permanência na Comissão por esses motivos, que está descrevendo aqui, e nas conversas com alguns Ministros. Eu acho que o Ministro do Planejamento é o grande gerente nacional. S. Ex^a tem que participar da elaboração prévia do Orçamento, e o Senado tem que trabalhar para que realmente haja um equilíbrio na aplicação dessas verbas, porque além da possibilidade que o Governo tem de fazer o corte das verbas, existe ainda a figura do contingenciamento: a verba alocada e aprovada fica na geladeira, em razão de outras prioridades. Conversamos, ontem, no Ministério do Planejamento, e houve uma referência ao Ministério dos Transportes. Alocada a verba "x", o montante "x", o Ministro é que tem que estabelecer as prioridades para o emprego dessa verba, sendo ou não contingenciada a parcela que a União não quer que ele gaste. É difícil também para o Ministro gerenciar um orçamento proposto de R\$1,5 bilhão ou de R\$2 bilhões, se recebe ele R\$800 milhões ou R\$1 bilhão e tem que escolher as prioridades do seu Ministério. Cumprimento V. Ex^a e estou aqui buscando ensinamentos com o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS WILSON - Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Quem aprende com a experiência sou eu; aprendo com V. Ex^a, que tem uma

larga vida pública, está exercendo o seu primeiro mandato, mas tem mostrado muito brilho, muita eficiência na contribuição que tem dado ao Brasil.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON – Ouço, com muita honra, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – V. Ex^a está de parabéns, porque traz à discussão um tema dos mais importantes, só lamento que a Casa esteja parecendo uma sexta-feira numa quinta-feira, porque o assunto realmente está a exigir das Lideranças, no Senado e na Câmara dos Deputados, uma providência urgente. O Executivo tem responsabilidades, mas o Congresso Nacional, pelas duas Casas, tem também responsabilidades. Apresentei uma emenda à Constituição – que ainda não foi votada, mas já deveria ter sido – para que o Executivo mande um mês antes, pelo menos, o Orçamento, e para que esta Casa não passe do período normal do ano em que deve estudar o Orçamento, para o ano seguinte, a sua votação. Participo do Legislativo há muito tempo e, por isso, vivi uma outra época, em que o Orçamento era melhor estudado do que é agora. Hoje, inclusive, fizeram tais e tantas coisas no Orçamento, que muitos se acanham de participar da própria Comissão de Orçamento. Por outro lado, o Executivo também privilegia, no Orçamento, pelo seu poder discriminatório, que não deveria ter, embora eu não concorde com o meu querido colega e amigo Geraldo Melo, que pensa que, realmente, o Orçamento é uma lei autorizativa, que só pode ser cumprida na medida que tenha certeza do que arrecada. É uma previsão de um orçamento, conseqüentemente não se tem certeza da arrecadação. Mas temos o poder aqui para fazer um orçamento sério e exigir, também, do Executivo, o seu cumprimento. Essa talvez seja a maior finalidade das duas Casas do Congresso Nacional: fiscalizar a execução orçamentária. Esse é o papel importante de todo Parlamento, no mundo inteiro; e esse papel, infelizmente, não existe no Brasil. De modo que quando ocorre uma CPI do Orçamento, que pega "anões", e nem sempre pega "gigantes" – mas, de qualquer maneira, pegou "anões" –, na realidade, se o Executivo não paga, o crime não existe. E cabe ao Executivo também examinar o que paga e a quem paga. Conseqüentemente, os erros são daqueles que colocam verbas indevidas e de quem paga também indevidamente. Ora, se tivermos uma Comissão de Orçamento e Fiscalização que atue em vários locais, temos o poder de fiscalização. E nós não fazemos isso, estamos abrindo

mão, há muitos e muitos anos. Não é algo desta legislatura, de poderes que são do Congresso. E é por isso que há muita briga pela Comissão de Orçamento, mas ela não cumpre as suas finalidades. Quando V. Ex^a vem à tribuna e aborda um tema como esse, no qual levaríamos aqui discutindo, com seriedade, como V. Ex^a vem fazendo, horas e horas, V. Ex^a presta um grande serviço à Nação. Como é, aliás, da tradição da sua vida pública. Fico muito feliz com isso e só lamento esta sexta-feira numa quinta-feira.

O SR. CARLOS WILSON – Agradeço o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães, que, sempre, com brilho, contribui para o meu modesto pronunciamento.

O Sr. Humberto Lucena – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Carlos Wilson?

O SR. CARLOS WILSON – Ouço, com muito prazer, a palavra do Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena – Ao cumprimentar V. Ex^a, lembro que, há poucos dias, também abordei esse mesmo tema, para colocar alguns aspectos que me parecem muito importantes nessa discussão. Em primeiro lugar, na verdade, a nossa questão principal hoje é que a proposta orçamentária do exercício seguinte seja votada a tempo e a hora. O Poder Executivo tem tomado a sua iniciativa no prazo constitucional, mas a demora aqui é muito grande, porque justamente não há um dispositivo constitucional ou legal que estabeleça uma sanção para o caso de não ser apreciada, no seu devido tempo, isto é, até o final do exercício financeiro anterior, a proposta orçamentária para o exercício seguinte. Nesse sentido, fiz uma Proposta de Emenda Constitucional, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entre outras, que foram anexadas, no sentido de que, se até o final da sessão legislativa, 15 de dezembro, não for votada a proposta orçamentária do exercício seguinte, o Orçamento do exercício anterior será prorrogado. Essa era uma norma da Constituição de 1946 que sempre deu resultado, porque, durante a sua vigência, nunca houve o que aconteceu por alguns anos neste País, quando ficamos sem Orçamento, como, por exemplo, em 1993, se não me engano, até mais ou menos o mês de junho, quando o Governo passou a administrar através de duodécimos, o que é um absurdo completo. Além disso, chamei a atenção para algumas anomalias que estão acontecendo na execução orçamentária propriamente dita, porque o Senhor Presidente da República, por exemplo, por sugestão do então Ministro do Planejamento, no exercício passado, vetou dotações orçamentárias ao ar-

repio do dispositivo constitucional, que não permite que o veto parcial alcance dotações orçamentárias. O veto só pode alcançar dispositivos do projeto de lei, e não dos seus anexos, que, no caso, são as dotações orçamentárias. Infelizmente, houve isso, e fui obrigado a votar contra esse veto, no Congresso Nacional. Este ano ocorreu uma outra anomalia, isto é, uma injuridicidade gravíssima, que tive oportunidade de denunciar dessa tribuna. O Senhor Presidente da República baixou um decreto inteiramente injurídico cancelando dotações orçamentárias deste ano, quando o projeto já tinha sido sancionado por Sua Excelência. Provei, inclusive, através de um parecer da Consultoria Jurídica de Orçamento do Senado, que aquele decreto não poderia subsistir na ordem jurídica, e fiz um apelo ao Senhor Presidente da República para revogá-lo e fazer o contingenciamento, isto é, um plano de economia, que é o que todo o Poder Executivo faz, para conter os gastos, liberando as verbas orçamentárias à medida que há disponibilidade do Tesouro. Sabe V. Ex^a que, no segundo semestre, por exemplo, o País não é governado pelo orçamento, mas através de créditos suplementares. Tivemos aqui, ano passado, a votação de bilhões e bilhões de cruzeiros de créditos suplementares. Gostaria de congratular-me com V. Ex^a e dizer-lhe também de minha preocupação com esse assunto, a fim de que nós, como um todo no Senado, possamos dar uma contribuição efetiva para a solução desse problema.

O SR. CARLOS WILSON – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Humberto Lucena.

O que me encorajou a vir hoje à tribuna foi exatamente o discurso que V. Ex^a fez há pouco mais de oito dias. Naquela oportunidade, ressaltou a importância de uma discussão mais aprofundada da questão orçamentária, uma vez que ela tem provocado muitos desgastes para os Poderes Legislativo e Executivo. A contribuição de V. Ex^a, como Ex-Presidente do Congresso Nacional, no sentido de se dar maior credibilidade à peça orçamentária, deve merecer dos Srs. Congressistas uma profunda reflexão.

Continuando, Sr. Presidente:

Isso nos leva a questionar o próprio conteúdo da peça orçamentária. Por que uma escola de Primeiro Grau, uma estrada vicinal, um esgoto de rua, obras tipicamente municipais, constam do orçamento federal? Não raro, obras semelhantes aparecem com valores tão díspares que nos levam a desconfiar da verdadeira finalidade de sua inclusão no orça-

mento. É que, muitas vezes, esse recurso autoriza o significa apenas o aval para começar o serviço.

A verdadeira fábrica da conhecida obra inacabada, que tanto combatemos, é a chamada emenda individual, que ainda gera especulação de favorecimento. Essa questão de verba para iniciar uma obra, no caso daquelas sob responsabilidade da União, foi muito bem retratada pela Comissão das Obras Inacabadas do Senado Federal, a qual tive a honra de presidir, que teve como relator o Senador Casildo Maldaner e que contou com a colaboração de todos os Senhores Senadores.

Fizemos um trabalho percorrendo todo esse País. Levantamos mais de 2.214 obras. Com certeza, não identificamos todas as obras paralisadas, mas retratamos com muita clareza a corrupção, o desperdício, o descalabro com o dinheiro público, o que é um crime, principalmente num país onde há tanta gente com fome.

É uma vergonha que num País, que é cemitério de obras inacabadas, ainda se tenha o ousadia de se iniciar outras milhares que, certamente, não serão concluídas.

Será que o Orçamento Geral da União não deveria conter a previsão apenas das obras sob responsabilidade do Governo Federal? E, se assim for, não será o caso de se rever as competências tributárias, dando a cada esfera administrativa – Município, Estado, União – a atribuição de arrecadar e a responsabilidade de realizar determinados serviços? Penso que isso é fundamental para que tenhamos um orçamento realista, eficiente e imune a tantas manipulações.

O Sr. Casildo Maldaner – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS WILSON – Com muito prazer, ouço o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner – Senador Carlos Wilson, eu não poderia deixar de me associar ao pronunciamento de V. Ex^a. Na tarde de hoje, da tribuna, V. Ex^a é o protótipo de uma mudança no sistema da Lei de Meios deste País. No ano passado, V. Ex^a teve a feliz idéia de propor a formação de uma Comissão para analisar as obras federais inacabadas em todo o País. V. Ex^a também propôs a apresentação de emendas coletivas, para que fosse atendido o conjunto da sociedade, o que foi acolhido por todos os membros da Comissão e pelo Senado; diga-se de passagem, essa proposta se expandiu pelo Brasil afora. Procura-se revolucionar a Lei de Meios, tendo V. Ex^a à frente, mas precisamos ter a respon-

sabilidade de, em tempo hábil, fazer com que as coisas aconteçam. Dentro desse entendimento, é preciso também exigir – já houve uma evolução extraordinária no Orçamento deste ano –, que isso seja respeitado também por parte do Executivo, para que se cumpra aquilo que foi debatido ao longo de vários meses neste Congresso Nacional. Pode-se fazer isso através de emendas coletivas. Se isso não se cumprir, perderemos a credibilidade perante a Nação. Tive a honra de secretariar a sua Comissão e de percorrer o País a seu lado. V. Ex^a lançou uma mudança profunda em relação à Lei de Meios. Nesta tarde, V. Ex^a aborda o tema e proporciona algo mais de promissor ao País inteiro. Por isso, Senador Carlos Wilson, não poderia deixar de cumprimentá-lo neste instante.

O SR. CARLOS WILSON - Agradeço ao Senador Casildo Maldaner, que deu uma contribuição realmente extraordinária como Relator da Comissão Temporária das Obras Inacabadas do Senado, andando por este País afora. Foram mais de 100 horas de avião, não deixando de visitar nenhum Estado do Brasil.

Naquela ocasião, obtivemos informações, junto aos governadores e às lideranças de cada Estado, sobre o elenco de obras que seriam prioritárias na visão dos mesmos, para que elas pudessem ser concluídas.

Fico aqui imaginando a frustração que sentimos quando aquele trabalho, realizado da maneira mais transparente e mais eficiente possível, infelizmente ainda não foi, no Orçamento de 1996, seguido da maneira que todos desejamos.

Apesar de reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Senador Renan Calheiros como Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso, que, de uma forma muito democrática, ouviu e balizou o trabalho daquela Comissão com base em nosso relatório e ainda que o Relator, o Deputado Iberê Ferreira, tivesse realizado um trabalho extremamente eficiente, ainda assim não atendeu às aspirações e os desejos do nosso trabalho à frente da Comissão das Obras Inacabadas.

Mas esse, com certeza, foi o primeiro passo para chamarmos a atenção, tanto que hoje aqui estamos aqui, desta Casa e do País, para a questão do nosso Orçamento.

O Sr. Sérgio Machado - V. Ex^a me concede um aparte, Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON - Ouço, com muito prazer, o Líder do meu Partido, Senador Sérgio Machado.

O Sr. Sérgio Machado – Senador Carlos Wilson, V. Ex^a aborda um tema extremamente importante, que trata do Orçamento. A cada final de ano – e estou aqui há quatro anos como Deputado e um como Senador – presenciamos as brigas, as confusões, escutamos as lamentações, as distorções a cerca do Orçamento. Isso acontece porque o Congresso não está cumprindo o seu papel no que diz respeito à grande discussão da LDO. Enquanto não discutimos, não definimos os parâmetros da LDO sobre como e onde os recursos serão investidos, sobre como eles serão alocados espacialmente no Brasil, sobre qual é o percentual da receita governamental em relação aos recursos existentes e sobre quanto dessa receita será destinada à educação, à saúde; enquanto não definirmos esses parâmetros globais para que o orçamento seja eficientemente elaborado, a cada ano, essas distorções orçamentárias continuarão ocorrendo. Infelizmente, o que o Congresso tem discutido são as verbas, a LDO passa sem discussão. E, com a falta de definição dos parâmetros a cada ano, repito, voltaremos à mesma situação, porque os recursos são escassos e não atendem a todas as necessidades. Assim, não há como estabelecer critérios durante a execução do orçamento. Este ano a Comissão de Orçamento trabalhou bem, esforçou-se, mas acabamos chegando a essa mesma situação. O Orçamento aprovado também tem que ser realista para que possa ser cumprido. Não tem sentido depois haver o contingenciamento ou a aprovação desse ou daquele item, isso sempre gerará desconfiança. Temos oportunidade este ano de discutir a LDO em profundidade, de definir parâmetros, de procurar soluções para as obras inacabadas, sobre as quais V. Ex^a juntamente com sua Comissão fizeram um trabalho excelente. Não é possível o País continuar vendo esses cemitérios de obras que não acabam, e a população pagando a conta. Isso caracteriza um enorme desperdício de recursos que prejudica a Nação. O Brasil não dispõe de verbas para serem desperdiçadas. É extremamente oportuno o discurso de V. Ex^a, porque trata de um tema que o Senado Federal tem de aprofundar. Precisamos discutir essa matéria, esse é o nosso papel constitucional: debater e estabelecer as prioridades, os limites para que possamos elaborar o orçamento. Definidas as prioridades, a verba será aprovada por **a, b ou c**, o que não tira a consistência macroeconômica nem gera desperdício. Com essa providência, acabaremos com essa lamentação que não leva a nada. Fico muito contente ao ver V. Ex^a, mais uma vez, levantar essa bandeira.

O SR. CARLOS WILSON – Agradeço sensibilizado o aparte do Líder do PSDB, meu Partido, que engrandece o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, continuo o meu discurso dizendo que o grau de desconexão do Orçamento com a realidade também dá vez às possíveis manipulações

es. Começa com a proposta orçamentária enviada pelo Executivo, que continua sendo irrealista. Ao não trazer uma estimativa consistente de receitas, abre a possibilidade de o próprio Executivo vetar recursos, mesmo que a lei aprovada não tenha alterado a estimativa de receita. No período de grande inflação, isso era até aceitável; mas, agora, com a moeda estável, não existe justificativa.

Além do motivo para vetar emendas aprovadas sem critérios, o irrealismo do orçamento serve de desculpa para os famosos contingenciamentos, quase sempre suspeitos, praticados pelo Executivo. Aliás, no dizer do próprio Secretário de Orçamento, Waldemar Giomi, (**Folha de S.Paulo** de 11/5/96), só se pagam as despesas já empenhadas e leva o dinheiro quem chegar antes, é a lei da esperteza: ganha quem for entrosado com o poder Executivo. É um chamamento para os intermediadores.

Numa análise sobre o Orçamento de 1995, Celso Pinto (**Jornal do Brasil**) conclui que houve o desembolso apenas de metade dos recursos orçamentários daquele ano. Isso ocorreu por contingenciamento – 30% do total não desembolsado – ou por cancelamento das despesas empenhadas mas não liquidadas até 30 de janeiro de 96. Tal fato implica que compromissos já assumidos pela administração pública, com base num recurso orçamentário de 95, terão que ser pagos com recursos orçamentários de 1996, conforme, aqui, salientou o Senador Humberto Lucena. Já dá para imaginar o que acontecerá com o orçamento do ano seguinte.

De uma forma ou de outra, sobra uma margem de manobra enorme para que determinados recursos sejam liberados e outros não, o que anula o orçamento aprovado. Esse poder é de um servidor do Executivo. O poder do Congresso simplesmente não existe.

Nesta linha de raciocínio, não há recursos para todos: somente os primeiros alcançarão a "graça" pelo fato de que, atendidos uns, não sobra para outros. Isso leva os interessados a recorrerem ao expediente intermediação, pagando pelos "serviços oferecidos" às prefeituras em até 30% dos valores liberados.

Essa semente da corrupção, portanto, está nos próprios procedimentos de orçamentação e gestão dos recursos: em vez de servir de instrumento de planejamento nacional, destinado a promover o desenvolvimento, acabar com a fome e gerar empregos, por exemplo, o orçamento é tido como momento privilegiado para se fatiarem os recursos federais, para atender aos interesses localizados. Esse é o

ambiente em que germinam, crescem e fortalecem os escritórios de intermediação, vendendo conhecimento técnico e, com certeza, familiarizados com a máquina burocrática e sabe-se lá mais o quê.

As notícias sobre manipulação de verbas orçamentárias, portanto, não são novas, tampouco deixarão de existir, se a própria concepção do orçamento não for mudada.

O orçamento para 97 está sendo elaborado. Se não exigirmos que esse orçamento seja realista, se não zelamos para que ele seja transparente; se não criarmos as condições para acompanhar, dia a dia, a sua execução, estaremos, mais uma vez, fornecendo matéria-prima para manipulações, malversações, desvios, escândalos e, conseqüentemente, mais desgastes para os Poderes Legislativo e Executivo.

Sr. Presidente, os critérios que norteiam os trabalhos de elaboração do Orçamento Fiscal vêm, freqüentemente, se distanciando das prioridades nacionais e da realidade do povo brasileiro, esse povo que elegeu o Presidente Fernando Henrique Cardoso na esperança, principalmente, de ter uma melhor qualidade de vida, na esperança de ver concretizados os cinco pontos prometidos pelo então candidato. Convém lembrar que esses pontos passavam por um melhor atendimento na saúde e na educação; por uma maior oferta de alimentos e por uma melhoria substancial nos níveis de emprego e de distribuição de renda.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mediante esses critérios orçamentários aqui adotados e, de certo modo, avalizados pelo Congresso Nacional, podemos constatar, com tristeza, que não conseguiremos nos aproximar das esperanças do povo.

Acompanhar o trabalho de elaboração e de discussão do Orçamento Fiscal de 1996 foi, para mim, um caminho de muita amargura e de muitas decepções, como a de ver, cada vez mais, a determinação de cortes absurdos, preterindo projetos do maior alcance social, tudo feito em nome de metas quantitativas, em busca de alguns números que se supõe corretos.

Mas eles não são corretos, porque a estatística e a econometria não podem se sobrepor aos interesses da sociedade. Os números frios não podem atropelar o sonho de milhões de brasileiros de poderem dispor de uma mesa farta para si e para a família; de verem os filhos matriculados em boa escola; de terem a garantia de um atendimento médico e hospitalar humano e decente; e de terem um teto digno para morar.

Acompanho os trabalhos do Orçamento da União na metodologia que se emprega hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,...

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS WILSON – Com muito prazer, ouço o nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex^a acaba de fixar um dos pontos fundamentais dessa desorganização política e administrativa, sobretudo na execução do Orçamento. V. Ex^a põe em relevo que se dá mais importância às estatísticas do que aos objetivos sociais e humanos da destinação dos recursos. É exatamente isso que me parece um dos dados essenciais. É preciso que se atente na fixação, na definição das prioridades, prioridades da Administração de caráter social, de caráter econômico, porque são elas que definem a destinação dos recursos para o homem, e não a fixação de estatísticas. Esse é um dado fundamental. Sem que o próprio Governo defina prioridades, poderemos elaborar um orçamento formalmente muito perfeito, porém de execução incerta. É um ponto essencial esse que V. Ex^a acaba de mencionar. Por outro lado, permita-me uma ponderação – não é uma contestação: não sei se deveremos condenar amplamente o poder das emendas individuais. V. Ex^a, que está examinando o assunto com largueza, indague se não seria mais próprio que se estabelecessem critérios, inclusive de valores, para apresentação das emendas. Estipular que as emendas de caráter individual não podem alcançar ou ultrapassar tal valor parece-me uma coisa segura, exatamente para evitar um dos males a que S. Ex^a já se referiu também em seu discurso: o de serem inscritas verbas no Orçamento, com valores inadequados, para obras de grande vulto. As emendas individuais poderiam ser também limitadas quanto aos valores e, assim, se daria melhor disciplina; mas, ao mesmo tempo, o Congresso teria que estabelecer um critério com o Governo pelo qual as verbas consignadas deveriam ser pagas. E ser pagas por um critério de generalidade, como V. Ex^a advoga, a fim de que não haja nem precedência de uns em relação a outros, nem a preferência arbitrária da Administração. Agradeço-lhe a oportunidade que me proporcionou deste aparte.

O SR. CARLOS WILSON – Sou em quem agradeço, Senador Josaphat Marinho, o aparte. A ponderação de V. Ex^a é realmente a mesma que venho fazendo. É difícil avaliar e dizer que toda emenda individual é emenda de uma obra inacabada; mas, quando os recursos são poucos, quando se

apresenta uma emenda individual no valor de R\$100,00 e no Orçamento ela é aprovada com o valor de R\$5,00, com certeza, aquela obra não será acabada. Ela será iniciada, os recursos ficarão perdidos e a população não será atendida.

Depois do trabalho feito por essa Comissão do Senado Federal, que constatou que mais de duas mil obras continuam inacabadas, entendemos que priorizando a conclusão dessas obras, estaremos aplicando melhor os recursos públicos e estaremos também evitando suspeitas e julgamentos apressados em relação a Parlamentares que apresentam emendas individuais.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a nova intervenção?

O SR. CARLOS WILSON – Com muita honra.

O Sr. Josaphat Marinho – Estou de acordo com sua ponderação. Dizer que seria próprio estabelecer um teto para cada emenda de caráter individual significa que a Comissão ficaria com o poder de rejeitá-la se destinada a obra para a qual, evidentemente, ela não tem utilidade.

O SR. CARLOS WILSON – V. Ex^a tem razão. A Comissão seria obrigada a atender a emenda no valor solicitada.

O Sr. Josaphat Marinho – Ou se atenderia num valor razoável, ou a emenda seria rejeitada, porque, senão, incluir-se-ia mais uma entre as obras inacabadas, como V. Ex^a salienta.

O SR. CARLOS WILSON – Concordo, Senador Josaphat Marinho.

Muito obrigado pelo aparte.

Prossigo, Sr. Presidente.

Acompanhar os trabalhos do Orçamento da União, Sr. Presidente, na metodologia que se emprega hoje é seguir um caminho de frustrações sem fim. Como não tenho condições de mudar toda essa metodologia fria e calculista, distante dos reais interesses da sociedade, prefiro fazer aqui o meu protesto e, em seguida, abandonar os trabalhos da Comissão do Orçamento, pois continuar ali seria simplesmente compactuar com a insensibilidade do Governo.

O Governo tem que acordar para a realidade social do País. Não basta alardear a grande conquista que foi até aqui a estabilidade econômica. Não basta se contentar com a melhora conseguida na distribuição de renda de alguns mais pobres. É preciso muito mais. É preciso mudar.

O Brasil-Bélgica tem progredido, sem dúvida nenhuma. Há movimentos pela modernização das empresas, pela globalização da economia, pela pri-

vatização crescente. Mas o que se fez em benefício dos mais necessitados, do contingente de milhões de miseráveis, dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-comida, dos sem-instrução, dos sem-atendimento médico, é muito pouco.

O Brasil-Índia continua no abandono. E se não mudarmos a metodologia de alocação dos nossos recursos, isto é, da definição de como pretendemos gastar cada centavo do que foi arrecadado, continuaremos, certamente, a ser o País dos contrastes, da Bélgica com a Índia, da Casa Grande e da Senzala.

Deixo a Comissão de Orçamento na certeza de que, com este gesto, estarei contribuindo muito mais para a discussão dos nossos problemas reais, para a busca das soluções que o nosso povo exige, do que ficando ali, onde certamente seria apenas um a mais na platéia dos desiludidos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Wilson, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, por estar no exercício da Liderança do PSDB, ao Senador Geraldo Melo.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, creio que é necessário dar conhecimento à Casa de um fato que não pode ser ignorado pelo Senado Federal.

Em sua edição de sábado, 13 de julho, o **Jornal do Brasil** traz uma matéria intitulada "Diplomata Critica Congresso" e dá notícia de análise feita pelo Ministro José Augusto Lindgren Alves durante exposição que realizou na 48^a Reunião Anual da SBPC.

Entre outras coisas, estranhamente diz o diplomata que o Judiciário e o Congresso não estão acompanhando o esforço do Governo Federal para combater a impunidade. Em relação ao Judiciário, ele afirmou algo que me deixou de cabelo em pé, em virtude da minha noção do que representa a Justiça como garantia de tranquilidade a cada cidadão. Disse o Ministro que "no Brasil de hoje os juízes não podem ser neutros, sob o risco de serem injustos". A estrutura jurídica vigente encerra um conjunto de normas de cuja aplicação o Poder Judiciário é o grande guardião. Se há ofensa à norma jurídica, deve haver, da parte do cidadão que deseja a garantia e a proteção da lei, a certeza de que o Poder Ju-

diciário reconhecerá o seu direito. Mas agora se inventa um padrão extrajurídico, extralegal, alguma coisa que certos intelectuais consideram que é o certo para o País. Dizer que os juízes não podem ser neutros significa que eles não podem ter a imparcialidade característica da Justiça desde que ela existe, porque eles precisam estar subordinados a um novo paradigma, que é esse que inspira o conjunto de conceitos que alguns intelectuais e militantes políticos têm da realidade.

Com relação ao Congresso Nacional, diz o Ministro José Augusto Lindgren Alves o seguinte: "Um fato que me deixou muito triste foi ver como o Senado abastardou o projeto do Deputado Hélio Bicudo, que transferia para a Justiça comum os crimes praticados por policiais militares."

É evidente que o diplomata a que me refiro aqui tem todo o direito à sua opinião, e não será um democrata quem vai dizer que ele não tinha direito de emitir a sua opinião. Mas não é por que ele tem esse direito de emitir uma opinião e proferir seu julgamento que devemos silenciar ou absorver e aceitar aquilo que deixa de ser uma opinião e passa a ser mero insulto.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. GERALDO MELO - Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Muito obrigado. Penso que o cidadão tem direito a qualquer opinião, mas o representante do Itamaraty não. Trata-se de um funcionário do Governo que estava em missão oficial e, como tal, não poderia usar essa expressão ao referir-se ao Congresso, ao Senado ou ao Poder Judiciário. Por isso, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, depois de falar com o Presidente José Sarney, enviei correspondência ao Itamaraty, na qual fazia sentir que essa Comissão e o Senado não poderiam aceitar de bom grado a atitude de um diplomata que exorbitava e, mais do que isso, demonstrava não ter a principal qualidade que um diplomata deve ter, que é o bom-senso. Não pode ser bom diplomata quem não tem bom-senso. E quem faz declarações desse tipo, representando o Itamaraty, não tem bom-senso. Dirigi-me ao Ministro interino, o Dr. Sebastião Rego Barros, Embaixador, que concordou, em tese, com minhas afirmativas, e que prometeu nos prestar mais do que as satisfações devidas, apurar a veracidade da publicação e depois apontar as medidas tomadas em relação ao agressor gratuito do Senado e do Poder Judiciário. Como cidadão, ele poderia ter a atitu-

de que teve, mas como representante do Itamaraty, jamais. Estou aguardando, razão por que, hoje, transferi a arguição de um embaixador na minha Comissão, porque não me sinto à vontade para arguir qualquer embaixador do Itamaraty, enquanto o Itamaraty não der as satisfações a que o Senado tem direito.

O SR. GERALDO MELO – Agradeço a V. Ex^a, e não posso deixar de reconhecer e aplaudir a firmeza com que age V. Ex^a como Senador e como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa.

Acredito, Senador Antonio Carlos Magalhães, que os verdadeiros democratas, aqueles que querem a preservação da liberdade no Brasil, têm o direito e até o dever de criticar o Congresso Nacional, mas não podem perder-lhe o respeito e nem podem criticar generalizando, como têm feito, porque não há democracia sem Congresso. Quem deseja contribuir para destruir a imagem do Congresso perante a sociedade brasileira está, de fato, criando o ambiente que favorecerá, a qualquer instante, que alguém proponha o fechamento das portas do Congresso Nacional e conte com o apoio da sociedade brasileira, porque é isso que está sendo feito. Além do mais, deploro que isso tenha partido do Ministro Lindgren Alves, a quem não conheço pessoalmente.

Mas queria registrar uma coincidência. Sou membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e fui designado relator de um projeto da eminente Senadora Benedita da Silva, que propunha a constituição de uma comissão de alto nível, integrada pelo Presidente do Congresso Nacional, pelo Ministro da Justiça, pelo Chanceler, pelo Presidente da OAB, para elaborar um estatuto de um tribunal internacional de direitos humanos. E embora concordando ser dever do Brasil – até por orientação constitucional, já que a Constituição estabelece que o Brasil propugnar pela implantação de um tribunal desse tipo -, eu entendia que aquela era uma posição compatível com a responsabilidade e o compromisso constitucional do Brasil, mas que a formação da comissão e a preparação de um estatuto desse Tribunal ultrapassava as conveniências da diplomacia brasileira; isso porque a questão dos direitos humanos, à semelhança da questão do meio ambiente, constitui um dos problemas mais fascinantes da diplomacia contemporânea na medida em que são bandeiras dos mesmos grupos, das mesmas instituições, que defendem um outro conceito tremendamente importante, mas que colide com a prioridade da questão dos direitos humanos e do

meio ambiente: o problema da soberania dos Estados nacionais.

Uma instituição encarregada de zelar internacionalmente e de fazer valer as suas decisões internacionalmente em matéria de direitos humanos ou de preservação do meio ambiente não pode coexistir com as limitações impostas pela barreira da soberania nacional. Por causa disso, o meu parecer foi contrário, mas resultado de um esforço pessoal em homenagem à Senadora Benedita da Silva. E toda a argumentação se baseia precisamente no livro de autoria do Ministro Lindgren Alves, intitulado *Os Direitos Humanos como tema global*. Depois de ter desenvolvido um grande respeito intelectual por S. Ex^a, encontrá-lo dizendo que o Senado Federal abastardou sua decisão ao adotar certos caminhos com relação ao projeto do Deputado Hélio Bicudo, além da minha indignação de Senador, além das minhas preocupações de democrata, faz que tenha que rever o respeito intelectual que nutro por S. Ex^a.

Na realidade, a história desse projeto do Deputado Hélio Bicudo apresentou uma série de contradições, tomando-se algo incompreensível. Nesta Casa, analisamos esse projeto, comparando-o com o projeto da Deputada Rita Camata; ambos eram proposições que visavam a modernizar o tratamento que se dá à questão dos crimes militares e que previam que os crimes militares passassem a ser apreciados pela Justiça Comum.

Para começo de conversa, quase todos os crimes militares já são apreciados pela Justiça Comum, independentemente disso, por uma razão muito simples: dos 27 Estados brasileiros, só existe Justiça Militar em três: Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. O Rio de Janeiro, por exemplo, cenário das mais escandalosas violências nesse campo, é um Estado onde não existe Justiça Militar, e, por isso, os crimes dos policiais já são hoje, independentemente do projeto Hélio Bicudo, julgados pela Justiça Comum.

A Sr^a Marina Silva – Permite-me V. Ex^a uma aparte?

O SR. GERALDO MELO - Com muito prazer, Senadora.

A Sr^a Marina Silva – Estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, e daqui a pouco vou falar a respeito de um problema de violência policial que está acontecendo no meu Estado, que é do conhecimento de todo o País, com matérias em todos os jornais de circulação nacional. Eu gostaria de fazer uma referência ao que V. Ex^a falou, quando disse que às vezes se quer tratar de forma

global as questões do meio ambiente e de direitos humanos, e que essas questões não podem ser assim tratadas, porque esbarram em problemas de soberania nacional. Quero contribuir, se for possível, com uma reflexão. Nós da oposição e as pessoas da situação – para não falar de esquerda e direita – estamos vivendo uma contradição muito grande. Nós da oposição achamos que realmente são sistemas, e não é apenas porque achamos, é porque é real; é interesse das nações, das pessoas, da humanidade, defender o meio ambiente. Faz parte do interesse pela sobrevivência neste planeta; então, é uma bandeira de todos e é até fácil mobilizar todos, principalmente aqueles que já conseguiram um grau de conforto e querem continuar usufruindo desse conforto a expensas dos países não desenvolvidos. Por outro lado, a questão dos direitos humanos também faz parte da preocupação da raça humana, até por uma questão do ponto de vista ético em que pese a ética também ser um fenômeno cultural. Mas conseguimos um grau de universalização de alguns princípios que é possível partilhar nas mais diferentes culturas; é impossível tratar de forma globalizada os assuntos que se referem a direitos humanos e meio ambiente. Agora falando da casa dos outros, a situação, não é impossível tratar de forma globalizada quando o assunto se refere à economia, e quem assim não pensa é logo imediatamente, na melhor das hipóteses, chamado de "caipira"; portanto direita e esquerda estão padecendo de uma avaliação dos conceitos. O fenômeno da globalização é real. Precisamos enfrentá-lo sem perdermos a nossa territorialidade, mas precisamos também globalizar a discussão referente ao meio ambiente e direitos humanos, da mesma forma que queremos globalizar a economia.

O SR. GERALDO MELO – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senadora Marina Silva, que, como sempre, enriquece o pronunciamento de qualquer parlamentar. Peço-lhe desculpas se não estou sendo suficientemente claro. As questões a que estou me referindo em torno de meio ambiente e direitos humanos não têm nada a ver com eventuais divisões de Governo e Oposição em nosso País e de nenhum outro. Estou apenas a afirmar, repetindo de certa forma o que o próprio Ministro Lindgren Alves disse, que a questão do meio ambiente – como lida exatamente com um patrimônio, que não é o patrimônio do povo austríaco na fronteira da Áustria, ou o patrimônio ecológico do povo brasileiro no território nacional do Brasil – é uma questão universal.

A dificuldade a que me refiro tem a ver, também, com a questão dos direitos humanos. E por quê? Se, por exemplo, criamos um tribunal interna-

cional e esta entidade tomar uma decisão e proferir uma sentença, condenando determinado país por ter desrespeitado os direitos humanos, isso não terá nenhuma eficácia em virtude do fato de que os estados nacionais são soberanos. Essas são questões interessantíssimas da diplomacia moderna. Não emiti minha opinião porque, de fato, esse é um assunto fascinante e eu teria extremo interesse em participar de uma discussão em torno dele.

De fato, estou falando aqui sobre um insulto que o Senado recebeu desse cidadão pelo qual comecei a perder o respeito intelectual, por ter sido ele incapaz de separar suas emoções políticas e a sua militância, se é que tem alguma, da realidade.

O chamado projeto Hélio Bicudo possui três artigos. O art. 2º diz que "esta lei entra em vigor na data de sua publicação"; e o terceiro, "revogam-se as disposições em contrário". Considero-o um projeto insuficiente e, com todo respeito que tenho e proclamo pela autoridade intelectual e jurídica do Deputado Hélio Bicudo, quero lhe dizer que o nome de S. Ex^a está associado a um projeto muito ruim. O que o Senado fez foi melhorar um projeto ruim, que mandava para a Justiça Comum apenas os crimes dos policiais militares, não os crimes dos militares da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. O Senado, ao invés de apertar ou diminuir o projeto, para abastardá-lo, como diz o Diplomata, ampliou a cobertura do projeto, incluindo também os militares federais que pertencem às Forças Armadas no mesmo risco que têm os pobres pequenos policiais militares dos Estados.

Acaba de sair a versão, aprovada pela Câmara, do substitutivo que recebeu do Senado.

Ouvi uma declaração do Deputado Hélio Bicudo no sentido de que a Câmara resgatou pouco o seu projeto. Na verdade, o projeto da Câmara é mais restritivo do que o do Senado. Veja V. Ex^a que o art. 1º – aprovado – praticamente nada muda em relação ao que saiu do Senado Federal. Portanto, não temos por que tratar desse assunto. Todavia, há uma mudança fundamental no texto, enquanto aprovávamos a remessa para a Justiça Comum dos crimes dolosos contra a vida, cometidos ou tentados, praticados por militares. Nesse caso, a tentativa de homicídio está coberta. E, se esta assim permanece, a tortura feita ao preso, ameaçando-se matá-lo, também estaria. Porém, a versão que agradou ao Deputado Hélio Bicudo retira a expressão "cometidos ou tentados", ficando apenas "crimes dolosos contra a vida". Dessa forma, será preciso que a vítima tenha morrido para que o crime doloso contra a vida se

complete. Caso isso não ocorresse – de acordo com projeto que saiu do Senado -, o criminoso estaria sujeito às normas que aprovamos. Na Câmara não, porque o crime tentado contra a vida foi excluído do projeto.

O papel que reservávamos ao Ministério Público foi abolido, pois ele não mais existe. Sai do inquérito, que é sempre policial militar, para a Justiça Comum ou não.

Finalmente, Sr. Presidente, basta que se diga aqui que este projeto, que agora tem o aplauso do Deputado Hélio Bicudo e dos que consideraram que o Senado o abastardou, é muito mais restritivo e conservador, no conceito que eu não aceito e não concordo. Entendo que a Câmara dos Deputados cumpriu o seu papel e realizou um bom trabalho, mas provavelmente, no conceito desse cidadão, ele não honra também a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo dar conhecimento a esta casa de que o Senado não foi criticado, mas insultado. Se nós que aqui estamos achamos que este mandato não vale nada, não tínhamos o direito de comparecer perante a população dos nossos Estados e dizer à população que queríamos vir para cá. Se achamos que esta Casa vale alguma coisa, os Senadores que aqui estão têm o dever de não permitir que se destrua a imagem do Congresso Nacional injustamente; têm o dever de estimular que se critique o Congresso Nacional quando ele merecer críticas. Mas é necessário defender esta Casa, defender a Câmara dos Deputados, defender o Congresso Nacional, pelo simples fato de que não há – nem haverá – democracia sem Congresso no Brasil nem em lugar algum.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Melo, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

A SRA. MARINA SILVA – Peço para falar sentada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Pois não.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o motivo da minha fala é muito grave, diferentemente da de ontem, quando tentei contribuir até de forma bem humorada

para o debate de um tema que, de certa forma, deixou boa parte do povo brasileiro aborrecido.

Hoje, é com tristeza que venho trazer aqui um problema que está acontecendo no meu Estado, referente à segurança policial. Devo dizer a V. Ex^{as} que, se fosse ouvir os conselhos dos amigos e de minha família, talvez nem abordasse o tema, mas a conclusão a que cheguei, após um exame de consciência, é de que eu não poderia, diante de minha história de vida, do meu passado e do compromisso que tenho com o meu povo, calar-me diante dessa situação.

Desde que ocorreu, no dia 17 do corrente, o assassinato de um dos membros da família Pascoal no meu Estado, Vereador Itamar Pascoal, uma onda de violência se abateu sobre o Acre. Inúmeras pessoas, parentes daqueles que participaram do crime – que é abominável e merece que a Justiça seja feita -, estão sendo ameaçadas de morte.

Já desapareceram oito parentes dos assassinados. Uma dessas pessoas é uma criança de cinco anos, que foi seqüestrada. Trata-se da filha do assassino Jorge Hugo.

Tenho quatro filhos: uma de 15 anos, um de 13, uma de seis e outra de quatro. Então, fico imaginando a situação da mãe, que não tem culpa dos crimes ou das atitudes praticadas por seu marido, vendo uma filha de cinco anos, ou um filho de nove anos ser seqüestrado, para alguém fazer justiça pelas próprias mãos.

Em todos os jomais do meu Estado, está estampada hoje a notícia de que as pessoas estão querendo fazer justiça, mas por caminho errado. Dêem um prazo para o assassino comparecer, senão executarão a criança.

Falo sobre este assunto com muita tristeza e com muito sofrimento, pois já temos uma lista muito grande de pessoas desaparecidas. Note bem, Sr. Presidente, temos os seguintes casos: de Wilder de Oliveira Firmino, 15 anos, filho do segurança do assassino; de Eder de Oliveira Firmino, 13 anos, que é também filho do segurança; de uma outra criança menor, outro filho do segurança; de sua esposa e também o de uma outra criança de cinco anos, da qual acabei de falar, que está com os seus dias contados, ou seja, caso o assassino não apareça, será executada.

No meu Estado, há cartazes oferecendo uma quantia de R\$50 mil para quem conseguir pegar o assassino.

Estou dividindo este problema com V. Ex^{as} e sei que é perigoso. Mas não é admissível que um

Estado desta Federação fique à deriva numa situação desse tipo.

No Acre, temos problema de segurança e de justiça. A justiça não pode ser ato das pessoas, mas das instituições. Por isso, estou apelando para essas instituições, para que esses inocentes, sejam esposas, filhos, pais ou cunhados, não sejam punidos injustamente por um crime abominável, praticado por quem quer que seja.

Estou enviando um ofício ao Sr. Procurador da Justiça, solicitando que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana visite o meu Estado, para produzir um relatório da situação existente ali e que, a exemplo do que foi feito pelo Governo brasileiro no plano nacional, faça um documento para que se tenha um plano estadual de direitos humanos no Acre, pois este não é o único caso.

Tive a oportunidade de conversar com um dos procuradores que foi ao Acre, que produziu um relatório sobre todos esses problemas. Desejo que o estado de direito funcione no meu Estado. Hoje, estamos vivendo um problema muito grave. Espero que a Justiça, a Procuradoria da República, o Ministro da Justiça, o Presidente da República, o Senado e a Câmara não permitam que inocentes sejam executados por erros praticados por seus pais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha. V. Ex^a dispõe de 50 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, escolhi a tarde de hoje para fazer referência a alguns programas sociais que vêm sendo implementados com êxito em vários municípios brasileiros e em alguns Estados. E faço isso com o objetivo de manter viva a esperança de milhões de brasileiros que vivem na pobreza absoluta e que esperam que programas dessa ordem possam também chegar até eles e, assim, minorar as dificuldades por que passam.

Refiro-me a programas exitosos como os da bolsa-escola, orçamento participativo, médico de família e renda mínima.

Começo falando da questão educacional em nosso País e, portanto, sobre esse programa importante, bolsa-escola, que vem sendo adotado em al-

guns municípios, com o pioneirismo do Distrito Federal, mediante iniciativa do Governador Cristovam Buarque.

Hoje, na avaliação que temos, fica praticamente difícil adjetivar a situação do ensino público no Brasil. Constrangedor – ou vergonhoso – talvez se aproxime do quadro que se delineia aos nossos olhos muitas vezes desatentos. O ensino público, único mecanismo para a mobilidade social e a correção de desigualdades, tornou-se perpetuador da injustiça e da pobreza.

Ensino deficiente, professores mal pagos, índices elevados de evasão escolar e repetência são marcas registradas da nossa escola. Sem contar com a inversão de prioridades que orienta os gastos do Governo.

Nesse quadro de caos e desalento, surgiu uma luz no final do túnel. No princípio, pensou-se ser mais um discurso eleitoreiro, fadado a compor a galeria das promessas utópicas no vale-tudo da disputa por um cargo: "O Governador Cristovam Buarque está tentando quebrar esse ciclo de negligência com um programa inovador, que garante a educação básica."

O programa é simples. O Governo paga para as crianças estudarem. Ele garante a concessão de um salário mínimo por mês a toda família carente que mantiver os filhos de 7 a 14 anos matriculados no ensino fundamental.

Na primeira fase de implantação da bolsa-escola, 1.900 famílias do Paraná tiraram os filhos das ruas e os puseram na sala de aula.

Com a bolsa-escola, resolveu-se um dos mais dramáticos problemas da educação básica brasileira: a evasão escolar. Para receber o salário, o estudante só tem direito a duas faltas mensais. Os pais, com isso, fiscalizam rigorosamente a frequência dos filhos.

A cumplicidade da família tem dado certo. O resultado tem sido animador. O programa registrou índices de evasão próximos a zero.

Outro problema sério das nossas escolas – a repetência – também tem sido atacado. O Governo do Distrito Federal instituiu a bolsa-poupança. Os alunos beneficiados pela bolsa-escola que conseguirem passar para a série seguinte recebem um salário mínimo de prêmio. Portanto, a bolsa-escola mantém a criança na sala de aula, e a bolsa-poupança evita a repetência.

O programa do Governo do Distrito Federal mostra que a educação tem jeito. Para deixar de ser a vergonha nacional – com raras exceções, como

programas também êxitos implantados sobretudo no Rio de Janeiro, no Governo do ex-Governador Leonel Brizola e com o carimbo do Senador Darcy Ribeiro, na época Secretário de Educação -, a educação não precisa de soluções mirabolantes, mas saídas simples e criativas. A bolsa-escola evita que as crianças pobres do Distrito Federal deixem a escola para trabalhar.

Só com escola democrática e de boa qualidade pode-se assegurar o futuro aos pobres e desamparados da sorte. Fora dela, teremos o quadro que hoje tanto nos deprime e assusta: milhares de menores perambulando pelas ruas, vivendo de biscates, de pequenas infrações ou vendendo drogas.

Qualquer país que tem vergonha na cara obedece a uma verdade elementar: lugar de criança é na escola. Fora dos bancos escolares não há salvação. Condena-se o pobre à pobreza, à ignorância, ao subdesenvolvimento, à estagnação social.

E como nenhuma corrente é mais forte do que seu elo mais fraco, a constatação é inevitável: o país que condena seus filhos está condenando a si mesmo.

Sr. Presidente, passo a fazer alguns comentários sobre o orçamento participativos, outro programa que vem tendo resultados satisfatórios onde tem sido implementado.

Começo fazendo algumas considerações a respeito de dados do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos do Distrito Federal - INESC -, que menciona que os recursos escritos no Orçamento de 1995 para o setor educacional sofreram cortes importantes.

O Programa do Ministério da Educação destinado ao ensino básico na Região Nordeste, que deveria aplicar R\$250 milhões foi contemplado com apenas R\$12 milhões.

Quanto ao Programa Desenvolvimento da Educação da Criança de Zero a Quatro Anos, dos R\$799 mil previstos, nenhum real foi colocado à disposição!

O Inesc mostra ainda que o Ministério da Saúde fez investimentos muito modestos nos Programas Nordeste I e II destinados a reduzir a mortalidade infantil na região considerada a mais atrasada do País. Por exemplo, dos R\$186 milhões previstos para investimentos no Nordeste II, menos de R\$68 milhões foram efetivamente aplicados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a coluna da jornalista Dora Kramer, do **Jornal do Brasil** do dia 09 do corrente, toda ela dedicada às mazelas do nosso orçamento, assunto muito bem discutido hoje

aqui nesta tarde, trazido à pauta pelo eminente Senador Carlos Wilson, faz pesadas críticas ao Governo que manipula, de acordo com suas conveniências, as verbas destinadas a Estados e Municípios. Diz precisamente:

"O Poder Executivo está devendo uma explicação a respeito dos critérios que vem utilizando para liberar verbas do orçamento da União, notadamente através de convênios com prefeituras(..). Ninguém sabe ao certo se o orçamento está mesmo servindo de mercadoria em balcão de negociatas. Mas o simples fato de o Executivo não vir a público esclarecer quais os critérios para que A ou B e não C receba verbas torna lícito supor que algum arranjo, de natureza ainda não explicada, esteja sendo feito."

Alguns especialistas dizem que no Brasil de hoje existem três formas de acompanhamento do orçamento: o controle interno, realizado pelos próprios Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o controle externo, realizado pelo Congresso Nacional; e o controle social, exercido pela sociedade.

É importante discordar dessas afirmações tocando em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, em relação ao Congresso Nacional, malgrado sua participação formal na elaboração do orçamento, somos forçados a reconhecer que o arbítrio ilimitado e os artifícios utilizados pelo Executivo na fase de execução orçamentária transforma aquela participação legislativa em um patético "jogo de cena". Melancolicamente, o orçamento torna-se uma obra de ficção. Os ingentes esforços dispendidos pelos parlamentares para aprimorar a Lei de Meios resultam inúteis, pois o orçamento será cumprido ou descumprido pelo Executivo na exata medida de suas conveniências político-eleitorais. Em segundo lugar, no que tange à sociedade, ela de nada sabe porque não é informada de coisa alguma. Assim, não tem a menor participação no destino do dinheiro, que o Executivo manipula como quer, de maneira autoritária e absolutista, visando a satisfazer apenas aqueles que são seus vassallos. Dessa maneira, explica-se facilmente, segundo a já citada jornalista Dora Kramer, porque, por exemplo, as Prefeituras de Belo Horizonte de Porto Alegre morrem à míngua enquanto o Prefeito de Contagem recebe quase R\$2,5 milhões praticamente às vésperas das eleições municipais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante desse vício e dessas práticas clientelistas que ainda perduram em relação ao destino dos recursos

inscritos no Orçamento da União e que fazem dele uma grande peça de ficção, creio que atingimos um momento excelente para retomar uma discussão séria sobre a transparência e a participação social na aplicação do dinheiro público.

Nesse sentido, merece ser acompanhada com atenção uma experiência adotada na cidade de Porto Alegre, na gestão do ex-Prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores. Experiência, aliás, que está sendo reproduzida em outros municípios, como Betim, Belo Horizonte e também aqui mesmo no Distrito Federal. Trata-se do orçamento participativo. A idéia é simples e tem como objetivo levar a população a participar mais diretamente das decisões sobre a aplicação das verbas públicas.

Por meio do orçamento participativo, qualquer habitante tem o direito de participar de uma reunião plenária que decidirá sobre as prioridades do seu município. Nas reuniões plenárias, são escolhidos, pelo voto, os conselheiros, que, depois, tomarão decisões a cerca da destinação dos recursos previstos para a sua região na proposta orçamentária. Automaticamente, com a participação direta da sociedade no processo de decisão orçamentária, diminui o favorecimento político no âmbito do Legislativo; reduzem-se de maneira importante as manipulações e os artifícios que são criados pelo Executivo; existe uma quase certeza de que aquelas verbas serão realmente aplicadas. Enfim, o orçamento participativo proporciona a fiscalização do povo sobre os recursos nas mãos do Governo. Segundo o atual Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, o orçamento participativo é uma mistura de democracia representativa com democracia direta. A impressão que temos é a de que, hoje, nas dezesseis regiões que constituem o Município de Porto Alegre, para efeito de orçamento participativo, o clientelismo e os chamados "políticos-despachantes" praticamente não existem mais.

Sr. Presidente, quero também comentar uma nova modalidade de assistência à saúde da população. Não tão nova assim, porque já vem sendo implementada no Brasil e foi trazida, principalmente de Cuba, há alguns anos. Trata-se do programa chamado por alguns de Médico de Família e pelo Ministério da Saúde de Saúde na Família, que consiste na instalação, no seio de um bairro, de um verdadeiro consultório médico para atender às famílias daquela comunidade, por meio dos serviços de um clínico geral e de alguns auxiliares.

Essa equipe básica não só atende aos moradores locais que demandam o consultório, como

também atende a domicílio todas as famílias do bairro, visitando-as sistematicamente.

No Brasil, o Município pioneiro na adoção dessa metodologia foi Niterói, em 1992, durante a gestão do Prefeito Jorge Roberto Silveira, do PDT. Diga-se de passagem que Niterói é um desses Municípios em que, graças à boa administração, o mesmo grupo de dirigentes vem sendo reeleito mandato após mandato, assegurando uma saudável continuidade da gestão municipal. O Programa Médico de Família conta, em Niterói, com uma dezena de consultórios, que foram instalados, dando prioridade a bairros carentes. O programa foi baseado na experiência cubana, de méritos reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde.

Em Cuba, o sistema de consultórios públicos de bairro, com um clínico geral atendendo às famílias da área, cobre 92% da população e envolve o trabalho de 19 mil médicos.

O nosso Ministério da Saúde, há cerca de dois anos, adotou a idéia e a vem difundindo e implantando por todo o Brasil, através de convênios, sob o nome de Programa da Saúde da Família.

Lamento que o Ministro da Saúde tenha me comunicado, em audiência na semana passada, que dispõe de recursos mínimos para implementação deste programa, que tão bons resultados vêm trazendo à população carente do nosso País e que, infelizmente, como disse, não dispõe dos recursos necessários para implementação do programa na grande parte dos municípios brasileiros.

De resto, muitos municípios que priorizaram a questão da saúde em suas administrações lançam-se a introduzir o programa por conta própria e, só depois, conveniam-se com o sistema de verbas federais. Essa antecipação e iniciativa demonstram a grande atração que a nova idéia vem exercendo sobre prefeitos e secretários municipais de saúde.

A base do programa é a Unidade de Saúde da Família, instalada geralmente num edifício cedido pela comunidade e adaptado para nova finalidade. A equipe básica que atua nesse consultório é formada, segundo a norma federal, por um médico generalista, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde. Os agentes de saúde devem residir na comunidade, e toda a equipe deve residir no município e trabalhar em horário integral: oito horas por dia.

A área de atendimento a cargo da equipe básica é bem delimitada, abarcando entre 600 e 1000 famílias. Os que demandam o consultório devem poder chegar a ele a pé. A equipe atende no consultó-

rio e a domicílio. Cadastra todas as famílias e indivíduos da área, examina a todos e cuida de todos. Além da assistência médica a cada caso, a equipe também orienta as ações de prevenção.

Com essa ação bem aderida às realidades e exigências locais, diminui a necessidade de a população buscar ambulatorios especializados e hospitais. Quando necessário o internamento hospitalar, o doente é encaminhado pelo médico da família, que acompanha o caso continuamente. Muitos tratamentos podem ser feitos em casa, com a orientação e apoio da equipe local, com muito menos despesas e dificuldades tanto para os doentes quanto para a rede pública de saúde.

Por último, Sr. Presidente, quero tecer algumas considerações a respeito do tão divulgado Programa de Garantia de Renda Mínima.

O Programa de Garantia de Renda Mínima, que vem sendo implementado no Distrito Federal e em vários Municípios brasileiros, ganha a cada dia novas adesões, revelando uma preocupação crescente da classe política e de numerosas autoridades com os estereotipados padrões de miséria de grande parte da população.

É curioso observar que esse programa vem sendo adotado, em sua proposta original ou em modelos semelhantes, por dezenas de municípios dos mais diversos pontos do território brasileiro.

Vale a pena ressaltar que são dirigidos por Prefeitos ligados aos mais variados partidos.

Da mesma forma, vem seduzindo Parlamentares e governantes das várias unidades federativas, além do já citado Distrito Federal. No entanto, foi o Programa de Garantia de Renda Mínima proposto, originalmente, nesta Casa legislativa, pelo nobre colega, Senador Eduardo Suplicy, há nada menos que cinco anos.

E este Senador, em várias oportunidades, aqui, expôs e defendeu com brilhantismo os pontos principais desse Programa.

Aprovado por este Egrégio Plenário, o PLS nº 080, de 1991, foi encaminhado no ano seguinte à Câmara dos Deputados, onde se encontra ainda hoje. Tramitando na Comissão de Finanças e Tributação, a proposta – agora, sob o nome PL nº 2.561, de 1992 – aguarda apreciação do Parecer do Relator, Deputado Germano Rigotto que, em

março de 1993, concluiu por sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.

Enquanto o Congresso Nacional e Poder Executivo – nesse caso, representado pela bancada governista – hesitam em apreciar o projeto, este vem merecendo humilde mas crescente acolhida dos governos estaduais e municipais.

Até o início de junho, o programa já fora proposto em 62 municípios e 12 unidades federativas – São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Goiás, Paraíba, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

Vetado, embora, em 12 municípios, o projeto está sendo apreciado em 29 outras municipalidades e em 11 Estados; encontra-se em execução no Distrito Federal, na capital baiana, Salvador, e em outras oito cidades, entre as quais se destacam Campinas, Santos e Ribeirão Preto. Em quatro municípios, será implementado a partir do ano que vem.

O Programa de Garantia de Renda Mínima, conforme salientei, apresenta variações em sua concepção e, principalmente, na sua operacionalização. No Distrito Federal, o Governador Cristovam Buarque vem implementando o programa chamado **bolsa-escola**, que complementa a renda das famílias carentes desde que elas tenham filhos em idade escolar e comprovem sua matrícula e frequência.

Em qualquer dos modelos em fase de implementação, ou que venha a ser adotado, o Programa de Garantia de Renda Mínima constitui uma ação emergencial para minorar os efeitos da miséria, não dispensando, naturalmente, a ação de longo prazo, que deveria substanciar-se na geração de empregos, no crescimento econômico e na maior distribuição da renda.

O Programa consiste, basicamente, em conceder uma suplementação de renda a todos os trabalhadores acima de 25 anos que recebam remuneração inferior a R\$240,00, correspondentes aos 45 mil cruzeiros previstos no projeto de lei quando de sua apresentação, em 1991. Essa suplementação deve corresponder, de acordo

com o projeto original, a 30% da diferença entre o limite previsto, de 240 reais, e a remuneração efetivamente percebida pelo trabalhador.

Deve-se observar, ainda, que o projeto do Senador Suplicy, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, previa a implementação gradual do Programa a partir do ano passado, quando seriam beneficiados os trabalhadores com mais de 60 anos; neste ano, o benefício seria estendido àqueles com idade superior a 55 anos; em 1997, àqueles com mais de 50 anos e assim sucessivamente, até que, no ano 2002, todos os trabalhadores, acima dos 25 anos, precariamente remunerados, recebessem a suplementação.

Programas dessa natureza já existem em outros países com resultados satisfatórios. Diante da possibilidade de eventuais críticas ao Programa, no que respeita a suposto paternalismo ou estímulo ao ócio, cumpre observar que esse mecanismo, pelo contrário, toma o trabalho mais atraente que a ociosidade, como destacou em seu Parecer o Deputado Germano Rigotto: "Na medida em que o beneficiário consiga aumentar sua renda, o benefício recebido diminui, mas cresce a sua renda total", salientou o Relator.

Outro grande mérito do Programa é o fato de eliminar intermediários, freqüentemente responsáveis pela pulverização dos recursos, como consequência do custo operacional, quando não pelos desvios de verba, lamentavelmente uma tradição na história de nossos programas sociais. A distribuição direta dos recursos, além disso, apresenta uma vantagem extra se comparado com as cestas básicas e outros programas assistenciais, já que permite ao beneficiário dispor do dinheiro em conformidade com suas necessidades, as quais ninguém pode identificar melhor do que ele próprio.

É natural, Sras. e Srs. Senadores, e até necessário, que na abordagem do programa se levante a questão do seu custo. Cálculos efetuados quando da elaboração do projeto revelaram que sua implementação a nível nacional exigiria recursos correspondentes a 3,5% do nosso Produto Interno Bruto. Os dispêndios, como se sabe, aumentariam gradativamente, alcançando

esse percentual quando o Programa de Garantia de Renda Mínima estivesse totalmente implementado.

Aparentemente, os resultados a serem obtidos justificariam um aporte de tal ordem. É preciso lembrar que o aumento da renda para as famílias mais pobres permitiria eliminar uma série de gastos sociais hoje existentes, que não surtem os efeitos desejados. Além disso, o incremento da renda implicaria significativo crescimento da demanda, ao incorporar ao mercado milhões de famílias que hoje se encontram à margem dos mais reduzidos padrões de consumo.

O fortalecimento do consumo interno, segundo revelaram projeções então realizadas, seria suficiente para garantir à economia brasileira uma trajetória de crescimento. Os estudos demonstraram que um aumento de 5% do Produto Interno Bruto para os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos faria esse mesmo PIB crescer 8,52%, além de gerar dois milhões e meio de empregos formais e dois milhões de ocupações informais.

Dados coletados pelo IBGE, na Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, em 1990, revelaram a existência de 38 milhões 932 mil cidadãos acima dos 25 anos de idade que ganham menos de dois salários mínimos. Desses, 16 milhões 893 mil não tinham rendimento algum.

O incremento da população por setor, com a incorporação desse contingente ao mercado de consumo, apresentaria os seguintes resultados: leite e laticínios, 24,07%; indústria farmacêutica, 23,61%; saneamento e abastecimento de água, 22,83%; beneficiamento de arroz, 22,51%; indústria de fumo, 22,07%; alimentos diversos, 22%; moagem de trigo, 21,48%; abate e preparação de aves, 19,99%; refino de óleos vegetais, 18,98%; perfumaria e produtos de limpeza, 17,78%; abate e preparação de carnes, 17,75%; aluguel de bens e imóveis, 15,18%. Esses seriam alguns dos setores que obteriam crescimento mais expressivos.

O Programa de Garantia de Renda Mínima tem equivalentes em outros países, com maiores ou menores variações. Entre outras nações, é adotado pelos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Suécia. A

França, desde 1988, adota o programa chamado Renda Mínima de Inserção, num sistema bastante parecido com o do programa que aqui se pretende implementar.

A verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que os estados e os municípios brasileiros vêm-se mostrando mais determinados do que os Poderes Legislativo e Executivo, no plano nacional, na proposta de atendimento às necessidades básicas do cidadão.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Com prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy – Fico contente, Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a realmente demonstrar estudado muito bem o Programa de Garantia de Renda Mínima, entusiasmando-se pela proposição e registrando o número crescente de municípios interessados em implementar essa proposição. V. Ex^a citou que sessenta e dois municípios já a adotaram, e, aproveitando a oportunidade, gostaria de dizer que, segundo informações que me chegaram nesta semana, já são sessenta e oito municípios cujas Câmaras Municipais estão debatendo projetos desta natureza. Um fato interessante a registrar é que nessas iniciativas há, por exemplo, a participação de políticos do PT, PSDB, PMDB, PPB, PTB, PFL, PSB e do PDT, o que torna, portanto, esse projeto imparcial. Gostaria de informar a V. Ex^a que o Deputado Germano Rigotto atualizou o parecer que, juntamente comigo, irá apresentar ao Ministro Antonio Kandir no próximo dia 25, às 17 horas, ocasião em que iremos mostrar ao Sr. Ministro as emendas que contêm um aperfeiçoamento do projeto e, sobretudo, as que levam em conta as experiências positivas com resultados bastante alvissareiros, como a bolsa-escola aqui no Distrito Federal e o projeto de renda mínima aplicado em Campinas, em Ribeirão Preto e em outras cidades. No parecer do Deputado Germano Rigotto, as emendas que inovam o projeto atualizam o valor de Cr\$45 mil, de abril de 91, para R\$240 de hoje, e estabelece o complemento de renda na alíquota de 30%, calculado entre a diferença resultante de R\$240 e a renda da pessoa. Além disso, frisa que o Executivo, de acordo com a disponibilidade de recursos e a experiência do programa, poderá aumentar essa alíquota para 50%. Estas as inovações previstas no projeto do Deputado Germano Rigotto: os beneficiários do Programa de Garantia de Renda Mínima que tiverem crianças de até 14 anos, em idade escolar, devem demonstrar que elas estão freqüentando a escola; todavia, não exclui aquelas pessoas muito carentes que, eventualmente, não tenham crianças mas que, se comprovarem carência definida naquele patamar, te-

rão direito ao complemento de renda. A forma de introdução gradual do programa foi modificada: em vez de se iniciar pelos mais velhos, 60 anos ou mais, no primeiro ano; 55 anos ou mais, e assim por diante, até que no oitavo ano de aplicação seriam alcançados todos os adultos acima de 25 anos, iniciando-se o Programa, no primeiro ano, atendendo aos três estados de menor renda **per capita** – Piauí, Tocantins e Maranhão; no segundo ano, os demais estados da Região Nordeste, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha; no terceiro ano, os estados de menor renda **per capita** da região Norte; depois, todos os estados da região Norte; progressivamente vindo para o Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Vamos supor, no entanto, que o Governo decida, dada a avaliação do desempenho do Programa de Renda Mínima nos dois primeiros anos, universalizar o atendimento às pessoas carentes mais rapidamente por todo o território nacional, em caso afirmativo, ele poderá fazê-lo, conforme proposta do Deputado Germano Rigotto. Anteriormente, o projeto estabelecia a idade como critério para iniciar o atendimento aos carentes; agora resolveu-se implantar o Programa a partir das regiões mais pobres para as regiões de maior renda **per capita**. Outra modificação importante é a seguinte: dadas as experiências regionais e municipais, a União poderá estabelecer convênios com estados e municípios visando compartilhar administrativa e financeiramente o Programa de Garantia de Renda Mínima. V. Ex^a mencionou que a França, em 1988, iniciou um programa semelhante ao nosso de garantia de renda mínima, lá denominado de Programa de Renda Mínima de Inserção. Toda pessoa de 25 anos ou mais, cuja renda não atinja dois mil e seiscentos francos mensais, tem direito a um complemento de renda até esse montante, além de mil francos para a companheira e mais 600 por dependente, complemento esse válido por três meses, prorrogáveis por doze, período durante o qual o beneficiário se compromete a se inserir novamente no mercado de trabalho – daí o nome "inserção". E aqui queria propor a V. Ex^a que fizéssemos uma visita à Guiana Francesa para conhecermos esse trabalho. Nesse país, esse programa também foi implantado em 1988. Já conversei com o Embaixador da França e com uma autoridade da Guiana sobre esse assunto, que me informou que no ano passado dos 150 mil habitantes, aproximadamente, 5,5 mil eram beneficiários do Programa. Ele até me contou uma curiosidade daquela nação: na Guiana não é tão costumeiro as pessoas se casarem, tanto é assim que dizem "sou irmão por parte de pai", "sou irmão por parte de mãe" e assim por diante. Somente um quarto (1/4) da população se casa da maneira tradicional, como nós conhecemos aqui. E, na Guiana Francesa, os beneficiários muitas vezes indicam uma, duas, três ou mais companheiras para receberem

esse direito. E elas o recebem. Tenho considerado – quem sabe numa ocasião oportuna – a possibilidade de irmos à Guiana para conhecermos os efeitos do programa de garantia de renda mínima, na forma da renda mínima de inserção. Os dados relativos à França, incluindo os territórios de ultramar, eu os tenho, recebi da embaixada francesa. V. Ex^a está mais próximo da Guiana Francesa, pelo jeito tem-se que ir ao Amapá para, depois, seguir para aquele país. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e pelo interesse que demonstra por essa proposição. Gostaria de lhe transmitir que o Deputado Germano Rigotto abraçou de tal maneira esta causa que, agora, candidato a Prefeito em Caxias do Sul, colocou como centro de suas proposições o Programa de Garantia de Renda Mínima em Caxias do Sul. Ele é o candidato do PMDB, resolveu sair candidato porque havia um outro candidato muito forte ali, trazendo preocupação ao Governo Federal. Os partidos da base governista pediram ao Deputado Germano Rigotto, que era Líder do Governo Fernando Henrique no Congresso Nacional, que lá se candidatasse. S. Ex^a acabou se candidatando e perguntou-me se eu estava de acordo em mostrar-lhe os diversos projetos. Disse-lhe que concordava e dei-lhe diversos projetos: o de Campinas, o de Ribeirão Preto, o do Rio Grande do Sul, o de Santa Catarina, o de Londrina, para que, além do conhecimento que tem do Programa de Renda Mínima, colhesse subsídios para embasar o seu projeto. O candidato com quem S. Ex^a disputa é o Deputado estadual Pepe Vargas, do PT do Rio Grande do Sul, exatamente o autor do projeto que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima no Rio Grande do Sul. Então, em Caxias do Sul, hoje, há dois entusiastas candidatos a prefeito que querem introduzir o Programa de Garantia de Renda Mínima. Digo isso com o objetivo de acrescentar uma informação na análise tão completa que V. Ex^a faz da evolução do Projeto em todo o País. Espero que isso ocorra no Amapá também.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, na condição de autor desse Projeto, só enriquece o meu pronunciamento e contribui para que as pessoas que nos ouvem dele tomem conhecimento e avaliem sua importância. Espero que prefeitos, vereadores e deputados estaduais e até parlamentares federais, como os deputados que estão apreciando esse projeto, se sensibilizem e lutem pela aprovação do mesmo.

Quero aqui ressaltar também o espírito público e a sensibilidade social do Deputado Germano Rigotto, que aceitou conversar com V. Ex^a e negociar um projeto de consenso que certamente torna mais viável a sua aprovação.

Conheço a Guiana Francesa e também o programa lá desenvolvido e quero, nesta oportunidade, oficializar o convite a V. Ex^a para ir à Guiana, passando pelo Amapá. No próximo dia 27, a Suriname Airlines inaugura o voo Macapá-Guiana Francesa, que depois segue até Miami, passando pelo Caribe. Poderemos tomá-lo. Também podemos tomar um voo direto até Paris a partir da Guiana Francesa. Portanto, agora já é possível fazer Amapá-Paris, com apenas uma escala na Guiana Francesa e a um preço bastante acessível, razoável. A passagem de Caiena a Paris, ida e volta, custa US\$800, e a de Macapá a Caiena fica em torno de US\$200, ida e volta. V. Ex^a, que já conhece o Amapá, nos dará mais uma vez o prazer de nos visitar e contribuir, com a sua experiência política, para a implementação de projetos dessa natureza em nosso estado.

Concluo dizendo que é imperativo que o Congresso Nacional pelo menos aprecie o projeto que institui esse Programa, deliberando conforme entender conveniente. Depois das informações prestadas pelo Senador Eduardo Suplicy, aumentam as nossas esperanças de que esse projeto seja aprovado.

Se tal proposta, por qualquer motivo, revelar-se inexecutável – o que não acreditamos, mas temos que contar com essa possibilidade também –, cabe a nós, parlamentares, procurar outra solução. Acredito que a melhor solução é essa apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy. O que não podemos, em qualquer hipótese, é escamotear de nossos compromissos e da existência de milhões de brasileiros, irmãos nossos, que vivem em condições inferiores à chamada linha da pobreza e que aguardam dos seus representantes no Congresso Nacional uma ação efetiva para reduzir as desigualdades e construir uma sociedade mais justa.

Sr. Presidente, era o que eu gostaria de trazer ao Plenário na tarde de hoje, esperando, com isso, estar contribuindo para ampliar o nível de conhecimento desses importantes programas sociais que vêm sendo implementados em nosso País para combater a pobreza.

Sr. Presidente, peço ainda a V. Ex^a que faça constar nos Anais da Casa a íntegra do meu pronunciamento da forma como o apresento no documento que vou levar à Mesa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SEBASTIÃO ROCHA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

DO SENADOR SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP)

Senhor Presidente,
Senhores Senadores,

Não encontro adjetivo capaz de caracterizar a situação do ensino público no Brasil. Constrangedor – ou vergonhoso – talvez se aproxime do quadro que se delineia aos nossos olhos muitas vezes desatentos. O ensino público, único mecanismo para a mobilidade social e a correção de desigualdades, tornou-se perpetuador da injustiça e da pobreza.

Ensino deficiente, professores mal pagos, índices elevados de evasão escolar e repetência são marcas registradas da nossa escola. Sem contar, Senhor Presidente, com a inversão de prioridades que orienta os gastos do governo.

Nesse quadro de caos e desalento, surgiu uma luz no final do túnel. No princípio, pensou-se ser mais um discurso eleitoreiro, fadado a compor a galeria das promessas utópicas no vale-tudo da disputa por um cargo: "O governador Cristovam Buarque está tentando quebrar o ciclo de negligência com um programa inovador que garante a educação básica."

O programa é simples. O governo paga para as crianças estudarem. Ele garante a concessão de um salário mínimo por mês a toda família carente que mantiver os filhos de 7 a 14 anos matriculados no ensino fundamental.

Na primeira fase de implantação da bolsa-escola, 1.900 famílias do Paranoá tiraram os filhos das ruas e os puseram na sala de aula.

Com a bolsa-escola, resolveu-se um dos mais dramáticos problemas da educação básica brasileira: a evasão escolar. Para receber o salário, o estudante só tem direito a duas faltas mensais. Os pais, com isso, fiscalizam rigorosamente a frequência dos filhos.

A cumplicidade da família deu certo. O resultado tem sido animador. O programa registrou índices de evasão próximos a zero.

O outro problema sério das nossas escolas – a repetência – também foi atacado. O governo do Distrito Federal instituiu a bolsa-poupança. Os alunos beneficiados pela bolsa-escola que conseguirem passar para a série seguinte recebem um salário mínimo de prêmio.

É isso: a bolsa-escola mantém a criança na sala de aula. A bolsa-poupança evita a repetência.

Senhor Presidente,
Senhores Senadores,

O programa do governo do Distrito Federal mostra que a educação tem jeito. Para deixar de ser a vergonha nacional, não precisa de soluções mirabolantes, mas saídas simples e criativas. A bolsa-escola evita que as crianças pobres do Distrito Federal deixem a escola para trabalhar.

Só com escola democrática e de boa qualidade pode-se assegurar o futuro aos pobres e desamparados da sorte. Fora dela, teremos o quadro que hoje tanto nos deprime e assusta: milhares de menores perambulando pelas ruas, vivendo de biscates, de pequenas infrações ou vendendo drogas.

Qualquer país que tem vergonha na cara obedece a uma verdade elementar: lugar de criança é na escola. Fora dos bancos escolares não há salvação. Condena-se o pobre à pobreza, à ignorância, ao subdesenvolvimento, à estagnação social.

E, como nenhuma corrente é mais forte que seu elo mais fraco, a constatação é inevitável: o país que condena seus filhos está condenando a si mesmo. //

Anexo, segue um estudo elaborado pela Consultoria Legislativa desta Casa. Diga-se de passagem, um belo trabalho.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigado.

ESTUDO Nº 184, DE 1996

O programa de “bolsa-escola”

I - O princípio de renda mínima

A chamada “bolsa-escola” constitui uma variante de programa de renda mínima. No caso, a garantia de renda mínima é vinculada ao envio das crianças à escola. A idéia pode ser considerada uma tentativa de equacionar - ou mais propriamente de atenuar - dois flagelos da sociedade brasileira: os níveis elevados de pobreza e miséria e o fracasso escolar, em grande parte originado daqueles.

O princípio da garantia de renda mínima nasceu da crítica liberal à institucionalização, no modelo político do *welfare state*, dos benefícios sociais historicamente reivindicados pelos movimentos trabalhistas. Sob o argumento de que os tradicionais mecanismos de proteção social criam restrições ao livre funcionamento do mercado, alguns seguidores do liberalismo econômico lançaram a idéia de um imposto de renda negativo, definido a partir da fixação de uma renda mínima e de uma alíquota sobre os rendimentos de um indivíduo ou de uma família. No caso de uma alíquota negativa, estes receberiam uma complementação em seus rendimentos, que seria financiada, ao menos parcialmente, por aqueles que apresentassem uma alíquota positiva.

A crise econômica desencadeada nos anos 70, que vem conduzindo a uma nova estrutura baseada na globalização dos mercados e em altas taxas de desemprego, colocou em questionamento o modelo do *welfare state* e sua política social. Enquanto as correntes liberais passaram a atacá-lo mais duramente, propondo o princípio de renda mínima como estratégia básica, senão única, para o combate à

pobreza, os tradicionais defensores do modelo procuraram rever determinadas linhas de sua ação, em alguns casos fazendo da renda mínima mais uma medida de política social.

Dessa forma, a proposta de renda mínima adentrou a esfera das medidas governamentais de redistribuição de riqueza, ora como estratégia liberal de desmonte do tradicional Estado provedor, ora como mais um mecanismo de atenuação dos contrastes sociais. Nos Estados Unidos e na França, por exemplo, foram instituídos programas de renda mínima em 1975 e 1989, respectivamente. Nos EUA, o programa é vinculado ao imposto de renda e beneficia o contribuinte trabalhador que receba uma renda bruta mínima anual de US\$ 22.370,00 (valor de 1992). Recebem um benefício maior as famílias com duas ou mais crianças. Já na França o programa independe do imposto de renda. Os beneficiários recebem uma complementação de renda relativa à diferença entre um teto de rendimentos e os valores ganhos pelos membros da família. Podem ser beneficiados os residentes com mais de 25 anos e os menores de 25 que possuam a guarda de uma criança. Os vários níveis de governo participam da administração do programa.¹

A proposta de renda mínima do Projeto de Lei nº 2.561/92, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, prevê uma complementação de renda mínima de 30%, passível de elevação para 50%. Seriam beneficiados os trabalhadores com mais de 25 anos. A implementação do programa seria gradual, atingindo nas primeiras etapas as pessoas de idade mais avançada. As formas de fiscalização e de recebimento da complementação de renda seguiriam os procedimentos do imposto de renda.

A instituição de um programa de renda mínima no Brasil, como o sugerido pelo Projeto de Lei nº 2.561/92, tem suscitado as seguintes críticas:

¹ LEMGRUBER, Andréa & SOARES, Murilo Cunha. "Análise do programa de garantia de renda mínima". *Tributação em revista*, nº 8, abril-junho de 1994. CLARY, Guy. "Face à la croissance et à la mutation du RMI". *Droit Social*, 9/10 sept.-oct. 1995. Este estudo insiste sobre os riscos de implosão do programa de renda mínima francês em virtude do crescente aumento do desemprego no país e das restrições, aprovadas no início dos anos 90, ao recebimento do seguro-desemprego

1. não há clareza sobre a origem dos recursos para a sua implementação. Seria preciso optar ou fazer uma combinação entre um aumento da carga tributária e cortes em programas sociais tradicionais, o que pode trazer efeitos indesejados contra as próprias populações carentes;

2. em virtude do peso da economia informal no país, um programa desta categoria acabaria representando um incentivo à fraude;

3. seria preciso criar uma vasta estrutura burocrática para administrar o programa, o que não garantiria uma fiscalização eficiente, dado o problema apontado acima;

4. o programa poderia desestimular um empenho maior na busca de rendimentos para as pessoas situadas próximas da linha de pobreza;

5. o programa não cria condições para a mudança da estrutura social responsável pela exclusão.²

Exatamente em virtude dessas dificuldades, assim como dos problemas educacionais do país, a idéia de “bolsa-escola” começou a ser aventada como um mecanismo alternativo de inserção social.

II. As experiências de “bolsa-escola”

A possibilidade de associação de programas de renda mínima à frequência escolar apenas recentemente passou a ser levantada pelos estudiosos. Contudo, as experiências surgidas nessa área têm rejeitado a idéia de distribuição de renda e insistido no seu propósito educacional. Como afirma documento do Governo

² LEMGRUBER & SOARES, op.cit.; RAMOS, Carlos Alberto. “O programa de renda mínima”, *Texto para discussão* nº 357, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, nov. de 1994. “Programa de garantia de renda mínima: o fim da pobreza”, *Notas: avaliação de projetos de lei*, nº 17, maio de 1992.

do Distrito Federal, seu programa “*não visa à distribuição de renda, mas ao acesso de todos à cultura*”(sic).³

Os programas de “bolsa-escola” são de criação recente. A experiência pioneira do Distrito Federal foi instituída no início de 1995. Como os resultados apenas começam a ser sentidos, os educadores e economistas ainda aguardam o desenvolvimento das iniciativas para avaliá-las de forma mais consistente. Por isso, a literatura especializada sobre o assunto é extremamente escassa. Outro elemento que dificulta o estudo do tema diz respeito à descentralização das iniciativas. Elas vêm surgindo com base na competência que os entes federados possuem em matéria educacional. Sua repercussão positiva tem levado diversos Municípios e alguns Estados a planejar sua adoção. Embora haja seriedade nas experiências em curso, a disseminação da proposta pode levar ao desenvolvimento de iniciativas oportunistas. Enfim, o caráter de novidade na implantação da idéia dificulta a elaboração de uma análise mais profunda e recomenda prudência quanto à avaliação de sua eficácia.

As iniciativas conhecidas no setor são as do Distrito Federal, dos Municípios de Campinas, Ribeirão Preto (São Paulo), e Boa Vista (Roraima), e do Estado de Mato Grosso do Sul.

O programa de “bolsa-escola” do Distrito Federal⁴ foi criado pelo Decreto nº 16.270, de 11.01.95, e regulamentado pela Portaria nº 16, de 09.02.95. As condições para que a família tenha acesso à “bolsa-escola”, que representa o recebimento de um salário-mínimo por mês, são as seguintes:

1. matricular todos os filhos entre 7 e 14 anos em escola pública, garantindo frequência mensal superior a 90%;

³ *Bolsa-escola, poupança escola*. Brasília, Gabinete do Governador, Assessoria especial: Secretaria de Educação, 1995, p. 17.

⁴ As informações sobre o DF baseiam-se em *bolsa-escola, poupança escola...*; e *Folha de São Paulo*, 28 de abril de 1996.

2. renda mínima *per capita* mensal igual ou inferior a meio salário mínimo;
3. inscrição de eventual membro desempregado da família no Sistema Nacional de Emprego- SINE;
4. residência comprovada em Brasília há pelo menos cinco anos.

Perde o direito à “bolsa-escola” a família que apresentar declarações falsas. O mesmo ocorre se sua renda aumentar o suficiente para retirá-la do critério de pobreza utilizado. Caso uma das crianças tenha frequência mensal inferior ao mínimo estipulado, sem justificação de força-maior, o direito à bolsa é suspenso no respectivo mês. A reprovação do estudante não tira da família o direito à bolsa, pois o objetivo do programa é justamente enfrentar o fracasso escolar, cuja responsabilidade é muitas vezes da própria escola.

Para a implantação do projeto em uma comunidade, é formada uma comissão local, da qual participam professores especialmente treinados para acompanhar e avaliar sua execução. Após as inscrições, é visitado um grupo de famílias selecionadas por amostragem. Em cada escola é designado um responsável para acompanhar a frequência dos alunos vinculados ao programa. As famílias recebem mensalmente do Banco de Brasília uma notificação para o recebimento da bolsa.

Eram atendidos, em abril deste ano, 28.672 alunos, totalizando 14.786 famílias. O custo do programa é relativamente reduzido: o orçamento deste ano prevê um gasto de 21,4 milhões, menos de 1% do orçamento do DF, para uma previsão de atendimento de cerca de 20 mil famílias.

Além da “bolsa-escola”, o governo do Distrito Federal instituiu um programa de “poupança-escola”, que garante um depósito anual de um salário mínimo a cada estudante já beneficiado pela “bolsa-escola”. À medida que o aluno conclui com sucesso etapas de seu estudo, parte do dinheiro pode ser resgatado: após a

conclusão da 4ª e da 8ª séries, a metade do saldo então disponível. Obtida a conclusão do ensino médio, pode ser resgatado o total de seu saldo.

Campinas⁵ foi o primeiro Município a adotar um programa de renda mínima. A sua implantação teve início em março de 1995 e beneficiava, em abril deste ano, mais de 2 mil famílias, totalizando 12.323 pessoas. Ao contrário da iniciativa do DF, o programa de Campinas não está centrado na frequência à escola, mas envolve um programa mais amplo de assistência social. Um dos seus propósitos declarado é o de combater o fenômeno dos meninos de rua. Podem beneficiar-se do programa as famílias com mais de dois anos de residência no Município que tenham filhos menores de 14 anos. Mensalmente, os beneficiados são convocados a participar de reuniões em que são discutidos temas como nutrição, escolaridade e planejamento familiar. O programa procura garantir uma renda mínima *per capita* de R\$ 35,00. Cada família pode receber até R\$ 385,00. A lei que instituiu o programa limita o seu custo a 1% da arrecadação municipal.

A iniciativa de Ribeirão Preto⁶, por sua vez, foi implantada em dezembro de 1985 e atingia, em abril deste ano, 765 famílias, com uma previsão de alcançar, até o final do ano, de 2 mil a 2,2 mil famílias. O programa é semelhante ao do DF. As famílias precisam morar há pelo menos cinco anos no Município. Os seus filhos menores de 14 e maiores de 7 anos devem matricular-se em uma escola pública para fazer jus ao benefício mensal, que pode variar de R\$ 40,00 a R\$ 100,00.

Mato Grosso do Sul⁷ implantou seu programa de "bolsa-escola" em junho deste ano. Sua abrangência é mais limitada: podem ser beneficiados os filhos de carvoeiros e de trabalhadores da extração de erva-mate em idade escolar (7 a 14 anos). Sua finalidade é a de evitar que crianças participem da força de trabalho familiar nas

⁵ Sobre Campinas, *Folha de São Paulo*, 28 de abril de 1996; e TEIXEIRA, José Roberto Magalhães. "Uma alternativa que se abre", *Conjuntura Social*, 6, nº 10, out. de 1995.

⁶ *Folha de São Paulo*, 28 de abril de 1996.

⁷ *Correio Braziliense*, 30 de junho de 1996.

atividades insalubres das carvoarias e dos ervais. A bolsa é de R\$50,00 reais por criança. É preciso que a criança tenha uma frequência escolar mínima de 75% para manter a bolsa. Pouco mais de mil crianças já estão sendo atendidas pela iniciativa.

O programa "Bolsa de Educação", de Boa Vista, também foi lançado recentemente e funciona nos moldes da iniciativa do Distrito Federal, cujos técnicos assessoraram sua implantação.

III - Conclusão: benefícios e riscos da "bolsa-escola"

Embora seja prematuro avaliar de forma mais conclusiva as experiências da "bolsa-escola", alguns aspectos positivos da iniciativa podem ser apresentados, tendo por base informações preliminares fornecidas pelos seus próprios executores.

O aumento do número de alunos freqüentando a escola é o dado mais evidente. A atração pelo novo rendimento normalmente leva os pais a optar pela escola, retirando seus filhos de atividades laborais impróprias para a infância. O combate ao trabalho infantil pode, assim, ser considerado outro benefício do programa. Nem sempre, porém, o valor da bolsa exerce atração suficiente, particularmente se os pais conseguem obter do trabalho dos filhos uma renda superior ao valor da bolsa. É o que já foi constatado nas carvoarias de Mato Grosso do Sul⁸.

Uma vez que as famílias contempladas obtêm um aumento de sua renda, a iniciativa pode ter efeitos benéficos também sobre o seu nível de vida, em termos de melhoria da nutrição e da saúde de seus membros.

O amparo da "bolsa-escola" pode ter efeitos positivos sobre a qualidade do ensino. Os alunos contemplados, pela obrigação de apresentar frequência escolar elevada e pelo efeitos positivos do aumento da renda familiar, tendem a apresentar

⁸ *Correio Braziliense*, 30 de junho de 1996.

uma melhoria de rendimento. O interesse que as famílias beneficiadas acabam demonstrando pelos assuntos da escola também pode repercutir sobre o desempenho dos alunos. Em consequência de tudo isso, os níveis de evasão e de repetência são passíveis de redução. Alguns desses efeitos vêm sendo apontados pelos executores das iniciativas supracitadas, embora ainda seja prematuro apresentar uma avaliação mais profunda.

Os problemas da "bolsa-escola" dizem respeito principalmente à disponibilidade de recursos e à forma de execução do programa. Ainda que as experiências em curso não exijam gastos elevados, qualquer iniciativa no setor é inviável para os Municípios pobres, principalmente ante a necessidade de se preservar os recursos da área educacional. Enviar todas as crianças à escola, proporcionando uma elevação da renda familiar, pode não ter qualquer efeito significativo para o ensino se continuarem pendentes os problemas dos baixos salários e qualificação dos professores, assim como a falta de material didático adequado.

O envolvimento da União em grande escala na matéria, como preconiza o Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1996, de iniciativa do Senador José Roberto Arruda, precisa ser analisado com cautela. A proposta institui uma parceria entre a União e os Municípios com mais de 50 mil habitantes na concessão de uma bolsa, de R\$ 50,00 a R\$ 150,00, para que as famílias de um certo nível de carência mandem seus filhos para a escola de ensino fundamental. O seu cunho social merece consideração. Porém, no mérito, a iniciativa apresenta os seguintes problemas:

1. exige um volume considerável de recursos, cuja origem e quantificação não são apontados. A se confiar na previsão de cerca de 4,9 milhões de famílias atingidas, o gasto com o programa ficaria em torno de 6 bilhões de reais por ano. A maioria dos Municípios provavelmente não poderia arcar com a sua parte. Já a União teria dificuldades de despendar na iniciativa recursos retirados das dotações orçamentárias que vêm sendo dirigidas à educação. Em 1995, o MEC destinou ao

ensino fundamental, com recursos próprios⁹, cerca de 1 bilhão de reais, dos quais 700 milhões provenientes de sua quota do salário-educação. Para complementar os fundos estaduais de apoio ao ensino fundamental e valorização do magistério, proposto pelo Poder Executivo, por meio da PEC nº 30/96, em tramitação no Senado, a União deverá despende de 1 a 1,1 bilhão de reais (o MEC por vezes divulga uma cifra menor, de 850 milhões de reais). Parte desses recursos virá do salário-educação. O restante deverá vir de uma dotação maior a ser destinada ao MEC a partir do ano de vigência da futura emenda constitucional. A implementação da proposta exigiria, assim, uma ampla redefinição da política social em vigência, com o risco de dano para as ações de apoio ao ensino obrigatório que vêm sendo planejadas pelo Governo Federal.

2. trata os Municípios de modo uniforme. Há aqueles que possuem recursos suficientes para sustentar sozinhos um programa de renda mínima. Contudo, como foi indicado acima, a maior parte deles precisaria de apoio total para implementar a iniciativa. Além disso, o texto do projeto gera a interpretação absurda de que os Municípios são obrigados a participar do programa, contribuindo com metade dos recursos necessários à sua execução. Para que sejam respeitados o princípio de equidade e o preceito constitucional da autonomia federativa, o projeto deveria simplesmente prever a preferência para a execução do programa nos Municípios e Estados mais pobres e naqueles que, situados numa situação intermediária, se dispusessem a despende recursos próprios.

3. estipula um valor nacional para a bolsa. Além da referência ao salário-mínimo ser inconstitucional, conviria pensar na possibilidade de variação regional da bolsa, para adaptá-la melhor às diversas realidades do país. A mesma rigidez é estabelecida para o critério de pobreza, também definido nacionalmente.

⁹ Isso exclui a quota estadual do salário-educação, que por ser recolhida pela União antes do repasse aos Estados, é contabilizada na execução orçamentária do MEC.

4. Deixa de fora as populações carentes das grandes metrópoles e das cidades de porte médio. A intenção da proposta de conter as correntes migratórias, considerada por si só, é questionável, uma vez que a concessão da bolsa é provisória e vários outros fatores mais complexos de atração para as grandes cidades não são combatidos.

A idéia de um programa de “bolsa-escola” nacional, extensivo às famílias carentes de todos o país, também merece reservas. Além da ampliação do risco de fraudes, o volume de recursos envolvidos seria fabuloso. Segundo o economista André Urani, do IPEA, para a concessão de uma bolsa de um salário-mínimo a cada família com crianças em idade escolar e renda *per capita* inferior a R\$35,00 (o Projeto Arruda é mais generoso) seriam despendidos entre 6,5 e 7 bilhões de reais, ou 1,2% do Produto Interno Bruto. Para um programa de renda mínima semelhante ao proposto pelo Senador Suplicy, sem vínculo com a educação, o dispêndio seria de cerca de 21 bilhões de reais.¹⁰ Este valor é próximo ao de todos os recursos públicos vinculados à educação, que é de cerca de 23,2 bilhões de reais.

Recentemente, o Governo Federal anunciou a criação de um programa de “bolsa-escola”, denominado “Vale-Cidadania”. Trata-se de uma reação improvisada às críticas generalizadas da ineficiência de sua ação social. Por enquanto, a iniciativa vem sendo conduzida pelo Programa Comunidade Solidária, uma vez que a equipe do atual Ministro da Educação e do Desporto jamais demonstrou entusiasmo com a idéia de “bolsa-escola”. Há planos para se atingir um universo de 50 mil famílias pelo país. Porém, a única ação concreta do “Vale-Cidadania” até agora foi o envolvimento tardio na referida iniciativa que o governo de Mato Grosso do Sul já vinha elaborando sozinho no setor.

¹⁰ *Folha de São Paulo*, 28 de abril de 1996.

Embora a iniciativa do Governo Federal seja improvisada e tenha sido motivada por razões políticas de momento, pode dar início a experiências de valor, já que independe, como prevê o Projeto Arruda, de uma fórmula legal rígida, uniforme e onerosa. As experiências em escala menor vêm apresentando resultados promissores e seria benéfico que fossem reproduzidas, até com o apoio do Governo Federal. A instituição de um programa nacional sustentado pela União teria um grande alcance social. Porém, permaneceriam os problemas de elevado risco de fraude, necessidade de recursos volumosos e exigência de renúncia de outras iniciativas na área social. Além disso, se concebido como estratégia de combate à pobreza, um programa dessa natureza merece reservas, pois não transforma a própria estrutura social excludente.

DO SENADOR SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) 477
cf.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Segundo dados do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos do Distrito Federal – INESC, os recursos inscritos no Orçamento de 1995 para o setor educacional sofreram cortes importantes.

O programa do Ministério da Educação destinado ao ensino básico na Região Nordeste, que deveria aplicar duzentos e cinquenta milhões de reais, foi contemplado com apenas doze milhões de reais!

Em relação ao programa Desenvolvimento da Educação da Criança de Zero a Quatro Anos, dos setecentos e noventa e nove mil reais previstos, nenhum real foi colocado à disposição!

O INESC mostra ainda que o Ministério da Saúde fez investimentos muito modestos nos programas Nordeste I e II, destinados a reduzir a mortalidade infantil na região mais atrasada do País.

Por exemplo, dos cento e oitenta e seis milhões de reais previstos para investimentos no Nordeste II, menos de sessenta e oito milhões de reais foram efetivamente aplicados.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a coluna da jornalista Dora Kramer, do *Jornal do Brasil*, do dia 09 do corrente, toda ela dedicada às mazelas do nosso Orçamento, faz pesadas críticas ao Governo, que manipula, de acordo com as suas conveniências, as verbas destinadas a Estados e Municípios.

A colunista diz:

“O Poder Executivo está devendo uma explicação a respeito dos critérios que vem utilizando para liberar verbas do Orçamento da União, notadamente através de convênios com prefeituras. (...) Ninguém sabe ao certo se o Orçamento está mesmo servindo de mercadoria em balcão de negociações. Mas o simples fato de o Executivo não vir a público esclarecer quais os critérios para que A ou B e não C receba verbas torna lícito supor que algum arranjo, de natureza ainda não explicada, esteja sendo feito.”

Alguns especialistas dizem que no Brasil de hoje existem três formas de acompanhamento do Orçamento: o controle interno, realizado pelos próprios poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o controle externo, realizado pelo Congresso Nacional; e o controle social, exercido pela sociedade.

É importante discordar dessas afirmações tocando em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, em relação ao Congresso Nacional, malgrado sua

participação formal na elaboração do Orçamento, somos forçados a reconhecer que o arbítrio ilimitado e os artifícios utilizados pelo Executivo na fase de execução orçamentária transformam aquela participação legislativa em um patético “jogo de cena”. Melancolicamente, o orçamento torna-se uma obra de ficção. Os ingentes esforços dispendidos pelos parlamentares para aprimorar a lei de meios resultam inúteis, pois o orçamento será cumprido ou descumprido pelo Executivo na exata medida de suas conveniências político-eleitorais. Em segundo lugar, no que tange à sociedade, ela de nada sabe porque não é informada de coisa alguma. Assim, não tem a menor participação no destino do dinheiro, que o Executivo manipula como quer, de maneira autoritária e absolutista, visando a satisfazer apenas aqueles que são seus vassalos. Dessa maneira, explica-se facilmente, segundo a já citada jornalista Dora Kramer, porque, por exemplo, as Prefeituras de Belo Horizonte e de Porto Alegre morrem à míngua enquanto o Prefeito de Contagem recebe quase dois milhões e meio de reais praticamente às vésperas das eleições municipais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, diante desses vícios e dessas práticas clientelistas que ainda perduram em relação ao destino dos recursos inscritos no Orçamento da União e que fazem dele uma grande peça de ficção, creio que atingimos um momento excelente para retomar uma discussão séria sobre a transparência e a participação social na aplicação do dinheiro público.

Nesse sentido, merece ser acompanhada com atenção uma experiência adotada na cidade de Porto Alegre, na gestão do ex-prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores. Experiência, aliás, que está sendo reproduzida em outros municípios, como Betim, Belo Horizonte, e também aqui mesmo no Distrito Federal. Trata-se do orçamento participativo. A idéia é simples e tem como objetivo levar a população a participar mais diretamente das decisões sobre a aplicação das verbas públicas.

Por meio do orçamento participativo, qualquer habitante tem o direito de participar de uma reunião plenária que decidirá sobre as prioridades do seu município. Nas reuniões plenárias são escolhidos, pelo voto, os conselheiros que, depois, tomarão decisões acerca da destinação dos recursos previstos para a sua região na proposta orçamentária. Automaticamente, com a participação direta da sociedade no processo de decisão orçamentária, diminui o favorecimento político no âmbito do Legislativo; reduzem-se de maneira importante as manipulações e os artifícios que são criados pelo Executivo; existe uma quase certeza de que aquelas verbas serão realmente aplicadas. Enfim, o orçamento participativo proporciona a fiscalização do povo sobre os recursos nas mãos do governo. Segundo o atual Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, o orçamento participativo é uma mistura de democracia representativa com democracia direta. A impressão que temos é que hoje, nas dezesseis regiões que constituem o município de Porto Alegre para efeito de orçamento participativo, o clientelismo e os chamados “políticos-despachantes” praticamente não existem mais. //

É importante salientar que a crise do orçamento público está intimamente ligada à questão global da falência do Estado cartorial, paternalista e assistencialista que sempre existiu no Brasil, e que alguns homens do poder ainda insistem em manter vivo. O próprio Presidente da República é o primeiro da lista. Ao mesmo tempo em que fala em modernidade, encontra nas velhas práticas cartoriais o caminho certo para atingir os seus objetivos eleitorais. Assim, manipulando verbas públicas e ao mesmo tempo contemplando seus fiéis servidores com polpudos recursos da sociedade, o Senhor Presidente persegue o sonho da reeleição.

A crise do orçamento público deriva, portanto, de vícios e práticas políticas verdadeiramente nefastas, que corroeram ao longo do tempo as estruturas

do Estado e o levaram à agonia.

Agora, nós podemos perceber que, diferentemente do orçamento tradicional, o orçamento participativo engendra uma nova forma de gestão pública. A discussão transparente e democrática, além de ampliar o leque de participação dos atores sociais no processo decisório, chega finalmente a definir prioridades bem próximas dos verdadeiros desejos e necessidades da população.

Voltando ao caso de Porto Alegre, o orçamento participativo conta, atualmente, com amparo legal exclusivamente no parágrafo único do artigo 116 da Lei Orgânica do município, que estabelece a participação popular nas definições relativas ao Orçamento Municipal.

Uma questão bastante importante e que foi amplamente discutida quando da estruturação do orçamento participativo em Porto Alegre foi o relacionamento do mesmo com o Legislativo. Muito se discutiu sobre os perigos da redução da importância do Legislativo diante do crescimento das discussões no âmbito do orçamento participativo, mas essa prática não suprime, de maneira alguma, as prerrogativas do Legislativo em alterar, através de emendas, o orçamento. A bem da verdade, é o Executivo que tem de abrir mão de uma parcela do seu poder decisório, na medida em que amplia o espectro de participação e de definição orçamentária.

As experiências de orçamento participativo se verificaram até agora nos espaços municipais. É verdade que ainda temos muito que avançar no sentido de compatibilizar esse tipo de experiência com espaços mais amplos, até atingirmos, quem sabe, a própria definição do Orçamento da União. Apesar das dificuldades de compatibilização, não podemos nos esquecer de que a falta de transparência, de democracia e de eficiência têm levado o Orçamento da União a ser também um constante instrumento a serviço do *lobby* e da corrupção.

Para finalizar, gostaria de dizer que todas as experiências que contrariam o comportamento tradicional do Estado, privilegiando os interesses coletivos em detrimento de interesses de grupos de pressão, são vistas com elevado grau de desconfiança. Dessa maneira, não podemos esquecer de que a distinção entre Estado e Sociedade no Brasil data de muito tempo, e, em toda a nossa formação histórica, o primeiro sempre foi visto como uma instituição que defende interesses parciais, sempre representou grupos privilegiados e sempre descartou a idéia de implantar e administrar um projeto verdadeiramente capaz de promover o bem-estar da população.

Nesse sentido, o Estado passa a ser o responsável direto pela manutenção de práticas corporativas e clientelistas. Assim, a crise do Estado brasileiro em seus diferentes aspectos e, conseqüentemente, a reforma do mesmo motivam, de alguma forma, a participação popular. O orçamento participativo é, na verdade, uma dessas formas de intervenção social. Acredito que esse reconhecimento é de importância fundamental no atual processo de transformação política, econômica e social que o País está atravessando.

Muito obrigado.

DO SENADOR SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP)

Senhor Presidente,

Meus Excelentíssimos Pares:

Quero comentar aqui uma nova modalidade de assistência à saúde da população, muito promissora, que vem sendo adotada por um número crescente de municípios. Trata-se do programa chamado por alguns de “Médico de Família” e

pelo Ministério da Saúde de “Saúde da Família”, que consiste na instalação, no seio de um bairro, de um verdadeiro consultório médico para atender as famílias daquela comunidade, por meio dos serviços de um clínico geral e alguns auxiliares. Essa equipe básica não só atende os moradores locais que demandam o consultório, como também atende a domicílio todas as famílias do bairro, visitando-as sistematicamente.

No Brasil, o Município pioneiro na adoção dessa metodologia foi Niterói, em 1992, durante a gestão do prefeito Jorge Roberto Silveira, do PDT. Diga-se de passagem que Niterói é um desses municípios em que, graças à boa administração, o mesmo grupo de dirigentes vem sendo reeleito, mandato após mandato, assegurando uma saudável continuidade da gestão municipal.

O programa Médico de Família conta em Niterói com uma dezena de consultórios que foram instalados dando prioridade a bairros carentes. O programa foi baseado na experiência cubana, de méritos reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde. Em Cuba, o sistema de consultórios públicos de bairro, com um clínico geral atendendo as famílias da área, cobre noventa e dois por cento da população e envolve o trabalho de dezenove mil médicos.

O nosso Ministério da Saúde, há cerca de dois anos, adotou a idéia e a vem difundindo e implantando por todo o Brasil, através de convênios, sob o nome de Programa de Saúde da Família, PSF. De resto, muitos Municípios que priorizaram a questão da saúde em suas administrações, lançam-se a introduzir o programa por conta própria, e só depois se conveniam com o sistema de verbas federais. Essa antecipação e iniciativa demonstram a grande atração que a nova idéia vem exercendo sobre prefeitos e secretários municipais de saúde.

A base do programa é a Unidade de Saúde da Família, instalada geralmente em um edifício cedido pela comunidade e adaptado para a nova

finalidade. A equipe básica que atua nesse consultório é formada, segundo a norma federal, por um médico generalista, uma enfermeira, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde. Os agentes de saúde devem residir na comunidade e toda a equipe deve residir no município e trabalhar em horário integral, oito horas por dia.

A área de atendimento a cargo da equipe básica é bem delimitada, abarcando entre seiscentas e mil famílias. Os que demandam o consultório devem poder chegar a ele a pé. A equipe atende no consultório e também a domicílio. Cadastra todas as famílias e indivíduos da área, examina a todos e cuida de todos. Além da assistência médica a cada caso, a equipe também orienta as ações de prevenção.

Com essa ação bem aderida às realidades e exigências locais, diminui a necessidade de a população buscar ambulatórios especializados e hospitais. Quando necessário o internamento hospitalar, o doente é encaminhado pelo médico da família, que acompanha o caso continuamente. Muitos tratamentos podem ser feitos em casa, com a orientação e apoio da equipe local, com muito menos despesas e dificuldades, tanto para os doentes como para a rede pública de saúde. //

A Secretaria de Saúde do Município, no Programa de Saúde da Família, mantém um sistema de supervisão das equipes básicas e deve cuidar de seu treinamento contínuo. A Secretaria Estadual de Saúde exerce um papel de monitoramento voltado ao aprimoramento do trabalho dos municípios, inclusive atraindo as universidades do Estado para apoiar o programa com treinamento.

O sistema do médico de família comunitário não vem duplicar as unidades de saúde existentes, mas complementá-las. Passa a ser o portão de acesso da população à rede de saúde. É um sistema ativo de busca da saúde da população, em contraste com a experiência convencional das unidades de saúde que atendem

passivamente à demanda desorganizada da população. A nova metodologia cria um vínculo afetivo e de confiança entre a equipe médica e as famílias da comunidade. Isso, além de melhorar o desempenho dos profissionais de saúde, realça a ação educativa da equipe na comunidade e aumenta a eficiência das ações de vigilância epidemiológica e sanitária. A ação terapêutica passa a ser melhor integrada com a realidade local. Passa a haver maior responsabilidade mútua, com relação à saúde da comunidade, entre essa e a equipe médica. O novo sistema representa para a população antes mal atendida, a conquista simultânea da saúde e da cidadania.

Principalmente, o Programa de Saúde da Família, ao contrário do modelo tradicional, centrado na doença e no hospital, procura concentrar as ações na proteção da saúde dos indivíduos e da família, adultos e crianças, sadios ou doentes, de forma integral e contínua.

A adesão dos municípios ao programa tem sido ampla. Estão hoje conveniados com o Ministério da Saúde cento e setenta e um municípios, de quinze diferentes estados. Esses convênios correspondem à implantação de seiscentas e oitenta e uma unidades e equipes básicas. Portanto, são seiscentas e oitenta e uma áreas comunitárias alcançadas pelo programa. O Ministério da Saúde estima que, em 1997, esses números crescerão significativamente, devendo vir a abranger mais alguns estados e incluir um total de duzentos e sessenta municípios e cerca de mil equipes básicas e suas respectivas Unidades de Saúde da Família. A maior parte dos convênios do programa têm sido feitos diretamente com os municípios, mas a gestão do sistema alcança também o nível estadual.

Quanto ao impacto do programa, ele só muito recentemente tem assumido uma dimensão e diversificação nacional, não havendo meios de se ter levantamentos quantitativos precisos. Sabe-se, no entanto, que qualitativamente o impacto é muito positivo. Muitos municípios engajados já detectaram melhoras nos

índices de cobertura pré-natal, aleitamento materno, vacinação. Verifica-se, em alguns, queda no índice de mortalidade. O programa tem estimulado a participação popular, com a formação de Conselhos locais de saúde, e outros formatos.

Quanto à relação entre custos e benefícios, a expectativa é favorável, já que o programa dá atendimento onde não havia, atende melhor que a unidade de saúde convencional, a par de evitar que a população recorra, sem necessidade real, a instâncias mais caras, como hospitais ou ambulatórios especializados. Depoimentos de secretários municipais de saúde registram que o programa exige maiores despesas a curto prazo, mas a médio e longo prazo baixa o custo de prover serviços de saúde à população. De resto, é tendência mundial baratear os custos dos serviços de saúde por meio de programas similares, baseados no médico generalista centrado na família.

Senhor Presidente: essa abordagem inovadora nos serviços públicos de saúde, centrada no vínculo entre um clínico geral, sua equipe de auxiliares e uma comunidade de famílias situada em área delimitada, é um novo e esperançoso horizonte que se abre às nossas populações. Os governos estaduais e municipais devem estudar com atenção o novo sistema a fim de adotá-lo, pelo seu grande potencial no que toca à melhora da saúde de nosso povo.

Pelas mesmas considerações e motivos, deve esta Casa acompanhar atentamente essa experiência.

Muito obrigado.

DO SENADOR SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O Programa de Garantia de Renda Mínima, que vem sendo implementado no Distrito Federal e em vários municípios brasileiros, ganha a cada dia novas adesões, revelando uma preocupação crescente, da classe política e de numerosas autoridades, com os estarrecedores padrões de miséria de grande parte da população.

É curioso observar que esse programa vem sendo adotado, em sua proposta original ou em modelos semelhantes, por dezenas de municípios dos mais diversos pontos do território brasileiro. Da mesma forma, vem seduzindo parlamentares e governantes de várias unidades federativas, além do já citado Distrito Federal. E, no entanto, foi o Programa de Garantia de Renda Mínima proposto, originalmente, nesta Casa Legislativa, pelo nobre colega Senador Eduardo Suplicy, há nada menos que cinco anos.

Aprovado por este Egrégio Plenário, o PLS 080, de 1991, foi encaminhado no ano seguinte à Câmara dos Deputados, onde se encontra ainda hoje. Tramitando na Comissão de Finanças e Tributação, a proposta – agora sob o nº. PL 2.561, de 1992 – aguarda apreciação do Parecer do Relator, Deputado Germano Rigotto, que em março de 1993 concluiu por sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.

Enquanto o Congresso Nacional e o Poder Executivo – nesse caso, representado pela bancada governista – hesitam em apreciar o projeto, este vem merecendo humilde mas crescente acolhida nos governos estaduais e municipais.

Até o início de junho o programa já fora proposto em 62 municípios e 12 unidades federativas – São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Goiás, Paraíba, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

Vetado embora em 12 municípios, o projeto está sendo apreciado em 29 outras municipalidades e em 11 Estados; encontra-se em execução no Distrito Federal, na capital

baiana, Salvador, e em outras oito cidades, entre os quais se destacam Campinas, Santos e Ribeirão Preto. Em quatro municípios será implementado a partir do ano que vem.

O Programa de Garantia de Renda Mínima, conforme salientei, apresenta variações em sua concepção e, principalmente, na sua operacionalização. No Distrito Federal, o Governador Cristovam Buarque vem implementando o programa chamado *bolsa-escola*, que complementa a renda das famílias carentes desde que elas tenham filhos em idade escolar e comprovem sua matrícula e frequência.

Em qualquer dos modelos em fase de implementação, ou que venha a ser adotado, o Programa de Garantia de Renda Mínima constitui uma ação emergencial para minorar os efeitos da miséria, não dispensando, naturalmente, a ação de longo prazo, que deveria consubstanciar-se na geração de empregos, no crescimento econômico e na melhor distribuição da renda.

O Programa consiste, basicamente, em conceder uma suplementação de renda a todos os trabalhadores acima de 25 anos que recebam remuneração inferior a R\$ 240 reais, correspondentes aos 45 mil cruzeiros previstos no projeto de lei quando de sua apresentação, em 1991. Essa suplementação deve corresponder, de acordo com o projeto original, a 30% da diferença entre o limite previsto, de 240 reais, e a remuneração efetivamente percebida pelo trabalhador.

Deve-se observar, ainda, que o projeto do Senador Eduardo Suplicy, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, previa a implantação gradual do Programa a partir do ano passado, quando seriam beneficiados os trabalhadores com mais de 60 anos; neste ano, o benefício seria estendido àqueles com idade superior a 55 anos; em 1997, àqueles com mais de 50 anos, e assim sucessivamente, até que, no ano 2.002, todos os trabalhadores acima dos 25 anos, precariamente remunerados, recebessem a suplementação.

Programas dessa natureza já existem em outros países, com resultados satisfatórios. Diante da possibilidade de eventuais críticas ao Programa, no que respeita a suposto paternalismo ou estímulo ao ócio, cumpre observar que esse mecanismo, pelo contrário, torna o trabalho mais atraente que a ociosidade, como destacou em seu Parecer o

deputado Germano Rigotto. “Na medida em que o beneficiário consiga aumentar sua renda, o benefício recebido diminui, mas cresce a sua renda total”, salientou o Relator.

Outro grande mérito do Programa é o fato de eliminar intermediários, frequentemente responsáveis pela pulverização dos recursos, como consequência do custo operacional, quando não pelos desvios de verba, lamentavelmente uma tradição na história de nossos programas sociais. A distribuição direta dos recursos, além disso, apresenta uma vantagem extra, se comparado com as cestas básicas e outros programas assistenciais, já que permite ao beneficiário dispor do dinheiro em conformidade com suas necessidades, as quais ninguém pode identificar melhor do que ele próprio.

É natural, Senhoras e Senhores Senadores, e até necessário, que na abordagem do programa se levante a questão do seu custo. Cálculos efetuados quando da elaboração do projeto revelaram que sua implementação a nível nacional exigiria recursos correspondentes a 3,5% do nosso Produto Interno Bruto. Os dispêndios, como se sabe, aumentariam gradativamente, alcançando esse percentual quando o Programa de Garantia de Renda Mínima estivesse totalmente implementado.

Aparentemente, os resultados a serem obtidos justificariam um aporte de tal ordem. É preciso lembrar que o aumento da renda para as famílias mais pobres permitiria eliminar uma série de gastos sociais hoje existentes, que não surtem os efeitos desejados. Além disso, o incremento da renda implicaria significativo crescimento da demanda, ao incorporar ao mercado milhões de famílias que hoje se encontram à margem dos mais reduzidos padrões de consumo.

O fortalecimento do consumo interno, segundo revelaram projeções então realizadas, seria suficiente para garantir à economia brasileira uma trajetória de crescimento. Os estudos demonstraram que um aumento de 5% do Produto Interno Bruto para os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos faria esse mesmo PIB crescer 8,52%, além de gerar dois milhões e meio de empregos formais e dois milhões de ocupações informais.

Dados coletados pelo IBGE, na Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, em 1990, revelaram a existência de 38 milhões 932 mil cidadãos acima dos 25 anos de idade

que ganham menos de dois salários mínimos. Desses, 16 milhões 893 mil não tinham rendimento algum.

O incremento da produção por setor, com a incorporação desse contingente ao mercado de consumo, apresentaria os seguintes resultados: leite e laticínios, 24,07%; indústria farmacêutica, 23,61%; saneamento e abastecimento de água, 22,83%; beneficiamento de arroz, 22,51%; indústria de fumo, 22,07%; alimentos diversos, 22%; moagem de trigo, 21,48%; abate e preparação de aves, 19,99%; refino de óleos vegetais, 18,98%; perfumaria e produtos de limpeza, 17,78%; abate e preparação de carnes, 17,75%; aluguel de bens imóveis, 15,18%. Esses seriam alguns dos setores que obteriam crescimentos mais expressivos.

O Programa de Garantia de Renda Mínima tem equivalentes em outros países, com maiores ou menores variações. Entre outras nações, é adotado pelos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Suécia. A França, desde 1988, adota o programa chamado *Renda Mínima de Inserção*, num sistema bastante parecido com o do programa que aqui se pretende implementar.

A verdade, Senhoras e Senhores Senadores, é que os Estados e Municípios brasileiros vêm-se mostrando mais determinados do que os Poderes Legislativo e Executivo, no plano nacional, na proposta de atendimento às necessidades básicas de seus cidadãos. Conquanto o Programa de Garantia de Renda Mínima tenha sido apresentado nesta egrégia Casa há cinco anos, políticos e governantes de pequenas cidades do interior têm revelado maior sensibilidade para com os segmentos miseráveis de nossa população, talvez porque tenham com os grandes bolsões de miséria um contato mais frequente e mais estreito.

De qualquer forma, Senhoras e Senhores Senadores, é imperativo que o Congresso Nacional pelo menos aprecie o projeto que institui esse Programa, deliberando conforme entender conveniente. Se tal proposta revelar-se inexecutável, por qualquer motivo, cabe a nós, parlamentares, rejeitá-la e procurar outra solução. O que não podemos, em qualquer hipótese, é escamotear de nossos compromissos e nossas consciências a existência de milhões de brasileiros, irmãos nossos, que vivem em condições inferiores à chamada linha da pobreza e que aguardam dos seus representantes nesta Casa uma ação efetiva para reduzir as desigualdades e construir uma sociedade mais justa. Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Carlos Wilson deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Totó Cavalcante.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Totó Cavalcante deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que disporá de 26 minutos até o término da sessão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP.) – Sr. Presidente, Senador Levy Dias, já usei da palavra nesta tarde. Então poderei abreviar o meu pronunciamento saudando V. Ex^a na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje, o jornal **O Globo** publica, em sua primeira página, notícia referente à compra pela Caixa Econômica Federal da Carteira Imobiliária do Bamerindus.

Diz o jornal: "Decisão é considerada uma vitória do Senador José Eduardo Andrade Vieira".

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Senador José Eduardo Andrade Vieira, como nosso colega nesta Casa, demonstrou, ao longo do tempo, enorme lealdade e correção de conduta. Todas as informações que temos permanentemente dão conta da sua postura íntegra não só como administrador privado, mas como administrador público nos cargos que desempenhou. Faço esse registro, no entanto, com bastante preocupação.

Creio que estamos vivendo um momento de grave instabilidade do sistema financeiro nacional, de dificuldades notórias de um determinado grupo de instituições financeiras. Ao Senado, neste momento, faltam instrumentos eficazes de acompanhamento e fiscalização de todo esse conjunto de problemas que estão eclodindo a partir da estabilização da moeda.

É importante registrar, Sr. Presidente, que a Constituição, no art. 192, desde 1988, determina específica e claramente que o Congresso Nacional deve votar uma lei, ou leis, de caráter de lei complementar para regular o sistema financeiro nacional.

Há pouco presenciámos a crise que gerou o Proer, programa de reestruturação financeira: a crise

do Banco Econômico e a do Banco Nacional. O Senado, constitucionalmente, é a Casa que tem a competência e a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e apontar irregularidades do sistema financeiro perante o Banco Central e o Ministério da Fazenda.

No entanto, ao longo desse processo vivido, experimentado por esta Casa, a cada reunião da Comissão de Assuntos Econômicos há uma situação que se evidencia de imediato: a falta de uma legislação que instrumentalize uma ação fiscalizadora efetiva do Senado Federal, um acompanhamento criterioso e aprofundado, quase íntimo, dessas situações de dificuldade, dessas crises que marcam o sistema financeiro.

Quando se fala das instituições bancárias do País, é muito importante registrar que não estamos falando de algo de menor importância. O abalo do sistema financeiro tem repercussões gravíssimas, dolorosas do ponto de vista coletivo e insuportáveis, principalmente para a faixa mais pobre da população. A desordem, a instabilidade de um sistema financeiro, a eclosão de uma crise pode representar um aprofundamento da pobreza e da miséria em grau e em uma proporção dramática, até hoje não conhecida pelo Brasil.

Na década de 80, um país muito próximo, aqui na América do Sul, o Chile, viveu esta situação. A crise dos bancos naquele país levou a uma queda de 20% do Produto Interno Bruto. Quando terminou a crise dos bancos, os chilenos estavam todos 20% mais pobres. É como se, praticamente, o trabalho de quase uma década de toda uma população tivesse se esmaçado no ar, tivesse desaparecido instantaneamente.

Aquelas pessoas que subestimam, que depreciam a importância e a gravidade de uma crise financeira estão, no mínimo, a meu ver, sendo irresponsáveis.

Sr. Presidente, nós temos que reconhecer, neste momento, que o País vive uma situação atípica: há uma transição de moeda. Saímos de uma situação de não-moeda para uma situação em que o País tem a sua moeda com valor, com estabilidade. A sua moeda, que pode ser usada como unidade de conta, o que há muito tempo não fazíamos; que pode ser usada como reserva de valor, o que há muito tempo não conhecíamos, mas isto acarreta uma necessidade de rearrumação, de reestruturação do sistema financeiro, que se acostumou, ao longo de décadas, viver do lucro inflacionário.

O caso do Bamerindus nos leva, aqui, no Senado, à responsabilidade de acompanhar essa

questão, de fiscalizar o processo, de identificar os problemas, porque, perante o País, somos nós, os Senadores, quem tem a responsabilidade de aferir a correção, a seriedade com que essas negociações são levadas a efeito.

No entanto, quando nós Senadores queremos agir, quando a Comissão de Assuntos Econômicos quer agir, se depara com o fato de que a legislação é precária, a legislação é insuficiente, a legislação não nos instrumentaliza, não nos fornece os elementos de ação necessários. E batemos numa grossa parede de vidro que não nos deixa avançar, não nos permite aprofundar nesse processo de fiscalização e de identificação dos problemas, numa acurada observância daquilo que é a base da Constituição brasileira.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero, a partir deste fato, chamar a atenção para a necessidade de o Congresso Nacional, imediatamente, debruçar-se sobre a tarefa de produzir uma lei complementar do sistema financeiro. No mesmo momento em que esta notícia sai nos jornais, relatando as dificuldades do Bamerindus – que estão sendo resolvidas pelo Governo –, é o mesmo em que nós, Senadores, começamos a nos afligir, a nos preocupar, a ficar tomados de uma certa ansiedade, porque a Constituição estabelece que nós temos de cuidar dessa matéria, que somos responsáveis pelo seu acompanhamento. Quando isso acontece, também encontro, nos arquivos do Congresso Nacional, uma carta do Deputado César Maia ao Deputado Benito Gama, datada de dezembro de 1992, quando S. Ex^a diz:

Após, praticamente, dois anos de trabalho como Relator desta Comissão, especialmente constituída para regulamentar o art. 192, venho apresentar a V. Ex^a o texto final do Anteprojeto de Lei Complementar sobre o Sistema Financeiro Nacional.

Portanto, em 1992, o Deputado César Maia, que hoje é Prefeito do Rio de Janeiro, já havia trabalhado dois anos em cima de uma legislação para regulamentar o Sistema Financeiro Nacional. Temos, portanto, quase que seis anos passados e essa matéria está tramitando longa e morosamente na Câmara dos Deputados. O que quero dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é que nós, Senadores, temos que tomar a peito essa tarefa, temos que assumir essa tarefa de produzir essa legislação, de produzir essa lei complementar do Sistema Financeiro.

E quero comunicar à Casa que a Comissão de Assuntos Econômicos, por determinação do seu Presidente, Senador Gilberto Miranda, sob a Presi-

dência do Senador Vilson Kleinübing, constituiu um grupo de trabalho, e nós estamos apresentando, depois de 65 dias, uma proposta para regulamentar o Sistema Financeiro, para instrumentalizar o Banco Central, na sua ação fiscalizadora e para prover o Senado de responsabilidade e de meios para fiscalizar os fiscais, que são integrantes do Banco Central.

Essa legislação que estrutura o Sistema Financeiro Nacional, nos custou 65 dias de trabalho, com emendas, sugestões, audiências, consultas, mas está pronta e nós a estamos entregando aos nossos colegas, porque me foi dada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a tarefa de relatar a matéria e estou cumprindo este dever, entregando aos Senadores do grupo de trabalho o primeiro boneco, vamos dizer assim, a primeira amostra de texto para, evidentemente, uma grande discussão, um grande debate, no qual esse texto será muito modificado, no qual esse texto deverá ser extremamente aperfeiçoado, dada as suas indiscutíveis incorreções – elas devem existir, seguramente, e elas serão apontadas pelo critério e pelo bom senso dos Srs. Senadores.

O Sr. Levy Dias – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Fogaça?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Com muita honra, Senador Levy Dias, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Levy Dias – V. Ex^a, Senador José Fogaça, tem sempre a sensibilidade de abordar assuntos extremamente importantes para o nosso País no momento exato. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta tarde sobre os mecanismos de controle e de fiscalização do Sistema Financeiro. Quero dizer a V. Ex^a que conheço há muitos anos o Senador José Eduardo de Andrade Vieira e tenho em S. Ex^a um homem extremamente ético, sério e que fez um trabalho extremamente competente na empresa que lhe coube administrar – pegou essa empresa e multiplicou o seu tamanho e, naturalmente, a geração de empregos, dando oportunidades a muitas pessoas e alavancando também o sistema produtivo nacional. Depois do Banco do Brasil, o maior banco brasileiro na área de incentivo à produção rural talvez seja o Bamerindus. E quando se mexe em uma empresa do porte do Bamerindus, mexe-se também com gigantescos interesses internos e externos. Nesses últimos dias – e o grande público talvez imagine de uma forma, mas conhecemos como as coisas operam – acompanhamos uma guerra tremenda contra o Senador José Andrade Vieira e sua instituição. Todos nós passamos por dificuldades, mas tenho comigo que, a curto prazo, pela competência da equipe que administra essa luta

terrível que vem acontecendo nos últimos dias, o Senador José Eduardo Andrade Vieira e sua equipe vão superar esse problema e voltar a operar no mercado brasileiro. Cumprimento V. Ex^a, pois entendo que se a Constituição da República nos dá o dever de gerenciarmos esse assunto, que assumamos esse papel que nos cabe e levemos avante um trabalho sério, competente. Ouvi recentemente uma observação que me deu muita segurança sobre o risco que significa qualquer desequilíbrio no Sistema Financeiro Nacional. Acredito que o Senado tem grande responsabilidade neste aspecto. Eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a neste momento e deixar registrada a minha solidariedade ao Senador José Eduardo Andrade Vieira, que conheço há bastante tempo. Acompanhei seu trabalho todo o tempo no Senado, bem como algumas vezes em que assumiu o Ministério. É um homem que nunca usou nada da União, nem automóvel nem avião, sempre fez um trabalho exemplar, modelo para todo o nosso País. Portanto, deixo minha solidariedade ao Senador José Eduardo Andrade Vieira, e a V. Ex^a, meus cumprimentos pela oportunidade do pronunciamento que faz, levantando esse assunto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Obrigado, Senador Levy Dias. V. Ex^a me permite, portanto, fazer também o registro da seriedade, da lealdade pessoal e da integridade ética com que atua no Senado o Senador José Eduardo. De fato, creio que não há aqui, nem mesmo aqueles que são seus adversários políticos no Estado ou no País, quem seja capaz de questionar esse fato. Ninguém, felizmente, nem no noticiário dos jornais, nem nos fóruns de debate público, nem mesmo no parlamento, na Câmara ou aqui, no Senado, em momento algum – e isso é profundamente sintomático – está pondo em dúvida a postura pessoal daquele que, em última análise, é o proprietário do banco, o nosso Senador José Eduardo Andrade Vieira.

Agora, malgrado este fato, ou seja, apesar de que não existe discussão em torno de possíveis problemas junto à administração financeira do banco, há algo que o Senado tem como responsabilidade, que é infundir confiança na população, fazê-la sentir-se segura de que há um acompanhamento. O Banco Central tem que fiscalizar os bancos e quem tem que fiscalizar o Banco Central, tomar conta do que ocorre, é o Senado da República.

No entanto, o Banco Central tem elementos precários para o acompanhamento do sistema financeiro, dispõe de instrumentos relativamente frágeis. E nós, Senadores, também estamos muito tolhidos em nossa tarefa complementar, que é a de acompa-

nhar o que faz, como atua, como opera o Banco Central. É essa falha que uma nova legislação poderia vir a corrigir.

Essa tarefa é necessária neste momento não só porque estamos vivendo esta crise, que creio passageira, momentânea, produto de uma transição de moeda. É necessário, pois neste ano, no próximo ano, daqui a uma década, daqui a vinte anos, o Senado sempre estará se defrontando com esse tipo de problema. É nossa tarefa, é nossa responsabilidade. Não há desrespeito à Câmara, não há desprezo ao seu trabalho. Mas após seis anos e nenhum resultado concreto obtido, isso já nos autoriza a tomar a iniciativa de propor uma legislação.

Creio que, nesta hora em que há uma certa expectativa, em que apesar de dois anos de estabilidade da moeda, período em que o comportamento da economia não tem sofrido mudanças bruscas, apesar disso ainda há uma indagação, um ponto de interrogação permanentemente no ar: o programa econômico do Plano Real vai dar certo, vai culminar com uma economia estável capaz de promover um desenvolvimento auto-sustentado?

Boa parte da resposta a esta pergunta está passando por essa crise dos bancos. Quem poderia ajudar a responder esta pergunta, o Senado, vê-se numa situação de omissão, e é omissor porque lhe faltam os meios, os instrumentos, as armas, as ferramentas para agir do ponto de vista legal.

Quero, portanto, Sr. Presidente, fazer aqui, enfaticamente, a afirmação de que o País precisa de uma lei complementar no sistema financeiro; o País precisa de uma legislação mais moderna, mais atualizada. A lei que temos hoje, Lei nº 4.595, não responde mais às necessidades, porque tem mais de 20 anos.

O País mudou, assim como o sistema financeiro, as instituições, a realidade mundial, o modelo institucional do País. Atualmente, a legislação não se assenta mais tão-somente em torno das instituições estatais, mas depende basicamente de instituições privadas.

De modo que faço este registro com toda ênfase, dando ao assunto a urgência e a importância que ele merece. Temos que nos debruçar sobre essa tarefa, legislar, produzir uma lei complementar, porque essa é uma responsabilidade nossa perante o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Totó Cavalcante.

O SR. PRESIDENTE (Totó Cavalcante) – Os Srs. Senadores Odacir Soares, Casildo Maldaner, José Ignácio Ferreira, Júlio Campos, Totó Cavalcante, Beni Veras e Joel de Hollanda enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou seguramente informado de que a situação na BR-364, de importância vital não apenas para o Estado de Rondônia, mas também para os Estados de Mato Grosso e do Acre, voltou a agravar-se.

Os caminhoneiros que por ela trafegam, sofrendo toda a sorte de sacrifícios e contratempos ao enfrentarem o estado precaríssimo de seu piso, em toda sua extensão, se já não a bloquearam, deverão fazê-lo ainda hoje.

Cerca de mil sem-terras, que saíram de Cáceres em direção à Cuiabá, aproximam-se do trecho da BR-364 a ser bloqueado.

É fácil prever, Sr. Presidente, as graves consequências que poderão advir do confronto entre estes aguerridos agrupamentos, dispostos uns, a fechar a estrada, sustando a passagem de quem quer que seja, e outros, a seguir viagem, levando de roldão quem quer que a eles se anteponha, levantando obstáculos à sua passagem.

Também, não custa concluir que um conflito dessa gravidade, só poderá ser evitado, se forem tomadas medidas tão rápidas quanto competentes, pelas autoridades responsáveis, no caso, o Ministério dos Transportes.

Isso toma-se meridianamente claro, se nos reportamos aos antecedentes do problema.

De fato, há cinco meses atrás, a BR-364 foi abruptamente bloqueada pelos caminhoneiros, seus usuários habituais, numa enérgica manifestação de inconformismo com o seu precaríssimo estado de conservação.

Na ocasião, sentindo de perto os graves transtornos que a interdição dessa rodovia acarretava para os demais usuários e, em especial, para o fluxo da produção dos Estados por ela servidos, tomei a frente das negociações que culminaram na suspensão do bloqueio. Para tanto, empenhei minha palavra de homem público, junto aos caminhoneiros, de que tudo faria para que o governo também cumprisse os compromissos assumidos no curso dessas negociações, ou seja, a liberação urgente dos recursos necessários à recuperação, a curto prazo, dos trechos mais precários, e, a médio prazo, à restauração completa da citada rodovia.

Os quantitativos envolvidos nesses compromissos eram estimados em R\$ 7.800.000,00, para as obras de emergência, e de R\$ 24.600.000,00, para a restauração completa da BR-364.

Recordo-me, Sr. Presidente, que tão tensas foram as negociações então entabuladas, e tão peremptórios foram os compromissos acordados com o governo, naquela ocasião, que, dias após, da Tribuna deste Plenário, eu não hesitei em afirmar:

"Empenhei-me para que os caminhoneiros desbloqueassem a estrada. Agora, se o governo federal não cumprir com o acordo feito, vou inverter a minha posição. Assumo pessoalmente a liderança do movimento dos caminhoneiros e vamos interditar a estrada novamente."

Não foi preciso chegar a esse extremo, Senhor Presidente. A duras penas, aos trancos e barrancos e com a intermitência de muitos atrasos na liberação de recursos, o governo vinha, até bem pouco, cumprindo os compromissos publicamente assumidos.

Agora, porém, vemos esborçar-se um lamentável retrocesso.

Ao que consta, o novo bloqueio que se anuncia tem sua motivação no retardamento das obras e na sua paralisação, devido à inadimplência governamental no que respeita à liberação dos recursos necessários ao prosseguimento das obras.

Diante disso, Sr. Presidente, além do apelo veemente que faço ao Ministro dos Transportes, como responsável direto que é pelo setor, e ao Presidente da República, igualmente envolvido nas negociações e nos compromissos aqui relatados, dirijolhes, também, esta insopitável advertência:

O que acontecer, daqui por diante, sobrecarregará, em muito, as responsabilidades do governo, no que diz respeito às consequências desse reiterado bloqueio da BR-364.

Há certos erros que, cometidos por um governo confiável, não chegam a abalar sua credibilidade; outros há, porém, que cometidos uma única vez, são suficientes para deitar por terra, de forma insanável, a respeitabilidade, a autoridade e a ascendência moral que os governos precisam sustentar, para continuar merecendo o respeito e a confiança dos seus governados.

Sobretudo, se o erro em questão envolver o descumprimento de palavra empenhada ou de compromissos formalmente assumidos.

É o que penso, Sr. Presidente

O SR. CASILDO MALDANER (PMDBSC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cura atra-

vés das plantas existe há milênios. Nossos antepassados romanos, egípcios, persas, hebreus, chineses e tantos outros nos deixaram registros de que as ervas vêm sendo utilizadas de forma extensiva, ao longo dos séculos, para curar um sem número de doenças conhecidas pelo homem.

As civilizações milenares, os povos antigos, em sua sabedoria, não ignoravam as imensas riquezas curativas encontradas na natureza.

Cerca de setecentos anos antes de Cristo, o Profeta Ezequiel, no Capítulo 47, versículo 12, do Antigo Testamento, já registrara: "nascerá nas suas ribanceiras de uma e outra banda toda a árvore frutífera. Não cairá dela a folha, nem faltará seu fruto. Da-los-á novos todos os meses... e os seus frutos servirão de sustento, e as suas folhas de medicina."

A Organização Mundial da Saúde OMS, consciente da importância da eficácia do poder curativo da flora, incluiu as plantas no programa *Saúde para Todos no ano 2000*, atestando a relevância da utilização dessa riqueza natural para a produção de medicamentos eficazes na recuperação e na manutenção da saúde das populações.

Sr. Presidente, a OMS estima que oitenta por cento da população do mundo, de algum modo, usam plantas como medicamentos, sendo utilizadas cerca de vinte e cinco mil espécies vegetais na medicina tradicional.

Nada mais oportuno, portanto, do que ocupar esta tribuna, na tarde de hoje, para falar sobre a riqueza da flora brasileira e a necessidade de estimular-se, cada vez mais, a industrialização de medicamentos à base de plantas, em nosso País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é um dos quatro países que apresentam maior biodiversidade em todo o mundo, sendo o primeiro em número total de espécies. Em nossos três milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados de florestas, existe a mais diversificada reserva de plantas do planeta, isto é, vinte por cento do total de espécies vegetais encontradas na Terra.

No Brasil, as gerações que nos precederam transmitiram-nos ensinamentos sobre a flora e suas propriedades curativas e nos legaram uma ciência popular vastíssima no que concerne à utilização de plantas, de folhas, de raízes, que, nas últimas décadas, estamos buscando resgatar, através de pesquisas rigorosas sobre a flora nacional.

O Ministério da Saúde, através da Central de Medicamentos CEME, vem apoiando, dentro das limitações orçamentárias que tão bem conhecemos, diversas investigações científicas na área de plantas medicinais, em trabalho conjunto com Universidades

e Secretarias de Saúde de vários Estados da Federação, com vistas à produção de medicamentos.

Desde 1983, portanto há treze anos, existe, na CEME, o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais PPPM, que goza de excelente reputação junto à comunidade científica e cujos resultados já atravessaram nossas fronteiras.

Trata-se de um programa de linhas simples, de baixo custo e com rápido retorno de investimento, pois seleciona plantas cujos princípios ativos já fazem parte da cultura popular em diversas regiões de nosso País.

Hoje, a CEME possui um importante e diversificado banco de dados integrado por uma lista de plantas medicinais selecionadas que vêm sendo objeto prioritário de estudos e pesquisas.

Para a elaboração da listagem foram estabelecidos critérios médicos, que selecionaram as plantas de acordo com seus propalados efeitos em sintomas; critérios antropológicos-sociais, seguindo a tradição e coincidência da indicação da planta em diversas áreas do País; critérios botânicos-agronômicos, considerando a disponibilidade atual da planta, sua distribuição geográfica, sua facilidade de cultivo e produtividade; e, finalmente, critérios econômicos, para que essas plantas pudessem servir de alternativa ou complementação terapêutica para sintomas e doenças de maior significado sócio-econômico no Brasil.

Existem expectativas promissoras no sentido de ampliar e consolidar a utilização de medicamentos à base de plantas nos serviços públicos de saúde de nosso País. Vários Estados da Federação e o Distrito Federal vêm introduzindo a Fitoterapia em seus programas de atenção primária à saúde pela eficácia, facilidade de acesso e maior adequação dos medicamentos fitoterápicos à realidade sócio-econômica do País.

Os altos custos dos medicamentos industrializados tradicionais, freqüentemente fora do alcance do poder aquisitivo de uma imensa parcela de nossa população, justificam amplamente a valorização das nossas riquezas naturais, do nosso imenso arsenal terapêutico e sua utilização para a produção de medicamentos de baixo custo e comprovada eficácia.

Sr. Presidente, na Décima Conferência Nacional de Saúde, que se realizará no início do próximo mês de setembro, pretende-se discutir a contribuição das medicinas não-convencionais para as mudanças necessárias à construção de um novo modelo de atenção à saúde em nosso País. Espero que este seja um passo decisivo para o desenvolvimento da industrialização de medicamentos à base da flora

brasileira, tão importante para o barateamento do custo da produção de fármacos e para a geração de somas consideráveis de recursos para o Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para termos uma idéia da atual importância econômica e do retorno compensador dos investimentos feitos em medicamentos fitoterápicos, estima-se que, atualmente, esses medicamentos movimentem cerca de quarenta bilhões de dólares em todo o mundo. A título de exemplo, gostaria de citar que a Alemanha faturou cerca de duzentos milhões de dólares só com o medicamento Teboni, feito à base da planta ginkgo-biloba.

Bem podemos, portanto, imaginar o quanto o Brasil está perdendo ao não desenvolver mais intensamente a industrialização de medicamentos fitoterápicos.

O Governo Federal não vem dando a devida atenção ao imenso potencial econômico que a industrialização desses medicamentos tem. A consequência mais grave dessa atitude é pagarmos custos altíssimos para utilizarmos medicamentos produzidos por indústrias estrangeiras que investiram recursos em pesquisas de nossa riquíssima flora, recorrem a nossos pesquisadores e hoje faturam milhões de dólares com a industrialização farmacêutica de matéria-prima extraída das plantas brasileiras.

Há, porém, mudanças auspiciosas no setor. Existe, já há algum tempo, uma proposta de implantação da fitoterapia a nível do Sistema Único de Saúde e, desde 1995, o Ministério da Saúde começou a normatizar o setor de medicamentos fitoterápicos.

Em 31 de janeiro do ano passado, a Secretaria de Vigilância Sanitária baixou a Portaria nº 6, que institui e normatiza o registro de produtos fitoterápicos junto ao Sistema de Vigilância Sanitária nacional.

Segundo essa Portaria, produto fitoterápico é todo medicamento tecnicamente obtido e elaborado exclusivamente mediante o emprego de matérias-primas ativas vegetais com finalidade profilática, curativa ou para fins de diagnóstico, com benefício para o usuário. É caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade.

Essa medida da maior importância garantirá a comercialização, em todo o território nacional, de produtos isentos de toxicidade, com garantia de eficácia e com o indispensável controle de qualidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia concluir este pronunciamento sem fazer uma menção especial ao trabalho que vem sendo desenvolvido no Estado de Santa Catarina, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Santa Catarina é o segundo Estado da Federação em termos de investimento da CEME, e lá existem, atualmente, cerca de dez projetos em andamento, com dotações da ordem de setecentos mil reais.

A Universidade Federal de Santa Catarina ilustra bem o quanto as universidades brasileiras têm desempenhado um papel importante na área de estudos e experimentos fitoterápicos, dando a meu Estado lugar destacado no campo da pesquisa nacional dos princípios ativos das nossas plantas.

Florianópolis sediará, de 17 a 20 de setembro deste ano, o XIV Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil, e tenho a certeza de que este evento, da maior importância, será uma oportunidade ímpar para o intercâmbio de conhecimentos nessa área tão promissora para o nosso País, que é a área de medicamentos fitoterápicos.

Ao concluir, faço um apelo às autoridades para que seja estimulada a industrialização de medicamentos feitos a partir dos princípios ativos encontrados na flora brasileira e para que seja adotada uma política vigorosa de valorização do setor de pesquisas em nosso País.

Esse incentivo à pesquisa não só permitirá que nossas universidades alcancem altos níveis de produção acadêmica, obtendo, através de parcerias com as agências de fomento e com a iniciativa privada, os meios necessários para buscar o desenvolvimento de nosso setor de medicamentos fitoterápicos, como também permitirá ao Brasil usufruir economicamente da imensa riqueza de nossa biodiversidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com justificado orgulho, quero registrar nos anais da Casa a realização em Vitória, Espírito Santo, do 13º Congresso Eucarístico Nacional, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e executado de forma brilhante pelo clero capixaba, liderado pelo Arcebispo Metropolitano de Vitória, Dom Silvestre Scandian.

Cerca de 100 mil fiéis, vindos do interior do Estado e de várias partes do Brasil estiveram presentes ao conclave, num processo participativo que mereceu elogios por parte de Dom Carlo Fumo, representante oficial do Papa João Paulo II, que se declarou surpreso com o número de participantes nos eventos do Congresso Eucarístico. A respeito, assim se expressou o representante do Papa: "A participação dos católicos capixabas me surpreendeu. Verdadeiramente, esta participação foi uma grande demonstração de fé dos católicos do Espírito Santo".

Confirmando a doutrina de que a Igreja está cada vez mais voltada para os problemas sociais, foram debatidos, durante o conclave, vários temas ligados à temática social, entre elas a questão fundiária, a má distribuição da riqueza e a discriminação racial no País.

Registre-se, como fato inédito para os católicos capixabas, a celebração de três missas especiais na Catedral Metropolitana de Vitória sob ritos orientais. A primeira foi realizada pelo bispo da Igreja Maronita no Brasil, Dom Joseph Mahfouz, que trouxe grande alegria espiritual para a colônia libanesa de Vitória. A segunda foi a missa melquita, celebrada em estilo bizantino pelo bispo da Eparquia Greco-Melquita de São Paulo, Dom Pierre Moualem. E, finalmente, na manhã de sexta-feira, tivemos a missa oriental de ritual armênio, com a presença do exarca apostólico Dom Vartan Boghossian.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, gostaria de me congratular com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na pessoa do seu presidente, Dom Lucas Neves e com o Arcebispado do Espírito Santo, liderado por Dom Silvestre Scandian, pelo brilhantismo alcançado pelo 13º Congresso Eucarístico Nacional.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em decorrência das taxas de juros selvagens que se praticam no Brasil, temos sido os campeões mundiais da especulação financeira internacional. Se, por um lado, o Plano Real, de inegável êxito no campo da estabilização da moeda, significou um duro golpe infligido à especulação financeira nacional, fomentada pelas altas taxas de inflação, por outro lado, ao se apoiar excessivamente numa taxa de câmbio valorizada, teve de aumentar os juros internos, abrindo a temporada gorda da ciranda financeira internacional.

Nunca é por demais repetitivo lembrar que, enquanto a taxa de juro real brasileira esteve em torno de 30% no ano passado, a taxa de juro real média dos países desenvolvidos gira em torno de somente 3% ao ano. Ou seja: os juros brasileiros são "apenas e tão-somente" dez vezes superiores aos praticados nos mercados dos países hegemônicos.

Em tal contexto, não surpreende que a conta de capitais, em 1995, tenha fechado com um superávit inaudito de 31 bilhões de dólares, mais do que suficiente para financiar o déficit de 18 bilhões de dólares na conta de transações-correntes. Como resultado, as reservas internacionais brasileiras situam-se hoje, em torno de 60 bilhões de dólares, num patamar que é recorde em nossa História.

Em discurso anterior, já aludi ao alto custo incorrido pelo Brasil em ter de "carregar" um saldo de reserva em divisas tão expressivo. Isso, pelo mesmo motivo do diferencial existente entre as taxas de juro internas e externas, que acabei de mencionar.

Ora, quando ingressa grande volume de capital estrangeiro no País, o Banco Central, após trocar divisas pela moeda nacional, é obrigado a recolher esse excesso de reais no mercado, por meio da venda de títulos públicos no mercado aberto. Naturalmente, paga caro por essa operação, uma vez que os juros internos são altos. Já as divisas acumuladas em caixa são aplicadas em bancos internacionais de primeira linha, que pagam por elas os juros internacionais vigentes, cerca de dez vezes menores em relação aos internos, como tive oportunidade de dizer.

O que me preocupa, Sr. Presidente, e este é o objetivo do presente pronunciamento, é a observação de certas assimetrias na gestão dos recursos públicos. Sim, porque, apesar das reservas internacionais consistirem em instrumento para a política monetária e cambial, são ativos em poder do Banco Central, sendo, portanto, recursos públicos.

O que me preocupa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são os recursos volumosos que o Governo despende com a manutenção dessas reservas, enquanto nos faltam recursos preciosos para investir, por exemplo, em infra-estrutura. Porque o acúmulo de grandes reservas em divisas não nos traz melhores perspectivas de futuro: estamos apenas financiando um déficit brutal em transações-correntes com poupança externa e seremos chamados amanhã a saldar a conta.

Mas o investimento em infra-estrutura, não: representa a garantia para a atração de investimento direto, produtivo, e a certeza de que nosso parque industrial e agroindustrial terá condições de competitividade em relação à produção estrangeira, dentro de um contexto de globalização econômica. Em outras palavras, investir em infra-estrutura significa um passo decisivo para o crescimento sustentado da economia brasileira e com a conseqüente e necessária geração de novos empregos.

Aliás, quem tem feito o discurso insistente de que é preciso recuperar e melhorar a infra-estrutura brasileira e combater o desemprego é o próprio Governo. E essa ênfase está correta. Basta dar uma passada d'olhos no texto do *Plano Plurianual* para verificar quanta importância o Governo atribui aos investimentos em infra-estrutura.

Concluindo, ilustres Senadoras e Senadores, existe um Projeto de Lei por mim apresentado ao Senado, para o qual eu gostaria de contar com o apoio de V. Ex.as, onde faço a ligação entre os dois assuntos tratados aqui: por um lado, as reservas brasileiras e, por outro, a necessidade de investimentos maiores em infra-estrutura.

Estabelece o texto do referido Projeto de Lei que as reservas cambiais brasileiras, mediante autorização do Conselho Monetário Nacional, poderão ser aplicadas em projetos de infra-estrutura econômica.

Por tudo que disse, hoje, aqui, penso não ser necessário maior explicação sobre o sentido da proposta. Se aplicássemos, por exemplo, somente 5 bilhões das reservas, estaríamos elevando sensivelmente nosso gasto anual em infra-estrutura! Em contraposição ao aumento de um gasto necessário, estaríamos diminuindo um pouco o custo correspondente ao acúmulo de reservas em divisas notoriamente superdimensionadas, além de continuarmos fiéis aos compromissos com a estabilização da moeda, a abertura da economia e o combate ao desemprego.

Era o que tinha a dizer.

O SR. TOTÓ CAVALCANTE (PPB-TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao tomar conhecimento dos novos índices sociais do País, divulgados pela Imprensa, constatei, com satisfação, a influência da democracia na vida de um povo. Com efeito, a volta ao equilíbrio político e social, o aumento do número de oportunidades e a luta pelo bem-estar da população tiveram, sem dúvida, influência positiva para a melhoria das variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano.

Acredito que a próxima avaliação apresentará resultados bem melhores. Sem dúvida, o Brasil-Bélgica e o Brasil-Bulgária ocuparão mais espaço. Automaticamente, o Brasil-Índia se retrairá cada vez mais. Não se pode negar que, para isso, muito terá contribuído a estabilidade social e econômica trazida pelo Real. Além disso, e em consequência, os programas de privatização, geração de empregos, valorização da educação e outros tomam o Governo Fernando Henrique Cardoso um marco na História da democracia brasileira.

Causou-me espanto, porém, a não inclusão do Estado de Tocantins – que ajudei a criar e hoje aqui estou para que não passe despercebido – entre as demais Unidades da Federação. Busquei informar-me junto aos órgãos competentes. Responderam-me que o Programa das Nações Unidas para o De-

envolvimento (Pnud) fundamentou seu estudo sobre o Censo do IBGE de 1991, e que não existem dados oficiais sobre o meu Estado.

Todos sabemos do não cumprimento pela União da Cláusula da Emenda Constitucional que criou o Estado do Tocantins e que define a participação financeira do Orçamento Federal nas despesas de instalação daquele Estado.

Esse débito, Senhores, atinge atualmente o montante de 700 milhões de dólares, já que, durante esses oito anos de existência, o Estado do Tocantins não se beneficiou das ajudas financeiras concedidas aos demais Estados criados na década de 80: Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Entretanto, nobres Colegas, os destinos do Tocantins encontram-se em mãos firmes e competentes. O Governador Siqueira Campos alia às qualidades de líder político as de bom administrador. Apesar da penúria financeira, vem o Governador implantando os serviços essenciais ao bem-estar do povo, transformando vilas em cidades, levando a infra-estrutura e os equipamentos comunitários às regiões mais distantes, atendendo às necessidades e expectativas daquela população.

Tal não poderia realizar, se não dispusesse de informações confiáveis sobre a realidade do Estado e de uma equipe de técnicos idealistas e bem preparados.

Um desses técnicos, o ilustre Professor Rui Rodrigues, de cuja amizade desfruto, foi uma das vítimas da Revolução de 1964. É tamanha a sua capacidade que, exilado na França, lecionava francês aos alunos franceses. Retornando ao Brasil, dedicou a pureza de ideais e toda a competência ao desenvolvimento do seu Estado de origem, o Tocantins.

Recebi dele um documento extremamente preciso e confiável, elaborado em 1995, atualizando as informações anteriormente disponíveis. Intitula-se: *O ESTADO DO TOCANTINS – Desafios e Resultados*.

Encaminharei um exemplar desse documento ao Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) que coordenou o estudo do Pnud, e outro àquele órgão das Nações Unidas. Entrego a Vossa Excelência este outro, Sr. Presidente, solicitando-lhe a inclusão do mesmo nos Anais desta Casa Legislativa.

Espero, desta forma, sanar possíveis futuras omissões, que encaro como desprestigiadas ao meu Estado e ao povo do Tocantins.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. TOTÓ CAVALCANTE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:**

O ESTADO DO TOCANTINS

Desafios e Resultados

SIQUEIRA CAMPOS

Brasília - 1995

INDICE

1.	HISTÓRICO	02
2.	PROCESSO DE INSTALAÇÃO	05
3.	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO APÓS SETE ANOS DE AUTONOMIA	08
3.1.	AGRICULTURA	10
3.2.	PECUÁRIA	13
3.3.	INDÚSTRIA	14
3.4.	COMÉRCIO	16
3.5.	INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	
3.5.1.	TRANSPORTE	18
3.5.2.	ENERGIA	20
3.5.3.	COMUNICAÇÃO	22
3.6.	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
3.6.1.	SAÚDE	23
3.6.2.	EDUCAÇÃO	25
3.6.3.	SANEAMENTO E HABITAÇÃO	26
3.7.	FINANÇAS	27
4.	CONCLUSÃO	29

Histórico

Integrante do Território de Goiás até o ano de 1988, quando foi elevado à condição de Estado, o Tocantins registra uma história e detém uma cultura peculiar. Enquanto o sul de Goiás foi

colonizado pelos bandeirantes paulistas e ocupado, especialmente, por mineiros, que pouco se miscigenaram com os indígenas nativos e com os negros, a região Norte - hoje Tocantins - forjou a sua própria história.

Até o advento da instalação do Estado, a região Norte de Goiás permaneceu quase dois séculos geograficamente isolada, economicamente estagnada, política e administrativamente marginalizada e, em consequência demograficamente vazia.

Essa longa letargia só foi alterada de maneira significativa em três ocasiões:

- na década de 40, com a descoberta das minas de cristal de rocha, cuja exploração favoreceu um surto de imigração responsável pela fixação, em novos núcleos urbanos, de contingentes populacionais de outros estados brasileiros.

- na década de 60, com a implantação de Brasília e da rodovia Brasília-Belém.

— nos anos que precedem a criação do Estado, com o início dos serviços de eletrificação e da implantação do Projeto Formoso, único projeto significativo iniciado na Região.

Em 1970, a população do Norte de Goiás, hoje Tocantins, era de 521.211 habitantes; destes, 24,72% concentravam-se na zona urbana e 75,28% na rural. Durante os anos setenta, a população urbana cresceu significativamente, o que evidencia o processo de urbanização que vem ocorrendo no Estado. De 1970 a 1980 a população urbana teve um crescimento médio anual de 3,58%, passando a representar 39,7% da população do Estado, enquanto a rural teve um crescimento lento, de 1,28%.

Durante este longo período, as atividades econômicas se limitaram à pecuária tradicional, à agricultura de subsistência e ao pequeno comércio de produtos locais, bem assim de produtos industrializados excedentes, oriundos de Belém.

Do ponto de vista étnico-cultural, o substrato mais antigo da sociedade local do Tocantins resultou da miscigenação generalizada ocorrida entre as populações indígenas, os contingentes de funcionários portugueses, os garimpeiros paulistas e escravos africanos. Dita estratificação foi enriquecido e renovado por contribuições sucessivas de mestiços criadores de gado e aventureiros, provenientes, particularmente, dos Estados do Piauí e do Maranhão.

A longa integração político-administrativa com o Estado de Goiás não modificou fundamentalmente a matriz étnico-cultural da sociedade tocaninense. Pelo contrário, sua identidade original foi preservada graças, inclusive, ao isolamento no qual ela repousara e se desenvolvera, em simbiose com a realidade específica das diversas micro-regiões que passaram a constituir o novo território. Essa identidade regional, claramente diferenciada da região sul do Estado de Goiás, aliada à consciência interiorizada de que a sua história poderia ser igualmente especial e própria motivou, cerca de um século, movimentos e manifestações de autonomia, finalmente coroados de

êxito, com a criação do Estado, por força da Emenda Constitucional de 5 de outubro de 1988.

O movimento popular que instituiu a ação política-emancipacionista constituiu a base essencial da dinâmica que norteou a criação do Estado e orientou sua instalação.

Processo de Instalação

Em 1º de janeiro de 1989 foi instalado o Governo e , em consequência, o novo Estado dando-se início a execução de um projeto , tendo em vista o papel preponderante que lhe foi

confiado, qual seja, o de participar efetivamente e na condição de articulador, do processo desenvolvimentista das regiões Nordeste e Amazônica.

O ponto de partida não poderia ser mais modesto e o contexto econômico-financeiro do País apresentava-se desfavorável, senão vejamos:

- a crise econômica nacional atingira seu auge.
- as infra-estruturas econômica e social eram inexpressivas.
- as arrecadações e disponíveis financeiros públicos insuficientes.
- a carência preocupante de recursos humanos a nível local.

- a capacidade institucional insuficiente das estruturas administrativas públicas remanescentes de Goiás.

A todos estes fatores negativos adiciona-se ainda o não cumprimento pela União da cláusula da Emenda Constitucional que criou o Estado do Tocantins e que define a participação financeira do Orçamento Federal nas despesas de sua instalação.

Com efeito, excetuadas as transferências orçamentárias obrigatórias do FPE, FPM, FNDE, SUS e outros, durante os sete primeiros anos de sua existência, o Estado do Tocantins não se beneficiou das ajudas financeiras com as quais foram contemplados, para suas implantações, os demais Estados igualmente criados na década de 80 : Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

As etapas do processo de implantação já percorridos pelo Tocantins se devem à ação voluntarista das administrações e ao dinamismo próprio de sua sociedade.

O universo de dificuldades apresenta, contudo, seu lado positivo, já que as mesmas permitiram aos governos e à sociedade do Tocantins, abrir caminhos não convencionais e nem habituais para o início da realização do sonho acalentado por todos.

Neste contexto, as soluções encontradas e aplicadas pelo Governo do Tocantins para a definição da missão e configuração do Estado e de sua administração, bem como para a definição do papel a ser exercido pelos agentes econômicos privados e outros segmentos organizados da sociedade civil permitiram a antecipação das reformas atualmente preconizadas, a nível nacional.

Desde o início, parcerias sob diversas formas foram propostas e empresários convidados a exercerem o papel de agentes dos serviços públicos de interesse

coletivo. Essa filosofia administrativa explica o porquê de o Estado do Tocantins não dispor de instituição financeira oficial nem de empresas estaduais de produção e distribuição de energia elétrica (privatizada no primeiro ano de governo) e de telecomunicações. Fundamentado no entendimento de que no sistema de privatização reside a força propulsora do desenvolvimento, encontram-se em processo de desestatização as empresas estaduais responsáveis pelos setores de armazenagem e de saneamento, e de ter confiado à Companhia Vale do Rio Doce a concessão de exploração de mina de ouro no município de Arraias.

A área social, particularmente no que respeita à Educação, tem constituído preocupação constante do Governo. Comungando da máxima de que um povo educado é um povo mais feliz, a administração do Estado tem adotado providências inovadoras, tais como:

- implantação de um modelo de Universidade Estadual, orientada para a ciência e tecnologia, multicampi, não departamentalizada, e mantendo, desde o seu início Unidades de Engenharia Ambiental, de Tecnologia Industrial de Base e de Alimentos, de Informática e Design Industrial.

- reestruturação do ensino médio, do programa de educação indígena, e de ensino especial, cujas soluções merecem reconhecimento nacional e internacional.

No que tange à Saúde Pública, imprimiu-se um impulso considerável com a expansão e aparelhamento da rede de atendimento à comunidade Tocantinense.

Com a recente terceirização dos serviços de análises laboratoriais, a área da Saúde contará, de imediato, com uma capacidade maior e melhor de atendimento, a custos inferiores.

Relevante lembrar que os conflitos fundiários que durante anos alimentaram noticiários nacionais e estrangeiros foram progressivamente absorvidos,

graças à intervenção negociada do Estado. As ações empreendidas neste sentido, dentre as quais se destaca a alocação de recursos próprios, propiciaram o início de uma reforma agrária que se fez esperar.

Indicadores de Desenvolvimento Após Sete Anos de Autonomia

As mudanças operadas no período de sete anos de instalação do Estado são evidentes e impressionam, sobretudo se considerados os problemas econômicos-financeiros que eclodiram no País durante o período: inflação, escassez de recursos financeiros, crescimento reduzido, transições demasiado frequentes provocadas pela descontinuidade administrativa e pelas reiteradas alterações introduzidas na política econômicas do Governo Federal.

As principais instalações físicas do novo Estado foram edificadas, obras de infra-estrutura foram construídas, os serviços fundamentais de Educação, Saúde e Comunicação ampliados e melhorados.

Na maioria das nossas cidades os equipamentos mínimos já são disponíveis e o quadro urbano consideravelmente melhorado através do programa de pavimentação feito em parceria com as prefeituras.

O surto de realizações registradas transformou o Tocantins em polo de atração de novas correntes migratórias oriundas do Sudeste e do Sul do País, fato que acelera o processo de ocupação resultante do crescimento demográfico vegetativo ou das migrações tradicionais provenientes, sobretudo, dos Estados vizinhos do Maranhão e do Piauí.

No período de 1980 a 1991, o crescimento médio anual da população foi de 2,01% , porém , a produção urbana cresceu 5,53% e a rural teve um decréscimo de 1,21% passando a representar 42% do efetivo populacional do estado, o que confirma o processo de migração que vem ocorrendo no Estado.

O contingente populacional do Estado teve no período de 1991 à 1993, um crescimento médio de 27% , chegando a 900.155 habitantes. Merece destaque o crescimento de 40,05% ocorrido na Capital, em consequência da migração intra e extra-estadual verificada, neste período, por ser Palmas a mais nova capital do País, representando, para muitos, uma oportunidade de emprego e consequente melhoria do padrão de vida.

A densidade demográfica, que era de 1,82h/km em 70, passou a 3,48h/km em 93 e a população urbana de 24,72% para 57,69%.

A população das cidades-polos de Palmas, Gurupi, Araguaina, Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Colinas do Tocantins, Tocantinópolis e Araguatins acolheram expressivos contingentes desta nova camada de população, constituída em sua maioria de empreendedores catarinenses e gaúchos.

O Estado se tornou de fato uma alternativa de vida para milhões de brasileiros e , sem nenhuma dúvida, uma efetiva possibilidade de solução de alguns dos problemas graves do País, como o do congestionamento irracional das periferias das grandes cidades do Sudeste brasileiro e de Brasília, bem como das carências crônicas de oferta de alimentos para o Nordeste brasileiro.

Nossa Região, considerada para muitos um peso para o Estado de Goiás, já demonstra, com fatos, sua plena viabilidade econômica e uma nova chance para o Brasil, como comprovam os dados estatísticos e elementos de análise de nossas atividades econômicas.

**Indicadores de
Desenvolvimento
Após Sete Anos
de Autonomia**

Agricultura

Localiza-se no Estado do Tocantins a maior área contínua do mundo propícia à agricultura irrigada: o Vale do Javaés, que abriga o Projeto Formoso, responsável pelo cultivo de arroz e soja.

Nos últimos anos a área agrícola do Estado estabilizou-se abaixo dos 300.000 ha, sendo que a soja é a responsável por um aumento significativo de área plantada. A tendência é que ocorra o mesmo com relação a outras culturas, haja vista o incentivo governamental de isenção de alíquotas para todos os produtos agrícolas produzidos no Tocantins.

**TABELA 01 - ÁREA COLHIDA EM GRÃOS
NAS ÚLTIMAS SAFRAS (ha)**

CULTURA	1990	1991	1992	1993	1994
Arroz em casca	174.860	163.379	200.352	166.145	165.944
Milho	71.650	67.990	74.990	71.249	65.404
Feijão 1ª safra	2.700	3.045	2.335	2.682	2.940
Feijão 2ª safra	6.150	5.280	5.480	7.682	5.510
Soja	26.280	4.400	6.880	15.945	31.110
Mandioca	8.070	8.690	8.570	8.399	9.460
Cana-de-açúcar	5.080	4.300	3.400	4.534	4.619
(*) Banana	14.050	12.602	10.940	10.960	10.246
TOTAL	308.840	269.686	312.947	287.596	295.233

(*) Cachos/ha. - Fonte IBGE - DIPEQ - TO/Data; IBGE - DIPEQ - TO

De todos os produtos, temporários ou permanentes, cultivados no Estado, o de maior importância é o arroz (tabela 02) ,segundo informações disponíveis, Tocantins é o sexto Estado produtor do país.

TABELA 02 - PRODUÇÃO OBTIDA NAS ÚLTIMAS SAFRAS (ton)

CULTURA	1990	1991	1992	1993	1994
Arroz em casca	260.850	311.155	319.185	305.766	353.671
Milho	69.590	83.675	91.836	81.829	85.497
Feijão 1ª safra	640	970	783	928	910
Feijão 2ª safra	2.360	1.760	2.137	4.847	2.254
Soja	35.140	8.910	11.255	26.506	59.559
Mandioca	115.430	123.095	131.820	139.004	159.616
Cana-de-açúcar	238.100	181.680	130.250	172.914	226.383
(*) Banana	12.370	9.640	6.280	7.172	6.655
TOTAL	1.373.840	1.689.915	1.475.763	1.666.038	1.803.635

(*) Cachos/ha. - Fonte IBGE - DIPEQ - TO/Data; IBGE - DIPEQ - TO

**TABELA 03 - RENDIMENTO MÉDIO NAS ÚLTIMAS SAFRAS
(Kg/ha)**

CULTURA	1990	1991	1992	1993	1994
Arroz em casca	1.491	1.904	1.593	1.840	2.131
Milho	971	1.231	1.225	1.148	1.307
Feijão 1ª safra	311	319	335	314	310
Feijão 2ª safra	290	333	390	631	409
Soja	1.337	2.025	1.636	1.662	1.914
Mandioca	14.303	14.165	15.382	16.550	16.873
Cana-de-açúcar	46.870	42.251	38.309	38.137	49.011
(*) Banana	880	765	574	564	650
TOTAL	2.516.001	1.478.576	1.357.145	1.568.337	1.440.236

(*) Cachos/ha. - Fonte IBGE - DIPEQ - TO/Data; IBGE - DIPEQ - TO

Releva observar que as potencialidades para diversificação agrícola são imensas valendo salientar, neste contexto, o desenvolvimento da fruticultura tropical e amazônica, das culturas industriais e energéticas e do reflorestamento com fins madeiros e industriais.

**Indicadores de
Desenvolvimento
Após Sete Anos
de Autonomia****Pecuária**

Com base nos dados existentes relativos ao ano de 1994, a predominância na pecuária do Estado do Tocantins é do rebanho de bovinos, responsável por 33,3% do total geral, detendo o maior efetivo da região Norte.

TABELA 04 -EFETIVO DOS REBANHOS 1994

BOVINOS	SUÍNOS	EQUINOS	BUBALINOS	ASININOS	MUARES
5.374.168	737.989	176.535	41.187	21.678	73.004

Fonte: IBGE - DIPEQ-TO

A bovinocultura de corte é a principal atividade pecuária do Estado, enquanto a pecuária de leite é ainda incipiente porém com perspectivas de organização do setor a médio prazo

Indicadores de Desenvolvimento Após Sete Anos de Autonomia

Indústria

A implantação e estruturação de distritos industriais nos principais polos de desenvolvimento (Palmas, Gurupi, Araguaína, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins) foi primordial para a consolidação industrial do

Tocantins.

Nos últimos 05 (cinco) anos, houve um crescimento de 26,9% no setor, passando de 1.783 estabelecimentos em 90, para 2.274 em 1995.

A análise da estrutura por ramo de atividade permite delinear as tendências do setor.

Em 1990, o Estado do Tocantins registrou 1.783 estabelecimentos industriais. O setor de abastecimento envolvendo produtos alimentícios possuía 703 estabelecimentos, responsável, à época, por 39% do total de indústrias implantadas. O segmento madeireiro encontra-se em segundo lugar, representando 25%; a indústria de materiais não metálicos 11%, seguida da indústria de metalurgia, de vestuário e outras.

Estes números, comparados com dados projetados para 1995, apresentam variações bastante definidas, seja pela estabilização do novo Estado, seja pelas tendências das potencialidades regionais.

TABELA 05 - INDÚSTRIA POR RAMO DE ATIVIDADE

Atividade	1990		1995	
	Nº	%	Nº	%
- Produtos Alimentícios	712	39,93	764	33,60
- Madeira	448	25,13	390	17,15
- Minerais	206	11,55	277	9,98
- Metalurgia	117	6,56	168	7,39
- Vestuário e Calçados	85	4,77	193	7,65
- Mobiliário	81	4,54	158	6,19
- Diversos	134	7,52	324	14,05
TOTAL	1.783	100,00	2.274	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - TO

Indicadores de Desenvolvimento Após Sete Anos de Autonomia

Comércio

O setor terciário no Estado do Tocantins ainda é pouco expressivo. O comércio, apesar de incipiente, ainda é a atividade com maior índice de participação na arrecadação do ICMS.

**TABELA 06 - ATIVIDADES COMERCIAIS MAIS EXPRESSIVAS
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS - 1995**

ATACADISTAS			VAREJISTAS		
Estabelecimentos	Nº	%	Estabelecimentos	Nº	%
1- Alimentos.	372	36,72	1- Alimentos	6.333	42,8
2- Bebidas e Fumo.	183	18,07	2- Vestuário Objetos de uso Diversos	3.201	21,68
3- Vestuário, Armarinhos e Calçados.	77	7,60	3- Veículos, Peças e Acessórios	1.254	8,49
4- Produtos Metalúrgicos, Ferragens e Material de Construção.	66	6,52	4- Material de Construção	1.163	7,88
5- Artigos Diversos	73	7,21	5- Químicos, Farmacêuticos e Médicos	743	5,03
6- Outros	242	23,88	6- Outros	2.072	14,04
TOTAL	1.013	100,00	TOTAL	14.767	100,00

Fonte: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.

O número de estabelecimentos comerciais passou de 11.300, em 1990, para 15.780, o que representa um crescimento de 40% .

Do total de firmas registradas no setor, 1.013 são estabelecimentos atacadistas e 14.767 varejistas. Predomina no Estado, tanto no atacado como no varejo, o comércio de produtos alimentícios, vestuário e artigos diversos, ou seja , gêneros de primeira necessidade.

Infra-Estrutura Econômica

Transporte

A) Rodoviário

O Estado do Tocantins é cortado, no sentido Sul-Norte, pela BR-153, Rodovia Belém-Brasília, dela partindo ramificações secundárias e terciárias que formam a malha rodoviária

estadual.

Após a criação do Estado foram construídos:

- 546 km de asfalto
- 16 novos terminais rodoviários
- 4.149,50 metros lineares de pontes

O Estado possui malha viária de 11.357,6 km de rodovias, sendo: 2.637,6 km federais e 8.720 km estaduais. Da malha estadual, 712,8 km são ou estão sendo pavimentados, 3.504 km são de revestimento primário e 2.880 km são de leito natural. Quanto à malha rodoviária federal, 821,5 km são asfaltados e 1.816,1 km são de leito natural e/ou revestimento primário.

B) Hidroviário

O Estado conta com o potencial de duas vias fluviais da maior importância que são os rios Araguaia e Tocantins.

O sistema hidroviário Araguaia-Tocantins já começa a ser utilizado, em articulação com a malha viária regional e a Ferrovia Norte-Sul, para escoamento da produção do Estado através dos portos de Itaqui e Ponta da Madeira.

C) Aéreo

Os aeroportos sediados em Palmas, Porto Nacional, Araguaína e Gurupi, operam com linhas comerciais, integrando o Estado aos grandes centros do País.

D) Ferroviário

A Ferrovia Norte-Sul (mais de 700 km implantados e em funcionamento, antes denominada Ferrovia Carajás), já coloca grande parte da nossa produção no Porto de Itaqui, com a conclusão dos trechos Imperatriz-MA/Araguaína-TO e Estreito-MA/Xambioá-TO.

Infra-Estrutura Econômica

Energia

Tocantins tornou-se o Estado precursor do programa de desestatização do Governo, já que a primeira empresa a ser privatizada no País foi a CELTINS-Companhia de Energia Elétrica do Tocantins.

Dada a localização geográfica do Estado - centro do País, os sistemas de geração de energia elétrica instalados nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte cruzam seu território, fato que assegura ao Estado uma posição privilegiada. Assim, o Norte de Tocantins é suprido pelo Sistema Norte-Nordeste, com a energia produzida em Tucuruí (Sistema ELETRONORTE), Lages e Corujão; o Sul é abastecido pelo sistema instalado na região Sudeste, através de Cachoeira Dourada (Sistema FURNAS); o abastecimento da região central é atendido pelas Usinas de Lageado e Isamu Ikeda, enquanto a distribuição de energia no Sudeste do Estado é promovida pelas usinas de Ponte Alta, Taguatinga e Dianópolis.

As estatísticas do setor indicam que o número de ligações implantadas atingiu, em 1994, a marca de 152.000, o que representa, se comparado com o registro de 72.000 em 1990, um crescimento de 111%. Nesse mesmo período, a venda anual de energia elétrica passou de 14.000.000 para 29.000.000 kwh e o percentual de unidades habitacionais eletrificadas saltou dos 33 para os 52%, índice superior aos dos Estados vizinhos (Pará, Maranhão e Piauí). A projeção para 1996 indica um índice de 65%. Existem 1.555 Km de linhas de transmissão e 485 km de linhas destinadas à eletrificação rural.

O complexo energético do Estado compõe-se das hidrelétricas de Rio Abreu, Ponte Alta, Dianópolis, Natividade, Isamu Ikeda, Lageado, Corujão, Lages e Tocantinópolis.

**TABELA 07 - EVOLUÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA
1989 A 1994**

Mercado Energia Elétrica MWh	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Residencial	35,773	92,239	103,055	126,034	137,568	144,702
Industrial	14,849	19,056	20,304	22,077	26,645	28,466
Comercial	41,742	44,333	49,808	55,596	56,742	60,766
Rural	3,885	3,168	4,430	5,552	7,015	7,391
Poder Público	6,647	7,237	12,664	16,413	21,774	27,424
Iluminação Pública	20,902	23,739	33,181	36,459	38,286	41,629
Serviço Público	8,072	7,318	10,937	14,128	14,762	17,355
Próprio	31	34	38	43	211	260
TOTAL	181,901	197,179	239,417	276,352	303,003	327,993

Fonte: CELTINS

TABELA 08 - NÚMERO DE CONSUMIDORES

Consumidor	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Residencial	66,173	76,156	86,923	99,346	116,936	132,313
Industrial	634	732	806	833	872	959
Comercial	7,843	9,230	10,679	11,610	13,057	14,293
Rural	634	790	1,012	1,271	1,510	1,850
Poder. Público	1,171	1,513	1,964	2,121	2,513	2,840
Iluminação Pública	91	148	172	181	210	227
Serviço Público	87	111	172	191	229	255
Próprio	27	43	43	62	65	82
TOTAL	76,665	88,723	101,771	115,615	135,392	152,819

Fonte: CELTINS

Infra-Estrutura Econômica

Telecomunicações

O Sistema de telefonia do Estado é explorado por duas empresas pertencentes ao Sistema TELEBRÁS: a TELEBRASÍLIA, que atende os municípios de Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Ponte Alta do Bom Jesus e Taguatinga); o restante do Estado é atendido pela TELEGOIÁS.

Funcionando, ainda, em caráter precário, a telefonia necessitando de ampliação e melhoria. Atualmente, o sistema é baseado na rota de microondas de alta capacidade da EMBRATEL.

Araguaína e Gurupi constituem os dois centros interurbanos do Estado. Nas demais cidades atendidas pelo serviço DDD a conexão é feita automaticamente, a nível superior, através de central.

O avanço tecnológico já se faz presente na Capital do Estado com a implantação do sistema de telefonia celular.

A nível de comunicação rural, alguns municípios são atendidos pela RENAC - Rede Nacional de Atendimento Comunitário, com acesso ao sistema Nacional de Comunicações.

**Desenvolvimento
Social****Saúde**

Em 1989, data da sua instalação, existia no Estado do Tocantins 84 hospitais com 2.132 leitos. A posição atual revela a existência de 112 unidades hospitalares, com 3.401 leitos, ou seja, um leito para 300 habitantes, conforme demonstram os dados constantes da Tabela de nº 09

TABELA 09 - REDE DE SAÚDE DO ESTADO

	1989	1995	VARIAÇÃO %
Postos de saúde	113	191	69,02
Centro de saúde	42	64	52,38
Hospitais	84	112	33,33
Públicos	48	66	37,5
Privados	36	46	27,8
Leitos	2.132	3.401	59,5

Fonte: Secretaria de Saúde

Em decorrência desse significativo crescimento, o efetivo de profissionais de saúde foi consideravelmente aumentado, como mostra a Tabela de nº 10.

TABELA 10 - PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Profissionais	1989	1995	Variação %
Médicos	298	781	162,0
Enfermeiros	072	143	98,6
Aux. Enferm.	847	1.456	72,0
Odontólogos	084	371	341,0
TOTAL	1.301	2.751	111,0

Fonte: Secretaria de Saúde

Desenvolvimento Social

Educação

Os dados estatísticos existentes , que dizem respeito aos seis primeiros anos de autonomia do Tocantins, revelam um universo considerável de oportunidades de acesso à rede pública de ensino

em todos os níveis.

As ações implementadas pelo Governo Estadual na área da Educação resultaram no aumento quantitativo da capacidade do sistema e na qualidade do ensino. Para a consecussão desse objetivo, múltiplas iniciativas pedagógicas e medidas administrativas, foram adotadas dentre as quais se destacam:

- treinamento visando a capacitação, aperfeiçoamento e reciclagem do pessoal docente, técnico e administrativo
- avaliação e introdução de novos currículos para os níveis de 1º e 2º Graus
- implantação do ensino modular para o 2º Grau e Centros-Modelos do Ensino Médio
- instituição do novo Estatuto do Magistério
- ampliação do número de unidades de Vídeo-Escolas e de Clubes de Ciência
- definição e aplicação de uma política destinada a execução de programas articulados de incentivo à cultura

**Desenvolvimento
Social****Saneamento e Habitação**

A exemplo das demais áreas que compõem a estrutura organizacional do Estado, o setor de Saneamento apresentou, de início, as dificuldades naturais de todo projeto do porte e com as características da Unidade Federativa então criada.

Nos primeiros dois anos foram estrategicamente perfurados 117 poços em todo o território Tocantinense e construídos 55 Km de adutoras. O Governo implantou, no período, 200 Km de rede de distribuição de água, com 8 mil ligações domiciliares, instalação de 15.108 hidrômetros e executou um programa destinado ao controle epidemiológico e sanitário.

Reiterados entendimentos foram mantidos com o Governo Federal para a melhoria do setor. Neste sentido, a atual administração vem cumprindo os termos do convênio celebrado com o Governo Federal com o objetivo de ampliar o setor com a utilização dos recursos do FGTS, através da Caixa Econômica Federal

TABELA 11 - Serviço de Água Tratada - Março 1995

	SANEATINS	FNS
Localidades Atendidas	65	----
Usuários Cadastrados	30.152	----
Ligações sem Hidrômetro	48.242	9.741
Ligações com Hidrômetro	24.350	1.422
Economia	77.802	11.163

Fonte: SANEATINS, FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Finanças

A evolução das receitas e despesas do novo Estado nos sete primeiros anos de sua implantação contraria, eloquentemente, as considerações historicamente colocadas por todos quantos se opuseram à emancipação do

Tocantins, senão vejamos:

. Públicas

Embora recebendo os reflexos da crise econômica vivenciada no País durante o período, os registros contábeis indicam uma progressão significativa das receitas públicas. Estudo comparativo dos Balanços relativos aos exercícios de 1991 e 1994 revela um salto das receitas no montante de US\$ 111 milhões para US\$ 300 milhões, o que significa um crescimento de 37%.

Sem a participação de empréstimos externos, o Estado pôde, nos seis primeiros anos de sua instalação, consagrar mais de 400 milhões de dólares de recursos próprios para investimentos destinados à implantação de sua infra-estrutura econômica e administrativa, bem assim à edificação e ao equipamento de bases físicas essenciais ao setor social. Proporcionalmente, poucas Unidades da Federação terão realizado tanto no mesmo período.

• Empréstimos de Bancos Oficiais

As instituições oficiais de crédito liberaram, em 1992, empréstimos na ordem de US\$ 180.000 milhões.

O Banco do Brasil S/A promoveu operações de crédito e empréstimo no montante de mais de US\$ 112.000.000, dos quais 92% foram direcionados para o setor agropecuário, 4% para o segmento industrial e 3,88% para o Comércio e demais setores da economia Tocantinense. Com relação ao financiamento da produção, o Banco do Brasil abriu uma linha de crédito no valor de US\$ 25.000.000. Desta quantia, 96% foi destinada ao setor agropecuário, 1,88% ao setor industrial e 2,01% restantes para o comércio e outros setores da economia.

A Caixa Econômica Federal liberou, em 1992, crédito na ordem de US\$ 13.000.000, dos quais 77,55% foram direcionados para o setor habitacional, 20,26% para pessoas físicas e 2,17% para pessoas jurídicas.

O BNDES investiu recursos na ordem de mais de US\$ 3.000.000 para financiamento das empresas locais e o BASA liberou, através do FNO, mais de US\$ 27.000.000 do seu programa de financiamento.

• Depósitos no Banco do Brasil S/A

O Banco do Brasil S/A registrou, em 1992, um crescimento de 11,03% nos depósitos efetuados relativamente ao ano de 1990. Em razão dos impactos resultantes da inflação avassaladora vivenciada no cotidiano do País, os depósitos à vista decresceram 35,97% e aqueles efetuados a prazo atingiram um patamar de crescimento da ordem de 148,53%.

Conclusão

O Estado do Tocantins enfrenta as dificuldades naturais de um Estado recém-implantado. Essas dificuldades têm sido, contudo, gradativamente superadas mediante o esforço concentrado Governo-Comunidades, através de muito trabalho e adequada aplicação dos recursos públicos.

Com uma excelente localização, Centro-Norte do Brasil, o Estado tem boa oferta de energia elétrica, as terras são agricultáveis, o clima é bem definido em suas estações, existe água em abundância e o sistema viário permite, sem grandes problemas, o escoamento regular da produção.

No contexto das perspectivas para o desenvolvimento do novo Estado, destacam-se as condições favoráveis para o setor da agroindústria. Cerca de 60% da área do Estado (286.706 Km (quadrados) têm vocação agropecuária, o que justifica a existência de um rebanho bovino de seis milhões de cabeças, aproximadamente.

Trata-se de um Estado novo, portanto, em verdadeira expansão e com grandes perspectivas de investimento seguro, a curto e médio prazos.

A indústria alimentícia - a mais importante do setor manufatureiro - desponta com possibilidades infinitas de geração de novas empresas. Dentre

essas oportunidades situam-se, para desenvolvimento a curto prazo, os projetos seguintes:

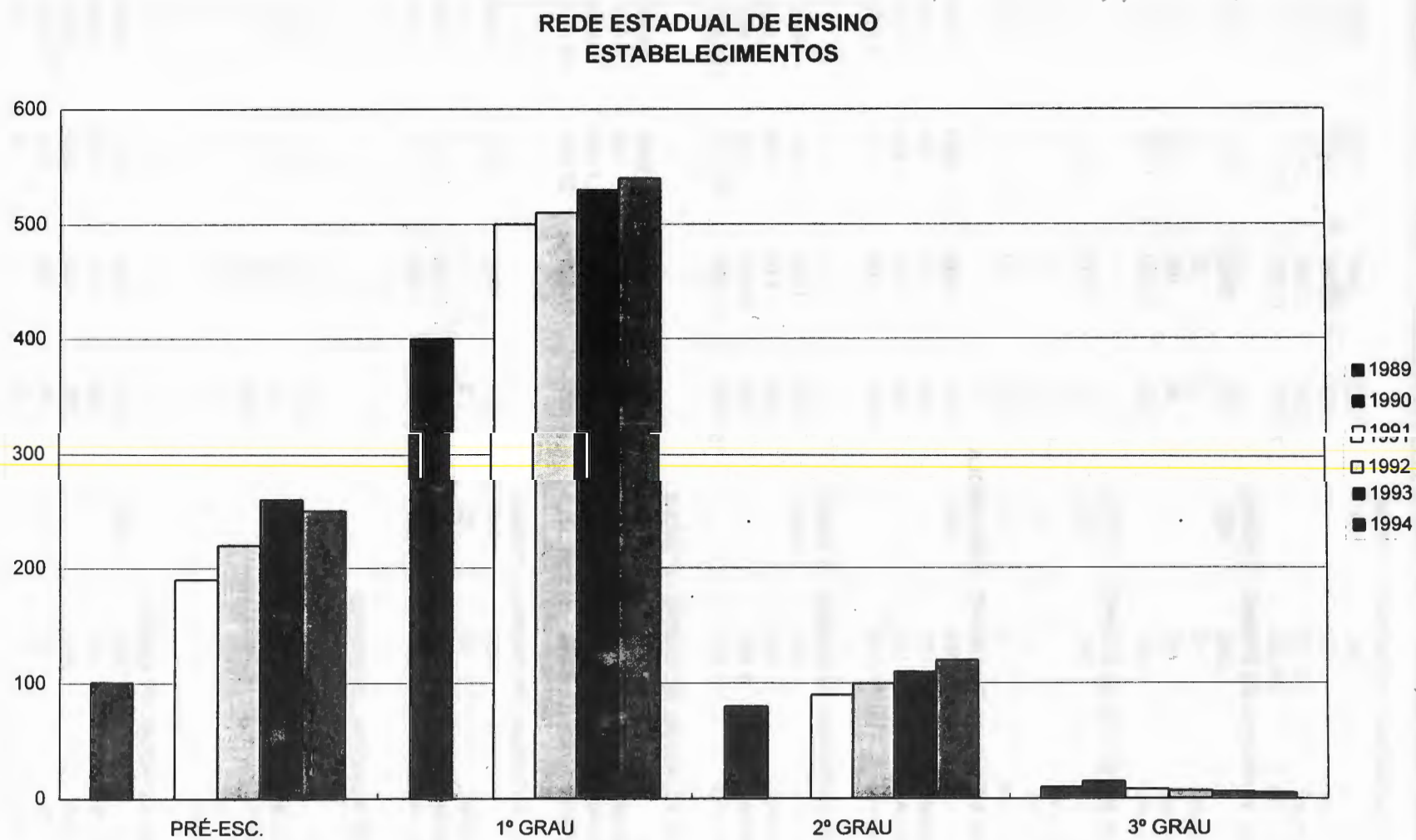
- instalação de frigoríficos , matadouros e de centrais de corte, visando a exportação para as diferentes regiões do País;
- produção de polos congelados;
- instalação de empresas de curtume destinadas à implementação da indústria do couro;
- central de distribuição de hortaliças.

Para desenvolvimento à médio prazo são otimistas e promissoras as possibilidades de investimento na área da agroindústria frutífera e horticultura com produtos finais em forma de congelados, desidratados e enlatados, combinados com a produção e exportação de produtos in-natura.

Tendo presente os incentivos existentes para a implementação dos projetos de infra-estrutura programados, as linhas de crédito para financiamento, clima e solo propícios para a agricultura e pecuária, os recursos hídricos abundantes, os distritos agroindustriais em desenvolvimento, o acesso ao Sul pela Rodovia Belém-Brasília e Ferrovia Norte-Sul, o Estado do Tocantins segue rumo ao desenvolvimento e à modernidade, acreditando na força do seu povo, consciente das dificuldades, porém, feliz por forjar sua própria história e afirmar sua cidadania.

REDE DE MUNICIPAL DE ENSINO - PRÉ-ESCOLA						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estabelec.	190		430	340	710	650
Docentes	320		660	580	920	980
Matriculas	8.800		12.200	11.400	15.400	18.000

REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 1º GRAU						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estabelec.	2.100		1.950	2.050	2.200	2.150
Docentes	3.100		3.300	3.800	3.990	4.400
Matrículas	76.000		78.000	92.000	90.800	94.000
REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2º GRAU						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estabelec.	10		8	12	9	11
Docentes	97		96	160	98	118
Matrículas	1.400		1.505	2.200	1.250	1.470
REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 3º GRAU						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estabelec.	2	2	2	2	2	2
Docentes	37	36	43	47	48	67
Matrículas	745	710	670	720	750	802
REDE ESTADUAL DE ENSINO - PRÉ-ESCOLA						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estabelec.	101		190	220	260	250
Docentes	150		305	410	480	430
Matrículas	4.500		9.000	11.100	11.700	10.600
REDE ESTADUAL DE ENSINO - 1º GRAU						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estabelec.	400		500	510	530	540
Docentes	4.300		5.100	6.200	7.200	7.800
Matrículas	133.000		153.000	173.000	184.000	190.000
REDE ESTADUAL DE ENSINO - 2º GRAU						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estabelec.	80		90	100	110	120
Docentes	700		820	1.190	1.410	1.670
Matrículas	9.900		13.000	17.000	22.500	28.000
REDE ESTADUAL DE ENSINO - 3º GRAU						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estabelec.	10	15	8	7	6	5
Docentes	60	65	90	170	230	280
Matrículas	1.200	1.050	1.180	1.300	1.550	2.200
REDE MUNICIPAL DE ENSINO						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
PRÉ-ESC.	190		430	340	710	650
1º GRAU	2.100		1.950	2.050	2.200	2.150
2º GRAU	10		8	12	9	11
3º GRAU	2	2	2	2	2	2
REDE ESTADUAL DE ENSINO						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994
PRÉ-ESC.	101		190	220	260	250
1º GRAU	400		500	510	530	540
2º GRAU	80		90	100	110	120
3º GRAU	10	15	8	7	6	5



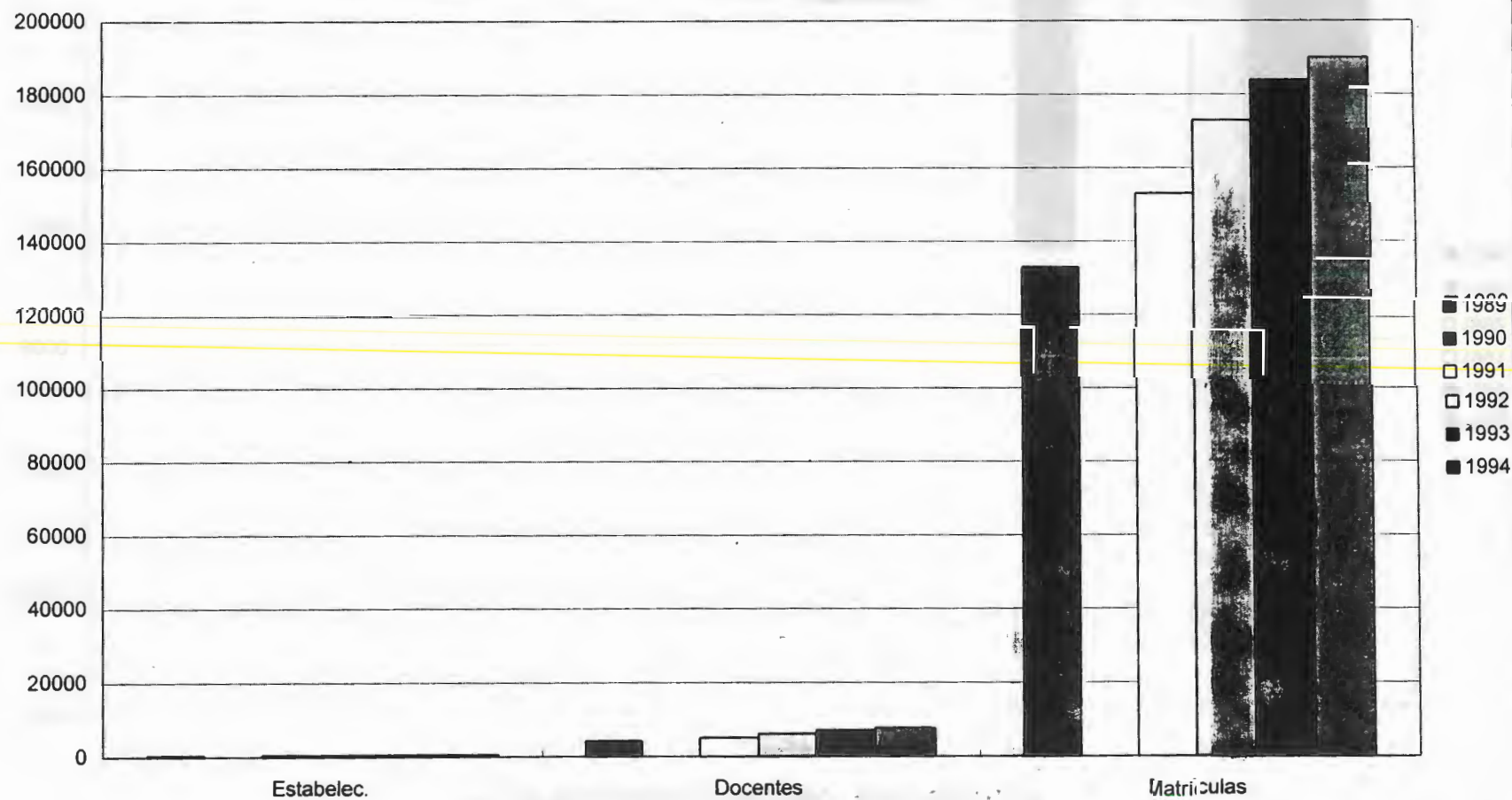
GRAF.10

REDE ESTADUAL DE ENSINO - PRÉ-ESCOLAR



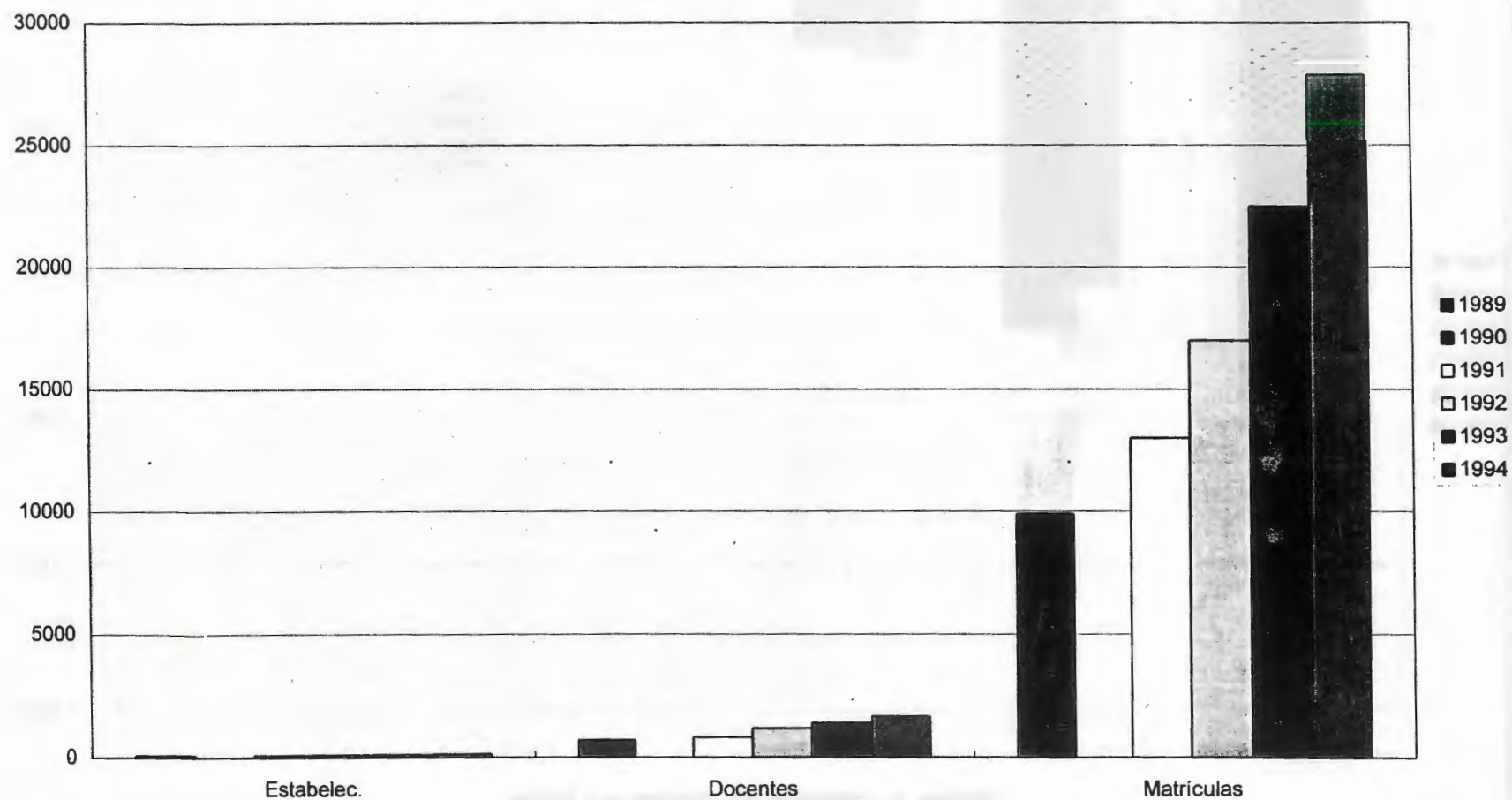
GRAF.5

REDE ESTADUAL DE ENSINO - 1º GRAU



GRAF.6

REDE ESTADUAL DE ENSINO - 2º GRAU



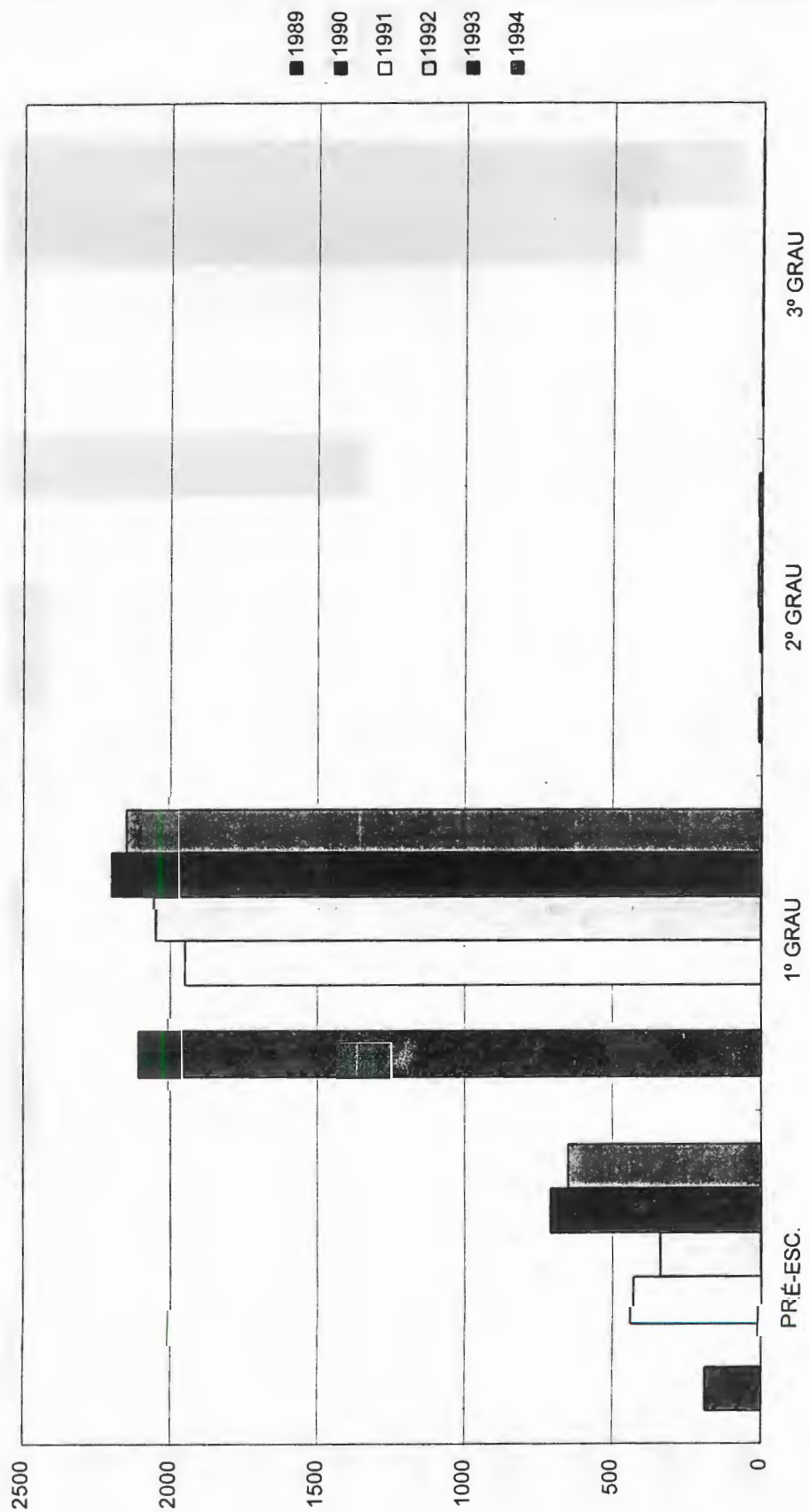
GRAF.7

REDE ESTADUAL DE ENSINO - 3º GRAU



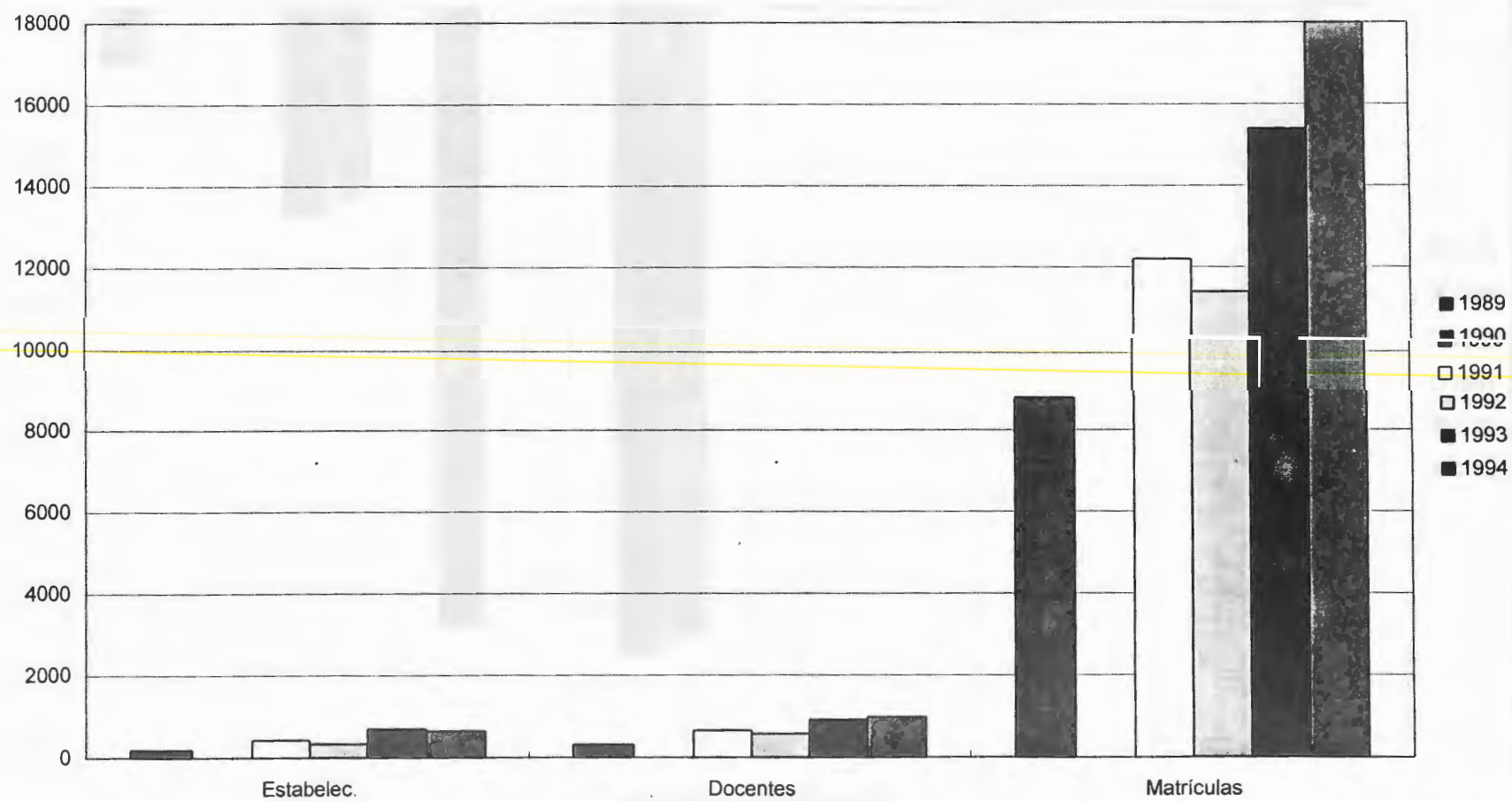
GRAF.8

REDE MUNICIPAL DE ENSINO
ESTABELECIMENTOS



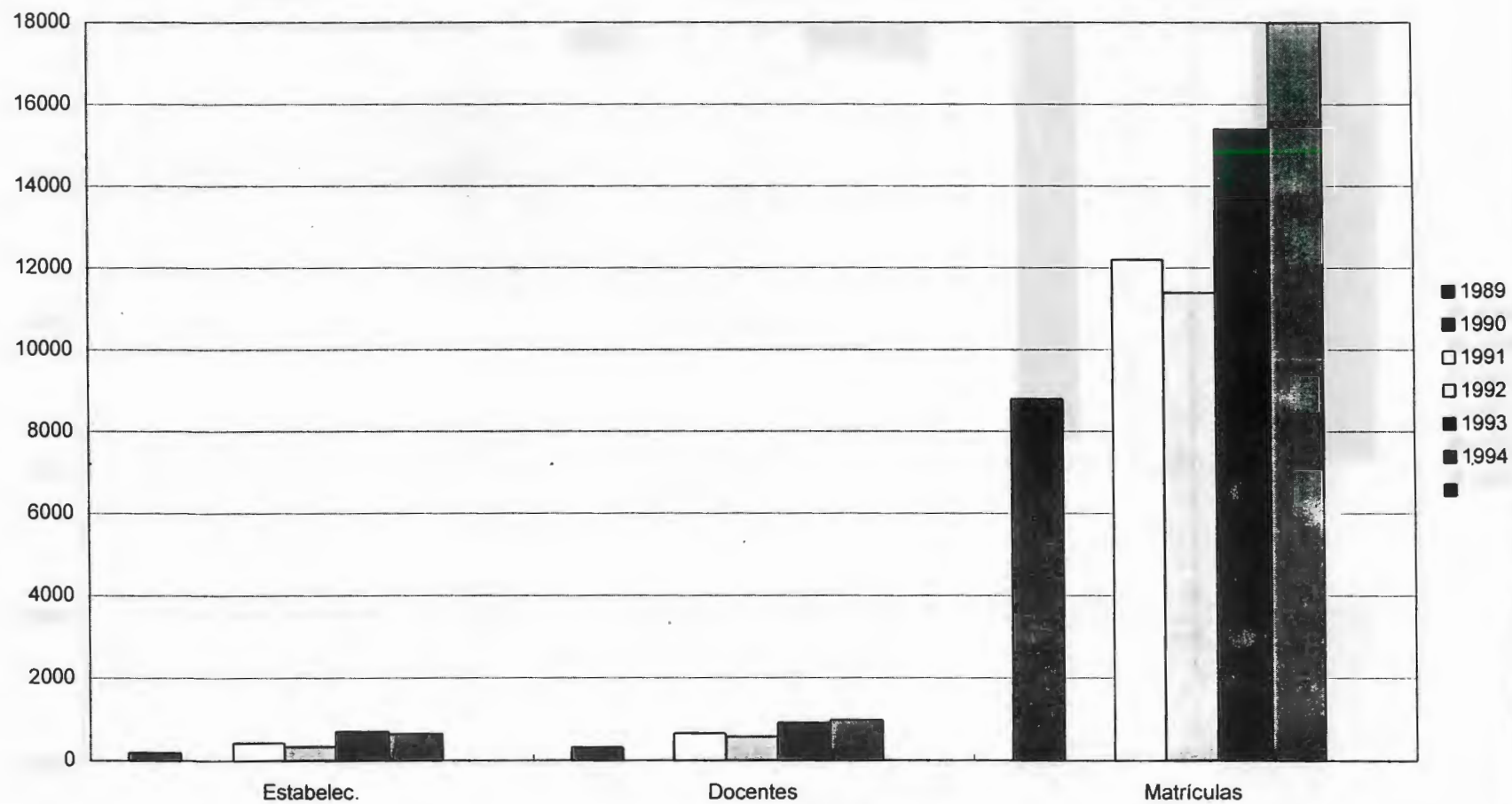
GRAF. 9

REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PRÉ-ESCOLA



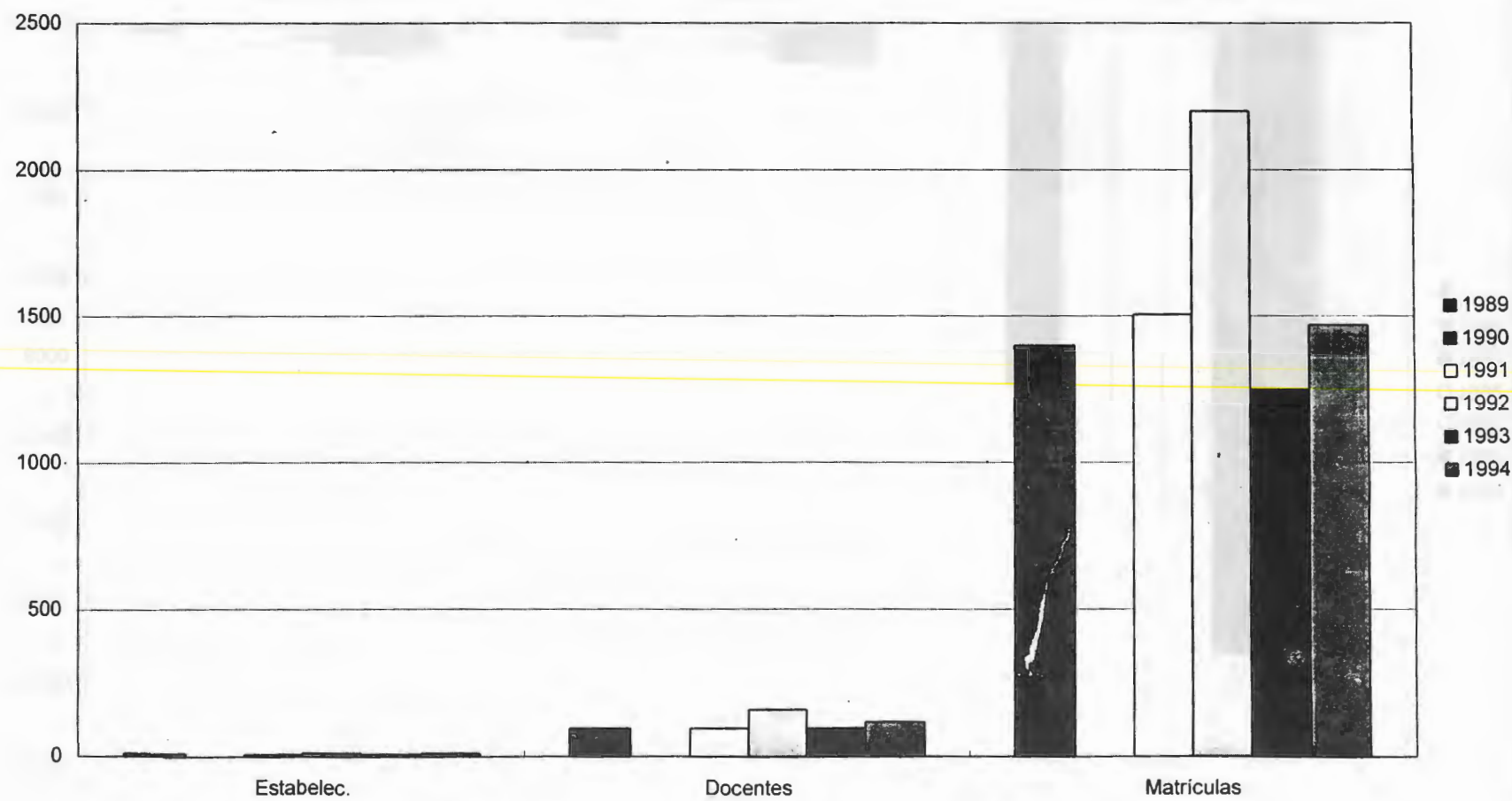
GRAF. 1

REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 1º GRAU



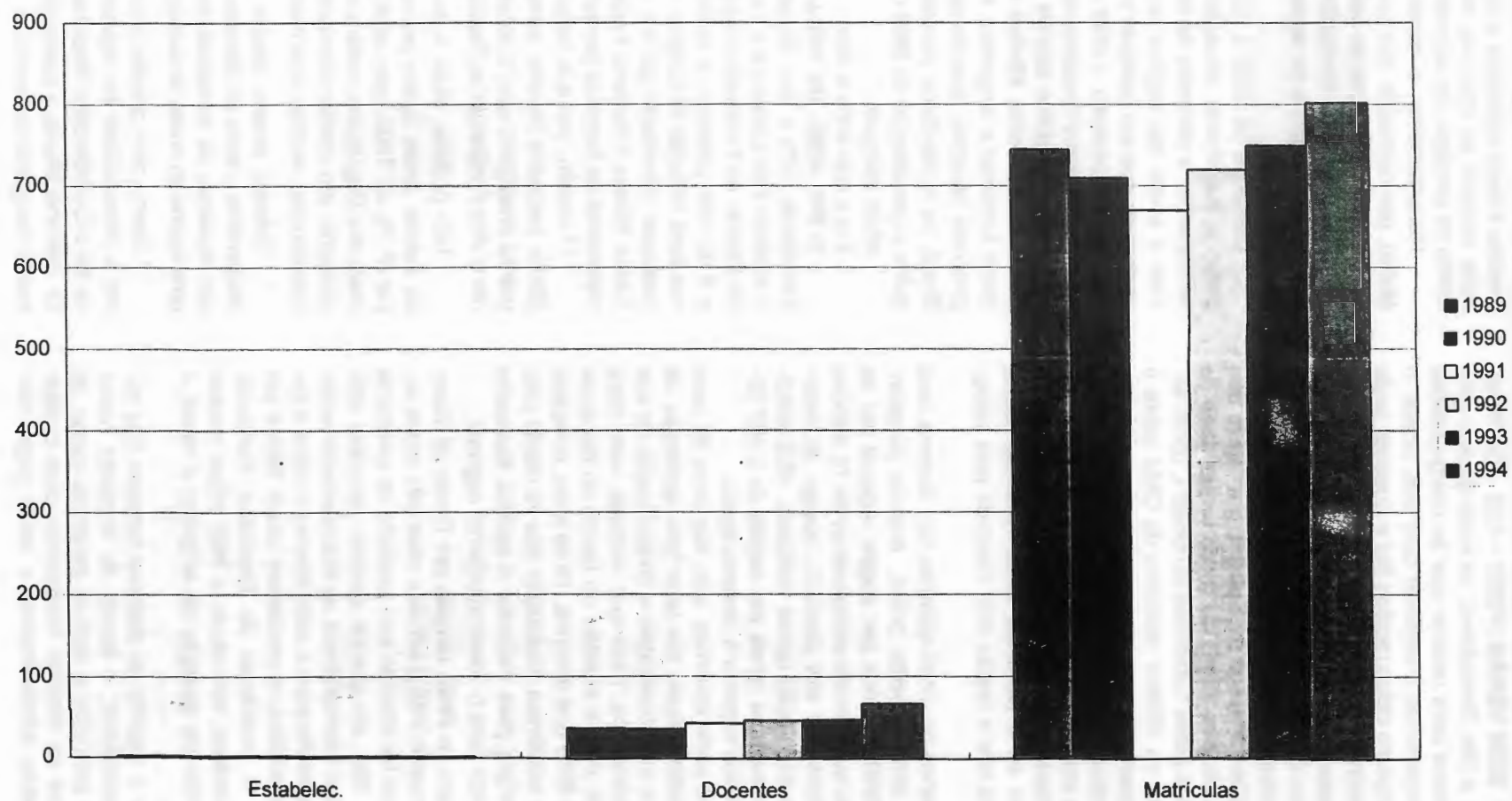
GRAF.2

REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2º GRAU



GRAF.3

REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 3º GRAU



GRAF.4

O SR. BENI VERAS (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início do ano ocupei esta tribuna para mostrar que as desigualdades regionais forçam-nos a conviver com dois Brasis: o Brasil I, composto pelas regiões Sul e Sudeste, onde se concentram os estados mais ricos, e o Brasil II, formado pelas regiões de economias fragilizadas: Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

O Nordeste é sem dúvida nenhuma a mais pobre das regiões situadas no Brasil II. É a região que mais se afasta dos níveis de renda e qualidade de vida atingidos pelos habitantes do Brasil I, como estão a indicar os últimos relatórios da ONU sobre o Desenvolvimento Humano Internacional.

No entanto, apesar da situação crítica vivida pelos meus conterrâneos nordestinos, quero hoje falar do Nordeste com otimismo e esperança. Quero mostrar que se o Nordeste ainda continua pobre, não significa que a região está marcada pela estagnação.

Há menos de cinco décadas não éramos uma população simplesmente pobre, éramos paupérrimos. Em 1950, a renda **per capita** regional era de 305 dólares, quando não passávamos de 18 milhões de nordestinos. No ano passado, apesar de estarmos com a população quase triplicada, 45,6 milhões, registramos uma renda **per capita** de 2.437 dólares, oito vezes superior à daquela época.

Não se pode esconder que, dos anos 50 para cá, o Nordeste passou por uma fase acelerada de urbanização, industrialização e diversificação de sua estrutura econômica. Fase que coincide, sem mera coincidência, com a atuação do Banco do Nordeste do Brasil, o BNB que amanhã, 19 de julho, completa 44 anos de existência. Instituição que foi criada pelo governo Vargas para executar a política financeira federal voltada para o desenvolvimento regional.

Este ano, o BNB, dirigido por Byron de Queiroz, prevê investir R\$2,5 bilhões, valor três vezes superior ao que foi injetado ano passado na economia nordestina. São, em grande parcela, recursos obtidos em fontes internacionais de financiamento voltados especialmente para o atendimento a micro e pequenos empresários, e produtores rurais. Não é por acaso que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tem citado o BNB como modelo de experiência na geração de emprego e renda a baixo custo.

Tenho o orgulho de destacar também que durante sua existência, o Banco do Nordeste nunca apresentou prejuízos e tem-se mostrado capaz de gerar sempre as receitas necessárias para custear suas despesas administrativas e ainda pagar divi-

dendos a seus acionistas e imposto de renda em volume superior ao total dos recursos aportados pela União na condição de acionista majoritária.

Recentemente, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, demonstrando não estar alheio à história do BNB, destacou o papel de escola que o banco regional desempenha na formação de quadros, na capacitação tecnológica e na assistência técnica ao setor privado regional.

Claro que há muito a fazer para o Nordeste superar a humilhante situação de ainda não poder acompanhar a dinâmica de desenvolvimento econômico e social das regiões do Brasil I. Mas, tenho a certeza de que em qualquer plano ou política voltada para essa superação, o BNB se credencia como elemento estratégico fundamental.

Meus parabéns aos 44 anos de existência do Banco do Nordeste. Minhas congratulações ao seu corpo funcional e dirigentes. Meus votos de que nas próximas décadas, quando neste País houver um só Brasil, os nordestinos possamos relembrar com orgulho a participação do BNB nessa transformação.

Muito obrigado,

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Instituto Liberal, o Instituto Frei Caneca e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco promoveram, nos dias 3 e 4 do mês passado, o seminário Formas Alternativas para Solução de Litígios, do qual tive a honra de participar, convidado que fui, ao lado dos Senadores Carlos Wilson e Roberto Freire, na condição de representante da bancada pernambucana.

O evento, por sua inequívoca e patente importância, escusaria maiores comentários, bastando dizer que foi prestigiado com a presença do ilustre ex-Senador e Vice-Presidente da República Marco Maciel.

Não poderia, aliás, furtar-me a salientar que é da autoria desse ilustre pernambucano o Projeto de Lei nº 78, de 1992, que, após ser emendado na Câmara dos Deputados, volta a esta egrégia Casa para reexame, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

Referido projeto dispõe sobre a arbitragem – exatamente o tema do Seminário em tela –, atendendo aos reclamos da sociedade brasileira e preenchendo uma lacuna do nosso arcabouço jurídico.

Quem, com grande propriedade, discorreu sobre a necessidade de regulamentação dessa matéria foi o Coordenador Nacional de Operação Arbitral, Dr. Petrônio Muniz, a quem coube fazer o pronunciamento inaugural do evento.

Após destacar a louvável iniciativa do então Senador Marco Maciel, o palestrante conclamou a bancada pernambucana a "liderar a luta decisiva pela aprovação do projeto", que, parece, chegar agora aos trâmites finais.

Citando Ruy – "Justiça atrasada não é justiça, mas injustiça qualificada e manifesta" –, Muniz esboçou o contexto em que se deu a origem da Operação Arbiter, uma iniciativa cidadã justificada pela comprovada ineficácia da Justiça Estatal. E salientou, nessa busca de alternativas, enquanto o Legislativo não se pronunciava a respeito do projeto em questão, o papel da sociedade civil organizada:

"Nesses quatro anos, as formas alternativas para a solução de litígios conquistaram inesperado espaço por brotação espontânea, procurando refletir a realidade mundial de vanguarda e não manter-se na "vanguarda do atraso".

Entre outras iniciativas, nesse sentido, Petrônio Muniz citou as conferências, os seminários e congressos que desde então têm sido realizados, sobre formas alternativas para a solução de disputa. Citou, ainda, o estudo de Técnicas de Arbitragem, que passou a integrar os currículos de cursos de pós-graduação em diversas universidades nacionais. da mesma forma, destacou a Lei nº 9.099/95, que em seu artigo 24 e parágrafo dispõe sobre a arbitragem nos litígios de pequena monta.

Finalmente, o coordenador nacional da Operação Arbiter, após salientar que o Poder Judiciário "tornou-se aliado desse esforço renovador", siblinhou a iniciativa de criação do Centro de Conciliação e de Arbitragem da Comarca do Recife – um centro de justiça cidadã a ser criado pela própria Justiça do Estado".

"A arbitragem – afirmou Muniz –, como principal forma alternativa de resolução de lides comerciais, entrou na ordem do dia para a sociedade brasileira. Chegou para ficar. Como a ecologia e a defesa do meio ambiente."

As palavras do coordenador nacional da Operação Arbiter, Senhoras e Senhores Senadores, não só dão o justo relevo à matéria, como fazem justiça à louvável iniciativa do conterrâneo ex-Senador e atual Vice-Presidente da República, Marco Maciel, razão por que solicita a transcrição do seu pronunciamento, na íntegra, nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOEL DE HOLLANDA EM SEU DISCURSO:

Amigos e Companheiros,

As jornadas que ora se iniciam constituem antes de tudo reuniões de trabalho.

Nelas incoexistem espaços para devaneios acadêmicos ou exercícios de retórica.

Instrumentalmente perseguem três objetivos basilares:

O Propedêutico – pela exposição didática e tratamento científico da matéria sob absolutos critérios de objetividade;

O Jurídico – pela difusão de métodos privados alternativos para a solução de lides, sob estrutura legal previamente estabelecida, colaborando assim com a justiça comum para a melhoria da prestação jurisdicional devida ao cidadão brasileiro, libertando-a para atuar com presteza nas áreas que lhe são privativas;

O Político – por representarem uma demonstração da sociedade organizada em apoio ao Projeto de Lei nº 4.018/93, de autoria do então Senador Marco Maciel, em prol de uma moderna legislação sobre Arbitragem Comercial para o Brasil, ora em interminável tramitação no Congresso Nacional.

Filosoficamente, como meta síntese, expressa a ideologia de uma justiça comunitária, fundada na livre escolha, no fácil acesso, na responsabilidade e confiança para a solução de lides de forma rápida e econômica, sem litigância nem antagonismo entre as partes.

Em resumo: contribuir efetivamente para a busca da paz social que aspiramos, já quase em extinção sob a violência diária que todos respiramos.

Estabelecidos tais pressupostos este encontro teria necessariamente um público-alvo, amplo e diversificado. Desde os agentes ordenadores do processo – advogados, membros do Poder Judiciário e técnicos especializados diversos, até os beneficiários diretos e indiretos daqueles objetivos – o empresariado, os trabalhadores, a área acadêmica e o público em geral.

Daí a estrutura eclética da formatação deste seminário.

Daí a presença atuante das partes interessadas, nas diversas fases da sua realização.

Daí a convocação da bancada pernambucana no Senado Federal para liderar a luta decisiva pela aprovação do Projeto Marco Maciel na forma inicialmente apresentada.

Daí o decidido e consciente apoio a esta iniciativa por representantes e entidades dos mais expressivos segmentos do país, a partir do Vice-Presidente da República e a dimensão interamericana do evento pela honrosa presença da representação paraguaia e colombiana entre nós.

Daí constituir este Seminário a um só tempo um fato jurídico, econômico, cultural, social e político. Uma universalidade. Um *magnum opus*.

Companheiros,

As nossas jornadas também se iniciam com um olhar nostálgico para o retrovisor voltando de relance ao passado.

Revivamos por instantes o surgimento dessa nobilitante cruzada nascida no Recife de Pernambuco nos idos 1990 e tão adequadamente denominada "Operação Arbiter".

Nas suas raízes primeiras, a intemporal lição de Ruy:

**"Justiça Atrasada não é Justiça,
Mais Injustiça qualificada e Manifesta."**

Ou seja – a injustiça praticada em nome da Justiça.

Determinante da iniciativa, a comprovação pela militância profissional da ineficácia do monopólio de fato da justiça estatal e a certeza que algo de diferente deveria ser tentado a qualquer custo. Uma missão a cumprir.

Na busca de uma alternativa cidadã para o acesso à justiça, a "Operação Arbitrer" corporificou uma outra realidade. A mais completa experiência de "democracia participativa" já realizada em um país onde a chamada "democracia representativa" o mais as vezes não passa de uma contrafação.

O Projeto de Lei dessasombradamente apresentado pelo então Senador Marco Maciel, representa o produto final de artesanato de excelência, voluntário, transparente e nacionalmente co-participado pela "inteligentia" jurídica especializada brasileira.

Por isso mesmo ressuma democracia, legalidade e legitimidade.

Avalizado por um dos mais respeitados homens públicos do país, o projeto – em resumo franco, procura inserir o Brasil na modernidade jurídica exigida por um mundo em globalização e na qual, por forças atávicas sempre na contramão da história, ele tanto reluta institucionalmente ingressar.

Por esta avalanche de razões, nada, repito e reafirmo nada explica ou poderá, justificar quatro anos de tramitação do Projeto no Congresso Nacional, em via crucis de ainda longínqua e incerta conclusão.

Nada, reitero e proclamo nada poderá explicar nem justificar a imobilização de tão relevante iniciativa em uma das Comissões da Câmara dos Deputados por 16 longos meses (de 23-11-94 a 14-3-96), com perda do parecer favorável – sem emendas – do respectivo relator.

Uma legislatura inteira de abandono na "mais apagada e vil tristeza".

Nada poderá recuperar esse desperdício de tempo indispensável ao surgimento de uma "cultura arbitral" em nosso Brasil, falta da qual o direito material será apenas "letra morta".

Afortunadamente, para a salvação do País, a sociedade civil organizada vive desperta.

Cônsua da pretenciosidade do Estado em considerar a sua tutela como a mais desenvolvida para a solução de litígios e convicta da obrigação de utilizar os melhores mecanismos para a sua resolução, a necessidade social iniciou seu trabalho.

Nesses quatro anos, as formas alternativas para a solução de litígios conquistaram inesperado espaço por brotação espontânea, procurando refletir a realidade mundial de vanguarda e não manter-se na "vanguarda do atraso".

Livros foram escritos e publicados.

Câmaras e Centros de Mediação e Arbitragem surgiram em várias entidades, em um processo que se acentua.

Conferências, seminários e congressos sobre "formas alternativas para a solução de disputas" ocorrem nos maiores centros do País, em uma prática que se consolida.

O estudo de "Técnica de Arbitragem" integra cursos de pós-graduação em universidades nacionais, em um exemplo a ser seguido.

A recente Lei nº 9.099/95, sobre os Juizados Especiais, dispõe sobre a arbitragem (algo heterodoxamente) no seu artigo 24 e parágrafos, consagrando deste modo o instituto como capaz de utilização, em lides de pequena monta, o campo de eleição para a micro e pequenas empresas nacionais.

E o que é mais alentador. O Poder Judiciário Nacional por vários de seus destacados integrantes, tomou-se aliado declaratório desse esforço renovador. O Superior Tribunal de Justiça tem promovido sucessivos encontros para discussão das "Alternative Dispute Resolutions" com participação até de especialistas estrangeiros.

As Escolas de Magistratura do Rio e São Paulo lideraram a difusão da arbitragem dentre outras formas privadas de solução de lides.

Isso, sem esquecer os trabalhos do COADEM, com vistas a operacionalização do MERCOSUL, esta, quase impossível entre

os agentes particulares, se carente uma eficiente legislação arbitral em país membro, a despeito do "Protocolo de Buenos Aires" sob jurisdição em matéria contratual".

E, "last but not the least", reponta o alvissareiro anteprojeto de resolução do Centro de Conciliação e Arbitragem da... Comarca do Recife!

Sim, amigos, um centro de justiça cidadã a ser criado pela própria justiça do Estado.

É o nosso Pernambuco na vanguarda da modernidade.

É a consagração da Operação Arbitrer, na terra mesma onde nasceu.

A Arbitragem, como principal forma alternativa de resolução de lides comerciais, entrou na ordem do dia para a sociedade brasileira. Chegou para ficar. Como a ecologia e a defesa do meio ambiente.

Toda essa imensa construção terá porém sido em vão acaso o Projeto Marco Maciel não seja aprovado no Senado Federal com a redação apresentada por seu eminente patrono.

Uma simples emenda aprovada desavisadamente, poderá inviabilizar essas esperanças iniciativas.

Acabamos de regressar de Montevidéu, onde representamos a CACB nas "Segundas Jornadas da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial". Nelas me perguntavam seguidamente a razão do Brasil não ter aprovado ainda a sua nova lei sobre arbitragem, há tantos anos apresentada ao Congresso Nacional?

Como responder a esse questionamento sem faltar a verdade.

Como explicar o inexplicável?

Por isso, companheiros de jornada, estamos aqui hoje reunidos.

Brasileiros responsáveis, dos mais variados segmentos.

Cidadãos para os quais o exercício da cidadania não se confundirá jamais como o giro louvaminheiro da cortesia. Nem com palavras de palanque.

Reunidos para firmar sua decisão de lutar para o ingresso do Brasil na modernidade das formas alternativas de solução de disputas, conhecendo-as sob enfoques os mais diferenciados.

Pelo magistério dos juristas, pelo pragmatismo empresarial, pela visão da classe política e pela experiência internacional.

Reunidos para convocar a bancada pernambucana do Senado, mobilizando-a em ação supra partidária para liderar o grande mutirão nacional para a aprovação do Projeto Marco Maciel na atual legislatura.

Reunidos para ouvir dos nossos aguerridos senadores o compromisso solene de engajamento efetivo na luta a ser travada no Senado Federal – reduto derradeiro para a decisão de uma campanha já histórica, onde o vencedor ou vencido terá apenas o nome: a nação brasileira.

Reunidos para proclamar a confiança de toda uma comunidade em um homem singular, aqui hoje presente, para reafirmar com o aval do seu depoimento e o peso da responsabilidade do seu cargo, a permanência da relevância da matéria objeto desse encontro para o Brasil e os brasileiros.

Por tudo isso, nada, repito, nada poderá justificar ante a história de lutas de Pernambuco que uma campanha desse significado venha se extinguir em palavras sem ações, naquela "apagada e vil tristeza".

Se ocorresse tal hipótese – inadmissível até de ser pensada, a responsabilidade para a omissão – "esse crime que se pratica não o praticando", será intransferivelmente nossa.

O apelo para esse compromisso de pemambucanidade e de brasilidade encerra as palavras de abertura deste magnífico e invulgar esforço comunitário capaz de reunir tantos cidadãos brasileiros na busca de seus próprios rumos; brasileiros conscientes de que a sua Nação jamais conciliará "democracia forte com justiça fraca".

Companheiros de jornada,

As palavras antes proferidas haviam sido preparadas para o cumprimento da nossa missão neste conclave.

O imprevisível – aquilo que sempre acontece – aconteceu e temos de assinalá-lo. A Câmara dos Deputados finalmente aprovou o Projeto Marco Maciel, rejeitando, no Plenário, as onze emendas que o comprometiam irremediavelmente.

Uma vitória esplendorosa a comemorar neste evento, agora memorável a todos os títulos.

A etapa final do Senado, avulta revigorada pela urgência na tramitação naquela casa. Não há mais nenhum minutos a perder.

Provera Deus que este Projeto de lei, por tudo marcantemente diferente mantenha esta característica até o final – seja

sancionado pela própria mão que há quase um lustro o apresentou ao Congresso Nacional.

Com a pompa e a circunstância a que faz jus.

Muito obrigado.

Discurso pronunciado por
DR. Petronio R. G. Muniz,
Coordenador Nacional da
"Operação Arbitr" na abertura
do Seminário "Formas Alternativas
Para Solução de Litígios"
em 3 de junho de 1996, no Recife.

O SR. PRESIDENTE (Totó Cavalcante) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h28min.)

ATA DA 14ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 1996

(Publicada no DSF, de 18 de julho de 1996)

RETIFICAÇÃO

Trecho da ata, à página nº 12362 e seguintes, que se republica por haver saído com incorreções,

.....

PARECER Nº 418, DE 1996

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996, que "*modifica o artigo 34 e o Título VIII, Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal e o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*".

1 - Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996, vinda da Câmara dos Deputados e de iniciativa do Presidente da República, altera diversas disposições de nossa Lei Maior relativas à educação, particularmente as referentes ao ensino fundamental e à repartição de responsabilidades entre os níveis de governo.

RELATOR: Senador LÚCIO ALCÂNTARA

O seu art. 1º acrescenta novo inciso ao art. 34 do texto constitucional, prevendo a possibilidade de intervenção federal no estado que descumprir a aplicação da receita mínima de impostos, incluídas as originadas de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como prevê o art. 212 da Lei Maior.

Dois incisos do art. 208 da Constituição Federal são modificados pelo art. 2º da iniciativa. O primeiro reafirma a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental. Para as pessoas que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade adequada foi mantido somente o princípio da gratuidade. Já o segundo inciso institui a progressiva universalização do ensino médio gratuito.

O art. 3º da proposta altera a redação dos parágrafos do art. 211 da Constituição e acrescenta mais outros dois. Dessa forma, são introduzidos, como propósitos da função redistributiva e supletiva da União, os princípios de equalização de oportunidades educacionais e de padrão mínimo de qualidade do ensino. Os municípios permanecem com o dever de atuar prioritariamente no ensino fundamental. Sua ação prioritária deixa de ser exercida também no "ensino pré-escolar", e passa a sê-lo em toda a educação infantil. Os estados e o Distrito Federal, por sua vez, deverão atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio. É prevista também a colaboração de estados e municípios na universalização do ensino obrigatório.

De acordo com o art. 4º da PEC em epígrafe, o § 5º do art. 212 do texto constitucional passa a ter nova redação. Assim, é excluída da Lei Maior a possibilidade das empresas deduzirem do valor devido do salário-educação o que for aplicado no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

Diversas mudanças são promovidas pelo art. 5º da iniciativa no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Nos dez primeiros anos da promulgação da Emenda, os entes federados destinarão ao ensino fundamental o mínimo de 60% dos recursos educacionais vinculados pelo art. 212 da Constituição, de forma a promover a sua universalização e remunerar condignamente os seus docentes.

É criado, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, um "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério", a ser regulamentado por lei. Sua finalidade é a de viabilizar de forma mais eficaz a ação do poder público na oferta do ensino fundamental, de acordo com a repartição de responsabilidades entre as unidades federadas prevista na nova redação proposta ao art. 211 da Constituição, e mediante o uso dos recursos que serão vinculados a esse nível de ensino.

Cada "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério" será composto pelo percentual de, pelo menos, 15% dos seguintes recursos:

1. os impostos relativos a operações sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, inclusive a parcela devida pelos estados a seus municípios (art. 155, inciso I, alínea b c/c art. 158, inciso IV).

2. as transferências constitucionais da União aos estados, Distrito Federal e municípios, relativas ao produto da arrecadação dos impostos sobre rendas e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (art. 159, inciso I, alíneas a e b, e inciso II)."

A distribuição dos recursos de cada fundo se fará de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas redes de ensino de cada estado e de seus municípios. Caberá à União complementar os recursos dos fundos quando, na sua distribuição, não for atingido um valor mínimo por aluno definido para todo o país. Será também dever da União aplicar o equivalente ao mínimo de 30% da sua vinculação de recursos educacionais, conforme o art. 212 da Constituição, à erradicação do analfabetismo e ao ensino fundamental.

Em um prazo de cinco anos, os governos deverão, de forma progressiva, ajustar suas contribuições aos fundos, com o propósito de garantir um "padrão mínimo de qualidade de ensino", mediante um dispêndio por aluno definido nacionalmente

Um percentual mínimo de 60% dos recursos de cada fundo será destinado à remuneração dos docentes do ensino fundamental "em efetivo exercício do magistério".

Finalmente, o art. 6º veda o uso de medida provisória na regulamentação de todas as disposições tratadas pela PEC 30/96.

Cabe apontar ainda que a Câmara promoveu diversas alterações na proposta original do Presidente da República, mantendo, entretanto, os seus princípios essenciais. Além das alterações que chegam para a análise do Senado, na forma da PEC 30/96, a Câmara decidiu manter, contrariamente à proposta original, a redação atual do art. 206, inciso IV, que trata do princípio da gratuidade do ensino público, e do art. 208, incisos IV e VII, referentes aos deveres do Estado, respectivamente, com a educação infantil e a oferta de programas suplementares de apoio ao ensino fundamental. A mudança sugerida para o art. 207, sobre o princípio da autonomia universitária, passou a constituir proposta específica.

2 - Análise

2.1. A intervenção federal nos estados

O instrumento da intervenção federal nos estados constitui uma medida extrema somente prevista em situações excepcionais. Tanto é assim que o art. 34 do texto constitucional adota o princípio geral da não-intervenção, apontando a seguir razões especiais de exceção.

Dois motivos, entretanto, recomendam a manutenção da medida sobre o assunto contida na PEC 30/96. Em primeiro lugar, há a razão da equidade de tratamento. O art. 35 da Constituição, que trata da intervenção de estados nos municípios, também em caráter excepcional, prevê essa possibilidade no caso de "não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino". A proposta da PEC viria assim corrigir uma omissão do texto constitucional. Afinal, que razão haveria para que o descumprimento da devida aplicação dos recursos educacionais no ensino seja considerado uma falta mais grave quando cometida pelo município? A própria Constituição é clara ao definir, em seu art. 23, inciso IV, que é da competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, "proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência".

Por outro lado, se, como há consenso em se afirmar, a educação escolar é fator essencial para o desenvolvimento da pessoa e do país, assim como para a resolução dos nossos tradicionais desníveis sociais e regionais, não pode o descumprimento do *caput* do art. 212 da Carta Magna pelo poder público estadual ser negligenciado. Embora exista a possibilidade da responsabilização da autoridade competente, a previsão de um mecanismo extremo como a intervenção federal pode constituir um fator de inibição quanto a um eventual descumprimento da norma constitucional.

2.2. O dever do Estado com a educação

A PEC 30/96 propõe a alteração dos incisos I e II do art. 208, que trata dos deveres do Estado para com a educação. O inciso I diz que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. A alteração proposta esclarece que a gratuidade do ensino fundamental deve ser garantida, mas sua obrigatoriedade não pode ser imposta pelo Estado a pessoas que passaram da idade própria de cursá-lo. Isso promoveria um duplo erro do Estado. O primeiro, quando deixou de oferecer condições para que a criança ou o jovem pudesse ter acesso à educação. O segundo, ao obrigar pessoas, às vezes até em idade avançada, a frequentar a escola. Certamente, não era essa a intenção dos constituintes. Afinal, nesses casos, o ensino é um direito da pessoa, não seu dever. Porém, um desliz na redação foi responsável por uma ambiguidade que agora se pretende corrigir.

A alteração proposta para o inciso II é sutil e, a rigor, até desnecessária. É abandonada a fórmula "progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio" por "progressiva universalização do ensino médio gratuito". Ora, numa visão realista, só cabe pensar em universalização do ensino médio se este for obrigatório e gratuito. A ideia de "universalização" não implica apenas a obrigatoriedade da oferta pelo

Estado, mas também a da frequência à escola. Por outro lado, a menção à gratuidade é redundante, uma vez que ela obviamente não se refere às instituições de ensino privadas, mas aos estabelecimentos oficiais, nos quais, por força do inciso IV do art. 206, o ensino já é gratuito.

Com efeito, a proposta original do Poder Executivo incluía o "pré-escolar" junto ao ensino médio no princípio da "progressiva universalização". Como a Câmara optou por manter a generosidade constitucional, inscrita no inciso IV do art. 208, de estipular o dever do Estado na oferta da educação infantil (atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade), o texto sugerido pela PEC 30/96 ao inciso II manteve uma redação de sentido equivalente àquele em vigor, embora usando um termo, "universalização", mais agradável do que o atual, "obrigatório". Por isso, ainda que a mudança resultante seja de pouca relevância, não há motivo para apresentar-lhe objeções.

A rejeição da Câmara à proposta de mudança dos incisos IV e VII do art. 208 são questionáveis. Dada a relativa escassez de recursos, a iniciativa original tentou estabelecer prioridade para a população de menor renda no atendimento em creches às crianças de zero a três anos e nos programas suplementares de apoio aos estudantes do ensino fundamental, o que parece sensato. Contudo, submetemo-nos à visão predominante de que essas medidas fazem parte da política educacional, deixando as referidas disposições constitucionais como princípios programáticos, ainda que de realização distante.

2.3. A repartição de responsabilidades entre os níveis de governo

As alterações propostas ao art. 211 são de suma importância. Embora o papel supletivo e redistributivo da União em relação aos estados, Distrito Federal e municípios já seja norma constitucional, existe uma certa indefinição sobre os parâmetros que devem orientá-la. A iniciativa em análise acerta ao introduzir os princípios de "equalização das oportunidades educacionais" e do "padrão mínimo de qualidade de ensino" como critérios dos procedimentos da União. A propósito, o Senado Federal, em seu Substitutivo ao Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esteve atento à questão e instituiu tais critérios como norteadores de todas as transferências de recursos.

A nova redação proposta para o § 2º do art. 211 corrige uma imprecisão terminológica do texto atual, originada do recente tratamento dado à matéria pelos educadores. Trata-se do uso da expressão "ensino pré-escolar", que reduz a complexidade do processo educativo das crianças de quatro a seis anos de idade. Assim, é adotado o conceito mais amplo, já sugerido para a nova LDB, de "educação infantil", que inclui a pré-escola e a educação oferecida até os três anos de idade em estabelecimentos específicos, como as creches.

Uma omissão do atual texto constitucional é corrigida pelo § 3º acrescentado ao art. 211. Embora a Constituição tenha tratado das competências específicas da União e dos municípios, os estados e o Distrito Federal foram esquecidos. A PEC resolve o problema e estabelece, como prioridade destes entes federados, a atuação no ensino fundamental e médio.

Exatamente por terem competência concorrente em relação ao ensino fundamental, estados e municípios devem definir formas de colaboração no setor, o que estabelece o § 4º sugerido para o art. 211. Dessa forma, pretende-se evitar que fenômenos comuns como a desarticulação de iniciativas e a omissão de responsabilidades prejudiquem

a oferta do ensino obrigatório. Em alguns estados, essas formas de colaboração já vêm sendo instituídas, com resultados promissores. A transformação do princípio em mandamento constitucional representará um forte estímulo ao envolvimento mais consequente dos poderes públicos municipal e estadual na oferta e na qualidade do ensino fundamental.

2.4. O salário-educação

A mudança proposta para a redação do § 5º do art. 212 do texto constitucional tem por fim fazer da contribuição social do salário-educação uma fonte de recursos exclusiva de financiamento do ensino fundamental público. Portanto, ficará impossibilitada a dedução, pelas empresas, dos valores devidos do salário-educação, mediante aplicações feitas no ensino fundamental de seus empregados e dependentes. As razões da iniciativa são procedentes. Como a fiscalização é praticamente impossível, dada a extensão do meio empresarial, o uso da alternativa tornou-se objeto de inúmeras irregularidades, responsáveis por uma significativa perda de recursos.

Por outro lado, embora o acesso ao ensino fundamental público esteja praticamente universalizado, a facilidade da concessão de bolsas de estudo pelas empresas transformou-se em uma forma de subvenção ao ensino privado. Isso contraria a norma inscrita no art. 213 da Constituição, que determina serem os recursos públicos destinados às escolas públicas, com as exceções das escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas que obedecerem a determinadas condições, entre as quais a de comprovarem finalidade não lucrativa.

Em vista dessas razões, parece-nos correta a decisão da Câmara dos Deputados sobre a matéria.

2.5. O fundo de apoio ao ensino fundamental

Por fim, o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O mandamento atual diz:

"Nos primeiros dez anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental."

Parágrafo único. Em igual prazo, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional."

O disposto no caput do artigo vem sendo desrespeitado. Os estados e os municípios, que tradicionalmente atuam na oferta do ensino fundamental, encontram-se numa situação mais confortável em relação a essa norma, embora o seu descumprimento não seja algo incomum. Já o poder público federal, de acordo com levantamento do Tribunal de Contas da União, aplicou no nível fundamental, entre 1990 e 1995, uma média inferior a 2% de suas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. Coube a outros recursos, especialmente o salário-educação, vinculado pela Lei Maior ao ensino fundamental, evitar que os dispêndios da União com esse nível de ensino se reduzissem a um valor ínfimo.

A explicação desse fenômeno é bastante conhecida: a União possui uma vasta rede de instituições de educação superior, de cara manutenção, com a qual vem comprometendo a maior parte de seus recursos educacionais, particularmente os originários da fonte orçamentária relativa à "manutenção e desenvolvimento do ensino". Como seria um equívoco promover cortes drásticos no financiamento dessas instituições, de grande importância para o país, e a nossa sociedade não foi capaz de encontrar uma

solução rápida e viável, não apenas em termos técnicos mas também políticos, para resolver a questão, o desequilíbrio se manteve praticamente inalterado nos últimos anos. Assim, em 1995, a União aplicou na educação superior cerca de 3,5 vezes mais recursos do que no ensino fundamental, excluída a parcela estadual do salário-educação.

Mas a premência dos problemas do ensino fundamental, não tanto em termos de vagas, mas principalmente de eficácia, exige soluções profundas, que envolvam todos os níveis de governo. A proposta de emenda constitucional em apreço tem condições de se tornar um passo de grande importância nesse aspecto, e sua iniciativa demonstra o empenho do Poder Executivo no combate aos níveis alarmantes de insucesso no ensino obrigatório.

Racionalização e equidade são os conceitos-chave da proposta. Embora os recursos públicos que o país destina à área educacional não sejam os ideais, também não chegam a ser reduzidos. Atingem cerca de 23 bilhões de reais por ano. Em 1990, de acordo com dados do IBGE, as despesas educacionais com educação representaram 3,8% do Produto Interno Bruto. Esse valor é semelhante ou superior a de países como a Coreia do Sul (3,6%), a Espanha (4,4%), a China (1,8%) (UNESCO Statistical Yearbook 1994) e Taiwan (3,6%) (Britannica Book of the Year 1994), que nos últimos anos vêm associando rápido desenvolvimento econômico com a crescente eficiência de seus sistemas educacionais, até há pouco tempo relativamente atrasados. O grande problema brasileiro, como já se tornou um truismo afirmar, é que gastamos mal. Assim, ainda que insuficiente, o volume de recursos que o país aplica em educação deveria ser capaz de promover resultados mais eficazes. Contudo, a sobreposição de iniciativas, o uso de critérios aleatórios nas distribuições, a debilidade dos processos de avaliação de resultados e o peso e excessivo das estruturas burocráticas compõem um cenário que devora, sem dó, grande parcela de nossos recursos educacionais. A PEC 30/96 não traz a solução para todos esses problemas. Porém, promove uma dose, poucas vezes antes vista, de racionalidade e de equidade na administração dos recursos educacionais.

A medida tem o mérito de estabelecer um parâmetro para o princípio de colaboração entre o estado e seus municípios no que diz respeito à responsabilidade pela oferta do ensino fundamental. Há municípios que quase renunciaram à oferta do ensino obrigatório. Inversamente, alguns poderes públicos estaduais, sob a bandeira de uma municipalização mal compreendida, atuam de forma totalmente irregular no que se refere ao apoio a esse nível de ensino. As inovações propostas para o art. 60 do ADCT punirão os entes federados que não se empenharem em suas obrigações no setor com a perda de um valor significativo de suas receitas.

Como diversos levantamentos têm comprovado, há enormes disparidades nos gastos por aluno do ensino fundamental entre as regiões do país e até dentro do mesmo estado, dependendo da matrícula na rede estadual ou municipal. As medidas aventadas na PEC corrigem essa realidade, não por meio de um nivelamento por baixo, mas pelo estabelecimento de um valor mínimo nacional por aluno, que aproximará a realidade dos municípios e estados mais pobres daquela dos mais ricos.

Os fundos de apoio ao ensino fundamental têm natureza meramente contábil, de funcionamento semelhante ao dos fundos de participação dos estados e dos municípios. Assim, os repasses serão automáticos, sem a intervenção de critérios aleatórios. Os recursos disponíveis em cada estado serão repartidos entre a rede estadual e as redes municipais de forma proporcional ao número de alunos matriculados em cada uma delas.

A União terá o importante papel de definir o valor mínimo nacional por aluno e de complementá-lo em cada estado cujos recursos não sejam suficientes para atingir aquele patamar. Segundo cálculos do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), para um valor mínimo por aluno de R\$ 300,00, a União desembolsará cerca de 850 milhões de

reais. Essa forma de apoio da União, que poderá exigir mais recursos, à medida que se estabelecer um valor mínimo por aluno mais elevado, representa uma disposição mais eficaz do que a exigência de que o poder público federal aplique no ensino fundamental e no combate ao analfabetismo o equivalente a pelo menos 5,4% de sua receita líquida de impostos, como determina o § 6º proposto ao art. 60 do ADCT.

Essas medidas de imparcialidade deverão atingir duramente a prática de se privilegiar, na alocação de recursos, pela União ou pelos estados, as unidades federadas mais influentes. As necessidades dos estudantes, no contexto de cada realidade constituirão a diretriz obrigatória da distribuição da maior parcela de recursos.

Convém destacar também que a proposta, pela primeira vez, ataca de forma ampla o grave problema do baixo nível salarial dos professores do ensino fundamental particularmente daqueles que exercem sua profissão no imenso interior do país. Se o salário mínimo nacional calculado pelo Ministério da Educação e do Desporto não é alto para determinados estados e municípios mais ricos, poderá representar um extraordinário impacto positivo para a docência na maior parte das unidades federadas.

Reconhecer o valor da iniciativa não significa ignorar os seus desafios. As transferências de recursos no interior de cada estado que a medida pode gerar, em prol da equidade, devem exigir a compreensão de alguns municípios mais ricos, que de fato só terão a ganhar com a melhoria geral e mais uniforme do ensino fundamental. Como o critério básico de distribuição de recursos é o número de alunos matriculados, o levantamento desse dado precisa ser rigoroso, sob pena de perda do seu princípio equitativo. Além disso, será preciso administrar com especial habilidade os efeitos que a medida deverá gerar nos demais níveis de ensino, desde a questão mais premente dos níveis salariais docentes até a necessidade de ampliação da rede escolar e melhoria também de seus serviços.

Apesar da racionalidade a ser ganha na distribuição dos recursos, as inovações da PEC 30/96 não garantem por si só uma mudança consistente nos padrões de qualidade do ensino fundamental. É preciso que essa racionalização se estenda aos órgãos dos sistemas de ensino e às próprias escolas. Alguns programas de reforma educacional estaduais e municipais em curso, assim como iniciativas do MEC no setor, provam que a comunidade escolar pode ser capaz de gerir com competência os recursos a ela destinados, desde que os órgãos responsáveis dos sistemas de ensino forneçam a assistência técnica adequada. Por isso, no que concerne à ação do poder público, cabe apontar uma confluência de esforços entre o conteúdo da PEC 30/96, as sugestões descentralizantes e inovadoras propostas pelo Congresso Nacional para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e alguns projetos educacionais desencadeados por governos subnacionais.

Para finalizar a análise das questões relacionadas ao art. 60 do ADCT, não constitui um problema a supressão do atual parágrafo único do dispositivo, que trata da descentralização das atividades das instituições públicas de educação superior. De fato, na medida do possível isso tem ocorrido e continuará a ser feito. O desenvolvimento do país requer a expansão da educação superior, seu aprimoramento e sua melhor distribuição espacial. Contudo, cabe no momento reunir esforços especiais para atacar o fracasso de nosso ensino fundamental, responsável inclusive por diversas mazelas existentes nos demais níveis de ensino. O que a PEC em análise intenciona é justamente corrigir alguns dos mais graves problemas que afetam o ensino obrigatório.

2.6. Considerações finais

A relevância das disposições a serem regulamentadas exige uma discussão ampla e democrática antes que entrem em vigor, o que o instituto da medida provisória não

proporciona. Entretanto, seria desnecessário vedar o uso desse instrumento jurídico na regulamentação das mudanças constitucionais sugeridas pela PEC 30/96, como prevê seu art. 6º. O art. 246 da Constituição Federal já determina:

"É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995."

Portanto, o disposto no art. 6º da PEC constitui um excesso de zelo, dispensável, de acordo com a boa técnica legislativa. Por isso, sugerimos uma emenda de redação que suprima o art. 6º. Cabe esclarecer ainda a menção feita no mesmo art. 6º ao inciso VII do art. 208 do texto constitucional. A proposta original do Presidente da República o alterava. A Câmara optou por manter a redação atual. Assim, a menção ao referido inciso foi feita por engano, como bem comprova a fórmula final do art. 6º - "com redação dada por esta Emenda Constitucional" - que certamente não pode abranger disposições não alteradas.

Por outro lado, julgamos correta a decisão da Câmara a respeito das disposições originalmente propostas pelo Poder Executivo sobre a educação superior. A questão da autonomia universitária, inscrita no art. 207 do texto constitucional, é complexa o bastante para compor uma emenda específica.

Já a tentativa contida na proposição original de alterar a redação do inciso IV do art. 206 é de fato desnecessária, uma vez que o princípio da gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais exclui a extensão, que tradicionalmente já é cobrada pelas instituições públicas.

Enfim, julgamos que a PEC 30/96 merece acolhimento, pois introduzirá avanços na educação brasileira, que já são há muito tempo reclamados.

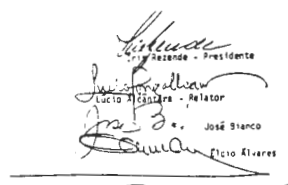
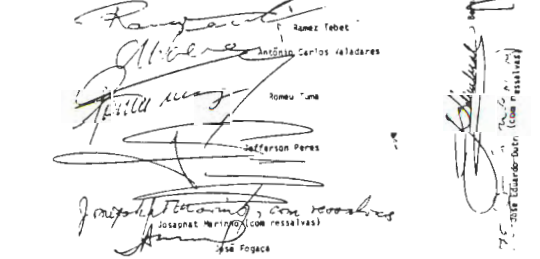
III - Voto

Ante as razões expostas neste Parecer, e tendo em vista a inexistência de qualquer empecilho de natureza constitucional que obste a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996, votamos por sua aprovação, na forma remetida a esta Casa pela Câmara dos Deputados, com a emenda de redação abaixo apresentada.

EMENDA DE REDAÇÃO - 001 - CCJ

Suprima-se o art. 6º da PEC 30/96, pelas razões indicadas neste Parecer

Sala das Comissões, em 17-7-96


 Presidente
 Relator

 José Bianco
 Flício Rivas
 Ramez Tebet
 Antônio Carlos Valadão
 Romeu Lima
 Jefferson Peres
 José Fogaça

- 14 - Senador VALMIR CAMPELO
 - 15 - Senador GERSON CAMATA
 - 16 - Senador CASILDO MALDANER
 - 17 - Senador GERALDO MELO
 - 18 - Senador SÉRGIO MACHADO
 - 19 - Senador LUCÍDIO PORTELA
 - 20 - Senador NABOR JÚNIOR
 - 21 - Senador SEBASTIÃO ROCHA
 - 22 - Senador JOSÉ AGRIPINO
 - 23 - Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA
 - 24 - Senador JOSÉ ALVES
 - 25 - Senador FRANCELINO PEREIRA
 - 26 - Senador CARLOS WILSON
 - 27 - Senador JOSÉ AGRIPINO
 - 28 - Senador TOTÓ CAVALCANTE
-

COMISSÃO TEMPORÁRIA

Criada através do Requerimento nº 475, de 1996-SF, destinada a definir uma política para o Desenvolvimento Econômico E Social Da Amazônia

Ata da 1ª Reunião (Instalação) Realizada em 19 de junho de 1996.

Aos dezenove dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e seis, às dezenove horas, na sala 04 da ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Sebastião Rocha, Bernardo Cabral, José Bianco, Ademir Andrade, Coutinho Jorge, José Bonifácio, Valmir Campelo e Emília Fernandes, reúne-se a Comissão Especial Temporária, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. De acordo com o preceito regimental, assumiu a Presidência, eventualmente, o Senador Bernardo Cabral, que declara abertos os trabalhos e procede a eleição do Presidente e Vice-Presidente, convocando a Senadora Emília Fernandes para funcionar como escrutinadora, procedendo-se a apuração que apresentou o seguinte resultado: Presidente Senador Nabor Júnior e Vice-Presidente Senadora Marina Silva, sendo também que foi indicado, de acordo com acerto já feito, para Relator da Comissão; o Senador Ademir Andrade. Em seguida, foram apresentados várias sugestões pelos presentes, ficando acertado que será realizada uma reunião de trabalho no próximo dia 27 do corrente mês, para ser discutido o calendário e programação dos trabalhos futuros da Comissão; e como ninguém mais se manifestou e não havendo nada mais a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Declaro aberta a reunião da Comissão Temporária Especial, criada através do Requerimento nº 475, de 1996-SF, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. E o faço na condição de menos jovem entre os integrantes desta Comissão.

Vamos proceder à apuração dos votos, já depositados na urna, para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Designo a eminente Senadora Emília Fernandes para funcionar como escrutinadora.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Os votos conferem com as assinaturas. Declaro eleitos os eminentes Senadores Nabor Júnior e Marina Silva.

Peço que conste em Ata que, de acordo com acerto feito entre os Senadores titulares desta Comissão, o Senador escolhido para Presidente designará para Relator o Senador Ademir Andrade.

Registramos a presença, nesta reunião, do Senador Romeu Tuma.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Eu gostaria de sugerir que marcássemos a próxima reunião para discutirmos a forma de trabalho da Comissão. É evidente que esta Comissão foi criada com o objetivo de se tornar um fórum, para onde pudéssemos trazer as nossas dificuldades e colocá-las diante de autoridades do Governo. O prazo para a conclusão dos trabalhos é bastante longo: até 15 de dezembro para trabalhar, e pode ser prorrogado até 15 de dezembro do ano seguinte, portanto, mais de um ano e meio de trabalho.

Eu gostaria que definíssemos, talvez na próxima reunião, a forma de trabalho, o número de reuniões e o que vamos fazer. Evidentemente, tenho algumas posições e creio que outros Senadores devem tê-las também. Entendo que deveríamos fazer pelo menos uma reunião por semana, a fim de elaborarmos uma forma de trabalho nesta Comissão.

De antemão, eu gostaria de definir com os Senadores aqui presentes a data de uma nova reunião, já com a Comissão já instalada, com o seu Presidente e Vice-Presidente eleitos, a fim de discutirmos essa forma de trabalho. Cada um traria a sua proposta e a sua visão sobre o que deverá ser feito. Eu tenho a minha, mas farei a apresentação no momento oportuno. Por isso, sugeri ouvir os companheiros para definirmos quando será a próxima reunião desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estou conversando com a Senadora Emília Fernandes e pensei que talvez fosse bom colhermos dos companheiros uma data que, desde logo, pudesse ser estipulada.

Sugiro marcarmos a próxima reunião desta Comissão para terça-feira, às 11 horas. Esta seria a forma de conseguirmos número. Poderíamos, então, definir os critérios, organograma, itens a serem analisados e as sugestões, para que depois o Relator pudesse fazer uma sistematização dos trabalhos,

sem prejuízo da contribuição que o Senador Ademir Andrade oferece, apesar do tempo de que dispomos, a fim de agilizarmos os nossos trabalhos.

Pergunto aos Srs. Senadores se concordam que esta reunião seja marcada para terça-feira, às 11 horas.

(Pausa.)

O SR. ADEMIR ANDRADE – Como nesta próxima reunião não haverá audiência, seria possível marcá-la para terça-feira após a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estão todos de acordo? É uma boa idéia marcá-la para após a Ordem do Dia.

O SR. ADEMIR ANDRADE – A partir daí, então, com convocações, poderíamos fazer as reuniões em um horário a ser combinado por todos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Correto. Solicito, então, ao nosso Secretário-Executivo que comunique a todos os integrantes desta Comissão que, na próxima terça-feira, após a Ordem do Dia, nos reuniremos para definirmos aquelas questões prioritárias.

A Presidência eventual registra, com agrado, a presença dos eminentes companheiros; declara já devidamente eleitos, mas ainda não empossados por não estarem presentes, o Presidente e Vice-Presidente desta Comissão, esperando fazê-lo na próxima reunião de terça-feira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h33min.)

Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de junho de 1996.

Aos vinte e sete dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e seis, às dezessete horas, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade, Jefferson Peres e Marina Silva, membros da Comissão Especial Amazônia Urgente. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, passou a palavra ao Senhor Relator, Senador Ademir Andrade, que discorreu sobre a programação a ser cumprida pela Comissão, sugerindo inclusive que seja convidado o Governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, para vir prestar uma exposição sobre o Plano de Desenvolvimento auto-sustentado aplicado em seu Estado. Também pelo mesmo Senador foi sugerido o nome do Professor Armando Mendes para apresentar seu depoimento. Pelo Senador Jefferson Peres foi apresentado o nome do professor e empresário Samuel Benchimol, do Amazonas, para apresentar

sugestões à Comissão. A seguir, foi apresentado, pela Senadora Marina Silva, o nome do Prefeito Jorge Viana, de Rio Branco-AC, para vir expor suas sugestões. Ficou estabelecido ainda, que a Comissão, durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, fará reuniões em caráter informal, sendo marcada a próxima para o dia 11 de julho. E não havendo nada mais a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá à publicação.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

6ª Reunião, (extraordinária) realizada em 28 de Maio de 1996.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de maio de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, presentes os Senhores Senadores Elcio Alvares, Nabor Junior, Roberto Requião, Regina Assumpção, Geraldo Melo, Onofre Quinan, Waldeck Ornelas, Romero Jucá, Freitas Neto, Lúdio Coelho, José Alves, José Eduardo Dutra, Vilson Kleinubing, Joel de Hollanda, Jonas Pinheiro, José Roberto Arruda, Romeu Tuma, Mauro Miranda e Ney Suassuna reúne-se, extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gérson Camata, Fernando Bezerra, Marluce Pinto, José Ignácio Ferreira, Pedro Piva, Lúcidio Portella, Sebastião Rocha, Ademir Andrade e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 01 da pauta: Projeto de Lei da Senado nº 161, de 1995, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Autor: Senador José Eduardo Dutra. Relator: Senador Vilson Kleinubing. Parecer: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. O Senhor Presidente concede a palavra ao relator Senador Vilson Kleinubing para proferir seu parecer. Colocada em discussão o projeto, fazem uso da palavra os Senadores Geraldo Melo, Ney Suassuna, Lúdio Coelho, José Roberto Arruda, José Eduardo Dutra e Waldeck Ornelas que tecem considerações a respeito da matéria. A Presidência a pedido de diversos Senhores Senadores, concede vista coletiva da matéria. Extra-Pauta – Re-

querimento nº 04 de 1996 – C.I.. Autor: Senador José Eduardo Dutra. Ementa: Requer nos termos regimentais a oitiva em audiência pública dos Senhores Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, Ex-Vice-Presidente da República e do Dr. Victor Buaiz, Governador do Estado do Espírito Santo, para exporem suas posições perante esta Comissão, sobre o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, visando a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que trata do assunto. Não havendo quem queira discutir a matéria, passa-se à fase de votação do requerimento que é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **José Agripino** Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Sobre a mesa, ata da reunião anterior, que submeto à apreciação dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da sua leitura permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Na pauta da reunião de hoje consta um só item, que se refere à apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 161/95, que altera a Lei nº 8.031, de 12.04.90, e dá outras providências. É de autoria do Sr. Senador José Eduardo Dutra, tendo como Relator o Sr. Senador Vilson Kleinübing. A matéria versa sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. VILSON KLEINÜBING –

(Procede-se à leitura do Relatório)

Reconhecendo os méritos de que, na maior empresa, devemos ter um processo de fiscalização, apresentei um substitutivo, dando o prazo de 30 dias para que sejamos informados, antes da publicação no Diário Oficial, e que o produto da venda não seja utilizado para pagar dívida, porque sobre dívida temos que falar de uma outra maneira, mas sim que esse produto seja utilizado para criar novas companhias como a Vale do Rio Doce, no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste brasileiro, não no Sul, que já conta com o seu desenvolvimento assegurado.

Este o parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – O Relator conclui pela apresentação de um substitutivo, que tem preferência sobre o projeto de lei em apreço.

Coloco, portanto, em discussão o substitutivo do Relator.

Com a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, reconheço que o Senador José Eduardo Dutra nos colocou a todos em uma situação muito delicada, razão por que não ouvi, até agora, por parte dos eminentes Srs. Senadores nenhum tipo de crítica à iniciativa de S. Ex^a, com a qual tive a honra de colaborar.

De fato, o que pede em sua proposição o Senador José Eduardo Dutra é que o Congresso Nacional seja ouvido antes que se realize a privatização da Vale do Rio Doce, significando que o seu projeto não é contrário e nem favorável à privatização. Pessoalmente, S. Ex^a é contrário, mas a sua proposição não o é. Reconheço que é delicado dizer-se agora que o nosso voto deve ser: não queremos ser ouvidos. Este é um aspecto.

Entretanto, há algumas considerações que precisam ser feitas, porque, na realidade, todos nós temos experiência suficiente para compreender que esse seria o primeiro passo na direção de embargar o processo de privatização futura da Vale do Rio Doce. Com relação a esse aspecto, desejaria articular uma posição – e faço isso porque diz respeito à discussão desse substitutivo que acaba de ser apresentado pelo Senador Vilson Kleinübing.

No meu modo de entender, vem sendo feita uma defesa sistemática da manutenção da Vale do Rio Doce como empresa pública, com base nas características, nos atributos, na contribuição positiva que a Vale do Rio Doce oferece à economia nacional. Fala-se no número de empregos, na sua contribuição fiscal, na sua contribuição à balança de pagamentos, enfim, na contribuição que aquele agente econômico oferece à economia nacional, o que ninguém discute.

Mas há um ponto que já foi assinalado, o qual gostaria de enfatizar. Se um dia viessem a privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, os seus novos controladores não vão pegar a Companhia Vale do Rio Doce, colocá-la debaixo do braço e levá-la para fora do Brasil, sejam eles quem forem. A Vale do Rio Doce, se não for comprada por alguém que se sinta incomodado por ela nas suas atividades normais, independente de se saber quem é o proprietário do seu controle, continuará a existir no Brasil, a gerar empregos e a dar a sua contribuição à economia nacional.

Dito isto, para mim, a questão mais importante com relação à privatização da Vale cinge-se a dois aspectos que, de certa forma, são os mesmos que inspiraram o substitutivo do Senador Vilson Kleinübing. A questão da Vale do Rio Doce é quanto ao preço e de uso dos recursos que o Governo federal venha a receber.

Porquanto, se ela, como agente econômico e agente produtivo, continuar a existir no Brasil, gerando empregos, pagando seus impostos e contribuindo favoravelmente para a nossa balança comercial, é ótimo que continue e que o Governo federal receba recursos que, se representarem o valor real da Vale do Rio Doce, permita-lhe fazer outra Vale do Rio Doce.

Assim, ao invés de uma, passaremos a ter duas Vale do Rio Doce no Brasil. Então, a primeira questão é de valor e, quanto a isso, quem ouviu a exposição do Presidente do BNDES verificou que essa é a preocupação que está dominando as autoridades que, no Poder Executivo, estão cuidando do assunto.

Segundo, quanto à questão do que fazer com recursos que eventualmente ingressem na nossa economia em virtude da privatização, o substitutivo do Senador Vilson Kleinübing oferece a oportunidade para que o Congresso Nacional interfira decisivamente nesse assunto.

Embora respeite inteiramente todas as pessoas que divergem da idéia da privatização da Vale do Rio Doce, tenho a impressão de que nos aproximamos de uma formatação que vai tranquilizar a todos.

Tendo, entretanto, colaborado, contribuído, com a minha assinatura, para o projeto do Senador José Eduardo Dutra, reservo-me o direito de, no final desta discussão, dependendo dos esclarecimentos que serão prestados, pedir vista do processo, para ter oportunidade de comparar, mais detalhadamente, o projeto do Senador José Eduardo Dutra com o substitutivo do Senador Vilson Kleinübing.

Sr. Presidente, formalizarei esse requerimento após a conclusão das discussões.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em princípio, sou privatista: entendo que o Estado sempre administra mal.

No caso específico da Vale do Rio Doce, comparo com uma corrida de atletas, sendo que um des-

ses atletas tem um peso amarrado à pema, no caso, esse atleta é a Vale do Rio Doce.

Temos todas as soluções possíveis: o fundo para os municípios garantidos; os direitos minerais resolvidos; as obrigações garantidas pela moldagem no tipo francês do núcleo duro, inclusive utilizando também a **Golden Share**. Temos, com toda a certeza, preservado os interesses nacionais e não vejo por que uma empresa que, com esse porte, poderia dar maiores dividendos à República sempre trouxe dividendos insignificantes, haja vista o seu porte.

A Vale do Rio Doce faz de conta que o Governo não tem obrigação de investir nela como maior acionista e, por outro lado, o Governo faz de conta que os dividendos não teriam que estar a ele retornando. É uma briga mais ideológica e que tem interesses políticos envolvidos, principalmente nos estados onde ela tem base.

Creio que, se tiver o preço justo, o Brasil não perderá nada e sim terá recursos necessários para investimentos nas áreas prioritárias. Essa moldagem estará pronta dentro de um mês. Já apontou as soluções dos principais problemas e tenho certeza de que qualquer um que não se deixe levar nem por ideologia e xenofobia, e que se aprofunde no assunto, verificará que não estaremos jogando fora, pelo contrário, estaremos recebendo mais impostos, dividendos para a sociedade e saindo de uma atividade que não é primordial para o Governo. Houve o tempo em que era, já não o é, e temos que nos atualizar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO – O parecer do Relator Vilson Kleinübing traz conclusões altamente convenientes ao nosso País, já que estamos por demais necessitados de investimentos. Vendendo-se a Vale, ela continuará prestando os serviços que tem prestado ao País e talvez com mais eficiência, e por outro lado teremos recursos importantes para desenvolver novas iniciativas de interesse do Estado.

Colocado como está, em que o resultado da venda em cada Federação seja aplicado nela mesma, creio que coincide muito com os interesses da Nação.

Estou de acordo com o parecer do Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria

de cumprimentar o Senador Vilson Kleinübing pelo parecer, principalmente pelo estudo feito.

Interessante o conceito básico do relatório de que cabe ao Estado, em alguns períodos da história econômica de um país como o nosso, em desenvolvimento, uma ação motivadora do setor privado. É claro que essa ação motivadora deve ter uma limitação de tempo. Há um determinado instante da continuidade da vida econômica do País em que essa ação motivadora pode ser deslocada para outras áreas de interesse da sociedade.

Essa primeira sugestão contida no relatório e no substitutivo do Senador Vilson Kleinübing, na verdade, já havia sido dada pelo Senador Jader Barbalho, em manifestação especial ao Presidente da República, com uma diferença básica: o Senador Vilson Kleinübing sugere, se estou entendendo bem, que a totalidade dos recursos apurados com a venda da Companhia Vale do Rio Doce sejam aplicados em ações básicas de infra-estrutura, principalmente nas regiões onde a Vale trabalha, o que obviamente motivaria o desenvolvimento econômico. Não tenho o valor exato, mas parece-me que o Senador Jader Barbalho sugeria que metade dos recursos teriam essa aplicação. De qualquer maneira foi uma sugestão conhecida publicamente. Parece-me importante ressaltar que há essa diferença na quantificação nesse sentido.

Quanto à segunda sugestão do Senador Vilson Kleinübing, confesso ainda ter uma dúvida. Parece-me importante a fórmula proposta por S. Ex^a de que o Legislativo tenha presença forte, como desejava o projeto original do Senador José Eduardo Dutra, no acompanhamento e na fiscalização do processo de busca de capital privado em setor que é fundamental para a economia brasileira, sem, entretanto, romper aquela barreira, que deve existir, da diferença de atuação entre os Poderes. O que me deixa em dúvida é a antecedência dos 30 dias. Fico em dúvida, basicamente comparando a proposta desse texto com a legislação vigente, não só a 8.666, mas toda a legislação vigente, inclusive a especificamente aprovada pelo Congresso no Programa de Desestatização. Isso me leva a confrontar essa sugestão do Senador Vilson Kleinübing com a anteriormente apresentada pelo Senador Jader Barbalho, que me parecem na mesma direção, apenas com quantitativos diferentes. Estamos falando de 30 dias antes da publicação no **Diário Oficial**, e não sei que ações legais de eventuais obstaculizantes desse processo de desestatização poderiam ser impetradas. Tenho a impressão de que o processo de acompanhamen-

to do Congresso, que deve existir, poderia ter outra fórmula que não essa baseada no **Diário Oficial**. Essa é uma dúvida que tenho.

Com base nessas duas questões...

O Sr. Vilson Kleinübing – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Vilson Kleinübing – A forma do leilão tem que ser publicada no **Diário Oficial** para que toda a comunidade interessada na operação de compra tenha conhecimento. A publicação do edital é feita no **Diário Oficial**. Devemos verificar se no edital está contido esse cuidado, a fim de evitar que um concorrente não fique com o controle acionário da empresa. Também é preciso que os direitos minerais sejam preservados. Teremos um prazo para analisar o edital, pois antes de ser publicado ele virá ao Congresso Nacional e, por intermédio das Mesas, tomaremos conhecimento dele.

Ora, se houver qualquer absurdo nisso, é evidente que o Congresso Nacional vai se manifestar, tanto no plenário quanto através da imprensa, e os representantes dos Estados interessados irão ao Presidente da República alegando que há um absurdo com o que nunca concordarão. Não vamos colocar o ritmo da privatização no ritmo do Congresso, que já autorizou a venda. Temos de criar mecanismos de maior controle. Esse é o aspecto. Na questão dos 100%, estou absolutamente convencido de que o produto da venda da Vale deveria ser aplicado realmente em projeto de investimento.

Teremos de tratar a dívida interna de outra maneira; teremos de criar um programa de renegociação.

Prestem atenção no seguinte: se as taxas de juros no Brasil neste ano de 1996 fossem praticadas nos mesmos níveis do ano passado, não a taxa no varejo, mas a taxa Selic interbancária, que remunera os títulos públicos, portanto, remunera a dívida pública entre Municípios, Estados, União e estatais, neste ano haveria uma dívida adicional, em juros, de US\$14 bilhões, equivalente a três Vales.

Vamos vender a Vale para pagar isso aí?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Perfeito.

O Sr. Vilson Kleinübing - Não. Por isso que vamos colocar 100% em investimentos, para que esses investimentos gerem desenvolvimento para pagar essa dívida.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Estou de acordo, Sr. Presidente, com a tese defendida pelo Senador Vilson Kleinübing.

Entretanto continuo com dúvida quanto à redação, porque no § 3º S. Exª sugere projetos de infra-estrutura.

Há outras ações do Estado motivadoras do desenvolvimento econômico que podem não ser um investimento em infra-estrutura. Esse é um ponto redacional, apenas.

A segunda dúvida que levanto, a qual me parece facilmente solúvel pela mudança de redação, é a seguinte: na verdade, não deseja o Senador Vilson Kleinübing que o edital que será publicado no **Diário Oficial** seja publicado 30 dias antes. O que S. Exª deseja é que as informações da modelagem que serão base para o edital sejam de conhecimento do Congresso, o que me parece extremamente razoável.

De qualquer maneira, a questão que levanto nos dois pontos é redacional.

Não sei se o Presidente teria essa condição de tempo. O que eu desejaria, como contribuição ao trabalho desta Comissão, que me parece extremamente importante, seria ter vistas do parecer e também ouvir o Senador Jader Barbalho, autor dessa sugestão anteriormente, para colaborar com o Senador Vilson Kleinübing e buscar uma redação, mantido esse conceito dado pelo Senador Kleinübing, que me parece extremamente próprio, que não deixasse dúvidas em relação a esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Sr. Senadores, hoje, terça-feira, é o último dia da prorrogação de 15 dias, ou seja, do prazo concedido a esta Comissão – 15 dias -, para examinar a matéria. Mas, regimentalmente, é possível a prorrogação por mais 15 dias, desde que requerimento nesse sentido seja apresentado e aprovado pela Comissão e, em tempo hábil – estamos em tempo hábil -, a Presidência comunique à Mesa do Senado que, por deliberação da Comissão, houve prorrogação por mais 15 dias. Isso para o caso de algum dos Srs. Senadores desejarem apresentar pedido de vista.

Regimentalmente é possível.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Parece-me que há um pedido anterior formulado pelo Senador Geraldo Melo.

Se regimentalmente for possível, eu submeteria esse pedido de vista ao Plenário.

Esse assunto é extremamente importante para a vida do País. O relatório do Senador Vilson Kleinübing traz uma contribuição fundamental, porque, com seriedade, com profundidade, desnuda o assunto e mostra a maneira como deve ser tratado no Congresso Nacional.

Eu gostaria de ter a possibilidade apenas de discutir com o Senador essa questão redacional dos dois itens, porque concordo com a tese.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Senador Waldeck Ornelas, gostaria de usar da palavra?

O SR. WALDECK ORNELAS - Para discutir, Sr. Presidente. Gostaria também de levantar uma preliminar: tenho a impressão de que o pedido de vista não precisa ser votado. Regimentalmente, o Senador tem direito a pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Pedir vista, sim. O requerimento de prorrogação é que tem de ser votado.

O SR. WALDECK ORNELAS - Essa discussão, Sr. Presidente, privatizar ou não a Companhia Vale do Rio Doce, decorre do fato de que a Vale terminou ficando como a chamada "jóia da Coroa".

Não houvesse o compromisso do Presidente da República de que a Petrobrás não será privatizada, certamente, nós não estaríamos discutindo projeto dessa natureza em relação à Vale, mas sim em relação à Petrobrás, que, nesse caso, passaria a ser a "jóia da Coroa".

O Congresso toma as decisões mediante leis e resoluções, no caso do Senado.

Ora, o que pretende o projeto do Senador José Eduardo Dutra?

Ele diz que dependerá de autorização legislativa, no caso da Vale. Essa autorização já existe. Então o projeto estaria estabelecendo apenas uma ressalva nesse sentido, ou seja, retornando ao assunto e revogando a autorização no que é específico em relação à Vale do Rio Doce.

Nesse sentido, o Senador Vilson Kleinübing foi muito feliz no seu substitutivo, quando estabeleceu a obrigatoriedade de que o Executivo apresente prioritariamente ao Congresso Nacional as condições em que será privatizada, sem que haja necessidade de que daí decorra a formalização de outra manifestação do Congresso Nacional, o que resultaria no projeto do Senador Dutra.

Sem embargo, gostaria de fazer ao relator uma ponderação redacional, em face do § 3º do art. 6º.

Diz S. Exª no final:

Esses investimentos farão parte da proposta orçamentária da União para o exercício fiscal seguinte à venda das ações da Companhia Vale do Rio Doce, a ser submetida à aprovação do Congresso Nacional.

Parece-me que aqui há uma impropriedade redacional. Não se trata de mérito.

Eu sugeriria que essa redação passasse a ser: esses investimentos farão parte da proposta orçamentária da União, a ser submetida ao Congresso

Nacional para o exercício fiscal seguinte à venda das ações da Companhia Vale do Rio Doce.

Isso para evitar dúvidas. Mas não há necessidade de fazer através de emenda. O próprio relator pode inserir essa modificação no seu parecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Srs. Senadores, já que o pedido de vista já foi formulado, gostaria de ressaltar a importância do projeto do Senador José Eduardo Dutra para a discussão de matéria tão importante como a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Entendo que é uma questão sobre a qual o Senado tem de se pronunciar com muito cuidado. Entendo também que o trabalho competente do Senador Vilson Kleinübing ampliou a discussão não só do processo de venda, mas também do produto da venda, o que, efetivamente, é uma decisão política que deve ser tomada pelos Estados.

Penso que nós evoluímos na proposta do Senador José Eduardo Dutra com o parecer e o substitutivo do Senador Vilson Kleinübing.

Entendo que nesses dias dedicado ao pedido de vista a Casa deve aprofundar os estudos, mas em tese eu fico com a proposta, bem feita, do Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Com a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, está-se considerando feito o pedido de vista. Como declarei no início que só o formalizaria no final, eu desejaria formalizá-lo agora para evitar impropriedade na discussão da matéria.

Meu maior propósito é o de criar um espaço para tentar encontrar uma solução consensual, à qual também ofereça a sua contribuição o nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Esse é o desejo da Comissão, Senador.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, já foi pedido vista. Consequentemente não vamos votar esse projeto hoje, mas eu gostaria de fazer uns comentários até porque quero que os Srs. Senadores votem não só baseados na sua consciência, mas também baseados em argumentos relacionados com os fatos.

Em primeiro lugar, diz-se que o Congresso Nacional já deu a autorização legislativa para privatizar.

Isso é verdade, mas não a deu da forma como acabou ficando a Lei nº 8.031.

O projeto de lei de conversão que deu origem à Lei nº 8.031, de 1990, tinha o seguinte artigo:

Art. 12. Dentro do prazo de 60 dias, a contar da publicação no **Diário Oficial da União** do edital referido no art. 2º desta lei, o Congresso Nacional, mediante decreto legislativo com tramitação em regime de urgência, poderá excluir a empresa objeto do edital do Programa Nacional de Desestatização ou determinar providências condicionantes da desestatização, que poderão constituir-se, inclusive, em alterações nas condições especificadas no edital.

Isso foi o que o Congresso Nacional aprovou. Esse artigo foi vetado, na íntegra, pelo ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Portanto, o que o Congresso Nacional aprovou lhe dava a prerrogativa de excluir alguma empresa que considerasse importante do Programa Nacional de Desestatização.

O meu projeto simplesmente retoma essa prerrogativa no caso específico da Companhia Vale do Rio Doce.

Em segundo lugar, a exclusão da Petrobrás não é decorrente de um compromisso do Presidente da República. A Lei nº 8.031 exclui essa empresa e o Banco do Brasil. Portanto, para existirem essas privatizações, seria necessário que se modificasse a lei mencionada, independente de qualquer compromisso do Presidente da República.

Terceiro lugar: têm sido apresentados, como argumento para a privatização, os dados levantados pelo Presidente do BNDES – também reforçados pelo Senador Geraldo Melo –, de que a empresa que vier a comprar a Vale do Rio Doce não a colocaria no bolso, nem extinguiria atividades, etc.

Vejamos o que dizem os setores – particularmente os do mercado financeiro – sobre o que ocorreria à empresa. Sugiro que os Senadores leiam a matéria, publicada na Carta Capital, que mostra, parcialmente, algumas linhas.

Sr. Júlio Krauspenhar, Diretor do Banco Fibrá, diz:

"Com a privatização, a Vale deverá investir menos em expansão, vender parte dos seus ativos, ou focar-se nas atividades mais rentáveis: manganês, ouro e outros."

Diz ainda:

"Com a privatização, permitirá que ela reavalie sua presença em atividade de pou-

ca sinergia e rentabilidade, como os fertilizantes, por exemplo".

Estranho para um País que precisa de reforma agrária investir em agricultura e em fertilizantes baratos. Deve-se considerar, inclusive, que a Vale explora a única mina de cloreto de potássio existente no Hemisfério Sul, no Estado de Sergipe. Por isso, talvez, a Bancada do meu Estado seja, unanimemente contrária, independente da origem partidária – a exemplo do Senador José Alves, que é do PFL e é autor de uma emenda mais radical que a minha, na qual propunha a exclusão dessa empresa do Programa de Privatização.

Segundo: condições para a venda. Essa parte pretende evitar o controle dos concorrentes, etc. Passarei a ler o que pensa o Sr. Luís Antônio Vaz das Neves, Diretor da KNA-Consultores.

"... privatizando-se, há risco de empresas concorrentes comprarem o controle e esvaziarem a liderança do Brasil no mercado de minério. Apesar das restrições dessas empresas no leilão, nada impede que, no futuro, se possa realizar um **take over**, ou seja, compra do controle acionário através das bolsas-de-valores", alerta Krauspenhar.

Provavelmente, exista uma série de outros elementos que devam ser levados em consideração na discussão dessa matéria.

Com todo respeito ao Senador Vilson Kleinübing e ao seu substitutivo, entendo que ele não toca na questão principal do assunto. Um dos pontos aborda uma prerrogativa que pertence ao Congresso, porque o Parlamento já vota o Plano Plurianual, o Orçamento da União e define para onde vão as verbas, se para infra-estrutura ou para Estados em que a Vale atue, etc.

Acrescento ainda que a fiscalização também é objeto de prerrogativa do Congresso Nacional. O que estamos a discutir é sobre quem tem poderes para dar a palavra final na venda da empresa: se o Congresso Nacional, ou os funcionários de segundo escalão do Executivo. Hoje é assim que funciona.

V. Ex^a prevê em seu substitutivo atribuições que as duas Casas possuem. Com todo o respeito, é chover no molhado, pois o Congresso tem atribuição de fiscalizar as ações daquele poder, inclusive quanto à privatização.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, gostaria de dar a minha palavra sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Senador José Eduardo Dutra, gostaria de fazer um comentário. Se a lei anterior possuía aquelas observações que V. Ex^a fez – e fora vetada pelo Presidente da República –, esclareço que o Congresso não a derrubou, portanto houve homologação. Esse é o mecanismo democrático de legislar, em que ambos não podemos ser contra, restando-nos apenas a possibilidade de aprimorá-lo.

Segundo aspecto: não entro no mérito ou não da venda da Vale. Não é isso o que está em questão, mas a sua proposta. Se tivéssemos entrando no mérito, dir-lhe-ia, com toda a clareza: sou absolutamente contra o Estado ter empresa. A região de Criciúma – onde só havia estatal – é a única área pobre do meu Estado. Lá a Cia. Siderúrgica Nacional explorava carvão e a Eletrobrás explora termelétricas. Todas as outras são ricas. Vejam, os senhores, que nunca fui dono de empresa alguma, nem pública nem privada. Só trabalhei em empresa pública, só fui funcionário, em minha vida, de empresa estatal. É preciso que se veja o quanto briguei com meus companheiros para tentar melhorar aquela estatal.

Não estou entrando no mérito, estou querendo simplesmente aprimorar o processo de privatização com a sua idéia. Nós, do Congresso, conhecendo o edital de leilão 30 dias antes, temos a capacidade de pressionar no sentido de saber se aquele leilão, se aquele edital, foi uma aberração, uma loucura coletiva. Sabemos 30 dias antes, fora o prazo do próprio edital.

Em segundo lugar, o segundo artigo é para direcionar: esse dinheiro não vai para o Tesouro para que ele pague dívidas, ele terá que fazer parte do programa de investimentos e infra-estrutura com as premissas que já estão estabelecidas para o Orçamento do ano seguinte e que podemos, ainda, aprimorar no processo de elaboração orçamentária. Agora, se formos discutir se sou favorável à privatização da Vale ou se não sou, iremos longe, porque V. Ex^a é contra a privatização e sou a favor. Fui favorável à privatização das empresas de carvão que havia lá em Santa Catarina, eu era Governador à época. Ainda bem que vendemos aquelas estatais do carvão, porque agora aquela região começou a enriquecer.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Vilson Kleinübing, V. Ex^a concluiu com um ponto que já havia levantado aqui. Não adianta, mantida a atual legislação, estabelecermos um debate favorá-

vel ou contra a privatização, já que, mantida a atual legislação, minha opinião ou a sua não terá a mínima importância para o Executivo, embora na discussão para a instrução dessa matéria tenha-se ouvido a posição do Dr. Mendonça de Barros e do Dr. Francisco Schettino nas quais entrou-se no mérito de se devem ou não privatizar. Até conclui minha fala, propondo o encaminhamento dessa discussão.

Com relação ao método legislativo, que o Colô vetou e o Congresso não derrubou, é exatamente nessa linha. E, em função disso, é que estou propondo a modificação da lei. O que não estou aceitando é o argumento de que como já existe a lei, já há autorização, ela não pode ser modificada. Estou ilustrando que a autorização que o Congresso deu foi de uma natureza diferente: mantinha como prerrogativa do Congresso excluir empresas incluídas no programa de privatização. Se formos fazer um levantamento sobre quantos vetos foram derrubados nesta Casa, desde que estou aqui, o único veto derrubado foi o que interessava à Bancada ruralista.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, considerando que o prazo de 15 dias já está automaticamente prorrogado em função do pedido de vista e considerando ainda que foi aprovado um requerimento para ouvir apenas um lado da questão que era a favor da privatização – inclusive fui contra porque entendia que o que estava em discussão não era privatizar ou não -, faço um requerimento para que, na próxima terça-feira, sem prejuízo do pedido de vista, seria apenas uma prorrogação desse, sejam ouvidos os Srs. Vitor Buaiz, Governador do Espírito Santo e o Dr. Aureliano Chaves, ex-Vice-Presidente da República e ex-Ministro das Minas e Energias, para que emitam suas posições sobre a privatização.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

(Pausa.)

Gostaria de identificar quem solicita vista. O Senador Geraldo Melo já confirmou seu pedido, bem como os Senadores Romeu Tuma, Romero Jucá, Waldeck Omelas e Roberto Arruda. Cinco Srs. Senadores, portanto, manifestaram o desejo de pedir vista do projeto.

Temos, portanto, duas questões: a primeira delas é habilitar a Comissão a uma prorrogação por 15 dias, nesse sentido quero, inicialmente, apresentar um requerimento de minha autoria solicitando a prorrogação pelo prazo regimental de 15 dias.

"Nos termos do § 2º, do art. 118 do Regimento Interno, requeiro a prorrogação por

mais 15 dias no prazo para esta Comissão apresentar seu parecer sob o Projeto de Lei do Senado nº 161/95."

Em discussão o requerimento.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados.

Aprovado.

Aprovado esse requerimento, tomarei a providência de remeter à Mesa do Senado a comunicação da prorrogação por 15 dias dos trabalhos desta Comissão.

Queria que V. Exª formalizasse seu requerimento para que pudéssemos colocar em apreciação e votação pela Comissão, o que terá que ser feito por escrito.

O SR. (Não Identificado) - (intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Eu gostaria de que V. Exª remetesse. Coloco em votação, mas teria que tê-lo formalizado por escrito. Mas eu colocarei em votação o requerimento e depois V. Exª formaliza. Está perfeito?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Considerando que o prazo de prorrogação está aprovado e, portanto, essa audiência não iria incidir em atraso na discussão da matéria, solicito que sejam convidados o Governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, e o Dr. Aureliano Chaves, ex-Vice-Presidente da República, para que façam uma exposição a esta Comissão na próxima terça-feira sobre a privatização da Vale do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Em discussão o requerimento do Senador José Eduardo Dutra.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Está concedido o pedido de vista aos cinco Srs. Senadores que o requereram. Estão prorrogados os trabalhos da Comissão por 15 dias e na terça-feira deverão estar presentes o ex-Presidente Aureliano Chaves e o Governador Vitor Buaiz, a fim de prestarem esclarecimentos a esta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h46min.)

7ª Reunião, (extraordinária) realizada em 19 de junho de 1996.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de junho de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ AGRIPINO, presentes os Senhores Senadores Elcio Alvares, Fernando Bezerra, Regina Assumpção, José Alves, José Eduardo Dutra, Freitas Neto, Vilson Kleinubing, Waldeck Ornelas, Romero Jucá, José Bonifácio, Joel de Hollanda, José Roberto Arruda, Romeu Tuma, Geraldo Melo, Carlos Wilson, Osmar Dias, Lúdio Coelho, Mauro Miranda e Ney Suasuna reúne-se, extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Nabor Junior, Onofre Quinan, Gérson Camata, Marluce Pinto, Hugo Napoleão, José Ignácio Ferreira, Pedro Piva, Lúcidio Portella, Sebastião Rocha, Ademir Andrade e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 01 da pauta: Projeto de Lei da Senado nº 161, de 1995, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Autor: Senador José Eduardo Dutra. Relator: Senador Vilson Kleinubing. Parecer: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado, com vista coletiva a todos os Senhores Senadores membros da Comissão. A Presidência comunica que não foram apresentados Votos em Separado. Colocada em discussão a matéria, fazem uso da palavra os Senadores José Roberto Arruda, Jader Barbalho, Elcio Alvares e Mauro Miranda que tecem considerações a respeito da mesma. Passa-se à fase de votação, sendo aprovado por maioria de votos o substitutivo apresentado pelo relator; votam vencidos os Senadores José Eduardo Dutra e José Bonifácio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador **José Agripino**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Coloco em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A reunião de hoje, esclareço aos Srs. Senadores, conta com um único item, qual seja a apreciação do substitutivo do Senador Vilson Kleinubing ao projeto de lei do Senador José Eduardo Dutra.

A convocação feita por requerimento do Senador José Eduardo Dutra ao Governador Vítor Buaiz e ao ex-Governador Aureliano Chaves para aqui comparecerem a fim de prestar depoimento sobre a questão da privatização da Vale do Rio Doce foi efetivada. Os mencionados senhores foram convidados a comparecer à Comissão. Marcou-se uma reunião para terça-feira passada, que não ocorreu pela impossibilidade de o Governador Vítor Buaiz vir a Brasília, tendo em vista uma viagem que faria, e fez, à Argentina. Marcamos, então, uma reunião para a terça-feira seguinte, para ontem – quando então S. Ex^a já estaria de volta do exterior –, que seria presidida por mim, mas fui informado, também à última hora, que o Governador Vítor Buaiz estaria impossibilitado de comparecer porque estava afônico.

Como entendo ser do interesse do Senador José Eduardo Dutra que aquelas autoridades aqui venham para prestar esclarecimentos, como S. Ex^a me afirmou, pelo fato de serem pessoas com posição claramente definida contra a privatização, para que pudéssemos estabelecer o contraditório, dou essas informações para mostrar que a Comissão não ouviu as autoridades não por omissão dela ou por impropriedade de comportamento, mas por ausência ou impossibilidade de comparecimento dos convidados. Explico isso porque vamos, a seguir, colocar em discussão o relatório do Senador Vilson Kleinubing, com eventuais votos em separado dos Srs. Senadores que solicitaram vistas ao processo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Apenas para confirmar o que acaba de ser dito por V. Ex^a. Conversei por duas vezes com o ex-Ministro Aureliano Chaves, que afirmou ter compromissos agendados em todos os dias propostos e até me autorizou a dizer, em seu nome, que mantinha posição contrária à privatização. Com relação ao Governador Vítor Buaiz, também conversei, aliás, conversar seria até um termo inadequado, já que realmente S. Ex^a não tinha condições de falar na segunda-feira; estava profundamente resfriado. Confirmo, então, que houve a iniciativa da Comissão, mas, infelizmente, não foi possível atingir nosso objetivo. Paciência!

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Cumprimos nossa parte. Infelizmente, não puderam comparecer e expor seus argumentos para uma melhor avaliação por parte dos Srs. Senadores.

A Presidência, já que cinco Srs. Senadores solicitaram vistas ao substitutivo do Senador Vilson Kleinübing – Senadores Romeu Tuma, Geraldo Melo, Waldeck Omelas, Romero Jucá e José Roberto Arruda –, concedeu vista coletiva do projeto. Até o presente momento, nenhum dos Srs. Senadores enviou voto em separado para ser apreciado.

Consulto se algum dos Srs. Senadores deseja apresentar voto em separado para ser apreciado.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última reunião, meu pedido de vistas tinha a seguinte razão: antes da apreciação desse substitutivo do Senador Vilson Kleinübing, na verdade, bem antes do início da discussão do projeto do Senador José Eduardo Dutra, havia sido colocada uma sugestão do Senador Jader Barbalho, que se tomou pública, inclusive, por meio de pronunciamento feito pelo Senador no plenário do Senado, que tinha a idéia básica de que, se atendidos outros requisitos que, obviamente, estavam em discussão na sociedade brasileira, ao menos parte dos recursos da Vale teria que ser aplicada em infra-estrutura nos Estados onde a Vale atua.

Depois de uma análise desse item específico – e foi por isso que solicitei vistas – nosso entendimento é o de que, na verdade, o substitutivo do Senador Vilson Kleinübing traz duas questões fundamentais. A primeira delas é que, antes de qualquer decisão, 30 dias antes, no mínimo, da publicação de qualquer edital, o Governo terá que mandar ao Senado a modelagem do projeto Vale, obviamente, com todas as informações de avaliações e tudo mais, para que o Senado possa fazer sua avaliação e fazer, inclusive, críticas construtivas que, eventualmente, modifiquem essa idéia original. Essa era uma primeira preocupação.

A segunda preocupação é a de que, passada essa fase e se, efetivamente, acontecer a atração do capital privado para esse setor, todos os recursos oriundos – e aí o projeto do Senador Vilson Kleinübing é mais radical: coloca 100% da aplicação desses recursos em infra-estrutura.

Então, depois das discussões que tivemos com o Senador Vilson Kleinübing – e foi importante, para que ouvíssemos os companheiros nesse período –, preferimos não apresentar emendas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, eu não integro esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Mas nos honra muito com a sua presença.

O SR. JADER BARBALHO – Obrigado. Sr. Presidente, compareço na condição de Líder do PMDB e também na de autor, como bem referiu o Senador José Roberto Arruda, de manifestação a respeito do assunto. A minha primeira manifestação foi por escrito, dirigida ao Presidente da República, no dia 31 de agosto do ano passado, quando manifestei a Sua Excelência a minha preocupação de que a Companhia Vale do Rio Doce não preenchesse fundamentalmente os objetivos de um processo de desestatização, em primeiro lugar, por ser uma companhia de bom desempenho, não causar déficit público e, por outro lado, a sua troca, a sua alienação por recursos que serviriam para abater a dívida interna, face a política de juros, isso seria, no meu entendimento, um profundo equívoco. A partir daí, Sr. Presidente, várias manifestações ocorreram a respeito desse assunto, prazos foram estabelecidos, para informações concretas a respeito da questão da Vale do Rio Doce.

Recordo-me de que, à época em que escrevi a carta ao Presidente, imaginava-se uma avaliação da ordem de R\$16 bilhões, do qual o Governo poderia arrecadar cerca de 50%, porque cerca de 50% já são propriedade de particulares. Portanto, seriam R\$8 bilhões. Manifestações posteriores reduziram para cerca de R\$12 bilhões. Portanto, o patrimônio referente à Vale do Rio Doce ficaria reduzido, na verdade, a R\$6 bilhões.

Compareço para fazer essa manifestação aqui, Sr. Presidente, face ao parecer do Senador Kleinübing. De fato, manifestei-me em plenário dizendo que se poderia imaginar que o povo brasileiro pudesse ser compensado por um grande projeto de infra-estrutura que pudesse, depois de tudo isso, historicamente, registrar que a Vale saiu do patrimônio público, mas, em compensação, a sociedade brasileira recebeu como contrapartida um grande projeto de desenvolvimento.

O Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros compareceu a uma Comissão – e creio que uma comissão temporária –, presidida pelo Senador José Ignácio. Naquela noite, Sr. Presidente, saí com muito mais dúvidas do que certezas, depois da manifestação do Presidente do BNDES. E o Presidente do BNDES levantou algumas hipóteses onde esses recursos po-

deriam ser aplicados. Manteve a hipótese da aplicação no pagamento da dívida interna brasileira; manteve a hipótese também de até de empregar esses recursos em projetos de reforma agrária. E falou também de projetos que estariam no Plano Plurianual.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, eu disse a ele que ficava bastante preocupado, porque o meu Estado, como, aliás, grande parte dos Estados onde a Vale atua, face a esse Relatório da ONU, do IPEA, estava em uma situação muito difícil. Vamos parar na Índia mesmo, como já está o Nordeste, segundo esse Relatório da ONU, do IPEA. Vamos ver se não estamos na Bulgária, em que pese cerca de 70% ou mais do patrimônio da Vale do Rio Doce estar situado no meu Estado. Daí a minha preocupação, por ser representante do Estado do Pará, tendo, portanto, o dever de estar preocupado com a sorte do meu Estado.

E o Presidente do BNDES disse que esses recursos seriam aplicados de acordo com o Plano Plurianual. Tive a oportunidade de mostrar ao Presidente do BNDES o Plano Plurianual, que estava em minhas mãos, por coincidência. E o Pará foi simplesmente excluído do Plano Plurianual. Não bastasse estarmos na Índia, fomos excluídos. Aí, o Presidente do BNDES disse-me, de certa forma, para espanto meu, que a orientação não era o Plano Plurianual que ele tinha colocado na sua exposição. Fiquei preocupado, porque parece-me que para um agente governamental o Plano Plurianual é um instrumento de trabalho, mas ele disse que a sua bíblia não era o Plano Plurianual, era um trabalho do Dr. Eliezer Batista, que tem o título *Infra-Estrutura e Integração da América Latina*. Dizia ele: Já existe uma cópia com V. Ex^a, onde o seu Estado está bastante citado e aquinhado. Como o trabalho que ele entregou estava em inglês, eu pedi a quem pudesse tecnicamente traduzi-lo, o que foi feito. Também não estamos na bíblia do Presidente do BNDES. No caso, no trabalho do Dr. Eliezer Batista não há isso; estamos muito prejudicados nesse trabalho. Reconhecemos o Dr. Eliezer como um dos homens mais preparados deste País, ele manda desprezar, considera como equívoco algumas obras infra-estruturais realizadas na Amazônia, como o caso da Santarém-Cuiabá, que seria o grande corredor de exportação de todo o Centro-Oeste brasileiro, tendo Santarém como porto, e também a Transamazônica, onde, só no meu Estado, residem, hoje, mais de 1,5 milhão de pessoas. E toda solução é via Rio Madeira, dando quase que uma volta ao mundo para o outro lado da Amazônia, para toda a exportação de soja do Centro-Oeste e a saída pelo Rio Amazonas.

Então, Sr. Presidente, vejo que houve uma evolução muito grande nesse processo. Compreendo o esforço do Senador Vilson Kleinübing de procurar uma forma conciliatória, já que o Senado representa os Estados, no sentido de que esses recursos não sejam dirigidos para abatimento da dívida pública interna. Quem defender o pagamento de dívida pública interna com isso aqui pode ser intemado em um hospício. Aliás, estou cometendo um exagero. Não vou fazer isso porque o Diretor do Banco Central, Dr. Gustavo, defende isso e não quero ver, absolutamente, uma coisa dessa natureza, porque cometi um exagero. Peço desculpas, Sr. Presidente. Que esse dinheiro não seja utilizado para pagar a dívida externa – aí já não é nem mais a dívida interna, mas a dívida externa. Aqui há uma manifestação do Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Dr. Gustavo Franco, já dizendo que os recursos da Vale deveriam ser empregados na dívida externa.

O resultado, segundo está previsto, seria de 6 bilhões, em recursos. Só no mês de maio o Governo emitiu em títulos, por causa da dívida interna, no valor de 10 bilhões. De forma que não posso entender, de forma alguma. A minha preocupação é, inclusive, de lealdade ao Presidente da República, a quem já disse isso. Não quero, absolutamente, que, no futuro, sejamos acusados de termos cometido, até de boa-fé, um tremendo prejuízo para o País: vender as ações da Vale, alienar a Vale do Rio Doce, ficar com R\$6 bilhões, pulverizá-los e, ao final, perguntarmos o que resultou concretamente disso. É um drama isso, discutindo essa questão com seriedade. E quero reconhecer o esforço do Senador Vilson Kleinübing, que procura, em seu parecer, buscar um consenso. Mas confesso que continuo muito preocupado, até porque o Senador Kleinübing encampa o que, na verdade, foi dito aqui pelo Presidente do BNDES que o que ele desejava era criar novas Vales. Isso, como idéia, é muito interessante, nós desejamos, apesar de ser uma contradição, porque, se desejamos, se estamos desestatizando, como é que vamos criar novas Vales, para depois entregarmos para a iniciativa privada.

Quer dizer, isso está indo na contramão, porque toda política de desestatização é fazer com que o Estado brasileiro fique enxuto de tal ordem que possa se preocupar com o que é considerado essencial: educação, saúde, segurança pública, essas questões que seriam essenciais.

Como imaginamos apanhar uma quantia de R\$6 bilhões e, a partir desse valor, criarmos novas Vales? Vamos criar a Vale Turismo, a Vale Hidrovia,

a Vale Sul. Não sei como esse dinheiro vai esticar tanto para satisfazer esse pleito justo de todos nós, do companheiro Elcio Alvares, do Espírito Santo, que tem o dever também de defender, pois a Vale também está no Espírito Santo; de companheiros do Maranhão, de Sergipe. A minha preocupação é que considero esse valor hipotético que até hoje não foi esclarecido, porque estamos vindo de informação a informação, sem absolutamente nenhuma segurança.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que chego a esta reunião para manifestar, já que me envolvi neste episódio...

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Jader Barbalho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JADER BARBALHO - Pois não.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Jader Barbalho, a expressão novas vales não quer dizer que, necessariamente, seriam empresas idênticas, em porte menor, à Companhia Vale do Rio Doce. A idéia generalizada que tem ocupado espaço, principalmente na simpatia dos Senadores, e me incluo no Estado onde esta companhia é uma das maiores potências econômicas, é exatamente, através de mecanismos de desenvolvimento, termos apoio aos projetos regionais que beneficiam o nosso Estado. Eu mesmo, como Líder do Governo, seria contrário; seria até um contra-senso. Estamos dentro de um programa de privatização. Vendemos a Vale e criamos uma outra pequena Vale? De forma que eu gostaria de fazer essa colocação porque, no próprio Espírito Santo, onde o Governo é do PT, tenho dito com toda a clareza que, se o dinheiro for revertido para um projeto regional que dê apoio a nossa economia, acho que seria a grande solução, já que a política de privatização é uma política moderna.

O SR. JADER BARBALHO - Agradeço a intervenção de V. Ex^a, visto que, creio, todos estamos preocupados com isso. A minha manifestação é de preocupação. Já disse isso em conversa com o Presidente da República. O que me preocupa é alienarmos esse patrimônio e, depois, os recursos serem de tal ordem pequenos que não sirvam para substituir, junto à população brasileira, por um projeto que justifique um resultado que valeu para alguma coisa.

Sobre essa questão de Vales, a Dr^a Helena Landau, que ontem tomou pública a sua demissão, durante uma palestra promovida, no Rio, pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, lugar, seguramente, inadequado para fazer tal anúncio, ela disse que o Governo vai usar o dinheiro com a venda da Companhia Vale do Rio Doce para criar pequenas Vales.

Sr. Presidente, esses recursos, no meu entendimento...

O SR. VILSON KLEINÜBING - Senador Jader Barbalho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JADER BARBALHO - Com o maior prazer.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Antes de falar sobre o parecer e a posição final sobre o projeto, gostaria de fazer algumas observações sobre as palavras do Senador Jader Barbalho que considero pertinentes.

Primeiro, o que os técnicos devem definir? O que os políticos devem definir? Os técnicos têm que definir as necessidades; nós, políticos, temos que definir as aspirações do povo. Quando os técnicos dizem que vão fazer isso, vão fazer aquilo, estão trabalhando em cima de números. Ninguém melhor para verificar quais são as necessidades de algum dado do que os técnicos. Nós, que já governamos, mandamos os técnicos examinarem. Depois, nós, políticos, com todas as observações citadas em nosso trabalho, a nosso respeito, nós é que temos que ter a capacidade de enxergar exatamente qual é a aspiração do povo. Não é a minha aspiração, a do meu grupo ou da minha empresa. Baseado nisso, acho que o Congresso deve ter a oportunidade de definir onde aplicar esses recursos. Como está hoje, o Congresso já autorizou o Executivo a vender a Vale. E hoje o Executivo tem condições de aplicar os recursos onde bem entender, especialmente para pagar a dívida, se o Senado for fazê-lo.

O que o Senador José Eduardo Dutra coloca em seu projeto é que devemos ter um pouco de controle sobre esse processo. O projeto de S. Ex^a não é contra a privatização, porque, se o fosse, teria que ser claro: um projeto contra a privatização. Mas o projeto de S. Ex^a é controlar, controlar sem atrapalhar. Fiz uma modificação. Se, por acaso, a modelagem da privatização não for aquilo que consideramos adequado para o País, podemos impedir, por todas as formas, que esse edital seja publicado, muito embora a modelagem já tenha sido discutida em outra reunião aqui, em que o Presidente da Vale do Rio Doce e do próprio BNDES aqui compareceram para explicar exatamente a modelagem, o que acabou por convencer muitos Senadores de que a linha estava correta. O segundo aspecto é onde aplicar os recursos.

Quero dizer, Senador Jader Barbalho, que sou funcionário de uma estatal. Não sou dono de empresa nenhuma, não sou sócio de firma nenhuma; vivi a minha vida inteira como funcionário público em uma

estatal. E digo isso como ex-Governador de Santa Catarina. Só temos uma região pobre em Santa Catarina: onde tinha a estatal. Quando fui Governador, concordei que se vendesse. Felizmente, fiz isso. Agora, aquela região está ficando rica, estão aparecendo investimentos privados, grandes investimentos.

Quando a estatal é para dar origem ao processo de desenvolvimento, concordo. Este o sentido da expressão novas Vales. Se, por acaso, a Ferrovia Norte-Sul for uma nova Vale, nesse contexto de que vai gerar desenvolvimento, de que tem que ser uma estatal, ótimo. Vamos fazer uma estatal para isso. Criar a Vale dos Grãos significa criar a Araguaia-Tocantins, uma série de aeroportos, não sei onde. Não conheço bem esse projeto do Norte. O que estou evitando aqui é que esse dinheiro da Vale vá para o Sul, para o Sudeste; esse dinheiro da Vale é para ser aplicado na Região Norte e Nordeste, onde a Vale atua.

Por último, Senador Jader Barbalho, quando o dinheiro da venda da Vale for apurado, o Congresso é que vai definir, especialmente o Senado, onde aplicar esses recursos. V. Ex^a sabe perfeitamente que a lei que estamos desenvolvendo aqui vai tramitar no Senado, vai passar pela Câmara dos Deputados e o Presidente ainda tem o poder de sanção e de veto.

Esses os cuidados que procurei ter nessa modificação feita no substitutivo. O substitutivo não impede uma decisão que o Congresso já tomou, de autorizar a privatização. O Executivo já tem essa autorização. Pelo contrário, o substitutivo nos dá o direito de conhecer, em primeiro lugar, o que vão fazer. Pode-se criar um movimento contrário se, por acaso, forem fazer um grande equívoco ou alguma loucura.

Em segundo lugar, trazer ao Congresso, e que nós autorizemos, dentro desse espírito, que novas estatais, aí sim, que possam criar desenvolvimento em determinadas regiões, possamos aplicar estatais, **joint-ventures**, etc, dessa forma.

Essa a opinião que quero acrescentar ao seu discurso.

O SR. MAURO MIRANDA - Senador Kleinübing, eu gostaria de um aparte, se for possível.

Dentro desse espírito e completando o que o Senador Jader Barbalho falou, sugiro a V. Ex^a que retire esse parágrafo, pois sua interpretação é dúbia, sua redação não é boa. No parágrafo seguinte, explica-se, com muita precisão, qual é a iniciativa que deve ser tomada em relação à Vale.

O SR. (Não Identificado) - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. MAURO MIRANDA - No relatório. Mas é bom ficar fora do relatório esse texto, pois acho que não modifica nada.

O SR. JADER BARBALHO - Senador Vilson Kleinübing, em primeiro lugar não tenho maiores reparos a fazer às suas observações. Depois de tantos anos de vida pública, não utilizo mais o instrumento da ação preconceituosa. Não tenho absolutamente nenhum preconceito em relação a determinadas linhas, sejam do Poder Público, sejam da iniciativa privada.

Sr. Presidente, deixo claro meu posicionamento em relação ao assunto: considero que a questão da modelagem até hoje não foi devidamente esclarecida. Da última vez que o Presidente do BNDES aqui veio, fiz questão de participar da reunião, mas não houve esclarecimento sobre a questão. Os jornais também não apresentam quais as modelagens que são propostas. Ouço dizer que não poderão participar empresas que em nível internacional possam ter algum interesse em relação à Vale.

Foi levantada por alguns Senadores a questão de como controlar hoje, no jogo da economia internacional, essa situação. Falou-se também que clientes ou concorrentes da Vale não poderiam participar através de terceiros. O que me preocupa é exatamente o valor da alienação da Vale do Rio Doce, que também não foi estabelecido, deve estar em torno – é apenas uma hipótese – de R\$12 bilhões. Portanto, o resultado máximo seria de R\$6 bilhões, que seriam divididos pelos Estados onde a Vale está presente.

Registro, até para manter coerência em relação à preocupação com o assunto, que levarei o debate à Bancada do PMDB, seja qual for a decisão desta Comissão. Assim, poderei dividir com os companheiros a responsabilidade sobre essa questão, que não é de natureza ideológica, partidária. Há divergências. Há, no entanto, a preocupação de que o Senado, no caso, e o Congresso Nacional possam intervir em cada caso. Já foi dada no Governo Collor autorização para a política de desestatização. Aliás, é dever do Congresso não só alertar o Presidente da República, mas interferir, até porque as coisas não são imutáveis. Se fossem, não estaríamos pretendendo reformar a Constituição de 1988, tão recente. Houve a revisão constitucional, e as próprias autoridades que hoje se encontram no Executivo e que lideraram a redação da Constituição de 1988 reconhecem que foi um equívoco.

Então, o fato de existir uma lei que autoriza a desestatização não deve absolutamente invalidar uma intervenção nossa neste momento. Reconheço que há uma autorização legislativa, mas acho que é nossa obrigação, principalmente face à política de juros que aí está, intervir. Quando se verifica que em um mês o Governo emitiu R\$10 bilhões para pagar dívida interna, pode-se pensar que em um mês vão entrar R\$6 bilhões, que provavelmente serão pulverizados. É uma preocupação a possibilidade de isso não resultar em nada de concreto.

Até hoje, para mim pelo menos, não foi provado que a Vale cause problemas para o Erário, que a Vale seja uma empresa ineficiente, nem mesmo que não haja possibilidade de se criar legislativamente mecanismo pelo qual a Vale continue a investir no País, a investir em produção, a gerar empregos. A preocupação é exatamente buscar um caminho.

Não quero, absolutamente, ser dono da verdade; quero apenas manifestar que me encontro ainda cheio de preocupações, apesar de todo o esforço feito desde agosto do ano passado para entender qual o resultado prático e objetivo para o País dessa alienação. Se se tratasse de uma empresa deficitária, se estivesse causando problemas, se não tivesse capacidade de alavancar recursos, de buscar sócios, eu compreenderia. Mas não é o que acontece: a Vale está cheia de sócios japoneses e de outras nacionalidades, que trazem recursos ao País. Então, trocar isso por seis bilhões, em nome de quê? Pulverizar-se? Preocupa-me, por exemplo, colocar isso no Orçamento da União. Se nós dos Estados menores, de força menor, como ocorreu no meu Estado, que apesar de ser dirigido por um Governador do PSDB, quando fomos ler o Orçamento enviado ao Congresso, foi horroroso o que aconteceu no Pará, este ano. Unimo-nos para tentar recuperar. Se fosse um Governador de outro Partido, poder-se-ia até imaginar que algum desatualizado dos novos tempos estivesse fazendo perseguição política. Fomos excluídos do Plano Plurianual do Governo Fernando Henrique.

Tudo isto nos preocupa. Amanhã, esses seis bilhões entram no Orçamento; colocam aquilo que teríamos direito normalmente – já estão aquinhoados! – e, no final, fica o quê? Manifesto minha preocupação a respeito do assunto. Levarei à Bancada do PMDB e não queria, de forma alguma, que houvesse uma surpresa em relação ao tratamento dado. Entendo e quero louvar – não é gentileza da minha parte – o esforço do Senador Kleinübing em tentar buscar um caminho de consenso, mas deixo bem

claro para a Comissão, apesar de todo o esforço de leitura, de ter vindo participar de reuniões sobre este assunto, que não consigo, até agora – pode ser que seja defeito e deficiência minha – entender qual o resultado prático e objetivo para o País dessa alienação.

Era a manifestação que eu queria fazer, Sr. Presidente, alertando os companheiros da Bancada do PMDB, que evidentemente estão liberados para votar aqui na Comissão. Levarei, como Líder, este assunto à consideração da Bancada, por entender que este é um assunto da maior importância para a sociedade brasileira. Não estou disposto a assumir isoladamente a responsabilidade no Senado na condução deste assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de tudo, quero dizer que compartilho das mesmas preocupações do Senador Jader Barbalho. Temos que ter, nesta Comissão de Infra-Estrutura, absoluta consciência de que as ponderações que o Senador Jader Barbalho traz S. Ex^a já as compartilhava desde o ano passado com muitos de nós mesmos, entre eles o próprio Senador Elcio Alvares, Líder do Governo no Senado.

Na última reunião, em função de sua ausência em Brasília, o Senador Jader Barbalho não pôde participar da Comissão, como faz rotineiramente – mesmo não sendo titular, tem procurado estar presente. Naquela reunião, pedi vista do processo.

Quero dizer aos Senadores Jader Barbalho e Vilson Kleinübing e aos membros desta Comissão qual o meu pensamento neste momento. Vamos partir de um projeto de País onde todos defendam a idéia – é claro que respeito aqueles que, eventualmente, divirjam deste projeto, mas estou raciocinando aqui com os Partidos que dão sustentação política a este projeto de país Liderado pelo Presidente Fernando Henrique – de que o capital privado invista nos setores produtivos da economia e que o Estado tenha menos funções mas, em compensação, cumpra com mais eficiência essas missões básicas.

Umas das missões básicas do Estado, ao contrário do que muitos pensam – não é incoerência – é intervir na economia para fomentar o desenvolvimento, principalmente em regiões menos desenvolvidas, até para buscarmos um modelo de desenvolvimento nacional mais harmônico.

O que o Estado brasileiro fez nas décadas de 40, 50 e 60 foi uma intervenção, notadamente através de investimentos das suas empresas estatais,

na área da mineração, energia elétrica e telecomunicações. E este modelo de Estado foi fundamental para que o País, que viveu 450 anos de uma economia agrícola, se industrializasse. Fizemos nossa revolução industrial, no Brasil, a partir de uma intervenção direta do Estado, e este modelo foi extremamente importante, ou não teríamos tido Três Marias, a CSN, a construção de estradas, e o País teria continuado a ser absolutamente litorâneo, sem produção industrial própria. Esse modelo de Estado, por uma série de indicadores que nos são claros, cumpriu a sua missão. O que se deseja, neste momento, é fazer com que o Estado brasileiro deixe de investir em algumas áreas, que o capital privado pode assumir com rentabilidade e eficiência, e retome sua função de regulação.

Daremos o exemplo da energia elétrica. Houve um tempo em que ou o Estado brasileiro construía, com o seu dinheiro, usinas hidroelétricas, ou não tínhamos energia. Hoje, é possível atrair o setor privado para construir usinas e deixar que o Estado brasileiro apenas fixe tarifas e qualidade de serviço.

Estamos de acordo, no caso do setor elétrico, em que o setor privado construa usina e o Estado brasileiro fixe tarifa e qualidade de serviço, fiscalize e utilize na construção de escola o dinheiro que seria usado para construir usina. Esse é o novo modelo de Estado para uma nova época, o qual não daria certo na década de 50. Era preciso, naquele momento, a intervenção do Estado para fomentar o desenvolvimento. Nisso estamos de acordo.

Passemos ao caso da Vale do Rio Doce, que atua, com eficiência, em alguns Estados brasileiros. O projeto do Senador Vilson Kleinübing responde à pergunta que se faz, cuja resposta ainda não foi dada. Será possível atrair o capital privado para o Pará, o Espírito Santo e outros Estados brasileiros e realizar exatamente o mesmo fomento ou promover o desenvolvimento, conforme a Vale faz hoje?

Se, até sexta-feira, o dono majoritário das ações da Vale era o Estado brasileiro e, a partir de segunda-feira, passou a ser o setor privado, as perguntas que faço são as seguintes: diminuirá o número de empregos? Diminuirá a atividade econômica? Vamos admitir que a modelagem oferecida pelo Governo brasileiro nos garanta – a todos nós, que fazemos vida pública – que os Estados brasileiros não perderão nada, ou seja, que a população brasileira não perderá. O capital privado tem interesse em entrar nessa atividade que hoje é rentável, portanto, dará continuidade à exploração desses serviços, e todas as vantagens usufruídas por essas populações continuarão inalteradas. Estou admitindo isso.

Se isso for verdade, a segunda questão é a seguinte: o Estado fará o que com esse dinheiro? Nesse momento, dou toda a razão para o Senador Jader Barbalho e interpreto as palavras do Senador Vilson Kleinübing: "outras Vales" não é no sentido de outras empresas estatais, mas de outras ações indutoras de desenvolvimento.

Chegará o momento de se fazer esta pergunta: no Estado do Pará, existem ações públicas, que, embora possam custar muito mais do que a Vale, sob a ótica do Estado, realmente são importantes? Por exemplo, quer-se construir uma hidrovia. É possível construir estradas e fazer investimentos públicos em alguns Estados da Federação, de tal forma que a população, que não perdeu nada com a transferência do controle acionário da Vale, ainda ganhe investimento em infra-estrutura, o que não ocorreria de outra maneira, porque não há recurso.

Estou falando de uma tese da qual tenho dúvida, e tenho direito de tê-la. No entanto, o Senador Vilson Kleinübing – é isso que considero importante no seu projeto – cria dois itens fundamentais: primeiro, diz ao Governo – essa é a mensagem do projeto – que não estamos querendo fazer sinalização internacional contra a atração do capital privado nos setores produtivos da economia. Na minha opinião, o projeto original do Senador José Eduardo Dutra criava essa sinalização; portanto, pessoalmente, eu não o apoiaria. Segundo, diz que temos dúvidas quanto ao preço, à modelagem, à forma de aplicação desse dinheiro, aos projetos de infra-estrutura.

Quero saber se o Senador Elcio Alvares, quando descer no aeroporto de Vitória, dirá à população do Espírito Santo que não haverá perda de emprego, porque os novos controladores da Vale darão continuidade às atividades hoje em curso; que fará alguns investimentos importantes para o Estado com esse dinheiro. É preciso que S. Ex^a tenha segurança disso e não corra o risco, como disse o Senador Jader Barbalho, que tem razão, de que isso conste no Orçamento de forma fictícia, porque os orçamentos brasileiros, com déficit público, não estão sendo executados. Obviamente, as regiões atendidas não têm essa infra-estrutura. Com base nisso, o Senador Vilson Kleinübing definiu que, trinta dias antes de publicar-se o edital, é necessário mandar para o Senado a modelagem, com vantagens e desvantagens. Fazendo uma comparação, percebe-se que, dependendo do modelo, vai-se receber mais ou menos. Há que se analisar a idéia sob a ótica do interesse nacional e sob a ótica do desenvolvimento regional que se quer fomentar. Deve-se verificar se é vantagem e

se realmente temos elementos que nos dêem segurança de que as atividades econômicas desenvolvidas pela Vale não vão se modificar e de que, além disso, haverá determinadas prioridades de infra-estrutura efetivamente executáveis.

Se aprovado o projeto do Senador Vilson Kleinübing, no momento em que o Governo mandar esse trabalho para o Senado, na minha opinião, será o momento de discutir objetivamente, com dados que hoje não existem, porque o BNDES não foi capaz ainda de concluir os estudos, de analisar e de verificar se é vantajoso ou não. Se não for vantajoso para o interesse nacional, sem prejudicar nenhum processo de atração de capital privado, haverá elementos para se dizer ao Governo Federal, ao Presidente que, talvez em termos comparativos, esse projeto não seja vantajoso, ou seja, que depende de outro projeto que nos deve ser apresentado.

Já se criou o momento da discussão efetiva do evento, mas hoje a liberação é total. Criou-se um modelo dentro de uma forma politicamente aceitável e capaz de ser aprovada no Congresso Nacional. Tivemos ontem um trabalho forte no sentido de convencer as autoridades do Governo de que é importante aceitar a imposição colocada no relatório do Senador Vilson Kleinübing. Os jornais, inclusive, publicaram que havia resistência de setores do Poder Executivo em aceitar isso. Ficamos grande parte da noite de ontem convencendo pessoas de que era preciso estabelecer isso desde logo, pois, mais tarde, pode ser vencida a barreira, e o Senado pode ficar absolutamente convencido da importância da atração do capital privado para esse setor e das obras de infra-estruturas – e é importante frisar, Senador Jader Barbalho -, provavelmente até maior do que o valor. Se formos convencidos disso no momento certo, é preciso estabelecer-se que, na pior das hipóteses, todos os recursos advindos da atração do capital privado para esse setor – que, há trinta anos, precisava de intervenção do Estado e que hoje eventualmente pode não precisar – serão aplicados em infra-estrutura, em projetos de fomento de desenvolvimento, por intermédio da infra-estrutura, naqueles Estados que hoje são beneficiários da atuação econômica da Vale.

O projeto do Senador Vilson Kleinübing melhora, pois, a realidade presente por algumas razões. Por lei, hoje, pode-se vender a Vale e fazer-se o que se quiser. Ele estabelece que, se houver venda, deve-se aplicar tudo em infra-estrutura, em novos projetos de fomento de desenvolvimento, na expressão da verdade.

Estabelece ainda o projeto que, trinta dias antes do edital, devem ser mandadas ao Senado as modelagens, as aplicações e o projeto do Governo para se vender ou não a Vale. Se esse projeto nos trazer elementos de convencimento, ótimo. Se não trazer, teremos os instrumentos hábeis de fazer com que o Governo repense essa questão.

Assim, dou inteira razão às preocupações trazidas pelo Senador Jader Barbalho. Penso que elas procedem e que estão com a ótica do interesse do desenvolvimento nacional. Mais do que isso, penso que o Senador Jader Barbalho, com essas suas colocações, interpreta o pensamento da grande maioria de Senadores desta Casa. Exatamente por acreditar nisso, entendo que o mecanismo encontrado pelo Senador Vilson Kleinübing, ao criar esses dois pontos fundamentais, dá os instrumentos para que o Senado e o Congresso participem dessa discussão antes do processo decisório. É por essa razão que estou apoiando o projeto.

O SR. MAURO MIRANDA - Senador José Roberto Arruda, gostaria de saber se teremos condições de reverter o edital depois da sua chegada, em função desses dados. Quais são os mecanismos pelos quais teremos condições de suspendê-lo?

O SR. VILSON KLEINÜBING - Senador, a modelagem, conforme foi explicada pelo Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, está sendo feita em conjunto com a Vale do Rio Doce, BNDES e empresas consultoras que foram contratadas para fazer essa modelagem. O projeto está em andamento, devendo terminar em setembro ou outubro.

É evidente que, no BNDES, não há simplesmente pessoas que não tenham um mínimo de espírito público ou de patriotismo, mas, mesmo que se corra esse risco, o projeto prevê que tem de nos encaminhar com 30 dias de antecedência, antes de publicar no **Diário Oficial**, antes que a comunidade que tem interesse na alienação da Vale do Rio Doce tome conhecimento disso. Temos 30 dias, se houver algum equívoco, se houver alguma proposta contrária aos interesses nacionais, ou que não coincida com aquilo que já foi dito na Comissão, temos autoridade suficiente para ir ao Presidente da República e dizer: pare com isso. Agora o Senado da República quer que pare. Não devemos usar artifícios para parar.

Não gosto muito de citar frases dos outros, mas Carlos Lacerda dizia muito isto: "O ruim não é mudar de idéia, o ruim é não ter idéia para mudar as coisas". Ficar sempre no mesmo modelo!

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Com a palavra o Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO – O fato de o controle acionário mudar do Estado para particulares parece-me que teve como objetivo melhorar ainda mais o desempenho da Vale. Todas as regiões do País onde a Vale está situada, teoricamente, vão continuar recebendo os benefícios dela. Os recursos injetados na Vale são da Nação brasileira; não são das regiões onde a Vale está implantada. O que era válido há 30 anos já não é válido hoje.

Penso que os recursos oriundos da transferência do controle acionário da Vale para os particulares deveriam ser aplicados em projetos de desenvolvimento, onde a Nação necessitar e não especificamente onde está situada a Vale, porque essas áreas onde ela está situada não vão ficar privadas dos seus efeitos benéficos.

Estamos discutindo esse assunto como se ao vender a Vale a Nação a perdesse. Absolutamente, isso não vai ocorrer. Vamos transferir o controle acionário da Vale no sentido de ela melhorar e de esses recursos que a Nação receber serem aplicados em novos projetos de desenvolvimento.

Estou de acordo com o parecer, mas penso que não devíamos determinar onde vamos aplicar esses recursos da Vale. Esse é um assunto que deve ser estudado em termos de interesses da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Bonifácio.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi atentamente as explicações dos vários companheiros. Como homem da Região Norte e pensando bem no que disse o Senador Jader Barbalho, fiquei muito preocupado com o problema da Vale do Rio Doce, principalmente porque acredito que ninguém neste País sabe o valor dessa Companhia, que detém, segundo a justificativa do Senador José Eduardo Dutra, concessão para explorar ferro, que pode durar mais 400 anos em Carajás.

Recentemente, foi descoberta uma mina de ouro em Serra Leste, no Estado do Pará, cuja extensão ninguém sabe qual é. O Governo Brasileiro, sem necessidade, sem precisão nenhuma, talvez vá jogar na mão da iniciativa privada, nacional ou estrangeira, uma fortuna incalculável do povo brasileiro.

Admito que o País precisa de privatização, mas precisa privatizar aquelas empresas públicas que não estão dando lucro ou que estão empatadas. Não é necessário correr para vender a Vale do Rio Doce nem a Petrobrás. Acredito que, na dúvida, o Senado da República deve é proibir qualquer nego-

ciação sobre a privatização da Vale do Rio Doce e da Petrobrás. Este pode até ser um momento histórico para esta Legislatura. O Senado, no meu entendimento, deve ser totalmente contra qualquer espécie de negociação para essa privatização.

Podemos ser responsabilizados no futuro; as futuras gerações deste País podem nos cobrar isso. Se vamos tirar do Terceiro Mundo deste País – porque temos três mundos dentro do Brasil, segundo a ONU – a fortuna que representa a Vale do Rio Doce para entregá-la na mão de terceiros da iniciativa privada, poderemos ser responsabilizados por isso.

Penso que o projeto do Senador José Eduardo é até acanhado. O Brasil precisa hoje que nós, representantes desta Legislatura, proibamos qualquer possibilidade de privatização da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, mesmo porque elas não têm preço e são, antes de tudo, um patrimônio do povo brasileiro, construído com muitas dificuldades.

Posiciono-me contra a privatização da Vale do Rio Doce e, posteriormente, da Petrobrás. Porque, se privatizarmos hoje a Vale, amanhã estaremos privatizando também a Petrobrás. E o Brasil não ficará com qualquer empresa pública que seja, deficitária ou não. O que deu certo no nosso País também cairá no buraco negro em que estão se tornando os recursos brasileiros.

Há dias, autorizamos R\$7,5 bilhões para São Paulo. Se vendermos a Vale do Rio Doce, esse recurso não será suficiente nem para São Paulo; e nós não teremos dinheiro e nem a Vale, que não valerá nada.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente e Srs. Senadores, por princípio, tenho definido a privatização na sua forma global. Mas, no que diz respeito à Companhia Vale do Rio Doce, no momento estratégico por que passa o País, em que setores importantes como o setor rural e o sistema financeiro passam por complicações graves e repercussões muito grandes na nossa economia, penso que vender a Vale é um equívoco sem precedentes na História do Brasil. Essa é minha opinião.

Parabenizo o Senador Vilson Kleinübing, um estudioso do assunto, pelo seu esforço de tentar conciliar assuntos tão contraditórios.

Faço minhas as preocupações do Senador Jader Barbalho, quando afirma que um Estado importante como o Pará fica excluído do Orçamento da União e no Plano Plurianual. Realmente é uma preocupação, porque não vemos como o País pode se

desenvolver harmonicamente se não tomarmos uma atitude para diminuir essas desigualdades regionais.

Quando a Nação resolve transferir para o Estado mais rico e poderoso, São Paulo, cifras importantes de mais de R\$15 bilhões, consideramos uma temeridade vender a Vale por R\$6 bilhões, que serão fatalmente diluídos neste universo e nestas transformações por que passa a economia. Entendo que a Vale do Rio Doce deve ser preservada, em nome da melhoria e do combate das desigualdades regionais do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, aqueles que combatem o programa de desestatização costumam reduzir a questão a um falso dilema. Dizem que se pretende acabar com o Estado interventor para, em seu lugar, colocar o Estado ausente na sociedade. Esta seria uma redução muito simplista do problema da desestatização.

O que se procura, com efeito, é redefinir o papel do Estado, adequar o Estado aos novos tempos em que o Brasil vive. Se queremos uma Nação desenvolvida e com justiça social, não se justifica que o Estado tenha que permanecer com o mesmo perfil, com o mesmo tipo de atuação que tinha nos anos 50 e 60. Para nós fica cada vez mais difícil entender um Estado produtor de queijo e manteiga, como, por exemplo, existia em Pernambuco.

A Companhia de Industrialização de Leite de Pernambuco – Cilpe, com funcionários públicos produzindo manteiga e queijo a um preço que só Deus sabe, obrigava, mensalmente, o Governo estadual a ter que injetar recursos para cumprir a folha de pagamento da Cilpe. Enfim, privatizamos a Cilpe e deixamos de colocar milhões de reais, obrigatoriamente, na folha de pagamento da empresa, e ela, hoje, é uma empresa privatizada, moderna, competitiva, que paga todos os impostos, o que não acontecia quando era estatal.

Enquanto o Estado produzia manteiga e queijo, crianças morriam nos ambulatórios da minha cidade, velhos eram abandonados e passavam privações nos asilos por falta de recursos públicos. Não entendo um Estado que deveria prover saúde para a população, e, ao contrário, a população, ao procurar essa saúde, encontra a morte, como aconteceu na hemodiálise de Caruaru ou nos asilos do Rio de Janeiro. Isso significa que queremos que o Estado se

ausente totalmente da atividade econômica ou da intervenção da sociedade? Não. O Estado já teve o seu papel com a Vale do Rio Doce, desbravando fronteiras, abrindo novas áreas de desenvolvimento para o País, por meio do trabalho pioneiro de exploração, de pesquisa, de montagem de projetos viáveis que conseguiram, inclusive, parceiros internacionais.

Será que não está em tempo de o Estado, com a entrada de sua nova função, entregar esses projetos já consolidados à iniciativa privada, que tem competência e que continuará produzindo riquezas para o País, e o Estado se voltar para as suas fronteiras naturais, prestando educação, saneamento – que é saúde – e justiça à população?

Não se justificam os milhares de projetos acumulados e a justiça sem ser praticada; não se justifica termos 18 milhões de analfabetos neste País, nem termos oito milhões de crianças sem escola; não se justificam velhos nos asilos, mortos por instituições que recebem dinheiro do SUS; não se justifica o espetáculo vergonhoso de pessoas humildes que vão para a hemodiálise buscar saúde e encontram a morte, numa entidade que recebe dinheiro do SUS.

Eu gostaria de sintetizar dizendo o seguinte: temos que redefinir o novo papel do Estado. Não queremos o Estado ausente, queremos o Estado presente, mas presente naquelas atividades próprias do Estado – educação, saúde, saneamento, incentivo ao desenvolvimento. Não queremos o Estado empresarial, o Estado dono de hotéis, de motéis, de fábricas de queijo, de manteiga, de prego, de parafuso. Não é essa a função do Estado. Sua função é assegurar os direitos dos cidadãos, aquilo que de mínimo se exige para que o cidadão tenha uma vida digna.

Sou, portanto, favorável ao projeto, porque vejo nele uma mudança na forma que se pretende ter para o Estado moderno em nosso País. Com os cuidados que o Relator apresentou, o dinheiro gerado por essa privatização deverá ser carregado para a infra-estrutura nos Estados onde a Companhia Vale do Rio Doce atua e para aquelas regiões onde há necessidade de investimentos para o seu desenvolvimento.

Temos casos específicos. Na Hidrovia do São Francisco, no Governo Geisel, construiu-se uma eclusa em que se foram aplicados US\$200 milhões. Hoje, faltam US\$10 milhões para fazer com que aquela hidrovia funcione integralmente, e não existe esse recurso. Gastaram US\$200 milhões em uma obra fantástica, que é a eclusa, e hoje o Governo diz

que não tem US\$10 milhões para terminar as obras do porto e alguns acessos para fazer do Rio São Francisco uma verdadeira hidrovia.

Enquanto isso, o Estado é detentor de hotéis, de motéis, de fábricas de confecção, de fábricas de parafuso, de prego, de facas de queijo, de manteiga. Penso que esse tipo de atividade não é função do Estado, porque a iniciativa privada no Brasil já tem condições de bem desempenhar essas funções com competitividade. E a Vale do Rio Doce preparou um elenco de projetos que estão aí, que já podem ser passados para a iniciativa privada, aumentando a competitividade dentro desse setor. Quando não havia competitividade, quando não havia interesse da iniciativa privada, a Companhia Vale do Rio Doce compareceu e fez um bom trabalho. Mas agora é hora de a Vale sair, entregar esses setores à iniciativa privada e buscar novas fronteiras, no Pará, no Acre, em Rondônia, em Pernambuco, no Nordeste, enfim, nas regiões que estão precisando ainda da presença desbravadora e pioneira do Governo para lançar a infra-estrutura necessária para a retomada do desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, talvez fosse até desnecessário qualquer intervenção, uma vez que o assunto já foi tão esclarecido. Contudo, em função do papel que também exerço, na qualidade de Presidente da Confederação Nacional da Indústria, e claramente uma posição de privatização, de redefinição do papel do Estado, bem colocado aqui pelo Senador Joel de Hollanda, eu apenas queria tocar em dois pontos.

Primeiro, são procedentes as preocupações aqui externadas pelo Senador Jader Barbalho, principalmente porque há uma certa incoerência por parte do Governo quando define privatizações. A própria Vale do Rio Doce participa da privatização de ferrovias como acionista. Isso não dá para entender. É uma absoluta incoerência, mas não é suficiente para que mude o meu ponto de vista de que a privatização deva-se realizar, e o mais rapidamente possível. Esse é um reclamo da sociedade brasileira e, principalmente, do setor privado.

Entendo que o projeto substitutivo do Senador Vilson Kleinübing define de maneira clara a aplicação desse recurso e deixa, sobretudo, margem para que, no futuro, o Senado Federal venha a corrigir possíveis distorções.

Então, queria apenas externar meu ponto de vista e dizer claramente que me manifesto favoravelmente ao substitutivo do Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Senador Geraldo Melo quer usar da palavra?

(Pausa.)

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou um dos subscritores, juntamente com o Senador José Eduardo Dutra, do seu projeto. Já me manifestei uma vez sobre esse assunto e penso que, com esse projeto, o Senador José Eduardo Dutra criou uma situação que, até agora, era difícil de resolver, porque ele não era contrário à privatização da Companhia Vale do Rio Doce e apenas desejava que o Senado fosse ouvido na hora de se fazer a privatização.

Então, a solução de, pura e simplesmente, dizer que o Senado não quer ser ouvido era desconfortável para todos os Srs. Senadores, por mais relevantes que fossem os argumentos, de muita profundidade, apresentados ao longo dessa discussão. Na realidade, tratou-se de abrir uma exceção dentro do que já estava resolvida.

O Congresso Nacional já deu autorização para se fazer a privatização e, portanto, dentro dessa autorização geral, estava a habilidade do Senador José Eduardo Dutra. Quero consignar que S. Ex^a, embora abrindo a exceção, que era, de fato, injustificável, do ponto de vista global do processo de privatização, colocou-nos diante da alternativa de romper, apelar à exceção ou dizer que não queremos ser ouvidos. Esse constrangimento, creio, está resolvido com o projeto do Senador Vilson Kleinübing, que assegura a audiência do Senado num determinado momento do processo e harmoniza o problema que tinha sido criado.

Na realidade, a beleza do processo de discussão democrática dentro das instituições parlamentares é a de permitir que, a partir de uma idéia que, essencialmente, nos dá motivos para apoiar, mas que tem imperfeições reveladas ao longo da discussão, que ela encontre a forma de ser resolvida. Acredito que o Senador Vilson Kleinübing conseguiu oferecer uma alternativa que resolve essa questão.

No mais, trata-se apenas de um processo a mais, de uma etapa a mais no processo de privatização no Brasil. Repito o que disse na reunião anterior: com a Vale vendida, os empregos e a sua contribuição ao País continuarão, quem comprar suas ações se torna dono da Vale, mas não vai levá-la, debaixo do braço, para outro país, os empregos continuarão e as atividades vão permanecer. Acho que a discussão está começando a ficar velha.

Estou, Sr. Presidente, apoiando a posição da ex-Prefeita Luiza Erundina, que acaba de declarar ao País que é uma das entusiastas da privatização. De maneira que, apoiando a posição da Prefeita Luiza Erundina, estou apoiando a privatização.

Em relação à manifestação do Senador Joel de Hollanda, fico pensando, diante do quadro de dificuldades trazido pelo Governo do Estado de São Paulo, como se diz lá no Nordeste, "além da queda, o coice", se, além dos problemas com que vem lidando, ainda estivesse encarando aquela antiga responsabilidade de cobrir o rombo da VASP, se tivesse, todo mês, que manter todos aqueles aviões voando. São Paulo se viu livre dessa obrigação; apareceu um empresário que ficou muito feliz em assumir essa obrigação e a VASP vai aí sem déficit, crescendo... Mesmo que não pague, acho que ele deve ter direito a prazo, porque já resolveu um problema importante da vida pública brasileira.

De maneira que penso que o problema que mais inquietava foi resolvido com o substitutivo do Senador Kleinübing. O Senador José Eduardo Dutra deu um contribuição importante a esse debate. Hoje o Senado está muito mais apto a se manifestar sobre a Vale do que antes. Conhecemos o problema muito melhor do que antes e acho que, ao final, todos ganharão ao lado da vitória que o Brasil terá ao realizar o seu programa de privatização, que permitirá que, enfim, se retome o desenvolvimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, se eu fosse aceitar a provocação do Senador Geraldo Melo, poderia dizer que, por exemplo, o Sr. Aureliano Chaves, do Partido de S. Ex^a, é contra a privatização da Vale do Rio Doce.

Não acredito que vá acontecer o que o Senador Jader Barbalho disse: que quem defende vender a Vale para abater a dívida pública deveria ser internado no hospício. Se isso acontecer, o PSDB vai ficar sem candidato à Prefeitura de São Paulo, já que o Ministro José Serra se manifestou, explicitamente, inclusive em relação ao parecer do Senador Vilson Kleinübing, contrariamente, já que tem que usar o dinheiro para abater a dívida pública.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Pois não.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Peço desculpas ao Senador José Eduardo Dutra pelo pedido de aparte.

Em função de outro compromisso, terei que me ausentar, mas gostaria que meu voto fosse computado. Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre o meu voto favorável ao parecer do Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Será computado, Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Se eu soubesse que era para isso, não teria concedido o aparte. (Risos.)

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como diz o Senador Fernando Bezerra, talvez não fosse preciso ter usado da palavra, porque sinto que, pelo menos na Comissão, estamos diante da crônica de uma morte anunciada. Mas, como quero que alguns pontos sejam bem registrados para a história, até porque possivelmente daqui a dois ou três anos o Congresso disponha-se a montar uma CPI para apurar a venda da Vale do Rio Doce, quero fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, diz-se que não tem sentido modificar a lei, não tem sentido exigir uma autorização específica para privatização da Vale do Rio Doce, pelo fato de que o Congresso Nacional já deu poderes ao Poder Executivo, já deu carta branca ao Poder Executivo para privatizar o que quiser. Isto não é verdade, porque a lei aprovada nesta Casa tinha um artigo que dizia que o Congresso Nacional poderia, através de projeto de decreto legislativo, retirar qualquer empresa do Programa Nacional de Privatizações.

O SR. GERALDO MELO - Senador, peço um esclarecimento: esse artigo está em vigor?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Este artigo foi vetado pelo ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Poderão dizer que o Congresso não derrubou o veto, mas o Congresso derrubou o autor do veto.

(Tumulto no plenário.)

O SR. (Não Identificado) – V. Ex^a está sofismando, sem saber.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, exijo respeito dos Srs. Senadores. Mantive-me calado durante todas as intervenções. Ouvi imensas barbaridades, até a comparação da Vale do Rio Doce com fábrica de queijo. E eu não disse que era sofisma.

Lamento, sinceramente, que o Congresso Nacional diga, através de seus membros, que um projeto que retoma uma prerrogativa sua servirá como

um mau sinal, um sinal negativo para os investimentos estrangeiros.

É possível até que o parecer do Senador Vilson Kleinübing – até parabenizo-o pela tentativa de chegar a um consenso – deixe os Srs. Senadores numa situação mais confortável, para usar a palavra do Senador Geraldo Melo, para votar contra um projeto que retomava uma prerrogativa do Congresso Nacional. Diz-se que o Congresso receberá a informação 30 dias antes, mas não se diz: "E se o Congresso não gostar do edital, se o Congresso não concordar com o modelo, se o Congresso não concordar com o preço? O que o Congresso poderá fazer?" O meu projeto dá esta resposta, o meu projeto modifica a lei, o meu projeto dá poderes ao Congresso Nacional para dizer que não pode privatizar daquela forma.

Mantida a lei, mesmo com o substitutivo do Senador Vilson Kleinübing, se o Congresso não gostar, ele vai simplesmente esperar, porque não tem instrumentos legislativos para impedir a privatização, não tem instrumentos legislativos para evitar, por exemplo, que o Executivo se submeta à chantagem do mercado, como no caso da venda da **Light**, quando disse inicialmente que não ia aceitar moedas podres e depois aceitou 30%.

O substitutivo do Senador Vilson Kleinübing não dá este poder ao Congresso. Isso tem de ficar muito claro. Se os Srs. Senadores quiserem votar com o substitutivo, votem, mas depois não vão alegar ignorância sobre o assunto. O meu projeto diz que o Congresso dá a palavra final, quem dá a palavra final não é o Sr. Barros, que dá a palavra final não são funcionários de segundo escalão do BNDES. Quem dá a palavra final são os representantes do povo brasileiro, eleitos para tal.

Em segundo lugar, ouvi, pela segunda vez no Senado, que o meu projeto é tímido. Ouvi, agora, do Senador José Bonifácio. E concordo. Pensava que meu projeto fosse o consenso, porque sou contra a privatização da Vale do Rio Doce. Respeito a posição dos que são a favor, mas eu queria – e quero – trazer esse debate para o fórum competente, para que ele tome essa decisão. Eu pensava que esse era o consenso: uma vez que temos gente a favor e contra, vamos trazer o debate para o fórum onde estão os representantes da Nação brasileira – dos Estados e do povo brasileiro –, para que eles tomem essa decisão.

E eu esperava até que o Presidente da República, Senador Fernando Henrique Cardoso, em nome do seu passado, se dispusesse a – para usar

um termo que foi utilizado pelo Senador Bernardo Cabral quando defendeu o projeto na tribuna do Senado – compartilhar com o Congresso Nacional a deliberação sobre matéria tão importante. É isso que o projeto propõe.

Há uma coisa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores sobre a qual tenho procurado alertar V. Ex^{as}, que diz respeito ao preço da Companhia Vale do Rio Doce. Primeiro, registro que tenho procurado, de todas as formas, não tratar essa questão do ponto de vista ideológico, até porque sou adepto das parcerias, sou adepto do programa de Governo do Governador do meu Partido, no Espírito Santo, que está estabelecendo um processo de parceria e de venda de até 49% das ações de diversas empresas do Espírito Santo. Ou seja, fazer Vales do Rio Doce? Porque o que tem a Companhia Vale do Rio Doce? Cinquenta por cento das ações.

Podemos concordar com todo o modelo de privatização, mas há uma questão, relacionada ao preço da Companhia Vale do Rio Doce, para a qual o Sr. Presidente e os Srs. Senadores têm que estar alertas, porque diz respeito ao processo, ao modelo de administração dos recursos minerais que existem no Brasil.

Não adianta citar o exemplo do setor elétrico, porque nele existe a concessão por tempo determinado, com obrigações fixadas para a concessionária. No Brasil, a concessão de recursos minerais – e não adianta dizer que vai mudar depois, porque o que foi concedido está concedido – se faz por tempo indeterminado. E não existe um exemplo, pedi aqui ao Presidente da Companhia Vale do Rio Doce que me desse um exemplo, em estado de direito – no tempo da ditadura houve –, em que o Estado tivesse retomado a concessão de lavra de recursos minerais.

Cito o exemplo da Mineração Morro Velho, em Nova Lima, que entendeu que uma das suas minas de ouro já não estava tão lucrativa e resolveu fechá-la, a mina velha. Colocou 500 trabalhadores na rua. O mais lógico seria fazer o seguinte: a **Anglo American Corporation** não quer mais explorar aquela mina, devolve a concessão para a União; mas isso não acontece, porque a concessão é por tempo indeterminado. Se daqui a dez anos voltar a valer a pena explorar aquela mina, devido ao preço do ouro, a **Anglo American** vai lá e retoma a exploração.

O SR. GERALDO MELO – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pois não.

O SR. GERALDO MELO – Tenho a impressão de que essa é uma questão que não é muito perti-

nente, porque essa é uma discussão ampla que pode ser feita em torno da legislação de concessão de pesquisa e lavra de jazidas minerais no País. Julgo que o que é pertinente é vermos como é que isso se transfere para dentro do problema da Companhia Vale do Rio Doce.

A Vale é detentora de jazidas que estão com a concessão de lavra concedida, o que significa que a etapa de pesquisa e de avaliação, de quantificação das reservas já foi ultrapassada. A concessão de lavra é a etapa final após a realização das pesquisas e a medição das reservas. Então, todas as jazidas que estão concedidas à Vale, já com o alvará de lavra, são jazidas cujo preço pode ser determinado, porque se sabe qual é o estoque que está ali, já que as reservas estão cubadas.

A Vale, entretanto, é concessionária do direito de pesquisa de outros minerais ou de outras jazidas que não são essas que estão com seu direito de lavra já consumado. E o Presidente do BNDES, aqui, disse que uma das hipóteses que está sendo examinada é a da exclusão da privatização de todas as jazidas que estão ainda na fase de pesquisa, ou a imposição de uma condição, que é extremamente favorável para o Estado, que é a cobrança de um **royalty**, pelo Estado brasileiro, de proprietários de jazidas. Veja bem, o Estado brasileiro passa – vamos dizer que se falou aqui num **royalty** de 10% – a receber 10% sem custo, o que significa que ele explorava aqueles minérios, arcava com os custos e tinha a certeza de que o lucro líquido seria de 10% – o que é uma coisa quase impossível em mineração, e V. Ex^a sabe disso muito bem.

Então, no caso da Vale, há duas atitudes inteiramente diferentes: uma, com relação às jazidas que estão em lavra com reserva medida e cujo preço pode ser estabelecido; outra, com relação àquelas que estão em fase de pesquisa e cujas reservas não se conhecem, o que é perfeitamente possível. E esta não é apenas a intenção de V. Ex^a; é também a dos Senadores e das autoridades, que ficou claramente expressa aqui pelo Presidente do BNDES: o interesse nacional, que pode ser perfeitamente preservado se houver vontade e clareza – e há; isso já foi manifestamente declarado aqui.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Senador Geraldo Melo, se V. Ex^a tivesse deixado eu continuar por mais dois minutos, talvez o seu aparte se tomasse desnecessário, porque iria falar sobre os direitos de lavra que a Vale do Rio Doce já tem e que não são passíveis de avaliação. Não incluiria a questão de pesquisas, embora discorde dessa facili-

dade com que o BNDES está trabalhando, porque significa um desconhecimento total, a meu ver, dos termos do BNDES em relação ao modelo de concessão de pesquisa e depois de lavra.

Senador Geraldo Melo, os direitos de lavra da Vale não são passíveis de avaliação, porque os métodos de avaliação por (?) descontado mostram que qualquer valor posterior a vinte anos tende a zero. E o Brasil, no modelo de concessão, pelo fato de ser por tempo indeterminado...

O SR. GERALDO MELO - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas isso é utilizado por qualquer avaliação; é utilizado internacionalmente porque, nos outros países, existe tempo determinado para concessão de lavras de recursos minerais. Em Carajás, por exemplo, minério de ferro está para 400 anos, alumínio, potássio, todos eles, por concessão que a Vale tem, para um número de anos infinitamente superior aos 20 anos. Acredito que, no futuro, estaremos na situação em que está hoje, por exemplo, o Estado do Mato Grosso, que está contestando o fato da Companhia Vale Rio do Doce ter comprado a Mina de Urucum, que era propriedade do Estado, por um preço abaixo da sua avaliação.

O Senador Romero Jucá, Relator da CPI da Mineração, ouviu aqui as justificativas do ex-Governador, que, dentro da legislação, estavam corretas. O que foi dito? A Vale comprou a Urucum na Bolsa. E diz a Constituição: a propriedade do que está na serra é da União. A propriedade do subsolo é da União. A Constituição diz isso. Só que a legislação de concessão faz letra morta do que está na Constituição. E hoje o Estado de Mato Grosso está questionando o fato de a Vale do Rio Doce ter comprado, por um preço subavaliado, a Mina de Urucum. Daqui a três ou quatro anos, possivelmente, estaríamos ou estaremos – espero que não, até porque confio no patriotismo dos Srs. Senadores – criando uma CPI para investigar a venda da Companhia Vale do Rio Doce, porque o preço foi subavaliado, porque vamos arrecadar apenas R\$6 bilhões com a venda dessa companhia. Esse é o valor do rombo do Banco Nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero sinceramente que, caso a Vale do Rio Doce seja privatizada, não tenhamos que, daqui a três ou quatro anos, criar uma CPI para investigar o preço pelo qual a mesma foi vendida.

Eu concordaria plenamente em empregar o dinheiro da Vale do Rio Doce em infra-estrutura, em

um grande projeto nacional. Isso poderia ser feito se a vendêssemos por 40, 50 ou 60 bilhões de reais. Nesse caso, justificar-se-ia o argumento de que o Estado tem que se afastar, de que a Vale do Rio Doce continuará produzindo de qualquer forma, embora o mesmo não sirva para alguns projetos. Por exemplo, o projeto do meu Estado, Sergipe, será fechado com certeza. Não sou só eu que digo isso. Sugiro que conversem com o Senador José Alves, do PFL, que vota contra a privatização, porque sabe que a iniciativa privada vai fechar o Projeto Potássio, em Sergipe, pelo fato de o mesmo não ser atrativo.

Não é tão verdadeiro o argumento de que "não vão colocar a Vale do Rio Doce debaixo do braço e levá-la para fora". Mas, mesmo considerando isso, se fôssemos vendê-la por um preço que justificasse um grande projeto nacional, concordaria plenamente com a sua privatização. Mas não vamos ter para onde correr em relação ao preço, que será de R\$6 bilhões.

Para concluir, quero registrar que eu acreditava sinceramente que houvesse um consenso em relação ao projeto original. Na medida em que há pessoas contrárias e pessoas favoráveis ao mesmo, o consenso seria alcançado por meio da palavra final do Congresso Nacional.

O substitutivo do Senador Vilson Kleinübing, embora eu reconheça os seus méritos de tentar chegar a uma solução consensual, não toca no ponto principal da questão, porque, nesse período de 30 dias, se o Congresso não gostar daquilo que o modelo de avaliação determinar, não iremos aprovar, em regime de urgência, uma modificação na lei; nesse caso, vamos retirar a Vale do Rio Doce.

Esse projeto era para ter sido votado em agosto do ano passado, mas, até hoje, não foi realizada a sua votação. Nesse caso, estamos acreditando demais na agilização do nosso Congresso Nacional, ao acharmos que, em 30 dias, se o Congresso não gostar do que estiver escrito no modelo, o mesmo teria poderes para impedir essa privatização. O Congresso não tem esses poderes. Se entendesse que essa privatização não atende aos interesses nacionais, o Congresso poderia impedi-la modificando a Lei nº 8.031, que daria poderes ao Congresso Nacional de se manifestar.

O SR. ELCIO ALVARES – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Concedo o aparte a V. Exª, com muito prazer.

O SR. ELCIO ALVARES - Apenas quero fazer uma ponderação. Estamos vivendo um momento

histórico. Estamos discutindo medidas provisórias e o que é da competência do Legislativo ou do Executivo. Não falo especificamente sobre a Vale do Rio Doce. Vejo a administração como um todo. Se ou-sássemos determinar rumos – como será o ato administrativo, como será a venda -, tenho a impressão de que seria muito difícil compatibilizar o Executivo com o Legislativo.

Temos a obrigação de fiscalizar, a qual está contida no parecer do Senador Vilson Kleinübing. Mas, no momento em que começarmos a vender empresas, a fazermos editais, a batemos o martelo, tenho a impressão de que haverá uma inversão. Legislativo é Legislativo; Executivo é Executivo; Judiciário é Judiciário. Esse é o regime democrático. No dia em que deixar de ser assim, já não haverá mais regime democrático.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª disse, com mais competência do que eu, que o substitutivo do Senador Vilson Kleinübing é inócuo. A competência de fiscalizar por parte do Congresso Nacional já existe.

O SR. ELCIO ALVARES – Mas V. Exª será um dos primeiros a fiscalizar. Não podemos assumir o papel do BNDES e vender a Companhia Vale do Rio Doce. No fundo, o que V. Exª está falando quer dizer isso.

Há uma harmonia de poderes. Haverá uma discussão o belíssima sobre o uso das medidas provisórias. Inclusive, há os que defendem que o Executivo está avançando muito. O ideal é o Legislativo legislar e o Executivo executar. Se começarmos a agir de forma diferente, haverá razões para que as pessoas se levantassem contrariamente a isso.

Quero dizer a V. Exª que, em momento algum, desde que este Congresso tenha realmente... Acho que todos estão conscientes do ato que estão cometendo; não vamos abrir mão do nosso direito de fiscalizar, e para isso temos as comissões competentes.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Já vou concluir, Sr. Presidente. Espero realmente que, no que diz respeito a esta medida provisória, a Liderança do Governo permita que iniciemos o debate hoje.

Concordo plenamente em que a ação do Congresso é de fiscalizar e legislar, razão pela qual estou propondo a modificação para uma lei que – repito – apenas retoma um aspecto que o Congresso aprovou e que foi vetado pelo Sr. Fernando Collor de Mello. Vamos continuar fiscalizando. Não estou propondo que o Congresso diga como será realizada a venda; proponho simplesmente que o Congresso autorize, ou não, essa venda. Eu gostaria que o

debate se concentrasse em torno da possibilidade de haver, ou não, a privatização. Eu gostaria de ouvir os argumentos favoráveis à privatização.

O projeto trata apenas de uma prerrogativa do Congresso. Lamento que se diga que, caso o Congresso retome uma prerrogativa que é sua, isso é um sinal negativo para os investidores internacionais. Não acredito nisso, até porque a tese de que o Estado deve afastar-se de qualquer atividade econômica, essa modernidade, talvez sirva apenas para a América Latina. Para a Europa não vale, porque acabamos de vender a **Light** para uma estatal francesa, e, possivelmente, não vai valer para a Vale do Rio Doce, porque um dos possíveis compradores da Vale inclusive dela já é acionista, é a **Nippon Steel**, empresa estatal japonesa.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Srs. Senadores, rapidamente farei o seguinte comentário: o projeto de lei do Senador José Eduardo Dutra é muito importante na medida em que traz ao debate do Senado Federal a questão da Vale do Rio Doce. Entendo que a passagem da proposta pelas comissões também foi de fundamental importância. Quero, no entanto, declarar meu voto favorável à proposta do Senador Vilson Kleinübing, sem que isso se revista da obrigatoriedade de fazê-lo no plenário. Voto favoravelmente aqui, porque entendo que essa proposta precisa ir rapidamente ao plenário do Senado, onde deve ser amplamente discutida, levando-se em consideração diversas tendências que não foram expostas nesta Comissão.

Portanto, declaro o meu voto favorável, mas gostaria de fazer o esclarecer que esse voto favorável aqui na Comissão não me obriga a votar favoravelmente no plenário do Senado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Até lá tentarei convencer o Senador Romero Jucá do contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Com a palavra o Relator, Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer uma intervenção final, até porque muitas coisas foram ditas e filmadas aqui – vai passar na televisão do Senado, essa nova modalidade de comunicação com o público.

Quero fazer algumas observações, porque estou vendo muita incoerência do seguinte tipo: fala-se em títulos da dívida pública, e vejo sistematicamente o Senado votar favoravelmente à rolagem de 100% da dívida pública; incoerência do tipo: "temos que acabar com o endividamento!"

Apresentei um projeto que proibia a emissão de título público nos três níveis do Governo, e o Senado aprovou outro projeto. Então, não se pode falar isso quando se vota diferente. Incoerência, por exemplo, sobre o fato de sermos contrários ao parlamentarismo – até se votou contra o mesmo -, mas querem que o Congresso administre.

O Poder Executivo foi eleito pelo povo para administrar, para fazer as coisas, inclusive para definir como fazê-las. Incoerência do tipo: "há muita medida provisória". Então, eles interferem no nosso lado, mas nós é que temos de fazer as leis. Mas se não respeitamos nem o processo legislativo...! Não é o Fernando Collor que veta, não é o Fernando Henrique que veta, mas o Poder Executivo; e o Poder Legislativo é que deve derrubar o veto. Esse é o processo legislativo.

Outra questão: vejam quanto tempo perdemos, ou melhor, quanto tempo investimos para tratar de uma empresa privada, que tem que fazer exploração de minério, que tem que vender minério como qualquer outra empresa no mundo.

Poderíamos ter investido esse tempo que investimos no debate em saúde; como é que se resolve o problema da Santa Genoveva, o problema da educação. Mas estamos discutindo ações, como se vendem, como se faz a relação de patrimônio de uma empresa privada que explora minério. Ela pode explorar tanto aqui quanto em Santa Catarina. Lá, havia empresas privadas, empresas públicas – as públicas já não existe mais, só existem as privadas, que estão funcionando perfeitamente.

Antigamente, só as empresas de economia mista forneciam energia elétrica para o País. Agora, começamos a ter empresas privadas em todos os setores. Por que esse drama contra a iniciativa privada? Se são seis ou oito bilhões o mercado é que vai definir. Se aparecer um comprador que disponha de 40 bilhões, se o Senador Eduardo Dutra encontrar alguém que esteja disposto a pagar 40 bilhões pela Vale, traga-o aqui porque quero conhecê-lo e quero que compre. Serei o primeiro Senador a lutar para que se venda a empresa por 40 bilhões, por 7 bilhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Já lhe concedo o aparte.

É só achar uma pessoa que esteja disposta a pagar os 40 bilhões. É o mercado que define isso.

Só queria dar mais uma informação porque tenho estudado isso: se doássemos as ações de todas

as estatais brasileiras, se déssemos de presente, o País se livraria de US\$53 bilhões de dívida. E, se vendêssemos por uns 30, 40, o Brasil se livraria de US\$90 bilhões de dívida. Mas não quero nem vender; se der de presente, serão abatidos US\$53 bilhões de dívida pública no País.

O que está em jogo, volto a dizer, não é o problema de ser estatal ou não. Há estatais eficientes, a França já o comprovou. Em 15 anos, aquele país estatizou tudo; depois, desestatizou, para, a seguir, estatizar de novo. Quando assumiu o Partido Socialista, eles estatizaram. Por isso está aí essa estatal francesa comprando aqui. Agora, se isso é válido para eles, é outra realidade, é outro modelo.

Por isso, eu gostaria de deixar muito claro que o meu projeto, como o projeto do Senador José Eduardo Dutra, não impede a privatização. Sei que o Senador Dutra é favorável a que a Vale não seja privatizada. S. Ex.^a já me disse isso pessoalmente. Se a sua idéia fosse impedir a privatização da Vale, o projeto teria de ser diferente: "Art. 1º. Fica proibida a privatização da Vale do Rio Doce". Estaríamos votando isso. Portanto, ele quer cercar de cuidados.

O monopólio do patriotismo, o monopólio da honestidade não pertence a uma pessoa só; nem pode pertencer. Há pessoas ou Partidos que não têm esse monopólio; também sou patriota, também sou sério e não vou deixar vender a Vale do jeito que estão imaginando; quero acompanhar o processo, até porque o Relator disse. O que estou colocando aqui é cuidados, sem interferência, cuidados. Apresente o edital. É aquilo que combinamos na Comissão? É aquilo que combinamos na Comissão. Se não é aquilo que combinamos na Comissão, paramos aqui, chamamos a imprensa, chamamos o Presidente da República; não vai andar porque não foi o que combinamos.

Em segundo lugar, depois de vendida pelo valor de mercado, depois de achar quem nos dê 40 bilhões, vamos pegar os 40 bilhões e investir em áreas que estão carentes. É isso que temos que fazer. Por isso, (?), infelizmente, (?), mas acho que a frase é pertinente. Ruim é não ter idéia para mudar, é ficar no modelo esclerosado, antigo.

Era esse o meu parecer final.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Antes de V. Ex.^a encerrar, permite-me um aparte?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Concedo o aparte ao Senador Dutra, mas está muito claro aqui: continuo favorável à privatização, com cuidados; no caso da Vale, com cuidados.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É apenas para dizer que, quando (?) sessenta, eu não disse que tinha comprador para isso. Se fosse para vender por esse preço, até valeria à pena, mas sei que não há comprador nesses termos.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não tem porque (?) não vale.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Se for no sentido meramente contábil do valor, é lógico que não vale, agora, se formos ser coerentes, então, é simplesmente um parecer contrário ao projeto, se não encontramos uma forma mais confortável de os Srs. Senadores votarem contra, porque, volto a repetir, se nos 30 dias o Congresso não gostar, não vai acontecer nada, porque o Congresso não tem poder para modificar.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Encerrada a discussão.

Vamos passar à fase de votação.

Eu gostaria de fazer algumas considerações muito breves sobre todo esse processo que se encerra agora. O objetivo da Comissão de Infra-Estrutura sempre foi o de procurar aprimorar, à luz da experiência que vive, pelas audiências que ocorreram nesta Comissão com os Ministros que cuidam da infra-estrutura nacional, sejam dos Transportes, das Minas e Energia, que deixaram muito patente a absoluta carência de recursos para se prover a infraestrutura necessária para que este País cresça, para que se criem mecanismos indutores para que investimentos privados se façam nessa e naquela área, onde o investimento se torne viável pela existência, pela presença de infra-estrutura.

O objetivo da Comissão, e tomei a iniciativa de requerer a audiência do projeto do Senador Dutra à Comissão de Infra-Estrutura, sempre foi procurando debater para estabelecer algo se possível consensual, se não, majoritário, no sentido de, já que não está em discussão se a Vale deve ou não ser privatizada, pela opinião dos próprios autores tanto do projeto em apreço como do substitutivo, ver que melhor partido poderia tirar o País do produto da venda da Companhia Vale do Rio Doce. E penso que avançamos, porque o substitutivo do Senador Kleinübing que vai ser posto em votação abre uma série de expectativas, estabelecerá as primeiras amarrações e, se aprovado, remeterá ao Plenário do Senado um projeto que deverá sofrer mais aprimoramentos, mais avanços que conduzam a que se disponha pelo Orçamento do próximo ano uma massa de recursos talvez superior ao disponível no Orçamento deste ano para previsão de investimentos em todo o País.

Então, estamos tratando de um assunto sério, substantivo e expressivo em matéria de valores financeiros. Penso que a Comissão de Infra-Estrutura cumpriu seu papel, ofereceu uma contribuição positiva, estabeleceu o debate, amadureceu idéias, esclareceu argumentos. Só nos cabe, portanto, com essas declarações, colocar em votação.

A matéria não é terminativa e, portanto, a votação é simbólica.

Os Srs. Senadores que concordam com os termos do parecer do substitutivo do Senador Kleinübing permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado, contra os votos dos Senadores José Eduardo Dutra e José Bonifácio e o registro do voto do Senador José Alves, já que S. Ex^a é suplente, uma posição que não lhe dá o direito de voto, mas fica registrada sua opinião. Contra, portanto, oficialmente, o voto de dois Srs. Senadores, José Bonifácio e José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O Senador José Alves tem direito de voto, pois a Bancada do PFL não está toda presente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Estão presentes os Senadores José Agripino, Romero Jucá, Vilson Kleinübing, Elcio Alvares e Joel de Holanda. O primeiro suplente, Senador Freitas Neto, votou favorável.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h 41min.)

8ª reunião, (extraordinária) realizada em 26 de Junho de 1996.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ AGRIPINO, presentes os Senhores Senadores Elcio Alvares, Regina Assumpção, Hugo Napoleão, Nabor Junior, José Alves, Waldeck Ornelas, Romero Jucá, Joel de Holanda, José Roberto Arruda, Romeu Tuma, Geraldo Melo, Roberto Requião, Gilberto Miranda, Jonas Pinheiro e Ney Suassuna reúne-se, extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Mauro Miranda, Onofre Quinan, Gérson Camata, Marluce Pinto, Fernando Bezerra, Vilson Kleinübing, José Ignácio Ferreira, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Lúcidio Portella, Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra, Ademir An-

drade e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 01 da pauta: Requerimento nº 05/96 C.I.. Ementa: Deliberação sobre a realização de reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, relativa ao Projeto de Lei da Câmara nº 032 de 1996, que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências. Autor: Senador José Agripino. Colocada em discussão a matéria e não havendo oradores para discuti-la, passa-se à fase de votação, ocasião em que a Comissão aprova por unanimidade o requerimento apresentado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. — **Senador José Agripino**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Declaro aberta a reunião.

Os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovada.

Na pauta da reunião de hoje consta apenas um item.

Item nº 01- Requerimento nº 05/96, de minha autoria, que passo a ler:

Requeremos, nos termos do art. 113 do Regimento Interno, que o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 032, de 1996, que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador, e dá outras providências, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura. Sala de reuniões, em 26 de junho de 1996.

Em discussão o requerimento.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h48min.)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

PORTARIA Nº 68/96

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, no uso de suas atribuições, resolve desligar da função de Auxiliar Administrativo "B" o servidor JOSÉ LUIZ DE ARAÚJO, Técnico Legislativo – Área de Processo Legislativo, matrícula 3374, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, à disposição do Instituto de Previdência dos Congres-

sistas – IPC, designando-o para exercer a função de Auxiliar Técnico a partir desta data.

Brasília, 1º de junho de 1996. – Deputado **Heráclito Fortes**, Presidente.

PORTARIA Nº 69/96

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, no uso de suas atribuições, resolve desligar da função de Auxiliar Administrativo "A" o servidor JOÃO CARLOS DOS SANTOS, Técnico Legislativo – Área de Processo Legislativo, matrícula 2139, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, à disposição do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, designando-o para exercer a função de Auxiliar Administrativo "B" a partir desta data.

Brasília, 1º de junho de 1996. – Deputado **Heráclito Fortes**, Presidente.

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Erandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL**
(Mandato: de 2 a 31 de julho de 1996)

SENADO FEDERAL

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Renan Calheiros		1. Ney Suassuna
2. Ernandes Amorim		2. Nabor Júnior
	PFL	
1. Antônio Carlos Magalhães		1. Júlio Campos
2. Odacir Soares		2. Hugo Napoleão
	PSDB	
1. José Roberto Arruda		1. Sérgio Machado
	PPB + PT + PTB + PDT + PSB + PSL + PPS	
1. José Eduardo Dutra		1. (vago)
2. Eptácio Cafeteira		2. (vago)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL/PTB	
1. Álvaro Gaudêncio Neto		1. Paulo Gouvea
2. Carlos Magno		2. Paes Landim
3. Hugo Rodrigues da Cunha		3. Philemon Rodrigues
4. Pedrinho Aarão		4. Ursicino Queiroz
	PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN	
1. Eliseu Padilha		1. Eudoro Pedrosa
2. Fernando Diniz		2. Hélio Rosas
3. Geddel Vieira Lima		3. Lídia Quinan
	PFB/PL	
1. Jofran Frejat		1. Benedito Domingos
2. José Rezende		2. Valdemar Costa Neto
3. Márcio Reinaldo Moreira		3. Wigberto Tartuce
	PSDB	
1. Antônio Aureliano		1. Aécio Neves
2. Antônio Carlos Pannunzio		2. Arnaldo Madeira
3. Marconi Perillo		3. Ubiratan Aguiar
	PT	
1. Chico Vigilante		1. Gilney Viana
2. Pedro Wilson		2. Maria Laura
	PDT	
1. Severiano Alves		1. Eurípedes Miranda

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucidio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA**

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTÉ FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *2

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3377/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1048/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUILÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2181/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4348/48	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3248/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/38
JEFFERSON PERES	AM-2061/57	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4208/87	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4089/80
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4761/52
PSS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA +1	SP-2061/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme OI. 105/96-SF/GSRFRE e o OI. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4812

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4208/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE •1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

•1 - ROBERTO FREIRE (PPB) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2181/82
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/86		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: fazer indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3284
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3108
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONÁS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	6-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3198	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2361/2367	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL//CRE**PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES****VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/84	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/87
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA •1	SP-2061/87	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/87	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2061/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/96	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2361/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

•1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. AL EXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**(SEÇÃO BRASILEIRA)****(Designada em 25-4-95)****Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN****Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER****Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO****Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA****SENADORES**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinfubing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

1 Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP**Osmar Dias²****PT****Benedita da Silva****Eduardo Suplicy****Lauro Campos****DEPUTADOS**

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes - Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da CNU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 3-11-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 - abril/junho - 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito - André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução - Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes - Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? - José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais - Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais - Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade - Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento - Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer - René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei - Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) - Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas - Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 - Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul - José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. - Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) - Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal - Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald - Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal cono tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) - Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira - Fernando Braga

O direito eleitoral português - Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos - Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha - Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição - Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo - Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal - Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão - Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político - Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar -

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 - julho/setembro - 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais - Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática - Arnaldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência - Alvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira - Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil - Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia - Sérgio Sérulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro - Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária - Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis - Oswaldo

Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 - Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos - Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a "Execução Provisória da Sentença Penal" - Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia - José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil - Joiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 - Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário - Fáblio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização - Gladston Mamede

Prestação de contas - instrumento de transparência da Administração - Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul - José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos - Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal - Fabiana de Menezes Soares

Invalidação "ex officio" dos atos administrativos pelo juiz - José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites - Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil - Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua - Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) - Luis Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos - Sílvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz - Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas - José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 440 PÁGINAS